

# SEGURANÇA E DEFESA:

cidade, criminalidade,  
tecnologia e diversidade  
volume 4

Organizadores:

Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Ivone Freire Costa  
Sônia Lima Cristina Chaves  
André Luiz Nunes Zogahib  
Maria Regina Lopes Gomes  
Edgard Vinicius Cacho Zanette  
Fernandina Lopes Fernandes  
Sílvia dos Santos de Almeida  
Leonardo Naves dos Reis  
Humberto Ribeiro Junior



# Segurança e Defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades

## Volume 4

### Organizadores

**Edson Marcos Leal Soares Ramos**

**Ivone Freire Costa**

**Sônia Cristina Lima Chaves**

**André Luiz Nunes Zogahib**

**Maria Regina Lopes Gomes**

**Edgard Vinicius Cacho Zanette**

**Fernandina Lopes Fernandes**

**Silvia dos Santos de Almeida**

**Leonardo Naves dos Reis**

**Humberto Ribeiro Junior**



Edições Uni-CV  
2019

**Reitora**

*Judite Medina do Nascimento*

**Vice-Reitor - Área de Integração  
Tecnológica e Inovação**

*António de Cruz Semedo Varela*

**Vice-Reitora para a Extensão Universitária**

*Astrigilda Pires Rocha Silveira*

**Pró-Reitora para a Pós-Graduação e  
Investigação**

*Aristides Lopes Silva*

**Pró-Reitor - Área de Graduação e Formação  
profissionalizante**

*João Gomes Cardoso*

**Pró-Reitor - Área de Ação Social, Assuntos  
Estudantis e Cultura Universitária**

*Mário José Carvalho de Lima*

**Administrador-Geral**

*Iderlindo da Costa de Pina*

**Diretora dos Serviços de Documentação e Edições**

*Maria Salomé Miranda*

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib (UEA)

Prof. Dr. Edgard Vinícius Cacho Zanette (UERR)

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos (UFPA)

Profa. Dra. Fernandina Lopes Fernandes (Uni-CV)

Prof. Dr. Humberto Ribeiro Junior (UVV)

Profa. Dra. Ivone Freire Costa (UFBA)

Prof. Dr. Leonardo Naves dos Reis (UEA)

Prof. Dr. Manuel Monteiro Guedes Valente (UAL)

Profa. Dra. Maria Regina Lopes Gomes (UVV)

Profa. Dra. Mónica de Melo Freitas (UNL)

Profa. Dra. Sílvia dos Santos de Almeida (UFPA)

Profa. Dra. Sônia Cristina Lima Chaves (UFBA)

**Agradecimentos**



Somos gratos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Segurança e Defesa: cidades, criminalidades,  
tecnologias e diversidades  
Volume 4**

**Organizadores**

**Edson Marcos Leal Soares Ramos**

**Ivone Freire Costa**

**Sônia Cristina Lima Chaves**

**André Luiz Nunes Zogahib**

**Maria Regina Lopes Gomes**

**Edgard Vinicius Cacho Zanette**

**Fernandina Lopes Fernandes**

**Silvia dos Santos de Almeida**

**Leonardo Naves dos Reis**

**Humberto Ribeiro Junior**

Edições Uni-CV  
2019

**Revisão Gramatical**  
Elisandra Nunes Pereira

**Capa**  
Anderson Souza da Silva

**Diagramação**  
Cleyson Alberto Nunes Chagas

**Ficha Catalográfica:**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Biblioteca / Uni-CV – Praia–Cabo Verde

---

Segurança e defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades /  
organizadores: Edson Marcos Leal Soares Ramos, Ivone Freire Costa, Sônia  
Cristina Lima Chaves, André Luiz Nunes Zogahib, Maria Regina Lopes Gomes,  
Edgard Vinicius Cacho Zanette, Fernandina Lopes Fernandes, Sílvia dos Santos  
de Almeida, Leonardo Naves dos Reis, Humberto Ribeiro Junior. – 1. ed., –  
Praia, Cabo Verde: Uni-CV, 2019.

v. 4

483 p.: il, 21 cm

ISBN: 978-989-8707-60-4

Vários autores.

1. Segurança pública – Brasil. 2. Direitos humanos – Aspectos morais e  
éticos. 3. Prisões – Trabalho de presidiários. 4. Criminosos - Reabilitação. 5.  
Presos – Remição (Direito penal). 6. Prisioneiras. 7. Jovens e violência. 8. Jovens  
– Vítimas de abuso sexual. 9. Crianças – Vítimas de abuso sexual. 10. Violência  
familiar. 11. Mulheres – Vítimas de homicídios. 12. Policiais – Formação. 13.  
Policiais - Treinamento. I. Ramos, Edson Marcos Leal Soares. II. Costa, Ivone  
Freire. III. Chaves, Sônia Cristina Lima. IV. Zogahib, André Luiz Nunes.  
V. Gomes, Maria Regina Lopes. VI. Zanette, Edgard Vinicius Cacho. VII.  
Fernandes, Fernandina Lopes. VIII. Almeida, Sílvia dos Santos de. IX. Reis,  
Leonardo Naves dos, X. Ribeiro Junior, Humberto. Título.

CDD – 363.106

---

Todos os conceitos, declarações e opiniões emitidos nos manuscritos são de  
responsabilidade exclusiva do (s) autor(es).

Todos os direitos reservados

Ed. Uni-CV

## ORGANIZADORES

### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

ramosedson@gmail.com

Bacharel em Estatística pela Universidade Federal do Pará (1994), mestre em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco (1999) e Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). É professor Titular Universidade Federal do Pará e Professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. É Conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. É professor colaborador da Universidade de Cabo Verde no mestrado de Segurança Pública.

### **Ivone Freire Costa**

ivoneco2019@gmail.com

Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações pela Universidade Técnica de Lisboa - UTL (2003). Mestra em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (1990). Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia UFBA (1974). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública (PROGESP) vinculado à Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) - Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e Vice Coordenadora Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (MPSPJC).

### **Sônia Cristina Lima Chaves**

sclchaves@gmail.com

Cirurgiã-dentista. Mestre em Saúde Comunitária e Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Pós-doutorado em Sociologia pela UFBA. É professora do quadro permanente da pós-graduação em Saúde Coletiva do ISC-UFBA e do Mestrado Profissional em Segurança Pública do Progesp-UFBA.

## **André Luiz Nunes Zogahib**

zogahib@gmail.com

Bacharel em administração de empresas com habilitação em comércio exterior pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (2004), bacharel em Administração Pública pela Universidade do Estado do Amazonas (2005), especialista em Administração Pública pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (2006), mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (2008) e doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Professor do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos.

## **Maria Regina Lopes Gomes**

maria.gomes@uvv.br

Doutora e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, professora do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Vila Velha (UVV/ES) e pedagoga aposentada da Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES. É coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq Currículos-formação em redes, Cotidianos de escolas e Direitos Humanos, pesquisadora colaboradora do Grupo de Pesquisa do CNPq “Currículos, Cotidianos, Culturas e Redes de Conhecimentos” e membro do Grupo de Pesquisa do CNPq Currículos, redes educativas e imagens (PROPED/UERJ). Professora associada da ANPED - Associação Nacional de Pesquisa em Educação e ABdC - Associação Brasileira de Currículo.

## **Edgard Vinicius Cacho Zanette**

edgardzanette1@gmail.com

Bolsista IC Pet-Filosofia. Bacharel/Licenciado e Mestre em Filosofia Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor colaborador da UNICAMP (Bolsista/Estágio Remunerado PED B/2011, Bolsista Capes/2011 a 2013). Professor efetivo do Curso de Filosofia da Universidade Estadual de Roraima (UERR). Membro dos grupos de pesquisa Estudos Cartesianos - ANPOF e da Escola Amazônica de Filosofia - EAF. Coordenador das atividades: NEV-UERR (Núcleo de Estudos da Violência); PIBIC (2017/2018); Pibid/

Filosofia UERR (2015 a 2018); Projeto de Extensão Descartes: Clube de estudo da língua francesa com recheio filosófico. Coordenador do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR (2019). Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com pesquisa filosófica no Instituto Católico de Toulouse/França (2017). Pós-Doutorado pela Unioeste com pesquisa filosófica na Universidade do Salento/Lecce/ Itália (2018).

### **Fernandina Lopes Fernandes**

fernandina.fernandes@docente.unicv.edu.cv

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Multimídia em Educação pela Universidade de Aveiro. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do rio de Janeiro. Professora da Universidade de Cabo Verde.

### **Silvia dos Santos de Almeida**

salmeida@ufpa.br

Possui Bacharelado em Estatística pela Universidade Federal do Pará (1993), mestrado em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco (1999) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), professora colaboradora no Mestrado em Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos da Universidade de Cabo Verde e professora titular da Universidade Federal do Pará. É associada do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, da Associação Brasileira de Estatística e membro da Comissão de segurança pública da Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Pará. Atuando na área Interdisciplinar com experiência em Modelagem Estatística, Controle Estatístico da Qualidade e Estatística Aplicada a Segurança Pública.

### **Leonardo Naves dos Reis**

lnreis@uea.edu.br

Bacharel em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) da USP. Doutor e mestre pelo Programa de pós-graduação do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da EERP-USP. Docente da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) atuando no ensino de graduação, nos cursos



de Enfermagem, Odontologia e Medicina, ministrando disciplinas em saúde coletiva, epidemiologia e bioestatística. Na pós-graduação, atualmente é coordenador do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos com atuação também no Mestrado Profissional em Enfermagem em Saúde Pública. Tem realizado estudos relacionados à dinâmica da violência por parceiro íntimo, em especial no que se refere aos aspectos inerentes aos agressores sob as óticas da saúde, da psicologia e dos direitos humanos.

**Humberto Ribeiro Junior**

humberto.junior@uvv.br

Doutor em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF), Mestrado em Filosofia e Teoria do Direito (CPGD/UFSC), Bacharel em em Direito pela (FDV/ES). É professor titular da Universidade Vila Vila (UVV/ES) atuando como Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSPo) e como Professor do curso de Graduação em Direito e Pedagogia. É Coordenador do Grupo de Pesquisa Zacimba Gaba “Criminologias, Segurança Pública e Políticas Prisionais”.

## AUTORES

### **Adriana Maciel Gonçalves**

adriana-andra@hotmail.com

Bacharel em Serviço Social (UNAMA) e mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano PPD MU/UNAMA. Belém-Pará-Brasil.

### **Alessandra de Fátima Vasconcelos Pinheiro**

alevpinheiro@gmail.com

Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA) e professora do IESP. Belém-Pará-Brasil.

### **Alessandro Zell de Araújo**

alessandrozell@yahoo.com.br

Especialista em Gestão Estratégica em Defesa Social pelo IESP, em Proteção e Segurança Ambiental pela UEPA. Tenente-Coronel do CBMPA. Belém – Pará – Brasil.

### **Alexandro dos Anjos da Penha**

sa.ndro74@hotmail.com

Mestrando em Segurança Pública (UVV).

### **Alfredo Wagner Berno de Almeida**

pncaa.uea@gmail.com

Doutor em Antropologia Social (UFRJ) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2, Manaus – Amazonas. Brasil.

### **Alzilene Andrade Lima**

lenezi.andrade@gmail.com

Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA) e Assistente Técnico do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA).

### **Amanda Barreto Meirelles do Nascimento**

amandameirelles1018@gmail.com

Pós-graduada em Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e Cidadania (UFBA).

### **Amara Luciane Silva de Souza**

amara\_luciane@hotmail.com

Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

### **Ana Paula Tavares Pereira Amador**

paulatenbm@yahoo.com.br

Especialista em Sociedade e Gestão em Segurança Pública e Gestão Ambiental (IESP) e oficial do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará. Belém-PA-Brasil.

### **Anabelle Jeniffer Garcia Alves**

Mestranda em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). - Boa Vista – Roraima – Brasil.

### **André Dias Nunes**

doandredias@hotmail.com

Mestre em Direito (PUC-RJ) e delegado de polícia de Minas Gerais.

### **André Luiz Nunes Zogahib**

zogahib@gmail.com

Doutor em Administração (UFMG) e Coordenador do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

### **Anibal Picanço Bentes**

anibalbentes@gmail.com

Graduado pela Escola Naval, Especialista em Análise Criminal, Especialista em Gestão de Políticas Públicas e graduando em Direito. Capitão Tenente do Corpo da Armada da Reserva Não Remunerada da Marinha e integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado da

Bahia. Condecorado com a Medalha do Mérito da Segurança Pública da Bahia. Verbetógrafo da Enciclopédia da Conscienciologia. Professor voluntário da Juriscons – Associação Internacional de Paradireitologia.

**Bruno Yudi Shimomaebara Sousa**

brunoyudi96@outlook.com

Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém-Pará-Brasil.

**Caio Henrique Bastos Nunes Rodrigues**

caiorodrigues88@yahoo.com.br

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA) Manaus – Amazonas. Brasil.

**Carlos Benedito Barreiros Gutierrez**

cbbgutierrez@gmail.com

Doutorando em Ciências Ambientais (UFPA) e Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

**Carmen Lúcia Pereira Dias Nery**

carmennery14@hotmail.com

Mestranda em Enfermagem e Saúde pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Enfermeira.

**César Maurício Abreu Mello**

mello.cesar@gmail.com

Mestre em Segurança Pública (IFCH/UFPA), doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA) e Oficial da Polícia Militar do Pará. Belém-PA-Brasil.

**Clay Anderson Nunes Chagas**

claychagas@ufpa.br

Vice Reitor da Universidade do Estado do Pará, participa do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Programa de

Pós Graduação em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará. Professor da Universidade do Estado do Pará atuando no curso de graduação em Geografia. Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA), Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e Graduado em Geografia Licenciatura e Bacharelado (UFPA).

**Claycia Maria Rocha Machado**

claycia.adv.rr@gmail.com

Mestranda em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). Boa Vista-Roraima - Brasil.

**Climene Laura de Camargo**

climenecamargo@hotmail.com

Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, Enfermeira e Profª Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

**Clóvis Roberto Zimmermann**

Clovis.zimmermann@gmail.com

Doutor em Sociologia pela Universidade de Heidelberg na Alemanha, professor de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade. Autor do livro Politische Partizipation in Brasilien: Ein Vergleich der Stadtplanungsmodelle von Porto Alegre und Curitiba. Frankfurt am Main/Londres: IKO-Verlag für interkulturelle Kommunikation, 2006.

**Cristiane do Socorro Loureiro Lima**

crisllima@gmail.com

Doutora em Ciências Sociais (UFRN), Tenente-coronel RR da PMPA. Belém – Pará – Brasil.

**Daniel Maciel de Abreu**  
danielmacielabreu@gmail.com

Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

**Denise Santana Silva dos Santos**  
denisenegal@hotmail.com

Doutoranda em Enfermagem e Saúde pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Enfermeira e Prof<sup>a</sup> Masc. da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

**Dequex Araújo Silva Junior**  
dequex@yahoo.com.br

Doutor em Ciências Sociais (UFBA), Professor colaborador do MPSPJC-UFBA e Oficial da Polícia Militar da Bahia. Salvador-Bahia-Brasil.

**Dorli João Carlos Marques**  
dorlimarques@yahoo.com.br

Doutor em Biotecnologia pela Universidade Federal do Estado do Amazonas (2012) - UFAM, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela UFAM (2005). Professor do PMSP da UEA.

**Edson Juan Ferreira Nascimento**  
edson\_juann@hotmail.com

Acadêmico de Segurança do Trabalho.

**Edson Marcos Leal Soares Ramos**  
ramosedson@gmail.com

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará. Belém-Pará-Brasil.

**Elton José Scremin**  
elton.scremin@prf.gov.br

Policial Rodoviário Federal Graduando em Tecnologia em Segurança Pública (Uninter) Ponta Grossa -Paraná – Brasil

**Erika Natalie Pereira Miralha Duarte**  
erikanatalie@hotmail.com

Mestranda em Segurança Pública (IFCH/UFPA) e Oficial da Polícia Militar do Pará Belém-PA.

**Fernandina Lopes Fernandes**  
fernandina.fernandes@docente.unicv.edu.cv

Mestre em sociologia (UA) e professora da Uni-CV. Praia-Cabo Verde.

**Flaviane Pantoja Garcia**  
flaviane.garcia@yahoo.com.br

Graduanda em Estatística (UFPA) e aluna de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém-Pará-Brasil.

**Guilherme José Sette Júnior**  
bpissette@gmail.com

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos na Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Major da Polícia Militar do Amazonas.

**Helena Lucia Damasceno Ferreira**  
helenaluciaferreira@yahoo.com.br

Doutoranda em Ciências Ambientais (UFPA/Embrapa/Museu Paraense Emilio Goeldi) – Belém-Pará-Brasil.

**Helton Pinheiro da Rocha**  
heltonpmpa@hotmail.com

Graduado em Defesa Social e Cidadania (IESP/UFPA) e aluno de Especialização PMPA/IESP, Belém-Pará-Brasil.

**Henrique Antonio Monteiro Lopes**  
lopide@gmail.com

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA), Especialista em Segurança Pública e Gestão da Informação (UFPA), Policial Rodoviário Federal. Belém – Pará – Brasil.

**Igor Clóvis Silva Miranda**

mirandabahia@gmail.com

Mestrando em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA) e Promotor de Justiça no Estado da Bahia.

**Ildean Lopes Lima**

ildeanlopes@yahoo.com.br

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (PPGSP/UFPA). Belém - Pará - Brasil.

**Irlando Ricardo Monteiro Lopes**

ricardo.pa@bol.com.br

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA), Especialista em Segurança Pública e Gestão da Informação (UFPA), Policial Rodoviário Federal. Belém – Pará – Brasil.

**Isabella Erthal Villarroel**

isaerthal@gmail.com

Mestranda em Segurança Pública (UEA-AM) e Perita Criminal do Departamento de Polícia Técnico Científica do Estado do Amazonas. Manaus-Amazonas-Brasil.

**Ivone Freire Costa**

ivonefcosta24@gmail.com

Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações (UTL), Professora Associada II (UFBA). Coordenadora do PROGESP-UFBA, Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

**Izaura Rodrigues Nascimento**

izaura27@gmail.com

Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional (UnB/UFRR/Flacso) e Professora da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus - Amazonas - Brasil.

**Jair Antônio Silva de Lima**

jair.direito@gmail.com

Mestrando em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA) e Promotor de Justiça no Estado da Bahia.

**Jamille de Almeida Freitas Campos**

jamillef@gmail.com

Mestranda em Administração (UFBA), MBA em Gestão de Projetos (UNIFACS), Bacharel em Segurança Pública e Direito (UNEB) e Oficial do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

**Jatniel Rodrigues Januário**

jrj.januario@gmail.com

Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA), Diretor de Campus de Ensino do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública do Amazonas (IESP/SSP-AM). Manaus-Amazonas-Brasil.

**Jefferson Ferreira Serra**

jeffersonfserra@gmail.com

Graduado em Segurança Pública e do Trabalho (UEMA) e Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão.

**Jessica Rafaela Martins da Gama**

rafaelamartyns13@gmail.com

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém-Pará-Brasil.

**Jhésyka Yasminni Lôbo Ferreira Fernandes Felício**

jhessykalobo@hotmail.com

Graduada em Segurança Pública e do Trabalho (UEMA) e Oficiala do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão.

**Jhulliem Raquel Kitzinger de Sena Guimarães**  
jhulliemkitzinger@yahoo.com.br

Mestranda em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA) e aluna de Iniciação Científica FAPEAM. Manaus-Amazonas-Brasil.

**Joana Macedo Abdel Hai Ahmoud**  
joana\_manaus@hotmail.com

Mestranda em Segurança Pública (UEA-AM) e Assistente Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Manaus-Amazonas-Brasil.

**João Paulo de Freitas Souza**  
jpsouza06.adv@gmail.com

Mestrando em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA).

**José Ailton Nunes de Lima**  
ailton.g1721@gmail.com

Graduando em Estatística (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

**José Gracildo de Carvalho Júnior**  
gracildo@ufpa.br

Doutor em Engenharia Elétrica (UFPA) e professor da UFPA. Belém-Pará-Brasil.

**Josely Bruce dos Santos**  
joselybruce3@gmail.com

Doutoranda em Enfermagem e Saúde pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professora da Graduação em Enfermagem da Universidade Jorge Amado – Unijorge.

**Juliane Nascimento Corrêa**  
juju.2nel@gmail.com

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém-Pará-Brasi.

**Keydna Alves Lima Carneiro**  
keydna@icloud.com

Mestranda em Políticas Públicas (UECE) e oficial da Polícia Militar do Ceará. Fortaleza-CE-Brasil.

**Krystima Karem Oliveira Chaves**  
kryskarem@yahoo.com.br

Mestre em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Estado do Pará e Especialista em Direito de Estado pela Faculdade Estácio do Pará. Professora de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho da Faculdade Estácio de Castanhal e do Centro Universitário do Estado do Pará.

**Lais Oliveira Mota**  
laismota01@gmail.com

Graduanda em Serviço Social (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

**Leila Chagas de Souza Costa**  
leilachagas\_rr@yahoo.com.br

Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, professora do Curso de Bacharelado em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR - Boa Vista – Roraima – Brasil.

**Leliane Aguiar da Silva**  
lelianeaguiar@gmail.com

Esp. mm Educação de Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade. Professora de Sociologia Jurídica e Judiciária da Faculdade Estácio de Castanhal-Pa e Secretaria Estadual da Educação do Pará.

**Leonardo Sousa dos Santos**  
leonardodrggeo@gmail.com

Doutorando em Geografia (IFCH/UFPA) e Técnico em Defesa Civil do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Belém-Pará-Brasil.

**Luciana Souza Borges Herkenhoff**

luciana.borges@uvv.br

Doutora em Psicologia (UFES); professora e pesquisadora da UVV – Universidade Vila Velha.

**Luciane Cavalcante Lopes**

lucyane\_lopes@hotmail.com

Mestranda em Segurança Pública (UEA-AM) e Analista Técnico de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Manaus-Amazonas-Brasil.

**Luciane Gabriele Matsuda**

lueminoru@gmail.com

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

**Luciano Nascimento Silva**

pmlucianosilva@gmail.com

Especialista em Direitos Humanos (UNEB), em Segurança Pública (UNEB/PMBA), em Docência do Ensino Superior (UNIFACS) e Oficial da Polícia Militar da Bahia. Salvador – Bahia - Brasil.

**Maracy Vieira dos Santos**

maracyv@gmail.com

Especializada em Gestão Pública, Segurança contra Incêndio e Pânico e Defesa Civil (IFBA) e Oficiala do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

**Marchezan Nacarato Rocha**

nacaratom@gmail.com

Mestrando em Informática Educativa (UECE), Especialista em Gestão e Políticas de

Segurança Pública (FIC) e Oficial da Polícia Militar do Ceará. Fortaleza – Ceará – Brasil.

**Maria Teresa Oliveira Cabral**

maria.t.oliveira@pn.gov.cv

Mestranda em Segurança Pública (Uni-CV) e Oficial da Polícia Nacional de Cabo Verde. Praia-Cabo Verde.

**Maribel Fernandes Ribeiro Santana**

maribel.santana@ssp.ba.gov.br

Doutoranda em Administração (UFBA), Mestre em Administração (UNIFACS), Bacharel em Segurança Pública e Administração (UNEB) e Oficial do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

**Marimeire Morais da Conceição**

enfufba2002@yahoo.com.br

Mestranda em Enfermagem e Saúde pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Enfermeira da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – Hospital Geral Roberto Santos.

**Marta Rosa de Lacerda Santos**

martarosa.enf@hotmail.com

Especialista em Enfermagem Neonatal/ Hospital Israelita Albert Einstein e Enfermeira.

**Maxwell Marques Mesquita**

maxwell\_mesquita@hotmail.com

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas. Tenente da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

**Miguel Archanjo de Freitas Junior**

mfreitasjr@uepg.br

Doutor em História (UFPR) e professor da UEPG. Ponta Grossa – Paraná – Brasil.

**Mónica de Melo Freitas**

monicaflul@hotmail.com

Doutora em Sociologia (UNL) e Professora da UNL. Lisboa-Portugal.

**Nanníbia Oliveira Cabral**

nannibialucca@gmail.com

Mestranda em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). Boa Vista – Roraima – Brasil.

**Natália Vieiras Dalla Bernardina**

nataliavieirasdb@gmail.com

Mestranda em Segurança Pública (UVV) e advogada.

**Nathalie de Azevedo Kjaer**

nathalie.kjae@gmail.com

Acadêmica de Direito no Centro Universitário Estácio da Amazônia.

**Nelmo dos Santos Passos**

nelmo.passos@hotmail.com

Mestrando em Ciências Policiais na Especialização Gestão da Segurança (Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna – ISCPSI - Lisboa)

**Ney Tito da Silva Azevedo**

fire-36@hotmail.com

Especialista em Gestão Estratégica em Defesa Social (IESP/UFPA) e Oficial do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará.

**Pablo Silva Lira**

pabloslira@gmail.com

Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFES) e professor da UVV. Vila Velha – Espírito Santo – Brasil.

**Renato Barbosa Reis**

georeis@gmail.com

Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa e Docente da Universidade Salvador – UNIFACS

**Ridalva Dias Martins Felzemburgh**

ridalva@gmail.com

Doutora em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pela Fio Cruz, Enfermeira Graduada pela Universidade Federal da Bahia, Graduada em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira e Docente da Escola de Enfermagem UFBA.

**Roberto Magno Reis Netto**

bob\_reis\_ufpa@yahoo.com.br

É Oficial de Justiça Avaliador do TJ/PA, Professor (IESP/PA e ESMAC/PA). Mestre em Segurança Pública pela UFPA. Especialista em Direito Processual Civil (UGF/DF), Docência no Ensino Superior (UGF/DF) e Atividade de inteligência e gestão do conhecimento (ESMAC/PA). Bacharel em Direito (UFPA).

**Samara Viana Costa**

samarasvc@fab.mil.br

Oficial da Força Área brasileira. Mestre em Segurança Pública e graduada em Estatística pela Universidade Federal do Pará.

**Sarah Timotheo Figueiredo**

sarah.figueiredo@prf.gov.br

Mestre em Direito Constitucional (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Revalidado pela UFPE) e Policial Rodoviário Federal.

**Selma Tavares de Melo**

selmatavares.direito@gmail.com

Mestranda em Segurança Pública, Justiça e



Cidadania (UFBA) e Assistente Técnico do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA).

**Sérgio Santana da Trindade**

ststassessoria@yahoo.com.br

Mestrando em Segurança Pública (UFPA), Geógrafo e Contador.

**Silvia dos Santos de Almeida**

salmelaideufpa@gmail.com

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora do Programa de Pós-graduação em segurança Pública da UFPA. Belém-Pará-Brasil.

**Sônia Cristina Lima Chaves**

sclchaves@gmail.com

Doutora em Saúde Pública (UFBA) e professora da UFBA. Salvador-Bahia-Brasil.

**Suzy Dayana Pereira Chagas**

suzyemeialua@hotmail.com

Mestra em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (2018). Oficial da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

**Tatiana Eleutério D'Almeida e Pinho**

tatiana.eleuterio@ssp.ba.gov.br

Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (UFBA) e Oficiala da Polícia Militar da Bahia.

**Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa**

tatyane.tolosa@gmail.com

Mestre em Segurança Pública (PPGSP/UFPA) e Praça da Polícia Militar do Pará. Belém-Pará-Brasil.

**Thays Suelen Brito Santos**

thaysuelen096@gmail.com

Graduanda em Estatística (UFPA) e aluna

de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém-Pará-Brasil.

**Valquiria Rodrigues Gomes**

valquiria.rgomes@yahoo.com.br

Mestre em Enfermagem (UFPA). Belém – Pará – Brasil.

**Vanessa Ferreira Monteiro**

vanessamonteiro19@gmail.com

Bacharel em Estatística (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

**Vera Lucia de Azevedo Lima**

veralucia@ufpa.br

Doutora e Pós-doutorado em Enfermagem (UFPA). Docente no Programas dos Pós-Graduação em Segurança Pública (UFPA) e no Programa de Pós-graduação em Enfermagem (UFPA). Docente da Faculdade de Enfermagem (UFPA). Belém-Pará-Brasil.

**Vinicius Chaves Alves**

viniciuschavesalves@gmail.com

Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará.

**Wilson José Barp**

wbarp@uol.com.br

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor associado da Universidade Federal do Pará. Belém - Pará - Brasil.

**Yuri Ygor Serra Teixeira**

yuriserra@live.com

Mestre em Direitos Fundamentais e Especialista em Ciências Criminais pela Universidade da Amazônia, professor de Direito Penal e Processo Penal da Faculdade Estácio de Castanhal e da Faculdade Ideal – FACY Wyden. Advogado Criminalista.

## Sumário

<b>Prefácio</b>	21
<b>A violação dos direitos humanos nas centrais de triagem do sistema penitenciário do estado do Pará</b>	23
<i>Adriana Maciel Gonçalves; Lais Oliveira Mota</i>	
<b>Ludoterapia e o uso do brinquedo terapêutico com crianças na casa de acolhimento no contexto prisional</b>	35
<i>Marimeire Moraes da Conceição; Denise Santana Silva dos Santos; Carmen Lúcia Pereira Dias Nery; Marta Rosa de Lacerda Santos; Climene Laura de Camargo</i>	
<b>O desenvolvimento humano do sujeito em situação de privação de liberdade por meio da remição da pena pelo trabalho</b>	45
<i>Krystima Karem Oliveira Chaves; Leliane Aguiar da Silva; Vinicius Chaves Alves; Yuri Ygor Serra Teixeira</i>	
<b>Perfil criminal das mulheres presas que trabalham em uma Cooperativa no Centro de Recuperação Feminino do município de Ananindeua-Pará</b>	57
<i>Ildean Lopes Lima; Edson Marcos Leal Soares Ramos; anessa Ferreira Monteiro; Mônica de Melo Freitas; Maria Teresa Oliveira Cabral</i>	
<b>Racionalidades Punitivas e Trabalho Prisional</b>	69
<i>Alfredo Wagner Berno de Almeida; Caio Henrique Bastos Nunes Rodrigues, Jhulliem Raquel Kitzinger de Sena Guimarães</i>	
<b>Acidentes graves de trânsito nas rodovias federais brasileiras no 1º quadrimestre de 2018</b>	81
<i>Henrique Antonio Monteiro Lopes; Irlando Ricardo Monteiro Lopes; Edson Marcos Leal Soares Ramos; Sílvia dos Santos de Almeida; André Luiz Nunes Zogabib</i>	
<b>Periodicidade e relação entre fatores contribuintes de vítimas em acidentes de trânsito no estado do Pará</b>	93
<i>Thays Suelen Brito Santos; José Ailton Nunes de Lima; Edson Marcos Leal Soares Ramos; Sílvia dos Santos de Almeida; ernandina Lopes Fernandes</i>	
<b>Violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes: Casos ocorridos no Estado do Pará no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2017</b>	105
<i>Sílvia dos Santos de Almeida; Sérgio Santana da Trindade</i>	
<b>Reflexão sobre a conduta desviante de adolescentes que praticaram atos infracionais e as suas relações familiares</b>	117
<i>Joana Macedo Abdel Hai Ahmoud; Izaura Rodrigues Nascimento; Luciane Cavalcante Lopes; Isabella Erthal Villarroel</i>	

---

<b>A “Saga” pela Responsabilização do Ato Infracional</b>	129
<i>Luciane Gabriele Matsuda; Vera Lucia de Azevedo Lima; Silvia dos Santos de Almeida; Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
<b>A possibilidade da atipicidade nos crimes de estupro de vulnerável com consentimento das vítimas com faixa etária de 12 a 14 anos</b>	139
<i>André Dias Nunes; Luciana Souza Borges Herkenhoff; Natália Vieiras Dalla Bernardina</i>	
<b>Caracterização geral da violência a partir da percepção dos adolescentes participantes do Programa Formando Cidadão</b>	153
<i>Dorli João Carlos Marques; Suzy Dayana Pereira Chagas; Daniel Maciel de Abreu; Amara Luciane Silva de Souza</i>	
<b>Perfil de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no Brasil</b>	165
<i>Marimeire Morais da Conceição; Carmen Lúcia Pereira Dias Nery; Josely Bruce dos Santos; Renato Barbosa Reis; Ridalva Dias Martins Felzemburg</i>	
<b>Retrato da década do homicídio na adolescência na cidade de Belém</b>	175
<i>Samara Viana Costa; Roberto Magno Reis Netto; Edson Marcos Leal Soares Ramos; Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
<b>Do trabalho policial aos direitos fundamentais: relatividade e paradoxos da ação policial</b>	187
<i>Nelmo dos Santos Passos</i>	
<b>Formação e treinamento: matérias-primas da atividade policial</b>	197
<i>Keydna Alves Lima Carneiro; César Maurício Abreu Mello; Erika Natalie Pereira Miralha Duarte</i>	
<b>O nível de escolaridade de integrantes da Polícia Militar como fator de motivação e excelência no serviço: um estudo de caso na Polícia Militar do Amazonas</b>	209
<i>André Luiz Nunes Zogahib; Daniel Maciel de Abreu; Amara Luciane Silva de Souza; Suzy Dayana Pereira Chagas</i>	
<b>Plano institucional de valorização do corpo de Bombeiros Militar da Bahia: processo de implementação e modelo de governança</b>	223
<i>Maribel Fernandes Ribeiro Santana; Jamille de Almeida Freitas Campos</i>	
<b>Política de ensino de segurança pública: avanços e desafios do Ensino a Distância no Amazonas</b>	235
<i>Jatniel Rodrigues Januário</i>	

---

---

<b>Projeto de Intervenção: a nova avaliação final do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública da Polícia Militar da Bahia</b>	249
<i>Luciano Nascimento Silva; Ivone Freire Costa; Dequex Araújo Silva Junior; Maribel Fernandes Ribeiro Santana; Marchezan Nacarato Rocha</i>	
<b>Uso técnico-profissional do parapsiquismo na ação policial</b>	261
<i>Anibal Picanço Bentes</i>	
<b>Concepções sobre o feminicídio no Brasil e em Boa Vista/RR</b>	273
<i>Claycia Maria Rocha Machado; Nannibia Oliveira Cabral; Anabelle Jeniffer Garcia Alves; Leila Chagas de Souza Costa</i>	
<b>Feminicídio no estado do Pará</b>	285
<i>Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa; Clay Anderson Nunes Chagas; Cristiane do Socorro Loureiro Lima; Valquiria Rodrigues Gomes</i>	
<b>Feminicídio: os preconceitos e estigmas que perpetuam a destruição física e moral de mulheres</b>	297
<i>Alzilene Andrade Lima; Selma Tavares de Melo; Ivone Freire Costa</i>	
<b>Um estudo de caso de feminicídio na cidade de Salvador-Bahia</b>	305
<i>Amanda Barreto Meirelles do Nascimento</i>	
<b>A gestão por processos a serviço da Ouvidoria do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia</b>	315
<i>Tatiana Eleutério D'Almeida e Pinho; Maracy Vieira dos Santos</i>	
<b>Análise da cobertura operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Pará nas ações de combate a incêndio em Belém</b>	325
<i>Ney Tito da Silva Azevedo; Helena Lucia Damasceno Ferreira; Leonardo Sousa dos Santos</i>	
<b>Aplicativo móvel para mapeamento dos hidrantes de uma metrópole amazônica</b>	337
<i>Jessica Rafaela Martins da Gama; Bruno Yudi Shimomaebara Sousa; Juliane Nascimento Corrêa; Leonardo Sousa dos Santos; Carlos Benedito Barreiros Gutierrez</i>	
<b>O perfil sociodemográfico dos pacientes atendidos pelo serviço aeromédico do Grupamento Aéreo de Segurança Pública do estado do Pará</b>	349
<i>Alessandro Zell de Araújo; Wilson José Barp</i>	
<b>Percepção de riscos: o mergulho de resgate nos rios amazônicos</b>	361
<i>Alessandra de Fátima Vasconcelos Pinheiro; Cesar Mauricio de Abreu Mello; Flaviane Pantoja Garcia; José Gracildo de Carvalho Júnior; Sônia Cristina Lima Chaves</i>	

---

---

<b>Proposta de uniformização dos procedimentos do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar no âmbito do CBMMA conforme a Gestão por Processos</b>	375
<i>Tatiana Eleutério D'Almeida e Pinho; Jefferson Ferreira Serra; Jhéssyka Yasminni Lôbo Ferreira Fernandes Felício</i>	
<b>Segurança contra incêndio em edificações: Inserção do conceito de autoproteção na sociedade paraense</b>	389
<i>Ana Paula Tavares Pereira Amador; Cesar Maurício de Abreu Mello</i>	
<b>Um estudo comparativo sobre a utilização da arma de fogo na folga pelos policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque e Batalhão de Policiamento Tático da PMPA</b>	401
<i>Cesar Maurício de Abreu Mello; Erika Natalie Pereira Miralha Duarte; Helton Pinheiro da Rocha</i>	
<b>A segurança viária e a caracterização dos acidentes de trânsito urbano no Brasil</b>	413
<i>Irlando Ricardo Monteiro Lopes; Henrique Antonio Monteiro Lopes; Edson Marcos Leal Soares Ramos; Silvia dos Santos de Almeida; Pablo Silva Lira</i>	
<b>Vitimização de andarilhos de estrada em atropelamentos nas rodovias federais da região dos Campos Gerais, no Paraná: análise estatística do ano de 2017 e do primeiro semestre de 2018</b>	429
<i>Elton José Scremin; Miguel Archanjo de Freitas Junior</i>	
<b>Indisciplina escolar e a relação com a morbimortalidade por causas externas</b>	441
<i>Alexandro dos Anjos da Penha</i>	
<b>Medidas de Prevenção e desafios – estudo prático da redução de violência no trânsito nas rodovias federais do estado da Paraíba</b>	455
<i>Sarah Timotheo Figueiredo</i>	
<b>Dinâmica dos homicídios diante da implantação do programa Ronda no Bairro em Manaus</b>	467
<i>André Nunes Zogahib; Guilherme José Sette Júnior; Maxwell Marques Mesquita</i>	
<b>Índice Remissivo</b>	477

---

## PREFÁCIO

A relação entre a violência e o poder sempre foi debatida pelos estudiosos. Há uma grande questão em saber se a violência é parte constitutiva da nossa humanidade. De um modo ou de outro, a radicalização da insegurança causada pela violência traz um debate fundamental, haja vista que esta é uma das maiores preocupações dos cidadãos em todo o mundo. Pensar o real em suas contradições é fundamental. Nossas angústias diante dos problemas do cotidiano precisam ser pautadas em discussões científicas. Ora, precisamos ultrapassar o imediatismo do senso comum, das Fake-News, dos discursos de ódio e intolerância. Cabe que encontremos novos meios, melhores técnicas, metodologias mais adequadas, para que as sociedades possam fazer as mudanças necessárias para a melhoria da vida social. O encontro fortuito da práxis em segurança pública com a cientificidade teórica é um marco para os estudos em pós-graduação no Brasil. Os estudos multidisciplinares no campo da Segurança e Defesa merecem destaque, pois propiciam compreensões mais profundas de questões relacionadas ao conflito, aos problemas das cidades, questões das criminalidades, tecnologias e diversidades. Muitas das pesquisas aqui propostas demonstram a importância capital dos investimentos públicos e privados em políticas que visem ao enfrentamento da violência, com o intuito de criarmos novos espaços de socialização, uma vez que a juventude e as pessoas excluídas são lançadas à criminalidade pela falta de alternativas profissionais. Eis uma obra inovadora, corajosa, propositiva, pois ela é destinada aos gestores, pesquisadores, profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação em Segurança e Defesa e a todos aqueles que se preocupam em encontrar novas soluções para os problemas relativos aos temas aqui abordados.

Os organizadores

# A violação dos direitos humanos nas centrais de triagem do sistema penitenciário do estado do Pará

*Adriana Maciel Gonçalves  
Lais Oliveira Mota*

## RESUMO

**Importância:** O Sistema Penal Brasileiro é oriundo de métodos de punição agressivos que, mesmo com a reforma prisional brasileira, não há capacidade, ainda, de garantir com seu objetivo de custodiar e garantir os direitos fundamentais de uma maneira geral. Com o aumento da violência, lentidão nos processos e precarização do sistema penal ocorre a superlotação nos estabelecimentos prisionais, principalmente nos espaços denominados de Centrais de Triagem, dificultando a garantia de direito dos presos, que se dá por meio de atendimentos iniciais das equipes biopsicossociais. **Objetivo:** Em razão disto, o trabalho segue com o objetivo de identificar e analisar quais os direitos que não estão sendo garantidos e qual a sua dificuldade de garantia. **Metodologia:** Para obtenção da proposta, apropriou-se de levantamentos bibliográficos para o embasamento teórico dos principais conceitos, visitas as centrais de triagem para realizar a análise descritiva do espaço, observação de tratamento aos presos e serviços oferecidos. **Resultados:** Foi reforçada a hipótese de precarização do espaço nas centrais de triagem, pois quase todas não possuem prédio próprio, tendo que utilizar espaços pertencentes a polícia civil, com isso, não oferece espaço adequado para atendimento e nem a elaboração de serviços, como aulas e cursos. Superlotação, casas penais com o dobro de sua capacidade e equipes biopsicossocial com um assistente social, um psicólogo, e um técnico de enfermagem para dar conta da demanda nas casas penais, dentre outros elementos que fazem com que haja a não garantia de direitos previstas na Lei. **Conclusão:** É evidente que deve haver uma solução imediata para esses problemas que causam fenômenos como rebeliões e grandes motins. É necessária uma custódia humanizada para a garantia de segurança para todos que compõe o ambiente, desde o custodiado, passando pelos servidores e visitantes.

**Palavras-chave:** Central de Triagem; Direitos Humanos; Sistema penitenciário.

## Introdução

A Central de Triagem é um ambiente para onde o acusado de um determinado crime é encaminhado enquanto aguarda a determinação do juiz para cumprimento de pena em regime fechado ou aberto. As centrais foram criadas para auxiliar as seccionais da polícia civil que se encontravam superlotadas, de tal maneira que a maioria das centrais são localizadas ao lado das seccionais, apropriando-se de parte do prédio. A Superintendência do Sistema Penitenciário do estado do Pará foi criada pela Lei Nº 4713, de 26 de maio de 1974, e vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado. A partir da sua criação foram estabelecidas normas de organização, com o intuito de modernização das prisões e organização do número crescente de criminosos na época.

As Centrais de Triagem estão alastradas em diversas localidades do estado, mas principalmente na capital e região metropolitana as visitadas para a realização da pesquisa foram a Central de Triagem da Cidade Nova - CTCN, inaugurada em 20 de maio de 2005, a Central de Triagem de São Brás - CT SB, que deixou de ser central de triagem e passou a ser Central de Recaptura e a Central de Triagem da Cremação - CTCREMA.

O Trabalho nas Centrais de Triagem se desenvolve da seguinte forma: logo após a apreensão, o acusado é encaminhado à Central para ficar sob a custódia do Estado, onde recebe os primeiros atendimentos biopsicossociais dentro do sistema penal. A equipe realiza o preenchimento do formulário biopsicossocial, em que constam as informações de caráter econômico, social e de saúde. Quando detectada a necessidade do atendimento especializado, o custodiado é encaminhado para outros profissionais, como médicos e nutricionistas, que se dirigem às Centrais para atender à demanda solicitada. Quando há precisão de outras especialidades, como psiquiatras e dentistas, os custodiados podem ser encaminhados para as unidades de saúde acompanhados de escolta. O tempo de permanência nas Centrais não é determinado em documentos, porém, alguns profissionais relatam que o tempo ideal seja de um ano a 4 meses, período em que ficam aguardando em regime fechado as audiências e determinações do juiz para serem encaminhados para cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou liberdade.

Todas as Centrais são geridas por equipes formada por um diretor e um vice-diretor, os quais são responsáveis pela administração e funcionamento da Central. Além desses servidores, há também uma “equipe de secretaria”



que é responsável pelas documentações processuais dos custodiados, pelos encaminhamentos de documentações da Central, pelas solicitações de serviço de manutenção do espaço, que são fornecidos pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE. Equipes de agentes prisionais se dividem entre aqueles que trabalham em regime de plantão e outros que são diaristas. Todos respondem pela segurança da Central, pela observação dos custodiados e fazem revistas de visitas. Há também uma equipe técnica diária formada por assistente social, psicólogo (a) e técnico de enfermagem para atender ao número de custodiados que ultrapassa a sua capacidade em todas as centrais pesquisadas.

Este estabelecimento prisional não dispõe de profissionais na área da educação e nem realiza atividades com os custodiados e suas famílias. Alguns custodiados desenvolvem trabalho de limpeza e preservação do prédio fora das celas, amparados pelo Art. 29 da Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que prevê remuneração ao custodiado que desenvolve atividades empregatícias dentro das casas penais. A remuneração não pode ser inferior a  $\frac{3}{4}$  do salário mínimo.

Os custodiados são organizados em celas que aglomeram quantidades diferentes de pessoas e determinados tipos de crimes são passíveis de afastar os mesmos dos demais, para a garantia da integridade física. Nesse panorama, duas celas são específicas: a cela de apoio, que acolhe os que advêm por tratamento de saúde, e a cela de triagem, que abriga os custodiados recém-chegados, que aguardam o atendimento da equipe técnica.

Nesse contexto, a equipe biopsicossocial é indispensável. Nas centrais de triagem o papel de cada profissional é dar apoio social, psicológico e médico, cada um incluso de suas atribuições. Ao profissional do serviço social é atribuída a garantia dos direitos aos custodiados e principalmente a conservação do vínculo familiar. Aos profissionais da psicologia é atribuída a função de avaliar o psicológico do custodiado na questão do aprisionamento; para isso é necessário realizar especificidades da profissão como a anamnese e a psicoterapia. Aos técnicos de enfermagem, ter um olhar sistemático da saúde que consiste em uma triagem para observar/detectar o modo em que eles entram na casa penal, se há lesões e outros problemas de saúde para providenciar os possíveis encaminhamentos. Dessa forma, a Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de execução penal, estabelece:

Seção VI: Da Assistência Social Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social: I – conhecer os resultados dos diagnósticos e exames; II – relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentados pelo assistido; III – acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias; IV – promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação; V – promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade; VI – providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente no trabalho; VII – orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Seção III: Da Assistência à Saúde Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico. § 1º (Vetado). § 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento (BRASIL, 1984, p. 10227).

Além das suas atribuições individuais todos necessitam conhecer a história de vida do custodiado, ter acesso aos laudos médicos e ouvir as demandas apresentadas por eles, e encaminhá-las ao diretor da Central, para que ele adote as medidas cabíveis e, assim, levando em consideração, novamente, as atribuições de cada um possam providenciar as documentações pessoais e elaborar projetos que incentive o bem-estar dessas pessoas que encontrar-se em prisão provisória nas Centrais.

O espectro do cárcere como um recinto de punição é extremamente presente na sociedade; o próprio presídio em sua estrutura e “cuidados” com o custodiado nutre esta percepção, porém, em contrapartida, há um empenho dos assistentes sociais unido com psicólogos, pedagogos e outros profissionais, em fazer com que projetos sociais sejam implantados nas casas penais. Alguns projetos destinados à realização de trabalhos dentro dos estabelecimentos

prisoniais foram implantados com sucesso, mas por uma problemática ainda desconhecida, não foram a diante. Todavia, existem novos projetos com uma abrangência encurtada, quando relacionada ao número de custodiados existente presentemente no sistema penal, que, segundo números oficiais do levantamento nacional de informações penitenciárias Infopen, em 2016, a população carcerária no Brasil era de 726.712.

É saliente a discussão dessa questão para que se compreenda a custódia desde o início, para que as centrais de triagens possam ser notadas com toda sua importância e precariedade, casas penais que não proporciona ambiente para profissionais desenvolverem seus trabalhos e nem para uma custódia digna, estas convivem em constante alerta, já que sua maioria não é segura, colocando em risco todos que frequentam o espaço.

Diante da circunscrição e levando em consideração a atual condição do sistema penal brasileiro, o escopo deste trabalho é identificar e analisar os direitos que não estão sendo garantidos e o que impede a sua garantia.

## **Revisão Bibliográfica**

É de suma estima contextualizar os sistemas prisionais nos tempos antigos da História; as principais características dos delitos eram as dívidas, desobediência ou desrespeito para com as autoridades da época, prisioneiros estrangeiros ou oriundos das guerras. Tal modelo de enclausura é datado dos anos 1700 a.c. Com a Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo adveio o aumento das taxas de pobreza e desigualdade social, o que corroboraram o aumento da criminalidade.

O capitalismo é uma balança que nunca se equilibrará, onde poucos possuem muito, alguns possuem a outra metade e a maioria não possui nada (...) A prisão foi pensada e constituída pela elite para os pobres e não para ricos, uma vez que nossa cultura barroca de fachada, com base da conquista, exclui índios, camponeses no campo e na cidade, migrantes, favelados, encortiçados, sem teto, em uma fenomenologia bastante conhecida, a fenomenologia dos desafiados (ANDRADE; FERREIRA. 2016. p. 117).

No Brasil, o processo de reforma no sistema penal só constituiu plausível por meio do Código Criminal do Império de 1830. No ano de 1824, o Brasil aboliu as punições físicas determinando cadeias com localização e custódia digna.

O Brasil é um dos 10 maiores países do mundo com alto indicador do produto interno bruto (PIB); porém, a distribuição dos recursos entre a população é extremamente injusta, o que coopera para a desigualdade social presente de forma assombrosa no país, a consequência desse quadro social se assinala por meio da responsabilidade do estado que não exerceu com seu desígnio de garantir o acesso aos direitos naturais de seus cidadãos. Na população carcerária brasileira há um significativo contingente de jovens, negros e pessoas de baixa renda, indivíduos esses antes de serem privados de liberdade já se deparavam em estado de vulnerabilidade social.

Segundo Gonçalves e Oliveira Neto (2017), a estigmatização da população brasileira pertencente à classe subalterna é determinada de acordo com as deliberações perpetradas pelo poder político e econômico que regem o país, onde nota-se nitidamente a distinção entre os crimes cometidos por “favorecidos” e “desfavorecidos”.

Outro ponto a ser destacado sobre a estigmatização no que cerne o cárcere, caracteriza-se a respeito do ambiente vivenciado pelo custodiado em que há frequentes violações de direitos, violência extrema e guerras entre os custodiados, modelo de reclusão este impróprio e com diversos obstáculos que propicie a não reincidência.

O modelo de regime de reclusão das prisões é visto como ideal para a sociedade como um todo, pois é o lugar onde aqueles que não fizeram jus a liberdade deve permanecer. São criminosos que perderam os seus direitos quando infringiram as leis estabelecidas. E a sociedade acolhe essa falácia sem atentar que a exclusão, o preconceito e a desigualdade são fatores que induzem as pessoas ao cárcere e muitas vezes à reincidência.

Os muros da prisão representam uma barreira violenta que separa a sociedade de uma parte de seus próprios problemas e conflitos. Reintegração social (do condenado) significa, antes da modificação do seu mundo de isolamento, a transformação da sociedade que necessita reassumir sua parte de responsabilidade dos problemas e conflitos em que se encontra “segregado” na prisão (BARATTA, 2011. p. 2).

Os Direitos foram uma necessidade de ser instituído em razão da historicidade de episódios bárbaros, cometidos por humanos contra outros humanos com inúmeras vítimas fatais. No contexto histórico do advento das Nações Unidas e pós-Segunda Guerra Mundial ocorre um período de manifestações e reivindicações por direitos fundamentados em anseios e aspirações que visam a mudanças e libertação de opressões e explorações.

Contudo, existe algo que não pode ser substituído por nada de equivalente e que é a própria vida humana. Cada ser humano é único e irrepetível. Por isso mesmo, ao contrário das coisas, os seres humanos não têm preço ou valor, mas possuem dignidade (RABENHIRST, 2008. p. 16).

A Universalidade vem contrapor a inadequada ideologia de utilizar os direitos humanos a favor de privilegiados, pois a parcela da humanidade ou em sua maior parte que exerce de fato o direito à liberdade em sua totalidade são justamente os privilégios, enquanto os demais que buscam erradicar qualquer forma de opressão, discriminação e exploração são as maiores vítimas de tais violências, os desfavorecidos. Devido essa razão o caráter da universalidade se torna uma premissa fundamental nos direitos humanos, abalizada nos valores da dignidade e igualdade entre todos os humanos.

Contudo, retratam sobre a vulnerabilidade dos direitos se tornou um obstáculo de dimensão imensurável, devido ao contexto social ser corriqueiro se deparar com pensamentos errôneos sobre os direitos humanos em razão a deturpação e ambiguidade com que é repassado pelos meios de comunicação de massa a respeito do assunto. São nos países com os maiores índices de taxas de desigualdade social, miséria e pobreza, como o Brasil, que se caracterizam e se averiguam as maiores violações e deturpações sobre os direitos humanos.

Mas, e em relação aos direitos humanos? Insisto que dificilmente um tema já venha carregado de tanta ambiguidade, por um lado, e deturpação voluntária, de outro. Provavelmente vocês já ouviram muitas vezes referência aos direitos humanos no sentido pejorativo ou excludente, no sentido de identificar os direitos de bandidos (SOARES, 2013. p. 39).

Os direitos humanos desde sua gênese são permeados pela correlação de forças, em razão do advento de tais direitos serem resultados de um contexto histórico pós-Segunda Guerra Mundial e movimentos de reivindicação e manifestações de direitos. Porém, os contingentes de maior percentual da humanidade provam amargamente da discriminação, preconceito, exploração e são vítimas dos direitos, principalmente da liberdade, ainda se utilizam-se do poder político e econômico para manter o status quo da sociedade.

Portanto, é voluntária, ou seja, há interesse poderosos por trás dessa associação deturpadora (...) de certa maneira, parece necessária as classes dominantes criminalizar as classes populares associando-as ao banditismo à violência e à criminalidade (SOARES, 2013. p. 40).

Ideologia inadequada a respeito dos direitos humanos fortalece a mensagem ou leitura imprópria sobre o assunto, impregnada pelos meios de comunicação, que enfatizam o pensamento que caracteriza os desfavorecidos como merecedores de todo o rigor policial e permanentemente suspeita diante a sociedade.

As prisões também são ambientes de intensos conflitos em que prevalece a lei do mais forte. Os reincidentes exercem comando sobre os primários, prontamente que o reincidente e o primário pleiteiam o mesmo espaço. Essa é uma das causas do aumento das taxas de criminalidade dentro da própria custódia. Os crimes mais “banais” são os espancamentos, abuso sexual e homicídios. Nesse contexto, é o profissional de Serviço Social que intervém como mediador de conflito com ações que promovam a percepção do custodiado como um cidadão de direito e contribuindo para uma nova identidade social dos privados de liberdade.

## **Material e Métodos**

### ***Bibliográfica***

Para obter resultados para este trabalho foram utilizados métodos que se adequassem aos objetivos traçados. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico para a organização dos conceitos de prisão, Direitos Humanos, entre outros abordados na produção deste artigo, seguida de uma investigação preliminar, com a finalidade de obter dados históricos, informações por meio de documentos e registros para a apropriação da origem das Centrais de Triagem e sua organização.

### ***Campo***

Segundo Lakatos e Marcone (2003), o nível de investigação possui três estágios: exploração, investigação e resultado da hipótese.

Foram realizadas visitas a três centrais: CTCN, CTSB, CTCREMA para uma análise descritiva e exploratória, em que podemos ratificar hipóteses levantadas sobre a precarização do trabalho dos servidores e da custódia que pode desencadear um nível elevado de violência dentro do espaço. Foi sagrada a oportunidade de participar de atendimentos aos custodiados, dando riqueza à exploração da pesquisa de campo, onde houve escambo de informações entre pesquisador e profissional, dando detalhamento de informações a partir do seu olhar técnico.

### **Resultados e Discussões**

Projetos nascem em todo o Sistema Penitenciário, incentivados pela Organização das Nações Unidas, por meio do 1º Congresso das Nações Unidas Sobre Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente, realizada em Genebra, em 1955, bem como pela Lei de Execução Penal. Em 25 de maio de 1984, por meio da Resolução Nº 1984/1947, o Conselho Econômico e Social aprovou treze procedimentos para a aplicação efetiva das regras mínimas, nas quais constam atividades específicas de competência da assistência social e de saúde.

No Sistema Penal há um comprometimento dos profissionais que compõem o corpo técnico, com vistas a acompanhar os custodiados, que ficam de passagem, aguardando transferência para os presídios, audiências, etc. Comumente, o primeiro técnico que os custodiados têm contato é o assistente social, que realiza o atendimento de orientação sobre direitos, aquisição de documentação, orientações sobre a previdência e etc. Como prevê o Art. 23, Par. VI da Lei Nº 7.210 de julho de 1984: “Providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente no trabalho”.

Alguns custodiados têm a oportunidade de trabalhar dentro das casas penais, sendo que o número dos que trabalham varia de acordo com a demanda do estabelecimento prisional. Na maioria das vezes, o trabalho que realizam é serviço geral, pelo qual os custodiados recebem uma remuneração, que é destinada às suas famílias ou para uma conta poupança em nome do trabalhador para poder usufruir em liberdade, além de gerar remissão de pena, como previsto

no Art. 29 da Lei de Execução Penal. Em conversa realizada com a assistente social de umas das centrais foi relatado que o trabalho ao custodiado deve ser de caráter qualificatório, e que a realização de atividades ditas “trabalho braçal”, “serviços gerais” não cooperam com a reinserção dos custodiado, e que não o prepara para o mercado de trabalho fora do sistema penitenciário.

Presenciando a realidade dentro das centrais, observar-se-á a dificuldade, inclusive, de cumprir com o objetivo principal que, segundo o Art. 1 da Lei Nº 8.322, de 14 de dezembro de 2015, designa o dever de planejar, coordenar, implementar, fiscalizar e executar uma custódia digna. Foram detectados vários problemas desde sua estrutura física à falta de resposta dos órgãos superiores, improvisando com que os custodiados permaneçam mais do que o tempo previsto em uma unidade que não oferece infraestrutura, segurança e nem serviços básicos para o cumprimento de pena em regime fechado.

Unidades com o dobro de sua capacidade, celas emporcaldadas, grades danificadas, ausência de salas adequadas para visitas, salas para atendimentos pequenas, profissionais sobrecarregados, poucos agentes prisionais, ausência de policiamento e deficiência de enfermarias são só alguns dos problemas enfrentados e que contribuem para a violação dos direitos de custodiados e servidores.

## **Considerações Finais**

O interesse para a realização do artigo surgiu de uma inquietação durante o trabalho de conclusão de curso que não pôde ser posta no trabalho final, porém, uma delas está exposta nesta obra. O objetivo foi mostrar a existência das centrais de triagem no estado do Pará e, constatar que suas precariedades são as mesmas ou até agravadas do que as dos presídios que, em sua maioria, não possuem prédios próprios e são instaladas em condições diferentes das que são recomendadas para uma casa penal.

Durante a pesquisa foi constatada a precariedade e exposição negativa dos servidores e custodiados. Essas casas penais que, mesmo com a preocupação de alguns profissionais em estabelecer uma regra de atendimento e recebimento de custodiados, ainda assim é feita de forma precária, sendo expostos a problemas de saúde e violência. Com isso, essas casas se tornam perigosas para circunvizinhanças mesmo sendo muito próximas de seccionais da polícia civil, mas devido à estrutura não oferecem segurança, sendo constantes as ameaças de motins e rebeliões.



## Referências

- ANDRADE, U. S; FERREIRA, F. F. Crise no sistema penitenciário brasileiro: capitalismo, desigualdade social e prisão. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 4, n. 1, 2016.
- BARATTA, A. **Ressocialização ou controle social**: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. Universidade de Saarland, RFA Alemanha Federal, 2011.
- BRASIL. **Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984**, D.O.U. n. 13.7.1984. Brasília, 13 de julho de 1984.
- BRASIL. **Lei Nº 8.322, de 14 de dezembro de 2015**. Diário Oficial. n. 33032. Pará, 16 de dezembro de 2015.
- BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen** – junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-nobrasil/relatorio\\_2016\\_junho.pdf](http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-nobrasil/relatorio_2016_junho.pdf)>. Acesso em: 04. set. 2018.
- GONÇALVES, A. M; DE OLIVEIRA NETO, E. M. Os Impactos Da Estigmatização Social No Espaço Urbano: Um Estudo Sobre O Homem Médio E O Homem Criminoso. **Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia**, [S.l.], fev. 2018.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2003.
- ONU. **Regras mínimas para o tratamento dos reclusos**. 1955. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/regMinTratRec.html> > Acesso em: 12. jun.2017.
- RABENHORST, E. R. **O que são Direitos Humanos**. Direitos Humanos: capacitação de educadores. Fundamentos histórico filosóficos e político-jurídicos da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: Editora Universitária, p. 13-21, 2008.
- SOARES, M. V. M. B. Cidadania e direitos humanos. **Cadernos de pesquisa**, n. 104, p. 39-46, 2013.



# Ludoterapia e o uso do brinquedo terapêutico com crianças na casa de acolhimento no contexto prisional

*Marimeire Moraes da Conceição  
Denise Santana Silva dos Santos  
Carmen Lúcia Pereira Dias Nery  
Marta Rosa de Lacerda Santos  
Climene Laura de Camargo*

## RESUMO

**Importância:** Vivenciar a infância na Casa de Acolhimento do Complexo Prisional traz repercussões na vida da criança e impactos no seu desenvolvimento. Portanto, o uso do brinquedo terapêutico é um recurso que pode ser utilizado para favorecer um espaço de criatividade e lazer nesse contexto de vulnerabilidade. **Objetivo:** Relatar experiência do uso do brinquedo terapêutico como recurso na ludoterapia para crianças no contexto prisional. **Metodologia:** Estudo descritivo do tipo relato de experiência do uso de brinquedo terapêutico durante as oficinas realizadas com crianças na Casa de Acolhimento do Complexo Prisional em Salvador-BA, Brasil. Foram realizadas oficinas mensais no período de setembro a dezembro de 2017. As oficinas foram realizadas com sete crianças de quatro a seis anos utilizando como recurso o brinquedo terapêutico. **Resultados:** As oficinas terapêuticas fazem parte do Projeto de Extensão “O brincar e o desenvolvimento infantil” já realizado na instituição. O primeiro momento foi de aproximação com as crianças com termos como “violência”, “prende” surgiram no diálogo das crianças. Na segunda e terceira oficina, as crianças desenharam gravuras que reportavam ao presídio e sua família. Na quarta oficina foi utilizada a massa de modelar em que a figura de policiais e de bandidos foram montados pelas crianças. **Conclusões:** As oficinas com brinquedo terapêutico evidenciaram o sofrimento psíquico vivido pelas crianças e possibilitaram traçar um plano de ação junto com a psicóloga e a assistente social da Casa de Acolhimento para assistir a essas crianças. Foi traçado também um Projeto de Extensão que realizará oficinas quinzenais do brincar, permitindo, assim, que as crianças tenham um espaço de lazer e criatividade.

**Palavras-chave:** Brinquedo; Desenvolvimento Infantil; Prisões.

## Introdução

O número de mulheres em idade fértil que vivenciam situação de prisão vem crescendo. Como consequência, crianças nascem no contexto do cárcere asseguradas pela Lei Nº 7.210/1984 (Lei da Execução Penal) que concede o direito da mulher encarcerada manter consigo o filho no ambiente prisional, a fim de amamentá-lo e cuidá-lo até os seis meses de vida (BRASIL, 1984).

A possibilidade da criança nascer e crescer dentro do presídio na companhia da mãe traz à tona a estrutura prisional, prejudicial ao crescimento e desenvolvimento infantil. Isto porque as normas e condutas evidentemente rígidas do sistema prisional, o ambiente fechado, agressivo, agitado e conflituoso podem repercutir negativamente na vida da criança (LEAL, 2016). Ou seja, as crianças, no sistema prisional, nascem e acumulam condições de vulnerabilidade nas três dimensões: individual, social e programática.

No que tange à vulnerabilidade vivenciada por neonatos e lactentes, sua vulnerabilidade individual a um agravo é determinado por circunstâncias, como, por exemplo, a pouca idade. A vulnerabilidade social é ligada às condições de bem-estar social (moradia, acesso a bens de consumo), sendo tanto maior a vulnerabilidade quanto menor a possibilidade de interferir nas instâncias e tomadas de decisão. Enquanto a vulnerabilidade programática está relacionada ao plano institucional, a existência de políticas e ações organizadas para o enfrentamento dos problemas estruturais (AYRES, 2004).

Portanto, os recém-nascidos e lactentes que vivem no contexto da prisão estão vulneráveis a diversos agravos de ordem físico, emocional e social que vão interferir diretamente no seu crescimento e desenvolvimento.

No contexto brasileiro, de acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN - 2016), a população carcerária feminina cresceu 698% no Brasil nos últimos 16 anos. Entre dezembro de 2014 e dezembro de 2016 houve um aumento de 19,6%, subindo de 37.380 para 44.721 (BRASIL, 2017), tornando-se a quinta maior população carcerária feminina do mundo. Pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz entre 2012 e 2014 nas unidades prisionais femininas com 241 mães e seus filhos apontou que estes recebem menos cuidados de saúde do que o preconizado pela legislação brasileira, incidindo diretamente na sua qualidade de vida dentro do contexto do cárcere (LEAL et al., 2016).

Após o período de amamentação é determinada a separação do binômio mãe-filho. Esta separação poderá se dar de três maneiras: instituição de abrigo,

em família substituta (que pode ser sua família ampliada) ou berçário e/ou creche do presídio (STELLA, 2006). No entanto, vivenciar a infância na Casa de Acolhimento do Complexo Prisional traz repercussões na vida da criança e impactos no seu desenvolvimento. Portanto, o uso do brinquedo terapêutico é um recurso que pode ser utilizado para favorecer um espaço de criatividade e lazer nesse contexto de vulnerabilidade. Frente a esta realidade, o objetivo deste artigo é relatar experiência do uso do brinquedo terapêutico como recurso na ludoterapia para crianças no contexto prisional.

## Revisão bibliográfica

O contexto do cárcere pode ser compreendido como um espaço de vulnerabilidade. Local apertado, com aglomerado de pessoas, más condições de higiene, celas úmidas e fétidas e o maior risco de contaminação por doenças infecto-contagiosas (MATÃO, 2016). Esses são alguns fatores que fazem do cárcere um ambiente hostil e desfavorável à maternidade.

Diante da extrema vulnerabilidade das pessoas envolvidas e da natureza fundamental do direito a maternidade, faz-se necessário por meio das políticas públicas adequar a estrutura física do cárcere, permitindo, assim, um espaço mais salubre para o convívio de mãe e filho que vivem nesse contexto (DIUANA et al., 2016). A estrutura física adequada com berçários e creche é importante para a vivência da maternidade na prisão, porém faz-se necessário também o acesso aos serviços de saúde, bem como profissionais sensíveis à situação do binômio (BISPO et al., 2016).

A possibilidade da convivência entre mãe e filho é um relevante e novo avanço no sistema brasileiro. As presas expressam situação de angústia em razão de inúmeros fatores característicos de uma prisão que limitam uma convivência saudável, como o ambiente frequentemente insalubre (AZAMBUJA, 2013). No entanto, o direito a crescer e se desenvolver é assegurado por lei a todo cidadão brasileiro e isso não exclui as crianças, cujos pais estão encarcerados. Neste tocante, o crescimento e desenvolvimento infantil são relatados como a soma de diversas mudanças que ocorreram na vida da criança desde a fase intraútero. Estes dois processos são dinâmicos e envolvem variadas dimensões interrelacionadas.

Portanto, o crescimento é conceituado como uma elevação do número e aumento do tamanho das células na medida em que se dividem e sintetizam novas proteínas, resulta no aumento do tamanho e do peso em geral ou

em alguma região do corpo (HOCKENBERRY; WILSON, 2011). Já o desenvolvimento é definido como uma mudança gradual, uma evolução dos estágios anteriores para os estágios de maior complexidade. Em suma, o desenvolvimento é composto por diversas dimensões: motora, cognitiva, psíquica, emocional (afetiva) e espiritual (MARCONDES, 2011).

Com relação ao amadurecimento (ou maturação), esta é o aumento na competência e adaptabilidade, aumento da idade, geralmente usado para descrever uma mudança qualitativa, uma mudança na complexidade de uma estrutura que possibilita o início de seu funcionamento em um nível superior.

Faz parte do amadurecimento criar vínculo afetivo com as pessoas em sua volta. Este vínculo afetivo é constituído pelos laços duradouros, estabelecidos pela relação mãe-filho ainda durante o processo de gestação e se estabelece nos primeiros meses de vida. Ele se desenvolve por meio da capacidade emocional e psicológica da criança, bem como pelos cuidados e pela resposta dos cuidadores as emoções apresentadas pela criança (RAMIRES; SCHINEIDER, 2010). Os aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais são alguns dos fatores intervenientes na formação do vínculo.

Sabendo-se que o estabelecimento do vínculo mãe-filho está muito condicionado à experiência do parto e aos primeiros encontros mãe-filho, é importante que possamos proporcionar o contato imediato do binômio logo após o parto, o que é fundamental para a criação da vinculação. A maneira como o bebê nasce, seja com suavidade, sofrimento, violência terá implicações diretas na efetivação do vínculo com a mãe (GUTMAN, 2013).

Posto que a teoria do apego de Bowlby defenda a necessidade humana de desenvolver vínculos afetivos, tendo como função biológica de sobrevivência da espécie, é preconizado que as interações emocionais desde a infância sejam construídas inicialmente com os pais. O objetivo dos vínculos afetivos é, pois, a busca por conforto, proteção, carinho e amor (RAMIRES; SCHINEIDER, 2010).

Deve-se inferir, portanto, que as crianças, cuja mãe ou mesmo o pai se encontra em situação de cárcere, têm esse vínculo rompido gradativamente. E, quando ocorre do completo rompimento do vínculo por óbito ou abandono do pai/mãe e impossibilidade de qualquer familiar próximo ter a guarda da criança, ela permanece na creche, sob tutela da justiça. Desta forma, podemos deduzir que crianças que vivem na creche do sistema prisional

podem apresentar problemas emocionais, cognitivos e psicológicos devido ao rompimento do vínculo afetivo.

Na tentativa de minimizar estes danos, recomenda-se que as crianças que convivem no contexto do cárcere, sejam estimuladas a brincar, pois esta é uma atividade essencial ao bem estar físico, emocional, mental e social, uma necessidade de desenvolvimento que não cessa quando ela adoecer ou é hospitalizada. Quando não se propicia a possibilidade de brincar, ela poderá apresentar distúrbios de comportamento, como alterações do sono, irritabilidade, agressividade, inadequação social e atraso no desenvolvimento (HOCKENBERRY; WILSON, 2014). Assim, brincar é considerado uma atividade que colabora com o crescimento e desenvolvimento saudáveis de crianças. Esta ação deve ser valorizada e estimulada em situações em que o rompimento do vínculo afetivo seja uma realidade.

Entre as inúmeras modalidades da brincadeira, destaca-se o Brinquedo Terapêutico (BT). Esta modalidade é uma forma de brincar estruturado que objetiva promover o bem-estar da criança e aliviar a tensão quando enfrenta uma situação difícil ou desconhecida. Outra utilização do brinquedo terapêutico para crianças é auxiliando no preparo para procedimentos diagnósticos e terapêuticos, pois, brincando, ela revive situações difíceis no sentido de elaborá-las e dominá-las (RIBEIRO et al., 2012). Esta forma de brincar é considerada salutar para crianças no contexto do cárcere.

Anteriormente, o brinquedo terapêutico já foi referido como suporte na assistência de enfermagem. Florence Nightingale reconhecia a necessidade de cuidados diferenciados à criança e ressaltava a importância da recreação para seu desenvolvimento e restabelecimento da saúde (RIBEIRO et al., 2012). Frente o exposto, podemos inferir que o uso do brinquedo terapêutico pode ser colaborativo no desenvolvimento de crianças que vivem no contexto do cárcere. Posto que a recreação é uma atividade necessária à criança, a sua prática deve ser estimulada nos diversos contextos em que os infantes se encontram, sendo muito importante nas creches.

No Brasil, o uso do BT iniciou-se com a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Esther Moraes, docente de Enfermagem Pediátrica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, no final da década de 1960. Desde então, o brinquedo terapêutico é usado para identificar situações de sofrimento ocasionado pela separação dos pais, favorece a cooperação da criança ao tratamento e maior

aproximação entre o adulto cuidador e o paciente infantil (CINTRA; SILVA; RIBEIRO, 2006). Desta forma, o BT foi escolhido para nortear as ações com crianças residentes na Casa de Acolhimento do Complexo Prisional.

## **Material e método**

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência. O grupo populacional foram sete crianças de quatro a seis anos que residem na Casa de Acolhimento do Complexo Prisional em Salvador- BA, Brasil, e seis participantes da equipe executora do projeto. A atividade consistia em estimular o uso de brinquedo terapêutico durante as oficinas realizadas mensalmente no período de setembro a dezembro de 2017, cada uma com duração média de 40 minutos. Foi utilizado como recurso o brinquedo terapêutico por meio do uso de diversos materiais, tais como: massa de modelar, brinquedo de montar, pintura com tinta e lápis de cor.

O estudo descritivo é aquele que descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Neste tipo de estudo o pesquisador analisa, observa, registra e correlaciona aspectos quem envolvam fenômenos sem manipulá-los (GIL, 2008). Enquanto o relato de experiência pertence ao domínio social, fazendo parte das experiências humanas, deve conter tanto impressões observadas quanto conjecturadas (LOPES, 2012). Este tipo de estudo é importante para a descrição de uma vivência de uma nova abordagem de cuidado, o que podemos identificar no presente artigo.

## **Resultados e discussões**

A Casa de Acolhimento do complexo prisional acolhe crianças cujo pai ou mãe estão em privação de liberdade no presídio. As oficinas terapêuticas fazem parte do Projeto de Extensão “O brincar e o desenvolvimento infantil” já realizado na instituição. Este projeto tem como relevância o acompanhamento do desenvolvimento físico e psicológico das crianças que residem na Casa de Acolhimento do Complexo Penitenciário da cidade de Salvador-Bahia, por meio da aplicação de brincadeiras adequadas para cada faixa etária, preconizadas pelo Ministério da Saúde no Caderno de Atenção ao Crescimento e Desenvolvimento Infantil.



As brincadeiras influenciam em diversos fatores para o desenvolvimento psicomotor da criança. O brincar é, sem dúvida, um meio pelo qual os seres humanos exploram uma variedade de experiências em diferentes situações, a possibilidade de construir tem papel importante no desenvolvimento da criatividade e permite ao indivíduo reconhecer o seu potencial. Para tanto, serão desenvolvidas oficinas quinzenais sobre o brincar com as crianças na Casa de Acolhimento do Conjunto Penal de Salvador. Tem-se como resultado esperado contribuir para o desenvolvimento infantil nos aspectos motor e cognitivo dessas crianças que vivenciam situação de vulnerabilidade.

As oficinas realizadas mensalmente tiveram resultados compatíveis com o esperado. No primeiro momento com as crianças foi utilizada uma dinâmica de interação com balões, a fim de aproximá-las da equipe executora do projeto. Após isso, foi distribuído para as crianças brinquedo de montar e observado o que elas construía. Durante as oficinas, as crianças verbalizavam a situação de vulnerabilidade e termos como “violência”, “prende”, “matou”, “bateu” apareceram em seu diálogo. Na segunda e terceira oficinas foram utilizadas atividades de pintura com tinta e com lápis de cor. Neste momento, as crianças desenharam gravuras que reportavam o presídio e sua família. Vale ressaltar que representações de grades e o muro do presídio estavam presentes em todos os desenhos, o que demonstra como a situação do cárcere tem repercussões psíquicas na vida das crianças.

Na quarta oficina foi utilizada a massa de modelar em que a figura de policiais e bandidos foram montados pelas crianças. Posteriormente, em reunião da equipe executora das ações com a equipe que cuida das crianças, foi relatado pela psicóloga da unidade que muitas dessas crianças apresentam sono agitado, são agressivas e tem distúrbios de comportamento.

### **Considerações finais**

As oficinas com brinquedo terapêutico evidenciaram o sofrimento psíquico vivido pelas crianças e possibilitaram traçar um plano de ação juntamente com a psicóloga e a assistente social da Casa de Acolhimento para assisti-las. Diante da vivência, identificou-se a necessidade de aumentar a frequência das atividades o que originou um outro Projeto de Extensão intitulado “Vem brincar comigo”, que realizará oficinas quinzenais do brincar, permitindo, assim, que as crianças tenham um espaço de lazer e criatividade.

## Referências

AYRES, J. R. C. M. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. **Interface. Comunic, Saúde, Educação**, v. 8, n. 14, p. 73-92, set, 2004.

AZAMBUJA, M. R. F. Os bebês de mães que cumprem pena privativa de liberdade. **Revista Gênero & Direitos**, v. 1, p. 46-66, 2013.

BISPO, T.C.F. et al. Percepções das gestantes e puérperas presidiárias acerca do contexto carcerário. **Rev. Enferm Contemporânea**, v. 5, n. 1, p. 43-50, jan/jun, 2016.

BRASIL. **Lei Nº 7.210 de 11 de Julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal.

BRASIL. Ministério da justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias infopen mulheres**. Atualizado em Junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017.

CINTRA, S. M. P.; SILVA, C. V.; RIBEIRO, C. A. O ensino do brinqueado / brinqueado terapêutico nas Escolas de Graduação em Enfermagem no estado de São Paulo. **Rev Bras Enferm**. n. 59, v. 4, p. 497-501, 2006.

DIUANA, V. et al. Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 7, p. 2041-2050, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GUTMAN, L. A. **A maternidade e o encontro com a própria sombra: o resgate do relacionamento entre mães e filhos**. 5 ed., Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.

HOCKENBERRY, M. J.; WILSON, D. WONG. **Fundamentos de enfermagem pediátrica**. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOCKENBERRY, M. J. Wong: **Fundamentos da enfermagem pediátrica**. 8 ed., Rio de Janeiro: Elsevier; 2014.

LEAL, M. C.; AYRES, B.V.S.; PEREIRA, A. P. E.; SÁNCHEZ, A. R.; LAROUZÉ, B. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 7, p. 2061-2070, 2016.

LOPES, Marcos Venícios de Oliveira. Sobre estudos de caso e relatos de experiência. **Revista Rede de Enfermagem do Nordeste**, online. ISSN 1517-3852. 2012.

MARCONDES, E. **Pediatria básica: pediatria geral e neonatal**. 9 ed. São Paulo: Sarvier, 2011.

MATÁO, M. E. L. et al. Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe-filho. **Rev. Enferm. Cent.-Oeste Min.** v. 6, n. 2, maio/ago, 2016.

RAMIRES, V. R. R.; SCHNEIDER, S.M. Revisitando alguns conceitos da teoria do apego: comportamento versus representação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p.25-36, 2010.

RIBEIRO, C. A.; BORBA, R. I. H.; MELO, L. L.; SANTOS, V. L. A. Utilizando o brinquedo terapêutico no cuidado à criança. In: CARVALHO, S.D. (Org.). **O enfermeiro e o cuidar multidisciplinar na saúde da criança e do adolescente**. São Paulo: Atheneu, p. 127-134, 2012.

STELLA, C. **Filhos de Mulheres Presas: soluções e impasses para o seus desenvolvimentos**. São Paulo: LCTE, 2006.



# O desenvolvimento humano do sujeito em situação de privação de liberdade por meio da remição da pena pelo trabalho

*Krystima Karem Oliveira Chaves*

*Leliane Aguiar da Silva*

*Vinicius Chaves Alves*

*Yuri Ygor Serra Teixeira*

## RESUMO

**Importância:** A remição da pena por meio do trabalho é direito do encarcerado, segundo a Lei de Execução Penal e está relacionado à garantia Constitucional de individualização da pena, de modo que, além de justas e proporcionais, devam ser particularizadas e instrumento de reintegração social. **Objetivo:** Sob a perspectiva da Teoria do Desenvolvimento Humano de Amartya Sen, avaliou-se a efetividade da política pública voltada à remição da pena por meio do trabalho, analisando se os sujeitos em situação de privação da liberdade, durante a execução das atividades laborais permitidas, são, de fato, capacitados, de modo que possam deter autonomia e emancipação suficientes para a reinserção dos egressos no mercado de trabalho. **Metodologia:** Foi realizada pesquisa teórica por meio do método indutivo, a fim de se analisar a efetividade da reinserção do egresso, por meio do trabalho de modo a viabilizar seu desenvolvimento humano. **Resultados:** Dentre os principais resultados obtidos percebeu-se que a maior parte da população carcerária não consegue se inserir em políticas voltadas a remição da pena por meio do trabalho, daí sua pouca efetividade. Some-se o fato de que os cursos de capacitação não permitem o desenvolvimento humano do egresso nos moldes da Teoria de Amartya Sen. **Conclusão:** Por fim, constatou-se que a reinserção social não é efetivamente experimentada por meio da política de remição pelo trabalho. O desenvolvimento humano do egresso por meio do trabalho no cárcere somente poderá ser concretizado quando todos os funcionamentos e capacidades desses indivíduos possam ser viabilizados por meio de cursos de capacitação que atendam às necessidades de emancipação do egresso e consequente reinserção social no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento humano; Reinserção social do egresso; Remição da Pena, Trabalho no cárcere.

## Introdução

O trabalho, enquanto direito social, transforma-se no meio de produção e de reprodução do homem em sociedade, viabilizando mesmo a sua própria existência no mundo, alterando, não só a natureza, como a própria essência do ser que trabalha. “Ao mesmo tempo em que transforma a relação metabólica entre o homem e natureza e, num patamar superior, entre os próprios seres sociais, autotransforma o próprio homem e a sua natureza humana” (ANTUNES, 2009, p. 145).

O trabalho vira zona de mediação entre o homem natural e o ser social, assumindo, assim, viés particular, quando transforma a si mesmo, mas também coletivo, quando afeta toda a sociedade. É esse papel fundamental do trabalho que deve ser reconhecido ao homem desde a sua origem, esse é o sentido que a humanidade deve conferir ao trabalho. Nesse contexto, a condição de ser homem no mundo se exerce por meio do trabalho que oportuniza condições básicas para que se promova a manutenção da vida na terra. O trabalho é a sua própria condição de existir no mundo, correspondendo ao “processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho” (ARENDT, 2013, p. 8).

Assim, todo o produto gerado pelo trabalho é destinado a manter o *“processo da vida humana, e esse consumo, regenerando o processo vital, produz – ou antes, reproduz, nova ‘força de trabalho’ de que o corpo necessita para o seu posterior sustento”* (ARENDT, 2013, p. 122, grifo nosso). O trabalho assume natureza interminável, nesse contexto, por ser próprio da condição humana. Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido nos ambientes prisionais pelos sujeitos em situação de privação de liberdade, além de viabilizar essa condição humana, traduz-se também em natureza jurídica, possibilitando o desconto de parte do tempo de execução da pena privativa de liberdade, direcionada a reintegração social dos mesmos.

Sob a perspectiva da Teoria do Desenvolvimento Humano de Amartya Sen, o presente trabalho tem como objetivo analisar a configuração legal do instituto da remição da pena por meio do trabalho quanto ao alcance da capacitação laboral, de modo que possa contribuir com a autonomia e emancipação suficientes para a reinserção dos egressos no mercado de trabalho.

## Revisão bibliográfica

O direito ao desenvolvimento deve ser entendido não apenas como um direito em si, mas como um meio destinado a garantir, minimamente, ao indivíduo, a construção e a manutenção de bases materiais que lhe permitam viver com dignidade. As políticas públicas que visam ao desenvolvimento, embora priorizem a consecução de um fim único, devem ser constituídas por várias ações interligadas de seus diversos atores, a fim de enfrentar os desafios que a sociedade globalizada e complexa exige. A remição da pena por força do trabalho relaciona diversas ações e pretende envolver em sua execução vários atores, públicos e privados quando objetiva a capacitação dos sujeitos em condição de privação de liberdade, para que, após o cumprimento da pena, possam ser reinseridos no mercado de trabalho.

Sen (2010) desenvolveu a teoria do *capabilities approach* na qual a ideia de desenvolvimento humano se relaciona, principalmente, com a melhora da vida dos indivíduos e com o fortalecimento das capacidades necessárias ao gozo pleno de uma vida digna. Portanto, deve albergar um projeto global de expansão das liberdades reais dos indivíduos, exigindo, assim, a remoção de qualquer forma de privação dessas liberdades.

As *capabilities* representam, assim, liberdades substantivas que devem ser permitidas e experimentadas, uma vez que são fundamentais na opção de vida de cada um por se complementarem mutuamente e quando desenvolvidas em sua plenitude, permitem o usufruto da dignidade humana, razão pela qual, garanti-las em sua totalidade, implica oferecer um conjunto moral e humanamente vantajoso de objetivos para o desenvolvimento. As políticas públicas que visem ao aumento das *capabilities* humanas e das liberdades substantivas devem privilegiar a promoção das liberdades em si, mas de forma inter-relacional, e nunca de maneira isolada ou monofacetada. Assim, as liberdades não se apresentam, somente, nos fins primordiais do desenvolvimento, mas, e principalmente, nos meios para que seja alcançado, o que traduz a essência do pensamento de Sen.

Viver consiste assim em um conjunto de *functionings* interligados que compreendem tudo aquilo que se é e tudo aquilo que se faz, razão pela qual a realização pessoal é o meio pelo qual se exercem os *functionings*. Contudo, nem todo ser humano possui a possibilidade de exercê-los da mesma forma, pois o nível de desenvolvimento que se encontram lhes permite apenas aceitar

as *capabilities* que lhes são impostas, sem considerar qualquer escolha pessoal. “Os recursos que uma pessoa tem, ou os bens primários que detém, podem ser indicadores bastante imperfeitos da liberdade que essa pessoa realmente desfruta para fazer isto ou ser aquilo” (SEN, 2012, p. 75).

E é justamente entre a realização e a liberdade de realizar que se encontra a igualdade e a desigualdade entre os homens. A realização é, na prática, aquilo que o homem consegue fazer. Mas a liberdade de realizar é a oportunidade real que este homem possui para fazer ou alcançar aquilo que valoriza. Aplicando-se os ensinamentos de Sen ao trabalho propiciado por meio da remição da pena, caberia questionar não a mera quantidade de dias em que se submete a prestação do labor, mas o que, de fato, esse trabalho significa e implica na superação de todas as limitações e dificuldades que enfrentará quando em liberdade.

É certo que o apenado, à medida que se vincula a uma forma de trabalho duradouro, diminui, proporcionalmente seu tempo de pena, conforme a lei determina. Contudo, resta indagar se esse homem que passou sua vida limitado a situações degradantes e indignas, poderá realizar, com o trabalho desenvolvido no cárcere, os mesmos *functionings* de um trabalhador livre que experimentou uma vida sem tantas limitações, e, em realidade bastante diversa.

Resta, assim, ao Estado, prioritariamente, viabilizar políticas que objetivem o desenvolvimento humano desse sujeito privado de sua liberdade, além de se reinventar e superar antigas polaridades internas, assumindo papel mais dinâmico e ativo, de verdadeiro promotor de reengenharia institucional nas áreas sociais e de planejamento estratégico para que otimize sua atuação, tanto nas atividades em relação às quais possua competência exclusiva, quanto nas auxiliares, em face do alcance de direitos sociais elementares.

O desenvolvimento humano defendido acima, conforme se nota, está atrelado à concepção de um Estado mais sensível e atuante, capaz de perceber essas mudanças, que, nem sempre, fazem-se latentes em suas estruturas para, a partir de então, canalizar suas ações na promoção do exercício pleno da cidadania por meio da inclusão, que agrega ao seu caráter econômico outros valores, exigindo, também, empoderamento político e a construção de projetos e de identidades. É assim que o *capabilities approach* exige do Estado uma ação afirmativa; garantir ao cidadão o direito ao desenvolvimento é, muito mais do que permitir o acesso às *capabilities*, implicando, também, em estabelecer o seu funcionamento, porque inerentes à condição humana.



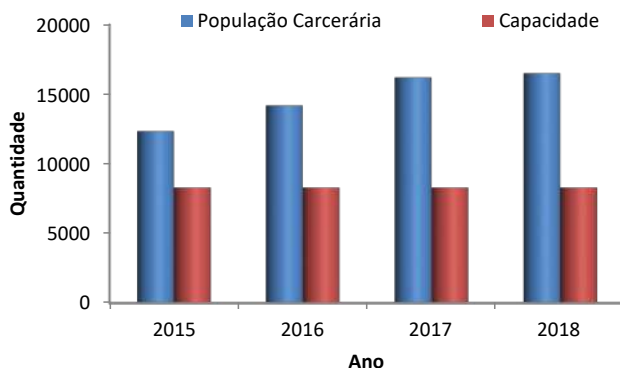
Somente com a conquista efetiva do gozo e do funcionamento das *capabilities* pode-se considerar um Estado como justo.

## Material e métodos

Diante deste cenário torna-se necessário compreender, a partir dos dados oficiais, a realidade do Sistema Carcerário do Pará, por intermédio das produções periódicas do Departamento Penitenciário Nacional (INFOPEN) sobre a atividade laboral no cárcere, para fins de remição da pena. Até mesmo porque o desenvolvimento humano do sujeito em privação de liberdade, considerando os pressupostos da Teoria de Sen, reflete a preponderância de compreender o cenário investigado como recorte epistemológico da presente pesquisa.

De acordo com os últimos dados divulgados pela Superintendência do Sistema Penitenciária do Pará - SUSIPE, considerando até o mês correspondente de julho de 2018, sua população carcerária soma-se a quantia de 16.643 (dezesesseis mil seiscentos e quarenta e três) em privação de liberdade, sem contar com os detentos em monitoração eletrônica. O quantitativo reflete presos em cumprimento de pena (decisão definitiva) e presos processuais (em sede de prisão preventiva e prisão temporária), estes últimos, apesar do quantitativo significativo, somente podem ser considerados, para fins de remição da pena, os agentes em cumprimento de pena, em decorrência de determinação legal.

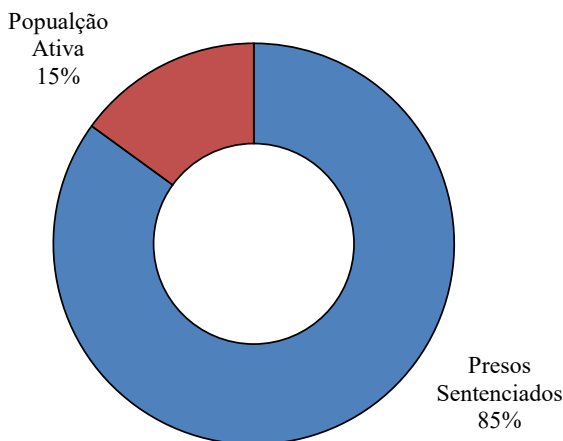
**Figura 1:** Relação da população carcerária com a capacidade das casas penais no estado do Pará entre 2015 a julho de 2018



Fonte: INFOPEN/JULHO, 2018.

Ao se considerar o mais recente período compreendido entre janeiro a julho de 2018, o quantitativo de presos sentenciados gira em 12.280 (doze mil duzentos e oitenta) custodiados, dentre os quais, somente 14,87% (quatorze, oitenta e sete por cento), ou seja, 1.801 (mil oitocentos e um) estão em atividade laborativa.

**Figura 2:** Relação da população carcerária e sua inserção em atividades laborativas no estado do Pará em julho de 2018

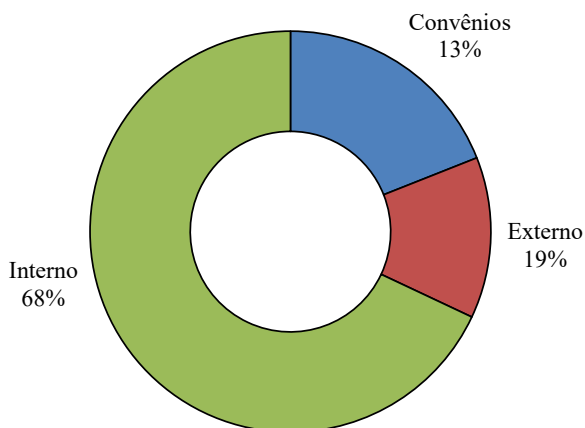


**Fonte:** Diretoria de Reinserção Social – DRS/Jul-2018.

O trabalho realizado no cárcere pode ser cumprido por intermédio de convênios com empresas públicas ou privadas, no ambiente interno ou externo. De todas as vagas ocupadas em atividade laborativa, 347 (trezentos e quarenta e sete) se dão por meio de convênios firmados, 226 (duzentos e vinte e seis) em trabalho externo, totalizando 573 (quinhentos e setenta e três) detentos em trabalho externo. Por sua vez, o maior número corresponde ao trabalho interno, realizado em suas respectivas casas penais que somam 1.228 (mil duzentos e vinte e oito) custodiados em regime de trabalho.

No entanto, apesar do quantitativo aparentemente significativo de custodiados em regime de atividade laborativa, o número ainda é integralmente desproporcional ao quantitativo de presos custodiados, torna-se importante frisar que nem todo custodiado pode usufruir do benefício da remição da pena, por falta de atividades laborativas, sendo os critérios de escolha para atividade laboral, limitados a decisão subjetiva do respectivo diretor da casa penal.

**Figura 3.** Relação dos tipos por quantitativo das atividades laborativas no estado do Pará em julho de 2018



**Fonte:** Diretoria de Reinserção Social – DRS/Jul-2018.

Dentre os trabalhos realizados em sede de convênios firmados pelo SUSIPE em atividades internas e externas, pode-se destacar os Projetos: “Aprendendo a cozinhar”, “Prefecta”, “Esperançar”, “Oré”, “Feira livre”, “Ipê”, dentre outros. Importante ressaltar que os convênios com as empresas privadas garantem emprego com carteira assinada aos egressos do sistema penal, mas ainda são em menor quantitativo.

A título de exemplo, o “Projeto Ipê” firmou com a empresa Vimex – Vitória Exportação de Madeiras Ltda., um convênio que garantiu 25 (vinte e cinco) vagas para mão de obra carcerária na fábrica de beneficiamento de madeira. Da mesma forma, o “Projeto Esperançar”, que possui convênio com a empresa Proam Alimentos e Eventos, desde o ano de 2013, já beneficiou mais de 40 (quarenta) detentos em atividades de auxiliares de cozinha, na produção, embalagem e distribuição de alimentos, além de atividades de limpeza. Vale ressaltar que não existe nos dados apontados pela SUSIPE, a diferença da oferta de atividade laborativa por sexo já que o número de custodiadas do sexo feminino é significativamente inferior ao do sexo masculino. Logo, torna-se necessário compreender também o quantitativo de vagas oferecidas para ambos os sexos, como primazia para compreensão da teoria do desenvolvimento humano de Amartya Sen.

## **Análise descritiva**

Devido à Constituição Federal elencar o trabalho como fundamento do Estado Democrático de Direito e como uma garantia constitucional de todo o cidadão, logo, estende essa garantia a população carcerária, dado que a LEP em seu artigo 3º preleciona que para os sujeitos privados de liberdade serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei, incluindo-se ao apenado o direito a prestação de trabalho dentro dos presídios, e a possibilidade de se utilizar desse instituto para remir sua pena.

Na relação trabalho e prisão, convém reconhecer que a própria gênese dessa modalidade punitiva está vinculada ao adestramento da mão de obra no período da transição ao sistema de produção industrial e ao capitalismo (FOUCAULT, 1991). Embora o trabalho no sistema prisional venha aparecer com sobrecarga de seus conteúdos éticos modernos, será percebido e operacionalizado, em especial pelos apenados, como elemento utilitário, não tanto de resultados subjetivos de reforma pessoal, mas sim mais de ocupação e mercantilização do tempo para remir a pena.

Isto ocorre tanto quando não há uma oferta quantitativa expressiva de apenados em atividades laborativas, como também quando não se disponibilizam atividades substancialmente produtivas no sentido profissional ou profissionalizante, como requer a legislação, mas apenas como alocação de presos em atividades de manutenção das casas prisionais, tais como faxina e cozinha e atividades de auxílio burocrático administrativo. Os dados apontam que apenas 15% (quinze por cento) da população carcerária, de fato, encontram-se inserida em atividades laborativas, número que distancia o ser humano encarcerado de se desenvolver por meio do exercício de suas liberdades e funcionamentos.

Ademais, do total de sujeitos em situação de privação de liberdade que exercem atividade laborativa, percebe-se ainda que 68% da população se encontra realizando atividades internas das casas penais que, em regra, são exercidas nas áreas de manutenção, limpeza, lavanderia, capinagem, etc. Atividades que, por si só, não capacitam de fato esse ser humano de modo a permitir seu desenvolvimento humano.

## **Resultados e discussões**

Frente a esta problemática pertinente, é salutar compreender o que buscam os apenados no trabalho? Que valor vislumbram nas atividades

laborais que exercem? Os estudos sociopenitenciários (BRANT, 1994; GOIFMAN, 1998) respondem que ao lado dos eventuais benefícios do sistema informal – “ser bem considerado na massa” – ou mesmo da boa impressão que pode causar aos operadores formais do sistema punitivo, o que o preso trabalhador busca é uma forma de “matar o tempo”, ocupar-se diante do peso da temporalização da pena, bem como uma forma de auferir um capital temporal em relação ao atributo e caráter mercantil do tempo prisional, para isso utilizando-se do trabalho como forma de atingir à remição.

Nesse diapasão, a relação trabalho/prisão, calcado na oposição “mundo do crime/mundo do trabalho”, Mirabete assinala:

O trabalho tem seu sentido ético, como condição da dignidade humana, e assim assume caráter educativo. Se o condenado já tinha o hábito do trabalho, depois de recolhido ao estabelecimento penal o seu labor irá manter aquele hábito, impedindo que degenera; se não o tinha, o exercício regular do trabalho contribuirá para ir gradativamente disciplinando-lhe a conduta, instalando-se na sua personalidade o hábito de atividade disciplinadora. [...] A aquisição de um ofício ou profissão, fator decisivo à reincorporação social do preso, contribuirá para facilitar-lhe a estabilidade econômica assim que alcançar a liberdade (MIRABETE, 1994, p. 103-104).

Entretanto, como vem sendo configurado o trabalho prisional direcionados aos sujeitos em situação de privação de liberdade, como medida mediana e não como aponta a legislação penal referente a temática, a sua realização não alcança a formatação de um desenvolvimento como liberdade por vários fatores, como o número reduzido de postos de trabalhos no cárcere que possa atingir um número significativo de reeducandos, dado se tratar de uma população que sofre com a superpovoamento interno, os culturais estigmas sobre essa camada de cidadão e labores centrados na manutenção física das prisões.

A literatura sobre o atual quadro do sistema penitenciário brasileiro, mostra que quando os motivos que levam o preso ao trabalho pode-se, sob o referencial teórico de Sen (2010), cogitar não o sucesso do tratamento penal

“ressocializador” ou de reintegração social na conversão dos criminosos em trabalhadores e, tampouco, a mera submissão do preso ao adestramento para fins econômico-capitalistas, mas sim uma estratégia concreta de capitalização simbólica (seja com fins de temporalização preemptiva da liberdade, seja com fins de aumento de capital disciplinar) que se insere no jogo específico da execução penal: na sua economia, na sua violência e dominação, como sugere Bourdieu (2004) na arena do poder simbólico. Isto permite afirmar que quanto a possibilidade de viabilizar o trabalho nessas instituições totais, encontraremos as oportunidades de trabalho sendo disponibilizadas em dinâmicas de violência e dominação simbólica, por parte das esferas administrativas, bem como os efeitos do trabalho sendo admitidos em sua capitalização ou desvalorizados nessa, por parte das instâncias judiciais, não pactuando um desenvolvimento como liberdade.

Assim, é perceptivo que o acesso à liberdade se torna um desejo alcançado por meio da remição pelo trabalho, mas atingi-lo dependerá de estratégias que via de regra não estão sob o domínio exclusivo das intencionalidades individuais, pois concretizá-la não depende exclusivamente da vontade do apenado, mas sim das estratégias que desenvolver no interior dos jogos que se jogam nos ambientes socioprisionais.

### **Considerações finais**

As liberdades denominadas como “instrumentais” por Sen (2010) tem a capacidade de ligarem-se umas às outras, contribuindo com o aumento e o fortalecimento da liberdade humana de modo geral.

É neste íterim que as políticas públicas que são criadas para efetivarem a remição da pena pelo trabalho deveriam se amparar. Entretanto, vimos que o trabalho do encarcerado dar-se-á ainda sobre o prisma de uma ética laboral moderna – que tende a não abarcar a sua complexidade – ou sob o prisma da dominação econômica, ou, ainda, no conflito de ambos enfoques, e não sob uma compreensão dos multifacetados aspectos que a prática e a disposição para o trabalho podem assumir na perspectiva dos *habitus* dos apenados, ou, como conjecturou Sen (2010), sob um novo prisma de desenvolvimento humano à luz do entendimento de liberdade instrumentais interdependentes.

## Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARENDT, H. **A condição humana**. tradução Roberto Raposo. 11. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BRANT, V. C. **O trabalho encarcerado**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 9. ed., Petrópolis: Vozes, 1991.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 3. ed., São Paulo: Perspectiva, 1990.
- MIRABETE, J. F. **Execução penal**: comentários à Lei Nº 7.210, de 11-07-84. 6. ed., rev., São Paulo: Atlas, 1994.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEN, A. K. **A Desigualdade Reexaminada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO PARÁ (SUSIPE). SUSIPE em números. Julho de 2018. Disponível em <<http://www.susipe.pa.gov.br/content/susipe-em-n%C3%BAmeros-0>>
- SEN, A. K. **Convênio da Susipe com empresas privadas garante a egressos emprego com carteira assinada**. Abril de 2016. Disponível em <<http://www.susipe.pa.gov.br/noticias/conv%C3%AAnio-da-susipe-com-empresas-privadas-garante-egressos-emprego-com-carteira-assinada>>
- SEN, A. K. **Projeto emprega detentos no setor alimentício**. Setembro de 2017. Disponível em <<http://www.susipe.pa.gov.br/noticias/projeto-emprega-detentos-no-setor-aliment%C3%ADcio>>





# Perfil criminal das mulheres presas que trabalham em uma Cooperativa no Centro de Recuperação Feminino do município de Ananindeua-Pará

*Ildean Lopes Lima*

*Edson Marcos Leal Soares Ramos*

*Vanessa Ferreira Monteiro*

*Mônica de Melo Freitas*

*Maria Teresa Oliveira Cabral*

## RESUMO

**Importância:** A vida em sociedade requer que as regras sociais sejam aceitas e cumpridas pelos indivíduos. Com isso, resta ao sistema penitenciário a complexidade de exercer o controle social dos desviantes e depois reintegrá-los socialmente. **Objetivo:** nesse sentido, este estudo teve como objetivo analisar o perfil das mulheres encarceradas que voluntariamente estão inseridas em atividades laborativas na Cooperativa Social de Trabalho Arte Feminina Empreendedora, e as principais práticas criminosas que as levaram à prisão. A Cooperativa está sediada dentro do Centro de Recuperação Feminino no município de Ananindeua-Pará, região metropolitana de Belém, e é a primeira cooperativa formada exclusivamente por mulheres presas no Brasil. **Metodologia:** Para tanto, utilizou-se um estudo exploratório e descritivo com abordagem quantitativa para análise e exposição dos dados de todas as vinte e três mulheres que trabalham na cooperativa, disponibilizados pela Superintendência do Sistema Penitenciário do estado do Pará. **Resultados:** Observou-se como principais resultados que as internas possuem em média 37 anos de idade, são da cor/etnia parda, a maior parte são naturais do interior do estado e cometeram o crime de tráfico de entorpecentes. **Conclusão:** Sendo possível concluir, com base nos resultados observados e na bibliografia estudada que o tipo de trabalho prisional, voltado para a autogestão na obtenção de renda, pode se tornar uma oportunidade para essas mulheres recomeçarem a vida pós-cárcere e serem inseridas no mercado de trabalho após o cumprimento da pena.

**Palavras-chave:** Mulheres encarceradas; Trabalho prisional; Tráfico de entorpecentes.

## Introdução

O Brasil apresenta na atualidade um número elevado de pessoas encarceradas, exibindo um contingente de 762.712 presos até junho de 2016, o que faz ele ser mundialmente o país com a terceira maior população carcerária, depois dos Estados Unidos e da China (BRASIL, 2017). Especialmente após as rebeliões nas instituições prisionais das regiões Norte (estados do Amazonas, Roraima e Pará) e Nordeste (estado do Rio Grande do Norte), no início dos anos 2017 e 2018, a crise no sistema prisional voltou a ser muito discutida nacionalmente. O cenário caótico de superlotação, massacres e maus-tratos revelam uma possível inexistência da capacidade ressocializadora das prisões brasileiras. Além disso, denotam uma realidade desafiadora para concretização dos direitos humanos.

Nesse panorama, outro dado impactante foi o número de mulheres presas no Brasil, que, de acordo com o relatório INFOPEN Mulheres (BRASIL, 2017), contabilizou no período de 2000 a 2016 um crescimento de 525% na taxa de aprisionamento em um período de 16 anos. Em 2000, a taxa de mulheres encarceradas por cem mil habitantes era de 6,5 e passou para 40,6 no ano de 2016. Diante disso, foi possível afirmar que o Brasil tinha em junho de 2016 a quarta maior população de mulheres encarceradas do mundo, isto é, um total de 42.355 mulheres privadas de liberdade, ficando atrás dos Estados Unidos (211.870), China (107.131) e Rússia (48.478) (BRASIL, 2017).

No que se refere à realidade local, observou-se que no estado do Pará, tanto a população carcerária geral quanto a feminina acompanharam a tendência de aumento ocorrida no contexto nacional. No Brasil a quantidade de presos para cada cem mil habitantes é de 306,22 e no Pará é de 212,93 presos por cem mil habitantes, até março de 2018, o que faz com que ele ocupe a décima quarta posição em população carcerária absoluta entre os demais estados, com um total de 17.650 pessoas encarceradas, sendo 16.680 homens e 942 mulheres, isto é, 5,33% da população total presa (PARÁ, 2018). Levando-se em conta a diferença de gênero no sistema prisional paraense, o aprisionamento de mulheres em relação ao dos homens ainda é pequeno, mas como esse é um fenômeno crescente ele tem gerado preocupação, pois isso provoca um grande impacto nas relações sociais e familiares.

Uma vez que o aumento da população carcerária feminina no estado do Pará acompanha a tendência de crescimento prisional no Brasil, o objetivo deste estudo foi analisar o perfil criminal das mulheres presas no Pará que estão inseridas em atividades laborativas na Cooperativa Social de Trabalho Arte Feminina Empreendedora (COOSTAFE), localizada no Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua-PA (CRF), com a finalidade de conhecer quais as principais práticas criminosas que levaram essas mulheres à prisão. Por fim, esse estudo se torna de vital importância, pelo fato de se acreditar que o tipo de trabalho desenvolvido na Cooperativa, voltado para a autogestão na obtenção de renda; é um instrumento de reinserção social capaz de reduzir a reincidência criminal.

### **Revisão Bibliográfica**

No passado, até o final do século XVIII, a punição imposta aos transgressores das leis e das regras sociais se efetuava por meio das penas físicas, dos castigos e suplícios do corpo em praças públicas. Com o passar do tempo, essas práticas foram substituídas por um modelo punitivo mais suave, o aprisionamento do indivíduo (CHIES, 2013).

Nesse contexto histórico surge a prisão como uma das heranças da reforma penal do século XVIII ocorrida na Europa que influenciou a forma de punir em todo o mundo. O Brasil também recebeu essa influência europeia e similarmente adotou o modelo punitivo coercitivo que tem a prisão como o seu maior símbolo, e a pena privativa de liberdade que se assentou no século XIX e permanecendo até os dias atuais (FIGUEIRÓ; DIMENSTEIN, 2016).

E diante desse cenário em que se tem o encarceramento como forma de punir, surgem as unidades prisionais para abrigar e disciplinar os sujeitos que destoaram da ordem social. Mas, o aprisionamento com o seu discurso disciplinador e ressocializador na forma que se dá na atualidade com as adversidades vivenciadas no ambiente prisional, como os conflitos intrapessoais, as relações de desconfiança, o abandono familiar e a ociosidade entre outras, contribuem para o adoecimento mental e podem provocar consequências como a depressão e o suicídio (LIMA et al., 2013).

Nesse panorama, tem se observado que a população carcerária brasileira continua aumentando e com isso agravam-se os inúmeros

problemas existentes nos estabelecimentos prisionais, como a superlotação, o consumo de drogas, os abusos sexuais, o desrespeito e a violação aos direitos humanos tanto dos apenados quanto dos profissionais, a ociosidade improdutiva dos prisioneiros, a carência de atividades laborativas, além da má-gestão estatal e dos reduzidos recursos investidos na estrutura prisional.

Diante disso, e como uma forma de se enfrentar os problemas vivenciados no cárcere, surge o trabalho nas prisões com uma pretensão de ser uma atividade de ressocialização e de reintegração do indivíduo à sociedade. O trabalho, além de ser um direito social previsto na Constituição Federal brasileira é também considerado um direito humano pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Outro documento garantidor desse direito é a Lei de Execuções Penais, que assegura o trabalho aos indivíduos privados de liberdade com a seguinte finalidade: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva” (BRASIL, 1984, p. 4).

A partir dessa garantia legal, vê-se o trabalho prisional sendo estudado por vários autores, como, por exemplo, na percepção de Kuehne (2016), o trabalho reúne aspectos positivos em todos os sentidos e para a pessoa privada de liberdade e é uma oportunidade de se integrar e de retornar ao convívio social. Ainda sobre a reintegração social, Himelfarb (2005) mostra em sua pesquisa a importância do papel das Cooperativas Sociais como uma iniciativa socializadora e de inclusão social de pessoas em desvantagem, entre as quais estão os internos e os egressos de prisões na forma da Lei Nº 9.867 de 10 de novembro de 1999, que “dispõe sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais visando a integração social dos cidadãos”.

Partindo dessa concepção, considera-se que a reinserção de pessoas privadas de liberdade à sociedade é um dos grandes desafios da prisão e um assunto bastante complexo, dada as inúmeras adversidades do sistema penitenciário que além de exercer o controle social tem também de dar conta da integração social dos apenados conforme prevê a lei de execuções penais (GUIMARÃES, 2014).

Sachuk e Moreira Neto (2009) destacam a disponibilização de trabalho remunerado ao preso como forma de sua recuperação, e não como forma de punição. A par dessa premissa, observa-se o papel do trabalho dentro do sistema prisional como uma possibilidade prática de atender aos objetivos

propostos para a superação no encarceramento. Por isso, às pessoas privadas de liberdade deve ser proporcionado esse instrumento, de modo a garantir a sua reintegração ao convívio em sociedade.

## **Materiais e Métodos**

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa para análise e exposição dos dados. Para a construção do perfil dessas mulheres analisou-se os dados oficiais da população carcerária do Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua, Pará, que participam da Cooperativa Social de Trabalho Arte Feminina Empreendedora, disponibilizados pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE). Ressalta-se que a referida unidade prisional foi escolhida porque nela está sediada a primeira<sup>1</sup> cooperativa do Brasil formada exclusivamente por mulheres presas no país e a única unidade prisional com este tipo de projeto no estado.

Os dados foram coletados no mês de junho de 2018, diretamente do banco de dados do INFOPEN (Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro), além de fichas e documentos, com as informações sobre variáveis como a faixa etária, a cor da pele/etnia, naturalidade (procedência) e tipo de crime.

A análise dos dados foi realizada por meio da estatística descritiva com o auxílio da ferramenta Microsoft Excel para a exposição dos dados em tabelas e gráficos, que, conforme orienta Fávero et al. (2009), este tipo de abordagem assegura ao pesquisador o uso de recursos estatísticos para a organização dos dados, como as tabelas e os gráficos, para uma melhor compreensão e demonstração sintética dos resultados obtidos.

Vale ressaltar que o estudo foi realizado somente após autorização do Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua-PA e da SUSIPE/PA, em visita a unidade prisional no dia 14 de junho de 2018, solicitada por meio de ofício emitido pelo Programa de Mestrado em Segurança Pública da UFPA. Por fim, ressalta-se que os dados pessoais identificadores da população estudada não serão publicados em nenhuma hipótese, sendo resguardado o sigilo das informações.

---

<sup>1</sup> Publicação da Superintendência do Sistema Penitenciário do estado do Pará (<http://www.susipe.pa.gov.br>).

## Resultados e discussões

A pesquisa foi realizada com dados primários de 23 (vinte e três) mulheres encarceradas no Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua-PA que fazem parte da Cooperativa Social de Trabalho Arte Feminina Empreendedora (COOSTAFE). Verifica-se na Tabela 1 que a maior parte das presas que trabalham na Cooperativa COOSTAFE possuem de 46 a 60 anos de idade (30,43%), seguido de 35 a 45 anos (26,09%), com média de 37 anos, apontando ser uma população madura. Esse fato chama atenção e gera um questionamento sobre o porquê do cometimento de crime após os 40 anos de idade, motivo, que, por ora, não foi investigado neste estudo.

**Tabela 1:** Percentual de presas que trabalham na Cooperativa Social de Trabalho Arte Feminina Empreendedora, do Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua-Pará, por características de faixa etária, grau de escolaridade, cor da pele/etnia e naturalidade, em junho de 2018

Variável	Categoria	Percentual
Faixa Etária	18 a 24	8,70
	25 a 29	17,39
	30 a 34	17,39
	35 a 45	26,09
	46 a 60	30,43
Grau de Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	34,78
	Ensino médio incompleto	30,44
	Ensino médio completo	34,78
Etnia/Cor	Parda	56,53
	Negra	30,43
	Branca	13,04
Naturalidade	Interior	63,64
	Capital	36,36

**Fonte:** SUSIPE, junho, 2018, elaboração dos autores.

Pode-se inferir que a escolha dessa população madura, pelas atividades na Cooperativa, que é um trabalho de cunho artesanal, onde se faz a confecção

de pelúcias, vassouras ecológicas, ímãs de geladeira, costura de tapetes e panos de pratos, lápis e canetas decorativas, bordado, crochê, etc., está relacionada a uma predisposição à reinserção social, principalmente aos benefícios imediatos adquiridos no presente como a remição da pena, a ocupação do tempo, as saídas temporárias a espaços públicos nos dias permitidos à venda dos materiais produzidos na Cooperativa e, conseqüentemente, ao sustento da família.

Desta forma, após o cumprimento da pena e o conseqüente retorno à sociedade, esse tipo de atividade desenvolvida por elas no interior do presídio pode se tornar uma forma de elas serem reinseridas no convívio social e até mesmo no próprio mercado de trabalho. Quanto ao grau de escolaridade na Tabela 1, observa-se que a maior parte das mulheres privadas de liberdade possuem ensino médio completo (34,78%), ensino fundamental incompleto (34,78%) e 30,44% com o ensino médio incompleto, isto é, somando as duas últimas categorias, a maioria possui baixa escolaridade, percentuais que podem ser modificados dada a oferta de estudo dentro do sistema prisional, que também é um benefício para a remição de pena, além do trabalho, assegurado pela Lei de Execuções Penais.

Ainda na Tabela 1 verifica-se que a maioria das mulheres presas são pardas (56,53%) e negras (30,43%), o que confirma a constatação de Cartaxo et al. (2013) e Moki (2005) sobre a predominância de não brancos nas prisões, devido à miscigenação do povo brasileiro e seu processo de formação histórica, onde muitos viveram excluídos socialmente pelo Estado, após o período de escravidão e, conseqüentemente, ficando em uma situação de vulnerabilidade ao cometimento de crimes. Quanto à naturalidade, a maioria das encarceradas são provenientes do interior do estado do Pará (63,64%) e apenas 36,36% da capital.

A Figura 1 mostra o percentual de mulheres presas que trabalham na Cooperativa COOSTAFE por tipo de crime, isto é, o motivo pelos quais elas foram condenadas ou presas preventivamente aguardando julgamento. Verifica-se que dentre os crimes registrados, a maior parte das mulheres havia sido condenada nos artigos referentes ao crime de tráfico de entorpecentes (39,11%), seguido de homicídio qualificado (17,39%), roubo qualificado e estupro de vulnerável, ambos com 8,70% (Figura 1). Essas características criminais dialogam com outras pesquisas acadêmicas, de que esta vem sendo a grande porta de entrada para as mulheres no mundo do crime e o predomínio das condenações.

**Figura 1:** Percentual de presas que trabalham na Cooperativa Social de Trabalho Arte Feminina Empreendedora, do Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua-Pará, por tipo de crime, junho de 2018



**Fonte:** SUSIPE, junho, 2018, elaboração dos autores.

No contexto prisional de diferenças entre presos e presas, observa-se, por meio das estatísticas prisionais nacionais e estaduais, a crescente relação de mulheres com o tráfico de drogas, sendo este o crime de maior incidência cometido por elas. Composto esta realidade, no estado do Pará o envolvimento de mulheres com o tráfico de entorpecentes corresponde a 43,5% (PARÁ, 2018), e no Brasil o percentual equivale a 62% (BRASIL, 2017).

Alguns autores como Ferreira (2011), Cortina (2015), Figueiró et al. (2017) e Fraga e Silva (2017) verificaram que muitas mulheres atribuem essa circunstância de envolvimento com o tráfico de drogas e outros atos de delinquência, a fatores de ordem afetiva como os vínculos de afetividade com companheiros, namorados e parentes atuantes nesse campo delituoso e também a um casamento problemático com situações de submissão, opressão e violência doméstica. Outros fatores alegados são de ordem econômica, como a obtenção de renda para sustento dos filhos e, em alguns casos, à perda do emprego ou a falta dele, e as dificuldades para se conseguir trabalho somada à inexistência de qualificação.

Em contrapartida, num estudo feito por Barcinski (2009), os resultados apontaram que algumas mulheres se justificam ora com motivos



alheios à sua vontade, “ora assumem total responsabilidade por terem se envolvido com o tráfico de drogas. Neste último caso, é comum que cite o poder e o respeito que experimentavam como traficantes como o principal motivador para suas escolhas” (BARCINSKI, 2009, p. 577). Verificou-se ainda que uma mesma pessoa encarcerada pode estar envolvida em mais de uma incidência criminal, ou seja, no estudo realizado cinco mulheres (21,75%) do total de vinte e três cooperadas cometeram mais de um crime.

**Tabela 2:** Percentual de presas que trabalham na Cooperativa Social de Trabalho Arte Feminina Empreendedora, do Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua-Pará, por situação jurídica e regime, junho de 2018

Variável	Categoria	Percentual
Situação Jurídica	Condenado	73,91
	Provisório	26,09
Regime	Fechado	52,17
	Sem Condenação	26,09
	Semiaberto	21,74

**Fonte:** SUSIPE, junho, 2018, elaboração dos autores.

Na Tabela 2, em relação à situação jurídica e o tipo de regime, observa-se que no período analisado a maioria das mulheres presas teve sentença penal condenatória (73,91%) e cumpre suas penas em regime fechado (52,17%) e no semiaberto (21,74%). Contudo, 26,09% são presas que ainda não possuíam condenação, isto é, aquelas que cometeram um ilícito. No entanto, não possuíam sentença transitada em julgado.

### Considerações Finais

A partir dos resultados obtidos, verificou-se que as mulheres custodiadas no Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua-Pará, as quais trabalham na Cooperativa COOSTAFE possuem em média 37 anos de idade, a maioria é da cor/etnia parda, tem ensino médio completo e natural do interior do estado. Verificou-se ainda que a maior parte delas está presa e condenada por ter cometido o crime de tráfico de entorpecentes e que somente a minoria está privada de liberdade sem condenação.

Nos últimos anos, todas as investigações realizadas apontam para o tráfico de drogas como a modalidade de crime predominante entre as mulheres. Diante dessa situação e considerando as poucas ações preventivas da criminalidade, cabe ao Estado promover, durante o cumprimento da pena, meios efetivos para a transformação da pessoa presa, que sejam capazes de reinseri-las à sociedade, pois um dia elas retornarão ao convívio social.

Com base nisso, acredita-se que o trabalho desenvolvido na COOSTAFE, que é voltado para a autogestão na obtenção de renda, é um dos meios efetivos de enfrentamento à criminalidade e um instrumento capaz de reduzir a reincidência criminal para alguns tipos de pessoas delituosas e pode se tornar uma oportunidade para essas mulheres recomeçarem a vida quando estiverem fora da prisão.

## Referências

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres**, 2ª ed., Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei Nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União. Brasília, 11 jul., 1984.

CARTAXO, R. O.; COSTA, G. M. C.; CELINO, S.D.M.; CAVALCANTI, A. L. Panorama da Estrutura Presidiária Brasileira. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 26, n. 2. Fortaleza, p. 266-273, 2013.

CHIES, L. B. A questão penitenciária. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 15-36, 2013.

CORTINA, M. O. C. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 761-778, 2015.

FERREIRA, A. R. Crime-prisão-liberdade-crime: o círculo perverso da reincidência no crime. **Serv. soc. soc.**, n. 107, p. 509-534, 2011.

FIGUEIRÓ, R.; MELO, H.; MATINS, V. Realidade da Mulher Presa no Rio Grande do Norte. **Revista Transgressões**, v. 5, n. 2, p. 22-39, 2017.

FIGUEIRÓ, R. A.; DIMENSTEIN, M. C. Gestão do risco e da miséria: Novos discursos da prisão na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 192-203, 2016.

FRAGA, P. C. P.; SILVA, J. K. N. A participação feminina em mercados ilícitos de drogas no Vale do São Francisco, no Nordeste brasileiro. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 135-157, 2017.

GUIMARÃES, S. F. **Os desafios dos projetos de reinserção social da população do cárcere e as expectativas dos presos: o caso do projeto Olimpo em Belém do Pará.** 2014. 43f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos, Universidade Federal do Pará. 2014.

HIMELFARB, I. T. **Cooperativismo social e a produção de liberdade nos egressos do sistema penal: o estudo de caso de duas cooperativas sociais.** 2005. 231f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2005.

KUEHNE, M. **Lei de execução penal anotada.** 14. ed., Curitiba: Juruá, 2016.

LIMA, G. M. B. D.; NETO, P.; FARIA, A.; AMARANTE, P. D. D. C.; DIAS, M. D.; FERREIRA FILHA, M. O. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de en-frentamento com ênfase na resiliência. **Saúde em Debate**, v. 37, p. 446-456, 2013.

MOKI, M. P. **Representações sociais do trabalho carcerário feminino.** 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2005.

PARÁ. **SUSIPE em números** – março 2018. Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará. Belém/2018.

SACHUK, M. I.; MOREIRA, A. L. C. Estudo das atividades de trabalho remuneradas desenvolvidas por detentos: o caso da penitenciária estadual de Maringá. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 1, p. 157-178, 2009.



# Racionalidades Punitivas e Trabalho Prisional

*Alfredo Wagner Berno de Almeida*  
*Caio Henrique Bastos Nunes Rodrigues*  
*Jhulliem Raquel Kitzinger de Sena Guimarães*

## RESUMO

**Importância:** No Brasil, as propostas alternativas prisionais como saída de escape à crise do sistema carcerário apresentam o trabalho como forma de efetivar a característica reabilitadora da prisão. Embora prevista na Lei de Execuções Penais, em seu Artigo 28, e o dever de estar inserido no sistema atual é fato notório ser praticamente inexistente nos estabelecimentos penitenciários do Brasil. **Objetivo:** Racionalizar acerca dos objetivos da pena por meio dos séculos e como a cultura do punitivismo vivenciada pelo Brasil que visa o endurecimento das penas e criminalização de condutas, colabora para o sufocamento de direitos e garantias na execução penal. **Metodologia:** Para isto, utilizou-se a análise bibliográfica de Michel Foucault, Pierre Bourdieu e David Garland como embasamento às racionalidades punitivas. Procedeu-se ainda com a análise social do discurso popular transmitido pela mídia em notícias que envolvem o tema, tais como fugas, motins, rebeliões e concessão de garantias aos presos. **Resultados:** Dentre os principais resultados obtidos percebe-se que a maior parte das unidades prisionais do país não possuem material humano necessário para proceder com o manuseio dos presos de suas celas para oficinas de trabalho interna ou em local institucionalizados. **Conclusão:** Destaca-se que a proposta de mudança com base na instituição no Decreto Nº 9.450 e na contramão ausência de mudanças no quadro atual no que tange ao desenvolvimento do trabalho prisional como proposta de mudança do caos no sistema prisional, permanece alimentada diariamente pelo senso comum, indispensáveis para diagnosticar a invenção da insegurança social por meio do discurso da “cultura de segurança”, que combina o trabalho social gerencial (*workfare*) com o regime prisional punitivo (*prisonfare*). **Palavras-chave:** Cultura do Punitivismo; Sistema Prisional; Trabalho Prisional.

## Introdução

A finalidade da prisão moderna surgiu com o objetivo de coibir a vagabundagem e revoltas de trabalhadores industriais da época de transição de políticas, dando origem após o Absolutismo ao discurso humanista que tornou-se a base da unificação das sanções penais e do sistema prisional da modernidade, que perdura até os dias atuais. Porém, para a desenvoltura do presente trabalho, é necessário que haja uma ruptura na ligação de crime e castigo, que é uma camisa de força nos debates políticos e acadêmicos sobre encarceramento.

Segundo Garland (1999), embora a punição legal sirva a uma variedade de propósitos, geralmente é considerado que seu principal objetivo é servir como um instrumento para controlar e reduzir as taxas de conduta criminal. Portanto, pode ser visto como um meio para alcançar um determinado propósito: um método legal projetado para facilitar a tarefa de controlar o crime.

Em contraponto, os efeitos colaterais de um sistema tradicional ultrapassado e falido, que dificulta em vez de facilitar o controle ao crime, foram o estopim de uma matança entre detentos do principal complexo penitenciário de Manaus-AM, deixando aberta a ferida que já fora exposta em semelhantes massacres carcerários pelo Brasil. Uma semana após a chacina no COMPAJ (Complexo Penitenciário Anísio Jobim) ocorrido em 2016 em Manaus/AM, a guerra entre as facções Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) foram pano de fundo para ao menos 18 mortes em penitenciárias de Roraima e Porto Velho em menos de 24 horas. Em 2002, um massacre de presos envolvendo episódios de decapitação no Presídio de Urso Branco em Rondônia foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos. No Maranhão, seus presídios iniciaram uma série de massacres no ano de 2010, com 18 mortos; 2013, com 60 mortos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas; e o de 2014, com 17 mortos. O mais emblemático de todos e que no dia 2 de Outubro completou 26 anos e segue sem condenação aos responsáveis, o do Complexo Penitenciário do Carandiru, com seus 111 mortos. Em um passado remoto, no episódio que ficou conhecido como a Chacina do 42º DP, 18 presos morreram asfixiados em uma cela. Eles estavam entre os 50 presos colocados no ambiente com capacidade para 5 pessoas de 1,5m x 3m, como castigo pela tentativa de fuga. Eles ficaram no cubículo fechado por 3 horas.

É importante refletir que as duras intervenções penais as novas formas de criminalidade, organizada ou em massa, a insegurança em larga escala (ou

sentimento) da população dão força ao discurso repressivo e a políticas públicas voltadas para este fim. Estes aspectos, aliados a uma percepção de violência desenfreada e voraz, do risco e da ameaça que se tornam “onipresentes” fazem surgir a preferência por movimentos que exigem do poder público mais “combate ao crime” ao invés de “garantia a liberdade e humanização das penas”.

Apesar de prever em seu Artigo 28 o trabalho do condenado como dever social e condição de dignidade humana, com finalidade educativa e produtiva, é notório o desinteresse na criação e manutenção das vagas destinadas ao trabalho dos internos do sistema prisional, sobretudo nos cárceres mantidos pelo chamado PPP (parcerias público-privadas), onde o interno passa a ser, a grosso modo, mercadoria e sinônimo de ganhos econômicos.

Parafraseando Michael Foucault em sua obra *Microfísica do Poder*, no caso da prisão não haveria sentido em limitarmos-nos aos discursos formulados sobre ela. Há igualmente aqueles que vêm da prisão, mas que são, no entanto, vividas, assegurando o funcionamento e a permanência da instituição, cabendo a nós neste artigo, desvendar o funcionamento da política de trabalho prisional em meio à crise carcerária atual.

## Revisão bibliográfica

Repercutindo as políticas de países norte-americanos, narrado na obra *Punir os Pobres* de Loic Wacquant, o Brasil pôs em prática nos últimos anos a diminuição das assistências sociais (*welfare*), incluindo nesta a precarização das condições do trabalho assalariado em prol do aumento da economia capitalista e investimentos empresariais, em que os beneficiários seriam aqueles que movimentassem a indústria em larga escala (*workfare*), o Estado abandona as forças do mercado e à lógica do “cada um por si”. Camadas inteiras da sociedade, em especial aquelas que, privadas de todos os recursos, econômico, cultural ou político, dependem completamente dele para chegar ao exercício efetivo da cidadania (BOURDIEU, 1997), passando a destinar àqueles que não se encaixassem nesta política seletiva de capital de giro humano, o chamado *lawfare*, ou a lei como arma de guerra. Neste caso, contra a pobreza, cada um deve, pois, a todo momento, estar preparado para se defender, a si e aos seus, com seus próprios meios. A partir daí, nasce no discurso coletivo da sociedade um sentimento de vingança pública, isso é, ocorre uma desumanização do “vagabundo” ou a superumanização do “cidadão de bem” para justificar uma radical supressão de direitos e garantias individuais culminando

na violação a integridade moral, física e psíquica, tendo apelo, inclusive, da privação da vida do sujeito infrator, evidenciando uma cultura escravagista e que ainda não superou o paradigma do Estado autocrático, tanto que nos dias atuais grande parte dos apenados que compõe o sistema carcerário são de categorias ou grupos sociais historicamente excluídos ou subjugados.

As tendências na política penal seguiram uma direção previamente acertada com este último fim: a admissão na cadeia e na prisão foi amplamente facilitada, as estadas atrás das grades se prolongaram e as solturas foram restritas, o que provocou um espetacular inchamento da população prisional (que alcança a marca de quase 700.000,00 presos condenados e provisórios) no Brasil.

Atingindo a uma clientela de massa, o tráfico de drogas tornou-se uma verdadeira indústria que, no momento, constitui a principal fonte de renda acessível a jovens pobres rejeitados pela escola e pela economia legal. O crescimento vigoroso desta forma de “capitalismo de pilhagem”, do qual o tráfico de drogas representa a ponta da lança, é uma das principais causas do pandemônio de violência que assola as grandes capitais. Do lado do consumo, o furto e a criminalidade de rua são, de fato, o meio mais direto de que dispõe os dependentes químicos para conseguirem suas doses diárias. Do lado da distribuição, o recurso periódico à violência física e simbólica é nesse tipo de atividade comercial, uma ferramenta de gestão e regularização das transações sem o qual nenhum negociante pode passar sob a pena de ser liquidado por seus rivais. De qualquer modo, a expansão espetacular do comércio de drogas não é senão o sintoma mais visível de uma espécie de “economia da pobreza”.

Os indícios mais perceptíveis são a generalização do trabalho informal e o florescimento de um leque de tráficos mais ou menos legais – venda do próprio sangue, prostituição, agiotagem, venda de tickets refeição ou de atestados médicos, etc.

O Estado inicia a precarização generalizada de seus serviços públicos, que não possui como clientela senão as camadas mais marginalizadas, sendo estes reconvertidos em instrumentos de vigilância e de polícia de uma população que daqui pra frente deve se manter nos enclaves degradados que lhe são demarcados. Longe de contribuir para atenuar as desigualdades que pesam sobre eles, tendem a acentuar o isolamento e a estigmatização de seus usuários, ao ponto de operar uma verdadeira separação da periferia com relação ao resto da sociedade. De instrumento de luta contra a pobreza, a força pública se transforma em máquina de guerra contra os pobres, em um



momento que Foucault descreve como a descoberta de que se é mais rentável vigiar do que punir.

O Brasil possui hoje a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China. De acordo com os dados do Relatório Mensal do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP), base de dados do Conselho Nacional de Justiça, são 690.745 encarcerados no país, entre condenados e presos provisórios. O número assusta, principalmente ao analisarmos a proporção de presos provisórios no sistema. Dos presos no Brasil, aproximadamente 35% ainda aguardam julgamento, em um total de 244.377 casos. O estado do Amazonas possui uma das situações mais dramáticas, com 58.02% de presos provisórios, o terceiro pior índice. A lentidão do poder judiciário e o descaso das autoridades públicas nas políticas de cumprimento de pena agravam a situação do sistema prisional brasileiro.

A Constituição Federal de 1988 dá um importante destaque ao papel social do trabalho na sociedade brasileira, incluindo o tópico como um dos fundamentos da república. Além disso, o texto do capítulo II da Constituição trata em sua maior parte sobre o direito ao trabalho, garantindo uma série de garantias mínimas aos trabalhadores rurais e urbanos. O Artigo 6º define claramente o direito ao trabalho como um dos direitos sociais resguardados pela Constituição, ao lado de valores básicos como acesso à saúde e à educação, por exemplo.

Quando passamos a analisar a Lei de Execução Penal, de 1984, podemos detectar pontos de convergência, mas também algumas discrepâncias em relação à Constituição Federal. A LEP também prevê o direito ao trabalho, em seu Artigo 28, o que reforça a importância da medida como providência ressocializadora. Porém, a legislação claramente coloca o condenado em posição de inferioridade em relação ao trabalhador comum.

Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Além de não possuir os direitos trabalhistas convencionais, uma das maiores violações está positivada no Artigo 29. O Artigo prevê a possibilidade

de o apenado receber a remuneração em um valor abaixo do salário-mínimo. Além disso, os valores acumulados pelo trabalho do interno ao longo dos anos deverão ser utilizados prioritariamente para uma série de outras despesas, e somente o que sobrar poderá ser utilizado pelo condenado após o cumprimento da pena.

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a  $3/4$  (três quartos) do salário-mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

- a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) à assistência à família;
- c) a pequenas despesas pessoais;
- d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

Vale lembrar que de acordo com o Artigo 7º da Constituição Federal de 1988, o salário-mínimo constitui um dos direitos básicos do trabalhador. Em 2015, o então Procurador-Geral da República Rodrigo Janot propôs uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, com o objetivo de questionar o caput do Artigo 29, já que o texto legal é anterior à constituição. A ADPF 336 ainda não foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

Nos termos da lei, fica claro que o apenado não perde apenas seus direitos políticos após a condenação. Há uma redução substancial nos direitos sociais aos quais o transgressor tem acesso. O preso perde a condição de cidadão e se transforma em uma peça no jogo de poder. Seja visto como uma mercadoria ou como bode expiatório para os problemas sociais reais do país, o criminoso nunca é visto como prioridade quando o assunto é acesso a políticas públicas cidadãs.

Na visão de Foucault, a prisão sempre fora feita para modificar indivíduos. Porém, ao contrário do que se paira no imaginário geral, a mudança

a que ela foi destinada nada tem a ver com a ressocialização e transformação do indivíduo. Desde o começo, a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. Foi então que houve, como sempre, nos mecanismos de poder, uma utilização estratégica daquilo que era um inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinquentes servem para alguma coisa (FOUCAULT, 2008).

Atualmente, a visão apresentada por Foucault apresenta-se nua e crua na questão das PPP's (Parcerias Público Privadas) na gestão do Sistema Prisional. Neste contexto, os presos condenados ou provisórios do cárcere passam a ser a principal fonte de renda das empresas responsáveis pelos serviços na gestão prisional, entre os quais fornecimento de serviços de saúde, educação, lazer e trabalho nos estabelecimentos prisionais. No Amazonas, cada preso custa em média, de acordo com o último levantamento dos valores repassados pelo Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas, no ano de 2017, R\$ 4.129,00 (Quatro Mil Cento e Nove Reais), quase o dobro da média nacional, e muito acima do valor gasto pelo estado de São Paulo, com seus R\$ 1.450,00 (Um Mil Quatrocentos e Cinquenta Reais) e a maior população carcerária do país. Os egressos deixam de ser, nesse prisma, um objeto pensado para o fim ressocializador e passa a ser a mercadoria necessária à movimentação do mercado prisional.

Chama a atenção pra a insinceridade do discurso ressocializador, evidenciando que a “crise” desse sistema não é acidental, sob dois aspectos. Primeiro que a lei não modifica e não reflete a realidade, não sendo feita para ser cumprida. Segundo, o interesse na manutenção da criminalidade que sustenta uma série de interesses e segmentos industriais, ocupacionais, comerciais, intelectuais, ou seja, é um sistema lucrativo, gerando interesse, sob esse aspecto, para o capitalismo. Evidencia-se, assim, que existem outros interesses na manutenção desse sistema que vão além do discurso revelado, e que é mantido por aqueles que ditam as regras do “jogo” e da sociedade.

Em sua concepção primitiva o trabalho penal não é o aprendizado deste ou daquele ofício, mas o aprendizado da própria virtude do trabalho. Trabalhar sem objetivo, trabalhar por trabalhar, deveria dar aos indivíduos a forma

ideal do trabalhador. Talvez uma quimera, mas que havia sido perfeitamente programada e definida pelos quakers na América (constituição das *workhouses*) e pelos holandeses. Posteriormente, a partir dos anos 1835–1840, tornou-se claro que não se procurava reeducar os delinquentes, torná-los virtuosos, mas sim agrupá-los num meio bem definido, rotulado, que pudesse ser uma arma com fins econômicos ou políticos. O problema então não era ensinar-lhes alguma coisa, mas ao contrário, não lhes ensinar nada para se estar bem seguro de que nada poderão fazer saindo da prisão. O caráter de inutilidade do trabalho penal que está no começo ligado a um projeto preciso, serve agora a uma outra estratégia (FOUCAULT, 2008).

## Material e métodos

### *Descrição dos dados*

A pesquisa utilizou como base os dados disponíveis na plataforma Geopresídios do Conselho Nacional de Justiça, elaborado com as informações enviadas por meio do Relatório Mensal do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNI EP). Foram analisados os dados dos 3 maiores estabelecimentos prisionais do Amazonas: a Unidade Prisional do Puraquequara, o Instituto Penal Antônio Trindade e o Complexo Penitenciário Anísio Jobim. Os relatórios estudados são referentes ao mês de junho de 2018. O objetivo foi avaliar a proporção de presos em relação ao número de vagas oferecidas em cada unidade.

Segundo dados do Geopresídios, o Instituto Penal Antônio Trindade é outro local afetado diretamente afetado pelas transferências de preso em decorrência da disputa de facções criminosas. Com uma capacidade para 548 presos, a instituição abriga 1055 presos, de acordo com o relatório ao CNJ no sistema Geopresídios em junho de 2018. Deste total, apenas 175 representam presos condenados ao regime fechado, sendo a imensa maioria dos demais composta por presos provisórios. São oferecidas 12 vagas para trabalho interno, o que representa 1,13% do total da população carcerária. Por conta da remissão de pena, as vagas são destinadas prioritariamente aos presos do regime fechado, porém mesmo considerando um universo muito menor de presos, as vagas poderiam beneficiar no máximo 6,85% da população de apenados, número muito abaixo do razoável.

A situação se repete no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, principal local para o cumprimento de pena em regime fechado do Amazonas. Os dados do CNJ de junho de 2018 indicam que o presídio possui uma capacidade para 454 detentos, mas possui 856. Aqui, o número de vagas para trabalho é maior, 130, o que não significa dizer que a situação é satisfatória: o número representa apenas 15,18% da população carcerária total.

No que se refere ao número de agentes penitenciários designados para cada presídio, podemos encontrar outra deficiência no sistema. Nos relatórios do CNJ, a proporção ideal é a de um agente penitenciário para cada cinco presos. Na Unidade prisional do Puraquequara, são 186 agentes para 1223 presos, em uma proporção de 6,57 presos por agente. No Instituto Penal Antônio Trindade foram alocados 153 agentes penitenciários para monitorar os 1055 detentos, portanto, são 6,89 presos por agente. No Complexo Penitenciário Anísio Jobim são 230 agentes para 856 apenados, sendo o único presídio analisado a atender às especificações adequadas nesse quesito, com uma proporção de 3,72 presos por agente penitenciário. Mesmo assim, as condições do presídio ainda são consideradas péssimas pelo relatório.

Neste sentido, esta pesquisa teve caráter quanti-qualitativo, em que foram expostos os dados fornecidos por meio do relatório do sistema Geopresídios do CNJ, sendo analisados, posteriormente, de acordo com a revisão bibliográfica de Michael Foucault em *Microfísica do Poder*, Loic Wacquant em *Punir os Pobres*, Pierre Bourdieu em *A Miséria do Mundo* e David Garland em *Castigo Y Sociedad Moderna*.

## Resultados e discussões

Dentre os principais resultados obtidos percebe-se que a maior parte das unidades prisionais do estado do Amazonas não possuem material humano necessário para proceder com o manuseio dos presos de suas celas para oficinas de trabalho internas, desenvolvimento de atividades voltadas à profissionalização e escoltas para os demais casos. Desta forma, privilegiam a manutenção dos internos em suas celas por considerarem mais “seguro” ao contingente laboral.

Percebeu-se ainda, por meio da análise de dados e revisão de literatura, o desinteresse político na formação profissional ou fornecimento de trabalho aos internos, pela questão da mercantilização da delinquência, que fomenta o

mercado midiático, da segurança, das parcerias para gestão prisional - que só no ano de 2016 custou R\$ 326,3 milhões ao Governo do Amazonas - forma o discurso punitivo, vira material legislativo e é o principal assunto de pauta nas campanhas eleitorais, de quem impulsiona o estigma prisional com o famigerado “bandido bom é bandido morto”, mediante o “desaparecimento”, pela força, dos mais problemáticos e o encolhimento do número de pessoas que se beneficiam das políticas sociais, por um lado, e por outro, pelo inchamento dos calabouços do castelo carcerário. Revelando o potencial lucrativo desse mercado nos países de elevada população carcerária, o medo é discurso legitimador. É por meio da exploração do medo que o projeto neoliberal vigora e se aplica perfeitamente no plano político-institucional, em que as prisões privadas aparecem como alternativa para a redução da presença do Estado na esfera do bem-estar e em questão de lei e ordem e, por sua vez, ocorre como fonte de obtenção de lucro.

Um dos maiores riscos desse modelo é o encarceramento em massa. De acordo com os dados do DEPEN, entre os anos de 1992 e 2012, a população carcerária, no Brasil, cresceu cerca de 380%. Já nos Estados Unidos, por exemplo, a privatização desse setor culminou no endurecimento das penas e em uma ostensiva repressão policial, configurando, então, no aumento do número de prisões e do tempo de permanência. Atualmente, as penitenciárias privadas estadunidenses são consideradas um negócio bilionário, o qual, apenas no ano de 2005, movimentaram quase 37 bilhões de dólares (MINHOTO, 2002).

## Considerações Finais

Apesar de todas as críticas feitas até aqui, é necessário se destacar a publicação do Decreto Nº 9.450, de 24 de julho de 2018, que instituiu no Brasil a Política Nacional de Trabalho no âmbito do sistema prisional. Pela primeira vez podemos ver a elaboração de uma política pública em nível federal com medidas pensadas para reduzir o problema da precariedade do trabalho oferecido nas prisões. Uma das novidades do plano é assegurar o emprego de forma ampla, garantindo o acesso à política aos presos provisórios, condenados de todos os regimes de cumprimento de pena e egressos do sistema prisional. A administração pública federal tem um papel central nessa política, já que prevê a contratação dos presos nos contratos

firmados com a administração pública. A lei também prevê a criação de planos estaduais de estímulo de forma semelhante.

Ainda é muito cedo para avaliar os resultados práticos da legislação, mas esperamos que esse possa ser um primeiro passo para a mudança do panorama atual, garantindo com que tanto o preso quanto o egresso do sistema tenham acesso ao trabalho de forma adequada, quebrando-se o ciclo de degeneração da dignidade humana que existe atualmente. Hoje, o estímulo é à reincidência. Esperamos que em um futuro breve, o objetivo do sistema seja o de levar o transgressor a uma vida com dignidade.

Ao permitir que rompamos com a caixa do crime-e-punição para reconectar assistência social e justiça, dando assim pleno atendimento tanto à dimensão material quanto à dimensão simbólica da política pública, o conceito de Bourdieu de campo burocrático abre um caminho no “beco sem saída”, em que Foucault nos colocou e oferece uma poderosa ferramenta para dissecar a anatomia e a montagem do Leviatã na modernidade. Ele sugere que algumas das lutas políticas cruciais dessa virada de século – se não as mais visíveis ou salientes – envolvem não a confrontação entre as organizações mobilizadas que representam as categorias subalternas e o Estado, mas batalhas internas ao conjunto hierárquico e dinâmico de burocracias públicas em competição por socializar, medicalizar ou penalizar a marginalidade urbana e aquilo que está relacionado a ela. E, por sua vez, ao elucidar o nexos entre o trabalho prisional e a insegurança social, revela que o estudo do encarceramento não é uma seção técnica no catálogo criminológico nem uma subespécie moribunda das disciplinas que se multiplicam, mas sim um capítulo-chave na sociologia do Estado e na desigualdade social no alvorecer do neoliberalismo.

## Referências

- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo. Companhia das Letras. 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- DIAS MINHOTO, L. **As Prisões do Mercado**. Lua Nova, 2002.

DIAS MINHOTO, L. **Decreto Nº 9.450, de 24 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 142. ed., Publicado em: 25/07/2018.

DIAS MINHOTO, L. **Lei Nº 7.210/1984, de 11 de julho 1984**. Institui a Lei de Execução Penal.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Paz e Terra. 2014.

GARLAND, D. **The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society**. OUP Oxford, 2001.

GEOPRESÍDIOS, Conselho Nacional de Justiça. Disponível em <[http://www.cnj.jus.br/inspecao\\_penal/mapa.php](http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php)>

WACQUANT, L. **Punir os Pobres A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos**. Revan, 3. ed., 2007.



# Acidentes graves de trânsito nas rodovias federais brasileiras no 1º quadrimestre de 2018

*Henrique Antonio Monteiro Lopes*

*Irlando Ricardo Monteiro Lopes*

*Edson Marcos Leal Soares Ramos*

*Silvia dos Santos de Almeida*

*André Luiz Nunes Zogahib*

## RESUMO

**Importância:** Os acidentes de trânsito são considerados um verdadeiro problema de saúde pública mundial. **Objetivo:** Descrever os tipos de acidentes atendidos pela Polícia Rodoviária Federal no 1º quadrimestre de 2018, bem como os fatores a eles associados e sua distribuição. **Metodologia:** Trata-se de estudo desenvolvido a partir da análise de dados secundários da Polícia Rodoviária Federal no Brasil, referentes às ocorrências dos acidentes de trânsito de janeiro a abril de 2018. **Resultados:** Os resultados da pesquisa apontam que os acidentes graves estão concentrados no intervalo de 18h às 21h e que os tipos de acidentes graves mais frequentes foram as colisões, saída de pista e atropelamentos de pedestres; além disso, que colisão frontal e o atropelamento de pedestres geraram mais mortes, devendo-se destacar que a colisão frontal não possui um padrão de horário, mas o atropelamento de pedestres foi mais frequente no intervalo de 18h às 6h. Notou-se que a maior frequência de acidentes está nos estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Bahia, que concentraram 42,3% do total de acidentes graves no período. Além disso, observou-se que os acidentes graves tendem a se concentrar nos finais de semana. **Conclusão:** A análise espacial dos acidentes de trânsito é capaz de proporcionar subsídios ao planejamento de políticas públicas educativas e de segurança no trânsito.

**Palavras-chave:** Acidentes de trânsito; Análise de dados secundários.

## Introdução

Por muitos anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem reconhecendo os acidentes de trânsito como sério problema de saúde pública mundial, devido aos grandes índices de morbimortalidade associados a estes eventos. Segundo Mendonça, Silva e Castro (2017, p. 728) “os acidentes de trânsito representam aproximadamente 1,2 milhão de mortes por ano no mundo. Dessas mortes, 90% ocorrem em países de baixa e média renda”. Considerando que o Brasil, apesar de ser um país em desenvolvimento, ainda apresenta um elevado número de desigualdades sociais, é possível situá-lo entre os países que possuem elevados índices de mortalidade por acidentes de trânsito.

De acordo com dados da pesquisa de Mendonça, Silva e Castro (2017), no país, a epidemiologia dos acidentes de trânsito pode ser definida da seguinte forma: a maioria dos óbitos e internações por esse agravo é observada no sexo masculino, na raça/cor da pele negra, nos adultos jovens, em indivíduos com baixa escolaridade e entre motociclistas. Vale mencionar que um dos fatores que contribuem para o aumento dos índices de acidentes de trânsito além da falta de educação é o mal-uso dos espaços públicos, o que revela uma cultura que visualiza o veículo automotor como instrumento de poder que torna o indivíduo blindado às regras sociais e legais que regem a boa conduta no trânsito.

Diante disso, esta pesquisa objetivou descrever os tipos de acidentes atendidos pela Polícia Rodoviária Federal no 1<sup>a</sup> quadrimestre de 2018, bem como os fatores a eles associados e sua distribuição a partir de análise de dados. Trata-se de um estudo desenvolvido a partir de dados secundários do Polícia Rodoviária Federal no Brasil nos meses de janeiro a abril de 2018.

## Revisão Bibliográfica

Jorge e Koizumi (2004) ressaltam que os acidentes de trânsito responderam por mais de um quarto das mortes violentas no Brasil e por 20% das internações por lesões, fato que leva tal agravo a ocupar o segundo lugar no conjunto das causas externas de morte. Além disso, sobrecarrega os serviços de saúde, na medida em que as internações decorrentes de acidentes de trânsito financiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) apresentam custo/dia e gasto-médio superiores aos das internações por causas naturais.

É neste contexto que analisar as causas dos acidentes de trânsito e suas implicações sociais é relevante na medida em que possibilita mapear não apenas os principais tipos de vitimização no trânsito, mas os aspectos secundários associados a tais eventos graves. Além disso, discutir os acidentes de trânsito e suas consequências sociais torna-se essencial para compreender a eficácia de políticas públicas de educação e segurança voltadas para condutores e pedestres, além de que:

Considerando que o acesso ao trabalho, estudo, lazer, serviços de saúde, entre outros, depende das possibilidades de mobilidade no espaço, a vitimização em acidentes de trânsito pode ser entendida como reflexo de algumas das diversas dimensões da vulnerabilidade social (BERTHO; MAIA, 2010, p. 5).

O modo como o cidadão dispõe do espaço urbano passa a ser uma preocupação tanto para os órgãos de fiscalização quanto para a sociedade em geral, isso porque, segundo Andrade et al. (2011, p. 2), é imprescindível que se parta do pressuposto de que “a segurança que envolve o fluxo de veículos, pessoas e até mesmo animais é fator relevante a ser monitorado pelo sistema estrutural de gestão, seja municipal, estadual ou federal”.

Desta forma, é confirmada necessidade de que o Estado lance ações que visem à organização do deslocamento dos cidadãos, de modo a deixar evidente seu poder de controle e coerção sobre o comportamento e a interação entre os indivíduos no trânsito, que decorre da lei. Contudo, para que isso seja efetivamente colocado em prática é imprescindível que o próprio poder público compreenda as relações sociais e os interesses dos indivíduos quando estão no trânsito, a partir das perspectivas e limitações do usufruto do espaço público urbano.

Sobre tal necessidade, Mendonça, Silva e Castro (2018) reiteram que é preciso que os órgãos responsáveis pela ordenação e segurança no trânsito compreendam que este é um movimento social que implica ações que transcendem ao mero planejamento de caminhos, observação das sinalizações e internalização das regras oriundas da lei, moral e boa educação. É muito mais, pois a segurança no trânsito é um aspecto indissociável da socialização que conduz o indivíduo a ações conscientes, educadas e pautadas na necessidade de desfrutar e promover a segurança a todos quantos compartilham do mesmo espaço público.

Diante deste contexto, quando se trata dos acidentes de trânsito, conhecer suas causas e fatores associados possibilita o planejamento para a efetivação de diversas medidas de prevenção que devem ser adotadas pelos agentes públicos de segurança no trânsito em nível nacional.

## Material e Método

Trata-se de um estudo fundamentado em pesquisa realizada a partir da análise de dados secundários provenientes do Sistema Gerencial de Informações (SIGER) da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Os dados analisados correspondem ao montante de acidentes de trânsito com vítimas ocorridos no território nacional no 1<sup>a</sup> quadrimestre de 2018 e sua correlação com diversos fatores que estão associados a tais ocorrências.

Foi utilizada a técnica estatística de análise descritiva. A análise descritiva, para Reis e Reis (2002, p. 28), “é a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados”. Objetiva, portanto, a organização e a descrição dos dados. Tal técnica foi utilizada por meio de tabelas e gráficos, que fornecem informações sobre o comportamento das variáveis analisadas. Conforme Bussab e Morettin (2013), a representação gráfica da distribuição de uma variável tem a vantagem de ser rápida e concisamente informar sobre sua variabilidade, razão pela qual os métodos gráficos vêm ganhando um uso cada vez maior, sobretudo, em razão de seu forte apelo visual.

## Resultados

Nesta parte são utilizados os dados de janeiro a abril de 2018. Seguindo a estratégia adotada acima serão selecionados os tipos de acidentes marcados como a primeira opção pelo policial e as causas principais dos acidentes. O objetivo, com essa estratégia, é evitar a múltipla contagem dos acidentes. A Figura 1 mostra que os acidentes graves estão concentrados no intervalo de 18h às 21h. Os tipos de acidentes graves mais frequentes foram as colisões, saída de pista (leito carroçável) e atropelamentos de pedestres.

**Figura 1:** Matriz de pontos quentes da quantidade de acidentes de trânsito graves com vítimas, ocorrido no território nacional no 1ª quadrimestre de 2018, por tipos de acidente grave e hora do dia

Ordem	Tipo de Acidente	Hora do Dia																							
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1	Colisão Frontal	18	18	14	16	31	40	41	47	29	34	31	25	29	58	32	31	42	56	93	71	46	42	38	37
2	Colisão Transversal	16	6	5	8	12	11	31	48	40	33	40	47	34	53	29	51	51	59	93	75	42	36	28	18
3	Colisão Traseira	16	19	20	10	21	44	38	36	29	23	28	33	33	34	38	43	32	40	63	83	43	45	35	29
4	Atropelamento de Pedestre	19	9	14	17	17	22	21	18	15	18	17	22	17	13	18	16	15	26	75	84	75	68	33	23
5	Saída da Pista	17	14	12	15	21	29	30	33	29	25	23	30	30	28	35	32	49	47	43	29	22	23	19	22
6	Colisão Lateral	15	6	4	3	6	10	19	33	34	21	25	23	25	33	31	22	29	38	43	29	31	14	17	7
7	Tombamento	6	5	3	7	6	10	6	14	22	13	13	16	18	18	17	13	16	21	14	14	18	10	11	2
8	Colisão com Objeto Estático	11	9	15	11	12	18	12	9	5	9	5	13	7	8	12	10	10	24	13	12	21	8	14	18
9	Queda do Ocupante do Veículo	8	4	2	7	4	12	9	13	11	4	8	11	6	11	8	13	17	17	20	18	9	9	15	8
10	Capotamento	7	5	2	8	10	7	7	4	8	6	3	9	11	6	8	8	6	16	8	6	3	4	5	8
11	Atropelamento Animal	6	2	3	4	5	5	2	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3	2	17	8	19	10	9	11
12	Colisão com Objeto em Movimento	2	1	0	1	1	0	1	1	2	0	1	2	2	3	7	0	2	4	5	4	2	5	2	2
13	Engavetamento	1	0	1	0	1	0	0	1	2	2	1	4	1	1	1	2	4	2	4	0	0	0	2	0
14	Danos Eventuais	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
15	Derramamento de Carga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
16	Incêndio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0

Legenda
OTD de Mortos
80
60
40
20
0

**Fonte:** Autores (2018).

A colisão frontal e o atropelamento de pedestres foram os tipos de acidentes em que mais ocorreram mortes (Figura 2). A colisão frontal não possui um padrão de horário, mas o atropelamento de pedestres foi mais frequente no intervalo de 18h00 às 6h00.

**Figura 2:** Matriz de pontos quentes da quantidade de mortos em acidentes de trânsito ocorrido no território nacional no 1ª quadrimestre de 2018, por tipos de acidente e hora do dia

Ordem	Tipo de Acidente	Hora do Dia																							
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1	Tombamento	10	12	21	12	32	34	25	29	18	22	18	9	23	29	21	20	27	20	38	33	21	25	13	25
2	Saída da Pista	13	7	11	13	7	11	10	4	3	6	6	4	6	4	7	6	10	26	41	34	29	20	16	16
3	Queda do Ocupante do Veículo	6	3	6	6	13	4	11	14	4	5	8	8	7	4	17	6	15	14	9	1	4	12	2	9
4	Incêndio	8	5	7	5	6	15	9	4	3	2	2	6	9	3	10	3	7	8	17	19	9	11	8	8
5	Engavetamento	7	1	1	1	2	2	7	2	2	4	9	3	2	12	8	9	5	13	10	14	9	5	5	2
6	Derramamento de Carga	2	2	1	0	4	4	3	1	7	2	2	3	2	4	5	4	5	10	3	0	16	5	1	2
7	Danos Eventuais	2	3	4	4	4	10	2	1	2	0	2	4	2	3	1	2	2	5	2	2	7	2	3	3
8	Colisão Traseira	1	1	0	0	4	2	1	1	6	5	0	2	4	3	2	1	6	5	6	1	8	2	3	1
9	Colisão Transversal	1	5	1	3	3	1	2	2	0	2	0	5	7	1	4	2	2	4	2	0	2	1	5	5
10	Colisão Lateral	3	1	0	2	1	3	2	0	0	0	0	2	0	1	0	1	1	2	3	2	2	3	7	0
11	Colisão Frontal	2	0	3	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	4	0	1	0	5	1	3	2	4	4	
12	Colisão com Objeto Estático	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	0	1	0	1	1	2	2	0	
13	Colisão com Objeto em Movimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0
14	Capotamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	Atropelamento de Pedestre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	Atropelamento Animal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Legenda
QTD de Mortos
40
30
20
10
0

**Fonte:** Autores (2018).

Nota-se que os estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Bahia concentraram 42,3% do total de acidentes graves no período (Figura 3).

**Figura 3:** Matriz de pontos quentes da quantidade acidentes graves de trânsito com vítimas ocorrido no território nacional, no 1ª quadrimestre de 2018, por tipos de acidente e unidade da federação

Ordem	Tipo de Acidente	Unidade da Federação																											
		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
1	Colisão Frontal	2	24	1	1	97	25	3	32	37	36	171	17	50	15	13	46	24	71	43	17	16	0	68	121	11	11	17	
2	Colisão Transversal	5	12	0	1	45	30	5	61	19	24	86	14	17	28	20	32	21	119	39	41	24	2	64	122	7	19	9	
3	Colisão Traseira	4	8	2	3	38	34	2	32	46	21	127	11	22	17	21	36	17	113	36	32	14	3	30	92	5	62	6	
4	Atropelamento de Pedestre	0	9	6	1	47	29	7	23	26	8	76	15	12	18	23	41	13	78	57	15	7	6	34	51	6	58	5	
5	Saída da Pista	4	9	1	4	39	3	6	24	39	19	133	19	25	8	12	31	18	87	23	7	17	5	44	54	3	14	10	
6	Colisão Lateral	1	13	1	0	34	25	6	28	24	24	55	7	17	15	10	21	13	60	21	9	13	1	31	64	3	16	6	
7	Tombamento	0	4	0	0	17	6	1	22	9	7	62	11	5	4	9	7	9	21	15	2	5	0	22	39	2	14	2	
8	Colisão com Objeto Estático	2	2	0	1	5	10	2	14	21	2	38	9	8	3	9	13	10	29	27	4	5	1	21	31	2	15	2	
9	Queda do Ocupante do Veículo	1	2	0	0	14	11	2	23	10	10	40	5	12	6	8	4	7	30	14	7	6	0	5	18	3	6	0	
10	Capotamento	0	3	0	0	14	5	3	7	11	6	24	7	4	2	5	12	4	19	13	4	0	1	6	10	0	4	1	
11	Atropelamento Animal	0	5	1	0	4	8	0	4	5	7	7	2	5	1	9	9	6	6	4	13	2	1	5	1	1	2	0	
12	Colisão com Objeto em Movimento	0	1	0	0	8	2	2	5	8	1	2	0	1	2	1	2	1	6	4	2	1	0	1	0	1	3	0	
13	Engavetamento	0	0	0	0	1	0	1	2	1	0	6	0	1	0	3	0	0	6	2	2	0	0	0	2	0	1	1	
14	Danos Eventuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
15	Derramamento de Carga	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	
16	Incêndio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Legenda
QTD Acid. Graves
100
75
50
25
0

Fonte: Autores (2018).

Os acidentes graves tendem a se concentrar nos finais de semana, com aumento da frequência em todos os tipos discriminados (Figura 4).

**Figura 4:** Matriz de pontos quentes da quantidade acidentes graves de trânsito com vítimas ocorrido no território nacional no 1ª quadrimestre de 2018, por tipos de acidente e dia da semana

Ordem	Tipo de Acidente	Dia da Semana						
		Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
1	Colisão Frontal	120	104	82	101	130	195	187
2	Colisão Transversal	131	101	99	117	139	147	132
3	Colisão Traseira	98	108	111	117	139	128	133
4	Atropelamento de Pedestre	79	83	88	81	111	108	122
5	Saída da Pista	94	66	61	63	96	139	138
6	Colisão Lateral	76	70	54	78	90	82	68
7	Tombamento	34	35	28	37	53	53	56
8	Colisão com Objeto Estático	33	28	35	28	34	52	76
9	Queda do Ocupante do Veículo	40	24	25	24	29	51	51
10	Capotamento	29	17	14	17	27	24	37
11	Atropelamento Animal	21	9	9	12	14	18	25
12	Colisão com Objeto em Movimento	5	4	8	8	10	10	3
13	Engavetamento	2	5	3	4	4	4	7
14	Danos Eventuais	1	0	0	3	1	0	1
15	Derramamento de Carga	0	1	0	0	2	0	1
16	Incêndio	0	0	0	1	0	0	0

Legenda
QTD Acid. Graves
100
75
50
25
0

Fonte: Autores (2018).

A falta de atenção de condutores e pedestres é a causa mais frequente (Figura 5). As colisões transversais, laterais e frontais estão relacionadas

a desobediências às normas de trânsito pelo condutor (Figura 5). O atropelamento de pedestres está relacionado à falta de atenção do pedestre (Figura 5). A saída de pista está relacionada ao excesso de velocidade (Figura 5).

**Figura 5:** Matriz de pontos quentes da quantidade acidentes graves de trânsito com vítimas ocorrido no território nacional no 1ª quadrimestre de 2018, por tipos de acidente e causas dos acidentes

Ordem	Tipo de Acidente	Causa do Acidente																							
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
1	Colisão Frontal	0	3	5	0	64	9	12	1	196	0	257	0	3	100	1	0	15	3	1	33	9	6	113	94
2	Colisão Transversal	0	0	1	0	3	8	2	3	253	0	486	4	1	50	1	1	2	2	0	4	9	6	7	23
3	Colisão Traseira	1	1	2	0	37	19	5	18	52	0	390	0	4	49	1	0	2	132	9	6	15	0	4	87
4	Atropelamento de Pedestre	0	0	1	0	0	2	1	0	22	51	75	425	0	39	16	1	1	0	0	1	19	4	1	14
5	Saída da Pista	3	6	20	1	72	26	16	1	10	0	170	1	6	58	3	1	22	0	7	47	8	2	12	176
6	Colisão Lateral	0	2	1	0	15	6	5	1	89	0	261	1	0	27	3	0	3	40	2	11	0	1	28	22
7	Tombamento	0	3	13	4	12	28	10	0	12	0	89	0	1	12	0	0	5	6	1	15	3	0	5	77
8	Colisão com Objeto Estático	1	2	2	0	13	9	2	0	18	0	97	1	0	32	0	0	8	2	16	14	3	3	6	37
9	Colisão com Objeto em Movimento	1	1	0	2	13	9	2	0	18	0	97	1	0	32	0	0	8	2	16	14	3	3	6	37
10	Queda do Ocupante do Veículo	0	5	18	1	2	25	16	0	15	0	85	0	2	15	1	1	5	14	2	16	4	2	1	14
11	Capotamento	0	1	5	0	15	9	4	0	3	0	46	0	2	9	0	0	2	2	1	13	1	0	0	52
12	Atropelamento Animal	0	105	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
13	Engavetamento	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	12	0	0	2	0	0	0	16	1	0	0	0	0	1
14	Danos Eventuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
15	Derramamento de Carga	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	Incêndio	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Legenda
QTD Acid. Graves
400
300
200
100
0

**Fonte:** Autores (2018).

**Legenda:** Causa de Acidente: (1) Agressão externa; (2) Animais na pista; (3) Avarias e/ou desgaste excessivo no pneu; (4) Carga excessiva e/ou mal acondicionada; (5) Condutor dormindo; (6) Defeito mecânico no veículo; (7) Defeito na via; (8) Deficiência ou não acionamento do sistema de iluminação/sinalização do veículo; (9) Desobediência às normas de trânsito pelo condutor; (10) Desobediência às normas de trânsito pelo pedestre; (11) Falta de atenção à condução; (12) Falta de atenção do pedestre; (13) Fenômenos da natureza; (14) Ingestão de álcool; (15) Ingestão de álcool e/ou substâncias psicoativas pelo pedestre; (16) Ingestão de substâncias psicoativas; (17) Mal súbito; (18) Não guardar distância de segurança; (19) Objeto estático sobre o leito carroçável; (20) Pista escorregadia; (21) Restrição de visibilidade; (22) Sinalização da via insuficiente ou inadequada; (23) Ultrapassagem indevida (24) Velocidade incompatível.

Na Figura 6 nota-se uma grande quantidade de acidentes graves do tipo colisão frontal no grupo de veículos Automóveis e de colisões transversais no grupo de veículos Moto.

**Figura 6:** Matriz de pontos quentes da quantidade acidentes graves de trânsito com vítimas ocorrido no território nacional no 1<sup>a</sup> quadrimestre de 2018, por tipos de acidente e grupo de veículos

Ordem	Tipo de Acidente	Grupo de Veículos				
		Automóvel	Caminhão	Moto	Ônibus	Outros
1	Colisão Frontal	1597	575	453	500	463
2	Colisão Traseira	816	527	693	238	363
3	Colisão Transversal	947	216	864	64	427
4	Atropelamento de Pedestre	672	291	310	78	303
5	Colisão Lateral	534	253	500	54	202
6	Saída da Pista	856	182	148	93	257
7	Colisão com Objeto Estático	284	52	175	61	63
8	Tombamento	32	169	237	27	33
9	Capotamento	254	62	1	11	99
10	Queda do Ocupante do Veículo	10	18	301	5	13
11	Atropelamento Animal	41	3	132	7	23
12	Engavetamento	74	47	16	7	37
13	Colisão com Objeto em Movimento	36	12	33	3	30
14	Danos Eventuais	5	0	5	0	2
15	Derramamento de Carga	2	3	1	0	2
16	Incêndio	0	1	0	0	0

Legenda	
QTD Acid. Graves	1500
	1100
	700
	300
	0

**Fonte:** Autores (2018).

**Grupos de Veículos:** (i) Automóvel: Automóvel. (ii) Caminhão: Caminhão; Caminhão-trator. (iii) Moto: Ciclomotor; Motocicleta, Motoneta. (iv) Ônibus: Ônibus; Micro-ônibus. (v) Outros: Bicicleta; Caminhonete; Camioneta; Carro de mão; Carroça-charrete; Reboque; Semi-Reboque; Trator de rodas; Trator misto; Trem-bonde. Triciclo; Utilitário.

A causa mais frequente dos acidentes graves foi a falta de atenção à condução (Figura 7). A frequência de acidentes causados por excesso de velocidade e ingestão de álcool aumentaram durante os finais de semana (Figura 7).



**Figura 7:** Matriz de pontos quentes da quantidade acidentes graves de trânsito com vítimas ocorrido no território nacional no 1<sup>a</sup> quadrimestre de 2018, por dia da semana e causa do acidente

Ordem	Tipo de Acidente	Dia da Semana						
		Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
24	Falta de atenção à condução;	300	236	233	262	316	313	330
23	Desobediência às normas de trânsito pelo condutor;	85	74	66	87	102	126	133
22	Velocidade incompatível.	78	77	68	77	82	108	127
21	Falta de atenção do pedestre;	53	49	59	56	71	72	73
20	Ingestão de álcool;	39	29	18	26	45	98	131
19	Condutor dormindo;	26	31	27	25	34	39	41
18	Não guardar distância de segurança;	20	26	28	25	49	40	23
17	Ultrapassagem indevida	24	19	18	25	26	41	26
16	Pista escorregadia;	30	26	12	21	28	25	21
15	Defeito mecânico no veículo;	23	14	18	22	28	25	19
14	Animais na pista;	26	12	14	14	14	22	29
13	Restrição de visibilidade;	10	9	9	7	11	15	13
12	Defeito na via;	10	9	4	9	16	10	16
11	Avarias e/ou desgaste excessivo no pneu;	11	8	7	7	9	16	10
10	Mal súbito;	5	5	10	4	17	20	5
9	Desobediência às normas de trânsito pelo pedestre;	5	7	11	3	7	8	10
8	Objeto estático sobre o leito carroçável;	2	9	3	7	7	10	5
7	Ingestão de álcool e/ou substâncias psicoativas pelo pedestre;	3	2	1	1	4	6	9
6	Deficiência ou não acionamento do sistema de iluminação/sinalização do veículo;	5	2	5	3	5	1	4
5	Sinalização da via insuficiente ou inadequada;	2	4	2	1	4	5	6
4	Fenômenos da natureza;	3	4	2	6	2	5	1
3	Carga excessiva e/ou mal acondicionada;	0	2	1	2	2	2	3
2	Agressão externa;	2	1	1	1	0	2	1
1	Ingestão de substâncias psicoativas;	1	0	0	0	0	2	1

Legenda	
QTD Acid. Graves	
300	
225	
150	
75	
0	

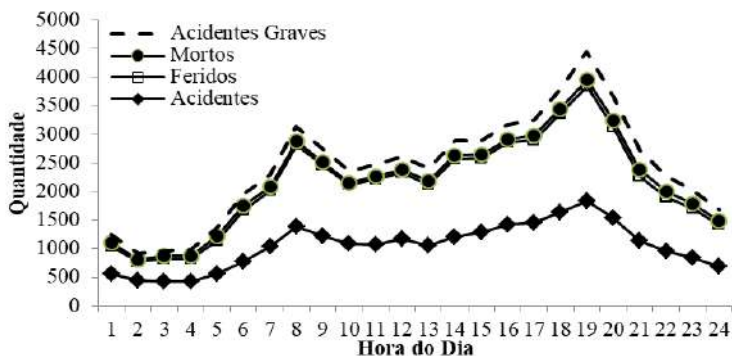
**Fonte:** Autores (2018).

**Legenda:** Causa de Acidente: (1) Agressão externa; (2) Animais na pista; (3) Avarias e/ou desgaste excessivo no pneu; (4) Carga excessiva e/ou mal acondicionada; (5) Condutor dormindo; (6) Defeito mecânico no veículo; (7) Defeito na via; (8) Deficiência ou não acionamento do sistema de iluminação/sinalização do veículo; (9) Desobediência às normas de trânsito pelo condutor; (10) Desobediência às normas de trânsito pelo pedestre; (11) Falta de atenção à condução; (12) Falta de atenção do pedestre; (13) Fenômenos da natureza; (14) Ingestão de álcool; (15) Ingestão de álcool e/ou substâncias psicoativas pelo pedestre; (16) Ingestão de substâncias psicoativas; (17) Mal súbito; (18) Não guardar distância de segurança; (19) Objeto estático sobre o leito carroçável; (20) Pista escorregadia; (21) Restrição de visibilidade; (22) Sinalização da via insuficiente ou inadequada; (23) Ultrapassagem indevida e (24) Velocidade incompatível.

Na Figura 8, nota-se que os maiores quantitativos de acidentes, feridos, mortos e acidentes graves concentram-se entre 18h00 e 19h00.

Acidentes mais graves tendem a ocorrer nos fins de semana, sobretudo, sexta, sábado e domingo, no horário de 17h00 às 21h00(Figura 9).

**Figura 8:** Quantidade de acidentes (a), feridos (b), mortos (c) e acidentes graves (d) ocorridos no território nacional no 1ª quadrimestre de 2018, por hora do dia



Fonte: Autores (2018).

**Figura 9:** Matriz de pontos quentes da quantidade acidentes graves de trânsito com vítimas ocorrido no território nacional no 1ª quadrimestre de 2018, por dia da semana e hora do dia

Ordem	Hora	Dia da Semana						
		Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
1	23:00	24	13	17	18	40	40	36
2	22:00	23	27	25	24	40	51	42
3	21:00	38	21	36	25	48	43	61
4	20:00	30	35	38	46	48	74	63
5	19:00	41	50	47	50	76	96	77
6	18:00	59	62	53	68	73	64	109
7	17:00	37	42	37	38	69	50	79
8	16:00	34	36	36	32	37	49	49
9	15:00	38	31	24	28	37	53	38
10	14:00	30	26	29	36	38	38	36
11	13:00	39	38	30	38	39	57	25
12	12:00	28	26	22	35	28	43	36
13	11:00	45	37	26	29	28	28	38
14	10:00	31	16	15	25	42	38	28
15	09:00	27	20	22	29	35	31	28
16	08:00	30	38	36	34	35	36	23
17	07:00	42	23	39	35	44	28	30
18	06:00	35	32	29	21	35	41	32
19	05:00	32	12	23	18	25	39	41
20	04:00	18	10	6	15	18	37	40
21	03:00	18	8	6	11	12	26	23
22	02:00	13	7	4	6	11	15	37
23	01:00	20	15	9	12	9	14	28
24	00:00	31		8	18	12	20	38

Legenda
OTD Acid. Graves
100
75
50
25
0

Fonte: Autores (2018).

Há uma concentração de mortes nos sábados e domingos, no horário das 17h00 às 23h00(Figura 10).

**Figura 10:** Matriz de pontos quentes da quantidade de mortos em acidentes de trânsito ocorrido no território nacional no 1ª quadrimestre de 2018, por dia da semana e hora do dia

Ordem	Hora	Dia da Semana						
		Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
1	23:00	10	3	6	5	15	15	21
2	22:00	8	5	10	8	7	21	16
3	21:00	9	7	12	13	14	25	19
4	20:00	7	13	17	19	11	34	15
5	19:00	12	9	19	14	20	20	21
6	18:00	10	19	15	22	13	11	31
7	17:00	9	12	10	7	16	12	26
8	16:00	8	8	10	9	8	20	15
9	15:00	5	12	7	7	5	11	9
10	14:00	10	5	5	14	9	16	16
11	13:00	11	18	8	6	11	6	7
12	12:00	7	9	2	9	10	18	7
13	11:00	9	10	7	6	8	4	2
14	10:00	6	6	3	2	15	2	13
15	09:00	6	5	3	9	9	7	9
16	08:00	2	3	7	15	7	4	7
17	07:00	13	9	3	6	13	10	4
18	06:00	13	9	9	5	9	17	11
19	05:00	23	10	6	6	9	15	17
20	04:00	3	4	2	5	12	32	20
21	03:00	6	9	2	7	5	10	8
22	02:00	6	7	3	3	7	4	25
23	01:00	12	1	6	6	4	3	9
24	00:00	15	4	3	8	5	9	11

Legenda
Nº de Mortos
32
24
16
8
0

Fonte: Autores (2018).

## Considerações Finais

Os resultados da pesquisa apontam que os acidentes graves estão concentrados no intervalo de 18h00 às 21h00 e que os tipos mais frequentes foram as colisões, saída de pista e atropelamentos de pedestres. Além disso, a colisão frontal e o atropelamento de pedestres geraram mais mortes, devendo-se destacar que o primeiro não possui um padrão de horário, mas o segundo foi mais frequente no intervalo de 18h00 às 6h00. Notou-se que a maior frequência de acidentes está nos estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Bahia, que concentraram 42,3% do total de acidentes graves no período.

Ademais, observou-se que os acidentes graves tendem a se concentrar nos finais de semana. Assim, pode-se concluir que há uma necessidade de que sejam criadas políticas públicas educativas de segurança no trânsito e a aplicação de medidas reguladoras baseadas em análise descritiva espacial é capaz de subsidiar o planejamento de tais ações.

## Referências

ANDRADE, E. M. et al. Abordagem estatística dos acidentes de trânsito fatais ocorridos em rodovia federal do Estado do Pará. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, Ano 5, 9. ed., ago./set., 2011.

BERTHO, A. C. S; MAIA, P. B. **Vitimização por acidentes de trânsito em Campinas e São Paulo: um estudo comparativo**. 2010.

BUSSAB, W. O; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 8. ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

JORGE, M. H. P. M.; KOIZUMI, M. S. Gastos governamentais do SUS com internações hospitalares por causas externas: análise no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 7, n. 2, p. 228-238, 2004.

MENDONÇA, M. F. S; SILVA, A. P. S. C; CASTRO, C. C. L. Análise espacial dos acidentes de trânsito urbano atendidos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: um recorte no espaço e no tempo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 4, p. 727-741, out-dez. 2017.

REIS, E. A; REIS, I. A. **Análise descritiva de dados: síntese numérica**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

# Periodicidade e relação entre fatores contribuintes de vítimas em acidentes de trânsito no estado do Pará

*Thays Suelen Brito Santos*

*José Ailton Nunes de Lima*

*Edson Marcos Leal Soares Ramos*

*Silvia dos Santos de Almeida*

*Fernandina Lopes Fernandes*

## RESUMO

**Importância:** Os acidentes de trânsito são um problema sério que aflige o Brasil como uma das principais causas de óbitos. No estado do Pará, diversos fatores como alcoolismo, ausência de manutenção e sinalização do trânsito e falta de conhecimento das leis vem provocando, há vários anos, mortes e vítimas feridas no trânsito. **Objetivo:** O estudo objetiva conhecer a periodicidade dos acidentes de trânsito ocorridos no estado do Pará, em 2017, bem como verificar e analisar a existência de associação entre a Classificação do Acidente (com ou sem vítimas) e o Tipo e Causa do Acidente. **Metodologia:** Os dados do estudo são referentes aos acidentes de trânsito, ocorridos nas rodovias federais dentro do estado do Pará e registrados pela Polícia Rodoviária Federal no ano de 2017. Trata-se de um estudo quantitativo de caráter exploratório e relacional, que utilizou a Técnica Estatística Análise Descritiva para mostrar a periodicidade dos acidentes de trânsito ocorridos no estado do Pará. **Resultados:** Dentre os principais resultados, pode-se destacar, que a maior parte dos acidentes aconteceu nos finais de semana (33,07%), no turno da manhã (31,51%) e a maioria gerou vítimas (fatais ou feridas) (71,83%). Por meio dos resultados da Análise de Correspondência, verifica-se que os acidentes do tipo colisão transversal, atropelamento e colisão frontal, estão fortemente associados com a ocorrência de vítimas (fatais ou feridas). **Conclusão:** É necessário o planejamento de medidas de prevenção em períodos de maior incidência e a realização de campanhas cabíveis de conscientização para que a atenção na estrada não se disperse por qualquer motivo.

**Palavras-chave:** Acidentes de trânsito; Análise de dados secundários.

## Introdução

Anualmente, muitas pessoas em diversos países são vítimas fatais dos acidentes de trânsito e a maioria dessas ocorrências concentra-se em países subdesenvolvidos (WHO, 2009). No Brasil, correm diariamente inúmeros acidentes automobilísticos e cada vez mais aumenta o número desses acidentes, no qual é facilitado pelas estradas abarrotadas de carros. Conforme Soares et al. (2012), o Brasil apresenta mais mortes por acidentes de trânsito do que países desenvolvidos e as principais vítimas fatais desses acidentes constam da população economicamente ativa.

De acordo com Bacchieri e Barros (2011), esse tipo de acidente causa diversos prejuízos para a sociedade em geral, pois, com isso, o Estado precisa investir muito mais nos sistemas de saúde para cuidar das mazelas causadas por essas tragédias, somado ao sofrimento pessoal das vítimas que sobrevivem, mas que, na maioria das vezes, adquirem alguma insuficiência física ou psicológica, e da família, quando perde algum parente.

O consumo de bebidas alcoólicas representa a principal causa de ocorrência de acidentes de trânsito, em que o indivíduo coloca a sua vida e a de outros em situação de perigo ao dirigir alcoolizado; porém, outros fatores como a ausência de manutenção e sinalização do trânsito e a falta de conhecimento da legislatura também influenciam para que os acidentes de trânsito ocorram (MAGALHÃES et al., 2011).

Mesmo com a implementação de ações de prevenção nos últimos anos, como a fiscalização eletrônica, o *upgrade* das viaturas e implementação de novas leis e punições mais severas das leis em vigor, entre elas a Lei Seca (Lei Nº 12.760/2012), não se notou redução relevante da imprudência de trânsito, e consequentemente, das vítimas fatais ocorrentes por acidente de trânsito no estado do Pará (BACCHIERI; BARROS, 2011).

Diante disso, o presente estudo objetiva conhecer a periodicidade dos acidentes de trânsito ocorridos no estado do Pará, de janeiro a dezembro de 2017, bem como verificar e analisar a existência de associações entre a Classificação do Acidente (com ou sem vítimas) e Tipo e Causa do Acidente, com base na utilização da Técnica Estatística Análise de Correspondência, a partir dos dados de registros da Polícia Rodoviária Federal.

## Revisão bibliográfica

Um fator preocupante das metrópoles brasileiras e da Polícia Rodoviária Federal, órgão responsável pelo monitoramento das rodovias brasileiras, é a infraestrutura e a segurança que envolve o fluxo dos veículos, pedestres e até mesmo animais nas malhas rodoviárias (ANDRADE et al., 2011).

O aumento da condição de vida, renda e de oferta de crédito, aliadas à precariedade do transporte público, fez com que a frota de veículos nas rodovias sofresse um salto nos últimos anos (CARVALHO, 2016; IPEA, 2015). Porém, o planejamento das atividades exercitadas pelas polícias rodoviárias não conseguiu acompanhar o crescimento acelerado do volume do tráfego de automóveis e pessoas, contribuindo para o crescimento de casos de acidentes e de violência no trânsito (ANDRADE et al., 2011).

Desta forma, a maior preocupação dos órgãos responsáveis pela organização do trânsito e também da comunidade científica é encontrar soluções que possam reduzir o número de mortalidade e de feridos por acidentes de trânsito. Os pedestres, ciclistas e motociclistas (considerados usuários vulneráveis das vias públicas) constituem 45% dos mortos nas vias públicas da Região das Américas (OPAS, 2012).

Em torno de 1,2 milhão de pessoas são vítimas de acidente de trânsito no mundo. As perdas são muitas, como por exemplo: vidas, sofrimento familiar, incapacidades físicas e custos elevados com o sistema de saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as perdas anuais com acidente de trânsito ultrapassam US\$ 500 bilhões (WHO, 2008). No Brasil, o número de mortos e feridos graves ultrapassa 150 mil pessoas e estima-se que os custos totais dos acidentes sejam de R\$ 28 bilhões ao ano (IPEA, 2006; IPEA, 2003).

Considerado um dos países com o trânsito mais violento do mundo, o Brasil tenta conter o alto número de acidentes. Desde a implantação do novo Código de Trânsito a taxa de mortalidade mantém-se estável (20 mortes/100 mil habitantes), superior às taxas do Japão, Suécia e Canadá (de cinco a oito mortes/100 mil habitantes). Apesar das novas leis, o controle do trânsito pela Polícia Rodoviária Federal, a melhoria da segurança dos veículos e a fiscalização eletrônica não conseguiram diminuir significativamente as mortes e incapacidades (BACCHIERI; BARROS, 2011).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), dentre as causas de acidentes no trânsito o consumo abusivo de bebida alcóolica antes de dirigir vem aumentando as ocorrências com feridos, muitos deles com sequelas incapacitantes e mortes. Segundo Pesquisa Nacional de Saúde, na Região Norte 27,5% da população afirma ter bebido antes de dirigir; de modo geral, no Brasil 68% dos homens admitiram ter dirigido logo após beber, enquanto que apenas 32% das mulheres disseram ter bebido antes de dirigir (IBGE, 2014).

Nesse modo, o estudo dos casos de acidentes de trânsito proporciona aos órgãos de segurança pública responsável pela organização do trânsito nas estradas e rodovias do país e, principalmente, no estado do Pará a implementação de ações com abordagem estatística pautadas em informações corretas e precisas, possibilitando identificar o problema, estudar as possíveis causas e encontrar soluções.

## **Materiais e Métodos**

A partir do levantamento dos dados referentes aos acidentes de trânsito, ocorridos no estado do Pará, no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2017, realizou-se um estudo descritivo de caráter quantitativo para análise dos dados. Os critérios de inclusão foram: acidentes ocorridos no estado do Pará e registrados pela Polícia Rodoviária Federal no ano de 2017; assim, foram utilizados no banco de dados 1.498 casos de acidentes no trânsito.

De acordo com o caráter exploratório da pesquisa, utilizou-se a estatística descritiva para organizar, descrever e apresentar os dados, por meio de gráficos e tabelas (BUSSAB; MORETIN, 2013).

Para verificar e analisar a existência de associações entre a classificação do acidente e tipo e causa do acidente, foi aplicada a Técnica de Correspondência. Segundo Fávero et al. (2009), a análise de correspondência é uma técnica estatística exploratória utilizada para verificar associações ou similaridades entre variáveis qualitativas ou variáveis contínuas categorizadas.

É uma técnica de interdependência, tem como objetivo a representação ótima da estrutura dos dados observados e sua principal característica é redução de dados a serem analisados pelo pesquisador com perda mínima de informações, transformando as linhas e colunas das tabelas em unidades correspondentes, o que facilita a representação conjunta dos dados, onde essa correspondência é fundamental para a construção dos gráficos.



Há dois tipos de Análise de Correspondência: a simples, que corresponde à aplicação de tabelas de contingência de dupla entrada, e a múltipla, que se trata de tabelas de contingência com múltiplas entradas.

Para validar a técnica da análise de correspondência é necessário seguir alguns pressupostos. Primeiramente, para a aplicação da técnica análise de correspondência, Pestana e Gageiro (2005) recomendam que seja realizado o teste qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para verificar a existência de dependência entre as variáveis em estudo. As hipóteses testadas são  $H_0$ : as variáveis são independentes e  $H_1$ : as variáveis são dependentes. De acordo com Díaz e López (2007), a estatística do teste qui-quadrado é dado por:

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^l \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (1)$$

em que  $O_{ij}$  é a frequência observada e  $E_{ij}$  é a frequência esperada para a  $i$ -ésima linha e  $j$ -ésima coluna da tabela de contingência, definido por:

$$E_{ij} = \frac{(\text{soma da linha } i) \times (\text{soma da coluna } j)}{\text{Total}} \quad (2)$$

Com a rejeição da hipótese nula ( $H_0$ ) no teste qui-quadrado ( $\chi^2$ ), o próximo passo consiste em calcular o critério  $\beta$ , para verificar a dependência entre as categorias das variáveis, em que as hipóteses testadas são  $H_0$ : as categorias das variáveis são independentes e  $H_1$ : as categorias das variáveis são dependentes. Se o valor de  $c \geq 3$ , indica-se a rejeição da hipótese ( $H_0$ ), concluindo-se que as categorias das variáveis são associadas entre si. De acordo com Fávero et al. (2009), o cálculo do critério  $\beta$  é obtido pela seguinte fórmula:

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l-1)(c-1)}{\sqrt{(l-1)(c-1)}}, \quad (3)$$

em que  $\chi^2$  é o valor do qui-quadrado;  $l$  é o número de linhas e  $c$  é o número de colunas da tabela de contingência.

Outro importante pressuposto a ser analisado é o cálculo do percentual de inércia, referente à variação explicada por cada dimensão. De acordo com Ramos et al. (2008), quando utilizada a análise de correspondência simples, as associações são propagadas em um plano bidimensional, logo, a soma do percentual de inércia das dimensões 1 e 2 deve ser igual ou superiores a 70% para que os resultados sejam válidos.

Para saber qual é a probabilidade de uma categoria de variável estar associada a outra é necessário calcular o coeficiente de confiança, utilizando um procedimento baseado nos resíduos no qual é definido pela diferença entre as frequências esperadas e as observadas. O resíduo padronizado é dado por (RAMOS et al., 2008):

$$Z_{res} = \frac{O_{ij} - E_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}}. \quad (4)$$

em que  $O_{ij}$  é a frequência observada e  $E_{ij}$  é a frequência esperada calculada por meio da Equação (2).

Por fim, após a obtenção dos valores dos resíduos, calcula-se o coeficiente de confiança ( $\gamma$ ) para verificar a significância dos resíduos calculados, por meio de Ramos et al. (2008):

$$\gamma = \begin{cases} 0 & \text{se } Z_{res} \leq 0; \\ 1 - 2 \times [1 - P(Z < Z_{res})] & \text{se } 0 < Z_{res} < 3; \\ 1 & \text{se } Z_{res} \geq 3, \end{cases} \quad (5)$$

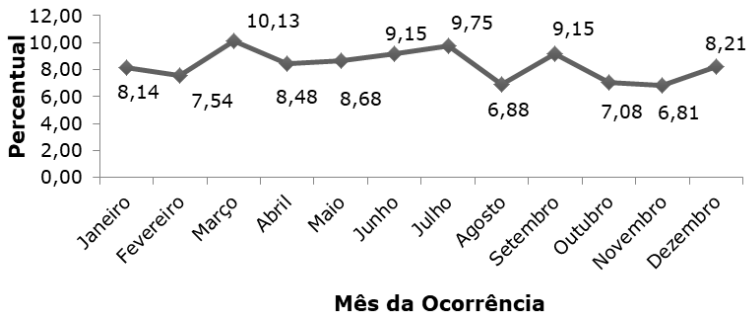
Aqui nesta fórmula é 1 quando  $Z > 3$ , sendo que  $Z_{re}$  é uma variável aleatória com distribuição de probabilidade normal padrão. As associações entre as categorias são consideradas significativas quando o valor do coeficiente de confiança indica probabilidades moderadamente significativas, isto é, quando **50% ≤  $\gamma \times 100$  < 70%** ou quando o valor do coeficiente de confiança indica probabilidades fortemente significativas, ou seja, quando ( $\gamma$ ) ≥ 70,00%.

A análise de correspondência foi realizada com o auxílio do aplicativo Statistica, versão 6.0. Em todos os testes, fixou-se  $\alpha = 5\%$  ( $p \leq 0,05$ ) para rejeição da hipótese nula.

## Resultados e Discursão

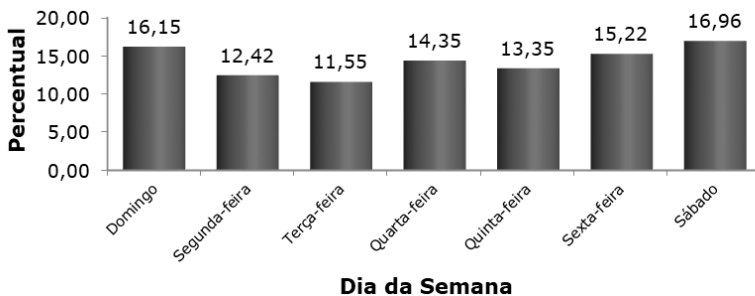
Na Figura 1 nota-se que dos 1.498 acidentes de trânsito registrados no estado do Pará, no ano de 2017, a maior parte ocorreu no mês de março (10,13%), seguido de julho (9,75%), enquanto os meses de agosto, outubro e novembro apresentaram os menores índices de ocorrência de acidentes (6,88%, 7,08% e 6,81%, respectivamente). Além disso, não foi observado acréscimo ou diminuição relevante dos acidentes no decorrer do ano.

**Figura 1:** Percentual de acidentes de trânsito, segundo o Mês da Ocorrência, em 2017, no estado do Pará



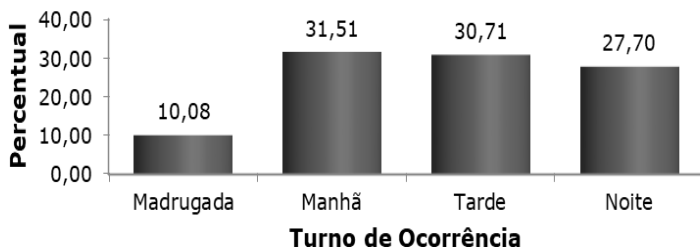
Nos dias da semana, observa-se que de quinta-feira a domingo ocorre a maioria dos acidentes de trânsito (61,68%), sendo que o sábado (16,96%) e o domingo (16,15%) são os dias com maior frequência de acidentes. Esses casos de acidentes de transporte nos finais de semana, encontrados neste estudo, são semelhantes aos achados de Caixeta et al. (2010) e Soares et al. (2012), caracterizando claramente que o fim de semana é crítico e devem surgir ações capazes de trocar essa imagem de cenário (Figura 2).

**Figura 2:** Percentual de acidentes de trânsito, segundo Dia da Semana, em 2017, no estado do Pará



Já em relação ao turno de ocorrência dos acidentes, pode-se verificar na Figura 3, que a maioria dos acidentes (62,22%) ocorreu durante o dia (manhã e tarde), mas o turno em que mais ocorreram acidentes foi o da manhã, com 31,51% dos casos.

**Figura 3:** Percentual de acidentes de trânsito, segundo Turno de Ocorrência, em 2017, no estado do Pará



Nota-se na Tabela 1 que a maioria dos acidentes de trânsito ocorridos em 2017 no estado do Pará teve vítimas (71,79%); dentre todos os tipos de acidente, a maioria apresentou vítimas, assim como é observado maior frequência de vítimas no trabalho de Almeida, Pignatti e Espinosa (2009) em relação aos acidentes de colisão frontal e atropelamento de pedestres. Dentre todas as causas de acidentes, com exceção de defeito mecânico no veículo, a maioria também apresentou vítimas. Pode-se observar, ainda, que a maioria dos acidentes teve como causa a falta de atenção (768 casos).

A partir da validação dos pressupostos para a aplicação da Análise de Correspondência, pois os percentuais de inércia são maiores que 70%, e do teste  $\chi^2$ , observam-se os valores de  $\beta > 3$  e como o p-valor  $< 0,05$ , rejeita-se  $H_0$ , ao nível de significância de 5%; dessa maneira, as variáveis observadas são dependentes, sendo válida aplicação da Técnica Estatística.

Assim, por meio dos resultados da Análise de Correspondência, verifica-se que os acidentes do tipo colisão transversal, atropelamento e colisão frontal estão fortemente associados à ocorrência de vítimas (fatais e/ou feridas), enquanto que os acidentes do tipo colisão traseira, colisão lateral, saída da pista, tombamento, capotamento, atropelamento de animal, entre outros, possuem forte relação com a ausência de vítimas; com sentido à causa por classificação do acidente, pode-se notar que a falta de atenção tem forte relação com a presença de vítimas no trânsito; já a ingestão de álcool, a falta de distância de segurança entre veículos, defeito mecânico, defeito na via, entre outras causas, estão fortemente associadas ao não surgimento de vítimas no trânsito (Tabela 2).

**Tabela 1:** Quantidade e percentual de acidentes de trânsito, segundo o Tipo e a Causa do Acidente, ocorridos em 2017, no estado do Pará, por Classificação do Acidente

Variável	Classificação do Acidente				Total	
	Com vítimas‡		Sem vítimas			
	N	%	N	%	n	%
<b>Tipo de Acidente</b>						
Colisão traseira	224	63,64	128	36,36	352	100,00
Colisão transversal	236	84,59	43	15,41	279	100,00
Colisão lateral	176	67,95	83	32,05	259	100,00
Saída de pista	78	57,78	57	42,22	135	100,00
Atropelamento	103	98,10	2	1,90	105	100,00
Colisão frontal	84	88,42	11	11,58	95	100,00
Tombamento	48	60,76	31	39,24	79	100,00
Capotamento	32	61,54	20	38,46	52	100,00
Atropelamento de animal	18	62,07	11	37,93	29	100,00
Colisão com objeto estático	18	78,26	5	21,74	23	100,00
Outros	62	65,26	33	34,74	95	100,00
<b>Total</b>	<b>1079</b>	<b>71,79</b>	<b>424</b>	<b>28,21</b>	<b>1503</b>	<b>100,00</b>
<b>Causa do Acidente</b>						
Falta de atenção	593	77,21	175	22,82	768	100,00
Ingestão de álcool	95	66,43	48	33,57	143	100,00
Desobediência à sinalização	90	75,42	29	24,58	119	100,00
Não guardar distância de segurança	65	60,19	43	39,81	108	100,00
Defeito mecânico no veículo	25	49,02	26	50,98	51	100,00
Ultrapassagem indevida	33	73,33	12	26,67	45	100,00
Velocidade incompatível	32	74,42	11	25,58	43	100,00
Condutor dormindo	28	66,67	14	33,33	42	100,00
Avarias e/ou desgaste excessivo no pneu	26	76,47	8	23,53	34	100,00
Defeito na via	17	52,78	16	47,22	33	100,00
Outras causas	75	67,01	42	32,99	117	100,00
<b>Total</b>	<b>1079</b>	<b>71,83</b>	<b>424</b>	<b>28,17</b>	<b>1503</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Polícia Rodoviária Federal, Março/2018. Elaboração dos autores.

‡ Foram consideradas como vítimas os casos de vítimas com ferimentos e vítimas fatais.

**Tabela 2:** Resíduos e níveis de confiança resultantes da Análise de Correspondência aplicada às variáveis: Tipo de Acidente, Causa do Acidente e Classificação do Acidente, dos registros de acidentes de trânsito ocorridos em 2017, no estado do Pará

Variável	Classificação do acidente	
	Com vítimas‡	Sem vítimas
<b>Tipo de Acidente</b>		
Colisão traseira	†	2,88 (99,660)*
Colisão transversal	2,52 (98,84)*	†
Colisão lateral	†	1,16 (75,49)*
Saída da Pista	†	3,07 (99,78)*
Atropelamento	3,18 (99,85)*	†
Colisão frontal	1,91 (94,43)*	†
Tombamento	†	1,85 (93,51)*
Capotamento	†	1,39 (83,60)*
Atropelamento de animal	†	0,99 (67,57)**
Colisão com objeto estático	0,37 (28,58)	†
Outros	†	4,01 (99,99)*
<b>Causa do Acidente</b>		
Falta de atenção	1,77 (92,39)*	†
Ingestão de álcool	†	1,21 (77,22)*
Desobediência à sinalização	0,49 (37,90)	†
Não guardar distância de segurança	†	2,27 (97,68)*
Defeito mecânico no veículo	†	3,06 (99,78)*
Ultrapassagem indevida	0,12 (9,73)	†
Velocidade incompatível	0,20 (16,12)	†
Condutor dormindo	†	0,63 (46,81)
Avárias e/ou desgaste excessivo no pneu	0,32 (25,26)	†
Defeito na via	†	2,19 (97,17)*
Outras causas	†	1,57 (88,25)*

**Fonte:** Polícia Rodoviária Federal, Março/2018. Elaboração dos autores.

\* Probabilidade fortemente significativa, pois  $\chi^2 \times 100 \geq 70\%$ ;

\*\* Probabilidade moderadamente significativa, pois  $50\% \leq \chi^2 \times 100 < 70\%$ ;

† - Não houve associação estatística entre as categorias das variáveis;

‡ - Foi considerado como vítimas os casos de vítimas com ferimentos e vítimas fatais.

## Conclusão

A partir dos resultados foi possível identificar a periodicidade dos acidentes de trânsito, no estado do Pará, em 2017, no qual a distribuição temporal evidenciou que o final de semana, especificamente durante o dia, apresentou maiores ocorrências de acidentes de trânsito se comparado com outros períodos. Isso também é verificado há algum tempo na literatura, e seja talvez pelo fato de que no final de semana, os condutores estejam mais distraídos no volante ou talvez estejam alcoolizados. Esses resultados temporais dos acidentes de trânsito podem servir para o planejamento de medidas de prevenção, sendo aplicadas principalmente em períodos de maior incidência: meses específicos de maior procura de produtos e mercadorias, horários associados a maior transição de veículos, entre outros inúmeros casos que um estudo em um espaço específico possa auxiliar na tomada de decisão, mas sempre levando em consideração o contexto de cada local.

Com relação à ocorrência de vítima (fatais e/ou feridas) nos acidentes de trânsito, pôde ser verificada a associação entre a presença ou não de vítimas e os fatores dos acidentes, o que preocupa bastante se levado em conta que a maioria dos tipos de acidentes resultou na ocorrência de vítimas, ainda mais com as diversas causas de acidentes analisadas, sendo que a falta de atenção é a principal causa de acidentes que provoca vítimas no estado do Pará. Para isso, faz-se necessário que as autoridades possam realizar campanhas mais precisas de conscientização, para que a atenção na estrada não passe despercebida por qualquer objeto ou pensamento banal.

## Referências

- ALMEIDA, L. V. C.; PIGNATTI, M. G.; ESPINOSA, M. M. Principais fatores associados à ocorrência de acidentes de trânsito na BR 163, Mato Grosso, Brasil, 2004. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 2, p. 303-312, fev., 2009.
- ANDRADE, E. M.; RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R.; PINHEIRO, W. R. F. Abordagem estatística dos acidentes de trânsito fatais ocorridos em rodovia federal do Estado do Pará. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, 9. ed., p. 134-151, ago./set., 2011.
- BACCHIERI, G.; BARROS, A. J.D. Traffic accidents in Brazil from 1998 to 2010: many changes and few effects. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 5, p. 949-963, 2011.
- BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. **Estatística Básica**. Saraiva, 8. ed., SP, 2010.
- CAIXETA, C. R.; MINAMISAVA, R; OLIVEIRA, L. M. A. C.; BRASIL, V. V.

Morbidade por acidentes de transporte entre jovens de Goiânia, Goiás. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 4, p. 2075-2084, 2010.

CARVALHO, C. H. R. **Desafios da mobilidade urbana**. Brasília: IPEA, mai., 2016.

DÍAZ, F.R.; LÓPEZ, F.J.B. **Bioestatística**. 1.ed., São Paulo: Thomson Learning, 2007.

FÁVERO, L.; BELFIORE, P.; SILVA, F.; CHAN, B. **Análise dos Dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde 2013: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Associação Nacional dos Transportes Públicos. **Impacto social e econômico dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas brasileiras**: relatório executivo. Brasília (DF): IPEA; São Paulo: ANTP; 2003.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Departamento Nacional de Trânsito. **Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras**: relatório executivo. Brasília (DF): IPEA; DENATRAN; 2006.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Rodovias Federais Brasileiras – Caracterização, tendências e custos para a sociedade**. Brasília, 2015.

MAGALHÃES, A. F., Lopes, C. M., KOIFMAN, R. J.; MUNIZ, P. T. Prevalência de acidentes de trânsito auto-referidos em Rio Branco, Acre. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, p. 738-744, 2011.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. 2003.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Gestão da velocidade: um manual de segurança viária para gestores e profissionais da área**. Brasília: OPAS; 2012.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. (Orgs.). **Segurança Pública: Uma abordagem Estatística e Computacional**. Belém: Editora Universitária EDUFPA, v. 1, p. 101, 2008.

SOARES, R. A. S., PEREIRA, A. P. D. J. T., MORAES, R. M. D.; VIANNA, R. P. D. T. Caracterização das vítimas de acidentes de trânsito atendidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, Brasil, em 2010. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 4, p. 589-600, 2012.

WHO. World Health Organization. **The Global Burden of Disease: 2004 update**. Geneva: 2008.

WHO. World Health Organization. **Global status report on road safety 2009: time for action**. Geneva: WHO; 2009.



# Violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes: Casos ocorridos no Estado do Pará no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2017

*Silvia dos Santos de Almeida*  
*Sérgio Santana da Trindade*

## RESUMO

**Importância:** A violência sexual contra crianças e adolescentes é mais comum do que se imagina e precisa ser evidenciada e estudada. **Objetivo:** Assim, este estudo tem como objetivo mostrar a o comportamento da violência sexual contra crianças e adolescentes registrada no atendimento da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará. **Metodologia:** Para tal, utilizou-se a análise quantitativa, por meio da estatística descritiva em dados secundários obtidos junto à Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará do período de 2016 e 2017. **Resultados:** Pode-se destacar o crescimento desta violência neste período. **Conclusão:** os atendimentos dos adolescentes são o dobro dos atendimentos das crianças, tendo o mês de outubro de 2017 como mês preocupante para os adolescentes, mostrando a necessidade de intervenção e ações do Estado, no sentido de possibilitar a diminuição dos casos e de políticas públicas específicas, como o uso de novas tecnologias, as quais possam contribuir com a atual rede de proteção da criança e do adolescente. **Palavras-chave:** Abuso sexual; Crianças; Violência.

## Introdução

No Brasil, há relatos de autores sobre certa complacência social em relação aos casos de maus tratos na infância devido à crença de que os cuidadores têm direito ilimitado sobre a criança, o que leva ao abuso de poder do mais forte sobre o mais fraco (RICAS, 2006)

Um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas em 2009 mostra que a violência contra a criança ainda é frequentemente silenciada, que existe escassez de dados estatísticos a respeito desse problema e que iniciativas de combate a esse tipo de violência costumam priorizar os sintomas e suas consequências e não as causas. As estratégias governamentais costumam ser fragmentadas e pouco resolutivas devido à escassez de recursos financeiros. E os compromissos internacionais para proteger as crianças da violência não costumam redundar em medidas no plano nacional (ONU, 2009).

Em se tratando de maus tratos, o abuso sexual desponta como uma das principais formas de violência contra crianças e adolescentes, envolvendo um comportamento sexual vinculado ao desrespeito do indivíduo e dos seus limites. A violência tem sido causa de muitas ocorrências de atendimento nas unidades hospitalares, principalmente na área de urgência e emergência. Do universo de atendimentos às pessoas vítimas de todo tipo de violência, este estudo se propõe a analisar, por meio de dados, a quantidade, gênero, aumento ou diminuição da violência e o abuso sexual contra a criança e ao adolescente.

Sabe-se que apesar de existir uma rede multidisciplinar para realizar o primeiro contato com as vítimas de violência e que há protocolos que devem ser seguidos, especificamente para casos de abusos sexuais. O que se nota é que diversos fatores contribuem para que tais ocorrências virem apenas dados estatísticos, e que muitos profissionais envolvidos nessas redes de atendimentos (hospitais) não estão capacitados para notificar tais ocorrências e dessa forma contribuir para que o avanço dessa violência seja freado. Não que os profissionais sejam os responsáveis pelas não notificações adequadas, porém, em muitos casos, o psicológico do profissional envolvido, o emocional e, muitas vezes, o credo do profissional, no qual se afirma que “Deus cuidará de fazer justiça” ou ainda a própria sobrecarga de serviços e plantões, que levam o profissional envolvido ao extremo esgotamento físico e psíquico, acaba por contribuir para que tais ocorrências fiquem apenas no papel. Na realidade, ainda existe um grande tabu e, muitas das vezes, receio em realizar os procedimentos corretos.

## Revisão bibliográfica

Cocco, da Silva e Jahn (2010) evidenciam em seu estudo que os casos de abuso sexual contra criança e adolescente no Brasil atingiram índices elevados, os quais causam impacto nos serviços de saúde e necessitam de novas intervenções que criem condições para que o sistema de saúde brasileiro ofereça alternativas para lidar com essa questão.

No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), em 2014, aproximadamente 83,5% das notificações de violência, incluindo abuso e negligência, eram referentes a indivíduos com até 19 anos (BRASIL, 2014).

A pesquisa de Silva et al. (2013) expõe que o abuso sexual contra crianças, infelizmente, é arte da realidade brasileira; entretanto, há dificuldades para se precisar a dimensão do problema, pois as práticas ocorrem no interior dos lares, que permanecem recobertos pelo silêncio das vítimas.

O abuso e a negligência dirigida a indivíduos com menos de dezoito anos de idade, incluindo todos os tipos de abusos físicos e/ou emocionais, abuso sexual, abandono ou trato negligente, exploração comercial ou outro tipo, da qual resulte um dano real ou potencial para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade, no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Na literatura, os tipos de maus-tratos mais comumente descritos também incluem Síndrome de Munchausen por procuração e Síndrome do Bebê Sacudido (OMS, 2014).

Geralmente o hospital configura-se como um centro de referência para o atendimento dessa problemática. Segundo Farinatti (1993, p. 93 apud Algeri et al., 2007, p. 57), “o hospital é um Lugar privilegiado de observação, proteção, confirmação ou de informação de presunções e permite tomar decisões a respeito da crise familiar, além, evidentemente, de suas atribuições de cura das lesões sofridas, o que coloca o hospital no centro nodal de atenção”.

Já Vecina (2002) relata a violência intrafamiliar em suas diferentes formas – física, sexual, psicológica, destacando que esta violência é um fenômeno que apresenta raízes na cultura e na história das civilizações, sendo cada vez mais desvelado, em geral com a presença de grande indignação por parte da sociedade civil, mobilizando instituições públicas e privadas para seu enfrentamento.

Para a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2000), “todo esse processo, que vai do diagnóstico à notificação e à tomada de decisões sobre como proteger a vítima e atuar junto ao agressor, é uma construção coletiva

de todos os que acreditam na possibilidade de modificar o quadro cultural e social da violência contra a criança e ao adolescente”.

O estudo de Amazarray e Koller (1998) apresenta o abuso extrafamiliar, que apesar de apresentar menor frequência do que o intrafamiliar, o abuso sexual extrafamiliar de crianças acontece em níveis bastante elevados.

No abuso sexual prolongado extrafamiliar da crianças e faz necessário identificar os fatores predisponentes (distância emocional, rejeição e negligência dos pais) que tornam a criança vulnerável a esse tipo de abuso, além de tratar os efeitos sobre a criança e também sobre a família. As reações parentais comuns são de desamparo, sentimento de completa perda de controle, autocensura e sentimento de culpa. E nestes casos deve haver um tratamento direcionado à família, com grande valor preventivo (FURNISS, 1993).

Silva (2014), ao analisar as variáveis envolvendo o sistema de segurança pública evidenciou que na preocupação coma produção de soluções concretas torna ainda menos relevante procurar pelas “causas últimas” da violência; isto é: é muito mais relevante entender as condições e mecanismos para, a partir daí, conceber formas apropriadas de intervenção.

No Brasil, foi somente no final dos anos de 1990, que o Ministério da Saúde, por meio de pressão do movimento feminista e de entidades nacionais e internacionais ligadas à garantia dos direitos humanos, implementou políticas e normatizou ações de prevenção e tratamento dos agravos decorrentes da violência sexual contra mulheres e adolescentes (Brasil, 2005).

A Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, elaborada em 1998 e atualizada em 2005, pela área técnica de Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde, busca organizar a assistência nos serviços públicos de saúde, normatiza o atendimento clínico, os cuidados médicos e de enfermagem, a coleta de material para identificação do agressor, a anticoncepção, a quimioprofilaxia das DST/HIV/AIDS, os procedimentos para interrupção da gravidez, além do apoio psicológico e social (BRASIL, 2005).

Lima e Daslande (2011) reforçam em sua pesquisa a necessidade de o Brasil avançar no uso de novas tecnologias, as quais possam ser integradas na rede de proteção de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes, pois a notificação da violência contra crianças e adolescentes, sobretudo o abuso sexual e sua institucionalização, depende, primeiramente, de um conjunto de ações de ordem legal, política, cultural, ética e teórica.

No campo político, tanto nos Estados Unidos da América como no Brasil estiveram presentes os movimentos sociais representados, especialmente, pelo Movimento Feminista; entretanto, a diferença no tempo de inclusão da referida problemática na agenda da política pública. Como refere Minayo (2006), o reconhecimento da violência na pauta da saúde no Brasil vem se dando de forma “fragmentada, lenta, intermitente, mas progressiva” (MINAYO, 2006, p. 53). No cenário brasileiro, Bannwart e Brino (2011) destacam as dificuldades enfrentadas por médicos pediatras na identificação e notificação de maus-tratos, evidenciando a necessidade de confirmação da suspeita do caso para que seja feita a notificação.

Nesse sentido, este estudo se propõe a apresentar informações acerca da violência sexual contra criança e adolescentes notificadas nos anos de 2016 e 2017 em um Hospital público do estado do Pará.

## **Métodos**

O estudo se direcionará para analisar dados secundários, os quais já foram divulgados pela Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP), visando analisar a violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes atendidos na triagem de urgência e emergência da FSCMP, sendo estes os sujeitos desta pesquisa. O foco da pesquisa serão crianças atendidas na unidade de urgência e emergência da FSCMP vítimas de violência, sendo a principal abordagem as crianças e adolescente, vítimas de abuso sexual, com idade de 0 até 14 anos (crianças) e adolescentes também atendidos na mesma unidade, com idade de 15 até 19 anos.

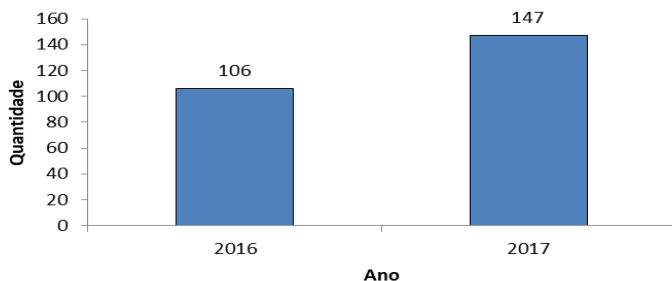
O período que o estudo se propõe a evidenciar são os anos de 2016 a 2017. Inúmeros estudos já evidenciaram este tema, como o estudo de Nunes, Sales e Vitorino (2016), e Gomes, Rezende e Krauss (2018).

A partir dos dados disponibilizados, foi aplicada a técnica de análise exploratória de dados por meio de tabelas, gráficos e suas respectivas análises, que, alicerçada por tais direcionamentos metodológicos e tendo como referência os estudos citados, faz uma discussão entre a teoria e os dados da FSCMP.

## **Resultados e discussões**

A Figura 1 mostra que em 2017 houve crescimento na quantidade total de atendimentos por violência (criança, adolescentes e adultos) na triagem da FSCMP em relação ao ano de 2016; esse crescimento é da ordem de 38,68% no ano de 2017 tomando 2016 como base.

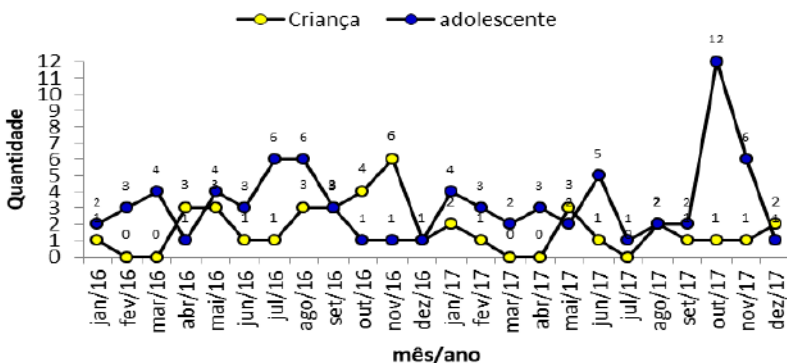
**Figura 1:** Quantidade total de atendimentos por violência na triagem da FSCMP no período de 2016 a 2017



**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir dos dados da FSCMP, abril/2018.

Na Figura 2, o estudo permite acompanhar a evolução mensal do aumento do número de atendimentos para casos de violência e abuso sexual de crianças e adolescentes no setor de triagem da FSCMP, em que se observa uma maior triagem de atendimento entre os adolescentes nos meses de julho e agosto de 2016 (ambos com seis casos) e de outubro de 2017 (com 12 casos). É importante salientar que esses números elevados se dão justamente em um período em que no Pará se dão as férias escolares (de julho até meados de agosto) e também no caso do mês de outubro do ano de 2017 (o dobro de notificações - maior valor), posto que é o mês em que ocorre a maior festa religiosa católica do país, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré (Belém – PA).

**Figura 2:** Quantidade de atendimentos de abusos sexuais mensais de crianças e adolescentes nos anos de 2016 e 2017 na FSCMPA

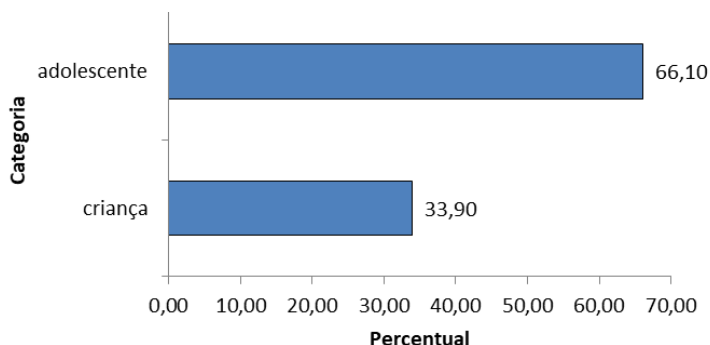


**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir dos dados da FSCMP, abril/2018.

Com relação às crianças, a Figura 1 mostra uma incidência maior de violência notificadas no mês de novembro de 2016, com 6 (seis) notificações na FSCMP.

Pode-se observar na Figura 3 que o percentual de atendimentos de adolescentes vítimas de abuso sexual na FSCMP é praticamente o dobro (66,10%) dos atendimentos das crianças (33,90%) no mesmo período.

**Figura 3:** Percentual de atendimentos por abuso sexual na triagem da FSCMP no período de 2016 a 2017 – crianças e adolescentes



**Fonte:** Adaptado pelos autores a partir dos dados da FSCMP, abril/2018.

Para Swanston et al. (2002), os serviços que prestam atendimentos a menores vítimas de abuso sexual devem considerar o conjunto dos fatores de risco associados à sua continuação, a fim de prevenir ocorrências futuras; daí a importância da coleta dos dados, no primeiro momento, já que a FSCMP é referência no atendimento e cuidado desse tipo de violência no estado do Pará. Portanto, ter um banco de dados consistente, que possa dar um melhor subsídio para a continuidade dos procedimentos legais nas demais esferas, principalmente junto aos Conselhos Tutelares, à Divisão de Atendimento à Criança e Adolescente (DATA) e demais entidades que tem como objetivo a proteção e o bem-estar do menor.

### Considerações finais

O presente estudo analisou dois anos dos casos de violência e abuso sexual, notificados na unidade de triagem de urgência e emergência

FSCMP, em que se observou, por meio dos dados disponibilizados, que os atendimentos dos adolescentes são o dobro dos atendimentos das crianças, e que houve um aumento de casos de violência contra a criança e adolescente do ano de 2016 para o ano de 2017, tendo o mês de outubro de 2017 como o mais preocupante entre os adolescentes (maior número de atendimentos). A partir desses dados, sugere os reforços de novos saberes e novas tecnologias, as quais venham somar e se integrar à rede já existente de combate a esse tipo de violência. O uso de uma tecnologia atual, a qual possa utilizar um banco de dados amplo e que seja de fácil acesso a todas as instituições que lutam e defendam o direito dessa categoria vulnerável é fundamental, pois só assim será possível a notificação rápida. Ademais, a criação de um banco de dados consistente e detalhado sobre os fatos ocorridos se faz necessária, para que seja possível disponibilizar os dados, a fim de que o Estado possa combater e criar políticas públicas que impeçam o avanço desse crime, e assim possa cumprir o dever de proteger e garantir futuro para as crianças e adolescentes do Brasil.

## Referências

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira et al. Os agentes sociais da rede de proteção e atendimento no enfrentamento da exploração sexual comercial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, n. 1, 2012.

ALGERI, Simone et al. Violência intrafamiliar contra a criança no contexto hospitalar e as possibilidades de atuação do enfermeiro. **Revista HCPA. Porto Alegre**. v. 27, n. 2, p. 57-60, 2007.

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 11, n. 3, 1998.

BANNWART, Thais Helena; DE FARIA BRINO, Rachel. Dificuldades enfrentadas para identificar e notificar casos de maus-tratos contra crianças e/ou adolescentes sob a óptica de médicos pediatras. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 29, n. 2, p. 138-145, 2011.



BARRA, Daniela Couto Carvalho et al. Evolução histórica e impacto da tecnologia na área da saúde e da enfermagem. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 8, n. 03, p. 422-430, 2006.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde e sociedade**, v. 18, p. 411-423, 2009.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 113-128, 2003.

CAL, Danila; MIRANDA, Juliana. “Eu não vou tirar o meu batom vermelho”: descortinamento de injustiças e abusos em relacionamentos afetivos no ciberespaço. **Culturas Midiáticas**, v. 9, n. 2, 2016.

CARNEIRO, Adenele Garcia. Crimes virtuais: elementos para uma reflexão sobre o problema na tipificação. **Âmbito Jurídico, Rio Grande**, XV, n. 99, 2012.

CAVALCANTE, Fátima Gonçalves; MINAYO, M.C. de S. Representações sociais sobre direitos e violência na área da deficiência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 57-66, 2009.

COCCO, Marta; LOPES, Marta Julia Marques. Violência entre jovens: dinâmicas sociais e situações de vulnerabilidade. **Revista gaúcha de enfermagem**. Porto Alegre. v. 31, n. 1, p. 151-159, 2010.

COCCO, Marta; DA SILVA, Ethel Bastos; DO CARMO JAHN, Alice. Abordagem dos profissionais de saúde em instituições hospitalares a crianças e adolescentes vítimas de violência. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 12, n. 3, p. 491-7, 2010.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica. As grandes tendências das mudanças. **Economia e sociedade**, v. 1, n. 1, p. 69-87, 1992.

DE AZAMBUJA, Fay; REGINA, Maria. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 5, n. 1, 2006.

FARINATTI, F. Biazus; Leite, M.B. **Pediatria Social: A Criança maltratada**. Rio de Janeiro, 1993.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz. **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. Editora Agora, 2002.

FLACH, Roberta Matassoli Duran; DESLANDES, Suely Ferreira. Abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais: uma análise bibliográfica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00138516, 2017.

FRONER, Janaina Petry; RAMIRES, Vera Regina Röhnelt. Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito jurídico: uma revisão crítica da literatura. **Paidéia**, v. 18, n. 40, 2008.

FURNISS, Tilman. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal. In: **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal. 1993.

GOMES, Ana Elizabeth Gondim; REZENDE, Luciana Krauss. Reflexões sobre bullying na realidade brasileira utilizando a técnica de análise de conteúdo: revisão bibliográfica. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, 2018.

GUIMARÃES, Renata Cavalcante Santos et al. Impact on the self-esteem of women in situations of domestic violence attended in Campina Grande, Brazil. **Revista Cuidarte**, v. 9, n. 1, p. 1988-1997, 2018.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; DA SILVA RAMOS, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela rede de Apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 467-473, 2011.

JUNIOR, Silva et al. Identificação E Notificação De Maus-tratos Em Crianças E Adolescentes Por Médicos De Família No Ceará. **Trabalho, Educação e Saúde**, 2017.

JUNQUEIRA, Maria de Fátima Pinheiro da et al. Resiliência e maus-tratos à criança. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 227-235, 2003.

LIANE, NAURA; ADED, OLIVEIRA. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Instruções para os autores** 178, v. 45, p. 204, 1996.

LIMA, Jeanne de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, p. 819-882, 2011.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 871-880, 2016.

RICAS, Janete; DONOSO, Miguir Terezinha Vieccelli. Maus tratos na infância: reflexões. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 10, n. 3, p. 306-310, 2006.

RICAS, Janete; DONOSO, Miguir Terezinha Vieccelli; GRESTA, Mona Lisa Maria. A violência na infância como uma questão cultural. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 15, n. 1, 2006.

RODRIGUES, Melce Miranda. PORNOGRAFIA INFANTIL: O CRIME POR TRÁS DA INTERNET. **JORNADA CIENTÍFICA DA UNESC**, n. 1, 2018.

SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, v. 9, p. 7-17, 1991.

SANTOS, Samara Silva dos; DALBOSCO DELL'AGLIO, Débora. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, 2010.

SERAFIM, Antônio de Pádua et al. Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 38, n. 4, p. 143-147, 2011.

SILVA, Luíza Cristina Silva; SALES, Shirlei Rezende. **A Cibertecnologia do Nude Selfie na produção de Relação de Sexualidade das Ciborgues na contemporaneidade**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis.



# Reflexão sobre a conduta desviante de adolescentes que praticaram atos infracionais e as suas relações familiares

*Joana Macedo Abdel Hai Abmoud*

*Izaura Rodrigues Nascimento*

*Luciane Cavalcante Lopes*

*Isabella Erthal Villarroel*

## RESUMO

**Importância:** Analisar o papel da família e a sua estrutura para verificar as possíveis causas que podem contribuir na prática de condutas desviantes de adolescentes em conflito com a lei. Essa análise partiu do aumento significativo de atos infracionais dos últimos anos. **Objetivo:** Identificar e discutir o comportamento familiar, partindo das análises de fatores que possam contribuir ou não em condutas desviantes de adolescentes, traçando um perfil socioeconômico e comportamental. **Metodologia:** Foram utilizadas pesquisas em artigos e revistas científicas que apontam estudos das famílias dos adolescentes em conflito com a lei, análises de dados dos relatórios do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativa, do Conselho Nacional de Justiça e pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. **Resultados:** A estrutura familiar é uma importante aliada na formação de qualquer pessoa. Segundo a UNICEF, a família foi apontada como a principal responsável pela garantia de direitos e do bem-estar de adolescentes. Outros possíveis danos podem estar relacionados a drogas, alcoolismo, baixo grau de instrução, classe social, violência doméstica e falta de recursos financeiros. **Conclusão:** Relações familiares são ceifadas por fatores internos e externos que acabam por induzir os adolescentes aos mais diversos tipos de comportamento. É preciso entender que a estrutura familiar contribui significativamente para evitar as condutas desviantes, pois a convivência com a família tanto pode gerar uma sensação de segurança ou não, que, por vezes, resulta na prática de ato infracional.

**Palavras-chave:** Adolescente; Atos infracionais; Conduta desviante; Estrutura familiar.

## Introdução

É praticamente impossível, no cenário atual, projetar uma vida social ignorando o crescente número de adolescentes que declinam para a criminalidade, considerando o aumento significativo de atos infracionais, assim como a falta de estrutura para a aplicação das medidas socioeducativas e reinserção social. Os fatores que levam o adolescente a ingressar na criminalidade não seguem um rol taxativo, pois são inúmeras as problemáticas que elucidam e predispõem o início da delinquência juvenil.

As ocorrências envolvendo menores sinalizaram uma necessidade de se estudar e, por meio disso, tentar entender a instituição familiar, em razão de ser um instituto importante no desenvolvimento biopsicossocial e na formação do caráter do indivíduo, pois, ao considerar que o núcleo familiar é um referencial no desenvolvimento e bem-estar de seus integrantes, temos a família como um fator de suma importância para o desenvolvimento do comportamento das crianças e futuros jovens.

Em razão da importância do assunto, que envolve a questão da criminalidade juvenil e sua relação familiar, é necessário esclarecer alguns pontos fundamentais, relacionados a aspectos psicológicos e sociológicos envolvidos na estrutura familiar. Num momento em que se pretende atribuir à família um papel predominante na explicação e tratamento desses problemas, esta lacuna torna-se difícil de justificar ou mesmo de compreender, pois os fatores se iniciam, muitas das vezes, pela falta de amparo e condições financeiras da família, tornando o núcleo familiar vulnerável, principalmente quando os jovens que estão em transição para a fase adulta, não podem contar com as referências iniciais, neste ponto, exercido pelos pais.

Apesar de vários problemas que possam ocorrer dentro das relações familiares, não se pode negar que este fator não é o único responsável por desencadear condutas desviantes, mas o olhar mais severo sobre a base familiar gira em torno da responsabilidade que os pais precisam ter com seus filhos, ficando a seu cargo, discipliná-los e acompanhá-los no seu crescimento.

Segundo Minuchin (1982), a família é um sistema aberto em transformação, ou seja, constantemente recebe e envia inputs do meio extrafamiliar e se adapta às diferentes exigências dos estágios de desenvolvimento que enfrenta. Também compreende um todo relacional inserida sempre em um contexto social mais amplo, mas contendo

subsistemas (pai-mãe, pais-adolescente, adolescente-irmãos) nos quais o adolescente exerce influência e é influenciado.

Assim, não se pode atribuir às causas de condutas desviantes exclusivamente o fator família, pois dentre outros fatores estão à desigualdade econômica e social, que as camadas mais pobres enfrentam, que, aí sim, somados com os problemas familiares, seja por dificuldade no crescimento e o desenvolvimento dos jovens que ficam à mercê da sorte, acabam por desenvolver condutas desviantes.

Logo, ao passo que esses adolescentes se veem privados de oportunidades de inclusão social, pois muitos já vivem em moradias inadequadas, cheio de restrições severas ao consumo de bens e serviços, que são incessantemente bombardeados pela mídia, agregado com estigmas e preconceitos, falta de qualidade no ensino, relações familiares e interpessoais fragilizadas e violência em todas as esferas de convivência, tornam-se fortes aliados aos desvios de condutas e, conseqüentemente, à prática de atos infracionais. Todos esses fatos associados a outros problemas sociais refletem no crescente índice de violência e criminalidade que tem atingido principalmente a população jovem.

## Revisão bibliográfica

Há muito tempo que se discute que a família é um fator crucial na potencialização do comportamento delinquente. Schenker e Minayo (2003) defendem que o processo de socialização primária de crianças e adolescentes ocorre dentro do ambiente familiar, onde se constrói os traços de personalidade dos indivíduos e onde a soma das práticas educativas adotadas resultam no comportamento individual desses.

Tendo ciência da importância da instituição familiar, esta que possui um papel imprescindível na vida do menor, visto que não se pode desprezar a sua contribuição no processo de desenvolvimento, proteção, socialização dos seus membros e transmissão de determinada cultura a estes, pois a família é o principal agente neste processo, há de convir, portanto, que nem sempre o menor recebe esta influência benéfica da sua família por conta de uma precariedade na estrutura desta.

A família, desde os tempos mais antigos, corresponde a um grupo social que exerce marcada influência sobre a vida das pessoas, sendo encarada como um grupo com uma organização complexa, inserido em um

contexto social mais amplo com o qual mantém constante interação. O grupo familiar tem um papel fundamental na constituição dos indivíduos, sendo importante na determinação e na organização da personalidade, além de influenciar significativamente no comportamento individual por meio das ações e medidas educativas tomadas no âmbito familiar.

Pode-se dizer, assim, que esta instituição é responsável pelo processo de socialização primária das crianças e dos adolescentes. Nesta perspectiva, a família tem como finalidade estabelecer formas e limites para as relações estabelecidas entre as gerações mais novas e mais velhas, propiciando a adaptação dos indivíduos às exigências do conviver em sociedade.

De acordo com Costi (2003) é uma tarefa difícil encontrar relatos que não descrevam a adolescência como sendo uma fase da vida dos sujeitos, em que os mesmos possuam comportamentos conturbados e atitudes consideradas inconsequentes. Conforme Tiba (1985), a adolescência seria uma fase de reestruturação do “núcleo do eu”, quando as estruturas psíquicas e corporais, familiares e comunitárias sofrem diversas mudanças conflitantes. Dessa forma, essa fase merece uma atenção especial para que os envolvidos não fiquem a mercê de seus próprios impulsos.

## **A adolescência e a infração**

Antes de abordar a infração juvenil, é necessário contextualizar o infrator dentro do seu período de vida que é a adolescência, entendendo suas fases e as transformações que são vivenciadas por ele. Diversas são as abordagens teóricas que enfocam a adolescência (do latim *ad*=para frente; e *dolescere* =crescer com dores), cada qual com sua própria caracterização quanto aos principais aspectos que a definem e a demarcam.

Há autores que fixam este período entre os 11 ou 12 anos até os 18 anos; outros o estendem até os 21; outros, ainda, afirmam que a adolescência só termina quando o jovem consegue sua completa independência financeira e emocional, deixando o lar dos pais. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 2º, institui: “Art. 2º – Considera-se criança, para os fins desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (grifo nosso).

Embora haja diversidade de opiniões quanto ao início, término e ao que envolve o adolecer, há hoje, porém, um consenso entre os autores no sentido



de afirmar que este período do desenvolvimento humano se assinala por ser uma fase confusa, marcada por vulnerabilidades, ambivalências e conflitos, ligados à constituição da identidade pessoal e social do indivíduo. Estes conflitos decorrem em função dos ajustamentos requeridos, de um lado, pelas mudanças fisiológicas e pelas modificações na estrutura e funcionamento do corpo, associadas à puberdade, e, de outro lado, pelas implicações do seu papel social: independência, identificação sexual, amizades, identificação e preparo profissional, escolha de uma filosofia de vida para sua orientação (MUSSEN et al., 1973).

Logo, evidencia-se que os relacionamentos pais-filhos estão intimamente ligados ao desenvolvimento da independência pelo jovem. Neste aspecto, na cultura ocidental e, principalmente na cultura brasileira, difere-se na maneira de criação dos filhos de cada sexo. Enquanto as meninas são criadas para uma maior submissão e dependência, desde cedo, os meninos são estimulados a desenvolver independência, autoafirmação e uma atitude mais agressiva entre seus pares. A eles, geralmente, também é dada maior liberdade de ir e vir (MUSSEN et al., 1977).

A identidade negativa “baseia-se em todas as identificações e papéis que, em momentos críticos do desenvolvimento, foram-lhes apresentados como sumamente indesejáveis ou perigosos e, também, como os mais reais”. Ela pode advir, também, da “necessidade de encontrar e defender um nicho próprio contra os ideais excessivos exigidos ou por pais morbidamente ambiciosos” (ERICKSON, 1972, p. 175).

Assim, pode-se dizer que tais comportamentos desajustados podem, entretanto, vir a ter consequências graves no ajustamento social e pessoal do indivíduo quando, por exemplo, entram em confrontos com a Lei e as autoridades, dos quais resultem punições legais e consequente estatuto de “delinquente”.

## **Material e métodos**

O presente artigo utilizou como método de abordagem o método dedutivo e da técnica de pesquisa bibliográfica e exploratório documental, fazendo uso de legislações, artigos científicos, periódicos, livros, teses de mestrado, resumos e comentários.

Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura, que buscam sintetizar evidências externas entre múltiplos estudos identificados e analisados

com base em critérios adequados e procedimentos explícitos e transparentes, de forma que se possam identificar as características reais dos estudos revisados.

Objetivou-se vislumbrar o tema ‘A conduta desviante de adolescentes que praticaram atos infracionais e as suas relações familiares’, a fim de obter uma abrangência da literatura científica sobre o tema e a descoberta das causas que podem influenciar desvios de condutas de adolescentes que praticam atos infracionais. Para isso, a análise dos artigos compreendeu a consulta à base de dados que incluiu artigos publicados, principalmente na base de dados do SciELO.

Foram selecionados apenas artigos publicados em periódicos reconhecidos e com credibilidade científica. Ainda, foram excluídas publicações distantes do tema, visto o foco ser a família dos adolescentes em conflito com a lei.

## Resultados e discussões

Os estudos analisados trazem pesquisas que demonstram que, embora exista uma fraca associação entre estrutura familiar e encaminhamento do jovem à infração, esta ligação estaria mais nos efeitos da dissolução do casal sobre o relacionamento familiar do que no fato em si da ausência do pai ou da mãe. Assim, pertencer a uma classe social menos favorecida também pode implicar em viver em uma comunidade com menor acompanhamento dos pais, o que, por sua vez, enfraquece os laços com a sociedade convencional e aumenta a ligação com grupos de pares antissociais, associando-se, então, estas condições de vida com a delinquência (WERNER, 1990; FARRINGTON, 1993, SHOEMAKER, 1996).

No trabalho de Moura (1991) percebe-se a importância da integração dos aspectos econômicos, estruturais e a questão familiar. O autor relata que os aspectos econômicos têm maior influência nas famílias que são mais desintegradas, uma vez que a competição e a violência entre os membros, se alimentadas, podem fomentar o desaparecimento da estrutura familiar. A desagregação familiar também pode causar problemas psicológicos que levariam à delinquência, seja por conflitos quanto à identidade sexual, seja por falta de atenção e carinho, interpretados como rejeição, ou ainda, seja pela “necessidade das crianças adotarem uma atitude mais ‘valente’ para proteger a casa” (WERNER, 1990, p. 36).

A pesquisa de Adorno (1997) sobre jovens internos na Febem de São Paulo mostra que a estrutura da família destes adolescentes tem uma presença marcante da figura materna, seja pela ausência do pai, seja pela sua negligência

na participação dos assuntos familiares. O outro aspecto do núcleo familiar é o relacionamento dos seus membros, que afeta toda a sua dinâmica.

Para Shoemaker (1996) a qualidade das relações envolve três fatores: conflitos conjugais, relações pais- filhos e padrões de disciplina e supervisão – todos fatores-chave no encaminhamento do jovem para a delinquência.

Quanto à disciplina e à supervisão, a criança e o jovem aprendem a ter uma consciência forte e que a infração é um comportamento errado, no caso de serem criados em um lar onde os pais sejam favoráveis às normas legais, mantendo uma supervisão de perto do comportamento da prole e punindo comportamentos antissociais com o uso de disciplina na base do amor (FARRINGTON, 1993).

Caso a disciplina que o pai emprega com seu filho seja errática, negligente ou super-rigorosa, como também caso a supervisão da mãe seja inadequada, pode-se ter uma predição para a delinquência juvenil (GLUECK; GLUECK, 1950 apud SHOEMAKER, 1996).

As relações conjugais desempenham um importante papel na trama da delinquência (WERNER, 1990; SAKUTA, 1996). Se o pai está presente, mas a família briga muito e é infeliz, gerando desavenças, rejeição, abandono e outras formas de maus-tratos e problemas psicológicos, há maior probabilidade de algum dos filhos seguir o caminho da infração do que quando o pai não está presente, mas o ambiente familiar é harmonioso. Klein et al. (1997) encontraram as variáveis: conflitos conjugais e estado civil como preditoras de delinquência severa.

Nas relações pais-filhos, os fatores que são preditivos de delinquência são o afeto do pai pelo filho, o afeto da mãe pelo filho, a coesão familiar e a comunicação familiar. Cashwell e Vacc (1996) sugerem, pelos resultados de seu estudo, que a coesão familiar é de grande influência no comportamento delinquente, já que ela pode influenciar a escolha dos pares. Eles dizem que viver em um ambiente familiar coeso reduz a probabilidade de o adolescente se envolver com pares desviantes.

Citando o trabalho de vários pesquisadores, Schoemaker (1996) ressalta que os adolescentes cujos pais os trataram com firmeza, respeito e amor tenderiam menos à delinquência do que aqueles que tinham pais que xingavam, ralhavam e resmungavam constantemente e que só expressavam aceitação e afeto quando os filhos apresentavam bom comportamento. O autor relata ainda que a identificação afetuosa que cria vínculos com os pais e a intimidade

da comunicação com o pai também estão associados ao comportamento infrator: “a natureza das interações pais-criança e atmosfera geral dentro do lar, quer seja desagregado ou intacto, têm sido consistentemente relacionadas à delinquência” (SCHOEMAKER, 1996, p. 177).

Os resultados da pesquisa de Hoge e Andrews (1996) mostram que há um elo entre a relação familiar, problemas estruturais e delinquência. As relações negativas entre pais e filhos e as deficiências na educação dos mesmos estavam associadas com níveis mais altos de infração e com o menor ajustamento geral dos jovens. As variáveis potencialmente protetoras encontradas no estudo foram quatro: relações positivas com os pais, bom desempenho educacional, resposta positiva à autoridade e uso efetivo do tempo de lazer.

Adorno (1997) relata o envolvimento da figura paterna dos infratores com o alcoolismo e, em consequência deste, uma dificuldade de relacionamento entre os pais e seus filhos, chegando a episódios de violência física. Constatamos, também, o que parece ser uma dificuldade, por parte das mães em se relacionar com os filhos, de forma a conhecer e lidar com seus traços de personalidade, assim como com os motivos que os levaram à infração. Para elas, o filho é sempre bom, carinhoso, reagindo com surpresa frente ao seu comportamento transgressor.

Na pesquisa de Peiser e Heaven (1996) foi a disciplina punitiva a que melhor predispe delinquência masculina. O estilo de criação, então, revela-se um importante preditor para o ajustamento geral do adolescente, assim como para seu tipo de atribuição e engajamento nas atividades gerais. Nesta mesma perspectiva, o uso de uma orientação positiva por parte dos pais, incentivando o jovem nas atividades escolares, com uma cobrança firme, mas não agressiva, ajuda a aumentar seu desempenho acadêmico. O uso de hostilidade, por outro lado, diminui o sucesso acadêmico do adolescente (MELBY; CONGER, 1996).

Segundo Fraser (1996), pesquisas atuais indicam que, mesmo sem ter intenção, algumas famílias criam seus filhos de forma a responder à autoridade com hostilidade: elas não os supervisionam adequadamente, punem severamente, falham no estabelecimento de limites, deixam de recompensá-los quando apresentam comportamento social positivo e usam de coerção na interação com eles. Quando intervêm no comportamento agressivo da criança, geralmente é por meio de gritos, ameaças, empurrões e surras, para coagi-la a ceder.

Assim, estas crianças tendem a desenvolver poucas habilidades para resolver problemas, na maioria das vezes, respondendo com agressividade nestas situações e usando de violência para atingir seus objetivos. Nas palavras

de Assis (1994, p. 126-134): “... o círculo se fecha, ou seja, as distintas formas de violência se interligam, favorecendo a reprodução e manutenção de um sistema familiar violento”.

## Considerações Finais

Notou-se que a desestruturação familiar pode prejudicar os resultados obtidos por adolescentes, podendo levar a um aumento da violência, tendo em vista os vários fatores negativos, como o divórcio, separações e novos casamentos de seus pais. Esses fatores, agregados com a mudança na dinâmica da família, faz com que os efeitos do rompimento familiar sejam ainda mais danosos quando associados à falta de supervisão direta e indireta e de ocupação da juventude, além de oportunidades econômicas limitadas.

Pôde-se constatar que os jovens advindos de famílias de classe baixa tendem a se voltar mais facilmente para o crime, por razão de uma impotência de adquirir de forma legal as suas metas e objetivos, o que reforça a ideia de que o Estado tem que intervir, buscando diminuir as desigualdades sociais e econômicas, partindo do princípio que é necessário cessar a causa e não somente o efeito.

Também se observou que os jovens que viviam com a mãe e com, pelo menos, um avô tiveram, frequentemente, desenvolvimento mais positivo e até melhor do que os que viviam com os pais. Outro dado relevante é o fato de a relação avô/mãe ser potencialmente mais estável e menos conflituosa do que a relação marido/mulher, reduzindo, dessa forma, o nível de estresse dos jovens.

Verificou-se que as taxas de delinquência para rompimento familiar e família intacta com conflito são similares. Porém, a perda da mãe é mais danosa do que a perda do pai, o rompimento familiar pela desarmonia é mais causador da delinquência do que o rompimento parental pela morte e as taxas de delinquência são superiores para rompimentos em idades de zero a quatro anos e dez a quatorze anos e menores para idades de cinco a nove anos.

Ainda, insta salientar que os jovens constantemente são submetidos às pressões da mídia para o consumismo: os brinquedos, os aparelhos eletrônicos, as roupas de marca, as músicas, os shoppings, os lugares da moda, o estilo de vida jovem – típicos da classe média e alta. No entanto, a realidade em que vivem é bem diferente: condições de habitação precária,

baixa qualidade de alimentação (e, às vezes, falta de alimento), roupas simples (muitas vezes herdadas ou doadas), a falta de brinquedos, de espaço e tempo para o lazer, o trabalho duro (dentro e fora de casa). E ainda no lar, a dinâmica familiar não ajuda a equilibrar o quadro de tensão: a falta de apoio, a violência sofrida, a falta de incentivo, a ‘figura fraca’ dos pais e sua impotência diante das dificuldades da vida e a obrigatoriedade do trabalho, tendo que contribuir com algum dinheiro em casa – tudo isto, ou apenas alguns destes fatores, contribuem para o adolescente (ou até a criança) abandonar seu lar e, também, envolver-se com a delinquência.

Assim, podemos dizer que a família é um sistema no qual se conjugam valores, crenças, conhecimentos e práticas, formando um modelo explicativo de saúde/doença, por meio do qual se desenvolve uma dinâmica de funcionamento, promovendo a saúde, prevenindo e tratando a doença de seus membros.

## Referências

ADORNO, R. C. F. **Caracterização das famílias de autores de atos infracionais da Febem/SP**. Relatório Preliminar. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 1997.

ASSIS, S. G. Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. **Cadernos de Saúde Pública**, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CASHWELL, Craig S.; VACC, Nicholas A. Family functioning and risk behaviors: Influences on adolescent delinquency. **The School Counselor**, v. 44, n. 2, 1996.

ERICKSON, E. H. **Identidade: Juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FARRINGTON, D. P. Motivations for conduct disorder and delinquency. **Development and Psychopathology**, v. 5, 1993.

FRASER, M.W. Aggressive behavior in childhood and early adolescence: an ecological-developmental perspective on youth violence. **Social Work**, v. 41, n. 4, 1996.

GLASGOW, K. L.; DORNBUSCH, S. M.; TROYER, L.; STEINBERG, L. e RITTER, P. L. Parenting styles, adolescents' attributions, and educational outcomes in nine heterogeneous high school. **Child Development**, n. 68, p. 507-529, 1997.

HOGUE, R.; ANDREWS, D. A.; LESCHIED, A.W. An investigation of risk and protective factors in a sample of youthful offenders. **Journal of Child Psychology**, v. 37, n. 4, 1996.

KLEIN, K.; FOREHAND, R.; ARMISTEAD, L.; LONG, P. Delinquency during the transition to early adulthood: family and parenting predictors from early adolescence. **Adolescence**, v. 32, n. 125, 1997.

MELBY, J. N.; CONGER, R.D. Parental behaviors and adolescent academic performance: A Longitudinal Analysis. **Journal of Research on Adolescence**, 1996.

MINUCHIN, S. **Famílias: Funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artmed, 1982.

MOURA, W. A família contra a rua: uma análise psicossociológica da dinâmica familiar em condições de pobreza. In: FAUSTO, A.; CERVINI, E.R. (Orgs.) **O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos anos 80**, São Paulo: Unicef/Flasco, Cortez Editoria, 1991.

MUSSEN, P. **Psychology: An Introduction**. Massachusetts: D.C. Heath and Co, 1973.

MUSSEN, P. H.; CONGER, J. J. E KAGAN, J. **Adolescência**. In: *Desenvolvimento e Personalidade da Criança* (P. H. Mussen; J. J. Conger e J. Kagan), São Paulo: Harbra, 1977.

PEISER, N. C.; HEAVEN, P. C. Family influences on self-reported delinquency among high school students. **Journal of Adolescence**, 1996.

SAKUTA, T. A Social factors leading to juvenile delinquency. **The Keio Journal of Medicine**, v. 45, n. 4, 1996.

SHOEMAKER, D. J. *Theories of delinquency: An examination of explanations of delinquent behavior*. 4. ed., Nova York: Oxford University Press, 2000.

SHOEMAKER, D. J. **Theories of delinquency**. An examination of explanations of delinquent. Oxford University Press: Nova York, 1996.

SILVA, D.F.M. **O desenvolvimento das trajetórias do comportamento delinquente em adolescentes infratores.** Unpublished doctoral dissertation. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2002.

SILVA, D. F. M.; HUTZ, C. S. **Abuso infantil e comportamento delinquente na adolescência:** Prevenção e intervenção. In C. S. Hutz (Ed), Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégicos de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

SCHENKER, M.; MINAYO, M.C. **Implicação da família no uso abusivo de drogas: Uma revisão crítica.** Ciências e Saúde Coletiva, 2003.

TIBA, Içami. **Puberdade e Adolescência:** desenvolvimento biopsicossocial. São Paulo: Ágora, 1985.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

WERNER, D. **Estudos Internacionais sobre as causas sociais do crime e suas implicações num caso brasileiro de menores carentes,** 1990.

ZILMERMAN, D. E. Grupos espontâneos: as turmas e gangues de adolescentes. In: ZIMERMAN, D. E.; OSÓRIO, L. C. (Orgs.). **Como trabalhamos com grupos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.



# A “Saga”<sup>1</sup> pela Responsabilização do Ato Infracional

*Luciane Gabriele Matsuda  
Vera Lucia de Azevedo Lima  
Silvia dos Santos de Almeida  
Edson Marcos Leal Soares Ramos*

## RESUMO

**Importância:** O adolescente ao ser apreendido em flagrante ou por ordem escrita e fundamentada pelo juiz, deverá ser imediatamente comunicado a autoridade judiciária, identificar os seus responsáveis legais e informá-los acerca dos seus direitos. Inicia-se assim, o devido processo legal até que seja designado ao cumprimento de uma medida socioeducativa, a fim de garantir a sua responsabilização. **Objetivo:** Descrever a trajetória percorrida pelos adolescentes que cometeram atos infracionais desde o momento de sua apreensão na Delegacia de Polícia Civil até ser designado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Barcarena-Pará. **Metodologia:** Pesquisa descritiva com análise qualitativa sobre a trajetória percorrida pelos adolescentes que cometeram atos infracionais durante os trâmites processuais até o cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida. **Resultados:** Durante o andamento do processo até que se tenha a audiência para determinar a medida socioeducativa a ser cumprida no Centro de Referência de Assistência Social leva um longo tempo, o que consequentemente os adolescentes acabam acreditando que não serão responsabilizados e voltam a reincidir em outros atos infracionais. **Conclusão:** A morosidade da lei para que se tenha a audiência e seja designada pelo juiz a medida socioeducativa a ser executada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, acaba prejudicando na responsabilização, pois o adolescente, estando em Liberdade, acaba reincidindo em outros atos infracionais e quando, enfim, é responsabilizado pelo primeiro ato, já existem outros processos em andamento, deixando uma lacuna irreparável. **Palavras-chave:** Adolescente; Medida Socioeducativa; Trajetória.

---

<sup>1</sup> **SAGA** - Narrativa ou história de ficção com mais de uma parte ou repleta de incidentes. (Dicionário em Português on line, 2018).

## Introdução

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é considerado adolescente aquele entre 12 e 18 anos de idade, e ainda, excepcionalmente em alguns casos expressos na lei pessoas de 18 a 21 anos.

Menandro et. al. (2003) afirma que ao estudar as representações sociais de adolescência/juventude, demonstraram que a adolescência é representada como um período de rebeldia, imaturidade e dependência, e ainda, destaca um determinado grupo de adolescentes que são majoritariamente julgados e excluídos, devido à especificidade de terem cometido ato infracional.

O ato infracional é uma conduta descrita como crime ou contravenção penal, o qual o adolescente, ao cometê-lo e ser apreendido em flagrante ou por ordem escrita e fundamentada pelo juiz, deverá ser imediatamente comunicado a autoridade judiciária, a fim de que possa identificar os seus responsáveis legais e informá-los acerca dos seus direitos, iniciando, assim, o devido processo legal até que seja designado ao cumprimento de uma medida socioeducativa, para garantir a sua responsabilização.

Rolim (2017) afirma que o trabalho realizado na área da socioeducação se baseia nos propósitos da “responsabilização”, da “integração social” e da “desaprovação da conduta infracional”, segundo o disposto nos Incisos I, II e III do Art. 1 da Lei Nº 12.594/12, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (BRASIL, 2012), passando pelo reconhecimento dos danos provocados pela prática do ato infracional, isto é, as vítimas atingidas direta ou indiretamente, possibilitando que o jovem reflita sobre o seu comportamento.

Sendo assim, é por meio das medidas socioeducativas que ocorre a responsabilização dos adolescentes que cometeram atos infracionais, variando pela sua gravidade poderá ser determinada com uma das seguintes medidas: advertência, reparação de danos, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. É ainda tem a possibilidade de remissão, que seria uma forma de perdão concedida pelo promotor de justiça, ocasionando na exclusão do processo ou pelo juiz que, após iniciar o processo, poderá suspê-lo ou extingui-lo.

Portanto, percebemos a necessidade de fomentar discussões a cerca da trajetória pela responsabilização do ato infracional, pois a sociedade tem

pouco conhecimento desse processo legal e clama por uma responsabilização mais eficaz de forma que os adolescentes que cometeram atos infracionais sejam responsabilizados com rigor, já que são associados à ideia de impunidade, tanto que clamam pela redução da maioridade penal sem perceber a gravidade de colocá-los em condição peculiar de desenvolvimento, em um sistema prisional falido.

E ainda, percebendo a necessidade de uma relevância intrínseca na pesquisa, dada a sua possibilidade de esclarecer sobre determinada temática, acredita-se que os resultados desta poderão ser significativos, no sentido de demonstrar o processo legal que o adolescente é submetido até ser responsabilizado pelo ato infracional cometido, já que tem como objetivo descrever a trajetória percorrida pelos adolescentes que cometeram atos infracionais desde o momento de sua apreensão na Delegacia de Polícia Civil até ser designado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Barcarena-Pará, para o cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida.

## **Revisão bibliográfica**

A Evolução no tratamento conferido ao menor de idade pela legislação brasileira tem sido fundamental para o reconhecimento desses enquanto sujeitos de direitos. Inicialmente era determinado pela Doutrina do Direito Penal do Menor, posteriormente veio a Doutrina da Situação Irregular e atualmente está sendo executada na Doutrina da Proteção Integral.

Durante a Doutrina Penal do Menor, os adolescentes eram tratados como adultos e a sua responsabilização se dava por meio da avaliação do magistrado sobre o discernimento em aptidão para o adolescente distinguir o bem do mal. Já na Doutrina da Situação Irregular houve uma diferenciação do adolescente em relação ao adulto, porém a criminalização se dava pela condição de pobreza, passando a serem objetos de intervenção estatal, os quais o juiz que decidia como e onde ficariam institucionalizados.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 foi estabelecida uma nova ordem social, reconhecendo expressamente a tutela jurídica de direitos fundamentais, reconfiguração da família e de novos sujeitos, como crianças e adolescentes. Assim, novos valores passaram a ser

cultivados e defendidos, passando a ter considerável preocupação com a pessoa humana, elevando-se os valores existenciais sobre os materiais.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no Artigo 1º, Inciso III, consagrou o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como fundamento de proteção do ser humano, no presente caso, da criança e do adolescente em relação à sua família. Ele é concebido como estruturante e conformador dos demais, têm-se o direito à vida, à honra, à integridade física, à integridade psíquica, à privacidade, dentre outros, como direitos indisponíveis, dotados de dignidade e protegidos por esse princípio maior (LIBERATI, 2011).

Com inspiração no âmbito internacional e nas premissas maiores da Constituição Federal de 1988, surge a Lei Nº 8.069/90 – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), erguendo um sistema de garantias e um tripé formado pela Família, pela Sociedade e pelo Estado na proteção das crianças e dos adolescentes, em que passaram a ser considerados em sua dignidade de pessoa humana e sujeitos plenos de direitos: à vida, à educação, à saúde, ao lazer, à convivência familiar, à integridade física e psicológica, trazendo às expressões criança, definida de 0 até 12 anos incompletos, e adolescentes de 12 até 18 anos incompletos, reconhecendo as diferenças existentes em cada um destes (ISHIDA, 2011).

A infância e a adolescência são reconhecidas como uma fase específica e especial da vida humana, sendo a criança e o adolescente seres em desenvolvimento, de forma alguma aptos a se auto determinarem, sendo dignos de uma proteção especial e de prioridade absoluta nas políticas públicas, na família e na sociedade. Aliado à Proteção Integral, o adolescente adquire a categoria de responsável pelos atos considerados infracionais que cometer, aplicando-lhes medidas socioeducativas. À criança que cometer tais atos será aplicada apenas uma medida protetiva, também referida no ECA. Cria-se uma responsabilização penal especial, atendendo aos anseios da população vitimada pela violência (LIBERATI, 2011).

A construção da responsabilização legal do adolescente, se deu por meio de valores políticos, sociais e culturais de várias épocas, vivenciadas por várias gerações até chegar nesse processo de transformação com a socioeducação, em que os adolescentes que cometeram atos infracionais são vistos como sujeitos de direitos. Entretanto, ao serem determinados ao cumprimento de uma Medida Socioeducativa deverão ter garantidos os seus direitos fundamentais, com base na Doutrina da Proteção Integral (SOARES, 2018).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente medidas socioeducativas em meio aberto: i) advertência; ii) obrigação de reparar o dano; iii) prestação de serviço à comunidade (PSC); e iv) liberdade assistida (LA). Ou pode aplicar as medidas socioeducativas em meio fechado, que são: i) inserção em regime de semiliberdade; ii) internação em estabelecimento educacional; e, ainda, quando se aplicar, iii) internação provisória (BRASIL, 1990).

O reconhecimento de que a obediência a regras mínimas é essencial para o convívio social requer a responsabilização do adolescente, quando ele desenvolve condutas transgressoras desses padrões. Considerá-los pessoas em desenvolvimento expressa tão somente a tutela especial a que têm direito, por lei, assim como a identidade peculiar desses sujeitos, não implicando a supressão da sua sujeição ao ordenamento jurídico. Neste sentido, reitera-se a concepção de Leonardo Barbosa, quando defende que “o processo de desenvolvimento do adolescente passa pela aprendizagem de um posicionamento crítico e responsável em relação às suas condutas” (BARBOSA, 2002, p. 10).

Segundo Silva (2016), o adolescente em conflito com a Lei passa a ser figura interventiva das ações do Estado, por meio de políticas públicas, planos, projetos e programas voltados para a atenção e assistência aos jovens. Passa a ser institucionalizado por órgãos da Secretaria de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social mediante discussões ao longo do contexto histórico dos adolescentes infratores embasados no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), reorganizando as intervenções (SILVA, 2016).

## **Material e Métodos**

Foi uma pesquisa descritiva, com análise qualitativa, por meio da descrição da trajetória percorrida pelos adolescentes com o devido processo legal na responsabilização ato infracional embasado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que ocorre no município de Barcarena/PA.

Inicialmente os adolescentes são apreendidos na Delegacia de Polícia Civil, órgão responsável de lavrar o Auto de Apreensão, sendo este um procedimento constando a materialidade do ato infracional, os depoimentos, as testemunhas, o interrogatório do adolescente acompanhado por seu

responsável legal, os termos com suas garantias constitucionais, o relatório do Delegado de Polícia concluindo com uma possível medida socioeducativa a ser aplicada de acordo com a gravidade do ato infracional e deverá ser comunicado ao Ministério Público no prazo máximo de 24 horas.

Após a conclusão policial do auto de apreensão, o adolescente será encaminhado ao Ministério Público, no qual terá uma audiência com o promotor de justiça que poderá fazer a remissão do adolescente em relação ao ato infracional praticado, desde que seja homologado pelo juiz, e assim terá a exclusão do processo, levando em consideração as circunstâncias e as consequências do fato, como o contexto social, a personalidade do adolescente e o seu grau de participação no ato infracional.

E ainda, cabe ao promotor de justiça realizar a devida representação a quem se atribui a autoria do ato infracional, ao verificar a gravidade desse ato e a sua repercussão social no ensejo de garantir segurança pessoal do adolescente e/ou a manutenção da ordem pública.

Com a representação do Ministério Público ao Poder Judiciário inicia-se o processo na responsabilização do adolescente pelo juiz, que tramita pela Vara Cível da Comarca de Barcarena, onde será realizada uma audiência para que seja determinada a medida socioeducativa a ser cumprida.

Sendo assim, o juiz ao determinar uma medida socioeducativa para que ocorra a socioeducação, em regime aberto a de advertência e a reparação de dano é executada durante a audiência se for Prestação de Serviço a Comunidade e/ou Liberdade Assistida será executada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), do município de Barcarena-PA, porém, se for regime fechado de internação ou semiliberdade o adolescente será encaminhado para o cumprimento de medida na capital Belém-PA.

Diante dessa trajetória, foi possível construir um fluxograma para facilitar na identificação e na demonstração das atribuições de cada um em relação à responsabilização do adolescente, identificando algumas dificuldades nesse processo socioeducativo, já que está desacreditada pela sociedade a forma como esses adolescentes são responsabilizados ao cometer um ato infracional.

## **Resultados e Discussões**

No município de Barcarena-PA, o processo de responsabilização dos adolescentes que cometeram atos infracionais se inicia ao serem apreendidos

na Delegacia de Polícia Civil, pois ainda não foi implantada uma Delegacia Especializada de Atendimento ao Adolescente (DATA), onde os procedimentos legais do auto de apreensão devem ser comunicados ao Ministério Público, com prazo máximo de 24 horas.

Entretanto, identificamos que a Delegacia de Polícia, enfrenta algumas dificuldades para encontrar de imediato o responsável legal do adolescente, já que só poderá ser feito o interrogatório com o acompanhamento do responsável, porém em alguns momentos acionam o Conselho Tutelar para que dê o apoio no intuito de encontrar o familiar ou acompanhar esse adolescente durante o auto de apreensão.

Ao ser comunicado ao Ministério Público, o adolescente poderá ser liberado na Delegacia dependendo da gravidade do ato infracional para que o seu responsável legal, mediante Termo de Compromisso lavrado e assinado o apresente ao Promotor de Justiça ou ficará apreendido na Delegacia e será conduzido por policiais civis juntamente com o seu responsável legal para audiência de remissão ou representação.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Art. 126 estabelece que:

“Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional” (BRASIL, 1990).

Todavia, o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto no Município de Barcarena (2017) demonstrou que foram diminuídas as remissões no período de 2012 a 2015, em virtude do agravamento dos atos infracionais equiparados a crime e devido à repercussão social que ocasiona na permanência desses adolescentes na internação.

O Ministério Público deverá representar o adolescente a quem se atribuiu o ato infracional, na vara cível na Comarca de Barcarena, pois não possui uma Vara Especializada da Infância e da Juventude, então se inicia o processo de responsabilização para que se tenha uma audiência com o Juiz

no intuito de ser designada uma medida socioeducativa ao adolescente de acordo com o ato infracional cometido.

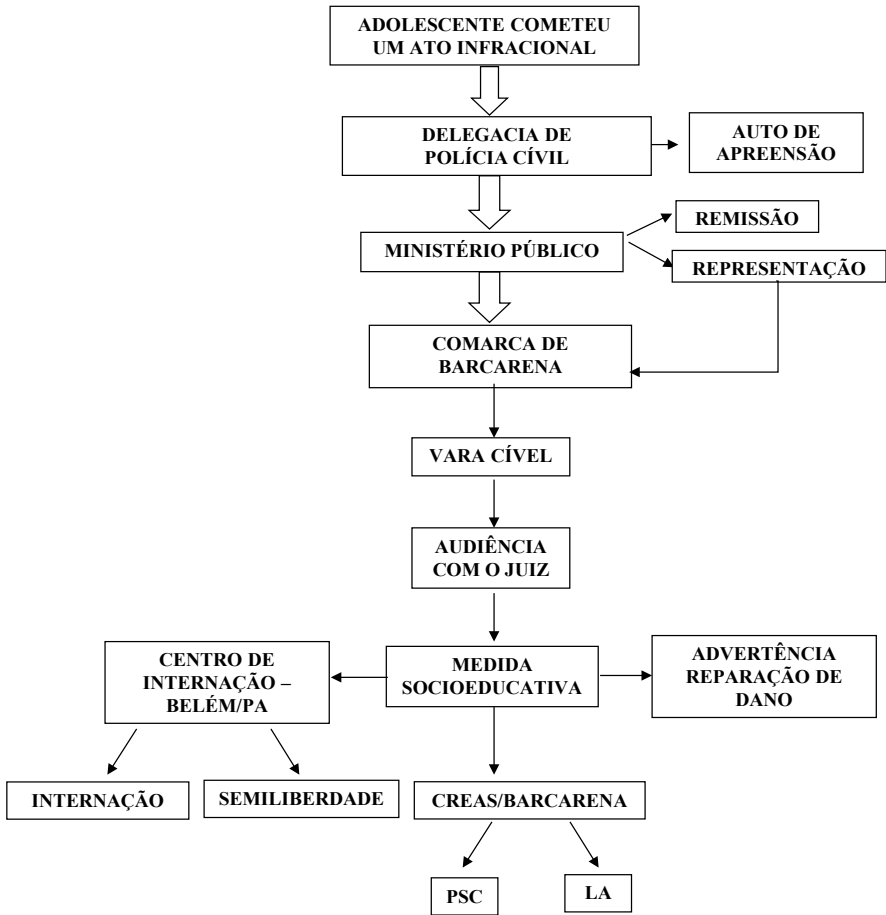
No entanto, a morosidade da lei no andamento do processo até a audiência acaba prejudicando, pois os adolescentes acabam acreditando que não serão responsabilizados e voltam a reincidir em outros atos infracionais, o que conseqüentemente repercute de forma negativa na sociedade a forma de como esses adolescentes são responsabilizados.

A mídia tem sido um canal de propagação dessa sensação de impunidade em relação à responsabilização dos adolescentes que cometem ato infracional tais veiculações contribuem para a crescente insatisfação, insegurança e fortalecimento do medo da sociedade, suscitando a penalização do adolescente em conflito com a lei, bem como discussões acerca da redução da maioria penal, confrontando com o preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o texto constitucional, que estabelece plenos direitos à criança e ao adolescente, prioridades como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento merecedor de proteção especial (OLIVA; KAUCHAKJE, 2009).

Dependendo da medida socioeducativa designada em audiência pelo juiz, se for as de internação ou semiliberdade os adolescentes serão encaminhados aos Centros de Internação na capital Belém-PA, sendo uma distância de aproximadamente 112 km do município de Barcarena-PA, os afastando do convívio familiar e social, o que conseqüentemente prejudicará seu desenvolvimento biopsicossocial, mas se for prestação de serviço a comunidade e/ou liberdade assistida irão cumpri-las no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Barcarena-PA, acompanhados por uma equipe técnica capacitada para execução das medidas socioeducativas.

Diante dessa trajetória foi possível construir um fluxograma, o qual demonstra como se dá a responsabilização do adolescente que comete um ato infracional e os órgãos com suas devidas atribuições.



**Figura 1:** Fluxograma de acompanhamento ao adolescente infrator

### Considerações finais

Contudo, a trajetória percorrida por esses adolescentes é necessária para que se cumpra o devido processo legal e possa, de fato, garantir o que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, visando à responsabilização do ato infracional por meio da medida socioeducativa; Porém, a morosidade da lei para que se tenha a audiência e seja designada pelo juiz a medida socioeducativa a ser executada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social acaba prejudicando na responsabilização.

Com isso, o adolescente estando em liberdade acaba reincidindo em outros atos infracionais e quando, enfim, é responsabilizado pelo primeiro ato infracional cometido, já existem outros processos em andamento, deixando uma lacuna irreparável e conseqüentemente ineficaz na compreensão da responsabilização, tanto para o adolescente quanto para a sociedade que clama pela redução da maioria penal como se fosse solucionar os casos de atos infracionais.

## Referências

BARBOSA, L. A. de A. **A formação do educador e o adolescente em conflito com a lei**. Belo Horizonte: CPP-Consultoria em Políticas Públicas, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

ISHIDA, V. K. **Estatuto da Criança e do Adolescente – doutrina e jurisprudência**. 13 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

LIBERATI, W. D. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 11. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

MENANDRO, M.C.S.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). **Arquivos Brasileiros de Psicologia**: 2003.

OLIVA, J. C. G.; KAUCHAKJE, S. As Políticas Sociais Públicas e os Novos Sujeitos de Direitos: Crianças e Adolescentes. **Revista Katalysis**, v. 12, Florianópolis: UFSC, 2009.

BARCARENA. **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo**. Barcarena, 2017.

ROLIM, M., BRAGA, C., WINKELMANN, F. P. R. Socioeducativo e a Potência da Prevenção Terciária. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 1, p. 148-162, 2017.

SILVA, C. B. et al. Adolescentes em Conflito com a Lei e o Sistema Socioeducativo em Sergipe: Um olhar Sobre a Fundação Renascer. **Cadernos de graduação**, v. 3, n. 2, p. 189-208, 2016.

SOARES, J. B. **A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica**. Disponível em <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id186.htm>. Acesso em: 26 abr. 2018.

# A possibilidade da atipicidade nos crimes de estupro de vulnerável com consentimento das vítimas com faixa etária de 12 a 14 anos

*André Dias Nunes*

*Luciana Souza Borges Herkenhoff*

*Natália Vieiras Dalla Bernardina*

## RESUMO

**Importância:** O tema discutido, quase sempre, vem carregado de preconceitos e discriminações, tanto para com a vítima quanto para com o acusado, mesmo em situações de consentimento expresso da vítima, ocorrências que podem ser evitadas com a caracterização da atipicidade da conduta. **Objetivo:** O trabalho tem como objetivo a identificação da possibilidade de atipicidade no crime de estupro de vulnerável, quanto as vítimas de 12 a 14 anos. **Metodologia:** Utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental em publicações oficiais e autores especializados no assunto, artigos científicos e encartes especiais, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e Tribunais Estaduais. **Resultados:** O tema produz inúmeros debates e questionamentos à respeito dos posicionamentos contrários e favoráveis sobre o assunto, enquanto a doutrina majoritária, liderada pelo Supremo Tribunal Federal, entende pela impossibilidade da relativização, os tribunais estaduais de Minas Gerais e Rondônia seguem pelo caminho contrário, assim como grandes doutrinadores penais, como Damásio de Jesus e Guilherme de Souza Nucci. **Conclusão:** As crianças e os adolescentes até 14 anos estão em constante desenvolvimento em várias áreas da formação humana, biológica, moral e psicológica, sendo estas necessárias na configuração da vulnerabilidade, que não deve ser absoluta, uma vez que o Direito Penal veda essa modalidade de responsabilidade. Conclui-se que a solução para o problema apresentado consiste no discernimento na aplicação do tipo penal, observando-se caso a caso, sob o enfoque da razoabilidade e da proporcionalidade.

**Palavras-chave:** Criança e adolescente; Estupro de vulnerável; Relativização.

## Introdução

O estudo versa sobre a relativização da vulnerabilidade nos crimes de estupro de vulnerável, no que diz respeito às vítimas de 12 a 14 anos. A matéria discutida mostra-se em evidência na sociedade contemporânea, causando, quase sempre, um sentimento de repulsa ao ato sexual praticado, e consequentemente, esse sentimento vem carregado de preconceitos e discriminações, tanto para com a vítima quanto para com o acusado, mesmo em situações de consentimento expresso da vítima, ocorrências que podem ser evitadas com a caracterização da atipicidade da conduta. A relevância do trabalho situa-se na possibilidade de o acusado se eximir de todo um processo penal e ainda uma provável sentença condenatória que teria como pena base, desconsiderando-se agravantes e atenuantes, 8 a 15 anos de reclusão, o que, de certo, acarretaria um encarceramento e uma punição excessiva para um crime que, inicialmente, era da vontade da vítima.

A conquista da liberdade como um direito fundamental trouxe à discussão o conceito de dignidade da pessoa humana que também foi adotado pela Constituição Brasileira, como um direito fundamental. Guerra (2015) entende que a referida expressão é a possibilidade de autodeterminação que o próprio indivíduo tem sobre ele mesmo, suas possibilidades de escolhas, autonomia de decisões e razões, corroborando com a posição do Estado de, unicamente, agir positivamente, para fornecer os instrumentos necessários para o bem-estar social do homem (GUERRA, 2015).

Na ótica do presente trabalho, trazendo o conceito de livre-arbítrio para a discussão dessa liberdade para os adolescentes de 12 a 14 anos, no âmbito da matéria sexual, com o advento da Lei N<sup>o</sup> 12.015/09, que dispõe sobre os crimes contra a Liberdade Sexual a lei penal cerceia essa liberdade de escolha que os adolescentes possuem (BRASIL, 2009).

## Revisão bibliográfica

O artigo 224 do Código Penal de 1940 foi revogado, eliminando-se assim a violência presumida e criando a figura do artigo 217-A que gera divergência na doutrina e jurisprudência, tendo em vista que parte dos doutrinadores continuam apoiando a violência presumida, portanto defendem a relativização das vítimas menores de 14 anos, enquanto a outra parte, afirma que a Lei N<sup>o</sup> 12.015/09

instituiu um “critério objetivo” na conduta descrita no crime de estupro de vulnerável e, portanto, deve ser entendida de forma absoluta (LIMA, 2015).

D’Elia diz que o bem jurídico protegido pelo tipo penal do estupro, tanto o artigo 213 quanto o 217-A do CPB, é a dignidade sexual, que diretamente está ligada a um dos princípios fundamentais elencados no artigo 1º da Constituição Federativa do Brasil. No entanto, quanto ao delito de estupro de vulnerável, este, tutela a dignidade sexual, da criança/adolescente, com o objetivo de proteger seu processo de amadurecimento sexual (D’ELIA, 2012).

Existe uma diferença crucial quanto ao núcleo do verbo previsto no Artigo 217-A do CPB, pois, diferentemente do que prescreve o Artigo 213, o estupro de vulnerável é descrito com a ação “ter”, ou seja, não exige que a conduta seja cometida mediante violência ou grave ameaça, apenas a conjunção carnal ou o ato libidinoso em si já configuram o crime (GRECO, 2015). Isto é, o crime de estupro de vulnerável não descreve a violência e a grave ameaça como elementares do tipo, entretanto se acontecerem; são compreendidas na ocasião da ocorrência, sobressaindo-se o referido tipo penal quando acontecer um conflito entre normas incriminadoras (MIRABETE, 2014).

Vale ressaltar que caso haja também condutas que se caracterizem como crimes de lesão corporal ou ameaça que resultaram da conduta do agente serão compreendidos como crimes independentes, pois não funcionam como meios de execução do crime-fim, formando, então, a figura do concurso de crime, sendo neste caso o concurso material (MASSON, 2015).

O termo vulnerável utilizado pelo Código Penal brasileiro, expressa a característica do ser humano que pode ser facilmente influenciado, pois não possui a sua personalidade formada por completo. O vulnerável é o indivíduo com menos de 18 anos, em que se pode quantificar o seu grau de vulnerabilidade pela idade (MIRABETE, 2014).

É importante explicar que o conceito de vulnerável empregado pelo Código Penal, depois da Lei Nº 12.015/09 que revogou o Artigo 224 do Codex, é abrangente e inclui, além do requisito de faixa etária, pessoas com enfermidade e doença mental, as quais não impedem a percepção da conduta do ato, e também indivíduos que não proporcionam qualquer tipo de oposição a exercício da ação. Para Nucci (2013), o termo vulnerabilidade não é restringido no ordenamento jurídico, ou seja, não é possível caracterizá-lo como absoluto ou relativo, sendo que, antes da Lei Nº 12.051/2009 era possível o debate sobre o tema em questão, logo “Pensamos continuar o mesmo cenário, e defendemos que seja relativa

à vulnerabilidade no tocante ao adolescente, maior de 12 anos, mas absoluta quando se referir à criança, menor de 12 anos” (NUCCI, 2013, p. 239).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD ou ECA) traz em seu artigo 2º o conceito e a diferença entre criança e adolescente, pois para cada caso há uma conduta específica que deve ser amoldada de acordo com essa classificação. Portanto, tem-se que criança é a pessoa que possui 12 anos incompletos, enquanto adolescente é aquele que possui de 12 até os 18 anos de idade (MACIEL, 2014). O Estatuto define também os direitos fundamentais dos seus protegidos, estipulando a liberdade e a dignidade como sendo alguns deles, da mesma forma que assegura a Constituição Federal (LIBERATI, 2015). O Artigo 16 do ECRIAD expõe o direito à liberdade de maneira vasta, compreendendo a liberdade de crença, opinião, intelecto, expressão, sexual, política, social, familiar, dentre outras formas desta autonomia, que deve ser assegurada por todos aqueles que fazem parte da rotina da criança ou do adolescente (MACIEL, 2014).

Nucci (2014) descreve que, na área penal, o legislador é obsoleto e incapaz de se atualizar as mudanças de comportamento na sociedade brasileira, “inclusive no campo da definição de criança ou adolescente”. Para o doutrinador, perdeu-se uma importante chance de se equiparar os conceitos defendidos pela Doutrina Penal com o que estipula o Estatuto da Criança e do Adolescente, “Logo, a idade de 14 anos deveria ser eliminada desse cenário” (NUCCI, 2014, p. 837). O assunto acerca do direito de liberdade das crianças e adolescente acarreta diversos tipos de interpretações, pois, como demonstrado nas explicações acima, e, considerando o momento educacional e tecnológico da sociedade contemporânea, tem-se que as disciplinas sexuais são abordadas nas escolas e nos meios de comunicação, facilitando o seu conhecimento e, conseqüentemente, não maculando a vontade do adolescente; nas suas escolhas e vontades (TAQUETTE, 2010).

Um bom exemplo dessa liberdade e consentimento válidos é o que ocorre nos processos de adoção, em que, a vontade do adolescente – maior de 12 anos – é requisito para este mesma (FERREIRA, PORTO, 2010). Ora, se a anuência do indivíduo maior de 12 anos é legítima para uma situação que implicará em toda a sua vida, por que dizer que a vulnerabilidade do menor de 14 anos é absoluta nos crimes sexuais?

Outro tema relevante para ser abordado perante o Estatuto da Criança e do Adolescente é sobre a faixa etária e a possibilidade de aplicação das medidas socioeducativas. Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 diz em seu Artigo 228 que: “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos

às normas da legislação especial”, (BRASIL, 1988), de forma que tal legislação especial se constitui no ECA, que prevê formas de sanções aos adolescentes que pratiquem o que o estatuto define como ato-infracional (MACIEL, 2014). As punições estão elencadas no Artigo 112 do Estatuto, as quais preveem que o maior de 12 e menor de 18 anos na data dos fatos poderão receber as famosas medidas socioeducativas. Novamente se constata a idade de 12 anos para o marco que distingue um sujeito que estava sob a proteção integral para outro que passa a ser compreendido como desenvolvido o suficiente para receber punições.

Observa-se essa diferenciação entre criança e adolescente, feita pelo regimento do ECA, em que a este último são apresentados tratamentos mais rigorosos no que tange as medias socioeducativas em determinadas circunstâncias, sendo considerado maduro o suficiente para definir por exemplo “assuntos que o podem afetar e concernem à sua própria vida e destino. Prevê, assim, em matéria de adoção, que o adolescente deverá dar seu consentimento para a adoção” (CURY et al., 2010, p. 21).

A sexualidade é uma característica do ser humano, é uma forma de interação social, é destinada a proporcionar às relações humanas e não subjugar-las, “a sexualidade é parte integrante da auto expressão pessoal do ser, e de sua missão de auto comunicar-se com os outros” (GASQUES, 1999, p. 80). Hodiernamente, acelerado pelo movimento feminista, o entendimento da sexualidade passou a ser compreendido como algo a ser debatido nas escolas, nas igrejas, nas famílias, na ciência e em qualquer local que possibilite o conhecimento sobre o tema, para que todos tenham a instrução necessária a fim de que não sejam vulneráveis à exploração sexual bem como as doenças relacionadas ao contato sexual (PAIVA, 2008).

A partir do século XIX, a medicina começou a atuar na funcionalidade sexual, nas questões de incestos, questões genéticas, doenças, de modo que a busca pelo conhecimento sobre o tema sexualidade se tornou necessário, não apenas para os profissionais da saúde, mas para toda a comunidade social. Assim,

“Com a modernidade social e principalmente o desenvolvimento das comunicações, levando a todos os lugares informações, notícias e fatos quase que imediatos, a idade da vítima para violência presumida foi, desde o século XIX, reduzida de Código em Código, assim, no Estatuto Imperial se falava em 17 anos e no Republicano e na Consolidação das Leis Penais, em 16. Já o Código Penal espanhol, em vigor

desde maio de 1996, não presume violência, mas agrava a sanção se a vítima for pessoa especialmente vulnerável em razão de sua idade. Entretanto para os delitos sem ocorrência de violência ou grave ameaça (intimidación) a menoridade é 12 anos, porém não para a configuração de violência, mas sim ausência de consentimento” (PAGLIUCA, 2010, p. 270).

## **Material e métodos**

A pesquisa realizou-se de forma objetiva, sendo necessário fazer um estudo bibliográfico e documental em publicações atuais, e autores especializados no assunto, artigos científicos e encartes especiais, jurisprudência do STF e Tribunais Superiores. O trabalho foi dividido em três grandes capítulos: inicialmente, trouxemos alguns conceitos de vulnerabilidade e de criança e adolescente, posteriormente, tem-se a análise de alguns julgados e posicionamentos da jurisprudência, relacionando-as aos princípios adotados pelo Direito Penal, e, por último, a conclusão.

## **Resultados e discussões**

Dentro desse tema, cabe aqui apresentar que no Brasil o início da atividade sexual entre jovens e adolescentes começa aos 13 anos de idade, é o que mostra uma pesquisa realizada pela “Durex Global Face of Sex”, que entrevistou mais de 30 mil pessoas de 37 países, apresentada no 21º Congresso da Associação Mundial de Saúde Sexual realizado entre os dias 21 e 24 de setembro de 2013. O estudo apresentou que 66% dos brasileiros utilizaram preservativos na primeira relação sexual, a qual se deu em média aos 13 anos de idade (LENHARO, 2013).

Cabe desatacar que o conhecimento por parte dos jovens acerca do assunto sexualidade é que possibilita essa opção em aceitar um contato sexual com outro indivíduo ou não. Portanto, se a vítima do crime de estupro de vulnerável, possui conhecimento e maturidade sobre o tema, seu consentimento não é viciado, mas sim, válido, de forma que qualquer situação que confronte sua manifestação de vontade é uma afronta ao seu direito à liberdade, nesse caso, sexual.

O Princípio da Adequação Social possui mais de uma aplicabilidade, quais sejam: o contorno da extensão do direito penal, agindo como um limite para a atuação do direito material, ao passo que a outra função consiste em uma reanálise do ordenamento jurídico, dirigindo-se ao legislador, para que este acompanhe o



desenvolvimento da sociedade, examinando as interpretações dos tipos penais em conjunto com o progresso humano ao longo do tempo (GRECO, 2015). Dentro da seara dos princípios cabe destacar que no Direito Penal impera a máxima de que não há responsabilidade penal objetiva, Nucci (2015) ressalta que “Trata-se de uma conquista do direito penal moderno, voltado à ideia de que a liberdade é a regra” (NUCCI, 2015, p. 29). O STF já se manifestou sobre o tema, afirmando que “O sistema jurídico penal brasileiro não admite imputação por responsabilidade penal objetiva” (STF - Inq: 1578 SP, Relator: Min. ELLEN GRACIE, Data de Julgamento: 18/12/2003, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 23-04-2004).

Nesse sentido, cabe trazer ao debate a seguinte indagação: seria o crime previsto no Artigo 217-A, caput, quando entendido de forma absoluta, uma forma de responsabilidade objetiva? Há quem entenda que sim, e desse modo, suas consequências vão de encontro a outros dois princípios constitucionais, o Contraditório e Ampla Defesa e a Presunção de Inocência. Antes da entrada em vigor da Lei Nº 12.015/2009, a punição para a situação em que o agente praticava atos libidinosos ou até mesmo a conjunção carnal com o menor de 14 anos, era capitulada, conjuntamente, pelos Artigos 213 e 224 do Código Penal, caracterizando a violência presumida. Com o advento da lei mencionada, o delito passou a ser previsto no Artigo 217-A do mesmo diploma legal, de forma autônoma. Assim, como houve a mudança do tipo penal, também houve alteração nos posicionamentos do Supremo Tribunal Federal. É o que se exemplifica nos dois julgados abaixo:

COMPETÊNCIA - HABEAS-CORPUS - ATO DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Na dicção da ilustrada maioria (seis votos a favor e cinco contra), em relação à qual guardo reservas, compete ao Supremo Tribunal Federal julgar todo e qualquer habeas-corpus impetrado contra ato de tribunal, tenha esse, ou não, qualificação de superior. ESTUPRO - PROVA - DEPOIMENTO DA VÍTIMA. Nos crimes contra os costumes, o depoimento da vítima reveste-se de valia maior, considerado o fato de serem praticados sem a presença de terceiros. ESTUPRO - CONFIGURAÇÃO - VIOLÊNCIA PRESUMIDA - IDADE DA VÍTIMA - NATUREZA. O estupro pressupõe o constrangimento de mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça - Artigo 213 do Código Penal. A presunção desta última, por ser a vítima menor de 14 anos, é relativa. Confessada ou demonstrada a aquiescência da mulher e

exsurgindo da prova dos autos a aparência, física e mental, de tratar-se de pessoa com idade superior aos 14 anos, impõe-se a conclusão sobre a ausência de configuração do tipo penal. Alcance dos Artigos 213 e 224, alínea a, do Código Penal (STF - HC: 73662 MG, Relator: MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 21/05/1996, Segunda Turma, Data de Publicação: DJ 20-09-1996) (JUSBRASIL, 2016).

HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO. VIOLÊNCIA PRESUMIDA. CARÁTER ABSOLUTO. 1. Ambas as Turmas desta Corte pacificaram o entendimento de que a presunção de violência de que trata o Artigo 224, alínea a do Código Penal é absoluta. 2. A violência presumida foi eliminada pela Lei Nº 12.015/2009. A simples conjunção carnal com menor de quatorze anos consubstancia crime de estupro. Não se há mais de perquirir se houve ou não violência. A lei consolidou de vez a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Ordem indeferida (STF - HC: 101456 MG, Relator: Min. EROS GRAU, Data de Julgamento: 09/03/2010, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-076 DIVULG 29-04-2010 PUBLIC 30-04-2010 EMENT VOL-02399-06).

O primeiro julgado, data do ano de 1996, quando ainda se adotava a violência presumida. Observa-se que o Tribunal seguiu a posição da relatividade, afirmando que a aquiescência da mulher incide na não tipificação do delito. Em contrapartida, o segundo julgado, também do STF, de 2010, após a entrada em vigor da Lei Nº 12.015/09, declara que a realização do simples comando do Artigo 217-A já configura o crime de estupro de vulnerável, não dando margens para discussões. Essa mudança de posicionamento intensificou os debates sobre a possibilidade da relativização da vulnerabilidade etária. Efetivamente, o disposto na legislação em comento traduz a ideologia da vulnerabilidade absoluta, o que também é defendido por alguns juristas, como Greco (2015):

“Doutrina e jurisprudência se desentendiam quanto a esse ponto, discutindo se a aludida presunção era de natureza relativa (*iuris tantum*), que cederia diante da situação apresentada no caso concreto, ou de natureza absoluta, (*iuris et de iure*), não podendo ser questionada. Sempre defendemos a posição de que

tal presunção era de natureza absoluta, pois, para nós, não existe dado mais objetivo do que a idade” (GRECO, 2015, p. 539).

Mas, para outra parte da doutrina, a alternativa da flexibilidade da vulnerabilidade é concreta, e definida a cada caso. Referido posicionamento, também é adotado por alguns tribunais estaduais, como o de Minas Gerais, o de Rondônia e o do Rio Grande do Sul, o que agrava a polêmica que segue:

Embargos Infringentes. Estupro de vulnerável. Fato praticado na vigência da Lei 12.015/2009. Vulnerabilidade. Relatividade. Consentimento da vítima, menor de quatorze e maior de doze anos de idade, que demonstra maturidade e discernimento sexual. Atipicidade material configurada. Absolvição. As modificações introduzidas pela Lei Nº 12.015/2009, seja no tocante à revogação do Art. 224 do CP ou na criação da figura do estupro de vulnerável, não encerraram o debate sobre a relativização da antiga presunção de violência, que, doravante, deve ser analisada segundo a vulnerabilidade da vítima, assim se entendendo porque, ao estabelecer como elemento objetivo cronológico a idade inferior a 14 anos, o Art. 217-A do CP apenas incorporou em sua norma a antiga violência presumida. O réu que pratica conjunção carnal consensual com vítima, menor de quatorze e maior de doze anos de idade, que comprovadamente possuía discernimento e determinação suficiente para entender o ato sexual e suas consequências, age fora do âmbito de proteção do Art. 217-A do CP, não configurando a espécie de tipicidade penal material. (TJ-RO - EI: 00077395020148220000 RO 0007739-50.2014.822.0000, Relator: Desembargador Valter de Oliveira, Data de Julgamento: 21/11/2014, Câmaras Criminais Reunidas, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 03/12/2014.).

Ora, se o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o maior de 12 anos possui maturidade para receber medidas socioeducativas e se posicionar acerca do processo de adoção, como já foi dito, por que o Código Penal continua sustentando a invalidade do consentimento do menor de 14 anos? Nessa perspectiva, a argumentação legítima para a sanção estatal nesse crime se fundamenta na situação de vulnerabilidade real da vítima, de modo que a compreensão dos atos pelo

adolescente, bem como seus efeitos, retira a tipicidade da conduta praticada. Cabe destacar que, o contato do adolescente com a prática sexual ou seu entendimento não se confundem com a prostituição e abusos, cabendo ao magistrado analisar a realidade da ocorrência, para evitar injustiças (IBCCRIM, 2012).

Jesus (2010) defende que, quando a vítima de 12 a 14 anos possui um passado de envolvimento com condutas sexuais ou que possui vida sexual ativa, o bem tutelado pelo delito não é transgredido, levando em consideração que a pena estipulada no caput do Artigo 217-A é de 8 a 15 anos, ou seja, é uma sanção severa e que aplicada de forma incorreta pode ferir o princípio da dignidade da pessoa humana no que tange ao universo garantidor de direito do acusado.

Bitencourt (2012) também entende que o Código Penal deve levar em consideração o desenvolvimento comportamental da ideologia sexual da sociedade moderna. Mesmo que o diploma legal não exponha exceções, deve-se levar em conta cada caso, cada condição individual da vítima, o seu grau de entendimento e interpretação do comportamento humano, ou seja, examinar o caso concreto, e cada peculiaridade da situação fática. Ademais, o sistema penal brasileiro adota a responsabilidade subjetiva, em que deve ser comprovado o dolo ou a culpa para haver a punição do agente, de maneira que, como já mencionado neste trabalho, o entendimento de forma absoluta da vulnerabilidade, acarretaria em ofensas graves aos princípios do contraditório, da ampla defesa, e da presunção de inocência.

Um outro tópico bastante intrigante, que deve ser analisado dentro da ótica da natureza jurídica da vulnerabilidade, é a importância atribuída à palavra da vítima nos crimes sexuais, que possui o poder de condenar o réu, como segue;

Palavra da vítima: “nos crimes contra a liberdade sexual, a palavra da vítima é importante elemento de convicção, na medida em que esses crimes são cometidos, frequentemente, em lugares ermos, sem testemunhas e, por muitas vezes, não deixam quaisquer vestígios, devendo, todavia, guardar consonância com as demais provas coligidas nos autos” (AgRg no REsp 1346774/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, j. 18/12/2012).

Uma das características mais corriqueiras dos delitos sexuais, na maioria das vezes, é a falta de evidências do crime, pois ele, geralmente é praticado sem testemunhas presenciais, e seus sinais podem não ser notados pelas provas periciais, bem como, frequentemente, são praticados às escuras, em que a vítima

e o agressor são os únicos envolvidos (FILHO et al., 2016). Sendo assim, o depoimento da vítima, sendo ela criança, adolescente ou adulta, torna-se fundamental e relevante para o substrato probatório da ação penal, (FILHO et al., 2016). Entretanto, o consentimento da vítima de 12 a 14 anos não é levado em consideração para quem adota a teoria absoluta para a vulnerabilidade.

Ademais, sobre o tema em discussão, existe um Projeto de Lei Nº 1.213/2011 que tramita na Comissão de Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, proposta pelo Deputado Carlos Bezerra do Mato Grosso, aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família, dissertando sobre o âmbito vivenciado pelos vulneráveis contemplados no parágrafo 1º do Artigo 217-A, quais sejam, quem não tem a compreensão necessária do ato, ou qualquer pessoa que não tenha capacidade de resistir a ele (FILHO, 2016).

Extrai-se do voto do relator Deputado Efraim Filho, que a redação do referido Artigo fere o direito à liberdade sexual dessas pessoas, de modo que, veda a sua possibilidade à atividade sexual. Corroborando o mencionado entendimento, tem-se ainda que deva ser observado se a vítima tutelada pelo parágrafo 1º possui discernimento para diferenciar um ato que representaria uma agressão a sua dignidade sexual, daquele que seria uma expressão da vontade do indivíduo (FILHO, 2016).

O Projeto de Lei Nº 1.213/2011 busca alterar a redação do Parágrafo 1º do Artigo 217-A, a fim de dar a possibilidade de relativizar o delito tipificado no caput quanto ao grau de compreensão da vítima deficiente ou daquela incapaz de oferecer resistência, levando-se em consideração suas relações amorosas, vínculos afetivos e demais ligações sociais. O que a proposta busca valorizar, dessa forma, é a vontade da vítima, diferentemente do que ocorre com o adolescente que não usufrui do seu direito de escolha, pelo descrito no dispositivo legal.

O tema produz inúmeros debates e questionamentos a respeito desse posicionamento divergente entre o entendimento a ser aplicado aos portadores de deficiências mentais ou incapazes de se defenderem e as vítimas menores de 14 anos, ressaltando-se que o Projeto de Lei mencionado ainda não foi sancionado.

## **Considerações finais**

Observa-se que o tipo penal do estupro de vulnerável, na sua descrição, não apresenta apenas uma circunstância de exceção, o erro de tipo, levando uma parte da doutrina a apoiar a impossibilidade da relativização, por se tratar de uma presunção absoluta de vulnerabilidade. Entretanto, tem-se com esse entendimento uma afronta aos princípios relacionados nesta última

seção, Adequação Social, Responsabilidade Penal Subjetiva ou Culpabilidade, Contraditório, Ampla Defesa e Presunção de Inocência.

Outrossim, pontua-se que a concreta flexibilização das vítimas em comento, pela sua prática sexual e compreensão do assunto, não deve se confundir com a prática de abusos sexuais ou da prostituição. Insta salientar que a Responsabilidade Objetiva no Direito Penal é vedada pelo ordenamento jurídico. Consoante a este princípio, tem-se o Projeto de Lei Nº 1.213/11, ainda em tramite, o qual defende a garantia da liberdade sexual, revelando que existe um limiar tênue entre o que se diz dignidade sexual, assegurada pelo legislador, e a expressão da vontade do indivíduo.

Dentro deste último assunto; ainda foi debatida a situação da importância da palavra da vítima nos crimes praticados às escuras, pois, esta é a única testemunha do caso. O que apresenta mais uma discordância em relação à palavra da vítima, que ora é considerada para condenar o réu, mas é descartada quando acarretaria sua absolvição. Enfim, com o estudo realizado, foi plausível perceber que as crianças e os adolescentes até 14 anos estão em constante desenvolvimento em várias áreas da formação humana, biológica, moral ou psicológica, sendo estas necessárias na configuração da vulnerabilidade.

Compreende-se que a intenção do legislador seja a proteção dos menores, pelo seu estado de ingenuidade, sendo mais propensos às influências e manipulações criminosas, de modo a punir com mais severidade as delinquências sexuais contra esses menores. Não obstante a isso, defender a natureza absoluta da vulnerabilidade convalida a responsabilidade objetiva no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que não se observa o Contraditório, a Ampla Defesa e a Presunção de Inocência.

A sistemática do Direito Penal Brasileiro é pautada na culpabilidade do agente, não sendo possível a sua correção sem a observância dos elementos típicos da conduta delituosa, como ocorre na figura do Estupro de Vulnerável, quando entendido ser absoluto. O incidente do erro de tipo não pode ser a única exceção para quem defende essa teoria deve-se ponderar o grau de discernimento da vítima, bem como seu amadurecimento sexual e até mesmo a comprovada experiência nessa área.

Por conseguinte, diante de tudo o que foi apresentado, preferiu-se acompanhar a parte da doutrina que acolhe a relativização da vulnerabilidade, para evitar-se a violação dos princípios constitucionais descritos, bem como, para, também, afastar a responsabilidade penal objetiva, não antecipando a culpa do acusado. Isto posto, concluiu-se que a solução para o problema apresentado consiste no discernimento na

aplicação do tipo penal, observando-se caso a caso, sob o enfoque da razoabilidade e da proporcionalidade, princípios que sustentam a legislação pátria vigente.

Sabe-se que o assunto debatido neste trabalho, entre a possibilidade de se adotar a relativização e, a outra, que apoia o caráter absoluto da vulnerabilidade, estender-se-á pela doutrina e jurisprudência até que o legislador tome uma posição definida. Portanto, o tema deve ser acompanhado e estudado até que se estabeleça uma posição pacificada acerca da matéria.

## Referências

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**, v. 4: parte especial, 6ª ed., São Paulo, Saraiva, p 576, 2012.

BRASIL, Lei Nº 12.015 de 7 de agosto de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm)> Acesso em: 12 ago. 2018.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 12 ago. 2018.

CURY, Munir. **ECA Comentários Jurídicos e Sociais**, 10. ed., São Paulo, Malheiros Editores, p. 1200, 2010.

D'ELIA, Fábio Suardi. **Tutela Penal da dignidade sexual e vulnerabilidade**, Dissertação de Mestrado em Direito, PUC-SP, São Paulo, p. 42, 2012.

FILHO, Efraim. **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**: Projeto de Lei Nº 1.213/2011, 2016, Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1476372&filename=Tramitacao-PL+1213/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1476372&filename=Tramitacao-PL+1213/2011)> Acesso em: 28 jul. 2018.

GASQUES, Jerônimo. **Juventude: amor e sexo**, v. único, 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1991.

GONÇALVES, Rafaela C. **Crimes Sexuais: Visão Interdisciplinar**, 2016, Disponível em: <<[https://www.ibccrim.org.br/boletim\\_artigo/5732-Crimes-sexuais-visao-interdisciplinar](https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5732-Crimes-sexuais-visao-interdisciplinar)>> Acesso em: 20 jul. 2018

FERREIRA, Maria Luiza Ghirardi, PORTO, Márcia Regina. **Adoção de Crianças e Adolescentes no Brasil**, 2010. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/museumdestino/index.asp?secao=cartilha>> Acesso em: 15 jul. 2018.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**, v. 1, 17. ed., Rio de Janeiro, Ímpetos, p. 885, 2015.

GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos:** Curso elementar, v. único, 3. ed., São Paulo, Saraiva, p. 440, 2015.

IBCCRIM. Editorial. **Relativização do Estupro de Vulnerável.** 2012.

JESUS, Damásio de. **Direito Penal, Parte Especial**, 19. ed., São Paulo, Saraiva, p. 454, 2010.

JUSBRASIL, 2016. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/home>> Acesso em: <[http://www.ibccrim.org.br/site/boletim/exibir\\_artigos.php?id=4607](http://www.ibccrim.org.br/site/boletim/exibir_artigos.php?id=4607)> Acesso em: junho/agosto de 2018.

LENHARO, Mariana, **Pesquisa diz que 66% dos brasileiros usam camisinha na primeira vez.** 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2013/10/pesquisa-diz-que-66-dos-brasileiros-usam-camisinha-na-primeira-vez.html> Acesso em 29 jun. 2016.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**, v. único, 12. ed., São Paulo, Malheiros, p. 352, 2015.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Criminal Especial Comentada**, v. único, 3. ed., Bahia, JusPodivm, p. 982, 2015.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade et al. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente:** Aspectos teóricos e práticos, vol. Único, 7. ed., São Paulo, Saraiva, p. 1152, 2014.

MIRABETE, Julio Fabrini FABRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal:** Parte Especial Arts. 121 a 234-B do CP, v. 2, 31. ed., São Paulo, Atlas, p. 541, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**, v. único, 11. ed., Rio de Janeiro, Forense, p. 1222, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**, Rio de Janeiro, Forense, 10. ed., p. 837, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Direito Penal: Parte Especial, Esquemas e Sistemas**, 2. ed., São Paulo, **Revista dos Tribunais**, p. 239, 2013.

PAGLIUCA, José Carlos Gobbis. **Direito Penal Parte Especial:** Tomo I (Arts. 121 a 234), 5. ed., São Paulo, Rideel, p. 304, 2010.

PAIVA, Vera, **Dossiê:** Psicologia e Sexualidade no século XXI, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a02>>. Acesso em: 16 jul. 2016)

TAQUETTE, Stella R. **Conduta ética no atendimento à saúde de adolescentes**, 2010. Disponível em: <[http://adolescenciaesaude.com/detalhe\\_artigo.asp?id=174](http://adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=174)>. Acesso em: 14 jul. 2018.



# Caracterização geral da violência a partir da percepção dos adolescentes participantes do Programa Formando Cidadão

*Dorli João Carlos Marques  
Suzy Dayana Pereira Chagas  
Daniel Maciel de Abreu  
Amara Luciane Silva de Souza*

## RESUMO

**Importância:** A violência em suas múltiplas faces vem crescendo e no tocante ao envolvimento de adolescentes – sejam figurando como autores ou vítimas também estão ascendendo ao longo dos anos, reafirmando a relevância da problemática. O Programa Formando Cidadão foi criado em 1997 e desde então, possui sedes dentro de unidades policiais em áreas consideradas de vulnerabilidade social na cidade de Manaus. Esta pesquisa propõe como tema de estudo a “Caracterização geral da violência a partir da percepção dos adolescentes do Programa Formando Cidadão”.

**Objetivo:** Deste modo, caracterizar a violência a partir do discurso dos adolescentes é o objetivo da pesquisa; discutir se as ações desenvolvidas no Programa Formando Cidadão têm levado os adolescentes participantes a refletirem de forma crítica as consequências da violência cometida e sofrida. **Metodologia:** O método utilizado para desenvolver a pesquisa foi o levantamento bibliográfico, a pesquisa de campo e a pesquisa documental, tendo como sujeitos da pesquisa de campo os menores participantes do programa acima citado, os quais foram entrevistados a partir da composição de 04 (quatro) grupos de 07 (sete) adolescentes. **Resultados:** Após as transcrições das entrevistas com os adolescentes foi possível descrever como veem a violência, inclusive perceber que, para aqueles, ela se torna cada vez mais normal. **Conclusão:** Além disso, os resultados apontaram que a partir da visão dos adolescentes participantes do programa Formando Cidadão sobre o que seja violência é possível contribuir para a formação cidadã e proporcionar uma análise sobre tais percepções.

**Palavras-chave:** Caracterizar; Discurso; Formação cidadã.

## Introdução

A violência cometida e a violência sofrida por adolescentes têm crescido nos últimos anos. Ao se analisar o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) de 2015 é possível se afirmar que entre os anos de 1993 e 2014 aumentou em 443% o número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. O ABSP informa ainda que do total de homicídios esclarecidos no Brasil, 10,7% foram cometidos por adolescentes (ABSP, 2015, p. 6). Acerca dos atos infracionais mais cometidos o ABSP 2015 traz que:

Sobre os atos infracionais praticados, predominam o roubo, que representa 42% do total de atos infracionais registrados no ano de 2013 em todo o país, seguido pelo tráfico de drogas, que representa 24,8% dos atos infracionais registrados. Em seguida vem o homicídio, com 9,2%; o furto, com 3,6%; a tentativa de homicídio, com 3,1%; o porte ilegal de arma de fogo, com 2,4%; e o latrocínio, com 2,0%.

Apesar da violência crescente, o ABSP de 2016 não dedicou capítulo algum aos adolescentes em conflito com a lei. O ABSP de 2017, por sua vez, é mais completo ao trazer informações que permitem comparações e análise histórica no aumento do cometimento dos atos infracionais. Em uma tabela traz as informações referentes aos atos infracionais, por tipo, para todas as unidades da federação no ano de 2014; em outra se tem uma série da evolução dos atos infracionais, que compreende do ano de 2011 ao ano de 2014, por tipo; e, em uma terceira tabela, tem-se a evolução do número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no período de 1996 a 2014. Na prévia do ABSP 2018 não consta qualquer informação sobre adolescentes em conflito com a lei e/ou como vítimas da violência.

Os números apresentados no ABSP 2015 e no ABSP 2017 demonstram que urge a criação de mais ações voltadas para os adolescentes, cujo objetivo seja a prevenção do cometimento de atos infracionais, bem como a manutenção do previsto no art. 227 da CF, de forma a potencializar a cultura da não violência:

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade,

ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse sentido, o Estado é o responsável pela promoção de políticas públicas que visem diminuir as diferenças sociais; é o responsável pelas políticas sociais, as quais visam à integração social dos adolescentes. Cultura da não violência ou cultura de paz é um processo constante e permanente, é um trabalho homem a homem, escola a escola, família a família. A massificação da cultura da não violência resulta de ações concretas do estado, de dentro da comunidade, da escola e da célula familiar – resulta do debate do como resolver a violência sem dela se utilizar.

Uma das formas das ações do estado se materializarem é por meio das políticas públicas, as quais surgem da necessidade de intervenção na realidade, com o fim de se alcançar resultados que vislumbrem o bem-estar social da sociedade. Nesse sentido, surge a necessidade de integração das instituições. Assim, Socher et al. (2010, p. 46 e 47) afirmam que:

É importante ter em mente que o campo das políticas públicas não se restringe meramente a aumentar e encadear o conhecimento sobre planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais; é preciso analisar também as inter-relações entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos tradicionais da ciência política.

No rol de possibilidades de inter-relações temos a Polícia Militar do Estado do Amazonas, a qual desenvolve vários programas de caráter preventivo – afinal fomentam a resolução do conflito antes que ele ocorra, ações voltadas principalmente para adolescentes e crianças da comunidade em situação de risco social, sendo um desses o Programa Formando Cidadão (PFC).

O PFC tem sedes em todas as áreas da cidade de Manaus (Norte, Sul, Leste, Centro-Sul, Centro-Oeste e Oeste) em quartéis da Polícia Militar do Estado do Amazonas, tanto em nível de Batalhão quanto em nível de Companhia. É um programa que está em funcionamento desde 1997, criado pela Portaria N<sup>o</sup>, p. 157-180. 889, da Diretoria de Pessoal, no dia 03 dezembro, trabalhando exclusivamente com adolescentes do sexo masculino.

Diante disto, este trabalho tem como objetivo descrever a percepção dos adolescentes participantes do Programa Formando Cidadão – coordenado e desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do Amazonas, a partir de suas vivências e realidades sociais, sobre o que seja a violência. Ao descrever essa percepção é possível captar nas falas o que consideram ou não violência e o quanto essa violência pode ou não influenciar no cotidiano dos adolescentes. Foi possível ainda descrever como os adolescentes percebem o PFC nas suas vidas cotidianas, bem como o reflexo nos ambientes externos ao programa.

Atualmente existem 11 (onze) bases em funcionamento na cidade de Manaus, atendendo aproximadamente 280 (duzentos e oitenta) adolescentes. Além das bases da capital, existem mais 05 (cinco) bases em municípios do interior do estado, com, aproximadamente, 180 (cento e oitenta) adolescentes participantes.

### **Revisão bibliográfica**

Rodrigues (2008) afirma que a violência é um problema social, o qual necessita de novas abordagens, pois as até então desenvolvidas e implementadas não foram capazes de estagnar o crescimento deste ato que aflige a sociedade – a violência e suas múltiplas faces. Dessa forma, estabelecer um conceito único para violência é uma proposta de difícil alcance dada as suas múltiplas manifestações e causas. Tal tentativa fatalmente deixaria de abranger alguma de suas vertentes. Nesse sentido, Rodrigues (2008, p. 166) afirma que:

Percebe-se a multiplicidade de fenômenos que recebem este rótulo. As violências são polissêmicas e polifônicas, ou seja, têm múltiplos sentidos e significados. Muitas vezes, quando se fala de violências, parece que não é necessário defini-las, que o seu significado está implícito, que todos sabem o que significa, quando na verdade, não há uma teoria geral das violências.

É possível extrair da definição de Rodrigues que muitos são os fenômenos definíveis como violência e em certo grau, dependentes da percepção do indivíduo do ato em si como violento. Ou seja, o olhar do que é a violência para uma mulher contra si é diferente do olhar que um adolescente possa ter do que é violência contra ele, por exemplo. O que é violento para um, pode ser legítimo para o outro. Coadunando com a ideia de

conceituação da violência a partir da percepção daquele que sofre a violência, tem-se Rodrigues (2012, p. 115) afirmando que:

Existe uma dificuldade em conceituar as violências teoricamente; os sujeitos de pesquisa expressam também essa dificuldade e constroem várias teorias “nativas”, próximas da experiência, e cada entrevistado exhibe a sua, a maioria permeada de indignação; mas se sabem muito bem as soluções: educação, emprego, saúde, distribuição de renda, habitação decente, urbanização, vida digna, investimento social dos governantes, a luta contra a corrupção e impunidade, o fim da apatia e inércia que mantem o *status quo*[...] **vários significados são incorporados pelos sujeitos a esse significante, de tal forma que praticamente qualquer problema social pode ser relacionado a ele** (Grifo nosso).

Os sujeitos que sofrem a violência tendem a conceituá-la a partir da experiência negativa vivida e em ato contínuo acabam esboçando uma solução para o ato do qual foram vítimas. Fato é que a violência percebida e vivida altera comportamentos, dita padrões de condutas sociais, rompendo com o conceito de sociedade bem-sucedida, apresentado por Beato e Peixoto (2005), uma vez que é crescente o número de indivíduos que deixam de aderir ao conjunto de normas e valores.

Na tentativa de não deixar a pesquisa sem uma definição mais tradicional do que seja violência, recorreu-se ao conceito estabelecido por Michaud (1989, p. 11):

[...] há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Michaud (1989) define a violência a partir da interação entre os grupos. Nesse processo de interações um ou mais indivíduos deixa de acatar o conjunto de normas e valores aceitos (impostos) pela sociedade,

atingindo o outro, produzindo violência. É importante que se estabeleça que a ausência de interação também pode gerar violência. O Estado, com sua ausência, proporciona o cometimento de atos violentos e, nesse universo, os mais atingidos são os grupos ditos vulneráveis, nos quais se enquadram os adolescentes. Com o fim de minimizar a ausência do Estado surgem as políticas públicas de segurança, as quais não são criadas com o fim de controlar a criminalidade, no entanto interferem diretamente na segurança pública.

Como bem afirmam Beato e Peixoto (2005), as políticas públicas de segurança possuem o desafio de propor estratégias que combinem repressão e prevenção com vistas ao enfrentamento da complexidade dos fatores geradores da violência.

### **Material e métodos**

A pesquisa ora desenvolvida, face à propositura de caracterizar a violência a partir da percepção dos adolescentes, é qualitativa; passou por um levantamento bibliográfico, tem como método a pesquisa de campo e se utilizou dos seguintes instrumentos: entrevistas realizadas através de grupo focal, transcrição da história de vida durante a entrevista, além da entrevista em profundidade com parte dos adolescentes.

Quanto aos sujeitos, foi extraída uma amostra equivalente a 10% do efetivo total de participantes do Programa Cidadão, o que deu em torno de 28 (vinte e oito) adolescentes, os quais foram divididos em 04 (quatro) grupos de no máximo 07 (sete) integrantes. É importante esclarecer que esses 04 (quatro) grupos foram formados com adolescentes de 04 (quatro) bases distintas do Programa Formando Cidadão, inicialmente as 04 (quatro) bases com maior efetivo.

O critério utilizado para essa amostra foi pautado na idade do adolescente e voluntariado. Optou-se por compor os grupos com adolescentes que tenham 18, 17 e/ou 16 anos, em virtude destes já estarem próximos de deixar o Programa e/ou já estarem perto de alcançar a maioridade penal. Após a realização das entrevistas, as quais foram gravadas em sua totalidade, o procedimento para análise dos dados consistiu na transcrição dos áudios das entrevistas para ao final se alcançar o entendimento do objetivo da pesquisa.

## Resultados e discussões

Para desenvolver este tópico foi crucial a transcrição dos áudios das entrevistas que foram realizadas. Rodrigues (2012, p. 99) afirma que “a violência está naturalizada em nossos discursos”. Somente se pode ratificar tal afirmação quando da leitura da percepção dos adolescentes sobre o que seja a violência, leitura esta que permitiu afirmar, o quanto a violência faz parte da realidade de vida de cada adolescente. Inicialmente os adolescentes apontaram como diferencial do Programa Formando Cidadão em relação aos outros programas que já haviam frequentado a disciplina e interação com os monitores do programa (Policiais Militares).

Com o intento de captar como avaliam o cometido da violência quando se trata de um adolescente do círculo de amizade, por exemplo, foram questionados sobre como veem o amigo que cometeu ato infracional, foram sucintos e objetivos em suas respostas. O discurso revelou a necessidade de se discutir ainda mais com os adolescentes os assuntos pertinentes à violência, para destacar o que moralmente é aceitável e o que não é, pois a “normalidade” da violência permeia os valores desses jovens, afetando suas concepções de “certo” e “errado”:

Normal. (Risos do grupo). Quando a gente fala normal é porque no centro de convivência dele é o que ele vê, né? Ele vê lá, né? Aí, ele vai e faz também. Alguém denuncia, mas aí ele vai e faz de novo.

Indagados sobre a possibilidade de recuperação, de mudança de comportamento, quando se inicia “no mundo do crime”, um adolescente relatou o caso do pai que era alcoólatra e dependente químico. Relatou que o pai usou por muito tempo, que o uso de drogas trouxe consequências irreversíveis e que o pai acabou morrendo durante um assalto sofrido em frente a sua casa. O ponto chave-desse relato foi o adolescente relatar que por muito tempo ele e o irmão acreditavam que a culpa do pai ser alcoólatra e usuário era “da mulher que vendia”:

No caso do meu pai, né, eu e meu irmão, quando nós éramos pequenos, a gente pensava que a culpa é da mulher que vendia a cachaça para ele: a culpa é dessa mulher aí, dessa desgraçada que vende cachaça para o papai. Nosso entendimento era esse, que a culpa era dela que vendia para ele. Esse é o nosso entendimento.

**Depois que cresceu, teve mais um entendimento, a gente percebeu que ele tava errado.** (Grifo nosso).

O adolescente relatou ainda que para ele e para o irmão as atitudes violentas do pai eram culpa exclusiva da bebida e das drogas que ele utilizava, que não viam o pai como um agressor nas vezes que agredia a sua mãe, por exemplo. Relatou que o pai morreu vítima de um assalto e que a partir desse fato, a mãe começou a mostrar para eles que as atitudes e escolhas do pai, o levaram àquele fim. Com sua entrada no Programa Formando Cidadão começou a entender melhor que as “coisas que acontecem lá não são normais, a violência que eu vi e vivi não é normal”.

Com esse mesmo questionamento, um adolescente relatou que já havia cometido pequenos furtos em lojas. O menor relatou que por vezes quase foi descoberto por seguranças dos estabelecimentos, que presenciou outros menores serem descobertos furtando. Relatou que numa ocasião o menor foi “preso” na sua frente, sendo que ele também estava furtando, inclusive também foi “revistado” e só não foi “preso” porque o material furtado estava dentro do tênis. A partir desse dia, “ái eu pensei, né?! que eu não quero desperdiçar meu futuro com isso aí”. Relatou ainda, os diversos problemas enfrentados em sua casa, irmão que batia na mãe, tio “viciadão”, irmão envolvido com o tráfico. Descreveu ainda as agressões sofridas na escola e que quando começou a participar do PFC foi percebendo – “pô, por que me batem?”, que as agressões que ele sofria na escola não eram normais.

O adolescente relatou que por anos sofreu *bullying* nas escolas por onde passou, agressões verbais e físicas, mas que achava que passava por tais situações por algum comportamento individual que não percebia, por sua cor, por seu jeito franzino. Reiterou que, com sua ida ao programa, com as instruções e discussões desenvolvidas, começou a perceber que não havia nada de errado consigo, o erro era dos que o agrediam. Questionados sobre como definem violência a partir de suas realidades, ficaram presos a tentar responder de maneira formal: “a violência são as agressões físicas”, “a violência é o *bullying* quando eu xingo o outro, quando eu não respeito o outro”, “violência é quando eu machuco o outro de alguma maneira”, dentre outras afirmativas.

Um adolescente resolveu fazer uma conceituação geral a partir das falas dos demais, resultando em uma maior interação do grupo, transcrita em parte no trecho abaixo:



Adolescente A: Para mim, violência é tudo isso que eles falaram e que a senhora também já falou, violência é a agressão física – bater mesmo, psicológica...

Adolescente B: é quando eu ameaço a pessoa, quando eu faço ela fazer algo por medo de mim, né?

Adolescente A retoma o discurso: verbal – é quando a gente xinga, o *bullying* é uma violência verbal, né? Eu tirar dinheiro do outro o ameaçando de alguma maneira (se referindo à violência patrimonial).

Na entrevista em profundidade, o adolescente cujo pai era dependente químico e alcoólatra relatou o que entende como violência e a maneira como conversava com os seus colegas para que eles não se envolvessem com drogas:

A violência é vários tipos de coisas pra mim. Por exemplo, o tráfico de drogas, pra mim, já é uma grande violência. [...] porque tráfico de drogas vai passando de um pra outro - o aviãozinho, e também vai destruindo muitas famílias. E tem pessoas que, eu já participei do Programa/Projeto Cidadão[...] depois que terminou muita gente começou a se envolver, eu dizia “mano, não se envolve nisso... tu vai cair”... e eles não me escutaram, um me escutava e outro não, os que me escutavam estão bem, hoje eles estão estudando numa melhor escola e outros não, eles tão por aí jogado, outros estão até morto, mas eu sempre incentivo a nunca usar droga.

Outro adolescente relatou que em razão dos pais terem se separado perdeu o ano escolar, tendo de morar um tempo com a mãe, outro período com o pai, até decidirem com quem ele iria morar em definitivo:

[...] até que eu tive de desistir um ano dessa escola até conseguir outro lugar para estudar, mas isso aí é uma violência também e a maior violência é agressão entre a família: padrasto, filho, mãe, filho batendo na mãe, mãe “como eu posso dizer?” batendo com ferro quente, alguma coisa assim.

Para esse adolescente, a violência mais prejudicial é aquela que ocorre dentro de casa. Para ele não existe explicação para as agressões dentro do seio familiar. O grupo acabou concordando que sem o apoio da família é difícil

não “ir pro crime”, que comumente, nos lugares onde moram, são convidados a usar e/ou vender drogas, por exemplo, de forma que a orientação da figura da mãe, avó ou pai era crucial para a mantê-los distantes do cometimento de “crimes” (dos adolescentes entrevistados, a maioria tinha pais separados, seguido por outra parte que morava com parentes, quase sempre com os avós).

É importante destacar que os adolescentes entrevistados não faziam distinção entre crime e ato infracional, usavam “cometer crime” para se referirem ao cometimento de ato infracional. Afirmaram que o Programa Formando Cidadão lhes proporciona uma oportunidade de discutirem sobre os malefícios da criminalidade; relataram que a interação com policiais militares e militares das Forças Armadas os motiva a sonharem em ser militares; para alguns adolescentes, o PFC é uma referência do que deveria ser uma família; alguns relatam que recuperaram a capacidade de acreditar em si mesmo a partir do contato com o programa, enaltecendo as palestras motivacionais que são desenvolvidas pelos monitores; destacaram que o programa os proporciona refletirem de maneira crítica sobre seus direitos e deveres na sociedade, refletirem sobre o que ser cidadão. Destacaram ainda que gostam muito de práticas desportivas, as quais variam entre as bases.

Pelo exposto ficou clara a necessidade de continuidade de ações de políticas públicas de segurança que criam programas como o Formando Cidadão, pois tais programas proporcionam aos participantes um melhor desenvolvimento crítico em relação às noções de cidadania, sobre o que seja a violência e as formas que pode assumir.

### **Considerações finais**

Os adolescentes são mais suscetíveis à violência, isso pela própria condição de cidadãos em formação e, por muitas vezes, não conseguem se projetar como sujeitos de direito, ficando à margem e dependentes do amparo do Estado. Por serem mais suscetíveis - a situação de risco e vulnerabilidade social favorece essa suscetividade, por sofrerem com mais frequência atos violentos, acabam por entender alguns comportamentos violentos como não violentos.

É inquestionável a importância do Programa Formando Cidadão para os adolescentes que dele participam, pois permite o desenvolvimento crítico e uma formação cidadã aos participantes. O programa é um exemplo prático de uma política pública de segurança a qual atua na prevenção da violência.

Quanto a caracterizar a violência a partir da percepção dos adolescentes, foi possível descrever que para estes que vivem em meio à violência em suas várias formas de manifestação que ela se naturaliza, chegando ao ponto de em algumas falas ser considerada “normal”. Além disso, os adolescentes percebem a violência como uma interferência ao próprio desenvolvimento e a partir de sua realidade. Os resultados apontaram que a partir da visão dos adolescentes participantes do programa Formando Cidadão sobre o que seja violência é possível contribuir para a formação cidadã e proporcionar uma discussão sobre tais percepções.

## Referências

BEATO, Cláudio Chaves Filho; PEIXOTO, Betânia Totino. Há Nada Certo. Políticas sociais e crime em espaços Urbanos. In SENTO-SÉ. João Trajano (org). **Prevenção da Violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, 1988.

FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. 11.ed., São Paulo, 2017.

FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. 9. ed., São Paulo, 2016.

FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. 9. ed., São Paulo, 2015.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

PMAM. **Portaria N° 889**. Diretoria de Pessoal da Ativa. Amazonas, 1997.

RODRIGUES, Tiago Nogueira Hyra Chagas. Sobre violências e pedagogias. In: **Educação em direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos**. RIFIOTIS, Theophilos; RODRIGUES, Tiago Hyra (Org.). Florianópolis: Editora da UFSC, p. 157-180. 2008.

RODRIGUES, Tiago Nogueira Hyra Chagas. Contando as violências: narrando eventos considerados violentos. In: RIFIOTIS, Theophilos;

VIEIRA, Danielli (Org.). **Um olhar Antropológico sobre violência e justiça**. Etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 99-120. 2012.

SOCHER, Paulo Roberto; PONCHIROLLI, Osmar; SOUZA-LIMA, José Edmilson de; MACIEL-LIMA, Sandra Mara. O cidadão nas políticas públicas: realidade ou utopia? **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 2, n. 1, p. 43-56, jan./jun., 2010.

# Perfil de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no Brasil

*Marimeire Moraes da Conceição  
Carmen Lúcia Pereira Dias Nery  
Josely Bruce dos Santos  
Renato Barbosa Reis  
Ridalva Dias Martins Felzemburg*

## RESUMO

**Importância:** A violência sexual contra crianças e adolescentes é um antigo fenômeno. Este tipo de agressão provoca diversos danos que podem ter consequências a médio e longo prazo à saúde das vítimas. Estudos revelam que, no Brasil, em 2014, foram registradas 91.342 denúncias de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes. Somente em 2014, a ficha de notificação individual passou a ter seu preenchimento e encaminhamento obrigatórios por parte dos profissionais de saúde brasileiros. **Objetivo:** Identificar o perfil de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no Brasil. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos, cujo os dados estavam disponíveis no DATASUS, foram notificados 20.787 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes de zero a 19 anos no Brasil. Desses, houve predomínio do sexo feminino (84,8%) e negro (preto/pardo) representou 52,1% das vítimas. Essa fotografia permite-nos evidenciar o perfil de vítimas dessa violência. **Conclusão:** A obrigatoriedade da notificação pode contribuir para o aumento do número de casos notificados, a fim de que estes dados sejam transformados em importantes intervenções. Destaca-se que, no Brasil, o número de notificações de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são elevados. Urge, assim, a interferência por meio de políticas públicas de segurança e saúde; no entanto, vale ressaltar a importância de novos e mais esclarecedores estudos sobre o tema.

**Palavras-chave:** Adolescente; Criança; Notificação compulsória; Saúde.

## Introdução

A violência sexual (VS) acompanha o homem ao longo da sua história desde a Antiguidade. Atualmente este problema de saúde pública é crescente em todo o mundo, apesar das estratégias nacionais e internacionais no seu combate e prevenção. Sua conceituação inclui desde comentários ou insinuações indesejáveis relativos a sexo, ações visando sua comercialização, até as dirigidas diretamente à sexualidade de uma pessoa (OMS, 2014). Quando vivenciada por crianças e adolescentes, as consequências podem comprometer a saúde e o bem-estar das vítimas, em especial seu crescimento e desenvolvimento (BRASIL, 2015).

Preocupada com este grave problema de saúde pública, a OMS, por meio do relatório mundial sobre a violência contra crianças e adolescentes, identificou que aproximadamente 120 milhões de garotas com menos de 20 anos já foram vítimas de atos sexuais forçados. Este relatório demonstra, ainda, que uma em cada três adolescentes entre 15-19 anos sofreu violência pelo próprio marido (UNICEF, 2014). No Brasil, no período entre 2013 e 2014 houve registro de 40.898 notificações de ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes, dentre essas, aproximadamente 40% foram representadas por crianças (BRASIL, 2017).

A exposição de crianças e adolescentes à violência pode ser fortemente associada a alterações de comportamentos e danos à vida durante o processo de formação (WHO, 2015). Em tais fases do ciclo vital, os indivíduos são vulneráveis e tornam-se os mais alvejados deste tipo de prática ilícita, sendo que a frequência aumenta a partir da pré-adolescência. Estudos revelam que vítimas de VS podem ser acometidas por distúrbios do comportamento e do desenvolvimento cognitivo/psicossocial, com consequências físicas e emocionais (MARTINHO, 2016; HOHENDORFF; PATIAS, 2017). Estes também são mais propensos a se tornarem tabagistas, usuários de drogas e etilistas (JENNY; CRAWFORD-JAKUBIAK, 2013; WHO, 2015).

Pensando nestes dados, há explícita intenção de organizações governamentais e não governamentais em proteger vítimas da violência sexual. Para tanto, estratégias foram criadas compondo uma rede de proteção, notificação, embora haja grande incentivo em firmar parcerias com líderes na veiculação destas medidas essenciais. Diante do cenário preocupante, estudos sobre a VS contra crianças e adolescentes vêm incrementando a rede de

informações sobre este fenômeno. Em busca deste constructo, como forma de analisar o fenômeno no país, este artigo tem como objetivo geral: identificar o perfil de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no Brasil.

## Revisão bibliográfica

De acordo com Minayo (2007), a violência é um problema social que afeta a saúde da população. Este é um fenômeno considerado complexo, enraizado, com várias origens, presente em as todas as classes e segmentos sociais. Os atos violentos são classificados em quatro modalidades: física, psicológica, sexual e negligência (abandono ou privação de cuidados). Esses fenômenos são reconhecidos como abuso ou maus-tratos. Em 2013, no Brasil, dentre as notificações de violências praticadas contra crianças, observou-se que os atos predominantes foram: negligência (50,1%), violência física (28,6%) e violência sexual (28,4%). Contra os adolescentes, os atos de violência que predominaram foram a agressão física (63,3%), violência sexual (23,9%) e violência psicológica (23,0%) (BRASIL, 2017).

Violência sexual é a prática do ato sexual não concedido, bem como qualquer tentativa de consegui-lo. Sua conceituação inclui comentários ou insinuações indesejáveis relativos a sexo, ações visando sua comercialização ou dirigidas diretamente à sexualidade de uma pessoa. Em geral, os autores de VS utilizam a coerção, a ameaça ou a agressão física visando obter satisfação sexual pessoal. Este tipo de ato pode acometer vítimas de diferentes idades e em diversos ambientes (OMS, 2014; BRASIL, 2002).

Em 1960, nos Estados Unidos da América, surgiram as primeiras discussões sobre a vitimização de crianças que sofriam maus-tratos. Com isto, surgiram associações e centros de referência que recebiam denúncias em defesa dos direitos da criança. Iniciava-se a discussão sobre o uso da força física e do abuso sexual contra infantes. Neste período a violência deixou de ser vista como uma característica inerente a pais pobres e famílias desestruturadas, posto que estatísticas revelavam sua ocorrência em todos os níveis sociais, tanto em países ricos quanto nos pobres (PRIORE, 2004).

Em 1990, complementando a Constituição Brasileira de 1988, foi lançado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerado um marco político a favor dos direitos do público infante-juvenil, assegurando-lhes o direito à vida digna de um cidadão em desenvolvimento (BRASIL,

1990; NEUTZLING et al., 2017). Tais leis são textos amplos que englobam a violência sexual, mas não tratam do problema, abrangendo sua especificidade e multifatorialidade.

Neste tocante, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) foi criado para fiscalizar da execução prevista no ECA (NEUTZLING et al., 2017). Em complementação a estas estratégias, no ano de 2000 foi aprovado o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil que ofereceu uma síntese metodológica para a estruturação de políticas, programas e serviços para o enfrentamento à VS (BRASIL, 2017).

Em 2003 houve reformulação do Plano com objetivo de introduzir indicadores de monitoramento e avaliar o impacto da formulação de políticas nessa área. Em 2008, o Brasil sediou o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que alertou sobre as formas de violência sexual facilitados pelas tecnologias da informação e comunicação (CONANDA, 2015).

Assim, em 2011 foi instituída a notificação individual de violência, porém esta tornou-se compulsória e obrigatória ao profissional de saúde somente em 2014. A notificação individual denota compromisso legal do profissional de saúde e a proteção integral a crianças, permitindo interferência no ciclo da violência. Esta política define atribuições no âmbito da prevenção, do atendimento e do acompanhamento dos casos (LIMA; DESLANDES, 2011).

Como reflexo da implementação destas políticas, no Brasil, em 2014, foram registradas 91.342 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, das quais 25% eram de violência sexual, totalizando 22.935 casos. Dentre os casos denunciados de VS, 47% foram praticados contra meninas, 38% contra meninos. Em relação à faixa etária, 34% dos casos de VS foram praticados contra crianças de zero a sete anos, 40% de oito a 14 anos e 15% contra adolescentes com idades entre 15 e 17 anos (CHILDHOOD, 2018).

Para além das denúncias, no Brasil, em 2013 por meio dos atendimentos realizados nos serviços de urgência e emergência foram registradas 29.784 notificações de violências contra crianças e 50.634 contra adolescentes. Em relação à violência sexual, a frequência de crianças foi de 28,4% e entre os adolescentes 23,9%, para ambas as faixas etárias, as meninas foram as maiores vítimas, sendo representadas entres as crianças por 35,4%. No que se refere à raça/cor, a maior frequência foi de negros (pretos/pardos), representados por 41% nas crianças e 44,7% nos adolescentes (BRASIL, 2017). Embora



evidenciado elevado número de casos do fenômeno, essa estatística apresenta uma parcial do evento, já que se delimita aos atendimentos registrados no SINAN por meio da Ficha de Notificação Individual.

Em crianças vítimas de VS, os agravos somáticos mais frequentes são: mal-estar difuso, enurese, encoprese (em crianças que sofreram penetração anal), dores abdominais, crises de dispneia, náuseas, vômitos (GABEL p. 67). Em um estudo, as consequências físicas para crianças abusadas sexualmente foram listadas: lesão corporal, mutilações, fissura e dilaceração anal e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Dentre os transtornos emocionais que mais acometem crianças estão: ansiedade, culpa, medo e raiva. Também baixa autoestima, dificuldade de aprendizagem, pensamentos obsessivos e pesadelos são as alterações cognitivas mais comuns entre as crianças vitimadas (HOHENDORFF; PATIAS, 2017). Crianças expostas a VS têm maior probabilidade de precisar de hospitalização por diagnósticos psiquiátricos na idade adulta (JENNY; CRAWFORD-JAKUBIAK, 2013; SPRÖBER et al., 2014).

Um outro estudo aponta que, como consequência da VS sofrida por adolescentes, 46,2% das vítimas apresentavam duas ou mais lesões corporais, sendo que as regiões mais atingidas foram cabeça (38,2%) e membros superiores (30,8%). A lesão contusa representou 79,2% dos casos, sendo a escoriação a mais frequente (44,2%), seguida de equimoses e edemas traumáticos (47%) (SILVA et al., 2018)

Deve-se considerar que esse fenômeno gera um ônus para economia do país. No setor saúde, em especial, estes gastos estão estimados em 1,3 bilhão de reais por ano, somando custos com urgência/emergência, atenção pré-hospitalar, de pronto atendimento hospitalar e não hospitalar (BRASIL, 2017). Acrescentam-se a isso os custos indiretos relacionados à incapacitação de longo prazo, perda de produtividade por morte prematura, transtornos da vida cotidiana devido ao temor pela segurança e provimento de locais seguros para crianças e mulheres (WHO, 2015).

Para além dos gastos, estudos brasileiros sobre o perfil de autores de abuso sexual evidenciaram que condições inadequadas foram vivenciadas durante infância, aumentando as condições de vulnerabilidade. Dentre as características do perfil de perpetradores podemos citar: baixo nível de escolaridade, desestruturação familiar, histórico individual e/ou familiar do uso de álcool e outras drogas. Tais problemas influenciavam consequências negativas que abarcavam desde a ruptura de laços familiares (por abandono

ou morte dos genitores) até o trabalho infantil. Uma condição comum e preocupante é a revelação que perpetradores de VS também foram vítimas de violência durante sua infância e/ou adolescência (XAVIER, 2011; ESBER, 2016; COSTA; ROCHA; CAVALCANTE, 2018).

Posto isto, ratifica-se a perpetuação de um ciclo onde vitimados frequentemente podem tornar-se autores da violência. Desta forma, urge o desenvolvimento de estratégias e mecanismos que incidam na quebra do ciclo, evitando a perpetuação da violência sexual para além de gerações que ainda estão por vir.

## **Material e método**

Trata-se de um estudo descritivo. O grupo populacional foi composto por crianças e adolescentes (entre zero e 19 anos) vítimas de violência sexual, cujos casos foram notificados no Brasil, por meio do DATASUS, com dados obtidos para o ano de 2014.

Para realização desse estudo foi utilizado o do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) para o levantamento dos casos de violência sexual notificados no Brasil. Este sistema está inserido no DATASUS e foi implantado no Brasil gradualmente. A partir de 1993, seu uso foi regulamentado em 1998 e em 2003 passou a ter gestor nacional do sistema, por meio da criação da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). Porém, apenas em janeiro de 2009 o módulo de violências foi incorporado ao SINAN NET, permitindo que ocorrências dessa natureza fossem lançadas (BRASIL, 2009a).

Para tabular os dados foi usada a planilha do Microsoft Excel com cálculos das simples das variáveis extraídas do SINAN. A análise procedeu-se com o uso de comparação com estudos prévios em todo o mundo. Como vantagem do estudo há o baixo custo devido à disponibilidade da fonte de dados com as diferentes informações necessárias para sua realização. Já como principal limitação há a variação da qualidade das informações captadas e a indisponibilidade de dados relevantes.

## **Resultados e discussões**

No censo de 2010, a população estimada no Brasil com idades entre 0 e 19 anos foi mais de 60 milhões (IBGE, 2010). Em 2014, foram notificados 20.787 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

Assim, no que tange a este resultado, podemos afirmar que, também no Brasil, este é um problema de saúde pública.

Segundo o relatório mundial sobre a prevenção da violência da OMS (2015), estima-se que uma em cada cinco meninas, no mundo, sofreu abuso sexual durante a infância. Estas taxas de violência sexual aumentam quando analisamos estudos realizados em países da África como Quênia, Suazilândia, Tanzânia e no Zimbábue. Neles, os resultados indicam que, aproximadamente, uma em cada três meninas sofreu este tipo de abuso ainda na infância. Desta forma, fica evidente que as taxas de violência sexual aumentam em países subdesenvolvidos, com baixo índice de desenvolvimento humano.

Dentre os casos notificados, houve predomínio do sexo feminino (84,8%) e negro (preto/pardo) representou 52,1% das vítimas. Esta resultante é semelhante ao encontrado em estudos internacionais e nacionais regionais, o que mostra a vulnerabilidade em que meninas negras encontram-se em relação à vitimização de violência sexual (OMS, 2015; UNICEF, 2014; OLIVEIRA et al., 2015).

Em relação à faixa etária foi identificado maior predomínio entre adolescentes de 10 a 14 anos (42,5%) e crianças de 5 a 9 anos (22,7%) e o local de maior ocorrência foi a residência (63,6%). Para além da vulnerabilidade própria da infância e da adolescência, o modus operandis de perpetradores de violência sexual quando praticadas contra pessoas nesta faixa etária, colaboram para a não descoberta dos casos. Comumente, a VS contra esse grupo etário perdura por anos em segredo e, a sua ocorrência no âmbito residencial dificulta ainda mais a denúncia e, por conseguinte, a notificação dos casos.

Essa fotografia nos permite associar que as vítimas da violência sexual estão entre os mais vulneráveis socialmente, o que corrobora estudos prévios. A partir de 2014, com a obrigatoriedade da notificação individual, talvez esta medida colabore para elevação da notificação, a fim de que estes dados sejam transformados em importantes intervenções, norteando, assim, políticas públicas que auxiliem no combate a este fenômeno.

Cabe salientar que é recomendável que novos e mais aprofundados estudos sejam feitos, a fim de complementar a presente pesquisa. É de grande importância que os casos de VS sejam desvelados, que a atuação sobre o agressor seja no intuito de evitar que novos casos ocorram, bem como intervir no que diz respeito a dar suporte e atendimento de saúde a vítimas. Estas e outras intervenções são imprescindíveis na prevenção e combate à VS, uma

vez que não basta apenas direcionar atenção à recuperação do seu estado físico, psíquico, emocional e cognitivo das vítimas. Tais frentes de atuação visam evitar que o ciclo da VS se perpetue e que vítimas tornem-se agressores no futuro.

### Considerações finais

O presente estudo teve o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior – CAPES – Brasil, e teve como objetivo identificar o perfil de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no país no ano de 2014. Com isso, mostrou que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes tem dados significativos de casos notificados em todo o território nacional, que caracteriza este fenômeno como um grave problema de saúde pública. A notificação individual de violência foi um marco histórico importante no âmbito da saúde pública no Brasil e, para as vítimas de violência sexual, uma forma de proteção legalmente instituída nos serviços de saúde. Considerando a repercussão que este tipo de violência pode provocar nas vítimas infanto-juvenis, interferindo em seu crescimento e desenvolvimento, e a característica de ciclo que se perpetua ao passo que uma vítima violentada na infância e na adolescência tem grande possibilidade de vir a ser um agressor no futuro, deve-se estimular a realização de novos e mais aprofundados estudos em busca de esclarecimentos sobre a temática.

### Referências

BRASIL. **Instrutivo para preenchimento da ficha de notificação compulsória de violência interpessoal/autoprovocada.** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. **Viva:** vigilância de violências e acidentes, 2006 e 2007. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13, jul. 1990. Seção 1 - 16/7/1990, Página 13563.

CHILDHOOD. Disponível em <http://www.childhood.org.br/numeros-da-cao>. Acesso: jul 2018.

COSTA, Lucilene Paiva da; ROCHA, Carlos Joaquim Barbosa da; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. Características Biopsicossociais entre Acusados de Agressão Sexual contra Crianças/Adolescentes em Contextos Intra e Extrafamiliar. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 1, p. 283-295, mar. 2018.

CONANDA. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: Rio de Janeiro, 2015.

ESBER, Karen Michel. **As representações sociais sobre as vítimas para os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes**. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual**. Tradução: Sônia Goldfeder. São Paulo: Summus, 2. ed., 1997.

HOHENDORFF, Jean Von; PATIAS, Naiana Dapieve. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 239-257, jan./jun., 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de cidades e estados do Brasil**. Disponível em: [<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>]. Acesso em: 16 fev. 2018.

JENNY, Carole; CRAWFORD-JAKUBIAK James E. The evaluation of children in the primary care setting when sexual abuse is suspected. Committee on Child Abuse and Neglect. **American Academy of Pediatrics**. v. 116, n. 2, p. 506, ago., 2013.

LIMA, Jeanne de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros. **Interface - Comunic., Saude, Educ** (Botucatu), Botucatu, v. 15, n. 38, p. 819-832, set., 2011.

MARTINHO, Lidiane de Oliveira Passarinho. **Violência sexual contra adolescentes e sua relação com outras violências**. Dissertação (mestrado) [manuscrito], Goiânia, 2016. 70 f. : il. ; 30 cm – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, 2016.

NEUTZLING, Bruna Ruoso da Silva; BARLEM, Jamila Geri Tomaszewski; BARLEM, Edison Luiz Devos; HIRSCH, Carolina Domingues; PEREIRA, Liliane Alves; SCHALLENBERGUER, Claudia Denise. Em defesa dos direitos da criança no ambiente hospitalar: o exercício da advocacia em saúde pelos enfermeiros. **Esc Anna Nery**. Rio Grande, RS, Brasil. 2017, v. 21, p. 1, 2017.

WHO. **Global Status Report on Violence Prevention 2014**. World Health Organization, 2015.

OLIVEIRA, Hellen Cordeiro et al. Notificação compulsória de violência sexual contra crianças e adolescentes. **Arq. Ciênc. Saúde** [internet], v. 22, n. 4, p. 26-30, out./dez., 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre a prevenção da violência 2014**. Núcleo de Estudos da Violência (Trad.). São Paulo: 2015.

PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 4. ed., São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, et al. Lesões corporais em adolescentes vítimas de violência física: casos periciados no Instituto Médico Legal. **Adolesc Saude**. [online] v. 15, n. 1, p. 18-25, 2018. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/imprimir.asp?id=704> Acesso: set 2018.

SPRÖBER, Nina; SCHNEIDER, Thekla; RASSENHOFER, Miriam; SEITZ, Alexander; LIEBHARDT, Hubert; KÖNIG, Lilith; FEGERT, Jörg M. Child Sexual Abuse in Religiously Affiliated and Secular Institutions: A Retrospective Descriptive Analysis of Data Provided by Victims in a Government-Sponsored Reappraisal Program in Germany. **BMC Public Health**, v. 14, p. 282, 2014.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para Infância. **Hidden in Plain Sight: A statistical analysis of violence against children**. UNICEF, New York, 2014.

XAVIER, Edleide de Almeida; CAMARGO, Climene Laura; DINIZ, Normélia Maria Freire; GOMES, Nadirlene Pereira. História oral de homens que praticaram violência sexual contra crianças e adolescentes. **ORALIDADES Revista de História Oral**. ano 5, n. 9, jan./jun., 2011.

# Retrato da década do homicídio na adolescência na cidade de Belém

*Samara Viana Costa*

*Roberto Magno Reis Netto*

*Edson Marcos Leal Soares Ramos*

*Clay Anderson Nunes Chagas*

## RESUMO

**Importância:** A violência contra a juventude se tornou um dos grandes desafios do governo brasileiro neste início de século, tornando crucial a criação de políticas de enfrentamento ao crime, principalmente, nas áreas de periferias onde residem os jovens em situação de maior vulnerabilidade social. **Objetivos:** Apresentar a distribuição espacial dos casos de homicídio na adolescência na cidade de Belém, por meio das técnicas de georreferenciamento, verificando sua evolução durante a década e estabelecendo as regiões prioritárias para que as políticas públicas possam ser implantadas e/ou implementadas para redução do homicídio juvenil no município. **Métodos:** Neste estudo, a análise estatística foi realizada por meio da técnica análise descritiva. Para análise exploratória de dados espaciais, selecionou-se o número de homicídio na adolescência, seguindo-se ao georreferenciamento das localidades com maior índice de homicídio, no período de 2006 a 2015. **Resultados:** Os resultados mostram que o maior número de vítimas de homicídio corresponde a pessoas do gênero masculino, de raça/cor preta e parda, sendo que, desse grupo específico, 75,36% são não alfabetizados e 23,26% vivem em situação de extrema pobreza. Verificou-se, ainda, que homicídio apresenta características persistentes ao longo da década. **Conclusão:** Não há eficiência na adoção de políticas públicas que atendam às necessidades básicas de uma população jovem, cada vez mais vulnerável e cerceada quanto aos seus previstos direitos à educação, saúde, assistência, esporte e lazer dos adolescentes, tornando-os vulneráveis à violência letal.

**Palavras-chave:** Homicídio juvenil; Políticas públicas; Segregação espacial; Violência urbana; Vulnerabilidade juvenil.

## Introdução

A violência e a criminalidade de jovens são significativos fatores de vulnerabilidade, não somente pelo fato em si, mas pela tendência do crescimento dos índices nacionais e subnacionais. Trata-se de uma vulnerabilidade provocada por muitas situações, tendo maior evidência nas classes desfavorecidas de recursos econômicos e sociais.

A mortalidade dos jovens nas cidades, no Brasil e no mundo se torna uma das questões mais preocupantes da atualidade. O homicídio, como uma das principais causas de morte dos jovens, coloca-se como uma verdadeira *endemia*, sendo que o aumento da mortalidade desta categoria se mostra como um desafio, não apenas pelo aspecto quantitativo, mas, principalmente, pela complexidade da problemática e de suas consequências de ordem demográfica, econômica, social e de saúde (FERREIRA; VASCONCELOS; PENNA, 2016).

Nessa perspectiva, este trabalho tem por objetivo apresentar a distribuição espacial dos casos de homicídio na adolescência na cidade de Belém, por meio das técnicas de georreferenciamento, verificando sua evolução durante a década (2006 a 2015) e estabelecendo as regiões prioritárias para que as políticas públicas possam ser implantadas e/ou implementadas para redução do homicídio juvenil no município.

## Revisão bibliográfica

O crescimento contínuo da violência letal vem atingindo, sobretudo, adolescentes e jovens, em especial, negros e do sexo masculino. Dos 56 mil homicídios registrados em 2016, 30 mil eram jovens de 15 a 29 anos. Destes, 77% eram jovens negros (WAISELFISZ, 2010).

As maiores vítimas da violência urbana são os adolescentes moradores de comunidades periferias que, em razão disso, encontram-se vulneráveis às ações criminosas e seletividade do sistema penal. Neste contexto de ausência de políticas públicas eficientes e transformadoras, de opções de educação, de oportunidades de emprego, abre-se uma porta para a ação de aliciadores que recrutam crianças e adolescentes para o tráfico de drogas e armas (UNICEF, 2012).

A realidade social apresenta um aumento significativo e exponencial do *homicídio cometido contra o adolescente*, conforme divulgado pelo Mapa



da Violência 2016 (WASELFSZ, 2016), o qual aponta que a maior vítima dessa violência letal seria o jovem negro, assassinado por uso de arma de fogo, vítima de questões como o racismo, a violência e a impunidade, que se associariam à degradação do ambiente social brasileiro.

A problemática da violência e da criminalidade contra a juventude nos grandes centros urbanos é realidade marcante, principalmente, nas áreas vulneráveis (ZALUAR, 2004). A juventude, nesse sentido, passa a ser o personagem privilegiado dessa violência e o alvo das medidas repressivas autoritárias do Estado (ZALUAR, 2003).

Nesse sentido, Vilaça (2016) afirma que a população que habita as periferias das cidades brasileiras tem suas gerações corrompidas pela violência: devido à economia do tráfico de drogas operante, o qual media a relação comunitária com os jovens, permite-se que os primeiros conquistem, paulatinamente, maior aceitação naquele território disputado pelo crime, tornando-se um modelo para muitas crianças e adolescentes, que acabam vendo no tráfico de drogas e na prática de demais crimes uma solução para mitigar a pobreza em que se encontram.

Um levantamento desenvolvido pela UNICEF (2012) mostrou que entre os estados brasileiros, no ano de 2012, o Pará ocupava o 8º lugar em número de homicídios. Já no município de Belém-PA, o homicídio foi a maior causa de morte entre adolescentes, atingindo 54,60% dos óbitos, ao passo que, em relação à população total, representou 8,84% das mortes, somente. Com isso verifica-se uma diferença significativa entre as duas populações em estudo: enquanto na população total, a cada cem mortes, nove foram decorrentes de homicídio, entre adolescentes de 12 a 18 anos, a cada cem mortes, 55 foram causadas pela variável. O cenário no município de Belém revela um alto grau de vulnerabilidade para estas coortes, que sofrem uma alta incidência de mortes precoces e violentas.

As condições de reprodução das desigualdades em relação ao direito à vida de jovens têm impulsionado a naturalização, a banalização e, muitas vezes, a legitimação destas mortes decorrentes da criminalização da juventude. O silêncio, diante da escalada dos homicídios na adolescência e na juventude, revela processos de hierarquização da cidadania e do próprio valor da vida. Processos que alimentam práticas que vão desde a indiferença, até execução sumária de jovens por grupos paramilitares, traficantes e policiais.

Este trabalho se justificou, assim, por Belém apresentar elevadas taxas de homicídio contra adolescente e o seu aumento durante o período do estudo, sobretudo, em razão dos bairros periféricos terem apresentado uma maior incidência deste fenômeno. Afigurou-se relevante, assim, a realização de um estudo para compreender o crescimento da criminalidade contra adolescente e, posteriormente, subsidiar a criação de mecanismos para coibi-la.

## **Materiais e métodos**

### ***Caracterização da área em estudo***

O município de Belém, capital do estado do Pará, é composto por 8 Distritos Administrativos, 71 bairros e 39 ilhas (BELÉM, 2008). Segundo a estimativa para o ano de 2016, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a cidade possui 1.446.042 habitantes, abrigo em torno de 1/3 da população do Estado do Pará, caracterizando-se, assim, como o principal centro urbano do estado, com 99,20% de sua população vivendo na área urbana e 0,86% na zona rural. Destaca-se, ainda, que 32% da população de Belém é composta de crianças e adolescentes (IBGE, 2010).

### ***Coleta de dados e levantamento das bases cartográficas***

Para a elaboração deste estudo foram utilizadas informações do censo demográfico de 2010, disponibilizadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), assim como os registros de casos de homicídio na faixa de idade de 12 a 18 anos, relativos ao período de 2006 a 2015, os quais foram obtidos junto ao Sistema de Informação de Mortalidade (SIM/DATASUS, 2016). Vale destacar que não houve notificação em 34 bairros do município de Belém no ano de 2015.

Como indicador de homicídio, selecionou-se o Índice de Homicídio na Adolescência (IHA), definido como o número de homicídio entre adolescentes de 12 a 18 anos de idade, dividido pelo total da população residente de 12 a 18 anos de idade e multiplicado por 100 mil habitantes (UNICEF, 2012). Foram utilizados os Softwares TabWin 4.1.3 e Excel 2010 para execução da tabulação dos dados, de modo a excluir inconsistências, redundâncias e incompletudes que inviabilizassem a geolocalização dos óbitos por homicídio e realizar a padronização dos dados.

Por sua vez, para subsidiar a geração dos mapas temáticos expressivos das relações espaciais e temporais, relacionadas aos casos de homicídio contra adolescentes, foram utilizadas as bases cartográficas de setores censitários, bairros e limites municipais, na escala de 1:250.000, cedidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

## Resultados e discussões

### *Vulnerabilidade e renda*

A desigualdade por raça/cor caracteriza os adolescentes pretos/pardos como os que mais sofrem os impactos da vulnerabilidade de pobreza extrema, de baixa escolaridade e de violência letal (Tabela 1).

**Tabela 1:** Mais vulneráveis - comparação dos índices de analfabetismo, extrema pobreza e incidência de homicídio por raça/cor no município de Belém

Raça/cor	% Não Alfabetizado	% de Extrema pobreza	% de Homicídios*
Branco	24,08	7,57	7,93
Preta/Parda	75,36	23,26	95,37
Outras	0,66	7,88	1,47

Fonte: IBGE (2010).

\*Na faixa etária de 12 a 18 anos, em cada grupo de 100 mil hab (dados do SIM/DATASUS-2015).

### *Índice de homicídio na adolescência*

Observou-se que os homicídios não aconteceram de forma linear ao longo do período estudado, nem, tampouco, de forma homogênea nas diversas áreas do município de Belém. Os dados evidenciaram uma variação nos níveis de violência homicida no município, com destaque para os anos de 2010 (77,35 por 1.000 mil hab.) e 2011 (79,00 por 1.000 mil hab). Verificou-se, ainda, que o Distrito do Outeiro apresentou maior Índice de Homicídio na Adolescência (399,94%). Em segundo lugar, destacou-se o Distrito de Icoaraci (216,75%) (Tabela 2).

**Tabela 2:** Índice de homicídio na adolescência para as duas dimensões geográficas, no período de 2006 a 2015

Belém/Distritos Administrativos	Ano										Variação (%)
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Belém	35,38	41,14	62,54	61,72	77,35	79,00	73,24	73,42	69,22	67,59	91,04
Distrito de Belém	16,05	4,01	4,01	12,04	20,07	20,07	28,09	20,07	12,04	32,11	100,06
Distrito do Benguí	55,61	61,79	67,97	55,61	70,03	39,14	57,67	49,43	49,43	30,9	-44,43
Distrito do Entroncamento	37,34	24,89	31,12	34,23	34,23	43,56	24,89	46,68	24,89	46,68	25,01
Distrito do Guamá	53,74	57,44	109,33	92,65	109,33	98,21	77,83	61,15	74,12	48,18	-10,35
Distrito de Icoaraci	18,21	18,21	27,32	9,11	45,54	51,61	57,68	54,64	88,04	57,68	216,75
Distrito do Mosqueiro	45,45	-	15,15	-	15,15	45,45	-	75,75	15,15	15,15	-66,67
Distrito do Outeiro	17,03	51,08	17,03	68,11	34,05	68,11	68,11	85,14	51,08	85,14	399,94
Distrito da Sacramenta	36,78	23,64	47,29	68,3	76,18	73,56	73,56	70,93	55,17	39,41	7,15

**Fonte:** SIM/DATASUS (2016).

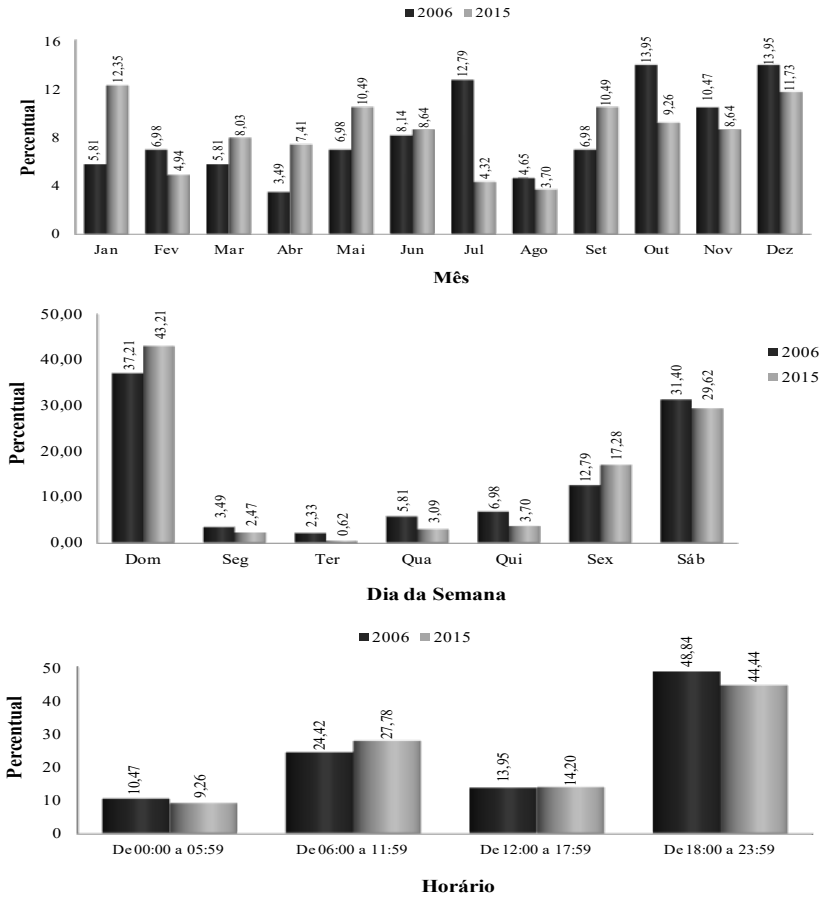
### *Análise temporal do homicídio em adolescentes no município de Belém*

O percentual de homicídios no município de Belém, nos anos de 2006 e 2015, mostrou variação, no que se refere aos *meses do ano*.

No ano de 2006 observou-se que os meses que apresentaram maior Índice de Homicídio de Adolescentes foram julho e dezembro. Constatou-se, também, que, no ano de 2015, os meses que apresentaram maiores índices de homicídios foram janeiro e dezembro. Destaca-se, ainda, que os períodos com maior incidência de homicídio nos dois anos acima, correspondem ao período em que cidade recebe um fluxo maior de pessoas, por serem meses de férias escolares.

Quanto aos dias da semana, pode-se perceber uma maior concentração aos finais de semana, principalmente, aos domingos. Constatou-se que o intervalo de tempo mais frequente para esse tipo de crime foi entre 18h e 23h:59m (Figura 1).

**Figura 1:** Distribuição dos homicídios por meses, no município de Belém, no período de 2006 e 2015 segundo o mês, dia da semana e horário do crime de homicídio



**Fonte:** SIM/DATASUS (2016).

**Nota:** 6,65% das informações foram classificadas na categoria “ignoradas”, dado que não se obteve a hora homicídio na Declaração de Óbito.

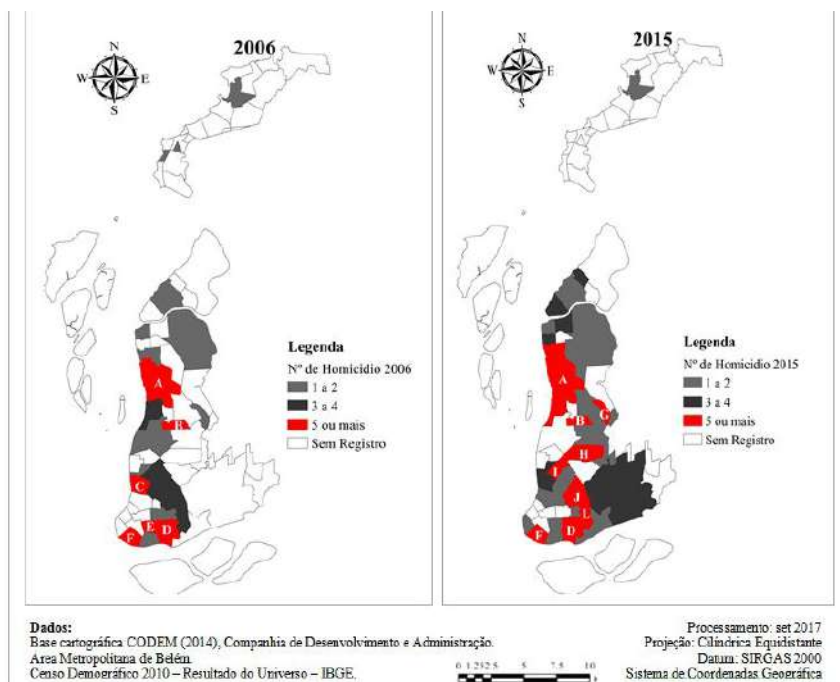
***Distribuição espacial dos homicídios de adolescentes no município de Belém***

Com intuito de identificar os padrões de maior ocorrência de homicídio na adolescência no município de Belém foram feitos mapas temáticos da quantidade de homicídios que ocorreram nesta cidade nos anos de 2006 e

2015 (Figura 2). Neles, percebeu-se que, durante os anos de 2006 a 2015, os homicídios se concentraram mais em alguns bairros. Observou-se, também, que a criminalidade característica de uma determinada área se repete ao longo da década, indicando uma forte previsibilidade com relação aos locais dos crimes, sendo estes os bairros Tapaná, Guamá, Jurunas e Benguí.

Percebeu-se, ademais, que os números de casos de homicídios de adolescentes aumentaram a sua concentração para outros bairros do município durante a década.

**Figura 2:** Mapas Temáticos do Número de Homicídios de Adolescentes que ocorreram no Município de Belém nos Anos de 2006 e 2015



Tapaná - A  
Benguí - B  
Telegrafo - C  
Guamá - D

Cremação - E  
Jurunas - F  
Cabanagem - G  
Marambaia - H

Sacramenta - I  
Marco - J  
Montese (Terra Firme) - L

## Discussões

Os resultados obtidos sobre o índice de homicídio juvenil, na cidade de Belém, estão ligados a aspectos demográficos, distribuição do espaço urbano, renda, raça/cor. Tal problemática se agrava na medida em que as instituições políticas dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento não atendem às necessidades sociais. Há uma dicotomia entre o abstrato (lei) e o concreto (realidade social), que resulta em latente tensão dia a dia do estado democrático de direito.

O conceito de violência possui um sentido lato e abarca não somente a ofensa à integridade física, mas também a psíquica, emocional e simbólica nas várias esferas sociais. A percepção da complexidade da violência permite diferenciar suas diversas formas e buscar a compreensão de suas causas e efeitos, propiciando a busca de soluções para seu enfrentamento.

Diante das várias modalidades de violência, a fim de possibilitar a elaboração de políticas públicas e sociais, o estudo foca nas modalidades de violência simbólica e aberta. No presente estudo, entendeu-se como violência simbólica aquela perpetrada pelas instituições contra os jovens, negando-lhes acesso à educação, lazer, esporte, diversão, cultura e outros recursos materiais ou simbólicos, o que fomenta a violência aberta e explícita contra os juvenis.

Na medida em que a violência estrutural é um mecanismo invisível de dominação efetuado pelas classes menos vulneráveis, ela passa a ser absorvida como uma estratégia de sobrevivência por parte das classes dominadas, o que faz com que as famílias menos privilegiadas tenham menos oportunidades de propiciar a seus filhos uma rede de proteção contra a violência, aumentando sua vulnerabilidade social. A ideologia dominante implementa uma responsabilização às famílias desprivilegiadas pela miséria, violência aberta e abandono de crianças. Por sua vez, a violência aberta diz respeito àquela visível que compreende homicídios, lesões corporais, roubos, latrocínios e toda a sorte de condutas que vilipendiam a integridade física ou patrimonial dos atores sociais.

O estudo demonstrou que os adolescentes estão sujeitos não somente à violência aberta, mas, também, às formas implícita e estrutural, havendo um quadro de vulnerabilidade e desigualdade socioeconômica marcadas por menores possibilidades de disponibilização do insumo social, o que resulta na precária renda familiar, insatisfatórias oportunidades de educação, lazer,

emprego, no fenômeno da segregação urbana e na predominância de negros entre os jovens assassinados.

As condições de vulnerabilidade, por sua vez, foram entendidas como a relação de oportunidades/riscos, ou seja, resultado negativo da relação entre as condições oportunizadas e as características sociais, econômicas, culturais, educacionais e políticas do estrato social estabelecem uma medida para auferir a violência contra os jovens. Autores como Ferreira, Vasconcelos e Penna (2016) destacam que essas diferenças sociais, econômicas, culturais se espacializam e assim se forma o território, ao mesmo tempo em que se criam os respectivos espaços dos processos sociais responsáveis por tais diferenças, sendo que essa espacialização é, por si mesma, a expressão de uma relação entre as diferenças sociais e o território.

A violência homicida, que vitima os jovens nos distritos urbanos periféricos no município de Belém, ratifica que as zonas urbanas apresentam taxas muito mais altas do que as áreas rurais, o que pode ter correlação com o exercício do controle informal pela sociedade, que é muito mais intenso nas pequenas comunidades, onde as pessoas se conhecem, e o desvio social é rapidamente identificado e estigmatizado, ao contrário do que ocorre na área urbana de grande concentração populacional, onde o anonimato diminui o controle social e fomenta a impunidade.

### **Considerações finais**

Atingindo o objetivo do estudo, comprovou-se o alto índice de homicídios de adolescentes na década compreendida entre 2006 a 2015, bem como sua forte ligação a aspectos raciais e socioeconômicos. Diante disto, observou-se o alto índice de homicídios de adolescentes na década compreendida entre 2006 a 2015, bem como ômicas, culturais, educacionais e pós básicas de uma população cada vez mais vulnerável. Também falha ao oferecer uma política de segurança pública exclusiva, discriminatória e norteada por uma mentalidade de guerra, em que o cidadão, em especial o jovem de periferia, visto como um inimigo que deve ser neutralizado.

As políticas públicas devem ser consideradas como uma estratégia de democratização dos valores e não podem contribuir para culpabilizar e servir de fonte legitimadora de violência aberta e simbólica, daí a necessidade de



questionar como a articulação entre a sociedade, Estado e mercado engendra ou desconstrói as relações sociais e políticas. As ações públicas muitas vezes são efetivadas sem considerar os desejos, expectativas e necessidades dos destinatários, o que gera uma dicotomia entre real e ideal, que em nada contribui para a efetivação da estabilidade social, daí porque é importante considerar a educação e o trabalho como direitos de todos e não uma forma de controle social para resguardar riscos ou vulnerabilidades reais ou potenciais.

As políticas oficiais efetivadas, embora reconheçam os jovens como sujeitos de direitos, na verdade tendem a caracterizar o comportamento juvenil como uma ameaça, que deve ser neutralizada a todo custo por instrumentos que não levam em consideração as peculiaridades dos adolescentes. Nesse sentido, importante a realização de políticas públicas que gerem coesão nos estratos sociais e também políticas sociais específicas para os jovens, sendo clara e imprescindível a interação entre o Estado, o mercado e a sociedade para fins de amenizar e superar a vulnerabilidade social que atinge aquela faixa etária.

O caminho para a diminuição do índice de homicídio de jovens e diminuição da violência aberta em Belém passa pelo bem-estar da economia, execução de políticas de inclusão social, educação, oportunidades de emprego, lazer, transporte, controle da natalidade, habitação, serviços públicos de qualidade, implementação de uma polícia com viés comunitário e democrático e outras políticas públicas de segurança inclusivas.

Por fim, urge que o Estado, a sociedade e o mercado articulem projetos e ações que implementem igualdade de direitos, com entendimento e valorização da diversidade e respostas concretas às vulnerabilidades da condição dos adolescentes.

## Referências

FERREIRA, I. C. B.; VASCONCELOS, A. M. N.; PENNA, N. A. Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. **Anais**, p. 1-18, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultado da amostra do censo demográfico 2010**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.com.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PLATAFORMA IBGE CIDADES**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SIM/DATASUS. **Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde**, 2016. Disponível em: <<http://www.datasus-sim.com.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas Para Infância. **Índice de Homicídio na Adolescência. IHA 2012**. 2012.

VILAÇA, I.F.T. **Vitimização por Homicídio: Perfil Socioeconômico e Criminal das Vítimas**. Belém: UFPA, 2016.

WAISELFISZ, J. J. **O Mapa da Violência 2010** – Anatomia dos Homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

WAISELFISZ, J. J. **O Mapa da Violência 2016** – Homicídio por Arma de Fogo no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2016.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ZALUAR, A. Crime, medo e política. In: ALVITO, M.; ZALUAR, A. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 3. ed., 2003.

# Do trabalho policial aos direitos fundamentais: relatividade e paradoxos da ação policial

*Nelmo dos Santos Passos*

## RESUMO

**Importância:** A civilização humana vem sofrendo mudanças que perpassam por questões sociais, políticas, religiosas e econômicas. Além do que, não há como descartar a plasticidade cultural de cada uma delas. Apontada como instituição violadora dos direitos fundamentais em suas ações, a polícia exerce o papel de vilã neste cenário real, uma contradição entre a previsão legal e a realidade das ações policiais. **Objetivo:** O objetivo é mostrar que a polícia é ordenada pelo governo, fator preponderante em algumas de suas ações, submetendo-se a hierarquia dessa responsabilidade. **Metodologia:** Pretendeu-se atingir o seguinte objetivo: analisar de maneira sumária, em termo qualitativo, a participação do Estado em seu dever de prover os direitos fundamentais do cidadão, tentando entender que a polícia é o braço forte do Estado e, não um organismo independente, que segue a política do governo a que está subordinada. **Resultados:** Nota-se que o trabalho da polícia, geralmente, é visto com mais rigor pela opinião pública, que quase nunca associa suas ações ao verdadeiro decisor político: o governo. Seu trabalho é visto pela perspectiva crítica da sociedade, muitas vezes motivadas pelos resultados negativos destas, que acusam as forças policiais de repressora dos direitos fundamentais da população. A polícia é uma instituição de autonomia significativamente limitada. **Conclusão:** Entendemos que o Estado é o detentor da obrigatoriedade de respeitar os direitos fundamentais e de prover as medidas para os concretizar, seguindo as leis que vigoram em favor da matéria. São obrigados a respeitar as entidades privadas, as públicas e todos os indivíduos, tanto quanto a coletividade. Para Kant, “ao Estado incumbe a tutela dos direitos humanos e à autoridade policial cabe evitar a violação dos direitos pessoais: o Estado tem o dever inalienável de defender os direitos do cidadão”.

**Palavras-chave:** Direitos fundamentais; Liberdade; Polícia.

## Introdução

A polícia, nos Estados democráticos, assume a missão de garantir a segurança, a liberdade, de manter a ordem, a tranquilidade pública, proteger as pessoas e seus bens, prevenir e reprimir a criminalidade e salvaguardar os direitos fundamentais dos cidadãos. De acordo com Miringoff (1980, apud VANAGUNAS, 2007), “a polícia é a responsável pela garantia dos direitos humanos, isto é, como uma organização cuja função primária seja criar o bem-estar de indivíduos e de grupos mais do que do público como um todo” e não um cerceador desses direitos.

Em um mundo cada vez mais complexo e em constantes mudanças, podemos buscar nos fatos da História a contextualização da relevância do Estado como ator determinante para validação do exercício dos Direitos Fundamentais.

O conceito de Direitos Fundamentais nos sugere debruçar sobre o grau de tolerância da sociedade e na responsabilidade do Estado acerca de políticas públicas assumidas e colocadas em prática, que o torna politicamente organizado e soberano diante sua população. Por certo, evidenciamos a necessidade de reflexão no tocante à relatividade e ao paradoxo das ações policiais *versus* os direitos fundamentais a serem garantidos pelo Estado. Um quesito existente com variadas dimensões críticas, que não coincidem entre si e afasta a polícia de ter uma relação harmônica com a sociedade. Salienta-se que tal percepção não é generalizada, porém tornou-se um padrão estigmatizado por governos com vieses ideológicos

## Revisão bibliográfica

Para compreender melhor direitos fundamentais faz-se necessário o entendimento de fatores e de pensamentos contemporâneos que, com o passar do tempo, guiaram as sociedades para uma ordenação dessa magnitude. Os direitos fundamentais atingiram uma dimensão resultante de uma evolução histórica e sua relevância é discutida, por anos, em diversos países. A exemplo, temos a Inglaterra que, segundo algumas literaturas, pode ser considerada um dos países-berço da ideia dos direitos fundamentais, destacando a década de 1990 em que uma das temáticas mais debatidas no que concerne o direito público foi essa declaração.

Por todo o mundo foram instituídos atos, teses, legislações, dentre outros documentos, com definições para os direitos civis ao logo dos anos. Mas, vale citar a que foi a notável matriz de toda a legislação europeia em que se vincula aos direitos

fundamentais, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Proclamada em Paris de 20 a 26 de agosto de 1789, pela Assembleia Constituinte da França, onde se estabeleceu um dos mais significativos atos solenes de todo processo, que foi a Revolução Francesa. Esta declaração tem influência e participação de escritores de origem anglo-saxônica, documento de suma importância composto além do preâmbulo de 17 artigos. Vejamos o que Farias (2001), expressa:

A partir de 1789 a expressão “direitos do homem” obteve a consagração plena, um pouco em detrimento de “direito natural”. Mas isso não alterou a realidade material e essencial que lhe estava subjacente e que através dos séculos foi o ponto de apoio de todas as ordens jurídicas (FARIAS, 2001, p. 42).

Também em Portugal, em um processo evolutivo, que após 1820 os Direitos, Liberdades e Garantias já fizeram parte das Leis fundamentais do país e na Constituição de 1822 já eram citados os Direitos e Deveres Individuais. A Carta Constitucional de 1826 traz a menção de Direitos Cívicos e Políticos, dando continuidade às reedições constitucionais. A Constituição Portuguesa de 1838 já caracteriza os Direitos e Garantias. A Constituição de 1911, pós-implantação da República, designou os Direitos e Garantias Individuais. A Constituição de 1933 nomeou Direitos, Liberdades e Garantias Individuais e, finalmente, a denominação de Direitos, Liberdades e Garantias na atual Constituição, aplicado aos enunciados dos direitos fundamentais<sup>1</sup>.

Não podemos deixar de mencionar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento de princípios que são estabelecidos e defendidos os direitos do homem e liberdades fundamentais. Sua proclamação pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, data de 10 de dezembro de 1948; nesta declaração estão expressos os direitos fundamentais para a vida do homem, fazendo referência aos direitos individuais e coletivos,

<sup>1</sup> Cf. Constituição da República Portuguesa. VII revisão constitucional (2005). Artigo 16º (Âmbito e sentido dos direitos fundamentais) 1. Os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outros constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional. 2. Os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Artigo 17º (Regime dos direitos, liberdades e garantias) O regime dos direitos, liberdades e garantias aplica-se aos enunciados no título II e aos direitos fundamentais de natureza análoga.

sem distinção de raça, nacionalidade ou gênero. Ainda de acordo com Farias (2001, p. 291), “A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o mais recente Instrumento Jurídico Formal de âmbito Universal – e certamente não virá a ser o último, que nos aparece como elo da cadeia histórica de uma marcha de séculos que o homem tem percorrido e em busca de sua identidade”.

O Estado é uma sociedade organizada politicamente que exerce sua soberania sobre uma população. É incumbido de prover políticas sociais e em sua divisão estrutural estão os poderes executivo, legislativo e judiciário. O Estado é gerido por um governo (executivo) que tem a missão de zelar pelo bem de seu povo, abolir o conflito de interesses e defender o bem comum. Todo Estado é subordinado à sua lei máxima, a Constituição, configurando, segundo Faria (2001, p. 104) “O Estado de direito como aquele que se submete às suas próprias leis, ao seu direito. O Estado cria as leis e, a partir daí todos os cidadãos e ele próprio ficam obrigados a cumpri-las e respeitá-las”.

Uma das referências do Estado de direito é a democracia moderna. Lamentável, a existência de estados totalitários que fazem uso do termo democracia para confundir seu povo no intuito de conquistar o poder. Um exemplo contemporâneo dessa manipulação é a Venezuela, em que a violação dos direitos humanos se faz presente na sua mais ampla dimensão. As forças policiais, usadas a serviço da vontade do Estado, suprime os direitos à liberdade e a vida de sua população.

Seguindo o entendimento, o governo de um Estado detém o poder de controlar as instituições que o compõe, neste direcionaremos esta composição a polícia, pois a ela constitui-se como um instrumento de poder do Estado, um dispositivo político. A polícia é a ferramenta subordinada ao Estado na promoção da segurança pública, da liberdade e do respeito dos direitos humanos.

A polícia, como instituição de ato administrativo, tem como beneficiário a sociedade de um Estado. A base dessa afirmativa é o fato que presumivelmente, a população tem um sentimento maior de segurança ao saber que as forças policiais estão continuamente disponíveis. A discussão a respeito da privatização da segurança, por analistas sociais, acontece há bastante tempo. Entretanto, não existe outra esfera administrativa em que a instabilidade dessa separação público-privada seja tão evidente quanto ao policiamento. Verifica-se o avanço e a importância da segurança privada, porém restrita a determinados espaços e funções. Ainda não há um alcance e uma cooperação formal por parte da segurança privada, visto que esbarram em questões de responsabilização, legalidade e ética. Tais condições

estão constituídas na esfera pública; o Estado que é o responsável pelos direitos do cidadão, cuja garantia cabe às forças de segurança.

As instituições públicas sofrem influência política o que determina as decisões de um governo. Para Clemente (2015), “A política governa a polis. Para tanto, a polícia constitui um instrumento do poder político”.

## **Material e métodos**

Ninguém pode viver isolado. Através dos tempos, o homem compreendeu que a vida em sociedade tem de ser subordinada a um conjunto de normas que regulam a atividade de um indivíduo no grupo coletivo a que pertence. Contudo, como nem todos os indivíduos cumprem essas normas, os agrupamentos humanos organizaram um conjunto de meios para impedirem os que a desrespeitam de lesarem a sociedade, forçando-os a cumpri-las. A essa ação dos grupamentos humanos se chamou controle social. Assim sendo, para que todos possam viver em harmonia foram constituídas regras consideradas justas pela sociedade. O Estado é detentor destas normas jurídicas, a sua base são as leis que a sociedade adaptou, pela experiência de vida em comum dos grupos sociais.

“Ao longo os séculos, os Estados criaram grupos de pessoas incumbidas de assegurar a observância da ordem pública, vigiando e entregando ao poder judicial aqueles que a violassem. (...) Ao grupo de vigilantes incumbido de proteger a população, mantendo essa harmonia da vida social, pelo cumprimento das normas da ordem pública, se chamou “Corpo Policial” (BARRETO, 1979, p. 20).

Na tentativa de entender os papéis de cada ator na ação de defesa da liberdade e cumprimento das leis que regulam uma sociedade, esse trabalho teve base em pesquisas bibliográficas.

## **Análise descritiva**

As ações policiais são geralmente vistas com muitas críticas pela sociedade, muitas vezes motivadas pelos resultados destas, destacando a peculiaridade da elevada letalidade nos confrontos com delinquentes, da quase ausência de transparência nas ações e do fraco controle interno e externo sobre suas atividades e nas operações de seus agentes de segurança.

A fim de promover os direitos constitucionais do cidadão, pressupõe-se que a autoridade policial se assegure por meios legítimos. Daí a necessidade do recurso à força com moderação. Em uma de suas definições Bittner (1990 apud MONJARDET, 2012), diz do trabalho da polícia:

O papel da polícia é tratar de todos os tipos de problemas humanos quando sua solução necessite ou possa necessitar do emprego da força – e na medida em que isso ocorra -, no lugar e no momento em que tais problemas surgem. É isso que dá homogeneidade a atividades tão variadas quanto conduzir o prefeito ao aeroporto, prender um bandido, retirar um bêbado de um bar, conter uma multidão, cuidar de crianças perdidas, administrar primeiros socorros e separar brigas de casal (BITTNER, 1990, p. 230).

Em seu raciocínio Bittner é preciso, produzindo uma definição tão econômica quanto rigorosa da força policial. Nas suas ações, a polícia emprega-se de vários meios coercitivos, sejam estes as algemas, bastões, gás de pimenta, arma de choque (teasers) até ao recurso efetivo à arma de fogo. Na perspectiva dos policiais, o risco das suas ações perfaz nos confrontos armados, nos quais se expõem arriscando a própria vida, um risco intrínseco, cerne das operações policiais, que em vezes resulta na letalidade do delinquente ou do policial. Em suma, toda ação policial é contida por limites legais, pois ultrapassar a margem da lei faz com que essa ação perca sua legitimidade, caindo diante do ilícito que busca combater.

## Resultados e discussões

Na execução de suas ações, a polícia também está exposta aos mesmos danos que a população, pois o policial é um homem, que além de trabalhar na promoção dos direitos humanos, também é auferido por esses direitos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Art. 1º, promove o conceito de que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Um ser humano, como qualquer outro, que sente medo, chora, sofre, tem personalidade, caráter, tem família e como todo trabalhador quer voltar para o seio dela. E como todo homem também sente medo, em que a relação casual da criminalidade e insegurança gera um sobressalto no



crescimento do medo da sociedade. Esse sentimento torna-se maior naqueles que encaram a realidade criminal; todavia, o policial precisa aprender a resistir a tudo isso, não assentir que as emoções tirem de si a capacidade de agir dentro da razão. Mas como atingir tal maturidade?

A polícia tornou-se uma instituição desacreditada parte em decorrência do trabalho que lhe foi atribuído em determinados episódios da História da humanidade, nos quais lhe foi imposta a execução das políticas ideológicas dos governos. Em alguns casos foi feroz e brutal em suas ações nos abusos contra os direitos humanos, a exemplo desses abusos o ocorrido em 1960 quando a polícia matou 67 negros em um evento mundialmente conhecido pelo Massacre de Sharpeville, durante o regime de apartheid na África do Sul, imposto pelo governo de minoria branca contra os negros.

No Brasil, a violência nas regiões periféricas das grandes cidades é mais intensa, pois a polícia age de forma mais constante e repressiva nessas zonas onde vivem as classes pobres. Há uma projeção negativa do trabalho policial nessas zonas, onde os índices de violência são altíssimos, e a população é desprovida dos direitos básicos para a sobrevivência humana, negligenciadas pelo Estado, responsável por prover os direitos fundamentais como saúde, educação, infraestrutura e segurança, no que resulta o declínio de muitos para a vida as margens da lei.

De acordo com Souza (2016), “O princípio da proporcionalidade é mecanismo indispensável para verificar a legitimidade de leis e atos administrativos que restringem os direitos fundamentais”. Podemos entender como regulador penal das ações, pois o princípio da proporcionalidade visa garantir o Estado democrático de direito, considerando a proporção entre a sanção penal e a gravidade do fato como exigência de justiça e a dignidade da pessoa humana e ainda estabelecendo critérios para a limitação à liberdade individual.

Remetendo à Polícia do Brasil, país hoje com altíssimos índices de violência e onde sua polícia sofre com severas críticas, tanto da opinião pública nacional, bem como de organismos internacionais, notoriamente, muitas dessas críticas são pertinentes, daí a atenção do Estado na correção dos desvios de conduta de seus agentes. Como todo trabalhador, o policial comete erros, alguns relacionados à exposição da atividade outros inerentes à própria natureza humana, e para remediar esse mal, o Estado também é o responsável em adotar a efetiva transparência nas ações e sistemático controle interno e externo sobre suas atividades e nas operações de seus agentes de segurança, de certo, inibirá

os excessos e punirá os desvios. O que não pode é a imagem de toda uma instituição ser manchada pelos erros de alguns, e, com isso, desconsiderar o trabalho árduo e muitas vezes heroico desses homens que doam sua vida para proteger a sociedade pelo sentimento de cumprir com o seu dever.

## Considerações finais

Os direitos fundamentais são as práticas básicas e juridicamente assumidas pelo direito internacional, ao qual destina-se à defesa dos valores e interesses mais importantes que assistem às pessoas singulares e coletivas em um estado democrático. Seu enfoque histórico evidencia sua relevância na História da humanidade.

O Estado é o detentor da obrigatoriedade de respeitar os direitos fundamentais e de prover as medidas para concretizá-los, seguindo as leis que vigoram em favor da matéria. São obrigados a respeitá-las as entidades privadas, as públicas e todos os indivíduos quanto as pessoas coletivas. Como direitos fundamentais à luz da Constituição por regra tem-se o direito à liberdade e as garantias, em que a segurança é o provedor dessa liberdade, em que se faz a proteção à integridade física e moral, à propriedade privada, a liberdade a de se expressar, todos esses tópicos correspondem ao núcleo fundamental da vivência numa sociedade democrática.

A garantia dos direitos dos cidadãos cabe às forças de segurança de cada Estado, nomeadamente as forças policiais, que em suas ações visam o cumprimento dos deveres constitucionais de uma sociedade. O descumprimento a esses deveres por um cidadão, individualmente ou coletivamente, por vezes ferem os direitos de outros. Esta é a questão, o desenvolvimento das ações policiais é legitimado por leis, não querendo dizer que para essas não existam regulações legais, pois a princípio da proporcionalidade regula sua legitimidade, ou seja, a ação policial não é algo aleatoriamente aplicada.

A polícia é o braço coercitivo do Estado, por vez, venha ocorrer excessos condenáveis por parte das suas ações, cabe a devida apuração por parte dos órgãos correccionais e jurídico.

Na sociedade do politicamente correto, a polícia é todo tempo controlada e inibida em suas funções. As ações midiáticas são tão eficazes nas suas intenções de descaracterizar a ação policial que o cidadão comum tem a

percepção de estar inseguro quando na presença de um agente de segurança. Ou numa situação mais absurda, até surrealista para algumas sociedades, o cidadão comum sente-se protegidos por criminosos. Acreditando que eles estão ali no papel social de trazer justiça, mesmo que de modo violento nos moldes da Idade Média, já que o Estado é lento em sua justiça, ou, na maioria das vezes, indiferente ao que acontece aos pobres marginalizados. É notório que os policiais, eventualmente, ultrapassam a barreira ética, em seu equívoco juízo de liberdade sem limites. Dadas as responsabilidades do Estado e da sua atuação ao longo dos anos da evolução das sociedades, ainda, perante a definição de polícia e do seu papel de agir, podemos acreditar que uma população com seus direitos fundamentais desrespeitados, precisa reconhecer o verdadeiro responsável pelos desrespeitos a esses direitos, que é o Poder Maior e não suas instituições subordinadas.

## Referências

- ANUNCIAÇÃO, C. **Coping e stress traumático em combatentes**. Lisboa: Editora Liga dos Combatentes, 2010.
- BARRETO, A. M. **História da Polícia em Portugal**. Lisboa: Braga Editora, 1979.
- BASSO, M. A. **Tortura**: Evolução histórica, jurídica e social. A tutela do direito fundamental e a dignidade humana. São Paulo: Scortecci, 2007.
- BRODEUR, J. (Org). **Como reconhecer um bom policiamento**: Problemas e temas. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- CLEMENTE, P. J. L. **Cidadania, Polícia e Segurança**. Lisboa: ISCPSI, 2015.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÔNICO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2018. Disponível em: <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- FARIA, J. M. **Direitos fundamentais e direitos do homem**. 3. ed., Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa, 2001.

GREENE, J. R. (Org.). **Administração do Trabalho Policial**: Questões e Análises. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

Machado, C. **Crime e Insegurança**: Discurso do medo, imagens do outro. Lisboa: Editora Notícias, 2004.

MONJARDET, D. **O que faz a Polícia**: Sociologia da força pública. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Lisboa, Portugal. VII revisão constitucional, 2005. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/legislacao/documents/constpt2005.pdf>. Acesso em: 24 abril 2018.

SILVA, V. A. A evolução dos direitos fundamentais. São Paulo. **Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais** 6, 2005. Disponível em: <https://constituicao.direito.usp.br/wp-content/uploads/2005-RLAEC06-Evolucao.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.

SOUZA, A. J. **Polícia Judiciária e Garantias de Direitos Fundamentais**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2016.

# Formação e treinamento: matérias-primas da atividade policial

*Keydna Alves Lima Carneiro*

*César Maurício Abreu Mello*

*Erika Natalie Pereira Miralha Duarte*

## RESUMO

**Importância:** Todas as atividades de ensino relacionadas aos profissionais da área de Segurança Pública revestem-se de um alto grau de importância na medida em que profissionais mais capacitados têm condições de prestar um serviço de melhor qualidade à sociedade. Neste sentido, o governo do estado do Ceará inaugurou no ano de 2010 a Academia Estadual da Segurança Pública, com o objetivo de concentrar todo o planejamento e execução da política de ensino. Passados oito anos, ainda não se tem claro os efeitos deste ato. **Objetivo:** Esta pesquisa tem como escopo analisar os efeitos que esta unificação causou na formação dos profissionais da segurança pública, especificamente, os policiais militares. **Metodologia:** O trabalho inicia com revisão de literatura que perpassa pelo entendimento da construção do ser e do agir policial, despertando para aspectos essenciais da formação e do treinamento para, em seguida, analisar descritivamente uma amostra de 556 profissionais do sistema de segurança pública do estado do Ceará. Foram aplicados também questionários aos dirigentes das polícias estaduais e diretor da Academia Estadual da Segurança Pública. **Resultados:** Dentre os principais resultados obtidos, percebe-se que 71,8% possuem igual ou acima de seis anos de carreira; 71,9% afirmam terem realizado pouco treinamento em tiro e 63,5% procuraram se capacitar fora da instituição. **Conclusão:** Destaca-se que as experiências do ensino policial e o escasso treinamento continuado têm impactado na qualidade do exercício profissional, carecendo redimensionar céleres adequações. Sugerem-se intervenções nas estruturas e estratégias na formação e capacitação com adoção de bolsas para serem empregadas em treinamentos e a implantação de um centro de capacitações operacionais.

**Palavras-chave:** Capacitação; Ensino policial; Policiais; Segurança pública.

## Introdução

O exercício da atividade policial é uma imprescindível função da administração pública, cuja condição teleológica da preservação da ordem, individual e coletiva, exige encargos complexos no desempenho da profissão, precipuamente, observando-se as questões atinentes à criminalidade das últimas décadas.

O entendimento de uma polícia profissionalizada advém dos espectros da formação e treinamento continuado, que realizando uma simbiose entre o conhecimento abalizado e seus desdobramentos nas rotinas operacionais refletem na sociedade a empatia, a colaboração, o respeito e a segurança dos cidadãos.

A questão da formação dos policiais brasileiros passou por transformações essenciais desde 1997, com a implantação da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, pois possibilitou adequações entre as unidades federativas e o Ministério da Justiça. Na área do ensino policial percebeu-se um preciosismo em conduzir pensamentos e ações alinhados às conquistas constitucionais da Carta de 1988.

No Ceará, ajustamentos na área do ensino policial foram sendo desencadeados e, no fim de 2008, uma das medidas mais efetivas se concretizava com o início da construção de uma unidade de formação e treinamentos integrados, a fim de capacitar todos os agentes públicos dos quatro órgãos vinculados à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS, que são: Polícia Militar, Polícia Civil, o Bombeiro Militar e a Perícia Forense.

A Academia Estadual da Segurança Pública (AESP) foi concluída em 2010 e passou a gerir, direta e indiretamente, do planejamento à execução, todas as ações do ensino. Naquela ocasião, todas as escolas de formações ainda existentes foram desativadas. Encerravam-se os trabalhos desempenhados pela Academia de Polícia Civil Delegado Wanderley Girão Maia – APOC, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP e a Academia de Bombeiros Militar – ABM.

Poncioni (2014) argumenta que os temas sobre segurança e, principalmente das ações de polícia, fortaleceram-se nas últimas décadas no Brasil, sendo foco de debates variados. Entretanto, percebe-se que, diferentemente de outros países, como os Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, no Brasil, estudos sobre gênese e treinamento das academias de polícia (militar e civil) ainda são tímidos. No estado do Ceará, muito pouco

se discutiu sobre ensino policial, mesmo passada quase uma década de implantação do ensino integrado da AESP.

Soares (2006), analisando as questões que envolvem estruturas da área de segurança, comentou que muitas dessas organizações ainda não compreenderam que só avançarão quando funcionarem como qualquer empresa bem-sucedida e, em decorrência disso, devem ter maturidade em trabalhar com ferramentas de gestão para: a) planejar com responsabilidade; b) desempenhar as ações com esmeros; c) elencar acertos e erros e d) burilar resultados. Somente assim, continua o autor, haverá aprimoramento e progresso nas organizações.

Compreendendo tal dimensão empresarial, esta pesquisa se originou procurando responder a seguinte questão problema: quais os impactos na formação dos profissionais de segurança pública do estado do Ceará após a unificação da formação e especialização na Academia Estadual da Segurança Pública?

O objetivo geral, portanto, foi de analisar os impactos causados na formação dos profissionais de segurança pública do estado do Ceará provenientes da decisão governamental de extinguir todas as unidades de formação específicas de cada órgão e concentrá-las em uma única instituição, a Academia Estadual da Segurança Pública, algo único no Brasil.

Na persecução deste objetivo, diversos outros foram necessários, como: a) descrever os aspectos estruturais, acadêmicos, humanos e operacionais que refletem na formação e capacitação dos profissionais de segurança; b) analisar o processo de formação atual dos servidores de polícia e c) sugerir propostas de intervenção nas estruturas de ensino, a fim de aperfeiçoar a formação e o treinamento do profissional policial.

Finalmente, ressalta-se que os resultados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa maior apresentada ao Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP em setembro de 2018.

## **Revisão Bibliográfica**

No Brasil, a primeira experiência de academia policial de formação integrada aconteceu no estado do Pará com a implantação do Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP, ainda na década de 90. Naquela oportunidade, somava-se às demais escolas de formações dos servidores estaduais uma nova “unidade de ensino com gestão própria e autonomia didática, científica e disciplinar” (PARÁ, 1999).

No estado do Ceará, a AESP foi implantada pela Lei 14.629, de 26 de fevereiro de 2010, que, além de instituir uma unidade integrada de ensino, dissolveu todos os centros de formações existentes. Tal determinação angariou antipatia velada dos servidores das instituições, na medida em que representava um atentado às iconografias dos órgãos, materializando um desrespeito às histórias das polícias e do bombeiro. O caso mais emblemático foi a desativação da Academia de Polícia Militar “General Edgard Facó”, ainda em 2008, levando aos escombros literalmente a unidade de formação mais antiga da segurança pública cearense<sup>1</sup>. Não há como evoluir ignorando o passado, pois são esses os símbolos que dialogam com a tradição, formando as identidades institucionais.

Pimenta (2002) apud Veras (2008, p. 90) discorre que a identidade do policial é estabelecida “com base na significação social da profissão; na revisão constante dos significados da profissão; na revisão das tradições”. Essas filigranas do exercício policial ainda são consolidadas pela “reafirmação de práticas consagradas culturalmente que permanecem significativas”. Poncioni (2005, p. 588-589), analisando a construção da identidade e da socialização profissional enfatizou que:

**A importância da formação profissional básica realizada nas academias de polícia para a construção da identidade profissional**, fundamentalmente, como uma etapa que faz considerável diferença para a vida profissional do policial, não apenas dada a importância da experiência de formação do membro na aquisição formal dos valores e normas próprias da profissão e das competências e das habilidades para o campo de trabalho, mas também na **aquisição dos valores e crenças acerca da profissão, consubstanciados em uma base de conhecimento e de cultura comum sobre o que é ser policial em um determinado modelo de polícia profissional** (grifo nosso).

Lima (2008) apud Mello (2015) garante que a atuação da polícia é distinta de outras profissões, pois é nascida de uma cultura própria (policial) e é caracterizada pelo perigo constante e iminente. Isso produz traços comportamentais nos profissionais de eterna vigilância e direciona a formação

<sup>1</sup> A academia foi criada em abril de 1929, com o nome de Escola de Formação Profissional da Força Pública.



do *ethos*<sup>2</sup>. O policial constrói uma visão de percepção de cenários, antevendo situações e preparando-se para reagir, caso necessário.

Santos (2014, p. 24), narrando aspectos existentes entre ensino e o treinamento policial, dimensionou a formação profissional construída de “um saber teórico-prático que precisa orientar-se pelo processo educativo”. Sobre as capacitações, o autor comparou a questão dos treinamentos policiais a partir de análises, em nível internacional, utilizando os Estados Unidos e o Reino Unido. Das condutas estadunidenses, o autor buscou referência nos estudos de James O’Keefe, Ex-Diretor da New York Police Academy, que narra que o “treinamento, por definição, é ensinar uma matéria em nível de percepção. Treinamento é frequentemente associado com instrução prática, repetição, e preparação para uma habilidade”. Já sobre o treinamento de policiais no Reino Unido, o autor embasa sua análise pontuando aspectos da International Academy Bramshill, que define o treinamento como “um processo planejado para modificar o comportamento de atitudes, conhecimentos ou habilidades por meio de experiência para alcançar um desempenho eficaz em uma atividade ou o conjunto de atividades de aprendizagem”.

O modelo de polícia profissional é sedimentado por variados aspectos convergindo conhecimento legal, preparo técnico, aprimoramento tático, armamentos e equipamentos direcionados na execução de tarefa complexa alteada no perigo. Neste viés, Bittner (2003) apud Basílio (2008, p. 8) comenta:

O autor compreende o trabalho policial como tendo um direcionamento ao risco, ao perigo, à violência, ao domínio do caos, à incerteza, ao desespero. O autor amplia a discussão a respeito do trabalho policial afirmando que o policiamento é uma ocupação complexa que enfrenta problemas sérios. Exige, portanto, conhecimento e habilidades.

Analisando o indeterminismo e a multidimensionalidade da tarefa operacional, Pinc (2011, p. 25-26) explica que

(...) quando o policial sai às ruas para o patrulhamento, ele não consegue prever o que acontecerá durante o seu turno de serviço. **Cada evento exige como respostas,**

<sup>2</sup> Ethos pode ser definido como um conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento e da cultura, característicos de uma determinada coletividade, época ou região.

**ações diferentes.** Tais eventos, também, divergem em sua natureza. (...) Como a polícia é democrática e serve sem distinção, em suas atividades cotidianas, atende pessoas das mais variadas características. (...) **Dentro desse universo de possibilidades, milhares de combinações podem ser feitas. Em que pese à imprevisibilidade do resultado dessas combinações, espera-se que o responsável pela aplicação da lei esteja preparado para responder a demanda e que sua atuação esteja dentro dos parâmetros legais** (grifos nosso).

Nas ações rotineiras, o trabalho da polícia não se afasta das possibilidades de enfrentamentos com criminosos. Minayo et al. (2008, p. 190) complementam afirmando que:

O risco maior de enfrentamento que hoje ocorre na rotina das atividades dos policiais militares e civis diz respeito a esses delinquentes que dominam o comércio varejista de drogas na cidade, fortemente armados e disputando territórios com seus rivais. Escondidos em locais densamente povoados, que são verdadeiras cidadelas de difícil acesso, e armados com arsenais potentes, muitos com idade que beira a adolescência, esses delinquentes também têm espírito de aventura e gostam de afrontar a Polícia, sentindo-se em posição privilegiada.

Apresentado os aspectos que envolvem construção da identidade profissional, da importância do treinamento policial e dos engajamentos aos cenários operacionais, regressa-se à implicação do exclusivismo da AESP e a dissolução dos centros de formações procurando estabelecer três abordagens: estrutural, acadêmica e a operacional.

A primeira abordagem (estrutural) analisa que a AESP, ao dissolver os centros de ensino, avocou para si toda a formação e capacitação dos servidores da segurança pública. Como consequência, na sua área territorial se desenvolveria a formação de quatro instituições sem que a edificação tivesse espaço físico suficiente para atender, simultaneamente, as formações e os treinamentos das forças vinculadas. Na sua gênese, portanto, percebe-se um grave problema estrutural cuja tentativa de solução foi incluir na lei de criação a possibilidade de locação de espaço adicional. Passados oito anos, a AESP ainda não possui um estande de tiro, equipamento básico e imprescindível para formação e especialização de seus

alunos, obrigando-a a contratar espaços privados que, de certa forma, drena seus recursos financeiros que poderiam ser aplicados no aperfeiçoamento da capacitação.

A segunda abordagem (acadêmica) reflete o exíguo tempo de formação e o comprometimento no processo acadêmico. Em 2007, a profissionalização policial no estado do Ceará sofreu impacto com a redução do período de formação de 980 para 715 horas/aula, do curso de formação de soldados, condensando-o em aulas nos períodos matutino e vespertino, de segunda a segunda. Essa metodologia empregada trafegou na contramão dos demais cursos do país, onde pode-se citar como exemplos as formações de policiais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás: 12 meses; Paraíba e Mato Grosso: 10 meses; Minas Gerais, Bahia e Pará: 09 meses; Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Sul: 07 meses.

A terceira abordagem caracteriza-se pelo comprometimento operacional desencadeado pela inexistência de um estágio operacional condizente. Em 2007, a “Ação Policial Supervisionada” foi retirada da grade curricular com a extinção do cargo de Alunos dos Cursos de Formação de Soldados de Fileiras e Formação de Oficiais. Essa decisão refletiu diretamente nos comportamentos operacionais das tropas, pois não existindo mais o cargo de “Aluno” e sendo a formação profissional uma fase do certame do concurso público, os candidatos (em condição precária) passaram a ser impedidos de realizar treinamentos e participar de ações operacionais nas ruas. A medida comprimiu etapa essencial da formação profissional e refletiu negativamente na construção do “saber teórico-prático”.

Até hoje a política de ensino da AESP não corrigiu a anomalia, tanto que a última matriz curricular do órgão, publicada no Diário Oficial do Estado, número 217, de 20 de novembro de 2015, publicou uma grade curricular composta de 1.020 horas/aula para o Curso de Formação Profissional que dura até seis meses, ou seja, a formação contínua acelerada. Mesmo com o regresso, o “Estágio Operacional Supervisionado” com a previsão de 116 horas/aula, seu objetivo torna-se inócuo, pois os candidatos não podem exercer seus aprendizados em serviços operacionais. Daí pergunta-se: como se corrigem os erros técnicos dos futuros profissionais se esses não vivenciaram sua aplicação nas ruas? Como se moldará o “saber teórico-prático”?

## **Materiais e Métodos**

Esta investigação se utilizou, inicialmente, de pesquisa bibliográfica envolvendo variados estudiosos. Posteriormente, reuniu pesquisa documental

em publicações oficiais e portais institucionais, a fim de historiar e requisitar esclarecimentos por meio de questionários junto ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Ceará, Delegado-Geral da Polícia Civil e Diretor da Academia de Estadual da Segurança Pública. Parte das informações colhidas se apresenta ao longo deste trabalho.

A pesquisa tem caráter quantitativo, cuja coleta dos dados adveio da aplicação de questionários num universo contemplado por 556 policiais civis e militares, masculinos e femininos durante o mês de julho de 2018, no Ceará. Depois da coleta dos dados, as informações foram processadas em planilhas e gráficos no Excel, possibilitando uma melhor identificação.

### *Análise descritiva*

Para Stigler (1986), a Estatística é imbuída de uma lógica que permite entendimento e auxilia na investigação em diversos campos do conhecimento, colaborando na produção de resultados. Na próxima seção se apresentam recursos visuais, por meio de figura e tabelas que facilitam a compreensão dos dados no recorte deste trabalho.

### **Resultado e discussões**

Esta investigação foi aplicada para profissionais cearenses das polícias militar (administrativa), que é responsável pelo policiamento ostensivo e a preservação da ordem, compostas dos cargos de soldados a coronéis e da polícia judiciária (civil) que tem como função as apurações de infrações penais, excetuando-se as militares e é dimensionada pelos cargos de agentes, escrivães e delegados.

A pesquisa também se utilizou de informações de domínio público em portais oficiais do governo que foram somadas às respostas dos entrevistados. Dados processados a partir das entrevistas com os dirigentes das polícias militar e civil informaram que o efetivo de suas corporações no ano de 2017 compunha-se de 18.987 profissionais, sendo 15.872 policiais militares e 3.115 policiais civis. No ano de 2017, o portal da AESP divulgou que no ano em tela, que a academia realizou 2.655 formações iniciais, 1.611 capacitações continuadas e 2.863 de capacitações de Educação a Distância – Ead.

Da análise desses números, percebe-se a ênfase no Ensino à Distância - Ead , o qual já vem sendo questionado em diversas organizações, em especial, nos órgãos de segurança pública, em virtude da responsabilidade no exercício da atividade laboral que exige adestramento, sobretudo em instruções que envolvam

abordagens, prática de tiro policial, armamentos semiletais, enfrentamentos de crises, liderança e comando, dentre outros; daí verifica-se que a capacitação girou em torno de menos de 10% das tropas, o que pode denotar baixa eficiência, eficácia e efetividade de estratégias para treinamentos aos policiais.

A Tabela 1 mostra a faixa etária dos servidores dessas organizações. Percebe-se que dentre os policiais pesquisados, 82,40% possuem idade igual ou superior a 30 anos.

**Tabela 1:** Percentual da Faixa etária dos policiais civis e militares, no período de julho de 2018, no Ceará

Faixa etária	Percentual
18 a 29	17,60
30 a 39	36,00
40 a 49	36,50
Acima de 50	9,90
<b>Todos</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Depreende-se da Tabela 2 a percepção de que a pesquisa reuniu 71,80% de pesquisados com carreiras com mais de seis anos de atividades. Outro dado é que se a AESP possui oito anos, os pesquisados encontrados no percentual 28,20%, os quais possuem até cinco anos de serviço, são na totalidade policiais formados na academia integrada.

**Tabela 2:** Percentual do tempo de carreira de policiais civis e militares, no período de julho de 2018, no Ceará

Tempo de Carreira	Percentual
Até 5	28,20
6 a 10	15,30
11 a 15	7,80
16 a 20	14,90
21 a 25	14,70
Acima de 25	19,10
<b>Todos</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Inferem os dados mostrados pela Tabela 3 que a maioria dos policiais pesquisados alega baixa frequência em treinamentos fornecidos pelo Estado, observando-se que 71,90% compõem as amostras até 500 disparos em treinamentos e combinado com o resultado da Tabela 2, que demonstrou que 71,80% dos pesquisados possuem mais de seis anos de carreira, entende-se que os treinamentos, tanto são escassos na regularidade, como conjugam baixa quantidade de disparos em treinamentos.

**Tabela 3:** Percentual dos disparos de arma de fogo efetuados por policiais civis e militares (excetuando disparos efetuados no período de formação), no período de julho de 2018, no Ceará

Disparos efetuados	Percentual
Até 250	49,80
251 a 500	22,10
501 a 1.500	15,30
Acima de 1.501	12,80
<b>Todos</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Os dados apresentados pela Tabela 4 mostram que 63,00% dos sujeitos de pesquisas demonstraram o interesse de buscar treinamento fora das instituições e com recursos próprios, mesmo sem o patrocínio do Estado. Dos profissionais pesquisados, 63,50% responderam afirmativamente.

**Tabela 4:** Percentual do Interesse de capacitação externa dos policiais civis e militares, no período de julho de 2018, no Ceará

Capacitação externa	Percentual
Sim	63,50
Não	36,50
<b>Todos</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

### Considerações finais

A instalação da Academia Estadual da Segurança Pública - AESP no estado do Ceará, trouxe a reboque a adoção de medidas que extinguirem

a rede de ensino existente nas forças, acarretando consequências nefastas à profissionalização policial. Acreditando que o trabalho de polícia possui relação direta com os níveis de formação e capacitação dos profissionais é que esta temática foi perquirida, a fim de traçar entendimentos das práxis de ensino policial com ações operacionais. Entende-se que, salvaguardadas situações excepcionais, observa-se que as ações operacionais estão diretamente conectadas à eficiência, eficácia e a efetividade na formação e construção do ser e agir policial, além dos treinamentos contínuos dos policiais mais antigos para o desempenho de suas atividades regulares.

Entendendo que não cabe ao pesquisador nativo somente apontar falhas, mas, sobretudo dimensionar soluções em torno das realidades profissionais, é que sugere-se a construção de dois projetos, sendo o primeiro responsável pela destinação de bolsas de formações, batizadas de “PROCAP” - Programa de Capacitação Policial e o segundo nomeado de “FASE” - Formação e Aperfeiçoamento em Segurança Especializada, e a criação de uma autarquia, cuja função será a instalação de um centro integrado de treinamentos voltados para variados públicos e, efetivamente, para as capacitações regulares no aprimoramento de profissionais da segurança pública. Acredita-se que essas proposituras impactarão positivamente tanto na formação como na recomposição de estruturas essenciais a serem utilizados na capacitação.

Há de se entender que a formação e treinamento são matérias-primas da atividade policial e numa profissão que tem a missão de servir e proteger, as responsabilidades na defesa dos cidadãos não podem ser tratadas com trivialidades, pois quem não tem segurança não pode proporcionar segurança.

## Referências

AESP. **Qualificação**: Mais de 7 mil profissionais de segurança pública foram capacitados em 2017. Disponível em: <<http://portal.aesp.ce.gov.br/noticiaDetalhada.do?tipoPortal=3&cod Noticia=10261&titulo=Reportagens&action=detail>>. Acesso em: 02 jul.2018

BASILIO, Marcio Pereira. **O desafio da formação**, II CLAD, Buenos Aires, 2008. Disponível em: <[http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/o\\_desafio\\_da\\_formacao\\_policial.pdf](http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/o_desafio_da_formacao_policial.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2018.

CEARÁ. **Lei Nº 14.629 de 26 de fevereiro de 2010**. Disponível em: <<http://www.aesp.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/29/2018/02/LEI-N%C2%BA14.629->

de-26-de-fevereiro-de-2010-LEI-DE-CRIA%C3%87%C3%83O-DA-AESP.pdf > Acesso em: 06 jul. 2018

MELLO, C. M. A. **Mesmo com o risco da própria vida**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – PPGSP, da Universidade Federal do Pará, 2015, 74f. Disponível em <<http://ppgsp.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2013/Cesar%20Mello%20-Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2018

MINAYO, M. C. S. SOUZA, E. R. CONSTANTINO, Patrícia. **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

PARÁ. **Lei Nº 6257 de 17 de novembro de 1999**. Disponível em:<[http://www.ioepa.com.br/pages/2018/04/06/2018.04.06.DOE\\_30.pdf](http://www.ioepa.com.br/pages/2018/04/06/2018.04.06.DOE_30.pdf)> Acesso em: 31 jul. 2018.

PINC, T. M. **Treinamento policial**: um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua. Tese de dissertação, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

PONCIONI, P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 5, n 3, p.585-610, set./dez., 2005.

PONCIONI, P. Identidade profissional policial. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTOS, J. V. T. **Dilemas do ensino policial**: das heranças às pistas inovadoras. Disponível em:<<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/senasp/anexos/revista-7.pdf>> Acesso em: 20 jul.2018

STIGLER, S. M. **The history of statistics**: the measurement of uncertainty before 1900. Cambridge, USA: The Belknap Press of Harvard University Press, 1986.

SOARES, L.E. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2006.

VERAS, J. B. R. **Docência na Polícia Militar do Ceará**: curso de formação de soldados de fileira (turma 2007). Dissertação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, 2008.



# O nível de escolaridade de integrantes da Polícia Militar como fator de motivação e excelência no serviço: um estudo de caso na Polícia Militar do Amazonas

*André Luiz Nunes Zogahib  
Daniel Maciel de Abreu  
Amara Luciane Silva de Souza  
Suzy Dayana Pereira Chagas*

## RESUMO

**Importância:** O presente visa debater a importância de um nível de escolaridade elevado entre integrantes de uma força policial responsável pelo uso da força e pela manutenção da ordem pública, como fator de confiança da população em integrantes das agências policiais, atuando ainda como variável que favorece a diminuição dos casos de abuso de autoridade e uso excessivo da força. **Objetivo:** Dessa forma, este estudo objetiva identificar o nível de escolaridade como fator de qualidade no serviço policial militar e ainda como fator motivacional dos integrantes da Corporação da Polícia Militar do Estado do Amazonas, que atua como estudo de caso deste. **Metodologia:** Para atingir tal objetivo, optou-se por uma abordagem quali-quantitativa, procurando explorar e descrever o objeto do estudo – o nível de escolaridade dos integrantes da Polícia Militar do Amazonas – correlacionando-se com aspectos como motivação e qualidade no serviço policial militar. Por intermédio da dinâmica de estudo de caso foram cruzados os dados levantados por meio da aplicação de questionário misto entre integrantes da Polícia Militar do Estado do Amazonas, nos quais serão considerados desde fatores que motivam o policial a melhorar o seu nível de escolaridade, com fatores impeditivos que, por ventura, existam na corporação policial militar daquele estado. **Conclusão:** Os dados levam à conclusão de que o serviço policial, em linhas gerais, não é fator impeditivo para a melhoria do nível de escolaridade, mas que a ausência de incentivo e/ou instrumentos de valorização àqueles que possuem escolaridade superior ao mínimo exigido do cargo é fator de desmotivação. Tendo sido amplamente afirmado pela maioria dos participantes que o nível de escolaridade superior é fator de melhoria e excelência no serviço policial.

**Palavras-chave:** Amazonas; Escolaridade; Fator de qualidade; Polícia Militar.

## Introdução

As recentes mudanças de feição democrática veem impactando cada dia mais nas instituições responsáveis pelo uso da força, notadamente as agências policiais. Sendo tal impacto sentido fortemente nas Polícias Militares, instituições que se organizam pela hierarquia e disciplina, nascidas de uma herança ditatorial do regime militar, o que hodiernamente acarreta um conflito entre a nova ordem que a sociedade almeja, com a identidade cultural herdada que se baseia no uso da força.

Inequivocamente essa mudança perpassa, dentre outros aspectos, pelo nível intelectual dos integrantes da corporação e a capacidade deles em trabalhar com os diferentes cenários que o tecido social lhes oferece, materializando uma postura ética, técnica e com respeito aos direitos e garantias individuais. De outro lado, recorrentes são as denúncias nos meios de comunicação de massa de práticas de brutalidade dos agentes de segurança (sempre com destaque aos integrantes da Polícia Militar), uso excessivo da força, discriminações com grupos vulneráveis, incapacidade de gerenciamento técnico de situações de crise ou mesmo do uso pontual, diferenciado e discriminado da força.

É dentro desse cenário que o presente estudo está inserido, postulando as vantagens verificadas na literatura do nível de escolaridade superior dos agentes de segurança pública, em específico da Polícia Militar, por meio de um estudo de caso na corporação policial militar do Amazonas e a influência que essa variável desempenha no perfil dos agentes, discutindo como tal questão poderia ser utilizada como fator de motivação interno da Corporação, impulsionando o profissional a buscar melhorar seu nível intelectual, objetivando, em última análise, a melhora geral individual dos integrantes e a melhoria do serviço policial como um todo.

## Revisão Bibliográfica

Os estudos acerca dos reflexos positivos de uma educação superior nos agentes de segurança pública não são recentes, remontam a 1909, quando um chefe de polícia em Berkley, utilizou métodos científicos na investigação criminal. Tendo sido ele ainda que elaborou e estabeleceu o primeiro currículo acadêmico voltado à formação do policial, estabelecendo um liame entre a teoria e a prática policial.

Na década de 70, também nos Estados Unidos da América, fatores de caráter social, agitação civil em resposta à ação das forças policiais, as relações dessas forças com a minorias atuaram de forma decisiva e para a realização de pesquisas que foram publicadas no final de 1967 no relatório da Comissão sobre Aplicação da Lei e Administração de Justiça, acerca da formação educacional dos agentes de segurança, tendo sido apresentada uma recomendação para que as normas educacionais fossem alteradas, para ser exigido – como requisito mínimo – dos agentes de segurança pública o bacharelado como condição para o ingresso nas forças policiais, segundo escólio de Carter e Sapp (1990, p.60): “The President’s Commission recommended that police educational standards be raised, with the ultimate goal of requiring a baccalaureate degree as a minimum standard for employment (President’s Commission 1967a, 1967b).”

Na mesma linha, tem o demonstrado por Paterson (2011) que, em seu *paper*, revisitou as diversas pesquisas americanas sobre o tema, apresentando um compêndio daquelas que atestaram que os agentes policiais com formação universitária eram menos autoritários do que aqueles que não possuíam formação universitária, demonstrando ainda ser proporcional ao nível educacional conquistado o conjunto de valores flexível, o que se adequa perfeitamente ao mundo contemporâneo, transitório e em constantes mudanças.

Seguindo igual raciocínio, Bruns e Magnan (2014) apresentaram outros aspectos para corroborar o viés positivo da *higher education* para agentes policiais, trazendo à lume pesquisas recentes que apontam que a diferença – para mais ou para menos – de dois anos de estudos universitários entre os agentes policiais mostravam que aqueles que possuíam maior quantidade de anos universitários eram proporcionalmente mais preparados para estarem perante comissões de disciplina, entre outros grupos de natureza inquisitória. Na mesma senda, em outra pesquisa fora demonstrado que policiais com formação universitária manifestavam menos problemas de cunho disciplinar, sendo igualmente associado com menor ocorrências de abuso de autoridade.

Assim, são diversas as pesquisas Michals e Higgins (1991), Krimmel (1996) Truxillo, Bennet e Collins (1998) que apontam aspectos positivos de agentes policiais possuírem nível de escolaridade superior, tanto do ponto de vista da qualidade do serviço, ofertando um profissional mais preparado, sensato e equilibrado, como do ponto de vista da valorização da carreira, sendo este o principal foco da maioria da Polícias Militares do Brasil que alteraram o nível de escolaridade mínimo para acesso à carreira policial para o nível superior.

Acerca dessa mudança, ela comumente está associada à valorização da carreira policial militar que se expressa pela melhoria salarial, a qual, por meio da exigência de nível superior para acessar os quadros da Corporação Policial Militar, pretende-se tornar a remuneração adequada ao nível de escolaridade do agente que se candidata, ou seja, o nível superior é entendido como sinônimo de melhores salários.

Porém, essa realidade não é uníssona no país; em muitas corporações ainda há a antiga e, por que não dizer, retrógrada exigência de nível médio para oficiais e fundamental (pasmê!) para praças. Em um levantamento realizado pela Associação dos Oficiais da Brigada Militar – RS, no ano de 2016 podem-se constatar os diversos níveis de escolaridade que são exigidos para ingresso na carreira de oficial da Polícia Militar que são praticados pelo Brasil.

Desse levantamento e atinente à seleção à carreira de oficial tem-se que dos 26 (vinte e seis) estados brasileiros, 13 exigem o diploma de Bacharel em Direito – o que representa 50% do universo total – outros 06 (seis) exigem diploma de nível superior em qualquer área – o que representa 23% do universo – e mais 07 (sete) estado com a antiga exigência de ensino médio para ingresso na corporação policial militar – representando 27% do universo.

Acerca da situação do estado do Amazonas, que figura no levantamento como adepto da seleção por nível superior, há de se realizar algumas ressalvas:

- O acesso à carreira de oficial combatente, segundo a Lei de Ingresso da Polícia Militar do Amazonas (Lei Nº 3.498/2010) possibilita três formas de acesso, e não apenas aos portadores de diploma de nível superior;
- 1ª opção: detentores de diploma de ensino médio, conforme inciso I do Art. 22 da referida Lei;
- 2ª opção: detentores de diploma de nível superior de bacharel em Direito, que realizarão um curso de formação diferenciado, denominado Curso Intensivo de Formação de Oficiais PM (CIFO), conforme §1º do Art. 22;
- 3ª opção: os detentores do Curso de Formação de Oficiais (CFO), aprovados em todas as fases do concurso, são dispensados do curso de formação e declarados Aspirante-Oficial, conforme Art. 23, parágrafo único.

Como se pode ver, a Polícia Militar do Amazonas é *sui generis* visto que, mesmo com a “porta” de admissão de nível superior, ainda mantém aberta a porta do ensino médio e a estranha (e controvertida) porta para detentores

de curso de formação de oficiais, sem que esteja taxativamente previsto ser necessário esse curso de formação ser de oficiais de polícia militar.

Já atinente ao ingresso dos praças, carreira diversa da carreira de oficiais, em que se pode de forma rasa e sucinta afirmar que esses últimos (os oficiais) são os responsáveis pelo comando e coordenação da Corporação, enquanto que os primeiros (os praças) são os elementos de execução, os “ponta de lança”, aqueles que diuturnamente mantém contato aproximando com a população, atuando na solução de conflitos sociais e criminais – ressaltando que os oficiais nos postos iniciais da carreira, a saber: aspirante, tenente e capitão, mantém essa mesma postura comentada, estando junto das guarnições compostas por praças.

Assim, as praças representam a maior e mais significativa parcela dos integrantes da corporação policial militar, mas a essas, infelizmente na maior parte dos estados do Brasil, inclusive no Amazonas, ainda não é exigido o nível superior em qualquer área.

Tendo por base o levantamento de dados proposto pela Brigada Militar, tem-se que em 2016, apenas os estados do Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Sergipe, Minas Gerais e Santa Catarina exigiam o nível superior em qualquer área para ingresso na carreira de praça da polícia militar, o que representa que apenas 26% das unidades da federação assimilaram essa exigência em suas legislações, confrontando com mais de 70% das polícias militares ainda mantém como requisito de acesso à carreira de praça o ensino médio, o que demonstra a não atenção devida que o nível de escolaridade possui àqueles integrantes que representam a maior parcela da corporação e que mantém contato constante com a população no dia a dia do serviço policial.

## **Material e métodos**

Inicialmente, diligenciou buscar o que já fora pesquisado e publicado na comunidade científica sobre o tema da escolaridade dos agentes de segurança pública como fator de qualidade no serviço, fins de fornecer a base conceitual e os dados comparativos necessários para dialogar com os dados levantados na corporação do Amazonas, que foram obtidos por meio de um instrumento de coleta de dados – questionário.

Os dados levantados utilizando o questionário foram tabulados e cruzados com as perspectivas abordadas na pesquisa conceitual do tema, procurando transcrever o cenário vivenciado na polícia militar do Amazonas.

Dessa forma, a pesquisa possui feição quali-quantitativa, com aplicação de 143 (cento e quarenta e três) questionários. Por fim, conjugou-se a análise de conteúdo com instrumentos da estatística descritiva para construir as conclusões sobre como é encarada a questão da escolaridade entre os integrantes participantes da pesquisa que pertencem à polícia militar do Amazonas.

Assim, objetivou-se mensurar de forma quantitativa os seguintes pontos: 1º o perfil dos participantes com base no tempo e serviço policial militar; 2º a evolução do nível de escolaridade do grupo pesquisado do momento da entrada ao momento atual; 3º visão do PM quanto ao fato do serviço policial atrapalhar a melhora do nível de escolaridade; 4º motivos que levariam o PM a não melhorar o seu nível de escolaridade; 5º mecanismos para incentivar a melhora do nível de escolaridade e, por fim, 6º se os participantes consideram que o nível de escolaridade é fator que influencia na melhora do serviço policial militar.

Inicialmente, a fim de conhecer a relação entre o nível de escolaridade e os participantes da pesquisa, correlacionando com os itens que serão discutidos, tendo-se obtido o seguinte panorama.

**Tabela 1:** Tempo de Serviço de policias militares do Amazonas

Variável	Quantidade
> 5	11
05 F 10	70
10 F 15	16
15 F 20	24
20 F 25	13
≤ 25	9
<b>Total</b>	<b>143</b>

**Fonte:** elaborada pelo próprio autor com os dados da pesquisa.

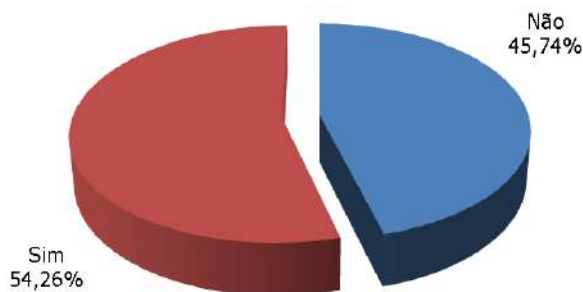
Em seguida, procurou-se estabelecer uma relação entre o nível de escolaridade no momento de admissão no serviço policial militar, com o nível atual dos participantes da pesquisa, obtendo-se o seguinte resultado.

**Tabela 2:** Nível de escolaridade na admissão versus nível atual de policias militares do Amazonas

Variável	Entrada na Corporação	Nível Atual	Observação
Ensino Fundamental Completo	1	0	↘
Ensino Médio Incompleto	4	0	↘
Ensino Médio Completo	85	22	↘
Ensino Superior Incompleto	26	38	↗
Ensino Superior Completo	23	48	↗
Pós Lato Sensu	4	31	↗
Mestrado	0	0	↔
Doutorado	0	1	↗
Não Respondeu	-	3	-
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>143</b>	<b>-</b>

**Fonte:** elaborada pelo próprio autor com os dados da pesquisa.

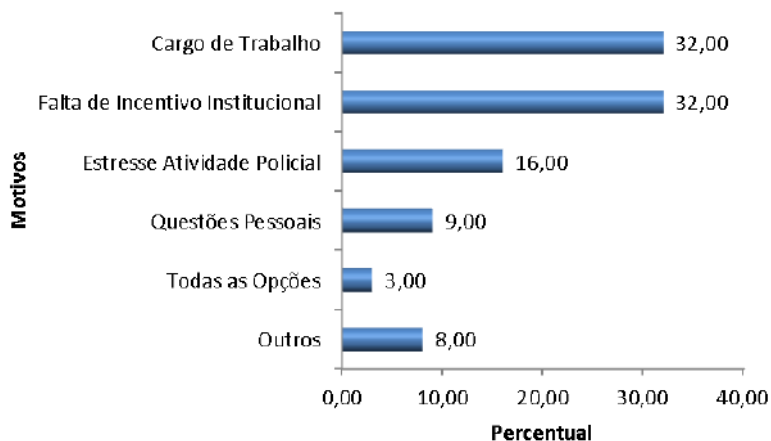
Em seguida, levantou-se a opinião dos participantes se o serviço policial, com suas inúmeras peculiaridades e demandas, atrapalha a melhora do nível de escolaridade.

**Figura 1:** Percentual da opinião de policias militares do Amazonas sobre o serviço policial atrapalha a melhora do nível de escolaridade

**Fonte:** elaborada pelo próprio autor com os dados da pesquisa.

Posteriormente, procurou-se quantificar os motivos que, possivelmente, concorreriam para que o PM encontrasse dificuldades para melhorar seu nível de escolaridade.

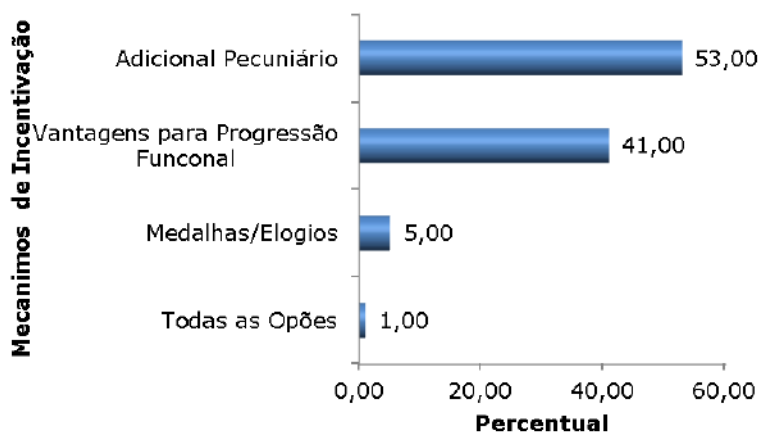
**Figura 2:** Percentual dos motivos possíveis para os policiais militares do Amazonas não melhorar seu nível de escolaridade



**Fonte:** elaborada pelo próprio autor com os dados da pesquisa.

Também se identificou quais mecanismos a serem adotados pela Corporação incentivariam e/ou valorizariam os Policiais Militares a melhorarem seu nível de escolaridade.

**Figura 3:** Percentual dos mecanismos para incentivar/valorizar a melhora do nível de escolaridade de policiais militares do Amazonas

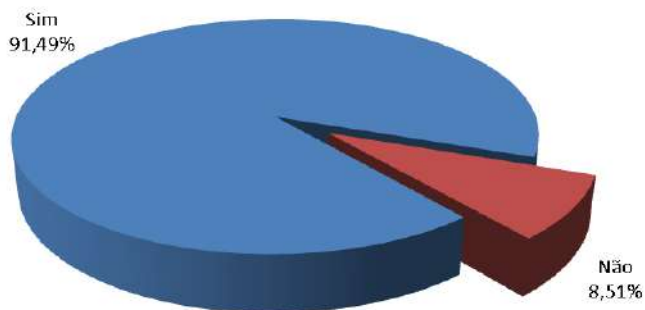


**Fonte:** elaborada pelo próprio autor com os dados da pesquisa.



Em sede de conclusão, procurou-se mensurar se os participantes julgavam que o nível de escolaridade do PM é fator de melhoria no serviço policial militar.

**Figura 4:** Percentual do nível de escolaridade como fator de melhoria no serviço policiais militares do Amazonas



**Fonte:** elaborada pelo próprio autor com os dados da pesquisa.

### Análise descritiva

Utilizar-se a técnica da análise de conteúdo associada com a análise descritiva, em que a primeira, na concepção de Laville e Dione (1999), procura demonstrar a estrutura e os elementos do conteúdo, com vistas a esclarecer suas diferentes características e significação; já a segunda, consiste, conforme postula Mattar (2001), em proporcionar informações sumarizadas dos dados contidos no total de elementos da amostra estudada.

### Resultados e Discussões

Inicialmente, destaca-se, conforme comunica a Tabela 1 – Tempo de serviço, que os policiais militares que participaram desta pesquisa possuem a sua maioria menos de 15 anos de serviço (60%), o que indica que a presença de integrantes recém-admitidos na corporação miliciana, que ainda – em tese – encontram-se com uma visão mais aberta às mudanças estruturais que a instituição necessita.

Foi esse grupo, mais ou menos homogêneo, oriundo 100% de concurso público amplo e irrestrito, que adentrou à corporação com o curso superior incompleto (em andamento), que possui caráter dominante nesta pesquisa que iremos discutir os resultados alcançados, que mostrarão um novo conceito acerca do perfil almejado para o policial militar no estado do Amazonas.

Seguindo com os dados compilados na Tabela 2 – Nível de Escolaridade na admissão versus nível atual, conclui-se que, de forma geral, houve uma melhora do nível de escolaridade no grupo pesquisado, havendo aumento positivo em todos os níveis, indicando que a atividade policial militar, dentro do grupo pesquisado e frente aos resultados encontrados, não fora fator impeditivo de melhora. Há de se destacar que, comparando individualmente as respostas dos participantes, especificamente neste item, constata-se que 95 (noventa e cinco) dos PM que participaram da pesquisa melhoraram seu nível de escolaridade após a entrada na corporação, o que representa um percentual de mais de 66% do total pesquisado.

Como é de fácil intelecção dos dados apresentados acima, o Gráfico 2 – Serviço policial atrapalha a melhora do nível de escolaridade, apresenta um grupo dividido acerca de impedimentos ou dificuldades que o serviço policial oferece à melhora do nível de escolaridade; contudo, conforme atestou a Tabela 2, a maioria dos participantes da pesquisa tiveram melhora de seu nível de escolaridade, após ingressar na corporação policial militar. Dessa forma, acredita-se ser indubitável a conclusão de que o serviço policial militar, a despeito de suas particularidades e dificuldades não é óbice à melhora de nível de escolaridade.

Porém, procurando identificar os possíveis motivos ensejadores, viu-se que os 02 (dois) principais motivos são a carga de trabalho (32%) e a falta de incentivo institucional (32%), o que chama a atenção a urgência que é a criação de mecanismos para incentivar os seus integrantes a melhorarem continuamente seu nível de escolaridade. Neste é essencial enxergar o protagonismo que a Corporação policial militar deve assumir na questão, em que a ausência do incentivo institucional é um dos fatores de resolução factível e que depende exclusivamente da vontade dos dirigentes.

Não obstante, o Gráfico 3 – Mecanismos para incentivar/valorizar a melhora do nível e escolaridade, questiona os participantes de quais alternativas e/ou dispositivos poderiam ser implantados para incentivar os policiais militares a melhorarem seu nível de escolaridade, tendo como resultado o adicional pecuniário (53%) – aqui entendido como uma gratificação por possuir nível de escolaridade superior ao mínimo exigido para o desempenho do cargo – e vantagens para progressão funcional (41%) – evolução na carreira – o que demonstra que o traria resultados imediatos a médio e longo prazo, provocando uma maior qualificação educacional dos integrantes.

Por fim, e a fim de aferir a lógica e sinceridade das respostas aqui ofertadas, a Tabela 3 – Nível de escolaridade como fator de melhoria no serviço policial militar, evidencia que os próprios integrantes enxergam o nível de escolaridade como fator que contribui para a melhoria do serviço policial militar, com 129 (cento e vinte e nove) respostas que concordam, perfazendo um total de 90% dos participantes.

## Considerações Finais

Discutir acerca do nível de escolaridade dos agentes de segurança pública, em especial dos integrantes das polícias militares, ainda é tocar em ponto sensível dessas organizações; é voltar o olhar a uma herança histórica-social, que é pedra fundamental do processo formativo dessas agências policiais – bem anteriores à herança do Exército Brasileiro, mas que remete ao Brasil Império – e que, paulatinamente, tem sido alterado de forma mais ou menos homogênea entre os estados do Brasil.

É destacável que essa mudança se relaciona à crescente pressão social de ofertar agentes policiais mais bem preparados, que saibam lidar com as diferenças sociais e com os diversos grupos, sem necessariamente usar a força, mas, principalmente, a retórica e o convencimento, deixando os instrumentos de força como último *ratio*. Importante frisar aqui que essa mudança é vista por várias organizações como supedâneo essencialmente para a valorização da carreira policial militar, seja pela conquista de mais espaço político, seja por meio do reconhecimento pecuniário, com uma melhor remuneração.

O que fora constatado nesta pesquisa reside no fato que o nível de escolaridade pode ser utilizado pelas instituições policiais e, em especial, pela Polícia Militar do Amazonas, como instrumento de motivação e excelência no serviço, contando com um profissional mais motivado, que melhor consegue se expressar e que, em tese, possui a real compreensão de sua atividade.

Como demonstrando pelas pesquisas estrangeiras trazidas à baila há uma razão de proporcionalidade, em aspectos positivos, entre os anos de estudos que possui o policial e a capacidade de gerenciamento, decisão, postura e ausência de fatos relacionados a abuso de autoridade e uso desproporcional da força. De forma mais restrita, a pesquisa junto à amostra da Corporação policial militar do Amazonas, demonstra que é preciso uma reflexão acerca da construção de instrumentos que incentivem e valorizem os integrantes

que alcançam nível de escolaridade superior ao mínimo exigido, seja por incentivo voltado à progressão funcional, como também por meio de um reconhecimento pecuniário pelo esforço e destaque individual.

Assim, essa mudança de paradigma acerca do nível de escolaridade para polícias militares é igualmente visto como fator de melhoria do serviço, evidenciado pela maioria absoluta dos participantes, ao reconhecer que o nível de escolaridade é fator de excelência ou de melhora para o serviço policial; assertiva essa a qual nos alinhamos em vista de quem profissional com nível superior, é essencial aperfeiçoamento do serviço, abandonando a postura ingênua e dissociada dos diplomas legais vigentes. Igualmente fora comprovado nesta que o serviço policial, a despeito de sua carga estressante, horas de trabalho – por vezes – extenuantes não é fator único e decisivo para a não melhora do nível de escolaridade, mas que é concorrente à ausência do incentivo institucional, seja por meio de critérios que favoreçam à ascensão funcional, seja o acréscimo pecuniário.

Finalmente, resta evidente que é preciso a quebra do paradigma do nível de escolaridade nas instituições policiais para que seja visto como fator de motivação dos indivíduos e aspecto que contribui decisivamente para um serviço de qualidade, com um profissional mais bem preparado e motivado na execução da missão precípua da corporação policial: servir e proteger.

## Referências

AMAZONAS. **Lei Nº 3.498 de 19 de abril de 2010**. Lei de Ingresso da Polícia Militar do Amazonas. Disponível em: <<http://rhnet.sead.am.gov.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BRUNS, D.; MAGNAN, K. Police Officer Perspectives on Higher Education: Is the Degree a Necessary Ingredient for the Performance and Behavior of Police Officers? **Journal of Law and Criminal Justice**, December 2014, v. 2, n. 2, p. 27-45, 2014.

CARTER, D. L.; SAPP, A. D. The Evolution of higher education in law enforcement Preliminary findings from a national study. Academy of Criminal Justice Sciences. **Journal of criminal justice education**, v. 1, n. 1, March 1990.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2001.

PATERSON, C. Adding value? A review of the international literature on the role of higher education in police training and education. **Police Practice and Research**, v. 12, n. 4, p. 286-297.

HICKMAN, M. J.; REAVES, B. A. **Bureau of justice statistics special report**. Washington, D.C.: U.S. Department of Justice, 2006.

KRIMMEL, J. The performance of college-educated police: a study of self-rated police performance measures. **American Journal of Police**, Bingley, v. 15, n. 1, p. 85-96, 1996.

TRUXILLO, D.; BENNET, S.; COLLINS, M. College education and police job performance: a ten-year performance. **Public Personnel Management**, Baton Rouge, v. 27, n. 2, p. 269-280, 1998.



# Plano institucional de valorização do corpo de Bombeiros Militar da Bahia: processo de implementação e modelo de governança

*Maribel Fernandes Ribeiro Santana  
Jamille de Almeida Freitas Campos*

## RESUMO

**Importância:** A pesquisa se concentrou na análise do processo de implementação do Plano Institucional de Valorização do Corpo de Bombeiros Militares da Bahia (CBMBA) na busca da promoção da qualidade de vida no trabalho e valorização profissional do bombeiro militar. A metodologia incluiu levantamento bibliográfico e documental, com a realização de pesquisa de campo e um censo com o efetivo da ativa do CBMBA, e por fim entrevistas semiestruturadas com atores-chave da gestão da política estadual de valorização no âmbito da Segurança Pública baiana. **Objetivo:** Dessa forma, para se atingir o objetivo geral, foi apresentado o *Programa + Valor* e o Plano Estadual de Valorização da Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSPBA) e seu alinhamento com ação prevista no Plano Plurianual (PPA) 2016/2019 e Planejamento Estratégico da Segurança Pública (PLANESP) 2016/2025 para promoção da valorização do profissional da Segurança Pública e por fim apresentando seu desdobramento na análise do Plano Institucional de Valorização do CBMBA. **Metodologia:** Nesta pesquisa foi realizada pesquisa diagnóstico comparando os anos 2013 x 2018 no CBMBA nos níveis estratégico, tático e operacional; descrevemos o processo de definição estratégica das ações e/ou projetos do Plano Institucional do CBMBA e sua implementação até 2025. Dentro dessa abordagem, foi proposto um modelo de governança e proposição de indicadores para o plano do CBMBA com o objetivo de ampliar a visibilidade das ações e projetos na política de valorização e auxiliar no processo de tomada de decisão e desenvolvimento de ações que promovam a efetiva valorização do bombeiro militar da Bahia.

**Palavras-chave:** Modelo de governança; Qualidade de Vida no Trabalho. Valorização profissional.

## Introdução

O pensamento sobre Qualidade de Vida remete a uma discussão das necessidades constantes dos indivíduos, tomando-se como parâmetro o bem-estar pessoal até os padrões da estrutura social estabelecida. No ambiente de trabalho essa ideia não é diferente.

Para Limongi (2004, p. 42), a Qualidade de Vida no Trabalho, a chamada QVT, “faz parte das mudanças, pelas quais passam as relações de trabalho na sociedade moderna, em rápida transformação”. Essa temática se insere numa nova realidade social em que as relações se tornam cada vez mais complexas, havendo o aumento da expectativa de vida, de consciência das pessoas em relação aos seus direitos, de mudança de hábitos de saúde e comportamentais, de responsabilidade social, dentre outros aspectos que interferem no ambiente de trabalho.

Nesse entendimento, a Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSPBA), por meio da Superintendência de Prevenção à Violência (SPREV), estabeleceu como estratégia do seu Planejamento Estratégico demandas de qualidade de vida e valorização do profissional de segurança pública.

A SPREV criada pela Lei Nº 12.374 de 23/12/2011 tem como missão: elaborar, apoiar e articular ações de prevenção da violência no âmbito do estado da Bahia, por meio da disseminação da Filosofia de Polícia Comunitária e Direitos Humanos como estratégia institucional dos órgãos e instituições da Secretaria de Segurança Pública (SSP), bem como garantir aos servidores da Segurança Pública os respectivos Direitos Humanos e a valorização profissional.

O *Programa + Valor* e seus Eixos: Qualidade de Vida, Desenvolvimento Pessoal, Saúde e Segurança do servidor, bem como o alinhamento estratégico e indicador estratégico de Gestão de Pessoas vinculado ao PLANESP 2016/2025 é o grande fomentador para implementação do Plano Estadual de Valorização do Servidor da Segurança Pública, entrega prevista no Plano Plurianual (PPA) 2016/2019.

Os Planos Institucionais de Valorização da Polícia Militar da Bahia (PMBA), Polícia Civil (PCBA), Departamento de Polícia Técnica (DPT) e Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) são instrumentos normalizadores e potencializadores das ações que focam no público interno e promovem melhores condições de trabalho e suporte aos profissionais da segurança pública baiana.

O Plano Estadual e seus planos institucionais são importantes instrumentos para suporte na tomada de decisões estratégicas e desenvolvimento



de novos projetos que contemplem a valorização profissional. Este é o primeiro documento normatizador e abrirá espaço para desenvolver e ampliar as ações com foco no profissional da segurança pública da Bahia.

## Problema e objetivos da pesquisa

A Secretaria da Segurança Pública da Bahia, dando um novo passo para desenvolvimento de uma política de valorização do servidor, reestruturou o Programa de Valorização do Servidor (*Programa + Valor*), sob a coordenação da Superintendência de Prevenção a Violência (SPREV), ancorada no projeto de qualidade de vida do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

O primeiro passo foi a criação, por meio do convênio SENASP Nº 774285/2012, tendo como principal objetivo promover ações para a qualidade de vida, desenvolvimento pessoal, saúde e segurança do profissional da segurança pública, a partir de um diagnóstico na capital e interior, criando uma rede de multiplicadores e operadores, e de seminários temáticos com foco na prevenção.

Com a finalização da execução do convênio, o programa ocupou o espaço proposto no PLANESP 2016/2025, sendo o *Programa + Valor* reestruturado e alçado a ação prioritária para promoção da qualidade de vida e valorização do servidor, composto por projetos, tais como: estímulo ao Prêmio de Desempenho Policial (PDP), reestruturação das ações do Núcleo de Estudos e Atenção ao uso de Drogas (NEAD), criação do Comitê +Vida e do Núcleo de Pesquisa +Valor e projetos implementados pelas instituições policiais que compõe o portfólio PLANESP.

O Plano Estadual de Valorização do Servidor da Segurança Pública, com aporte dos planos institucionais da Polícia Militar da Bahia (PMBA), Polícia Civil (PCBA), Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) e Departamento de Polícia Técnica (DPT) cumpre o compromisso da Secretaria da Segurança Pública em promover ações que tratem os problemas já instalados e identificados, bem como inova com a proposição de ações biopsicossocial integradas que alcancem os servidores e seus familiares.

Assim, ao identificar que não existia um instrumento normatizador da política de valorização do profissional de segurança pública da Bahia, constatou-se o seguinte problema de pesquisa: **De que forma a implementação de um instrumento normatizador de valorização profissional pode contribuir para melhoria do desenvolvimento da política de valorização**

**do profissional de segurança pública no âmbito do CBMBA?** Este plano servirá como fonte de consulta e base para elaboração de novos projetos para a melhoria das condições de trabalho, prevenção de acidentes, redução do adoecimento e promoção da qualidade de vida.

Como base legal, temos a publicação da Portaria Nº 478 de 06 de agosto de 2014, instituindo a Comissão de Gestão Integrada de Atenção à Saúde e Valorização dos Servidores da Segurança; a publicação da Portaria Nº 756 de 13 de dezembro de 2017, na qual cria do Comitê Interinstitucional de Valorização e Qualidade de Vida do Servidor da Segurança Pública – Comitê +Vida e ainda a publicação da Lei Nº 13.901, de 29 de janeiro de 2018, que cria o Dia Estadual da Valorização dos Profissionais da Segurança Pública da Bahia.

O objetivo geral desse estudo é analisar o processo de implementação do Plano Institucional de Valorização do CBMBA, tendo em vista a proposição de desdobramentos no processo, como um modelo de governança que contribua para a efetiva promoção da qualidade de vida e valorização do bombeiro militar. Os objetivos específicos traçados foram: analisar o processo de construção do Plano Institucional do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA); relatar o processo de definição estratégica das ações e/ou projetos do Plano Institucional do CBMBA e sua implementação; realizar diagnóstico comparado; e propor modelo de governança para o Plano Institucional de Valorização do CBMBA.

A discussão envolve Gestão Governamental, Gestão de Projetos e Processos e a ainda a Gestão de Pessoas, representando um estudo que será um marco para iniciar os monitoramentos das ações de valorização e desenvolvimento de novas ações com base em diagnóstico e proposição de indicadores.

## **Fundamentação teórica**

O conceito de Qualidade de Vida no Trabalho remete à ideia de necessidades humanas de um indivíduo em seu ambiente de trabalho, ou seja, do seu bem-estar em sua organização de trabalho. Contudo, para Limongi (2004) existe certa confusão quanto ao conceito teórico e técnico da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), pois envolve as necessidades humanas do trabalhador enquanto indivíduo, bem como sujeito inserido em um contexto social mais amplo.

Segundo Minayo et al. (2000, p. 8):

qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na

vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

A abordagem à saúde e qualidade de vida do servidor deve se revestir do compromisso de atingir a esses níveis, identificando fatores facilitadores, e intervindo sobre todos os aspectos ligados ao bem-estar em situação de trabalho. Estas medidas multidisciplinares que compreendem ações conjuntas assumidas por empregadores, empregados e pela sociedade, envolvem comportamentos individuais e condições de trabalho (LIMONGE-FRANÇA; ARELLANO, 2006 apud SALVE, 2010).

Em 2010, com o objetivo de implementar ações de atenção biopsicossocial, foi elaborado o Guia de Qualidade de Vida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Esse guia tornou-se referência na área, fonte de consulta e “banco de ideias” para elaboração de ações relacionadas à qualidade de vida, indicando projetos referenciais com a possibilidade de que os interessados buscassem informações adicionais e elaborassem medidas semelhantes em suas instituições (BRASÍLIA, 2013).

Em 2012 foi validado o “Sistema de Monitoramento de Políticas de Saúde e Valorização Profissional para Operadores de Segurança Pública”, que propõe indicadores quantitativos e qualitativos, bem como um sistema de monitoramento das políticas de saúde e valorização profissional desenvolvida pelas diversas instituições de segurança pública nos estados (BRASÍLIA, 2013).

O desenvolvimento é hoje o principal fator que compreende o sistema de proteção aos direitos de solidariedade, inserido no contexto integral de proteção aos direitos fundamentais transindividuais. Para Oliveira Júnior (2015), o direito fundamental ao desenvolvimento representa, para além da doutrina de progresso existencial, o marco unificador dos direitos fundamentais presentes e dos demais direitos humanos e comunitários convergentes para seu sistema aberto e integral de proteção.

No ano de 2010 o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, editou e publicou a Portaria Interministerial SEDH/MJ N<sup>o</sup> 2, de 15 de dezembro de 2010, a

qual estabeleceu as “Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública”. Esse ato normativo tem que ser considerado como um marco importante na promoção dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública.

Como passo inicial para o reconhecimento e efetivação de direitos humanos dos profissionais de segurança pública, a Portaria Interministerial Nº 2, de 15 de dezembro de 2010, traz dispositivos nas seguintes áreas temáticas: Direitos constitucionais e participação cidadã; Direito à diversidade; Saúde; Reabilitação e reintegração; Dignidade e segurança no trabalho; Seguros e auxílios; Assistência jurídica; Habitação; Cultura e lazer; Educação; Produção de conhecimentos; Estruturas e educação em direitos humanos; Valorização profissional.

Assim, observa-se que as estruturas de governo estão cada vez mais alinhadas com a legislação de Direitos Humanos, por ser uma temática que se insere numa nova realidade social, em que as relações se tornam cada vez mais complexas, havendo o aumento da expectativa de vida, de consciência das pessoas em relação aos seus direitos, de mudança de hábitos de saúde e comportamentais, de responsabilidade social, dentre outros aspectos que interferem no ambiente de trabalho, sendo a segurança pública uma área a ser dada atenção quanto a questões voltadas à valorização e qualidade de vida do servidor.

## **Metodologia**

A pesquisa desenvolvida no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia adota uma metodologia qualitativa, pelo método teórico, com base em pesquisa documental e em estudo do cenário. Este discutirá como tema central o processo de implementação do Plano Institucional de Valorização do Servidor do CBMBA e seus desdobramentos, com a proposição de modelo de governança; para tanto, os procedimentos metodológicos empregados ocorrerão em etapa, sendo a primeira uma pesquisa documental com o objetivo de analisar como se situa o plano institucional de valorização no âmbito do PPA 2016/2019 e no PLANESP 2017/2025.

Na segunda etapa descreve-se o processo de desenvolvimento do plano do CBMBA e a sua consolidação no documento estadual no âmbito da SPREV e na terceira etapa, efetuou-se pesquisa diagnóstica com realização de censo com efetivo ativo do CBMBA, utilizando instrumento validado pela SSPBA no ano de 2013 e aplicado em todo estado, e assim procede-se a uma análise comparativa dos índices e entrevistas com atores-chave na

condução da política de valorização para analisar a implementação do Plano Institucional de Valorização do Servidor do CBMBA.

Utilizando autores tradicionais, artigos, dissertações e trabalhos publicados em periódicos especializados realizou-se uma revisão bibliográfica para fundamentar a necessidade do estudo do Plano Institucional de Valorização do Servidor do CBMBA na área da segurança pública, e assim analisar a implementação e proposta de modelo de governança.

Nesse sentido, o método qualitativo de investigação permite conhecer o objeto de análise em detalhe; percebem-se os significados das ações no processo de implementação, por intermédio da percepção dos principais atores envolvidos na implementação de uma política pública. A pesquisa qualitativa, para Flick (2009, p.37), “dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”.

Por fim, foi apresentada uma proposta de Portaria para implantação do modelo de governança no Corpo de Bombeiros Militar da Bahia com a descrição de indicadores, visando a implementação do Plano Institucional, e seus desdobramentos no Plano Estadual de Valorização da SSPBA.

A pesquisa censitária com o efetivo de 2.277 servidores da ativa (maio/2018), informado pelo Departamento de Pessoal do CBMBA, abrangeu as unidades e departamentos da capital e interior e realizaram-se entrevistas com atores-chave na condução da política de valorização na Bahia.

A aplicação do questionário ocorreu no período de 21/05 a 18/06/18. Foram respondidos um total de 844 (oitocentos e quarenta e quatro) questionários. Deste total foram obtidos 796 (setecentos e noventa e seis) questionários válidos e 48 (quarenta e oito) invalidados por inúmeras divergências no preenchimento, alcançando aproximadamente 37% do efetivo da ativa do CBMBA.

## **Análises e resultados da pesquisa**

Neste processo de pesquisa, buscou-se descrever a trajetória do *Programa +Valor*, que é a atual política de valorização do servidor da segurança pública e a sua principal entrega, que é o Plano Estadual de Valorização do Servidor, motivando, assim, as instituições a desenvolverem os seus planos institucionais. Buscou-se traçar um panorama comparativo neste capítulo, em que foi realizada uma análise do diagnóstico realizado no âmbito do CBMBA nos níveis estratégico, tático e operacional.

No ano de 2013, a amostra da pesquisa foi definida pela própria Secretaria da Segurança Pública (SSPBA), conforme Termo de Referência do

Edital 018/2013. O número de bombeiros pesquisados presencialmente foi de 180 bombeiros militares e pesquisados on-line 150 bombeiros militares, alcançando, assim, 330 bombeiros militares pesquisados.

Na pesquisa atual, o número alcançado foi de 796 bombeiros militares pesquisados, sendo 470 na capital e região metropolitana e 326 no interior do Estado, sendo todos os questionários preenchidos presencialmente. Vale ressaltar que o número de pesquisados alcançado foi maior que o dobro em relação à pesquisa anterior. Os resultados da pesquisa no Corpo de Bombeiros Militar apontaram em 2013 o segundo pior índice geral de satisfação, abaixo da média obtida na SSPBA.

Merecem destaque os seguintes pontos: o percentual de respondentes que praticam em maior parte a religião evangélica no CBMBA era de 37% em 2013 e agora é de 36%, seguida pela religião católica com 32%, o que não apresentou grande variação neste fator, que é muito relevante para o indivíduo e sua relação com a fé. Registrou-se em 2018, que 57% dos servidores se declaram pardos e outros 28% negros, com maior representação na amostra.

No Corpo de Bombeiros Militar observou-se em 2013 que 63% dos servidores alegaram realizar atividades físicas e em 2018 esse índice aumentou para 69%, fator que é positivo para desenvolvimento de ações focadas na prática de atividade física e autocuidado. Considerando rendimentos familiares que chegam até R\$ 3.000,00, os bombeiros militares inseridos nessa faixa eram 55% dos respondentes no ano de 2013, enquanto que em 2018 reduziram-se a 49% enquadrados nesta faixa de rendimentos.

Em 2013, 82,2% dos servidores dos bombeiros militares declararam possuir plano de saúde, e embora o percentual seja consideravelmente alto, é crucial o servidor estar consciente da importância de manutenção da sua saúde para atividade de bombeiros e na sua saúde e da sua família. Este percentual passou para 84% na pesquisa de 2018, sendo o efetivo do interior do Estado a parcela que informa em sua maioria não possuir plano de saúde.

Os Bombeiros Militares entre 16 e 20 anos eram a maioria em 2013, com 28%; agora em 2018, 31% apresentam 21 anos ou mais de serviço. Tal índice reforça a tendência de envelhecimento da tropa do CBMBA. Um dos pontos de destaque da pesquisa de 2018 é que 72% dos servidores informam não estar estudando no momento, sendo esta uma excelente oportunidade para realização de cursos, palestras e treinamentos que possam promover o desenvolvimento pessoal do bombeiro militar nas diversas áreas de atuação.

Outro achado da atual pesquisa foi que 89% dos bombeiros militares informam acessar a internet de casa, no trabalho e em aparelhos móveis,

sendo esta uma sinalização direta de uma tropa altamente conectada, que utiliza a internet e mídias sociais para informação e comunicação. Assim, pode-se aproveitar esta sinalização para desenvolver projetos de melhoria da comunicação interna e com a comunidade.

Por outro lado, em 2013 para 87,4% dos respondentes dos bombeiros militares a instituição é bem vista na comunidade. Já em 2018, este índice oscilou para 82%, sendo que 88% dos bombeiros militares acreditam que seu trabalho é importante para a comunidade, 69% se identificam com a atividade que realiza e 70% estão comprometidos com o desempenho do seu trabalho.

Há que se avultar que no questionário aplicado nesta pesquisa aos bombeiros e bombeiras militares foram inseridos questionamentos acerca do conhecimento e da satisfação dos profissionais com a política de Direitos Humanos na corporação, temática esta que não foi contemplada no questionário aplicado no ano de 2013. Nesse sentido, foi possível identificar que 53,2%, ou seja, pouco mais da metade dos profissionais do CBMBA declararam não conhecer a legislação sobre Direitos Humanos voltada para o servidor.

Chama atenção também que 51,8% dos bombeiros e bombeiras militares não se reconhecem como sujeitos da efetivação da política de Direitos Humanos dos profissionais de segurança pública, assim como apenas 37,2% reconhecem ações voltadas para implementação dessas mesmas políticas.

Os resultados da pesquisa no Corpo de Bombeiros Militar da Bahia apontaram em 2013 o segundo pior índice geral de satisfação, abaixo da média obtida na SSPBA. Já no ano de 2018, apenas dois anos após a emancipação, o índice de satisfação geral foi de 53% satisfeito e 16% bastante satisfeito, alcançando, aproximadamente 69% de índice geral de satisfação com a atividade de bombeiro.

## Considerações finais

O Projeto Qualidade de Vida da SENASP fomentou no estado da Bahia o desenvolvimento do *Programa + Valor*, que, alinhado ao Planejamento Estratégico da Secretaria da Segurança Pública, busca promover a valorização dos profissionais, modernizando a forma de desenvolvimento de ações, ampliando a capacitação profissional e reduzindo a vulnerabilidade dos servidores.

No Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, o engajamento ao Plano Estadual de Valorização do Servidor da Segurança Pública foi uma oportunidade para desenhar um plano institucional que alcance os bombeiros militares e seus familiares, requalificando-os e levando à ampliação da

confiança na Instituição pelo reconhecimento do trabalho, e junto à sociedade a melhoria da imagem institucional com a entrega de um melhor serviço, bem como a afirmação e reconhecimento de que são titulares dos direitos humanos.

O panorama da valorização no CBMBA, que possibilitou evidenciar como as ações de valorização dos bombeiros militares vem sendo realizadas ainda sem a efetivação do Plano Institucional de Valorização. Consta-se que passados 03 (três) anos da efetiva emancipação do CBMBA, foi criada uma estrutura voltada ao acompanhamento das atividades de valorização, o que se demonstra um zelo e cuidado da Corporação com seus profissionais.

A partir da análise do processo de construção do Plano foi possível relatar o processo de definição estratégica das ações e/ou projetos do Plano Institucional e sua implementação, por ser uma ferramenta para transformação do cenário vivenciado. Foi realizada pesquisa diagnóstica, comparada do efetivo do CBMBA, que evidenciou dados importantes sobre o perfil do bombeiro e, principalmente, sobre a satisfação e condições de trabalho.

Da análise geral da pesquisa observou-se que caminhos podem ser seguidos na temática da promoção da valorização e qualidade de vida. Como pontos principais têm-se ações em diversas áreas do servidor, tais como: vida social; ginástica laboral e ergonomia; plano de carreira; estudo de cargos e salários; preparação para aposentadoria; segurança e saúde no trabalho; relações interpessoais e comunicação; jornada de trabalho adequada e relevância social da atividade.

Constata-se que este tema passou a ser tratado como prioritário nas diversas esferas de gestão da segurança pública no ano de 2017 e teve seu desdobramento no CBMBA. Já no ano de 2018, com o desenvolvimento da política pública de valorização do profissional, houve uma influência em questões que envolvem a satisfação do profissional, mecanismo que tem como resultado transferir à sociedade uma melhoria na qualidade do serviço ofertado, bem como da imagem institucional que passa a ficar mais fortalecida nesse processo.

Pensar na Qualidade de Vida do Trabalho é pensar no servidor, no bombeiro militar enquanto indivíduo em sua completude, e enquanto servidor inserido nas relações sociais. Desta forma, diante da importância de estudos relacionados à valorização e qualidade de vida do profissional de segurança pública, observa-se que contribuições como estas não devem se limitar ao campo acadêmico, teórico, e, sim, ser implementado na prática.

O CBMBA avança na promoção da qualidade de vida e valorização com instrumento formal normatizado, pois possibilita acompanhar a efetividade na execução das ações definidas e assegura o cumprimento do que foi previsto



no plano. Permitirá o monitoramento e definição de indicadores focados nos profissionais bombeiros militares, permitindo a ampliação dos investimentos focados no contexto da valorização a partir de um modelo de governança.

Deste modo, a construção de um novo cenário e aprimoramento profissional é longo, sendo estes apenas os primeiros passos, inclusive com base no respeito aos Direitos Humanos do profissional bombeiro militar. Portanto, a construção de ações nos eixos, qualidade de vida, desenvolvimento pessoal, saúde e segurança de forma articulada e contínua, levará ao aprimoramento do Plano Institucional de Valorização Institucional e sua governança.

## Referências

BAHIA. **Lei Nº 12.357, de 26 de setembro de 2011**. Institui o Sistema de Defesa Social, o Programa Pacto pela Vida, e dá outras providências. Salvador: Diário Oficial da Bahia, 2011.

BAHIA. **Pacto pela Vida**: Plano Estadual de Segurança Pública. 2015.

BAHIA. **Pesquisa Diagnóstico da Secretaria da Segurança Pública da Bahia**: Análise dos Resultados – Qualidade de Vida, Desenvolvimento Pessoal, Saúde e Segurança do Servidor. Salvador: PRAXIAN, p. 58, 2013.

BAHIA. **Portaria Nº 023 – CG/16**. Regulamenta a Organização Estrutural e Funcional do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia. Salvador: Legislação, Jurisprudência e Normas Gerais do CBMBA, 2016.

BAHIA. **Relatório Anual de Avaliação Parcial da Execução do PPA 2016-2019**.

BAHIA, Secretaria da Segurança Pública. **Plano Estratégico do Sistema Estadual de Segurança Pública – PLANESP 2016 a 2025**. Salvador: EGBA, 2017.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais Nº 1/1992 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão Nº 1 a 6/1994. – Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 591, de 6 de Julho de 1992**, Disponível em: <ww.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BRASIL. **Portaria Interministerial SEDH/MJ Nº 2**, de 15 de Dezembro de 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Sistema de monitoramento de políticas de valorização profissional para operadores de segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

CAVALCANTI, P. A. **Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação**. Salvador: EDUNEB, 2012.

CHAGAS, A.; SALIM, C. A.; SERVO, L. M. S. (Orgs.). **Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores**. IPEA. Brasília, 2011.

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. UNIC/Rio/005 - Agosto 2009.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão. **Cartilha de ações para valorização do servidor**, 2016. Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.seplag.df.gov.br/component/content/article/500.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2004.

MELLO, F. **Gestão com pessoas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MINAYO M. C. S; SOUZA. E. R. (Orgs.). **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas**. 29.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA JÚNIOR, V. F. de. **Direito fundamental transindividual ao desenvolvimento: proteção integral, solidária e pluralista**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

RUA, M<sup>a</sup> das G. **Análise de Políticas Públicas: Conceito básicos**. In: RUA, M<sup>a</sup> das G.; VALADÃO, M<sup>a</sup> I. **O estudo da política: temas selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SARAIVA, H. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, H.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Coletânea Políticas Públicas**, Brasília, DF: ENAP, v. 1, p. 21-42, 2006.

# Política de ensino de segurança pública: avanços e desafios do Ensino a Distância no Amazonas

*Jatniel Rodrigues Januário*

## RESUMO

**Importância:** na segurança pública, a modalidade de Ensino a Distância (EaD) tem sido apresentada como proposta para superar os desafios do aumento da demanda de formação e capacitação profissional, em termos de quantidade e de competências. **Objetivo:** analisar a evolução das ações formativas em segurança pública, realizadas pelos Governos Federal e Estadual na modalidade EaD para os efetivos dos órgãos do Sistema de Segurança Pública do Amazonas. **Metodologia:** utilizaram-se diferentes estratégias metodológicas: análise documental do EaD realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e pelo Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública do Amazonas, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (IESP/SSP), e análise descritiva de dados obtidos nas bases e em relatórios desses órgãos. **Resultados:** o aumento da oferta de cursos na modalidade EaD, foi acompanhado por distintas práticas institucionais dos órgãos de segurança pública, seja por meio do pagamento de recursos financeiros ou requisito de ascensão ou progressão funcional, as quais reverberaram na participação dos seus integrantes, com aumento acentuado em momentos de determinados incentivos. **Conclusão:** a modalidade EaD permitiu a ampliação da oferta e da participação dos profissionais de segurança pública nos cursos dessa área. Contudo, há desafios referentes às limitações geográficas, tecnológicas e aos processos de EaD, bem como à necessidade de se compreender a conciliação entre os interesses dos servidores, nas dimensões pessoal e profissional, e dos órgãos de segurança pública.

**Palavras-chave:** Ensino a Distância; Formação profissional; Política de Ensino; Segurança pública.

## Introdução

O Ensino a Distância (EaD) é utilizado cada vez mais na perspectiva de ampliação do acesso ao conhecimento e da inovação, apresentando-se como um caminho de promoção de oportunidades de aprendizagem, bem como de resposta ao aumento da demanda em termos de quantidade e de competências. Para Litwin (2001) e Maia e Mattar (2007), essa modalidade é efetivada pelo intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, em que professores e alunos estão separados fisicamente, no espaço e no tempo.

Na segurança pública tem-se observado importantes iniciativas de oferta de EaD, haja vista ter sido apresentada como proposta para superar os desafios da formação e do aprimoramento profissional, entre as quais a maior demanda de profissionais qualificados, em termos de quantidade e de competências. As ações locais das instituições de segurança pública são acompanhadas ou acompanham as políticas públicas que buscam fomentar a difusão do conhecimento e capacitação profissional por meio das tecnologias de informação e comunicação, a exemplo da Rede EaD da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

As instituições buscam ofertar ao seu efetivo<sup>1</sup> ação formativa alinhada com o perfil institucional, seja como capacitação profissional para desempenho da atividade funcional ou como requisito para formação ou progressão na carreira (promoção ou progressão funcional<sup>2</sup>). Nesse movimento, os profissionais de segurança pública têm na modalidade EaD um caminho mais acessível aos cursos de interesse, pela sua maior oferta, menores custos e concorrência. Também, pela flexibilidade na realização das suas atividades.

Desse modo, é necessário compreender o papel que a modalidade desempenha nas instituições de segurança pública, para o desenvolvimento dos currículos e mediação das interações na formação e autoformação dos profissionais, de modo inter e transdisciplinar, coletivo e integrador, como também a sua influência, no que se refere ao exercício da cidadania, ao desenvolvimento cultural e de novos saberes: pessoal, social, espiritual, profissional, político, ambiental e ético.

---

<sup>1</sup> Termo aqui empregado no sentido daquele geralmente utilizado para designar o corpo de integrantes das instituições de segurança pública.

<sup>2</sup> “Mudança do servidor da referência em que se encontra para a imediatamente superior”, de acordo com o Decreto Nº 84.669, de 29 de abril de 1980.

Como parte preliminar desse processo no ensino dos órgãos de segurança pública do Amazonas, coloca-se como questão desta pesquisa: Como tem evoluído o ensino de segurança pública na modalidade EaD nos órgãos de segurança pública do estado do Amazonas, em termos de participação e principais desafios institucionais? No estado, identificou-se o ensino profissional de segurança pública na modalidade EaD, oferecido por meio da Rede EaD da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério Extraordinário de Segurança Pública (SENASP/MESP), e por meio do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública do Amazonas, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (IESP/SSP).

Nessa perspectiva, este artigo tem por objetivo analisar a evolução das ações formativas em segurança pública, realizadas pelos Governos Federal e Estadual na modalidade EaD para os efetivos dos órgãos do Sistema de Segurança Pública do Amazonas. Realizou-se a análise descritiva dos dados sobre a evolução da oferta dessa modalidade de ensino e discutiram-se os avanços e desafios desses resultados. Destacou-se que a política de ensino na modalidade EaD e a oferta de cursos nessa modalidade ampliaram a participação dos profissionais de segurança pública nos cursos de segurança pública e a participação dos órgãos do Sistema de Segurança Pública do Amazonas variou em diferentes períodos, cujas respostas institucional e dos seus agentes sugerem haver isomorfismo.

## **Revisão bibliográfica**

O Ensino a Distância (EaD), efetivado pelo intenso uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) é cada vez mais utilizado na perspectiva de inovação, apresentando-se como um caminho de promoção de oportunidades de aprendizagem. Nessa modalidade, professores e alunos estão separados fisicamente, no espaço e no tempo, mediados por tecnologias. O Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, define Educação a Distância como:

a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Em que pese a relação entre a *cultura da virtualidade real* e o desenvolvimento da sociedade em rede (CASTELLS, 2003) existem diferentes visões a respeito da relevância do EaD, favoráveis e desfavoráveis, evidenciando-se importantes desafios que se precisa enfrentar na construção de políticas e ações de ensino com essa modalidade, sua implementação e avaliação. Autores com ressalvas ao EaD consideram nefasta a influência da política neoliberal no aumento da oferta de cursos, sejam presenciais ou a distância, defendendo a tese de que se são necessárias reformas profundas no aparelho do Estado, uma vez que “as políticas sociais conduzem à escravidão e a liberdade do mercado à prosperidade” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 95).

Ressalta-se a importância do EaD como uma das formas para as atividades colaborativas de ensino, orientadas pelos princípios da “inteligência coletiva”, proposta por Pierre Lévy (1999), embora Kerckhove (1999) analise que essa inteligência é conectada e não “coletiva”. Para Kenski (2008, p.17), na comunidade virtual, o conhecimento “é visto como um construto social e, por isso, o processo educativo é favorecido pela participação social em ambientes que propiciem a interação, a colaboração e a avaliação”, e constituídos pelos seguintes elementos básicos: interdependência do grupo, interação, pensamento divergente e avaliação.

Litwin (2001) observa que o desenvolvimento desta modalidade de ensino foi utilizado para implementar os mais diversos projetos educacionais, para as mais complexas situações, a exemplo dos cursos profissionalizantes, capacitação profissional, divulgação científica, campanhas de alfabetização e avançou nos estudos formais em todos os níveis e campos do sistema educacional. Maia e Mattar (2007) analisam que, atualmente, a Educação a Distância é praticada nos mais variados setores, desde a Educação Básica ao Ensino Superior, tais como em universidades abertas, universidades virtuais, treinamento governamentais, cursos abertos e livres.

As posições favoráveis e contrárias contribuem para a compreensão de como a formulação de políticas e ações de ensino na modalidade EaD, sua implementação e avaliação não podem estar dissociada da reflexão sobre o desenvolvimento e utilização das TICs e suas relações com o homem, como forma de poder. No dizer de Kenski (2008b), isso ocorre tanto na guerra como no contexto de exploração numa sociedade desigual. “Esse é também o duplo desafio da educação: adaptar-se aos avanços das tecnologias e orientar o caminho de todos para o domínio e apropriação crítica desses novos meios” (p.18).

Nesse contexto, o ensino de segurança pública também é marcado pela expansão do EaD. Entre o conjunto de políticas implantadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) está a Rede EaD, estabelecida desde 2005, com o intuito de fomentar a valorização dos profissionais de segurança pública e a melhoria da sua qualificação profissional de modo, cujos avanços são reconhecidos (Caruso et al., 2016). Cabe citar, também, as experiências exitosas realizadas pelas instituições de ensino dos sistemas estaduais de segurança pública, tais como o Curso de Altos Estudos para Praças Bombeiro Militar – CAEP/BM (SOUZA; VASQUES; SILVA, 2017), a formação, qualificação e capacitação continuada de policiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (COSTA, 2017) e a Capacitação de Sargentos da Polícia Militar do Estado do Pará (SANTOS; Silva, 2018). Além dessas iniciativas de instituições de segurança pública do país, há que se mencionar a expansão de cursos na área de segurança pública ofertados na modalidade EaD por instituições de ensino privadas.

No curso das iniciativas de ensino de segurança pública na modalidade EaD é relevante a análise da evolução da participação do efetivo nas ações formativas de segurança pública na modalidade EaD, no Amazonas, considerando-se os desafios impostos pela complexidade geográfica e social (RIBEIRO, 2001; OLIVEIRA, 2007) da região amazônica, que tornam peculiares as demandas e possibilidades tecnológicas.

Interessa, também, ao estudo a teoria institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1983; EISENHARDT, 1988; SCOTT, 1987; ESMAN, 1972), dado o caráter “democrático” da oferta e demanda do EaD em estudo, que varia segundo a dinâmica das iniciativas estudadas. Essa abordagem teórica incorpora, em nível macro, processos e estruturas das organizações que operam dentro de um mesmo campo, conceituada como o isomorfismo institucional.

## **Materiais e métodos**

Para alcançar os objetivos desta pesquisa foram combinadas diferentes estratégias metodológicas. Por meio da pesquisa documental analisou-se a legislação que ampara o EaD realizado pela Senasp/MESP e pelo IESP/SSP, procurando-se identificar o histórico e o funcionamento das estruturas de ensino das instituições pesquisadas. Na pesquisa quantitativa foram coletados dados junto às bases de dados e em relatórios de ambas as instituições.

Contabilizou-se a quantidade de matrículas realizadas - não de indivíduos matriculados, e de aprovações. Esclarece-se que na Rede EaD Senasp um indivíduo pode se matricular em mais de um curso a cada ciclo, dos três ciclos realizados anualmente pela Rede. Nos cursos da carreira profissional realizados pelo IESP/SSP, no caso especificados no presente estudo, um indivíduo pode, eventualmente, realizar mais de um curso durante o ano.

Realizou-se a análise descritiva dos dados quantitativos, de modo a identificar a evolução das ações formativas EaD, em termos de quantidade de matriculados e de participação de cada órgão no conjunto de órgãos atendidos. Os resultados foram interpretados e discutidos à luz da literatura teórica e empírica utilizada como referência para o estudo.

## Resultados e Discussão

Na Rede Nacional de Educação a Distância para Segurança Pública (Rede EAD SENASP), é evidente o caráter “democrático” que predomina na própria estrutura da iniciativa em análise, com a oferta de cursos de capacitação. A Rede oferece gratuitamente aproximadamente 70 (setenta) cursos de capacitação, com duração de 60 (sessenta) ou 40 (quarenta) horas<sup>3</sup>, realizados no ambiente virtual de aprendizagem. A Rede, que conta com Telecentros dos estados e municípios, realiza 3 ciclos anuais, disponibilizando, geralmente, 200 mil vagas por ciclo, para o público-alvo das 27 Unidades da Federação: Policiais Cíveis e Militares, Bombeiros Militares, Guardas Municipais (GM), Policiais Rodoviários Federais e Agentes Penitenciários Federais e Estaduais (SENASP, 2012).

No Amazonas, o Telecentro da Secretaria de Segurança Pública é administrado pelo Campus de Ensino V, do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública (IESP/SSP-AM). Ao longo das atividades da Rede no Amazonas foram realizadas 61.555 matrículas e obtidas 41.649 aprovações.

Em 2006, após o início das atividades da Rede no Amazonas houve um período de crescimento na quantidade de matrículas, cujo ápice ocorreu em 2010, quando houve mais de 10.000 matrículas realizadas (Figura 1). Crescimento este que pode estar associado ao incentivo “Bolsa Formação”,

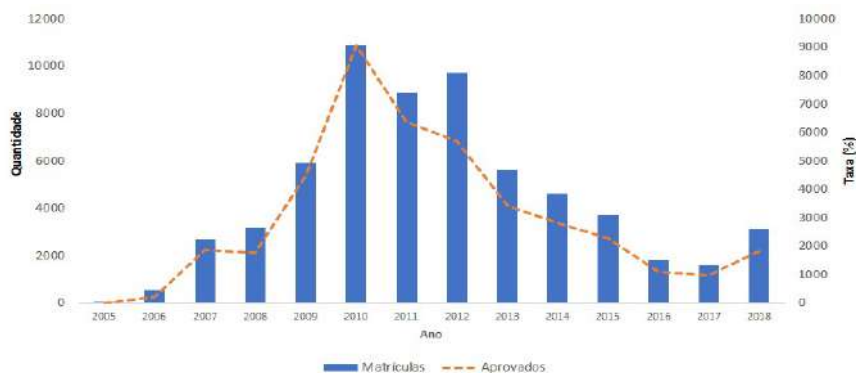
---

<sup>3</sup> <http://portal.ead.senasp.gov.br>.



do Governo Federal. Com o encerramento desse incentivo, observou-se, a partir de 2013, gradual declínio da quantidade de matriculados. Em 2018, verificou-se o suave aumento na quantidade de participações, com mais de 3.000 matrículas realizadas no primeiro semestre, nos 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> ciclos (Figura 1).

**Figura 1:** Evolução da quantidade de matrículas e aprovações pelo Telecentro Amazonas da Rede EaD Senasp, segundo os anos – 2005 a 2018



**Fonte dos dados básicos:** Rede EaD SENASP.

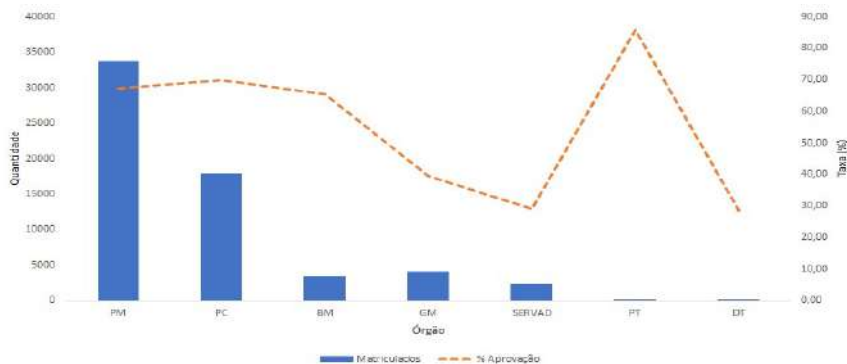
**Nota:** 1) os dados se referem a quantidade de matrículas, não a quantidade de indivíduos; 2) em 2005 houve a participação de um servidor no curso da Rede EaD, não concludente; 3) os dados de 2018 se referem a 2 (dois) ciclos, dos três realizados anualmente. O 3<sup>o</sup>. Ciclo está em andamento.

A “Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares e Civis, Agentes Penitenciários, Bombeiros e Peritos Criminais de Baixa Renda Pertencentes aos Estados Membros”, refere-se à Ação 15 do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado no final de 2007, pago a profissionais da segurança pública com remuneração bruta de até R\$ 1,7 mil que não tenham condenação penal ou administrativa grave nos cinco anos anteriores. A bolsa mensal era de R\$ 443,00, oferecida por doze meses para agentes que tenham concluído pelo menos um curso da Rede EaD SENASP, no período de um ano (valor não cumulativo). Com o seu encerramento, o Projeto Bolsa-Formação efetuou o pagamento de 425 benefícios, ainda em novembro de 2013, totalizando o valor de R\$ 188.275,00 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014), ao passo que em 2012 foram pagos benefícios a cerca

de 69 mil profissionais de segurança pública, totalizando R\$ 140.401.747,78 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013).

Tratando-se da participação dos órgãos atendidos pela Rede EaD, observa-se a maior quantidade de matrículas da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e a menor da Perícia Técnica (PT) (Figura 2). Essa quantidade de matrículas e o percentual de aprovações obtidos, segundo os órgãos, é influenciado pelo tamanho do efetivo dos órgãos. Todavia, no período de 2006 a 2018, o total de matrículas em proporção ao efetivo é maior na PCAM do que na PMAM, uma vez que esta instituição possui, em média, um efetivo quatro vezes superior ao da Polícia Civil.

**Figura 2:** Distribuição das matrículas (quantidade) e aprovações (%) do Telecentro Amazonas da Rede EaD Senasp, segundo os órgãos – 2005 a 2018



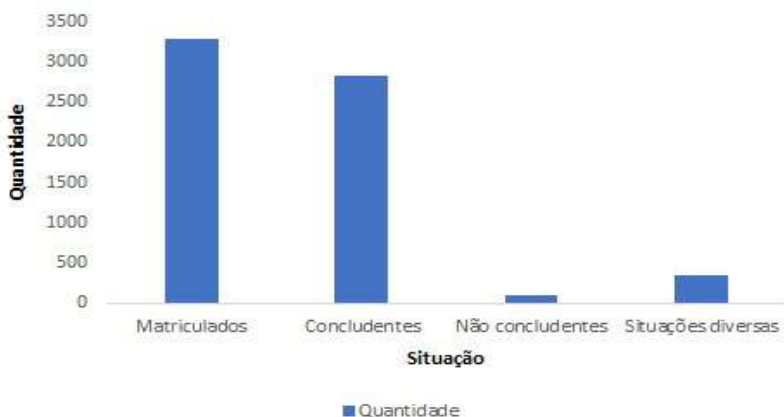
**Fonte dos dados básicos:** Rede EaD SENASP.

Em 2014 assinalou-se a importante mudança no perfil de participação dos órgãos nos cursos da Rede EaD SENASP, de modo que a partir daquele ano a Polícia Civil do Amazonas (PCAM) passou a ter a maior proporção de matriculados do conjunto dos órgãos atendidos. A partir do mesmo ano, a PCAM passou a apresentar maior quantidade de matrículas do que a PMAM. Isto se relaciona com a demanda que declinou na PMAM e se manteve na PCAM. Nesta, diferentemente das demais, há previsão de incentivo para a participação em cursos, com pontuação para a promoção funcional e “gratificação de curso”, prevista na Lei Nº 2271/1994.

A outra experiência em análise se refere aos cursos realizados pelo IESP<sup>4</sup>, parcial (semipresencial) ou integralmente na modalidade EaD, e executados na plataforma Moodle<sup>5</sup> para a PMAM e o Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBMAM): Curso de Habilitação de Oficiais de Administração (CHOA), Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) e de Sargentos Especialistas (CASEsp), Curso de Formação de Sargentos (CFS) e de Sargentos Especialistas (CFSEsp), Curso de Formação de Cabos (CFC) e de Cabos Especialistas (CFCEsp) (JANUÁRIO; SOUZA, 2018).

Esses cursos têm o condão de assegurar aos militares estaduais (ME) a oportunidade de cumprirem requisitos para a progressão na carreira. Embora possam compor o conjunto de direitos possíveis do ME, são de acesso restrito àquele que faz *jus* à ação formativa, mediante critérios de seleção do órgão de origem, tais como necessidade do curso para a progressão na carreira e a época de sua realização, graduação, tempo de serviço e antiguidade do candidato e outros.

**Figura 3:** Distribuição dos resultados obtidos nas ações formativas do IESP-AM, segundo a situação dos discentes – 2017



**Fonte dos dados básicos:** Rede EaD SENASP.

<sup>4</sup> Termo aqui empregado no sentido daquele geralmente utilizado para designar o corpo de integrantes das instituições de segurança pública.

<sup>5</sup> Termo aqui empregado no sentido daquele geralmente utilizado para designar o corpo de integrantes das instituições de segurança pública.

Em 2016, o IESP iniciou o EaD com a matrícula de 81 alunos no CAS/CBMAM. Em 2017, o Instituto realizou os cursos CAS, CFS e CFC, parcialmente nessa modalidade, contabilizando-se 3.282 matrículas e obtendo-se 2.835 aprovações (86,4%) (Figura 3). Um elemento motivador da oferta dos cursos na modalidade EaD e semipresencial foi a demanda crescentes dos órgãos (PMAM e CBMAM). Em 2015 e 2016, os cursos CAS, CFS e CFC tiveram 176 e 393 alunos, respectivamente. Houve reduzido percentual de não concludentes por reprovação (3%) e os não concludentes por “situações diversas” respondem por parcela (10,6%) significativa dos matriculados. Nesta categoria estão incorporadas as desistências voluntárias ou por “queda” de liminar que assegurou o ingresso do discente no curso.

Dos resultados, pode-se afirmar que a modalidade EaD permitiu o aumento na oferta de cursos de capacitação, no caso da Rede EaD Senasp, e de cursos de formação e aperfeiçoamento para a progressão na carreira dos Policiais e Bombeiros Militares. Isto, em termos de quantidade de participantes dos cursos, traduziu-se na democratização do acesso ao conhecimento e de promoção de oportunidades de aprendizagem. Indicam, desse modo, a importante contribuição do EaD na política de ensino de segurança pública.

O contexto amazônico em que se concretiza esse progresso se coloca como um dos maiores desafios para as instituições atendidas pelo EaD. A complexidade geográfica (RIBEIRO, 2001) e social (OLIVEIRA, 2007) exige, de um lado, o aumento da capacidade profissional e, de outro lado, impõe limitações e barreiras ao acesso às tecnologias, em especial o difícil acesso à Internet em boa parte dos municípios do interior do Amazonas.

Os resultados sugerem, também, haver isoformismo em ambas as experiências estudadas, no que diz respeito à resposta institucional e dos agentes à oferta das ações formativas, considerando-se as necessidades e os incentivos. Esse isomorfismo é interpretado como uma forma dos agentes garantirem a sobrevivência nas organizações por meio da legitimação das suas práticas (DIMAGGIO; POWELL, 1983). No nível micro, os atores compartilham normas, construídas por meio de diferentes variáveis que interagem entre si, constituindo-se na base da legitimação das ações (ESMAN, 1972).

Em Eisenhardt (1988), a busca por essa legitimidade leva as coisas serem feitas de um certo modo, por terem se tornado o único modo aceitável de fazê-las. Scott (1987), por sua vez, considera que essa abordagem se

baseia no reconhecimento de que não existe uma, mas diversas variantes que combinam o “velho” institucionalismo, com ênfase no conflito de interesses, competitividade e influência social, e o “novo” institucionalismo, com seu foco na legitimidade e agrupamento de áreas organizacionais, resultando no comumente chamado “neoinstitucionalismo”. Persiste, portanto, para além desses avanços, a necessidade de se compreender melhor as dinâmicas das instituições e de seus agentes, mecanismos e suas relações nesses espaços.

## Considerações finais

O reconhecimento da importância da participação do EaD na política de ensino de segurança pública brasileira possui reflexos no campo institucional. Nesse sentido, a oferta de ensino a distância pela SENASP/MESP e pelo IESP/SSP permite a ampliação do acesso dos servidores, respectivamente, às ações formativas de capacitação e de ascensão/progressão funcional. Mobilizam, também, recursos financeiros, tecnológicos, didático-pedagógico e docente. Esses componentes estratégicos possuem requisitos que necessitam alinhamento com a política de ensino da segurança pública do estado e das instituições atendidas.

Tratando-se da dinâmica de demanda e oferta do ensino nos órgãos de segurança pública do Amazonas, constatou-se ser de ampla oferta o ensino na modalidade EaD no caso da Rede EaD da SENASP. O EaD pelo Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública do Amazonas (IESP/SSP) é restrita aos participantes dos cursos de progressão na carreira. Neste caso, constatou-se que as instituições exercem atuação predominante na oferta das ações formativas, de acordo com a respectiva norma *intracorporis*. No entanto, possui, em parte, cunho de resposta a demanda extraorganizacional (Judicial).

A oferta de cursos nessa modalidade ampliou a participação dos profissionais de segurança pública nos cursos dessa área, acompanhada de incentivos, e a participação dos órgãos do Sistema de Segurança Pública do Amazonas variou entre estes e em diferentes períodos. Assinalam-se, nesse sentido, as distintas práticas institucionais de incentivo à participação por meio do recebimento de recursos financeiros mediante pagamento de bolsas ou da pontuação para a ascensão ou progressão funcional.

Deve-se considerar, em todo caso, que os discentes se caracterizam como elevada coletividade crítica e isto pode favorecer a *praxis* e reflexão

permanentes sobre as ações desenvolvidas, no contexto socioambiental e temporal, fazendo com que as ações se modifiquem constantemente para atender às novas exigências da dinâmica social. É relevante, nesse sentido, identificar os pontos de interesse dos servidores ao constante desenvolvimento, tanto na sua dimensão pessoal quanto na sua dimensão profissional, de modo que a auto formação esteja integrada aos objetivos institucionais.

Sugere-se, também, o diálogo efetivo entre aqueles que compõem o Sistema de Segurança Pública do Amazonas, discutindo formas e estratégias para aperfeiçoar as práticas de EaD, redesenhando diretrizes e processos de trabalho, de modo a fortalecer o ensino de segurança pública numa perspectiva mais ampla. Nesse sentido, a discussão institucional e acadêmica acerca da utilização da modalidade EaD no desenvolvimento pessoal e profissional, associadas à atuação dos órgãos de segurança pública na sociedade. Considerando-se, ainda, os limites desta pesquisa, sugere-se a realização de outros estudos e o aprofundamento da discussão sobre o tema.

## Referências

ALVES, L. **Educação a distância**: conceitos e história no Brasil e no mundo. RBAAD, v. 10, 84-92. Disponível em: <[www.abed.org.br/revistacientifica/](http://www.abed.org.br/revistacientifica/)>. Acesso em: 19 out. 2017.

AMAZONAS (Estado). **Lei Nº 2271, de 10 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre o regime jurídico peculiar dos funcionários da Polícia Civil do Estado do Amazonas - Estatuto do Policial Civil e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 2017.

CARUSO, H. et al. Educação a Distância em Segurança Pública no Brasil: um estudo sobre os efeitos rede EaD-Senasp na trajetória dos seus discentes. In: PARESCHI, Ana Carolina Cambreses; ENGEL, Cíntia Liara; BAPTISTA, Gustavo Camil . **Investigação criminal e avaliação de políticas de segurança pública**. – Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública. p. 215-256, 2006. (Coleção Pensando a Segurança Pública; v. 7.)

COSTA, C. E. O. da. A EaD como ferramenta para formação, qualificação e capacitação continuada na polícia militar do Estado do Rio De Janeiro. **Anais do Congresso ABED 2017**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2017>>. Acesso em: 21 set. 2018.

DIMAGGIO, P. J. POWELL, W. W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

EISENHARDT, K. Agency and institutional theory explanations: the case of retail sales compensation. **Academy of Management Journal, Champaign**, v. 31, n. 3, p. 488-511, 1988.

ESMAN, M. J. The elements of institution building. In: EATON, J. W. (Ed.). **Institution building and development: from concepts to application**. London: Sage. p. 21-339, 1972.

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

JANUÁRIO, J. R. SOUZA, L. R. L. **Anotações sobre a modernização e instituição do Ensino Superior de Segurança Pública no Amazonas em perspectiva comparada**. Manaus: Secretaria de Estado da Segurança Pública do Amazonas, 2018, 182 p.

KENSKI, V. M. Novos processos de interação e comunicação no ensino mediado pelas tecnologias. São Paulo: **Pedagogia Cadernos Universitários – USP**, 2008a.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, p. 144, 2008b.

KERCKHOVE, D. **Connected Intelligence: the arrival of the web society**. Toronto: Somerville House Books, 1999.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LITWIN, E. **Educação a Distância: Temas para o Debate de Uma Nova Agenda Educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MAIA, C. MATTAR, J. **ABC da EaD**: a Educação a Distância hoje. 1. ed., São Paulo: Pearson, 2007.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório de gestão do exercício de 2013. Brasília: MJ, 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatório de gestão do exercício de 2012. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

OLIVEIRA, M. M. M. fronteiriças: uma reflexão necessária no Amazonas. **Anais do 5º Encontro Nacional sobre Migração (ABEP)**, outubro, 2007. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 17 ago 2015.

RIBEIRO, M. A. A rede urbana amazônica: da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. São Paulo: Gaspar/EDUSP, p. 369-389, 2001.

SANTOS, J. F. SILVA, L. C. S. Educação a Distância como estratégia de capacitação de profissionais de segurança pública: o exemplo de aperfeiçoamento de sargentos da Polícia Militar do Pará, 2018. **Anais do 20º Congresso Internacional de Educação e Tecnologias**, p. 1-12. Disponível em: < www.abed.org.br/>. Acesso em: 21 set. 2018.

SCOTT, R. The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 32, n. 4, p. 493-511, 1987.

SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública). **Portaria Nº 63, de 10 de outubro de 2012**. Disciplina o processo seletivo, o exercício de encargos referentes às atividades educacionais e estabelece valores para gratificação dessas atividades, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp. D.O.U. n. 199, 144, p, de 15 out. 2012x.

SOUZA, Edmilson Silva; VASQUES, Letícia Veiga; SILVA, Sheldon William. A Gestão da Educação a Distância no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. **EaD em foco**, v. 7, n. 2, p. 53–63, 2017.



# Projeto de Intervenção: a nova avaliação final do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública da Polícia Militar da Bahia

*Luciano Nascimento Silva*

*Ivone Freire Costa*

*Dequex Araújo Silva Junior*

*Maribel Fernandes Ribeiro Santana*

*Marchezan Nacarato Rocha*

## RESUMO

**Importância:** Habitualmente elaborado na forma de monografia, em 2016, o trabalho de conclusão de curso da pós-graduação da Academia de Polícia Militar da Bahia foi modificado pela Portaria Nº 126/2015. Vigente há pouco mais de dois anos, entendeu-se pertinente uma análise acerca do seu enquadramento enquanto avaliação acadêmica de conclusão de curso superior em nível de especialização.

**Objetivo:** O trabalho analisou a avaliação final de curso utilizada na Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública da Polícia Militar da Bahia, no modelo projeto de intervenção. **Metodologia:** Na pesquisa quanti-qualitativa utilizou-se o questionário semi-estruturado, aplicado na forma eletrônica via *survey*, por meio de um CENSO, com amostra não probabilística, junto aos discentes de 2016 e 2017, bem como junto à coordenação do referido curso. A base teórica apoiou-se na literatura sobre avaliação no ensino superior com os autores Borba (2007), Castanheira (2008) et al, bem como na normatização da PMBA. **Resultados:** Da análise dos questionários aplicados, identificou-se fundamentos para qualificação do projeto de intervenção como compatível com um trabalho final de curso de especialização *latu sensu*, carecendo de pequenos ajustes na estrutura de suporte às pesquisas.

**Conclusão:** O projeto de intervenção é uma ferramenta da administração, utilizada por especialistas, para sugerir modificações em uma realidade, visando, via de regra, a resolução de um problema. Utilizar tais saberes traduz-se em valorização do capital intelectual, um dos maiores patrimônios das organizações no mundo contemporâneo. Neste viés, o CEGESP enquanto uma especialização profissional da PMBA atende a um princípio fundamental norteador do processo de ensino-aprendizagem da corporação, qual seja a valorização do profissional militar estadual.

**Palavras-chave:** Ensino a Distância; Formação profissional; Política de Ensino; Segurança pública.

## Introdução

A Polícia Militar da Bahia (PMBA) é uma instituição do Poder Executivo Estadual, responsável por parte da segurança pública no território baiano, a saber, a prevenção da ordem pública por meio do policiamento ostensivo. Para cumprir o seu mister, além da gestão administrativa, a PMBA tem como competência também a gestão educacional de seus integrantes, numa perspectiva profissionalizante, desde a formação policial básica até as formações complementares, incluindo a extensão e especialização. Nesta perspectiva, consoante disciplina normativa constitucional que assegura aos militares um sistema de ensino próprio e autônomo, a PMBA dispõe de uma estrutura educacional própria, atualmente composta de um Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP), uma Academia de Polícia Militar (APM), um Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e cinco Batalhões de Ensino, Instrução e Capacitação (BEIC).

O IEP é o órgão de direção setorial na área de ensino da PMBA, responsável por toda a política educacional da PMBA. A APM é a escola superior da PMBA, responsável pela formação e especialização dos oficiais da PMBA. A previsão legal e finalidade da APM constam da lei de organização básica da PMBA.

Art. 38 - A Academia de Polícia Militar, **Instituição de Ensino Superior de Segurança Pública**, tem por finalidade promover a formação, capacitação, aperfeiçoamento, **especialização** e educação continuada de Oficiais da Polícia Militar e de outras instituições da área de Defesa Social e de Segurança Pública (Lei Estadual Nº 13.201/2014 – Lei de Organização Básica da PMBA)

Ao promover a formação, capacitação, aperfeiçoamento, especialização e educação continuada, o processo de avaliação assume papel crucial, uma vez que tem como finalidade primordial, o alcance dos objetivos educacionais, a partir do desenvolvimento de atividades potencialmente capazes de avaliar o processo de ensino-aprendizagem, atendendo, sobretudo, às dimensões formativa e processual, bem como da verificação da aquisição das competências necessárias ao exercício da função e ao longo da carreira.

O Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (CEGESP) realizado na APM integra o Programa de Pós-Graduação em

Segurança Pública e Defesa Social da PMBA e visa promover Altos Estudos para capacitar o militar estadual ao exercício da atividade de comando e gestão de unidades policiais e de bombeiros militares por meio da reflexão dos problemas da segurança e defesa social, com ênfase na cidadania, direitos humanos, proteção à vida e à propriedade. O CEGESP consiste em uma especialização *latu sensu*, atualmente cancelada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sendo válido, portanto, para todos os efeitos legais decorrentes.

O CEGESP estimula o pensamento reflexivo, articulado e crítico e fomenta a pesquisa científica, tecnológica e humanística, e visa especializar em caráter profissional os oficiais superiores do sistema de defesa social do Estado da Bahia, titulares de cargos com atribuições funcionais de nível gerencial e estratégico. Ademais, o CEGESP atente um pré-requisito para progressão hierárquica na carreira, a promoção ao último posto hierárquico da PMBA, o posto de Coronel PM.

Buscando sugestões para a resolução de problemas institucionais, o Comandante Geral da PMBA instituiu por meio da Portaria Nº 126/2015 o **Projeto de Intervenção** como modelo de trabalho de conclusão de curso dos cursos de especialização da APM, consoante disposto no artigo 9º da referida norma, *in verbis*:

Art. 9 - O objeto de estudo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (**Projeto de Intervenção**) deverá estar vinculado diretamente ao programa de Metas da Corporação, ... (grifo nosso)

Sob o viés da educação organizacional, vistos os princípios fundamentais da educação profissional da PMBA, tal iniciativa pode ser traduzida como uma ação de valorização do público interno, uma vez que permite aos oficiais superiores contribuir para a solução de problemas afetos à administração da PMBA.

Este trabalho analisa se o projeto de intervenção produzido como TCC do CEGESP atende aos critérios de validade de um trabalho acadêmico de conclusão de curso de especialização *latu sensu*, e na mesma linha, identifica aspectos da avaliação final do CEGESP da PMBA, além do grau de aproveitamento pela PMBA dos projetos de intervenção elaborados pelo CEGESP nos anos de 2016 e 2017. Neste contexto, questiona-se a validade do aludido TCC enquanto avaliação final de curso de especialização *latu*

*sensu*, uma vez que a maioria dos cursos das instituições de ensino superior utiliza outros modelos de documentos.

## Revisão bibliográfica

O processo de avaliação consiste numa ação subjetiva, pela qual se atribui um determinado valor a alguma coisa. A expressão avaliar advém do latim *a-valere*, no sentido de dar valor a alguma coisa. Segundo Borba et al. (2007, p. 53), o ato de “avaliar é um processo contínuo e sistemático que visa o progresso do aluno no domínio dos conhecimentos e no desenvolvimento de habilidades e atitudes exigidas pela formação científica e o exercício profissional”.

Segundo Sobrinho (2006) apud Castanheira (2008, p. 119), a concepção de avaliação está ligada ao ato de escolher, de optar, sendo utilizada no mundo contemporâneo como “instrumento para selecionar, aprovar ou capacitar trabalhadores, contribuindo para uma melhor gestão”.

A Avaliação não é um processo autolimitado, que basta em si mesmo. [...] Ela ilumina e instrumentaliza as reformas educacionais, desde a mudança nos currículos, maneiras de organização dos cursos e formas gerenciais, até novas estruturas do sistema (SOBRINHO, 2006 apud CASTANHEIRA, 2008, p. 119).

No que concerne à Educação Superior, Sordi (2000, p. 239) pontua que [...] a avaliação como aliada da aprendizagem, parece importante subsídio para qualificar e solidificar as bases do ensino superior e os processos relacionais que neles interferem. Desta forma, o processo avaliativo deve estar o mais próximo da realidade do acadêmico, em que o docente pode elaborar ou reelaborar as propostas e atrelá-las a objetivos específicos, com o intuito de obter desenvolvimento do aluno ao longo do processo de ensino aprendizagem.

No tocante à hierarquização do conhecimento, a educação superior divide-se em dois níveis fundamentais, a saber, a graduação e a pós-graduação, sendo esta última subdividida em especialização *lato sensu* e especialização *stricto sensu*.

Lei Federal Nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

...

II – de **graduação**, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de **pós-graduação**, compreendendo programas de **mestrado e doutorado, cursos de especialização**, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

Respeitada a autonomia didático-científica e administrativa, as formas de avaliação desses níveis de cursos guardam suas peculiaridades, consoante definição de cada instituição de ensino superior, conforme assegura o Art. 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Art. 47. (...)

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições...

Ainda concernente às avaliações do ensino superior, tem-se por critério distintivo do nível dos cursos de pós-graduação, por exemplo, as especializações *latu sensu*, concluídas sob a apresentação do trabalho de conclusão de curso (TCC), geralmente na forma de artigos acadêmicos ou monografias. Já os mestrados e doutorados (*strictu sensu*) são concluídos mediante a apresentação de TCC denominados dissertação e tese, respectivamente. A avaliação final dos cursos reveste-se, portanto, de importância, posto estar no cerne distintivo da hierarquização dos cursos superiores.

Suhr (2008) propõe uma diversificação das formas de avaliação no ensino superior, estimulando a iniciação científica, com produção de textos, pesquisas e a elaboração de trabalhos com base nos conteúdos propostos pelas pesquisas. Neste contexto, insere-se o projeto de intervenção como uma modalidade de avaliação, a qual consiste em uma ação planejada com vistas às tomadas de decisão, de modo que se possam alcançar os objetivos pretendidos. “Uma ação organizada que deve responder a uma ou mais necessidades implícitas na causa sobre a qual incidirá a intervenção, ou seja, trata-se de uma proposta objetiva e focalizada, para resolver problemas da

realidade” (PAZ et al., 2013, p. 4). Trata-se de uma organização de ideias, sistematização de objetivos e meios para uma modificação no futuro, de determinado cenário. Pode-se dizer que é o plano de uma ação, por meio da qual se pretende transformar uma realidade

O projeto de intervenção nada mais é do que uma ferramenta da administração, notadamente vinculada à gestão de projetos, por meio da qual, a partir da análise de um determinado cenário e de um determinado contexto, são sugeridas modificações daquela realidade visando, via de regra, a resolução de um problema. É o que se depreende da lição de Schneider e Flach (2017), abaixo transcrita.

Um projeto de intervenção é uma proposta de ação construída a partir da identificação de problemas, necessidades e fatores determinantes. Cabe lembrar que o termo projeto refere-se a um plano para realização de uma ação coordenada no futuro; ou seja, algo que se lança à frente, sustentado em objetivos a serem alcançados. Já a palavra intervenção implica uma ação objetiva, um fazer concreto numa dada realidade (Schneider; Flach 2017, p. 1)

A realização de um projeto de intervenção pressupõe um conhecimento da realidade sobre a qual se pretende intervir, de modo que sejam consideradas senão todas, o máximo de variáveis acerca da realidade e da motivação da intervenção. Importante salientar que o conhecimento ou domínio da realidade por parte do idealizador da intervenção precisam estar atualizados e contextualizados no tempo e no espaço, de modo a permitir a verdadeira percepção do problema que se vislumbra e sobre o qual se pretende agir.

O problema a ser solucionado por meio da intervenção vai corresponder ao tema central do projeto de intervenção. Geralmente, o problema consiste em alguma questão, dificuldade ou desafio em determinado contexto social ou organizacional, e caracteriza-se por acentuada relevância e tangibilidade, para as quais exigir-se-á habilidade do interventor ou da equipe de interventores desde o diagnóstico ou análise da situação.

O tema é o assunto ou a problemática sobre o qual se pretende intervir. Todo tema geralmente expressa uma questão/dificuldade/desafio que se deseja enfrentar ou

resolver e que deve, portanto, contemplar uma solução em sua formulação. [...] O tema da intervenção deve resultar da análise da situação e/ou diagnóstico da realidade territorial, realizada como primeira tarefa da elaboração do projeto de intervenção (SCHNEIDER; FLACH, 2017, p. 7).

Uma vez identificado o problema e tecnicamente transformado em tema, convém definir a justificativa com a devida relevância e os objetivos do projeto de intervenção. Importante também sustentar teoricamente a intervenção, alinhando conceitos teóricos à metodologia pretendida ao alcance dos resultados. Por fim, devem constar ainda do projeto de intervenção a metodologia definida para o trabalho, o cronograma, os eventuais custos e fontes de financiamento ou patrocinadores, a avaliação dos processos submetidos à intervenção e os resultados obtidos.

## Material e Métodos

Para Flick (2009, p. 37), a **pesquisa qualitativa “dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”**. Neste sentido, a abordagem qualitativa corrobora com a ideia da construção de um conhecimento pautado na nossa realidade local, o que contribui com o aporte do conhecimento científico para a transformação positiva da realidade, que, no contexto desta pesquisa, é a avaliação praticada no CEGESP. À medida que conhecemos mais profundamente nosso entorno e as relações que o compõem podemos propor intervenções realmente transformadoras.

Inserida no contexto policial militar, a pesquisa e procedimentos metodológicos aplicados neste trabalho foi essencialmente quantitativa; entretanto, nas análises foi utilizado o método qualitativo. Os procedimentos metodológicos foram divididos em duas etapas: na primeira foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de averiguar a legislação vigente sobre a avaliação do ensino superior e dos cursos de especialização da PMBA; a segunda consistiu na aplicação de questionários numa amostra não probabilística para compreender o processo de avaliação do CEGESP com a implementação do projeto de intervenção como novo modelo de TCC.

Inicialmente foi realizada uma análise do cenário com aplicação do questionário semiestruturado, por meio de um CENSO, com amostra não

probabilística para a população de discentes do CEGESP 2016 e 2017, objetivando discutir como tema central a inovação da avaliação ocorrida no CEGESP 2016 e 2017. Posteriormente, identificam-se os fatores da nova avaliação final (TCC) do CEGESP e os ganhos institucionais com o novo modelo. Neste sentido, o método quanti-qualitativo de investigação buscou conhecer o objeto de análise em detalhe; percebem-se os significados das ações no processo de avaliação sob a ótica dos discentes e dos implementadores do novo modelo avaliativo.

A investigação quanti-qualitativa sobre a avaliação materializa-se com a aplicação de 66 questionários semiestruturados com os discentes do CEGESP 2016 e 2017, além de dois questionários semiestruturados aplicados aos coordenadores das turmas do CEGESP, com de taxa de resposta de 36% (trinta e seis por cento), em cujo resultado foi aplicada aproximação para duas casas decimais.

## Resultados e discussões

Da análise dos dados coletados por meio dos questionários aplicados, identificam-se: CEGESP 2016 composta por 29 (vinte e nove) discentes; CEGESP 2017 constituída de 37 (trinta e sete) discentes. Somando-se as duas turmas, o universo disponível para aplicação do questionário foi de 66 pós-graduandos.

No tocante à amostra dos indivíduos respondentes, foram obtidas 24 (vinte e quatro) respostas válidas, o que corresponde a 36% (trinta e seis por cento) de taxa de resposta, sendo representativa para o estudo consoante a distribuição amostral de “T Student”, que admite avaliação de populações com até 30 (trinta) elementos. Ainda sob as respostas colhidas, identificou-se a participação por 50% (cinquenta por cento) dos discentes de cada turma.

Dos respondentes, aproximadamente 92% (noventa e dois por cento) realizou o TCC do Curso de Especialização de Segurança Pública (CESP), anterior a 2016, no formato monografia, ao passo que 8% (oito por cento) o executou no formato de projeto de intervenção. No tocante ao CEGESP, 100% (cem por cento) dos respondentes elaboraram o TCC no formato de projeto de intervenção.

Sobre semelhança ou divergência da metodologia de elaboração do projeto de intervenção do CEGESP com a metodologia de elaboração de uma monografia do CESP, 50% (cinquenta por cento) classificou a metodologia como divergente, empatando com a opinião de 50% (cinquenta por cento) que a classificou como semelhante. Este fato demonstra que quanto à forma, os discentes não conseguem identificar mudanças quanto à normatização proposta pela PMBA como divergente da elaboração de uma monografia.



Aproximadamente 96% (noventa e seis por cento) indicaram como obrigatória a observância às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) por ocasião da elaboração do projeto de intervenção do CEGESP 2016/2017. Registra-se, assim, que seguir as regras da ABNT é um ponto de destaque na elaboração dos projetos de intervenção no CEGESP. Interpreta-se que a percepção dos discentes sobre a obrigatoriedade de observação e utilização na construção dos projetos de intervenção empresta-lhes rigor e formato metodológicos universais, equiparados, portanto, aos rigores exigidos nas demais instituições de ensino superior externas à PMBA em seus trabalhos finais de curso.

Sobre o formato da apresentação oral do projeto de intervenção do CEGESP, 96% (noventa e seis por cento) dos respondentes indicaram como semelhante ao de uma banca de avaliação acadêmica. Os discentes identificaram claramente que o modelo de apresentação do TCC se assemelha aos vivenciados nos meios acadêmicos, apesar de ser uma formação técnica profissional no contexto da PMBA. Aqui se evidencia mais uma convergência semelhante às avaliações de final de curso de especializações *latu sensu*, a saber a sustentação oral.

No modelo de TCC anteriormente adotado, monografia, de maior abordagem teórica, pouco fora aproveitado pela PMBA, apenas 8% (oito por cento), restando ao final como volumes de pequena contribuição efetiva para a corporação. Ainda no contexto de aproveitamento institucional, no CEGESP 2016/2017, 21% (vinte e um por cento) foi aproveitado pela PMBA, 50% (cinquenta por cento) responderam pelo não aproveitamento do projeto de intervenção e outros 29% (vinte e nove por cento) não souberam informar.

A percepção de mais de 90% (noventa por cento) dos discentes considerou o projeto de intervenção como mais adequado para a finalidade da especialização profissional dos oficiais gestores da PMBA. Aproximadamente 92% (noventa e dois por cento) realizaram o projeto de intervenção de forma mais motivada, enquanto 8% (oito por cento) consideraram a elaboração da monografia como de realização mais motivadora.

O CEGESP desenvolve-se ao longo de 380 (trezentas e oitenta) horas-aula, das quais, 10 (dez) horas se destinam à orientação acadêmica para a elaboração do trabalho de conclusão de curso, sendo o componente curricular Metodologia da Pesquisa Aplicada ofertado com a carga horária de 30 (trinta) horas.

Acerca da titulação dos docentes que lecionaram no CEGESP 2016/2017, observa-se que em 2016, os mestres e doutores somados representavam 57% (cinquenta e sete por cento) dos docentes do CEGESP, percentual que se mantém em 2017, contudo, verifica-se um crescimento de 25% (vinte e cinco por cento) na participação de doutores na docência do CEGESP 2017, frente aos quadros de 2016. Tal circunstância permite inferir um incremento na qualidade do curso em análise, decorrente da formalidade acadêmica e do evidenciado reforço de *know-how* acadêmico superior no corpo docente, tal qual se verifica nos demais cursos de nível equivalente.

Na avaliação formal do TCC, atualmente no formato de projeto de intervenção, são constituídas bancas examinadoras que avaliam os trabalhos escritos e a defesa oral, cuja nota corresponde a 60% (sessenta por cento) da avaliação. O contexto de atribuição das notas utilizado pela APM permite um julgamento colegiado, evitando eventual excesso de subjetividade individual do avaliador, posto que a banca avalia o projeto de intervenção escrito e a sua sustentação oral, emitindo notas individuais, que após somadas serão divididas e atribuídas na forma de média. Seguindo-se a avaliação, um componente da Coordenação, com titulação de doutor, faz a avaliação metodológica correspondente aos 40% (quarenta por cento) restantes da avaliação total do TCC.

A modelagem estabelecida para o projeto de intervenção do CEGESP baseia-se em um modelo cuja estrutura contempla: introdução; delimitação do problema em estudo; objetivos; justificativa; contextualização do projeto; local a ser desenvolvido o projeto; fases e resultados alcançados; considerações finais e referências. Os componentes pré e pós-textuais são os mesmos de uma monografia, não havendo delimitação de número de páginas.

### **Considerações finais**

O ensino superior é regido consoante autonomia constitucional às universidades e demais instituições do ensino superior (IES), notadamente nos âmbitos didático-científico, administrativa, dentre outros. Os critérios de avaliação encontram-se amparados na autonomia administrativa das IES.

O projeto de intervenção é uma ferramenta da administração, vinculada à área da gestão de projetos, utilizada para, a partir de uma determinada análise de cenário ou de um determinado contexto, sugerir ou apresentar modificações daquela realidade visando, via de regra, a resolução de um problema.

Consoante relatado no novo TCC do CEGESP há a produção de uma versão escrita, apresentada em sessão formal de defesa ou sustentação oral, as quais recebem aferição individualizada dos membros da banca nos dois parâmetros citados, e a avaliação de um oficial doutor, membro da coordenação da pós-graduação da APM, que verifica os pressupostos metodológicos atinentes a um trabalho de conclusão de curso. Os trabalhos aprovados são disponibilizados na biblioteca da APM, servindo de consulta no âmbito da PMBA.

Verificou-se a participação de mestres e doutores no corpo docente do CEGESP, inclusive com crescimento de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade de doutores na docência de 2017 em relação a 2016. A oportunidade de contribuir para uma mudança de determinado cenário organizacional evidencia a motivação do corpo discente para a elaboração do TCC no formato de projeto de intervenção, o que se entende como uma amostra da valorização do capital intelectual da instituição PMBA.

Os projetos de intervenção selecionados pelo Comando Geral da PM são enviados para as unidades com pertinência temática para implantação. Utilizar tais saberes traduz-se em valorização do capital intelectual, um dos maiores patrimônios das organizações no mundo contemporâneo. Neste viés, o CEGESP enquanto uma especialização profissional da PMBA atende a um princípio fundamental norteador do processo de ensino-aprendizagem da corporação, qual seja a valorização do profissional militar estadual.

Assim, conclui-se a avaliação final de curso do CEGESP 2016 e 2017, no formato de projeto de intervenção, é adequada e equivalente às avaliações finais de cursos de especialização do sistema civil de ensino.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BAHIA. Lei Nº 13.201 de 09 de dezembro de 2014. Reorganiza a Polícia Militar da Bahia, dispõe sobre o seu efetivo e dá outras providências. **Diário Oficial [do Estado da Bahia]**, Salvador, Bahia, n. 21592, 1, p. 4, 10 dez. 2014.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. Portaria Nº 126/2015. **Separata ao Boletim Geral Ostensivo**, n. 233, Salvador, 2015.

BORBA, A. M.; FERRI, C.; HOSTINS, R. C. L. **Avaliação da aprendizagem no ensino superior:** questões que emergem da prática docente. Contrapontos, v. 7, n. 1, p. 43-54. Itajaí, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, p. 496, 2016.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, Seção 1, p. 27834-27841, 23 dez. 1996.

CASTANHEIRA, A. M. P.; CERONI, M. R. Formação docente e a nova visão da avaliação educacional. **Estudos em avaliação educacional**, v. 19, n. 39. 2008.

CERQUEIRA, A. L. S.; ROSARIO, D.; MORAES, D. **Manual de Metodologia Científica:** desmitificando o método. Salvador: Artset, 2013.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 80.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed., São Paulo: Atlas, p. 37, 1999.

SCHNEIDER, D. R.; FLACH, P. M. V.; **Como construir um projeto de intervenção?** Portal de formação à distância. Sujeitos, contextos e drogas. Secretaria Nacional Anti Drogas, 2017.

SORDI, M. R. L. Avaliação da aprendizagem universitária em tempos de mudança: a inovação ao alcance do educador comprometido. In: VEIGA, I. P. A.; CASTANHO, M. E. L.M. et al. **Pedagogia Universitária:** a aula em foco. Campinas: Papirus, p. 231–248, 2000.

SUHR, I. R. F. **Processo Avaliativo no Ensino Superior:** Curitiba: Ibpex, 2008.

# Uso técnico-profissional do parapsiquismo na ação policial

*Anibal Picanço Bentes*

## RESUMO

**Importância:** O Parapsiquismo vem sendo usado historicamente e mundialmente para resolução de crimes e espionagem política e militar de maneira eventual, não sistematizada, e sem fundamentação técnico-profissional, com base apenas na disponibilidade voluntária de alguns parapsíquicos e com ranço místico ou religioso. **Objetivo:** Este trabalho visa apresentar, com base nos estudos da Projeciologia, ciência proposta em 1986 pelo médico parapsíquico Waldo Vieira, modelo lógico-racional para qualificação profissional dos agentes policiais por meio de técnicas para o desenvolvimento das habilidades parapsíquicas pessoais, de modo a servirem de instrumento assistencial na ação policial de prevenção ao crime (ronda policial) e para investigação (localização de corpos, armas, pessoas desaparecidas, dentre outras aplicações). **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica para sistematização das técnicas projeciológicas úteis à rotina parapsíquica policial e levantamento de registros de casos concretos onde o parapsiquismo foi utilizado por agentes de segurança pública (FBI, CIA, Scotland Yard e no Brasil). Também foram realizadas entrevistas com servidores do Sistema de Segurança Pública da Bahia, relatando suas experiências parapsíquicas em ação policial. **Resultados:** A sistematização do conhecimento projeciológico permite a concepção e oferta, às instituições de formação dos agentes policiais, de curso técnico-profissional para desenvolvimento do parapsiquismo voltado para rotina laboral da oferta dos serviços de segurança pública. **Conclusão:** Há fortes evidências da assertividade e aplicabilidade técnico-profissional dos recursos parapsíquicos na ação policial. A aplicação técnica das habilidades parapsíquicas apresenta-se como instrumento útil para minimizar a ocorrência e auxiliar na solução de crimes, bem como para autodefesa pessoal.

**Palavras-chave:** Parapsiquismo; Projeciologia; Segurança pública.

## Introdução

O uso do parapsiquismo pela humanidade remonta a antiguidade, tendo servido para controle social, político e nas guerras, porém de maneira mística ou religiosa. Segundo Jean-Claude Monet, no livro “Polícias e Sociedade na Europa” (2006, p. 32) é na Grécia antiga “que aparecem, pela primeira vez na Europa, e talvez na história da humanidade, agentes especializados, encarregados de fazer respeitar as leis da cidade utilizando a coação física e a ameaça de ações penais.” O uso do parapsiquismo na ação policial já aparece nesta ocasião, segundo ainda Monet, os oráculos, especialmente o de Delfos, serviam também como centros de espionagem social.

No século XXI já é possível estudar e desenvolver o parapsiquismo com base científica, servindo de instrumento cognitivo nas mais diversas áreas do conhecido e aplicabilidade na vida cotidiana das cidades e dos indivíduos em prol de uma cultura de paz. A proposta para aplicação técnico-profissional do parapsiquismo na ação policial baseia-se no conhecimento organizado e sistematizado pela Conscienciologia, ciência fundamental para o estudo da consciência (princípio inteligente, também conhecido como self, ego, espírito). A Conscienciologia é composta por 594 subespecialidades (data base 07/09/2018), dentre elas a Projeciologia e a Paradireitologia<sup>1</sup>.

Existem, em atividade pelo mundo, os chamados detetives parapsíquicos (*psychic detectives*), como, por exemplo, a parapsíquica norte-americana Noreen Renier<sup>2</sup>, convidada em 1981 pelo agente Robert K. Ressler, autor do livro “*Whoever Fights Monsters*” a ministrar palestra no FBI sobre suas técnicas investigativas.

*“In 1981, when Psychic Investigator Noreen Renier first lectured at the FBI Academy in Quantico, Virginia, her work with police detectives was considered controversial. Now, she is a well-known psychic detective who has worked on over 600 unsolved cases with city, county, and state Law Enforcement Agencies in 38 states and 6 foreign countries. She has a unique understanding of both the police and the paranorma” (RENIER, 2008, on line).*

<sup>1</sup> No Tratado 700 Experimentos da Conscienciologia (1994), Waldo Vieira adota o prefixo “para” como indicativo de atividade ou conhecimento de origem e natureza extrafísica, multidimensional.

<sup>2</sup> Veja experiências da detetive parapsíquica no vídeo “Noreen Renier, Psychic Detective”. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=UdNUnjDKZH4>>. Acesso em: 24 set. 2018.

Encontramos, na mídia, inúmeras referências da colaboração voluntária de parapsíquicos com a polícia. Em reportagem do Jornal *The Guardian* (2007) a polícia portuguesa é citada por ter aproveitado pistas oferecidas por paranormais locais em busca de Madeleine McCann. “Não podemos colocar essas mensagens no lixo”, disse o inspetor-chefe Olegário Sousa” (THE GUARDIAN, 2011, on line). Na mesma reportagem, o jornal comenta: “*The Metropolitan Police admitted that in one case in 1965 a psychic had “played a major part”*” (THE GUARDIAN, 2011, on line).

Outra interessante referência ao uso do parapsiquismo na ação policial e de investigação vem da *Central Intelligence Agency* (CIA), por meio das conclusões de pesquisa publicada no ano 2000 (*Use of Psychics in Law Enforcement*<sup>3</sup>):

*“Based upon this survey, it would appear that a talented psychic can assist you by helping to: locate a geographic area of a missing person; narrow the number of leads to be concentrated on; highlight information that has been overlooked, or provide information previously unknown to the investigator.”* (CIA, 2000, p. 4)

Embora alguns fatos relatados nas referências acima atestem resultados úteis da aplicação do parapsiquismo na ação policial, ainda encontramos alguma incerteza em sua abordagem, reflexo da associação do tema ao misticismo. A utilização científica, técnico-profissional, dos fenômenos parapsíquicos na ação policial é algo que a Projeciologia pode contribuir e consolidar.

## Revisão bibliográfica

A Projeciologia foi a primeira destas neociências propostas pelo médico (Doutor em estética) e parapsíquico Waldo Vieira, no ano de 1986, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, Brasil. A compilação do conhecimento existente sobre os fenômenos parapsíquicos foi inicialmente apresentada com a publicação do tratado “Projeciologia: Panorama das Experiências da Consciência Fora do Corpo Humano”.

Pela Projeciologia, os recursos anímico-sensoriais paranormais ou parapsíquicos são considerados partes integrantes da fisiologia humana,

<sup>3</sup> Nota: A pesquisa está registrada sob o código CIA-RDP96-00788RR000100280009-3.

portanto, devem ser desenvolvidos tecnicamente, tal qual desenvolvemos a fala, as capacidades motoras e as demais inteligências ao longo de nossas vidas. Uma das premissas da Projeciologia é a capacidade da consciência manifestar-se na dimensão física e em dimensões extrafísicas usando quatro corpos energéticos de manifestação. Este conjunto de corpos é denominado de holossoma e sua constituição está didaticamente ilustrada na Figura 1: soma (corpo biológico – único físico); energossoma (corpo energético – holochacral); psicossoma (corpo emocional) e mentalsoma (corpo mental). Durante nossa existência intrafísica (vida biológica) estamos com estes 4 corpos coincidentes em harmonia e ressonância energética. O parapsiquismo nada mais é do que o emprego dos recursos sensoriais, fisiológicos, dos três corpos extrafísicos de manifestação, quando parcial ou totalmente descoincidos (sendo o mais complexo desses fenômenos o da projeção consciente ou *out-of-body experience*).

**Figura 1:** Holossoma



**Fonte:** IIPC - Instituto Internacional de Projeciologia e Conscienciologia

A Projeciologia dividiu o estudo cronológico do parapsiquismo em quatro períodos, a saber: *Período antigo* (início com a própria humanidade até o fim do século XIV); *Período esotérico* (século XV ao século XIX); *Período exotérico* (1905 – 1965 - pesquisador de referência Robert Crookall (1890-



1982) e por fim o *Período laboratorial*, iniciado em 1966 com as pesquisas realizadas pelo psicólogo e parapsicólogo norte-americano Charles T. Tart (1937-), um dos fundadores da psicologia transpessoal, autor do livro “*Altered States of Consciousness*” (1969). Atualmente (ano base 2018) existem inúmeras instituições de pesquisa do parapsiquismo, como, por exemplo, no Brasil: o Instituto Internacional de Projeciologia e Conscienciologia (IIPC)<sup>4</sup>; o Instituto Pernambucano de Pesquisas Psicobiofísicas – IPPP; e o Núcleo Avançado de Saúde Ciência e Espiritualidade – NASCE (Universidade Federal de Minas Gerais)<sup>5</sup>. E no mundo: a *Society for Psychical Research* (Inglaterra – fundada em 1882), a *American Society for Psychical Research (EUA)*; a *University of Virginia Division of Personality Studies* (USA), o *Institut Metapsychique International* (França), a *British Scientific and Medical Network* (Inglaterra), dentre outras<sup>6</sup>.

O parapsiquismo, além de poder ser uma ferramenta útil à rotina policial, como veremos adiante, é essencial para o processo de evolução individual, proporcionando dentre outros ganhos: a pacificação íntima, controle emocional e o autodomínio energético, atributos que ajudarão no processo de desmilitarização da maneira de pensar dos agentes públicos policiais brasileiros, contribuindo para a saúde da tropa: física e mental (holossomática).

A Paradireitologia é a ciência aplicada ao estudo e a pesquisa do paradiireito<sup>7</sup> e do paradever<sup>8</sup>, fundamentando, por meio da autolucidez e do autodiscernimento, a conduta multidimensional individual da consciência,

<sup>4</sup> Nota: Para conhecer o Instituto Internacional de Projeciologia e Conscienciologia visite o site <[www.iipc.org](http://www.iipc.org)>.

<sup>5</sup> Nota: O objetivo do NASCE é investigar a espiritualidade cientificamente, sem adotar preceitos de nenhuma corrente religiosa e/ou filosófica específica. Como consequência, toda teoria que busque explicar fenômenos, apresentando uma fundamentação lógica, torna-se alvo de nossa investigação, sem a importância de pertencer, ou não, ao conjunto de crenças pessoais dos integrantes do grupo. <<http://nasce-ufmg.blogspot.com.br/p/quem-somos-nos.html>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

<sup>6</sup> TART, Dr. Charles T. Resources. Disponível em: <<https://charlesttart.wordpress.com/links-and-resources/>>. Acesso em: 07 set. 2018.

<sup>7</sup> Nota: O Paradiireito e o Paradever são objetos de investigação da Paradireitologia, que se aproveita de estudos técnicos, para técnicos, pesquisas e para pesquisas práticas do conjunto de normas, princípios e para leis das manifestações consciências justas, íntegras e retas.

<sup>8</sup> Nota: O paradever é a condição da consciência lúcida dos próprios, personalíssimos, compromissos, normas, princípios e paraleis justas, íntegras e retas, firmados com o desenvolvimento autoconsciente da evolução pessoal entrosada a evolução do grupo evolutivo.

por intermédio de uma ética mais abrangente: a Cosmoética. Esta subespecialidade conscienciológica foi proposta por Waldo Vieira no verbete Paradireito, integrante da 1ª edição da Enciclopédia da Conscienciológica, em 2006. Segundo Rocha<sup>9</sup> (2014, p. 123), em seu artigo “Paradireito: antonímia de direito natural”, a Paradireitologia não é a retomada do conceito de Direito Natural, é a disciplina da Conscienciológica que propõe mudança radical de paradigma com a conseqüente transformação da compreensão teórica e prática do Direito vigente. A Paradireitologia tem como referência a Associação Internacional de Paradireitologia (Juriscons)<sup>10</sup>, cujos voluntários pesquisadores, além de oferecerem cursos diversos, atuam como mediadores de conflito, disseminando a prática da justiça restaurativa.

## Objetivos

O objetivo principal desta pesquisa é mostrar a viabilidade docente e aplicabilidade técnica dos recursos parapsíquicos na atuação policial (preventiva e investigativa) e, assim, propor a inclusão de uma disciplina nos cursos de formação e/ou capacitação profissional dos agentes de segurança pública para desenvolvimento e aplicação do parapsiquismo na ação policial. Esta ideia não é nova no Brasil, na cidade do Recife - Pernambuco, em 1989, houve iniciativa, patrocinada pelo então Secretário de Segurança Pública, General Evilásio Gondim, para dar formação a policiais militares quanto ao emprego dos recursos parapsíquicos. O curso de capacitação foi oferecido pelo Instituto Pernambucano de Pesquisas Psicobiofísicas (IPPP). O projeto foi descontinuado com a exoneração do secretário.

“Projeto de Investigação e Treinamento em Parapsicologia nas Atividades de Polícia, objetivando descobrir e treinar policiais dotados de aptidões parapsicológicas com a finalidade de ampliar os recursos dos procedimentos investigatórios”. (BORGES, 1995, *on line*).

<sup>9</sup> Adriana Rocha é Pós-doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Doutora em Direito, Estado e Sociedade pela UFSC. Pesquisadora e professora da Conscienciológica desde 1996.

<sup>10</sup> Nota: Para conhecer e acompanhar os eventos e as pesquisas desenvolvidas pela Juriscons visite o site <<http://www.juriscons.org/>>. Instituição fundada em 25 de abril de 2015.

No presente artigo serão apresentadas algumas habilidades parapsíquicas e respectivas técnicas para seu desenvolvimento, segundo a Projeciologia e a Paradireitologia, com vistas a prevenção da violência e reeducação consciencial.

## Metodologia

As experiências parapsíquicas na ação policial foram investigadas por meio de consulta bibliográfica e de entrevistas com agentes policiais. As técnicas conscienciológicas apresentadas (experimentadas em laboratórios específicos) são aquelas desenvolvidas pelos pesquisadores da Comunidade Conscienciológica Cosmoética Internacional (CCCI)<sup>11</sup>, com sede no bairro da Cognópolis, em Foz do Iguaçu, Paraná - Brasil, bem como aquelas publicadas em livros e nos cursos oferecidos pelas instituições conscienciocêntricas (estatutariamente centradas na promoção do bem-estar do ser humano, da consciência).

## Recursos parapsíquicos para emprego na ação policial

Segundo a Projeciologia, eis alguns dos inúmeros recursos parapsíquicos úteis à ação policial: *psicometria* (leitura bioenergética), *retrocognição* (conhecer fatos passados), *precognição* (conhecer a possível ocorrência de fato futuro), *clarividência extrafísica* (percepção visual extrafísica no presente), *clarividência viajora* (visão no presente de ambientes intrafísicos à distância ou ocultos da visão física), *clariaudiência* (ouvir sons e vozes de origem extrafísica produzidos no presente), *encapsulamento energético* (blindagem energética para autodefesa e heterodefesa) e a *projeção consciente* (descoincidência dos corpos extrafísicos de manifestação da consciência). O professor e pesquisador da Conscienciologia Rodrigo Medeiros apresenta em seu livro “Clarividência: Teoria e Prática” algumas técnicas para desenvolvimento do fenômeno, são elas: técnica da aeroenergia; técnica do ponto no plano de fundo; técnica do campo interpalmar; técnica da clarividência facial; técnica da concentração, dentre outras. O primeiro passo para o desenvolvimento pessoal é saber

<sup>11</sup> Nota: O Centro de Altos Estudos da Conscienciologia (CEAEC) é a referência em laboratórios conscienciológicos. Para maiores detalhes visite <<http://ceaec.org.br/index.php/site/1>>. O Instituto Internacional de Projeciologia e Conscienciologia (IIPC) também dispõe de um campus de pesquisa localizado no município de Saquarema no Rio de Janeiro <<http://www.iipc.org/campus-saquarema/>>.

qual é a sua melhor aptidão parapsíquica, seu ponto forte (trafor), para isso é aplicável a *técnica de identificação do trafor parapsíquico pessoal*.

A *Psicometria* é a habilidade de evocar e acessar informações pela assimilação de energias conscienciais impregnadas em objetos, pessoas ou ambientes relacionados ao que ou a quem se está buscando. No caso de busca de pessoa desaparecida ou foragida poderão ser utilizados objetos de uso pessoal para localização de quem se procura viva ou morta. O relato do policial civil aposentado e pesquisador da Conscienciologia Edi Paulo Dalbosco, publicado na Revista *Conscientia*, cita casos de aceleração no processo de reconhecimento de agressores pelo fato de acessar, inúmeras vezes, a página exata de álbum de fotografias contendo a foto do agressor a ser identificado pelas vítimas. Este é um exemplo de psicometria, leitura energética pela evocação do agressor. Com a psicometria é possível acessar informações de fatos pretéritos (retrocognição – identificar autoria de crime); presentes (localização de armas escondidas e corpos enterrados) e futuros (precognição – prever assaltos). Técnicas associadas: a técnica do estado vibracional; a técnica do campo interpalmal; a técnica do acoplamento energético; a técnica do fluxo frontochacral e a técnica do circuito fronto-coronochacra.

A psicometria, associada à capacidade de *precognição*, poderá permitir ao policial perceber alteração das energias conscienciais tidas como padrão à normalidade de determinado local. Esta informação poderá ser útil ao patrulhamento ostensivo nas ruas e locais de passagem ou permanência de pessoas. O policial, ao avaliar se a alteração inspira perigo, poderá decidir e implementar com antecipação e segurança providência cabível, necessária e suficiente.

A *clarividência* é a percepção visual de fatos extrafísicos do presente, que podem ser associados a possíveis ocorrências de fatos futuros no intrafísico. Tal experiência parapsíquica pode ajudar na antecipação e prevenção de fatos violentos e/ou criminosos (inspirados extrafísicamente). No livro “Diário de um policial”, o autor Tenente-Coronel Diógenes Lucca (ex-comandante do GATE - Grupo de Ações Táticas Especiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo) narra uma experiência de clarividência extrafísica, embora não a descreva como tal.

“Eu sempre ouvi muitas histórias. A que mais me marcou foi a de um antigo tenente, um veterano. Ele me disse que, após o primeiro confronto com morte, passou a acordar muitas vezes durante a noite. Quando abria os olhos, via o morto em pé, próximo à sua cama.” (LUCCA, 2016, p. 21)

Esta experiência rotineira, para alguns, também foi descrita por oficiais da polícia militar da Bahia em conversa na sede da Secretaria de Segurança Pública estadual. Saber lidar com estas experiências, por meio da compreensão do fenômeno, suas causas, consequências e técnica para aplicabilidade sadia, trará conforto psíquico e emocional aos agentes policiais.

Da mesma maneira, a *clarividência viajora*, permite ao agente policial parapsíquico ampliar sua capacidade de visão de fatos presentes e cenários na dimensão física, permitindo o planejamento antecipado das operações especiais e a reação imediata das rondas policiais, por exemplo, estando em campo: enxergar onde estão escondidos homens armados, localizar drogas armazenadas e verificar a existência de reféns. Técnicas associadas: a do estado vibracional; a da câmara escura; a da aeroenergia; a da clarividência facial; a do contorno; a do campo interpalmar; a do fluxo energético frontochacral e a do circuito fronto-coronochacra.

A *clariaudiência* é a percepção de comunicação verbal de origem extrafísica produzida no presente. Tal habilidade permite o assessoramento de consciências extrafísicas interessadas no sucesso da ação policial, na segurança e paz social. Técnicas associadas: a do estado vibracional; a do campo interpalmar; a do arco voltaico; a do acoplamento energético e a do circuito fronto-coronochacra.

As atividades stressantes a que são submetidos os agentes policiais, seja em confrontos armados ou em investigação de crimes (quando evocam as energias conscienciais dos envolvidos: algoz e vítima), trazem desequilíbrio energético e conseqüentemente emocional. Assim, saber se manter em equilíbrio emocional pelo controle de suas energias conscienciais é relevante para a ação policial. Para superar esta condição é necessário promover o *encapsulamento energético* e/ou a *desassimilação energética* pela técnica de instalação do EV - Estado Vibracional (atividade lúcida de mobilização das energias dos chacras, fonte de energia para o energossoma). O encapsulamento tanto pode ser aplicado no agente que mobiliza suas energias, autoencapsulamento sadio para autodefesa, quanto este pode envolver energeticamente outra consciência para neutralizar sua manifestação agressiva sem lhe causar danos físicos ou extrafísicos.

Com relação à *projeção consciente*, condição na qual o agente policial estaria experimentando uma saída lúcida para fora do corpo humano, este poderá ser capaz de promover e aproveitar, em maior grau de profundidade e cognição,

diversos recursos parapsíquicos, devido ao fato de estar se manifestando pelo psicossoma, corpo detentor dos paraórgãos sensoriais. Nesta condição é possível, ainda, visitar ambientes no intrafísico com o psicossoma projetado.

Segundo a Paradireitologia, o desenvolvimento do parapsiquismo exige um elevado respeito consciencial nas relações interpessoais, considerando questões éticas, morais e a responsabilidade que este tipo de conhecimento traz. Para auxiliar no amadurecimento destas reflexões e na apropriação do paraver individual, será útil aos interessados observar o princípio da responsabilidade interassistencial, verbete da Enciclopédia da Conscienciologia. Outra fonte de pesquisa complementar dá-se por meio da Grupocarmalogia, especialidade conscienciológica aplicada ao estudo das relações ou princípios de causa e efeito atuantes na evolução da consciência quando centrados no grupo evolutivo.

## Resultados

O principal resultado esperado com o desenvolvimento do parapsiquismo é a pacificação íntima dos agentes de segurança, proporcionando condições para transição de uma postura bélica para uma conduta pacífica e assistencial. O parapsiquismo contribui ainda para compreensão da condição de imaturidade evolutiva dos cidadãos tidos como “criminosos”, desdizendo a máxima da cultura brasileira do final do século XX, que “bandido bom é bandido morto”.

Um outro resultado possível é a redução dos enfrentamentos diretos, minimizando o uso de armas de fogo, causadores de mortes em ambos os lados e de inocentes. Com a visão remota, por meio da clarividência viajora (*remote view*) é possível observar os ambientes à distância: território e pessoas na área da ronda policial, permitindo, assim, alternativa ao ataque surpresa belicista: a incursão surpresa neutralizadora, vigorosa, mas não letal. Em entrevista com um professor de Conscienciologia, ex-agente da Polícia Rodoviária Federal (Brasil), este se orgulhava de ter alcançado a aposentadoria sem nunca ter efetuado disparo de arma de fogo em ação policial.

Aos investigadores, o parapsiquismo pode ajudar na aceleração da coleta de provas com economia de recursos humanos e logísticos, contribuindo para a redução dos crimes não resolvidos, sem autoria, por exemplo.

## Considerações finais

O primeiro desafio para fomento ao uso do parapsiquismo na ação policial é a eliminação do ranço místico e religioso atrelado ao fenômeno, e o reconhecimento da contribuição operacional e estratégica que estes recursos trazem para a atividade preventiva e investigativa, tanto para a segurança do cidadão quanto para os agentes públicos de segurança. A seleção dos candidatos não poderá ser compulsória, de modo a preservar os não interessados, sendo as turmas formadas por voluntários, em respeito aos que, por razões pessoais diversas, tenham aversão ou medo de tal proposta, algo natural e compreensível. O aprendizado das técnicas parapsíquicas é otimizado pela disciplina e determinação dos envolvidos para aplicação dos exercícios e implementação das reciclagens de valores e princípios pessoais, que naturalmente se apresentarão a cada um dos interessados. Não há pré-requisito ou limitação de qualquer natureza determinante para o sucesso individual, é apenas necessário destemor e vontade firme e sincera para desenvolver o parapsiquismo.

## Referências

- BORGES, Valter da Rosa. **A Parapsicologia e suas relações com o Direito**. Recife: In: XIII Simpósio Pernambucano de Parapsicologia, Recife, 1995.
- CIA - Central Intelligence Agency. **Use of Psychics in Law Enforcement**. Califórnia, 2000. Disponível em <[https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP96-00788R00010028\\_0009-3.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP96-00788R00010028_0009-3.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2018.
- DALBOSCO, Edi Paulo. Casuística de Autovivência Parafenomenológica. **Revista Conscientia**, Foz do Iguaçu, v. 17, n. 4, on line, 2013.
- LUCCA, Diógenes. **Diário de um Policial**. 2. ed., São Paulo: Editora Planeta, 2016.
- MEDEIROS, Rodrigo. **Clarividência: Teoria e Prática**. 1. ed., Cognópolis, Foz do Iguaçu- PR – Brasil: Editora Editares, 2012.
- MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedade na Europa**. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. 2. ed., São Paulo: EDUSP, Série Polícia e Sociedade, n. 3, 2006.

NIEVAS, Maria Cristina. Princípio da Responsabilidade Interassistencial. **Enciclopédia da Conscienciologia**, Foz do Iguaçu, p. 53, 2011.

RENIER, Noreen. **Psychic Detectives Are they for real? A look at three of the nation's top psychics and the lawmen they worked with**. 2008.

ROCHA, Adriana Lacerda. Paradireito: Antonímia de Direito Natural. **Interparadigmas: Revista de Doutores da Conscienciologia**, Foz do Iguaçu, ano 2, n. 2, p. 123-145, 2014.

THE GUARDIAN. **Do the police use psychics to help them?** Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk/2011/jun/08/police-use-psychics-texas-dead-bodies>>. Acesso em: 22 set. 2018.

VIEIRA, Waldo. **700 Experimentos da Conscienciologia**. 3. ed., Cognópolis, Foz do Iguaçu – PR – Brasil: Editora Editares, 2013.

VIEIRA, Waldo. **Enciclopédia da Conscienciologia**. 2006. Disponível em <[http://www.tertuliaconscienciologia.org/index.php?Itemid=100&id=73&option=com\\_content&task=view](http://www.tertuliaconscienciologia.org/index.php?Itemid=100&id=73&option=com_content&task=view)>. Acesso em: 22 set. 2018.

VIEIRA, Waldo. **Projeciologia: Panorama das Experiências da Consciência Fora do Corpo Humano**. 10. ed., Cognópolis, Foz do Iguaçu- PR – Brasil: Editora Editares, 2008.



# Concepções sobre o feminicídio no Brasil e em Boa Vista/RR

*Claycia Maria Rocha Machado  
Nanníbia Oliveira Cabral  
Anabelle Jeniffer Garcia Alves  
Leila Chagas de Souza Costa*

## RESUMO

**Importância:** No Brasil, o alto índice de violência contra a mulher tem ganhado bastante destaque no atual debate público. Assim, este trabalho terá enfoque no feminicídio, delimitando-se a região do Estado de Roraima, uma vez esta região figura nas primeiras colocações dos rankings internacionais, como sendo o estado mais violento do Brasil em violência contra a mulher.

**Objetivo:** Diante disso, objetiva analisar a violência dentro do universo dos direitos e da proteção feminina. **Metodologia:** O presente artigo empregará a pesquisa descritiva, além disso, utilizar-se-á de bibliografia concernente ao tema, trazendo uma pesquisa acadêmica. **Resultados:** Dentre os principais percebe-se a falta de estrutura do Estado e de toda a rede de atendimento à mulher que deveria garantir o acompanhamento às vítimas e empenhar um papel vital na prevenção da violência. **Conclusão:** Destaca-se que um dos fatores preponderantes para o aumento da violência contra a mulher está diretamente ligado à falta de segurança pública e iniciativas do poder público estadual para diminuir o aumento da violência.

**Palavras-chave:** Boa Vista/RR; Feminicídio; Falta de dados; Impunidade.

## Introdução

Nesse artigo, a abordagem apresentada acerca do que seja conceituado como violência não tem o condão de se aprofundar, e sim de compreender basicamente o seu sentido. Nessa perspectiva, o presente artigo, em um primeiro momento, discorrerá sobre a Violência, a exposição do conceito de feminicídio e suas diversas características dentro do contexto histórico de violência. Mais

adiante, adentrará em apresentar, por meio de coleta de dados, como fonte primária de fundamentação desta pesquisa, a comprovação da falta de um banco de dados que possa mapear e informar veridicamente a real situação da mulher e qual tipo de violência vem sofrendo para compreender melhor seu significado.

Assim, questiona-se: o que é violência? Violência é uma palavra de origem latina “*violentia*”, que significa “veemência, impetuosidade”. Em sua origem, relaciona-se com o termo “violare” que significa violação. Segundo Hannah Arendt, a violência é a mais flagrante manifestação de poder.

E o que é poder? “O poder,” disse Voltaire, consiste em fazer com que os outros ajam como eu quero. Ainda de acordo com Arendt (1994, p. 31-32, apud Mills, 1994), “Toda política é uma luta pelo poder; o tipo de poder mais definitivo é a violência”. Violência e poder se interpenetram, muitas vezes são utilizadas para constranger, impor, subjugar, oprimir, desonrar, ultrajar ou tratar algo ou alguém com brutalidade.

A violência é uma das grandes dificuldades a serem vencidas, existe desde os tempos mais remotos. A violência, como fenômeno em si, é uma das mais graves violações ao direito humano, atinge o direito à vida, à saúde e à integridade física, à integridade moral e psíquica. Ultimamente, nos dá a impressão de que atingiu níveis alarmantes, sobretudo à violência contra a mulher, que é especialmente alta e atinge mulheres em todo o mundo.

Desse modo, o presente artigo empregará a pesquisa descritiva, cujo tipo de estudo, no entendimento de Gil (2010, p. 42) “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Além disso, utilizar-se-á de bibliografia concernente ao tema, como fonte primária, trazendo uma pesquisa acadêmica de metodologia qualitativa. Assim, conforme exposto acima, a violência pode ser exercida de diversas formas, e é exatamente dentro desse universo dos direitos e da proteção feminina que este artigo discorrerá sobre o assunto.

## Revisão Bibliográfica

Feminicídio caracteriza o assassinato de mulheres em contexto discriminatório, em razão do gênero, ou seja, é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Em março de 2015 foi sancionada a Lei N<sup>o</sup> 13.104/2015, qualificando o homicídio contra as mulheres e nomeando-o

de feminicídio. Esta lei incluiu o assassinato de mulheres na lista de crimes hediondos, tal como ocorre com os crimes de latrocínio e genocídio. Se comprovado o feminicídio, a pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão.

Para caracterizar o feminicídio é essencial a comprovação da causa da morte em decorrência de questões do gênero, ou seja, a mulher é morta unicamente por ser mulher, visto como uma das formas de misoginia (ódio e repulsa às mulheres ou contra tudo o que seja ligado ao feminino). Como o Brasil se encontra atualmente num patamar elevado de violência contra a mulher, os ativistas consideraram positivo nomear o problema, chamando atenção para o nome, tornando-o mais visível. Veja-se a nova redação da lei:

O Art. 121 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Feminicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2º- A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Aumento de pena

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.” (NR)

Muitas críticas vieram por parte de alguns operadores do direito e da sociedade, da necessidade de criar um nome específico para o homicídio contra a mulher, pois não conseguiam entender o problema e consideravam exagero nomear um crime que já existia. Dessa maneira, alguns operadores do direito e a sociedade não alcançavam a dimensão e a profundidade diante da gravidade das ocorrências, uma vez que o homicídio, muitas vezes, é o ponto culminante de anos de agressão sofridos pelas mulheres.

Em contrapartida, as pessoas envolvidas na luta contra a violência feminina, a ideia era precisamente essa: nomear o problema para chamar a atenção e torná-lo visível. Colocá-lo em evidência é considerado essencial para denunciar a permanência dos assassinatos por razões de desigualdade do gênero e de raça, uma vez que; algumas dessas mortes poderiam ter sido evitadas se o estado prestasse a devida assistência e proteção às mulheres vítimas da violência. No Brasil e em Roraima, não obstante, a violência contra a mulher seja ostensiva, ainda não há estatísticas oficiais que revelem a real situação. A maioria das pesquisas que se tem foram realizadas por organizações não governamentais em busca de respostas, especialmente, no caso da violência doméstica.

Diante dessa falta de dados para se saber o mais aproximado possível a infeliz realidade, a Comissão Diretora do Senado apresentou em março de 2016, sob a relatoria da Senadora do estado de Roraima Ângela Portela, a redação final do Projeto de Lei do Senado Nº 8, de 2016, que instituiu a Política Nacional de Informações Estatísticas relacionadas à violência contra a mulher (Pnainfo). A finalidade da Lei do Senado Nº 8, de 2016 é reunir, organizar e analisar dados atinentes à violência contra a mulher, ou seja, qualquer ato ou conduta baseado no gênero que cause morte, sofrimento psicológico, sexual ou físico e dano à mulher tanto privado como público, entende-se por violência contra a mulher e deve ser cadastrado no Pnainfo.

Outrossim, o projeto de Lei do Senado Nº 8, de 2016, tem como objetivo integrar e subsidiar a elaboração e a avaliação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Com isso, essa lei espera contribuir para a elaboração e a avaliação das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, como também, produzir informações acerca do tipo de violência praticada, traçar o perfil tanto das mulheres agredidas, como do agressor, o local das ocorrências, além de outros dados relevantes no combate à violência contra a mulher. Foi estabelecido neste projeto de Lei do Senado Nº 8, de 2016, que as despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, de forma que não haja desculpas por parte dos entes envolvidos para não implementá-la.

Para tanto, o projeto de Lei do Senado Nº 8, de 2016, aprovado no Senado chegou na Câmara dos Deputados como Lei (PL 5000/2016)

tendo sido alterado pelo relator do projeto na Câmara dos Deputados. Essa alteração proposta pelo deputado Lincoln Portela, relator do projeto na Câmara, substitui a palavra “gênero” por “sexo feminino”. O parlamentar também de propôs outra mudança significativa, a que determina que o financiamento de implantação do *Pnainfo* seja custeada pelos estados, Distrito Federal e municípios que optarem por aderir ao programa de unificação. Essa nova mudança acarreta custos e pode ser limitador para alguns municípios extremamente pobres e sem nenhuma infraestrutura.

Essa questão do uso do gênero no projeto de Lei (PL 5000/2016) não deve passar no Senado, haja vista a importância que o termo gênero acarreta. No artigo publicado no site Jusbrasil em 2016, a professora Alice Biachini, Doutora em Direito Penal pela PUC/SP, transcreve uma frase de Victória Barreda, na qual ela define gênero, vejamos:

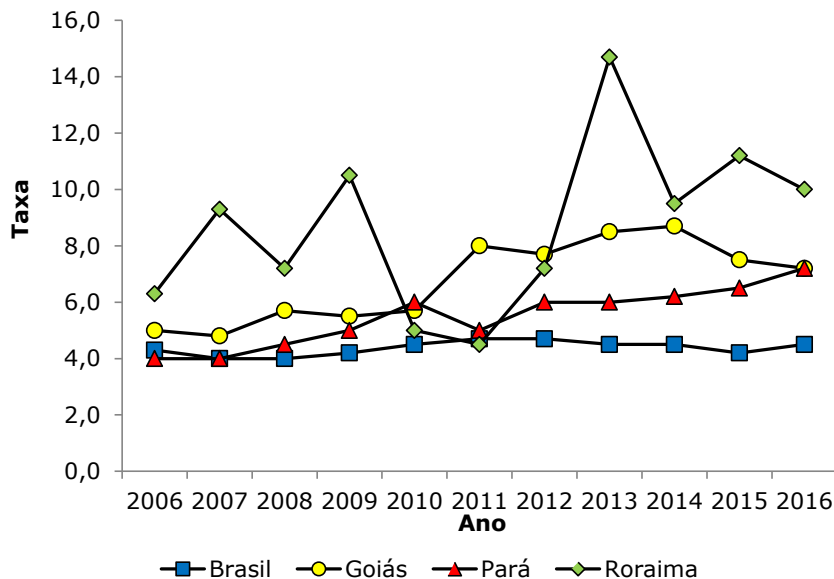
“o gênero pode ser definido como uma construção social e histórica de caráter relacional, configurada a partir das significações e da simbolização cultural de diferenças anatômicas entre homens e mulheres. [...] Implica o estabelecimento de relações, papéis e identidades ativamente construídas por sujeitos ao longo de suas vidas, em nossas sociedades, historicamente produzindo e reproduzindo relações de desigualdade social e de dominação/subordinação”.

Para Ela Wiecko, vice-procuradora-geral da República, a questão do gênero é importante por ser uma categoria, a qual ela denomina relacional. Ao nominar condição do sexo feminino, termina por categorizar a ideia do conceito biológico, natural e omitindo que há relações desiguais de poder, que foram construídas culturalmente e terminam por se repetir.

Esse tema deve ser discutido novamente no Senado e voltar ao termo “gênero”, no lugar “sexo feminino”, como propôs o deputado Lincoln Portela, pois uma condição não exclui a outra. Além disso, a questão gênero inclui os transexuais, o que poderia afastar a aplicação da lei a eles, demonstrando evidências à condição de mulher, independente do sexo de nascimento. Além disso, apesar de parecer sutil essa mudança de gênero para sexo feminino não é, e pode levar a mais mortes de mulheres e de transexuais vítimas de violência em todo o Brasil e em Roraima, como será analisada no tópico seguinte.

De acordo com o Atlas da Violência 2018, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o estado de Roraima é o mais letal para as mulheres pela sétima vez consecutiva. São 10 assassinatos para cada cem mil mulheres, número considerado extremamente alto se comparado a outros estados, como São Paulo por exemplo, cuja taxa é 2,2. Observa-se a Figura 1, disponível no Atlas da Violência 2018, p. 45.

**Figura 1:** Taxa de homicídios de mulheres, em três UFs com as maiores taxas em 2016 e no Brasil, por 100 mil mulheres, no período de 2006 a 2016



**Fonte:** MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CISDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, u seja, óbitos causados por agressão mais intervenção legal. O cálculo efetuado levou em conta apenas os indivíduos mulheres da população.

Como visto, ao observar a Figura 1, o ano mais violento para as mulheres em Roraima foi 2013, cujo percentual de feminicídios registrados pelo Sistema de Informação sobre Motalidade (SIM) foi superior a 14 para cada 100 mil mulheres.

Verifica-se no Atlas da Violência 2018, que uma das causas apontadas é a falta de estrutura do estado e de toda a rede de atendimento à mulher

que deve garantir o acompanhamento às vítimas e empenhar um papel vital na prevenção da violência. Ademais, outra falha apontada no estudo é que há apenas uma única delegacia especializada, que só funciona das 8h às 19h, de segunda a sexta-feira, fechando aos finais de semana, quando ocorre o maior número de casos de violência e as vítimas precisam se deslocar para as delegacias de plantão. Além disso, nas demais delegacias não há salas para atendimento, o que deixa a mulher numa situação delicada, vexatória.

A advogada da Human Rights Watch, uma das principais ONGs de Direitos Humanos no mundo, Maria Laura Canineu realizou um estudo no estado, baseado nos achados do Ipea, segundo Maria Laura, o Estado faz muito pouco para prevenir que a violência doméstica termine em morte. “É muito difícil denunciar um caso desses em Roraima. Existe apenas uma delegacia da mulher para atender cerca de 255 mil mulheres”. Indaga-se se o número de mulheres é realmente 255 mil como afirmou a advogada, pois de acordo com os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), sobram homens e faltam mulheres em Roraima.

A melhor e mais séria pesquisa que se tem acerca da violência no Brasil é o Atlas da Violência realizado pelo Ipea. O último Atlas divulgado este ano (2018) afirma na página 46 que o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) não fornece informação específica sobre feminicídio. Como não fornece informação detalhada, não é possível identificar o número de vítimas deste tipo específico de crime, mas como o estudo foi baseado numa série de outras violências do gênero em que a mulher foi vítima antes, dentre elas: violência física, sexual, psicológica e patrimonial. Conclui-se que muitas mortes poderiam ter sido evitadas, caso as mulheres tivessem apoio para conseguir romper o ciclo de violência.

O fato é que Boa Vista, como a maioria dos municípios do Brasil, não possui dados para esclarecer a real situação da violência, seja contra a mulher, seja de qual tipo de violência for, e de qual maneira foi cometida contra qualquer pessoa. Falta uma estrutura mínima de gestão, não apenas na apuração e no controle do feminicídio, mas de todos os crimes, pois o Estado não conta com um plano estadual de segurança pública. Os números revelados no Atlas podem não corresponder à realidade.

Em contrapartida, quem tem prestado um bom serviço à cidade de Boa Vista, catalogando os atendimentos e os tipos de violência é o Centro Humanitário de Apoio a Mulher (CHAME), serviço oferecido

pela Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALERR), coordenado pela Procuradoria Especial da Mulher da ALERR. Entre os anos de 2009 a 2017, o CHAME realizou 7.965 atendimentos e é considerado um centro de referência no atendimento as mulheres agredidas, além de ajudar a traçar o perfil das vítimas e dos tipos de violência mais comum no estado.

Outrossim, analisando os dados do Atlas da Violência 2018, Roraima volta ao topo quando se considera a situação de mulheres não negras, cuja taxa foi de 21,9, bem superior a qualquer outra taxa, de todos os estados. Para compreender melhor é necessário levar em consideração o número de mulheres indígenas mortas no período de 2006 a 2016 que foi de 98, número bem alto, mesmo considerando as distorções dos relatórios.

A impunidade é outro ponto a ser estudado. Quantos feminicídios foram julgados ou presos em Roraima? Há inúmeros boletins de ocorrência de violência doméstica acumulados, muitos deles prescrevem antes do agressor ser formalmente acusado. Boa parte deles sequer são investigados por falta de estrutura da Polícia Civil. Assim como Polícia Civil, a Polícia Militar não consegue atender todas as ocorrências que recebe, até mesmo aquelas que denunciam a violência em flagrante, não são resolvidas por falta de estrutura, tais como: efetivo policial, coletes, viaturas, gasolina, etc.

Aliás, esse tipo de problema é típico em todo o país. O acesso à justiça e proteção às vítimas esbarra na falta de recursos e não é para menos, segurança pública parece não ser prioridade, haja visto que os orçamentos tem diminuído, segundo o Planejamento PluriAnual 2016-2019. De conformidade com o PPA 2016-2019, do estado de Roraima, o orçamento da segurança pública foi equivalente a 1,22% do total de despesas previstas para o mesmo período. Por essa análise dos dados contidos no PPA 2012-2015 e 2016-2019 evidenciou-se que o investimento diminuiu consideravelmente entre um período e outro, saindo de R\$ 750.788.021,00 no primeiro quadriênio para R\$ 203.367.504,00 no quadriênio atual, o que representa uma diminuição de R\$ 563.920.517,00 em valores nominais e 377,29% em termos percentuais (RORAIMA, 2016).

Esta é uma relação direta que precisa ser observada, pois não é possível conter a violência sem investimento, afinal, o direito à vida e à segurança é prerrogativa constitucional indisponível. Entretanto, apesar disso e da Lei Maria da Penha, os números da violência contra a mulher mantêm-se altos, não se percebendo exatamente se resultante do seu aumento ou do crescimento das denúncias.



## **Materiais e Métodos**

O presente artigo empregou a pesquisa descritiva, cujo tipo de estudo, com a descrição das características da população ou fenômeno e com o estabelecimento de relações entre variáveis. Além disso, utilizou-se de rigorosa pesquisa bibliográfica concernente ao tema, trazendo uma pesquisa acadêmica.

## **Resultados e Discussões**

Dentre os principais percebeu-se a falta de estrutura do Estado e de toda a rede de atendimento à mulher que deveria garantir o acompanhamento às vítimas e empenhar um papel vital na prevenção da violência, além da falta de um banco de dados que possa mapear e informar veridicamente a real situação da mulher.

## **Considerações Finais**

O presente artigo iniciou-se com a exposição do conceito de feminicídio e suas diversas características dentro do contexto histórico de violência. Mais adiante, adentrou-se em apresentar, por meio de coleta de dados, como fonte primária de fundamentação desta pesquisa, a comprovação da falta de um banco de dados que possa mapear e informar veridicamente a real situação da mulher e qual tipo de violência vem sofrendo.

De acordo com os fatos até aqui exibidos, demonstrou-se, neste artigo, que a luta de enfrentamento e superação da violência contra mulher, ainda é caminho longo e de difícil reparação diante das condições precárias dos serviços públicos prestados pelo Estado. É inadmissível que diante dos índices alarmantes do aumento da violência contra mulher no estado de Roraima, não se tenha uma política eficiente que priorize e combata de modo eficaz a violência doméstica contra a mulher. Como bem explanado, verificou-se durante a coleta de dados realizada pelo IPEA, no CHAME e na aferição de dados da ONG HUMAN RIGHTS WATCH (2017), que por mais que os dados ainda não reflitam, estatisticamente, a real situação de violência sofrida pela mulher em Roraima, os índices assustam por seu aumento de progressão considerável.

Assim, a presente pesquisa também apresentou que um dos fatores preponderantes para o aumento da violência contra a mulher está diretamente interligado com a falta de segurança pública e iniciativas do poder público estadual para diminuir o aumento da violência. Ora, a diminuição de verba, acarreta, por si só, a falta de condições viáveis para o desenvolvimento de ações de combate e prevenção à mulher. Em nível federal e estadual, é inadmissível que diante do contexto histórico de violência gradual e permanente, sem falar no contexto cultural, não é lícito ao poder público deixar de investir em políticas públicas e/ou manter precariamente as poucas já existentes, por meio da omissão estatal, pois, constatou-se, que a omissão estatal tem contribuído para as mortes de mulheres e outras violências destinadas a elas.

Por todo o exposto, o artigo em comento vem fomentar, principalmente, por meio da pesquisa realizada, que é necessário que se cumpra o que já prevê a Lei Maria da Penha, em seu Art. 35, que impõe e sugere aos poderes federativos constituídos e a sociedade civil em geral que se esforcem para que hajam mais ações, seja as de cunho público ou privado, mas que todas atuem conjuntamente para o enfretamento incansável do combate efetivo à violência contra mulher, uma vez tratar-se ser medida de direito e de justiça, bem como a preservação de seu direito universal à vida.

## Referências

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê, Como e Porque Morrem as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/feminicidio/capitulos/como-e-por-que-morrem-as-mulheres/#porque-feminicidio-mortes-evitaveis-e-responsabilidade-do-estado/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

ALBUQUERQUE, F. Direitos Humanos. Ong Human Rights Watch: Roraima é o Estado com mais violência contra mulher, aponta Ong. In: **Agência Brasil**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-06/roraima-e-o-estado-com-mais-violencia-domestica-contra-mulher>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BIANCHINI, A. **O que é “violência baseada no gênero”?**. Disponível em: <<https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/312151601/o-que-e-violencia-baseada-no-genero>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL. Decreto Lei Nº 2.848, 7 de dezembro de 1940. **Código Penal Brasileiro**, 1940.

BRASIL. Lei Nº 11.340, 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**, 2006.

BRASIL. Lei Nº 13.104/2015. Altera o Art. 121 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, **para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio**, e o Art. 1 da Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990, **para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.**

BRASIL. Lei Nº 13.641/2018, de 3 de abril de 2018. Altera a Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (**Lei Maria da Penha**), **para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.**

BRASIL. Lei Nº 13.642/2018, de 3 de abril de 2018. Altera a Lei Nº 10.446, de 8 de maio de 2002, **para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.**

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Presidência da República Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Violência de gênero na internet: investigação pela PF é avanço, mas precisamos de respostas em múltiplas frentes, aponta promotora Silvia Chakian.** Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-de-genero-na-internet-promotora-silvia-chakian/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed., São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA E. R. **É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública.** **Ciência e Saúde Coletiva**, 1999.

NEXO JORNAL. **Quais fatores fazem de Roraima o Estado que mais mata mulheres no Brasil.** Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/22/Quais-fatores-fazem-de-Roraima-o-Estado-que-mais-mata-mulheres-no-Brasil/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TELES, M. A. A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

UOL. **Por que Roraima é o Estado que mais mata mulheres desde 2010.** Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/06/06/roraima-tem-a-maior-taxa-de-feminicidio-desde-2010-entenda-o-porque.htm?cmpid=copiaecola/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

WIEVIORKA, M., **O novo paradigma da violência.** Tempo soc.[online], v. 9, n. 1, p. 5-41, 1997.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, G; ALVITO, M. **Cidadania e violência.** UFRJ e FGV, Rio de Janeiro, 1996.

# Feminicídio no estado do Pará

*Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa  
Clay Anderson Nunes Chagas  
Cristiane do Socorro Loureiro Lima  
Valquíria Rodrigues Gomes*

## RESUMO

**Importância:** A violência contra mulher tem seu caráter histórico, cultural e danoso, sendo obscura algumas vezes, e se torna pública com a sua morte. Os feminicídios são mortes violentas de mulheres em razão de gênero, ou seja, que tenham sido motivadas por sua “condição” de mulher. Com lei específica, Lei do feminicídio, apesar dos avanços, os números continuam altos. **Objetivo:** Diante disto, este trabalho tem como objetivo avaliar como os homicídios de mulheres por questões de gênero no estado do Pará tem se comportado a partir da aplicabilidade penal do crime do feminicídio a partir de 2015 ao primeiro semestre de 2018. **Metodologia:** A proposta metodológica se realizará a partir da pesquisa quantitativa para apresentar o perfil das vítimas e dos autores, bem como a estruturação do fenômeno do feminicídio (faixa de hora; dia da semana; mês; localidade, local do fato, motivação, meio empregado, histórico de violência, interação social com acusado) no estado do Pará, a partir das informações do Relatório do Inquérito Policial contidas no Sistema de Informação da Segurança Pública-SISP-WEB. Utilizando-se da técnica estatística denominada de análise descritiva, proceder-se-á pesquisa bibliográfica para o aprofundamento teórico. Quanto à fonte documental serão utilizados Boletins de Ocorrências e Relatório dos Procedimentos. **Resultados:** Os registros dos feminicídios têm aumentado no estado desde aprovação da Lei em março de 2015, praticados em 65% dos casos por parceiros, nas residências (55%), com utilização de arma cortante-perfurante (44%), nos finais de semana (49%) no período da noite (29%).

**Palavras-chave:** Homicídio; Relação afetiva; Violência contra a mulher; Violência de gênero.

## Introdução

O crescente número de mortes violentas de mulheres por razões de gênero é histórico e global. Ocorrem com extrema violência, mutilação do corpo e tortura; em alguns casos ocorrem com tolerância da sociedade e do governo, e tendo a mulher como culpada.

Segundo Waiselfisz (2015), o Brasil tem uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, ocupando 5ª posição em um universo de 83 países, ficando atrás de El Salvador (8,9), Colômbia (6,3), Guatemala (6,2) (três países latino-americanos) e Federação Russa (5,3) que apresentam taxas superiores às do Brasil.

A luta pelo fim da violência contra a mulher é uma constante dos movimentos de mulheres e feministas frente aos governos. Exemplo disso é que no período de 2007 a 2015 países da americana latina promoveram mudanças jurídicas no que tange à tipificação penal do feminicídio, sendo eles: Argentina (2012), Bolívia (2013), Brasil (2015), Chile (2010), Colômbia (2008), Costa Rica (2007), El Salvador (2010), Guatemala (2008), Honduras (2013), México (2012), Nicarágua (2012), Panamá (2013), Peru (2013) República Dominicana (2010) e Venezuela (2007). A aplicabilidade penal do feminicídio tem seu fundamento e necessidade, segundo Brasil (2016) de sensibilizar as instituições e a sociedade, sobre a caracterização das mortes violentas de mulheres baseada no gênero, combater a impunidade penal, visando garantir os direitos das mulheres e promover a adoção de políticas de prevenção.

A sanção da Lei do Feminicídio de 09 de março de 2015 classifica os homicídios de mulheres pela condição do sexo feminino como feminicídio, sendo um crime hediondo, evidenciando um crime brutal de desigualdade de gênero, marcado por uma sociedade patriarcal, discriminatória e desigual. Diante disto, este trabalho tem como objetivo avaliar como os homicídios de mulheres por questões de gênero, feminicídio, no estado do Pará, tem se comportado e caracterização do delito a partir da aplicabilidade penal nos registros policiais, a partir de 2015 ao primeiro semestre de 2018.

## Revisão bibliográfica

O emprego do termo feminicídio ou femicídio é utilizado para denominar as mortes de mulheres por razões de gênero, pela condição de ser mulher, sendo utilizado pela primeira vez na década de 70, por Diana Russel, contestando a neutralidade do termo homicídio para tratar as

mortes de mulheres por serem mulheres, marcada pela dominação patriarcal e desigualdade de poder, que as inferioriza e as subordina (Brasil, 2016)

Segundo Copello (2012), o feminicídio consta de todas as mortes evitáveis de mulheres - violentas ou não, criminais ou não – derivadas da discriminação por razão de gênero” (COPELLO, 2012, p. 124), sendo mortes intencionais e evitáveis, ocorrendo de forma conjugadas com outras violências, seja nos âmbitos físico, moral, patrimonial, sexual e psicológico. A morte seria o processo final deste ciclo de violação dos direitos humanos das mulheres.

Segundo o Modelo de Protocolo Latino-americano (2014), existem quatro fatores estruturais das mortes de mulheres por razões de gênero, sendo elas: 1 - Ordem patriarcal: desigualdade estrutural de poder que inferioriza e subordina as mulheres aos homens; 2 - Violência sexista: o sexo das vítimas é determinante para sua ocorrência; 3 - São mortes evitáveis: o emprego de violência e a intencionalidade do gesto reforçam seu caráter de desprezo pela mulher e pelos papéis sociais que lhe são atribuídos; 4 - Fenômeno social e cultural: não são casos isolados ou episódicos, mas inseridos num continuum de violência que limita o desenvolvimento livre e saudável de meninas e mulheres.

Para além da discussão penal, Lagarde (2004) refere-se em um âmbito político, que estas mortes são de responsabilidade do Estado, no que tange na investigação, identificação e punição:

Há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso o feminicídio é um crime de Estado (LAGARDE, 2004, p. 6).

O Protocolo de 2014, apresenta 13 modalidades empregadas na classificação feminicídio/femicídio, a partir da literatura: 1-Íntimo: morte de uma mulher cometida por um homem com quem a vítima tinha, ou tenha tido, uma relação ou vínculo íntimo; 2-Não íntimo: morte de uma mulher cometida por um homem desconhecido, com quem a vítima não tinha nenhum tipo de relação; 3-Infantil: morte de uma menina com menos de 14 anos de idade, cometida por um homem no âmbito de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder conferido pela sua condição de adulto sobre a menoridade da menina; 4-Familiar: morte de uma mulher no âmbito

de uma relação de parentesco entre vítima e agressor, a interação pode ser por consanguinidade, afinidade ou adoção; 5- Por conexão: morte de uma mulher que está “na linha de fogo”: no mesmo local onde um homem mata ou tenta matar outra mulher; 6- Sexual sistêmico: morte de mulheres que são previamente sequestradas, torturadas e/ou estupradas; 7- Por prostituição ou ocupações estigmatizadas: morte de uma mulher que exerce prostituição e/ou outra ocupação (como strippers, garçonetes, massagistas ou dançarinas de casas noturnas), cometida por um ou vários homens. Inclui os casos nos quais o(s) agressor(es) assassina(m) a mulher motivado(s) pelo ódio e misoginia que a condição de prostituta da vítima desperta nele(s); 8- Por tráfico de pessoas: morte de mulheres produzida em situação de tráfico de pessoas; 9- Por contrabando de pessoas: morte de mulheres produzida em situação de contrabando de migrantes. Por “contrabando”: entende-se a facilitação da entrada ilegal de uma pessoa em um Estado do qual a mesma não seja cidadã ou residente permanente, no intuito de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício de ordem material; 10- Transfóbico: morte de uma mulher transgênero ou transexual, na qual o(s) agressor(es) a mata(m) por sua condição ou identidade de gênero transexual, por ódio ou rejeição; 11- Lesbofóbico: morte de uma mulher lésbica, na qual o(s) agressor(es) a mata(m) por sua orientação sexual, por ódio ou rejeição; 12- Racista: morte de uma mulher por ódio ou rejeição a sua origem étnica, racial ou de seus traços fenotípicos; 13- Por mutilação genital feminina: morte de uma menina ou mulher resultante da prática de mutilação genital.

Quanto à utilização do termo no Brasil, emprega-se a nomenclatura feminicídio, Lei de Nº 13.104/2015 sancionada que altera o Código Penal Brasileiro, passando a prever o feminicídio como uma das circunstâncias qualificadoras do homicídio, sendo um crime hediondo, relacionada ao Art. 121, §2º, Inciso VI e se refere ao “crime praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino”, assim considerados atos praticados como “I - violência doméstica e familiar e II - por menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. A implantação da Lei possibilita a dar visibilidade a mortes de mulheres por questões de gênero, marcada pela desigualdade de poder entre homens e mulheres, confrontando com a percepção que são casos esporádicos, mas que são crimes intencionais e violentos, marcado por momentos de violência constante, marcado por vários tipos de violências: física, psicológica, patrimonial, estupro e abusos (PASINATO, 2011).



## Material e Métodos

### *Análise descritiva*

Para construção deste trabalho foi solicitada a base de dados referente ao crime de feminicídio no período de 2015 ao primeiro semestre de 2018 do estado do Pará junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), resultando em 152 vítimas. No período avaliado foram utilizadas as seguintes variáveis: ano, dia, turno, meio empregado, local do fato, causa presumível, interação social e faixa etária da vítima e do autor.

Para análise do trabalho, optou-se pelo método quantitativo, utilizando-se da técnica da análise descritiva, compilando as informações em gráficos e tabelas para apresentação das informações (Bussab; Morenttin, 2013).

### Resultados e discussões

A partir das informações levantadas do banco de dados consta 152 vítimas de feminicídios no período avaliado, constatado no tombamento ou finalização do inquérito policial dentro da lei do feminicídio. Consta-se que com a sanção da lei, apresenta ascensão dos registros, o baixo valor em 2015, pode ser justificado pelo processo de adaptação da Lei, e no primeiro semestre deste ano têm-se 29 casos, considerando a média mês do ano em curso, 4,8, poderá chegar em 58 feminicídio no final do ano. O ano de 2017 apresenta redução de 2,2%, Tabela 1.

**Tabela 1:** Quantidade, média mês e variação percentual de feminicídio no estado do Pará no período de junho de 2015 a junho 2018

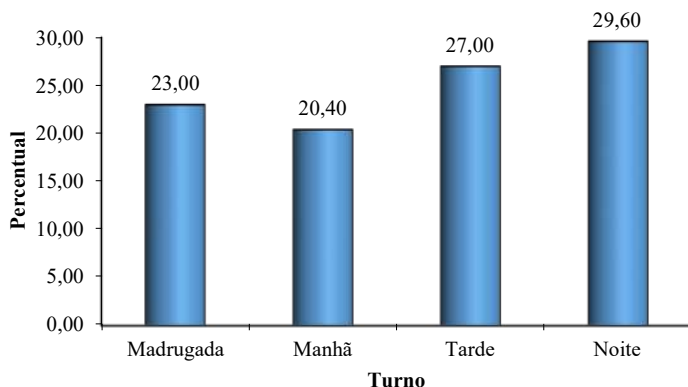
Estado	2015	2016	2017	2018*	Var.(%) 16/15	Var.(%) 17/16
Feminicídio	32	46	45	29	43,8	-2,2
Média Mês	2,7	3,8	3,8	4,8	43,8	-2,2

**Fonte:** SISP-WEB-PA; setembro/2018. Elaboração dos autores.

A Figura 1 apresenta a variável turno. Consta-se que ocorre com maior frequência no período da noite (29,6%) e da tarde (27,0%). A cada duas horas uma mulher morre vítima de violência (FBSP, 2017). A noite é um momento,

em que o casal se recolhe em seus aposentos e, de pouca movimentação de pessoas (SECRETI; JACOBI; ZANINI, 2009).

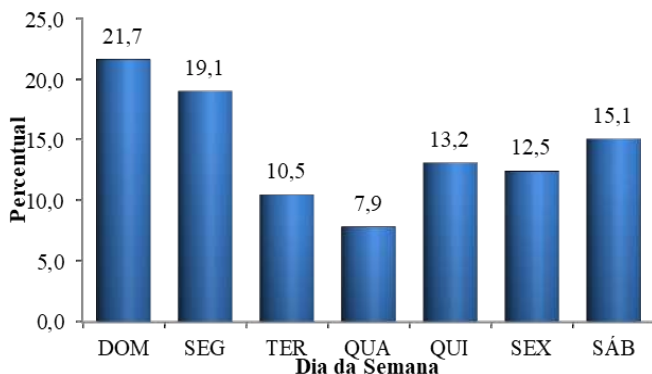
**Figura 1:** Percentual de feminicídio no estado do Pará nos anos de 2015 a junho 2018, por turno



**Fonte:** SISP-WEB-PA; setembro/2018. Elaboração dos autores.

O período com maior frequência de vítimas é no final de semana (sábado, domingo e com extensão para segunda-feira, no período da madrugada). O dia mais crítico é o domingo, com 21% dos registros, Figura 2.

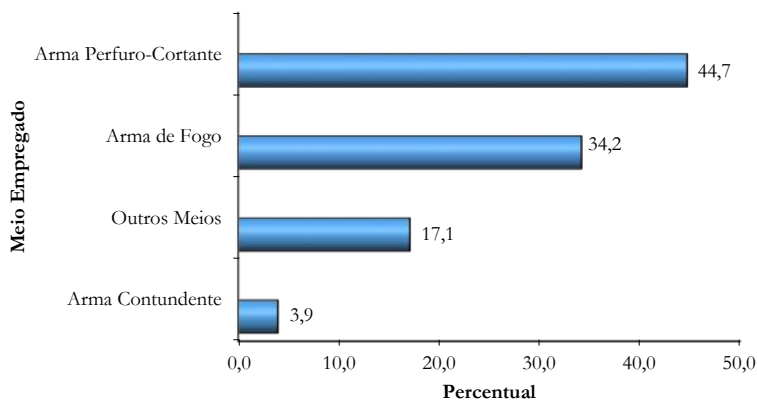
**Figura 2:** Percentual de feminicídio no estado do Pará nos anos de 2015 a junho 2018, por dia da semana



**Fonte:** SISP-WEB-PA; setembro/2018. Elaboração dos autores.

O meio empregado para realização do crime utilizou-se em 44,7% arma perfuro-cortante (arma branca), instrumento doméstico e de fácil acesso para o cometimento do delito, a arma de fogo foi o segundo instrumento mais utilizado (34%). Os outros meios (17%) estão relacionados à força física e ao envenenamento.

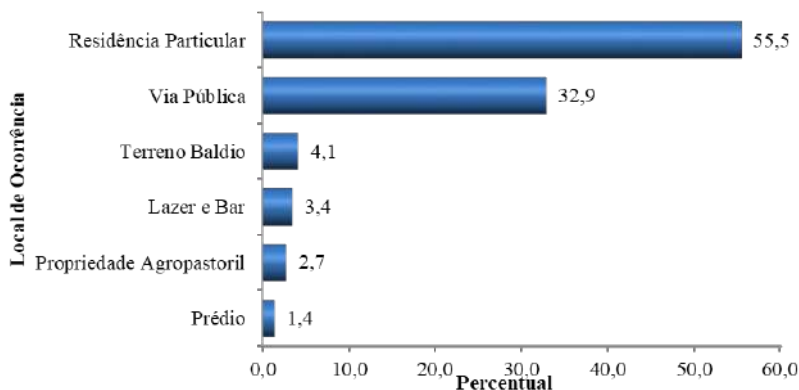
**Figura 3:** Percentual de feminicídio no estado do Pará nos anos de 2015 a junho 2018, por meio empregado



**Fonte:** SISP-WEB-PA; setembro/2018. Elaboração dos autores.

Ao comparar os homicídios de mulheres com os dos homens, verifica-se a nítida diferença nesta dinâmica. O volume de mulheres mortas em via pública é bem menor em relação ao homem, assim como o homem assassinado em residência (WAISELFISZ, 2015). A residência se torna o local mais inseguro e violento para a mulher, aspectos que demonstram a privação do crime, utilização de arma branca e por ocorrer em ambiente doméstico. Em 55% dos casos as vítimas foram mortas em residência e 32% em via pública (Figura 4).

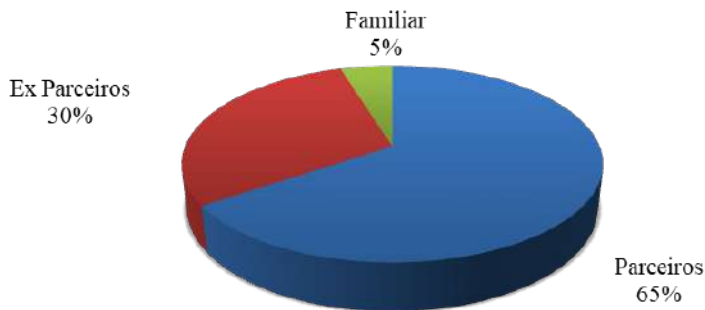
**Figura 4:** Percentual de feminicídio no estado do Pará nos anos de 2015 a junho 2018, por local da ocorrência



**Fonte:** SISP-WEB-PA; setembro/2018. Elaboração dos autores.

As causas das mortes apresentadas são preenchidas via sistema e configuram-se por “ódio ou vingança” (73,9%) e “ciúmes” (26,1%). Em sua maioria foram perpetrados por parceiro (65%), em 30% por ex-parceiros, e 5% foram familiares, ou seja, 95% dos feminicídios são íntimos (Figura 5). Acredita-se que os registros de feminicídios sejam bem maiores, pois em muitos casos o contexto do cenário do crime é modificado para dificultar a elucidação do fato, por isso, o papel fundamental da investigação e da perícia.

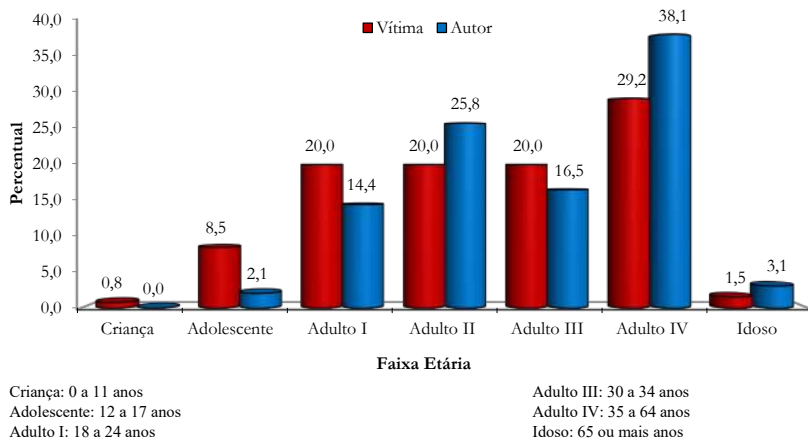
**Figura 5:** Percentual de feminicídio no estado do Pará nos anos de 2015 a junho 2018, por Interação social vítima/autor



**Fonte:** SISP-WEB-PA; setembro/2018. Elaboração dos autores.

Observa-se na Figura 6 que autores são mais velhos que as vítimas. A diferença de idade entre os envolvidos é um dos fatores de risco para a mulher, pois gera insegurança e ciúme, concomitantemente gera violência. Estes resultados coincidem com resultados de outras pesquisas como Almeida (1998), Diniz e Penalva (2013), Tolosa (2017) e ainda, segundo Meneghel e Hirakata (2010), os fatores sociodemográficos relacionados a homicídios de mulheres pelos parceiros, são: a pobreza das famílias e desemprego; disparidade de idade entre o casal; relacionamento não formalizado; tentativa de separação, e histórias repetidas de violências e agressões (Figura 6).

**Figura 6:** Percentual de feminicídio no estado do Pará nos anos de 2015 a junho 2018, por faixa etária da vítima e do autor



**Fonte:** SISP-WEB-PA; setembro/2018. Elaboração dos autores.

## Considerações finais

De acordo com os resultados obtidos, observou-se aumento na tipificação penal dos homicídios por questões de gênero, feminicídio, a partir de 2015, e com tendência de crescimento este ano, pois apresenta a maior média mensal no período avaliado de 4,8. São contabilizados a dos registros policiais em que os inquéritos foram enquadrados ou finalizados dentro da lei do feminicídio.

O crime do feminicídio caracteriza-se por ocorrer no período da noite e nos finais de semana, prologando-se para a madrugada de segunda-feira, no

ambiente doméstico, com o emprego de arma perfuro-cortante, demonstrando o caráter privativo do feminicídio, em sua maioria cometidos por parceiros ou ex-parceiros, sendo estes mais velhos que as vítimas. Verifica-se que a motivação relacionada a “Ódio ou Vingança” e que os feminicídios íntimos e familiares são os mais recorrentes. Para melhor aprofundamento do fenômeno é de suma importância aprofundamento nas análises dos casos considerando os perfis das vítimas, dos autores, do crime, da relação entre os envolvidos.

Apesar das conquistas jurídicas e sociais obtidas pelas mulheres no que tange ao enfrentamento da violência contra a mulher, muito precisa-se avançar no que concerne à luta contra a dominação masculina, poder, a discriminação a condição de mulher.

## Referências

ALMEIDA, S. S. **Femicídio**: Algemas invisíveis do público-privado. São Paulo: Revinter, 1998.

BRASIL. **Lei Nº 13.104, de 03 de março de 2015**. 2015.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. Diretrizes Nacionais Feminicídio: Investigar, processar e julgar, com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília: MJ, 2016

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 8. ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher-Convenção de Belém do Pará, 1994.

DIAS, M. B. **A Lei Maria da Penha na Justiça**: a efetividade da Lei Nº 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DINIZ, D.; PENALVA, J. O impacto dos laudos periciais no julgamento de homicídio de mulheres em contexto de violência doméstica ou familiar no Distrito Federal. In: **Homicídios no Brasil**: registro e fluxo de informações. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013. 409 p.: il. – (Coleção Pensando a Segurança Pública; v. 1)

FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. São Paulo, 2017

MELO, A. R. **Femicídio: Uma análise sociojurídica da violência contra mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: GZ, 2016.

MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 3, n. 45, p. 564-74, 2011.

MODELO DE PROTOCOLO LATINO - AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS DE MULHERES POR RAZÕES DE GÊNERO (FEMICÍDIO/FEMINICÍDIO). Escritório Regional para a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; Escritório Regional para as Américas e o Caribe da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). Brasília: ONU Mulheres, 2014.

ONU MULHERES. ONU. **Fim da violência contra as mulheres**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

PASINATO, W. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 219-246, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil**. Distrito Federal: FLACSO, 2015.





# Feminicídio: os preconceitos e estigmas que perpetuam a destruição física e moral de mulheres

*Alzilene Andrade Lima*

*Selma Tavares de Melo*

*Ivone Freire Costa*

## RESUMO

**Importância:** O feminicídio, elevado à categoria de circunstância qualificadora do crime de homicídio, e como tal, incluído no rol dos crimes hediondos, embora configure uma previsão legislativa datada do início de 2015, em verdade está longe de ser um fenômeno recente na sociedade brasileira. A violência contra a mulher, a qual abarca desde a violência patrimonial, psicológica, moral, sexual, até a violência física, é corriqueira, e infelizmente está arraigada no modelo de sociedade patriarcal, a qual sempre se pautou em relegar a mulher, e especialmente a mulher vítima de violência, ao patamar de mera coadjuvante, geralmente tida como responsável pelo seu próprio infortúnio. Dados oficiais demonstram que os índices de feminicídio são elevados, o que reforça que ainda há muito o que ser feito para refrear esse execrável fenômeno que tem culminado na morte de dezenas de mulheres, o que requer uma atuação conjunta e integrada não dos órgãos de justiça criminal, mas também, uma atuação preventiva consubstanciada na desconstrução dos resquícios do modelo de sociedade patriarcal, a ser objeto de ampla divulgação e discussão nos diversos setores da sociedade, notadamente no ambiente escolar, com vistas a desmistificar a ideia da mulher enquanto ser subalterno e fadado a sofrer todo e qualquer tipo de violência.

**Palavras-chave:** Feminicídio. Lei Maria da Penha; Violência de gênero.

## Introdução

Feminicídio é a qualificadora adicionada ao crime de homicídio pela Lei Nº 13.104/2015, quando a morte for provocada pela simples condição de mulher, com viés de extermínio do gênero. O recrudescimento da pena já existente buscou reduzir os índices alarmantes existentes em nosso país. Apesar das garantias já previstas pela Lei Nº 11.340/06, a existência de mecanismos como medidas de segurança para afastamento do agressor, sob pena de prisão, não foi o bastante para coibir as agressões e homicídios contra mulheres. Ademais, a morosidade da justiça em analisar medidas cautelares, também agrava a situação das vítimas, que ficam mais vulneráveis à perseguição por seus algozes, sabedores que são da insuficiente proteção estatal colocada à disposição das mulheres vítimas de violência.

Infelizmente, fatores como confiança, vínculo afetivo e dependência econômica são preponderantes na submissão de algumas mulheres, que mantém o vínculo com os homens que as subjagam em relacionamentos abusivos, que prolongam uma pseudorelação amorosa que pode resultar em sua morte.

A mudança de paradigma é feita ao criar-se uma cultura de conscientização entre crianças e jovens sobre a importância desse fenômeno, e como agir diante de situações de violência doméstica é uma ação que será a mola propulsora para construção de uma sociedade menos violenta e mais inclusiva, empoderando as mulheres para lutar por sua dignidade.

## Revisão bibliográfica

Passaram-se 12 anos desde a publicação da Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340/06), e um número considerável de “Marias” foi assassinada no Brasil. Muito se investiu em propaganda, publicidade, programas, ministérios, lançamento de candidatas apoiando o feminismo, passeatas com protestos, veículos de denúncia, e um empenho nacional na conscientização da população sobre a gravidade da violência doméstica.

Apesar da conscientização nos veículos de comunicação e meio acadêmico sobre os direitos das mulheres, a fim de coibir a violência de gênero, grande parte da população masculina interpreta a Lei como excesso, defendendo que os direitos devem ser iguais para homens e mulheres, e que atribuir delegacias especializadas ou medidas protetivas representam uma falta de razoabilidade. Há quem considere que as mulheres abusam das prerrogativas dispostas em Lei, até mesmo para pleitear benefícios patrimoniais, desvirtuando o propósito da Lei.

Por mais que pareça retrógrado e inaceitável tal ponto de vista, considerando-se que as minorias ou partes mais frágeis numa relação processual, sob poderio econômico ou físico coativo de outrem, devem ter um tratamento que resguarde suas garantias. Devemos considerar todas as concepções dentro da realidade de quem as defende, para construir argumentos sólidos que possam modificar seus pontos de vista. O fato é que as taxas endêmicas de mortes violentas no Brasil, de indivíduos de quaisquer gêneros, geram uma insatisfação da população como um todo, em relação com a forma como as políticas de Segurança Pública têm sido conduzidas. Isso não pode desvirtuar o foco da necessidade de uma proteção diferenciada e acessível às mulheres em situação de violência doméstica.

As estatísticas demonstram que a violência de gênero perpassa não apenas os relacionamentos entre pessoas com baixo poder aquisitivo, como também indivíduos da classe média ou alta, com amplo acesso a instrução intelectual. A raiz do problema não está no nível de discernimento e escolaridade, nem tampouco na renda familiar, mas sim no esclarecimento e respeito a princípios de dignidade e integridade moral e física do próximo, cujos valores são construídos desde a primeira infância.

*No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios entre o público feminino revelou que, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875.<sup>1</sup>*

A Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340/06) representou grande avanço na luta pelos direitos das mulheres no país, resguardando direitos peculiares à situação de violência doméstica, outrora inacessíveis às vítimas. Entretanto, as penalidades e medidas cautelares previstas não foram suficientes para coibir esse tipo de violência.

Em 2015, surge a Lei Nº 13.104, que altera o Código Penal, trazendo uma qualificadora ao crime de homicídio, o feminicídio, cuja definição foi bem delimitada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre violência contra a mulher, do Congresso Nacional:

<sup>1</sup> <<https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>.

*O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante<sup>2</sup>.*

A elucidação sobre as modalidades de prática de violência de gênero e a importância de observação que tem sido garantida a esse fenômeno sociológico, que tanto incomoda a sociedade, garante um espaço importante de discussão e incentivo de pesquisas para encontrar formas de enfrentamento a esse problema.

*A pesquisa DataSenado sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil, divulgada nesta quarta-feira (07/06/17), revela aumento no número de mulheres que declaram ter sofrido algum tipo de violência doméstica: o percentual passou de 18%, em 2015, para 29%, em 2017<sup>3</sup>.*

A naturalização do feminicídio como um fenômeno cotidiano, a inversão de culpa da vítima, o estímulo à aceitação de julgamentos machistas como um discurso comum e aceitável, a falta de acolhimento, empatia e solidarização com a situação das mulheres vítimas de violência, e a permissão da perpetuação do sentimento de culpa destas vítimas, que muitas vezes acreditam que contribuíram de alguma forma para construção da situação de violência, são situações que fulminam as tentativas de redução dos índices de crimes de violência contra a mulher, simplesmente pelo fato de ser mulher.

Além disso, observa-se uma resistência institucional no enquadramento de algumas mortes como feminicídio, o que explica uma estatística numérica que não reflete a realidade, já que paradoxalmente verifica-se o aumento de casos de homicídios contra mulheres motivados por questões de gênero. A fim de garantir uma investigação especializada, levando em consideração

<sup>2</sup> (BRASIL, 2013, p. 1003).

<sup>3</sup> <http://www.justicadesaia.com.br/pesquisa-data-senado-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2017/>.

as peculiaridades que envolvem o crime de feminicídio, o governo federal investiu em capacitação das polícias com atribuição investigativa nesta seara.

Convém ressaltar a importância do Manual de Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres.

*As Diretrizes Nacionais são baseadas no Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação de Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero. O Brasil foi escolhido como país-piloto para o processo de adaptação do documento internacional e de sua incorporação às normativas e diretrizes nacionais.<sup>4</sup>*

O atendimento especializado em Delegacias, Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) e outras instituições que atendem mulheres em situação de risco, que tiveram direitos violados, são cruciais para garantir o apoio estrutural e, sobretudo, emocional, que as vítimas de violência doméstica necessitam passar romper com o ciclo de submissão e denunciar esse tipo de crime.

Estudos demonstram que o feminicídio é o último ato após um histórico reiterado de agressões, que geralmente crescem gradativamente, desde a violência psicológica, evoluindo para violência física e, por fim, ceifando a vida da vítima. O recrudescimento da pena imposta ao homicídio contra mulheres por questões de gênero visa coibir esse tipo de crime por meio de uma prevenção geral, que tem como escopo impactar os agressores quanto a mitigação da impunidade, outrora consolidada.

Entretanto, a redução dos índices de feminicídios perpassa muito além do temor de uma sanção mais grave, mas especialmente pela busca dos fatores que desencadeiam a desestrutura familiar e comportamentos de agressividade crescente. O acompanhamento psicológico do agressor, por meio de determinação judicial de comparecimento de programas de reabilitação e educação de gênero são paliativos, mas se aplicam quando a violência já foi consolidada e está arraigada na personalidade do agressor.

Uma postura ainda pouco implementada é a aplicação de programas didáticos para formação de uma nova geração de homens e mulheres com uma percepção diferenciada sobre o padrão cultural de subordinação atualmente vigente, apesar das evoluções agregadas por meio de políticas públicas. Na

<sup>4</sup> <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>.

educação básica, especialmente para o público jovem, não há disciplinas da grade curricular que trabalhem de forma específica e não tangencial matérias de direitos humanos, constitucionais e, sobretudo, de relações de gênero.

O ensino conteudista, muitas vezes, negligencia a formação de um cidadão íntegro e participativo nas questões enfrentadas pelo Estado em que vive, o que precariza a construção de uma cultura que possa evitar perpetuação da maioria de suas mazelas. Se houver reflexão e construção da maturidade dos jovens sobre os problemas sociais, muitos relacionamentos abusivos poderiam ser coibidos e construções de relações mais saudáveis e cidadãos mais conscientes poderão concretizar uma realidade positiva.

A aplicação de mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação depende da apresentação e votação de projetos de Lei pautados nas necessidades atuais da sociedade brasileira, vez que muitos conhecimentos obsoletos ou pouco aplicáveis continuam classificadas como matérias de ensino obrigatório na grade curricular do ensino fundamental e médio.

Mostra-se interessante, ainda, a ampliação do acesso de crianças e adolescentes a apoio psicológico, já que as que vivenciam situações de violência doméstica tendem a reproduzir comportamentos que vivenciam no seu cotidiano, além de precisarem de suporte imediato, para garantir sua integridade física e emocional. Diante do princípio da reserva do possível, tão reivindicado pela Administração Pública, depreende-se que ante a situação econômica do país, e de precarização de setores como a saúde, a cidadania muitas vezes é relegada a segundo plano.

### **Materiais e métodos**

O presente artigo foi fomentado por meio de estudos realizados no Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, promovido pela Universidade Federal da Bahia, em parceria com o Ministério Público Estadual da Bahia. A revisão bibliográfica de artigos e livros que tratam de violência doméstica, análise de dados estatísticos publicados por secretarias e institutos nacionais de notória idoneidade que militam nesta área, construíram o arcabouço teórico que fomentou a reflexão trazida nesse breve artigo.

O estabelecimento de diálogos com profissionais do Ministério Público e Polícia Civil do Estado da Bahia, que atuam na área de Violência Doméstica, bem como a análise de investigações ensejadas pela experiência profissional das mestrandas agregaram elementos fundantes para concepção do feminicídio

como último fenômeno da construção da prática de violência doméstica, tão arraigada na cultura de nosso país.

## **Resultados e discussões**

A análise da discrepância entre as conquistas alcançadas no âmbito legislativo, o aumento dos índices estatísticos de violência contra a mulher e os reflexos na percepção da sociedade sobre o problema corroboram a constatação de que o endurecimento das sanções penais para a prática do feminicídio e outras violências de gênero não são suficientes para coibir sua propagação no Brasil.

Uma cultura de fomento a discussões sobre violência, direito à construção de identidade de gênero, importância do respeito à dignidade humana e busca de compreensão e respeito da individualidade alheia leva anos para ser implementada. A necessidade de apoio irrestrito por parte do governo, a fim de aparelhar as esferas de educação para consolidar uma sociedade com nova mentalidade, mostra-se fator crucial nessa busca por evolução e pacificação de conflitos.

Por tratar-se de pesquisa em andamento, espera-se, a partir dos dados levantados, analisar as conquistas alcançadas no âmbito legislativo no que tange à violência contra a mulher, o significado dos índices estatísticos desta violência, bem como a percepção da sociedade sobre essa temática, de modo a identificar a discrepância entre a atuação legislativa e o aumento das estatísticas, bem como seu liame com o processo educacional, o qual deve trazer à baila a temática da violência de gênero como algo a ser debatido e combatido.

## **Considerações finais**

Os avanços alcançados na seara legislativa não estão sendo acompanhados pela redução dos índices de violência, o que gera uma percepção de deficiência nas políticas públicas existentes para garantia efetiva de diminuição da prática de violência e consumação de feminicídios. A lacuna na educação de jovens sobre a temática é um fator que deve ser estudado pelo governo e pesquisadores da área, como ponto relevante para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Há muitos aspectos na educação dos jovens, que estão sendo negligenciados para a construção de cidadãos com uma percepção clara e isenta de preconceitos sobre o fenômeno da violência doméstica. Após 12 (doze) anos da existência da Lei Maria da Penha, a sociedade brasileira pouco evoluiu

na sua forma de agir ante a violência doméstica perpetrada por questões de gênero e seus índices continuam crescendo de forma considerável.

## Referências

ARTIGO 19. **Dados sobre o feminicídio no Brasil**. Disponível em <http://artigo19.org/wpcontent/blogs.dir/24/files/2018/03/Dados-Sobre-Femic%C3%ADdio-no-Brasil-.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CNJ. **Feminicídio**: 10,7 mil processos aguardavam decisão da Justiça em 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87032-feminicidio-10-7-mil-processos-aguardavam-decisao-da-justica-em-2017>>. Publicado em 20.06.2018. Acesso em: 17 set. 2018.

CNJ. **O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha**. 2018. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/files/publicacoes/uivdebfb866190c20610890849e10\\_1c3f3d621da010274f3d69e6a6d6b7e6.pdf](http://www.cnj.jus.br/files/publicacoes/uivdebfb866190c20610890849e10_1c3f3d621da010274f3d69e6a6d6b7e6.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2018.

ONU: **Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Publicado em 04.09.2016. Acesso em: 30 ago. 2018.

ONU MULHERES. **Diretrizes Nacionais – Feminicídio – Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres**. Brasília-DF. 2016. Disponível em: <[www.onumulheres.org.br](http://www.onumulheres.org.br)>. Acesso em 16 set. 2018.

SENADO FEDERAL. **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Pesquisa DataSenado. Jun-2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-demulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

THURLER, Ana Liési. **Feminicídios na Mídia e Desumanização das Mulheres**. **Revista Observatório**. Dez-2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4249>>. Acesso em 14 ago. 2018.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**, Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos). 2012.



# Um estudo de caso de feminicídio na cidade de Salvador-Bahia

*Amanda Barreto Meirelles do Nascimento*

## RESUMO

**Importância:** O presente trabalho perscruta o feminicídio, a partir de um estudo de caso na 1ª Delegacia de Homicídios da capital Salvador (BA), tema relevante por tratar de crime em que as mulheres, ainda, são as vítimas. Com a Lei Nº 13.104/2015, que alterou o Código Penal para incluir o feminicídio como modalidade de homicídio qualificado, buscou-se investigar um caso de mulher na condição de vítima, ocorrido na aludida capital, no ano de 2015. **Objetivos:** O objetivo deste estudo foi identificar o mais provável motivo do crime, assim como descrever o perfil da vítima e do ofensor, bem como especificar o local e a(s) circunstância(s). **Metodologia:** Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa assume, predominantemente, uma abordagem qualitativa, enquanto método de procedimento, em que serão utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, passo inicial de toda pesquisa; coleta documental e análise de conteúdo dos atos presentes no inquérito policial. É válido ressaltar que a seleção dos documentos (inquéritos) será feita por meio de quotas intencionais. Quanto às questões de ordem ética, os atos inquisitoriais não são protegidos por sigilo judicial e policial, no entanto, serão preservadas quaisquer informações que possam individualizar os sujeitos envolvidos na ação. **Resultados:** Como resultado no que concerne ao homicídio ocorrido no bairro de Brotas, em Salvador (BA), constatou-se um caso de feminicídio íntimo, em que a vítima, nos primeiros sinais de violência, não registrou ocorrência em delegacia de polícia. Ademais, sublinham-se traços de violência doméstica e discriminação à condição da vítima, isso constatado por intermédio dos depoimentos das testemunhas. **Conclusão:** Por fim, entende-se que é necessária uma política pública do Estado mais eficaz e atuante para combater e prevenir o feminicídio, por meio de campanhas de estímulo à denúncia, o que assegura o empoderamento das mulheres.

**Palavras-chave:** Feminicídio; Gênero; Homicídio; Mulher.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre um estudo de caso de feminicídio na cidade de Salvador (BA), tema importante por ser um crime de homicídio, em que as mulheres são as vítimas. Segundo Barros (2015), o termo *feminicídio* pode ser entendido como um ódio contra as mulheres, também conhecido como “crime fétido”. Nesses termos, afirma:

O feminicídio pode ser definido como uma qualificadora do crime de homicídio motivada pelo ódio contra as mulheres, caracterizado por circunstâncias específicas em que o pertencimento da mulher ao sexo feminino é central na prática do delito. Entre essas circunstâncias estão incluídos: os assassinatos em contexto de violência doméstica/familiar e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Os crimes que caracterizam a qualificadora do feminicídio reportam, no campo simbólico, a destruição da identidade da vítima e de sua condição de mulher. Também conhecido como “crime fétido”, vem a ser uma expressão que vai além da compreensão daquilo designado por misoginia, originando um ambiente de pavor na mulher, gerando o acossamento e sua morte. Compreendem as agressões físicas e da psique, tais como o espancamento, suplício, estupro, escravidão, perseguição sexual, mutilação genital, intervenções ginecológicas imotivadas, impedimento do aborto e da contracepção, esterilização forçada, e outros atos dolosos que geram morte da mulher (BARROS, 2015, p. 17).

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI), que investigou casos de agressão contra as mulheres nos estados brasileiros, ocorrida entre março de 2012 e julho de 2013, recomendou que fosse criada uma lei de feminicídio, tendo em vista o grande número de vítimas. Então, em 9 de março de 2015 foi criada a Lei Nº 13.104, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, alterando, assim, o Artigo 1º da Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Com a alteração da legislação será verificado na 1ª Delegacia de Homicídios da capital Salvador (BA) o caso de uma mulher vítima de homicídio, o que levou à caracterização do feminicídio. A partir da análise desse inquérito,

do ano de 2015, traçam-se os seguintes objetivos da presente pesquisa: identificar o principal motivo do crime; descrever o perfil da vítima, assim como o do ofensor, além de especificar o local e a(s) circunstância(s) de onde ocorreu o crime, de modo a identificar aspectos de ordem social da vítima e do ofensor.

A justificativa maior para a realização deste estudo se pauta no argumento de que, por constar no Mapa da Violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015), as mulheres, em Salvador, tiveram um aumento gradual enquanto vítimas de homicídio: no ano de 2003 foram registrados 38 casos; em 2004 foram 44 casos; em 2005, 69 casos; em 2006 houve o registro de 74 casos; em 2007, 87 casos; em 2008, 99 casos; em 2009, 98 casos; em 2010, 118 casos; em 2011, 133 casos; em 2012, 132 casos; e em 2013, 115 casos.

Diante dessas evidências, percebe-se que a violência contra a mulher, nos casos específicos de homicídio, vem expressando um aumento significativo no decorrer dos anos. Ainda em relação ao Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), é pertinente ressaltar que constam os casos de homicídio por serem crimes contra a vida, ou, dito de outra forma, crimes contra o maior bem jurídico. Diante dessa realidade, percebe-se que a violência se manifesta de forma física, sexual, psicológica, por exemplo, sendo esta a que obteve mais ocorrências registradas.

O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015) apenas classifica tais crimes em que as mulheres são vítimas como homicídio ou violência doméstica, uma vez que não trata dos feminicídios de forma específica. Assim sendo, revela-se relevante a discussão como a que está sendo aqui proposta, tema da presente pesquisa, que trata de feminicídio, um delito que está crescendo de forma espantosa na sociedade brasileira, o que vai de encontro aos direitos fundamentais das mulheres, como o direito à vida.

Nessa seara, Guimarães (2007) define *crime*, no sentido amplo, sendo a conduta humana, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, que infringe a norma legal; mais restritivamente é a infração cuja lei comina pena, que pode ser de reclusão, de detenção ou de multa, isolada ou cumulativamente.

É justamente nesse contexto que ganha destaque e importância o estudo da temática envolvendo um caso de feminicídio, justificando a sua análise em razão da nova legislação de feminicídio. Nesse passo, será tratada a descrição do feminicídio ocorrido na região da 1ª Delegacia de Homicídios da cidade de Salvador, no ano de 2015. Ademais, considerando que são escassos os trabalhos científicos produzidos nessa área, a temática suscitada constitui-se num campo fértil e atrativo à reflexão, havendo forte ligação com os temas relacionados à temática de vitimização.

## Revisão bibliográfica

No Brasil, revela-se clara a diferença de gênero ainda existente entre homens e mulheres. Para ilustrar, basta observar que na sociedade colonial brasileira existia diferenciação da pena do cônjuge por adultério: para as mulheres, não existia alternativa de ser desculpada pelo crime de matar seus maridos; já para os homens adúlteros, a defesa da honra perante o adultério encontrava respaldo nas leis e na sociedade – o homem traído que matasse não sofria qualquer punição. Nesse sentido, tinha assim disposto nas ordenações: “Achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela, como o adultério, salvo se o marido for peão, e o adultério, fidalgo, desembargador, ou pessoa de maior qualidade” (DEL PRIORE, 2006, p. 58).

Dessa forma, a condição do homem casado era levada em consideração, mas a da mulher não tinha a menor importância. Outra punição para as mulheres adúlteras era ser confinada em um convento. Afirma Del Priore (2006, p. 205):

Entre os crimes passionais, o mais debatido era o cometido como reação ao adultério. Apoiado na tradição machista e patriarcal, o crime seria predominantemente masculino. Nessa tradição, honra manchada lavava-se com sangue. Já o adultério masculino normalmente provocava acomodação por parte das mulheres, em especial nas camadas médias e burguesas, temerosas de uma ruptura que as obrigasse a mudar de vida. Entre nós, de acordo com o Código Penal de 1890, só a mulher era penalizada e punida por adultério, com prisão celular de um a três anos. O homem só era considerado adúltero no caso de possuir concubina teúda e manteúda, e isso era considerado um assunto privado.

Conforme consta no Código Civil de 1916, a mulher, apesar de não ser considerada pelo Código incapaz de suas faculdades mentais, dependia da autorização expressa do marido para assinar contratos e poder trabalhar fora de casa. Em suma, a mulher estava subjugada, inferiorizada ao marido, como é possível visualizar tal cenário a partir do que dispunha os Artigos 1299 e 242 do Código Civil de 1916.

Por esse histórico que o Brasil tinha (e ainda mantém) de violações e discriminações de gênero e, principalmente, pela luta das feministas na

Constituição Federal de 1988, foi disposto, em seu artigo 5º, que todos são iguais perante a lei: “I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Não obstante a Constituição Federal dispor que todos são iguais perante a lei, ainda persiste a violência contra a mulher em grande escala e sob as variadas condições. A violência contra a mulher, antes de 2006, era considerada um crime de menor potencial ofensivo, tendo o ofensor os benefícios da Lei Nº 9.099/1995, como, a citar, a possibilidade de pagamento de cestas básicas, de multas e/ou de alguma restrição de direito.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 70% das vítimas de assassinato do sexo feminino foram mortas por seus maridos. Em 20 de agosto de 1998, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) recebeu a denúncia da vítima de violência doméstica, Maria da Penha Maia Fernandes, que alegava a tolerância da República Federativa do Brasil para com a violência contra a mulher. O processo seguiu seus trâmites normais na CIDH, que reiterou ao Estado brasileiro certas recomendações (BRASIL, 2016), como, a saber:

Multiplicar o número de delegacias policiais especiais para a defesa dos direitos da mulher e dotá-las dos recursos especiais necessários à efetiva tramitação e investigação de todas as denúncias de violência doméstica, bem como prestar apoio ao Ministério Público na preparação de seus informes judiciais.

Então, em 07 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei Nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, surgindo para criar mecanismos para a defesa do direito das mulheres no âmbito das relações familiares. De forma ampla, a Lei foi criada para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo, pois, permitida a prisão em flagrante: prisão preventiva do agressor e medidas protetivas à mulher.

A inclusão do feminicídio como uma das qualificadoras do crime de homicídio é justificável, tendo em vista o expressivo número de mulheres mortas todos os anos pela questão de gênero. Como coloca Melo (2017, p. 131):

A justificativa para a inclusão da qualificadora do feminicídio estaria no reconhecimento pela ONU Mulheres de que esse tipo de crime estaria aumentando no mundo

inteiro, sendo a impunidade a norma. Segundo o relatório da CPMI [Comissão Parlamentar Mista de Inquérito], os assassinatos contra mulheres observados no contexto brasileiro, e como já o observamos nos demais contextos, “não são incidentes isolados que surgem repentina e inesperadamente, mas sim o ato último da violência contra as mulheres, vivenciada como um contínuo da violência.

## **Materiais e métodos**

Do ponto de vista teórico-metodológico, este estudo parte de uma abordagem predominantemente qualitativa. Dentre as diversas formas que a abordagem qualitativa assume, a opção é pelo estudo de caso, enquanto método de procedimento, entendido, aqui, na perspectiva de Yin (2001, p. 35): “uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados”, uma vez que se pretende analisar um caso concreto ocorrido na capital Salvador.

Para tanto, serão utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, enquanto passo inicial de toda pesquisa; coleta documental e análise de conteúdo dos atos presentes no inquérito policial. A seleção dos documentos (inquéritos) será feita por meio de quotas intencionais. Quanto às questões de ordem ética, ressalta-se que os atos inquisitoriais não são protegidos por sigilo judicial e policial; contudo, serão preservadas quaisquer informações que possam individualizar os sujeitos envolvidos na ação.

## **Resultados**

O feminicídio, por ser uma violência contra uma mulher em razão de gênero ou por discriminação de gênero, não é um fenômeno novo, sendo sua principal característica o sentimento de ódio pelo sexo feminino.

Nesse sentido, com o fito de investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres, verificaram-se as razões que, direta e indiretamente, implicam a prática das mortes violentas de mulheres, nesta ordem: sentimento de posse sobre a mulher; controle sobre o corpo, desejo, autonomia da mulher; limitação da emancipação profissional, econômica, social ou intelectual da mulher; tratamento da mulher como objeto sexual, manifestações de desprezo, ódio pela mulher e pelo feminino (BRASIL, 2016).

Isso posto, analisa-se, agora, com mais profundidade, o caso de feminicídio em estudo, ocorrido em Salvador (Bahia), na 1ª Delegacia de Homicídios, que é responsável pela área da Pituba, Brotas, Nordeste de Amaralina, Parque das Bromélias e Itapuã, bairros da referida capital, no período de 2015, momento esse posterior à Lei Nº 13.104/2015, que trata de feminicídio.

O crime ocorreu no dia 3 de setembro de 2015, por volta das 14 horas e 29 minutos, na Avenida Juracy Magalhães, próximo ao Hospital Aliança, num matagal, no bairro de Brotas. O autor do feminicídio íntimo se utilizou de instrumento cortante, tipo peixeira, desferindo inúmeros golpes na região do pescoço da vítima, que era sua companheira, causando-lhe esgorjamento (degola), o que a levou a óbito.

A vítima tinha 42 anos, era natural de Salvador, de cor parda, e o meio empregado no crime foi arma branca, sendo que o corpo foi encontrado num local isolado pelos policiais militares do Esquadrão Águia. O filho da vítima, ao prestar declarações no inquérito policial, relata que sua genitora convivia com um indivíduo que ele nunca dirigiu a palavra, apenas sabia o prenome, e que a vítima tinha conhecido o autor do feminicídio no bairro da Lapa, cerca de quatro meses antes do crime, numa seresta; que, posteriormente, foi morar com a vítima, a contragosto do filho dela.

Outro fato importante relatado pelo filho da vítima foi que sempre presenciava discussões entre a genitora e o autor, que tinha temperamento agressivo e violento. As declarações da filha da vítima foram praticamente iguais às prestadas pelo irmão, informando que o autor era muito violento, brigava sempre motivado por ciúmes e que havia ameaçado de morte a vítima, bem como acessava o seu celular, controlava mensagens e telefonemas. E, nesse cenário, quando a vítima dizia que iria se separar, o autor ameaçava matá-la.

Uma relevante informação prestada pela filha da vítima informou que o autor do feminicídio já tinha cometido um homicídio em Sergipe, mas não sabia dizer se era verdade; além disso, uma faca tipo peixeira tinha sumido de sua residência no dia anterior ao crime. A sobrinha da vítima, ao prestar declarações, disse que a família não conhecia a família do autor do crime, por ele ser daquele estado, que eles tinham um relacionamento conturbado, com muitas brigas e discussões e ameaças do autor. Todavia, a vítima nunca tinha ido a uma delegacia de polícia com o propósito de registrar um boletim de ocorrência (BO). Romperam por duas vezes, porém, reataram logo em seguida.

Como relatado, no dia do crime, a vítima ligou para a família informando que, caso não aparecesse até à meia-noite daquele dia, estaria morta, e o culpado seria o autor. Posteriormente, o telefone foi arrebatado das mãos da vítima, e uma voz proferiu as seguintes palavras: “Ela já está morta”. Percebe-se que o caso é claro de feminicídio íntimo: o autor já dava sinais para o desfecho trágico, tendo em vista que, primeiramente, foram as discussões, brigavam sempre por ciúmes, ameaçava de morte, controle do aparelho celular. O ciclo da violência contra a vítima levou-a à morte.

A seguir, apresenta-se um quadro que resume as mais importantes informações relacionadas ao crime de feminicídio em discussão:

**Quadro 1:** Análise geral das circunstâncias relacionadas ao crime de feminicídio, em 2015, na cidade de Salvador (Bahia)

<b>Vítima</b>	<b>Autor</b>	<b>Crime</b>
Idade: 42 anos	Idade: 26 anos	Local (bairro): Brotas
Profissão: empregada doméstica	Profissão: jardineiro	Data: 03/09/2015
Etnia: parda	Etnia: parda	Horário encontrado do corpo: 14h 29min
Religião: católica	Religião: ignorada	Meio empregado: arma branca (peixeira)
Grau de instrução: ignorado	Grau de instrução: Fundamental incompleto	Relação: namorados
Apelido: ignorado	Apelido: Ligeirinho	Tipo de feminicídio: íntimo
Estado civil: solteira	Estado civil: solteiro	Antecedentes criminais: sim
Naturalidade: Salvador (BA)	Natural: Simão Dias (SE)	Motivo do crime: ciúmes

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora a partir do inquérito policial em estudo.

### **Considerações finais**

Historicamente, a primeira lei no Brasil com o objetivo de coibir a violência contra a mulher foi a Lei Nº 11.340/2006, comumente conhecida por Lei Maria da Penha, que visa a coibir e a prevenir a violência doméstica



e familiar contra a mulher, dispondo sobre a criação de juizados de violência e estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres.

A violência de que trata a Lei Nº 11.340/2006 abrange agressão, física, sexual, verbal ou psicológica. Já o feminicídio é diferente, por ser uma circunstância qualificadora do homicídio e, para ser caracterizado como feminicídio, o crime tem que ocorrer em função da condição de ser do sexo feminino. Dessa forma, considera-se a condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

A pena de feminicídio será aumentada de 1/3 até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto, contra pessoas menores de catorze anos, maiores de sessenta anos com deficiência ou na presença de descendente ou de ascendente da vítima. Com relação aos tipos de feminicídio, esse pode ser assim classificado (COMISSÃO..., 2001): íntimo, não íntimo, infantil, familiar, por conexão, sexual sistêmico, por prostituição ou ocupações estigmatizadas, por tráfico de pessoas, por contrabando de pessoas, transfóbico, lesbofóbico, racista e por mutilação genital feminina.

A respeito do caso de homicídio ocorrido no bairro de Brotas, em Salvador, constatou-se que foi um caso de feminicídio íntimo, em que a vítima, nos primeiros sinais de violência, não chegou a registrar ocorrência na delegacia de polícia, levando-a a um desfecho trágico: seu namorado a matou por motivos banais. Em síntese, esse crime ficou caracterizado como feminicídio, pois envolveu violência doméstica e teve discriminação à condição da vítima, constatada pelos depoimentos das testemunhas no inquérito policial.

Por fim, entende-se que é necessária uma política pública do Estado para combater e prevenir o feminicídio, de forma atuante e eficaz, por meio de campanhas de estímulo à denúncia, o que possibilitará o empoderamento das mulheres.

### Referências bibliográficas

BARROS, Francisco Dirceu. **As modalidades de feminicídio aberrantes**. Disponível em: <<http://franciscodirceubarros.jusbrasil.com.br/artigos/177884020/as-modalidades-de-feminicidios-aberrantes>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 ago. 2006.

BRASIL. **Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o Art. 121 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o Art. 1º da Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 mar. 2015.

BRASIL. **Diretrizes nacionais feminicídio:** investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília, 2016.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Organização dos Estados Americanos. **Relatório Nº 54/01, caso 12.051, Maria da Penha Maia Fernandes, sentença de 4 de abril de 2001.**

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **Convenção de Belém do Pará, 1994.**

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas:** sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico.** 9. ed., São Paulo: Rideel, 2007.

MELO, Adriana Ramos de. **Feminicídio:** uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil. 2. ed., Rio de Janeiro: GTZ, 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015:** homicídios de mulheres no Brasil, 2015.

YIN, Robert. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

# A gestão por processos a serviço da Ouvidoria do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia

*Tatiana Eleutério D'Almeida e Pinho  
Maracy Vieira dos Santos*

## RESUMO

**Importância:** O presente estudo busca demonstrar como a gestão por processos pode contribuir no desempenho do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA), notadamente, na execução das atividades da Ouvidoria, na medida em que a padronização institucional dos processos daquele órgão pode fortalecer a organização do trabalho, permitir um aumento de produtividade e redução de erros. **Objetivo:** Diante disto, este trabalho tem como objetivo verificar quais as possíveis contribuições da gestão por processos à administração do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, à luz das atividades da Ouvidoria do CBMBA. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa descritiva, quali-quantitativa, não-experimental, com fontes de dados bibliográfica e documental, com aplicação de questionário junto às ouvidorias setoriais do CBMBA, buscando realizar um diagnóstico sobre a aplicabilidade e benefícios das ferramentas de BPM no serviço de ouvidoria, utilizando-se também do estudo de caso, que, juntamente com as informações coletadas, oportunizou a elaboração de um processo em estado futuro (TO-BE) para a Ouvidoria do CBMBA. **Resultados:** Os resultados demonstram como uma abordagem de gestão adaptável, criada com o intuito de sistematizar e facilitar os processos complexos desenvolvidos nas organizações pode colaborar com o desempenho da instituição, por meio de um gerenciamento dos processos e monitoramento de seus indicadores. **Conclusão:** Do apurado, constata-se que a gestão por processo se apresenta como uma oportunidade de otimizar as ações organizacionais e fortalecer os laços do CBMBA com a comunidade, por meio de sua Ouvidoria. **Palavras-chave:** Corpo de Bombeiros Militar da Bahia; Gestão por processo; Ouvidoria.

## Introdução

O dinamismo da sociedade atual traz consigo reflexões sobre padrões e comportamentos em todas as áreas sociais. Essa modernidade reflexiva, segundo Beck (2012), caracteriza-se por profundas contestações sociais, transformadoras dos arranjos sociais tradicionais, notadamente da relação entre o cidadão e o poder público. As ações políticas tornaram-se alvo para o veredicto da sociedade pós-moderna.

Neste viés, a exigência social por atendimento, com qualidade, de seus anseios deságua invariavelmente em um maior controle social sob as agências estatais. Dentre os órgãos estaduais, o Corpo de Bombeiros Militar se destaca como um expoente prestador de serviços à comunidade; contudo, ainda assim, ele não está imune ao pesado cajado do julgamento social. Todavia, a opinião dos usuários de seus serviços pode se tornar um vetor de transformação interna, porquanto, são essas informações os elementos imprescindíveis para uma melhoria contínua das atividades do CBM.

Para acompanhamento e tratamento desse precioso insumo, a opinião do cidadão, existe na estrutura organizacional do CBMBA, a Ouvidoria. Este órgão funciona como um canal direto entre o cidadão, seja ele do público externo ou interno, e administração, permitindo receber, encaminhar e acompanhar sugestões, reclamações, informações, denúncias e elogios dos cidadãos referentes aos serviços públicos prestados, objetivando a qualidade e a eficiência, desde o acolhimento das demandas até a análise e resposta ao cidadão.

É evidente a necessidade de uma estruturação precisa e eficiente dos processos internos da Ouvidoria para alcance desse propósito maior, posto que a sua operacionalização não ocorre de outromodo que não seja a execução diária de rotinas administrativas e procedimentos ordinários. Neste prisma, o gerenciamento de processos de negócio ou Business Process Management (BPM) desponta como uma tecnologia de gestão mundialmente utilizada para otimizar o trabalho e o relacionamento com os clientes.

O presente estudo busca demonstrar como a gestão por processos pode contribuir no desempenho do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA), notadamente, na execução das atividades da Ouvidoria, na medida em que a padronização institucional dos processos daquele órgão pode fortalecer a organização do trabalho, permitir um aumento de produtividade e reduzir erros.

Diante disto, este trabalho tem como objetivo verificar quais as possíveis contribuições da gestão por processos à administração do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, à luz das atividades da Ouvidoria do CBMBA.

## Revisão bibliográfica

A atividade de Ouvidoria temo fulcro de desenvolver a transparência na gestão pública.É um canal direto entre o cidadão, seja ele do público externo ou interno, e administração. Permitindo receber, encaminhar e acompanhar sugestões, reclamações, informações, denúncias e elogios dos cidadãos referentes aos serviços públicos prestados, objetivando a qualidade e a eficiência, desde o acolhimento das demandas até a análise e resposta ao cidadão. Oliveira (2011) ratifica essa importância:

Hoje, a ouvidoria brasileira é, sem dúvida, um canal de diálogo com a população; uma porta aberta para a participação popular através do escutar da reivindicação e da reclamação; um celeiro de recomendações para a melhoria do serviço público; um espaço na esfera de respeito ao ser humano” (OLIVEIRA, 2011).

Nos setores públicos estaduais da Bahia essa atividade é desenvolvida em rede interligada e coordenada pela Ouvidoria Geral do Estado (OGE). São 208 ouvidorias especializadas nas diferentes secretarias, fundações, empresas, autarquias e demais órgãos no serviço público estadual, em que todos utilizam o Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG), um software de registro e gerenciamento dos atendimentos. Isso permite uma uniformização de condutas e processos na gestão dos registros e entrega da resposta final ao demandante, em conformidade com o Decreto N<sup>o</sup> 8.803 (BAHIA, 2003), nos seus artigos de 8<sup>o</sup> e 9<sup>o</sup>, que estabelece a obrigatoriedade do uso unicamente do TAG.A Lei Federal N<sup>o</sup> 13.460 (BRASIL, 2017) estabeleceu os prazos para retorno de solicitações de informações, sendo o prazo de 20 (vinte) dias nestes casos, prorrogados por mais 10 (dez) dias.

No Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA), atendendo a determinação do Governo do Estado e a orientação técnica do Tribunal de Contas do Estado (TCE), a atividade de Ouvidoria encontra-se difundida em todos os Departamentos e Unidades Operacionais da Corporação. Todavia, não de forma subordinada, trabalhando independente, em conjunto com a

Ouvidoria Geral de Polícia, da Secretaria da Segurança Pública. Isso permite um trabalho mais amplo e com visão sistêmica da atividade.

O registro das demandas pode ser realizado em diversos canais, por Whatsapp (71) 99911-7631; pelo telefone 0800 284 0011; presencialmente nas Ouvidorias Setoriais ou pelo site da OGE, [www.ouvidoriageral.ba.gov.br](http://www.ouvidoriageral.ba.gov.br). Quando são feitas de forma remota, as demandas são recebidas e triadas por uma equipe especializada da OGE. De lá elas são direcionadas para as Ouvidorias Especializadas, que deverão realizar uma nova análise e triagem, direcionando-as para os setores técnicos responsáveis, por meio das Ouvidorias Setoriais de suas Secretarias ou Órgãos.

Como fiscalizadores da atividade e cumprimento de prazos, há no estado o Comitê Gestor de Acesso a Informação, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado. Estes acompanham o trabalho de todas as ouvidorias, remota e presencialmente, buscando o cumprimento dos prazos e atendimento eficiente e eficaz de cada registro.

Há muito tempo, a gestão das organizações caminha adotando inúmeras abordagens como as citadas acima, voltadas à melhoria dos serviços ofertados. E nesse movimento evolutivo, várias foram as práticas aperfeiçoadas advindas de abordagens a elas predecessoras e que, por muitas vezes, culminaram em comportamentos inovadores capazes de elevar as organizações a outros patamares de desempenho. O professor Sordi (2015) esclarece:

A busca por soluções eficazes levou as empresas a rever suas estruturas organizacionais; passaram a arquitetá-las não mais a partir do agrupamento de atividades a serem executadas, mas sob o ponto de vista do cliente. Ocorreu a alteração do foco administrativo, do fluxo de trabalho de áreas funcionais para processos de negócios da organização (SORDI, 2015, p. 20).

Essa nova perspectiva de atenção sobre o ponto de vista DO cliente em contraponto ao antigo foco NO cliente subsidiou a reflexão organizacional necessária para iniciar o processo de transformação institucional, baseada nesta abordagem sistêmica que passou a considerar a complexidade crescente das organizações, extrapolando seus muros e buscando considerar também o lado externo da organização.

A gestão por processos procura enxergar a organização de forma global, por meio do inter-relacionamento das áreas. É isto ocorre por meio da interação

de seus processos. Essa interação é monitorada pela gestão, buscando garantir o alcance dos resultados desejados. Com a “gestão por processos haverá sinergia entre as áreas, com processos otimizados, padronizados e controlados através da gestão desses processos, fortalecendo o relacionamento interdepartamental, possibilitando a visão do todo” (CAVALCANTI, 2017, p. 9).

O BPM ou Gerenciamento de Processos de Negócio surgiu nos anos 2000, com a finalidade de propiciar o alinhamento e integração entre as prioridades estratégicas da organização, com um enfoque sistêmico para uma administração integrada e articulada por seus processos, com foco de dentro para fora (outside-in), ou seja, com a atenção voltada para exigências de seus clientes.

Um processo de negócio é um conjunto de atividades lógicas, relacionadas e sequenciais que, partindo de uma entrada fornecida, agrega-lhe valor e produz uma saída específica para um cliente (HARRINGTON, 1997). Davenport (1994) compreende processo como uma ordenação específica das atividades de trabalho no tempo específico, com um começo e um fim, e entradas e saídas claramente identificadas.

Criar uma representação do processo de maneira integral e precisa sobre sua performance, esse é o propósito da modelagem de processos e envolve um agrupamento de elementos. A utilização conjunta desses elementos visa a criação de um modelo consistente, válido para a finalidade prevista, com uma uniformidade de linguagem que possibilite a integração entre outros modelos.

A modelagem do TO-BE, ou seja, do estado futuro do processo, coroa a otimização do processo e é resultado das novas conjunturas levantadas. Envolve a criação do modelo futuro que se deseja para um processo, garantindo o alinhamento com os objetivos de negócio e desempenho organizacional. “O desenho de qualquer estado futuro (“TO-BE”) deve então considerar as realidades do estado atual e os problemas e oportunidades que existirem.” (BPM CBOOK, 2013, p. 148).

No presente trabalho, diante das informações levantadas sobre a prática da ouvidoria, será apresentada uma proposta de novo processo de registro de demanda, neste caso, um processo TO-BE.

## **Material e métodos**

Considerando os objetivos pretendidos, o presente trabalho científico pode ser classificado como uma pesquisa descritiva, em que as informações

sobre as atividades da Ouvidoria foram observadas *in loco* e registradas, no período de julho a agosto de 2018, sem que houvesse interferência em seu funcionamento, de forma não-experimental.

Creswell e Clark (2013) deslindam que questões ou problemas de pesquisa podem ser mais bem respondidos com a utilização de métodos mistos de investigação. Nesta lógica, para alcance da amplitude desejada de dados, foi estabelecido o enfoque misto. Nesta abordagem, as informações obtidas nas fontes bibliográficas e documentais, quais sejam pesquisas científicas sobre o tema já publicadas, normas internas e legislação específicas, bem como relatórios de atividades da Ouvidoria, encontram aporte de dados estatísticos atingidos por meio da aplicação de questionários.

Neste estudo foram aplicados junto à amostra de servidores do CBMBA selecionados 31 questionários eletrônicos, encaminhados por e-mail, dos quais 28 foram respondidos, atingindo uma amostragem de 90% da população analisada. Ainda dentro da perspectiva da abordagem qualitativa, direcionada para a compreensão do objeto de estudo, a Ouvidoria foi escolhida a utilização do estudo de caso, que, juntamente com as entrevistas realizadas com a amostra definida, buscou consubstanciar a elaboração de um processo em estado futuro (TO-BE) da Ouvidoria.

## Resultados e discussões

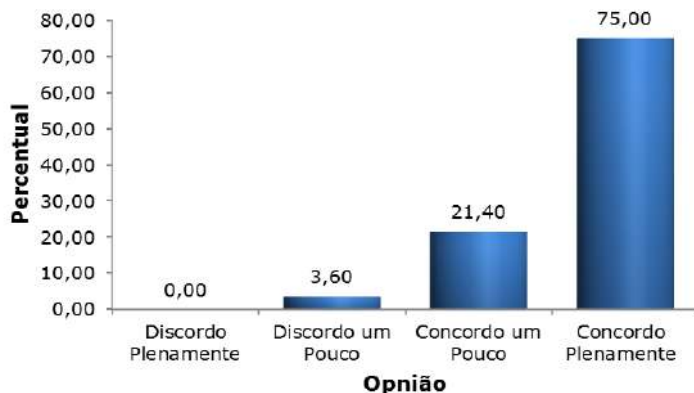
Considerando o propósito maior da Ouvidoria, do apurado neste trabalho constatou-se que elas são instrumentos elementares para a transformação do serviço prestado pelo CBMBA. Por meio da captação da percepção da sociedade, as Ouvidorias fornecem os insumos necessários para adequação e melhoria do trabalho.

Atualmente, o CBMBA conta com 31 servidores responsáveis por esta missão. Destes, 28 responderam ao questionário eletrônico, totalizando uma amostra de 90%. A maioria dos respondentes, 75%, declararam possuir até um ano de experiência no serviço de Ouvidoria, em contraponto aos vários anos de serviços prestados ao CBM, posto que mais de 85% possuem acima de 16 anos de atuação como bombeiros militares.

Aos respondentes, foi questionada a opinião sobre a necessidade de uma padronização institucional relativa às atividades de Ouvidoria. A quase totalidade dos respondentes, 96,40%, concordam, plenamente ou um pouco, conforme a Figura 1, com a afirmação apresentada.



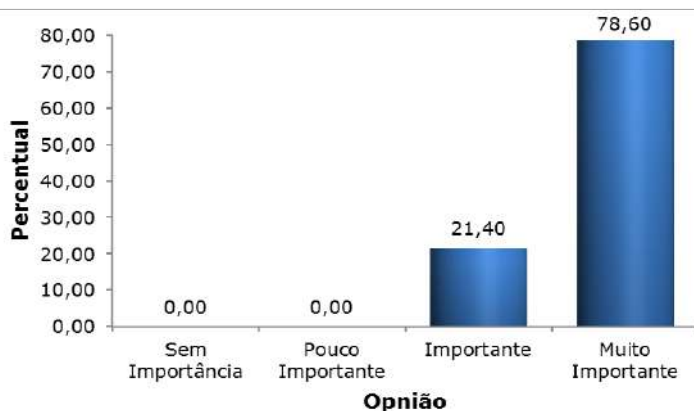
**Figura 1:** Opinião sobre a necessidade de uma padronização institucional relativa às atividades de Ouvidoria



**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria.

Confrontados com a possibilidade de aplicação das melhores práticas de gerenciamento de processos nas atividades de Ouvidoria, como a criação de documentação que detalhe os procedimentos relativos às atividades de Ouvidoria, indicando as partes envolvidas e os momentos de interação entre estas e que reúna os modelos de formulários necessários, a Figura 2 revela que os respondentes ressaltaram a importância do CBMBA adotar essas práticas.

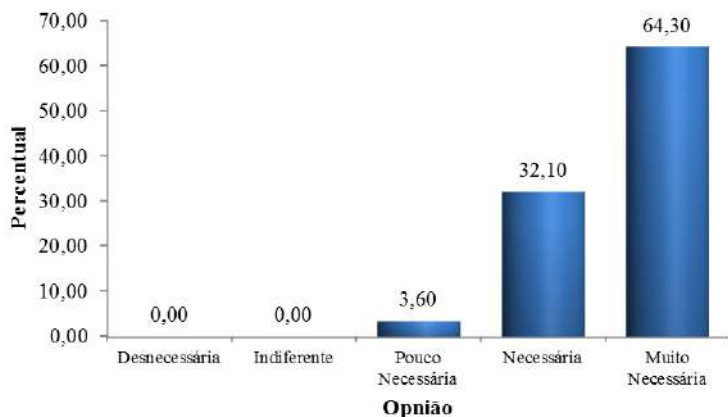
**Figura 2:** Opinião sobre a importância de a organização disponibilizar uma documentação que detalhe os procedimentos relativos às atividades de Ouvidoria



**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria.

As atividades de bombeiro são muito técnicas e, por este motivo, dispõem de procedimentos operacionais que norteiam a execução dessas atividades de forma assegurar a qualidade desejada na prestação do serviço. Com este mesmo sentido, as atividades administrativas, como por exemplo as relacionadas à área de ouvidoria, também são passíveis de serem estruturadas por meio de procedimentos operacionais. Da pesquisa, conforme a Figura 3, extraiu-se que 96,40% dos respondentes avaliam essa uniformização como necessária ou muito necessária.

**Figura 3:** Avaliação sobre a construção de uma uniformização das atividades de Ouvidoria no âmbito do CBMBA

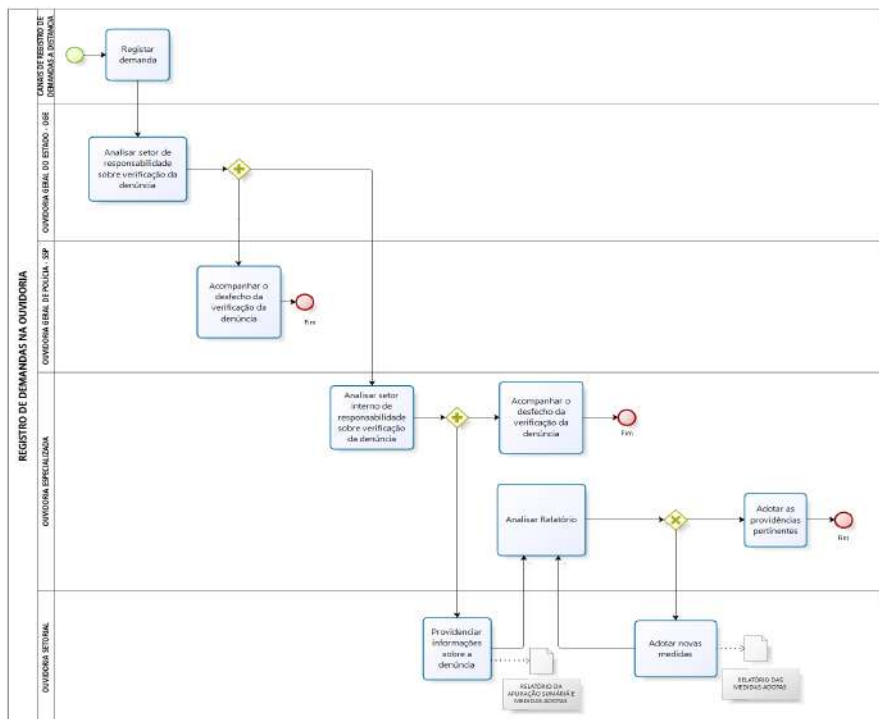


**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria.

Confrontando a revisão bibliográfica exordial deste trabalho com as informações coletadas por meio do questionário, foi possível vislumbrar o alinhamento entre os benefícios da gestão por processos apresentados pela literatura e a percepção dos respondentes do CBMBA sobre os possíveis proveitos advindos com a adoção dessa prática nas atividades administrativas de ouvidoria.

A riqueza das informações colhidas permitiu a construção de uma representação gráfica, conforme Figura 4, a seguir, do processo de registro de demandas, utilizando-se as ferramentas de modelagem de BPM, embora esta proposta necessite ainda de aprovação junto aos órgãos competentes do CBMBA.

**Figura 4:** Proposta de processo de registro de demandas



**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria.

### Considerações finais

O CBM se caracteriza como uma instituição regida pela predileção por protocolos e padronizações de ações, como opção para manutenção das suas especificidades técnicas de atuação. Este cenário permeia a operacionalidade e, em paralelo, serve de referência para a construção das atividades desenvolvidas no campo administrativo da organização.

Neste terreno fértil, a gestão por processo encontra oportunidade para expandir suas práticas, pois, como comprovado nesta pesquisa, por meio do processo elaborado, pode contribuir para com a Ouvidoria, fornecendo ferramentas para sua transformação e melhoria contínua ao tornar possível a construção de padrões de ações pautados na análise da prática atual, que contribuem para a execução das atividades da Ouvidoria, com erros e retrabalhos reduzidos ou eliminados.

Para o processamento de forma útil e funcional dessas informações, sejam elas críticas, questionamentos ou elogios, é imprescindível o estabelecimento de procedimentos de atuação na Ouvidoria, bem definidos, revestidos de transparência e efetividade, de forma a tornar aquele órgão um instrumento ainda mais poderoso para alavancagem do desempenho do CBM, na medida em que é ela, a Ouvidoria, o canal de comunicação entre o CBM e a sociedade. Logo, a melhoria desta captação poderá alimentar a instituição de informações mais qualificadas.

Por tudo exposto, eis aqui elementos que permitem inferir ser a gestão por processos, inclusive na perspectiva da maioria dos servidores do CBMBA na área de Ouvidoria consoante questionário aplicado, um vetor de transformação organizacional, porquanto operacionaliza a otimização dos processos internos da instituição, por intermédio da uniformização de procedimentos, notadamente nos serviços de Ouvidoria prestados.

## Referências

ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS. **BPM CBOOK**: guia para o gerenciamento de processos de negócio corpo comum de conhecimento. Versão 3.0. Brasil: 2013.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna**. 2. ed., São Paulo: Unesp, 2012. cap. 1, p. 11-87.

CAVALCANTI, R. **Modelagem de Processos de Negócios**. 1. ed., Rio de Janeiro. Brasport Livros e Multimídia Ltda., 2017.

CRESWELL, J.W.; CLARK, V.L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013.

DAVENPORT, Thomas H. **Reengenharia de processos**. 4. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1994.

HARRINGTON, H. J.; **Gerenciamento Total da Melhoria Contínua**. São Paulo: Makron Books, 1997.

OLIVEIRA, João Elias de. **Ouvidoria Pública Brasileira**: a evolução de um modelo único. Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman. São Paulo, 2011.

SORDI, José Osvaldo de. **Gestão por processos**: uma abordagem da moderna administração. 4 ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

# Análise da cobertura operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Pará nas ações de combate a incêndio em Belém

*Ney Tito da Silva Azevedo*

*Helena Lucia Damasceno Ferreira*

*Leonardo Sousa dos Santos*

## RESUMO

**Importância:** O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA) é um órgão pertencente ao Sistema de Segurança Pública, cuja missão é contribuir para proteger a vida, o patrimônio e o meio ambiente. O aumento da demanda por atendimentos e serviços exige que o CBMPA preste um serviço com maior eficácia, rapidez e urgência. Neste cenário, destacam-se os recursos de geotecnologias no auxílio à gestão de informação para tomada de decisão quanto aos eventos de incêndios urbanos. **Objetivo:** O trabalho teve como objetivo analisar os dados dos registros de incêndio urbanos do período de 2013 a 2016, identificando os bairros com maior número de ocorrências e relacionando-os a distribuição dos Grupamentos Bombeiros Militar (GBM). **Metodologia:** Realizou-se o levantamento e análise dos dados qualitativos e quantitativos das ocorrências de incêndio atendidos pelo CBMPA no município de Belém, relacionando-as com a localização espacial dos GBM e hidrantes, possibilitando a avaliação da necessidade de ampliação do número de grupamentos, considerando-se que as áreas de influência de cada GBM são extensas e provocam uma demora na chegada do socorro. **Resultados:** As análises de geoprocessamento e os mapas elaborados mostram os bairros que necessitam de maior atenção do CBMPA e os Grupamento que podem ter seu tempo resposta maiores que o estabelecido em razão da sua área de atuação, principalmente aquelas acima de 30 km<sup>2</sup>, a exemplo do 26º GBM – Icoaraci, 27º GBM – Mangueirão e 30º GBM – Comando Geral. Outros bairros com prioridade de construção de Postos de Bombeiros Avançados (PBAs) são periféricos, como os bairros de Águas Negras, Agulha, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Guajará, Maracacuera, Paracuri, Ponta Grossa, Tapanã e Tenoné. **Conclusão:** Com resultados observa-se a necessidade de construção de PBAs, visando atender a “pontos cegos” e, conseqüentemente, redução do tempo de retorno da viatura no combate a incêndio, conforme o padrão internacional, de que é de cinco a sete minutos.

**Palavras-chave:** Grupamento Bombeiro Militar; Hidrantes; Incêndios Urbanos; SIG.

## Introdução

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA) é um dos órgãos do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP) com a missão de contribuir para proteger a vida, o patrimônio e o meio ambiente, bem como garantir a prestação de serviços de combate a incêndio, emergência, salvamento, defesa civil, dentre outros, a toda sociedade paraense. Com a passar dos anos constata-se um aumento nas demandas dos atendimentos e serviços do CBMPA, a exemplo, do combate a incêndio. Neste contexto, o CBMPA tem sido obrigado a prestar um serviço com maior rapidez, principalmente à medida que há um aumento populacional e, por conseguinte a expansão da área urbana, tornando mais exigente e complexo suas ações de respostas.

O incêndio urbano é um dos problemas não só dos países em desenvolvimento, mas também para países desenvolvidos. Em média, nos Estados Unidos, no ano de 2006, ocorreu uma morte por acidente com fogo a cada 162 minutos (FERNANDES, 2010). A ameaça de incêndios urbanos é um problema significativo nos países norte-americanos, pois são ocorrências que provocam mais de 3.000 mortes, 15.000 feridos e US\$ 9,2 bilhões em danos por ano (NISANCI, 2010).

Os incêndios urbanos se enquadram nos desastres de natureza social, causando grandes danos econômicos e sociais (DE CASTRO, 1999). Muitos desses incêndios nos países de desenvolvimento estão associados aos processos de crescimento e expansão urbana, principalmente nas favelas e cortiços nas periferias dos centros urbanos, em razão de serem na sua maioria construções precárias, (LUCENA et al., 2013). Essas construções, segundo o mesmo autor, são feitas com materiais de péssimas condições e altamente inflamáveis, tornando-se um “barril de pólvora”, com potencial de gerar uma tragédia em curto espaço de tempo, ficando, para os bombeiros, apenas as ações de rescaldo e o atendimento das vítimas (SEITO et al., 2008).

Neste contexto estão inseridos os serviços prestados pelos Corpos de Bombeiros no Brasil e no mundo, e um dos desafios enfrentados pelo CBMPA é o processo de gestão de informação para tomada de decisão adequada no menor tempo possível para o combate ao incêndio urbano, afinal, a resposta concreta ao incêndio urbano não pode ser alcançada sem um adequado planejamento da corporação, a fim de reduzir do tempo de resposta nestes eventos.

Ao analisar o aspecto da distribuição dos Grupamentos Bombeiros Militar (GBM) da Cidade de Belém, considerando a importância dos dados do Sistema de Cadastro de Ocorrências de Bombeiros (SISCOB) dos incêndios urbanos, vê-se que há necessidade de melhorar o planejamento de segurança e proteção contra incêndio na capital do estado do Pará. Logo, objetiva-se analisar os dados dos registros de incêndio urbanos do período de 2013 a 2016 e a cobertura operacional do Corpo de Bombeiros militar do Pará nas ações de combate a incêndio na cidade de Belém.

## **Materiais e métodos**

Os procedimentos metodológicos foram divididos em cinco etapas. A primeira consistiu na construção do Banco de Dados Geográficos (BDG). As bases vetoriais e estatística foram obtidas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na segunda etapa foram obtidos no CBMPA os dados qualitativos e quantitativos das ocorrências de incêndio na cidade de Belém, registrados no Sistema de Cadastro de Ocorrência de Bombeiro (SISCOB) entre os anos de 2013 a 2016. Na terceira etapa, fez-se processo de união de tabelas externa com quantitativos de ocorrências de combate a incêndios cadastrados no SISCOB para uma base vetorial dos limites dos bairros de Belém do IBGE.

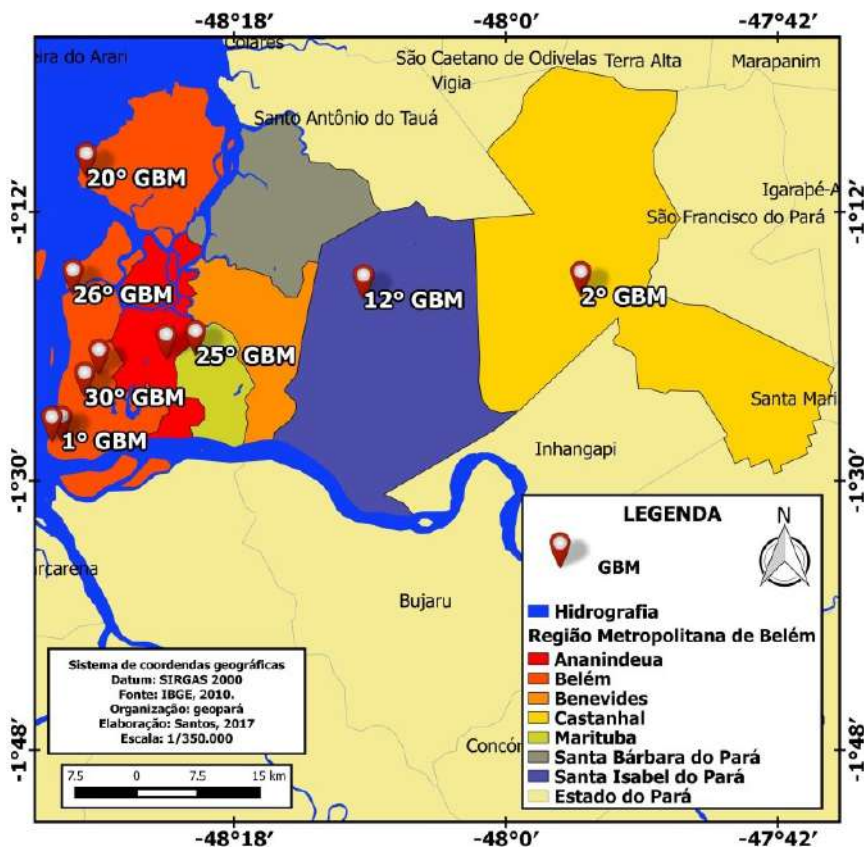
Na quarta etapa, com a localização dos GBM's, determinou-se suas respectivas áreas de atuação (áreas de influência), por meio do diagrama de *Voronoi*, que também conhecido como polígonos de Thiessen, sendo utilizado para resolver problemas de proximidade, servindo para medir a influência territorial de um fenômeno (MOURA, 2009). Na quinta etapa construíram-se as zonas de coberturas de hidrantes e áreas de atendimento (influência) de cada GBM. Por fim, analisou-se, a partir de um conjunto de cartograma (mapas temáticos) os resultados frente à distribuição atual dos GBM e as informações de combate a incêndio urbano.

## **Área de estudo**

Hoje, o CBMPA possui 34 Grupamentos Bombeiros Militar (GBM) com efetivo de 3.056 militares, dentre praças e oficiais. Na área de estudo há 10 Grupamentos e uma Seção Bombeiro Militar (SBM) no Aeroporto Internacional de Belém. Na Figura 1 ilustra-se a distribuição dos quartéis do

CBMPA na Região Metropolitana de Belém (RMB), destacando-se 1º GBM – Belém, 2º GBM – Castanhal, 12º GBM – Santa Isabel, 20º GBM – Mosqueiro, 21º GBM – Comércio, 25º GBM – Marituba, 26º GBM – Icoaraci, 27º GBM – Mangueirão, 30º GBM – Comando Geral e 1º SBM – Infraero.

**Figura 1:** Distribuição dos Grupamentos Bombeiros Militar no Estado do Pará



Fonte: Autores, 2017.

## Resultados e Discussões

Por meio da organização dos valores totais dos números de incêndios por bairros, para anos de 2013 a 2016, foram identificados os bairros com mais atendimentos de combate a incêndio, bem como sua evolução durante



o período analisado. Destaca-se o aumento na média do número de incêndios por bairro a partir de 2013, passando de 16 para 23, em 2014, e 27 casos de incêndios por bairros em 2015. Contudo, houve uma redução em 2016, apesar de ainda ocorrerem mais de 20 casos de incêndio por bairro. No período de 2013 a 2016 identifica-se uma evolução no número de casos de incêndio na Capital, principalmente no bairro do Barreiro. Nos anos de 2013 e 2014, os bairros da Cremação, Marco, Pedreira, Guamá e Jurunas tiveram médias de 6, 17, 30, 12 e 10 incêndios por ano. Essa média de incêndio para os mesmos bairros entre 2015 e 2016 foi de 51, 75, 58, 83 e 101, respectivamente.

Na Figura 2a destaca-se o bairro da Pedreira como maior número de caso de incêndio em 2013 (66 ocorrências), seguido do Guamá e Cremação, com 57 e 49 ocorrências, nesta ordem. Em 2014, o bairro do Tapaná teve o segundo o maior número de incêndio; contudo, o bairro da Pedreira ainda permanece em primeiro lugar, com 93 casos de incêndios registrados. Distinguem-se pelos mapas das Figuras 2 e 3 os valores de número de caso de incêndio/bairros para todos os anos, bem como totais e densidade de incêndio por bairro, que é a divisão de número de caso de incêndios pela área do bairro.

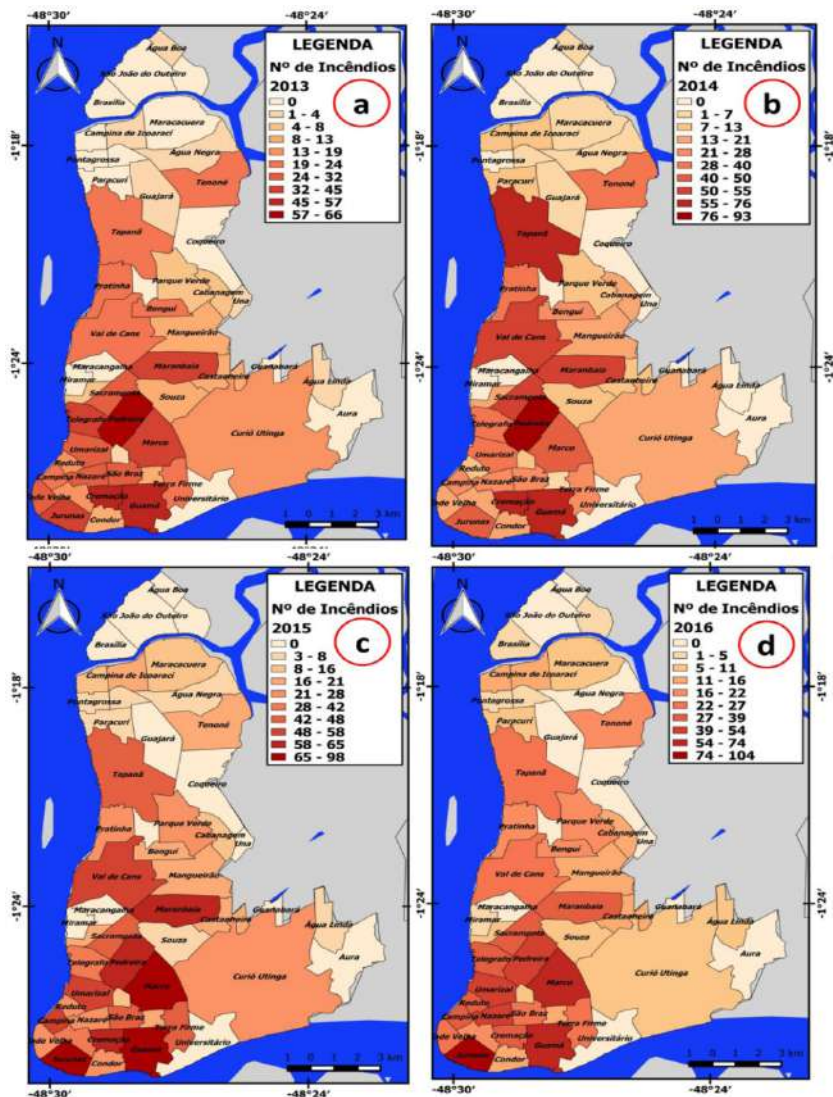
Ainda nas Figuras 2a e 2b, na cor vermelha escura, ilustram-se os bairros como os maiores valores de número de incêndio entre 2013 e 2014, em intervalo de classes de 57 a 66 ocorrências em 2013, e 76 a 93 ocorrências em 2014. Evidencia-se que entre 2013 e 2014 os bairros como Pedreira, Jurunas, Cremação e Guamá destacam-se como as áreas onde o CBMPA atuou mais vezes no combate a incêndios urbanos.

Já em 2015 o bairro do Jurunas teve 98 casos de incêndio combatidos pelo CBMPA e o Guamá 93 ocorrências. A média de incêndio por bairro entre 2014 e 2015 foi de 27 casos e 16 bairros estiveram acima deste valor, como por exemplo, o bairro da Cremação que teve 65 incêndios. O bairro do Jurunas em 2016 teve 104 combates a incêndios e o Guamá 74 casos. Nas Figuras 2c e 2d também se ilustra na cor vermelha escura os bairros como maior número de ocorrências de incêndio na cidade de Belém entre 2015 e 2016.

Por fim, na Figura 2a, destacam-se nesse período os bairros do Reduto, Batista Campos, Tenoné, Pratinha, Montese, São Braz, Nazaré, Campinas, Telégrafo, Val-de-Cans, Tapaná, Sacramento, Umarizal, Marambaia, Cremação, Marco, Pedreira, Guamá e Juruna como os que alcançaram valores acima de média para o período analisado, que foi de 87,7 ocorrências de incêndios. Os bairros do Jurunas, Guamá e Pedreira estão os maiores valores (cor vermelha escura) de

casos de incêndios na capital, correspondendo aos locais que necessitam de maior intervenção do CBMPA quanto à gestão das ações de segurança pública contra incêndio, principalmente quanto à distribuição de material e viaturas operacionais.

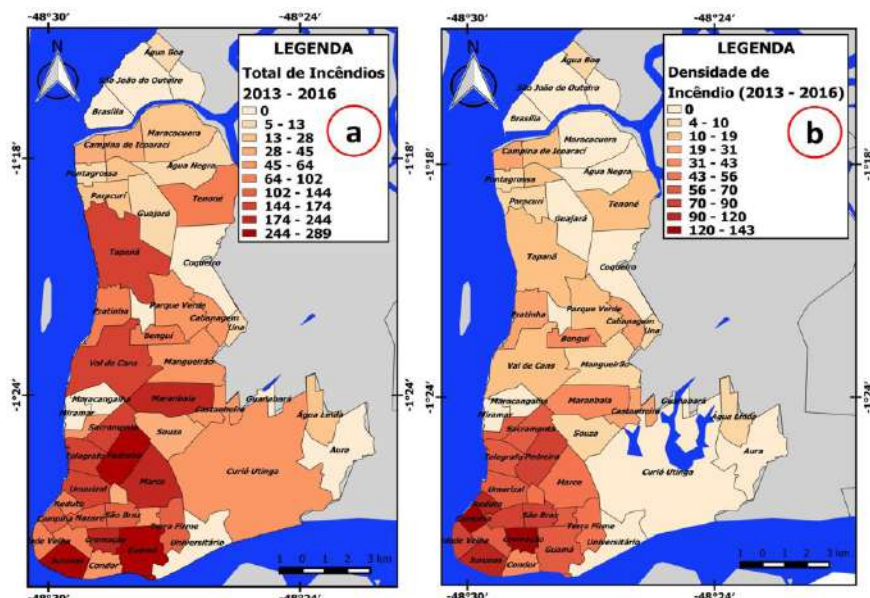
**Figura 2:** Distribuição de número de incêndios por bairros de 2013 e 2014



Fonte: Autores, 2017.

Na Figura 3b evidencia-se que os 19 bairros localizados no delta da cidade de Belém são aqueles que possuem os maiores valores de densidade de incêndio, entre 4 a 143 incêndios/km<sup>2</sup> e média de 78 incêndios/km<sup>2</sup>, destacando-se Campina, Canudos, Cidade Velha, Cremação, Fátima, Guamá, Jurunas, Marco, Nazaré, Pedreira, Reduto, Sacramento, São Braz, Telegrafo, Montese e Umarizal. Na comparação entre as Figuras 3a e 3b, identifica-se que os Bairros de Jurunas, Cremação e Guamá têm entre 100 e 200 combates a incêndio, distribuídos entre 90 a 140 incêndios por km<sup>2</sup>, o que representa um número expressivo de casas atingidas, bem como das pessoas desabrigadas e perdas de bens materiais. Ainda quanto à análise da densidade de incêndios/bairro, a Cremação teve uma densidade de 142 incêndios/ Km<sup>2</sup>, vindo a seguir o da Campina, com 139 incêndios/Km<sup>2</sup>, Jurunas, com 120 incêndios/km<sup>2</sup>, seguidos do Reduto e Nazaré, com mais de 100 incêndios/km<sup>2</sup> entre 2013 a 2016.

**Figura 3:** Total e densidade de incêndios por bairros de 2015 e 2016



Fonte: Autores, 2017.

Neste cenário não há registro ou delimitação de uma área de atuação ou de influência de cada GBM. O que chama a atenção, pois dependendo

da localização do grupamento, ele teoricamente deve atuar numa determinada área, principalmente quanto às medidas preventivas e de fiscalização. Quanto maior for esta área, maior será também a demora na chegada do socorro, o que pode fazer diferença em um resgate, salvamento e/ou combate a incêndio, afinal uma falha ou demora, por menor que seja, pode resultar em perda de vidas e na destruição do patrimônio e meio ambiente. Assim, por meio do diagrama de *Voronoi* determinaram-se as áreas de influência dos GBM, levando em consideração sua localização espacial. Portanto, as áreas de influência, neste trabalho, significam áreas de atuação de GBM (Figura 4b).

Como resultado, identificou-se que o 26º GBM – Icoaraci é o grupamento que possui a maior área de influência, totalizando uma área de 47,22km<sup>2</sup>. Ainda quanto à demarcação da área de influência dos GBM, delimitou-se que 27º GBM – Mangueirão tem 46,67km<sup>2</sup> de área de atuação, seguido do 30º GBM – Comando Geral com 43,06km<sup>2</sup>; 1º GBM – Cremação com 25,22km<sup>2</sup>, 1º GBS – Miramar com 9,42km<sup>2</sup> e 21º GBM – Comércio com 7,60 km<sup>3</sup> de área de influência (Figura 4c).

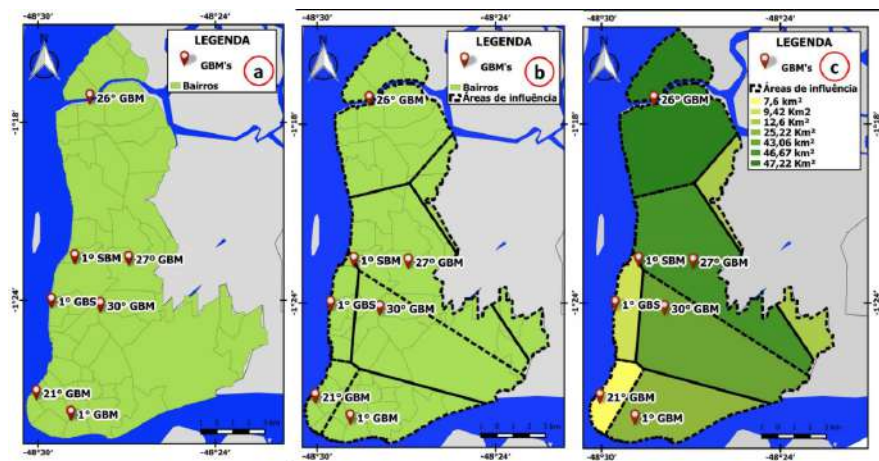
O que se deseja destacar por meio da demonstração das áreas de atuação dos GBMs (Figura 4) é que a atual distribuição pode significar má qualidade na prestação de serviços públicos pelo CBMPA, visto que áreas de influência muito grandes estão diretamente relacionadas ao tempo de resposta do atendimento, ensejando a subdivisão em áreas de influência menores. A Figura 4c retrata a péssima distribuição dos GBM na cidade de Belém, com os grupamentos concentrados no centro da cidade, como do 26º GBM – Icoaraci, 27º GBM – Mangueirão e 30º GBM – Comando Geral.

Com os valores de número totais de incêndios e densidade de incêndios por bairros, observou-se que as ocorrências estão concentradas nas áreas periféricas, tendo apenas se destacado no centro da cidade o bairro da Pedreira, que está próximo ao 1º GBS – Miramar, 30º GBM – Comando Geral, 21º GBM – Comércio e 1º GBM – Cremação, pertence à área e atuação do 30º GBM – Comando Geral, conforme delimitação do diagrama de *Voronoi*. Considerando o total da área de influência de 191,79 km identificou-se que cada grupamento deveria ter uma área de 31,96 km<sup>2</sup> para atuar.

Contudo, o 26º GBM – Icoaraci, 27º GBM – Mangueirão e 30º GBM – Comando Geral possuem 15,26 km<sup>2</sup>, 14,71 km<sup>2</sup> e 11,10 km<sup>2</sup>, respectivamente abaixo da média da área para cada GBM. Já o 1º GBS –

Miramar e 21º GBM – Comércio poderiam estender sua área de atuação em até 23 km<sup>2</sup>, conforme figura abaixo. Com esta análise identificou-se que o 1º GBM – Cremação – é o grupamento com melhor área de atuação, com 25,22 km<sup>2</sup>, questionando-se se esse grupamento (1º GBM) possui material operacional (viaturas e equipamento) e humano suficientes para atender às demandas de combate a incêndios urbano para esta região.

**Figura 4:** Grupamentos Bombeiros Militar e suas respectivas áreas em influência



Fonte: Autores, 2017.

Os resultados alcançados com a sobreposição das bases de área de cobertura de hidrantes, áreas de atuação de cada GBM, assim como os mapas com as informações das ocorrências de incêndio, é possível afirmar que existe a necessidade de uma nova redistribuição dos grupamentos da cidade de Belém, visando atender “pontos cegos<sup>1</sup>” e conseqüentemente, redução do tempo de retorno da viatura no combate a incêndio, conforme o padrão internacional de TRA, que é de cinco a sete minutos.

Assim, o presente estudo, validado pelas análises, sugere que as construções dos PBAs devem ocorrer principalmente nas áreas de atuações com área acima de 30 km<sup>2</sup>, como é o caso do 26º GBM – Icoaraci, 27º GBM – Mangueirão e 30º GBM – Comando Geral. Ressalta-se ainda, que os bairros

<sup>1</sup> Ponto cego é uma área sem a devida cobertura pelo efetivo bombeiro militar.

com prioridade de construção de PBAs são periféricos, onde a presença de autoconstruções retrata a ocupação desordenada, como os bairros de Águas Negras, Agulha, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Guajará, Maracacuera, Paracuri, Ponta Grossa, Tapanã e Tenoné, todos sob a área de atuação do 26º GBM – Icoaraci. Na área do 27º GBM – Mangueirão estão os bairros do Coqueiro, Curió Utinga, Mangueirão, Marambaia, Parque Verde, Pratinha, São Clementes, Una e parte de Val-de-Cans, onde também é necessária a construção de um posto avançado em razão de sua grande área de atuação.

Todavia, os PBAs devem ser instalados ao longo dos grandes corredores, que, por serem mais largos, possibilitam a saída mais rápida das viaturas do Corpo de Bombeiros em ações de combate a incêndios urbanos e de outras ocorrências. Não obstante o 1º GBM – Cremação ter uma área de atuação abaixo da média esperada para as unidades da área de estudo, seria interessante também a construção de um PBA próximo à Universidade Federal do Pará (UFPA). A sugestão de construção de PBAs em bairros como Guamá, Terra Firme e Jurunas encontra apoio em eventos como o do dia 18 de dezembro de 2001, no bairro do Guamá, quando o desastre atingiu em 4,7 mil metros quadrados do assentamento Riacho Doce, queimando 113 casas, deixando mais de 900 pessoas desabrigadas (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004).

### **Considerações Finais**

Por meio dos mapas, aprimorou-se a visibilidade das informações do SISCOB/CBMPA, mostrando os bairros que necessitam de maior atenção do CBMPA e os GBMs que podem ter seu tempo-resposta maiores que o estabelecido, em razão da sua área de atuação, evidenciando que a evolução da malha urbana de Belém não foi acompanhada de melhoria da qualidade dos serviços de segurança contra incêndio, representados pelos hidrantes urbanos.

Ao avançar no processo de análise dos dados do SISCOB, espera-se contribuir para a melhoria da gestão, pela definição de áreas prioritárias de fiscalização e prevenção contra incêndio, subsidiando planejamentos dos recursos operacionais do CBMPA em um cenário mais próximo do real, tendo com a consequência melhor prestação de serviço à sociedade, além da possibilidade de utilização em outras áreas de segurança, como a Defesa Civil.

Como medidas de melhoria, sugerem-se: a) quando em atendimento, a utilização pelas viaturas de combate a incêndio, da faixa exclusiva do BRT

“*Bus Rapid Transit*”, ou Transporte Rápido por Ônibus; b) necessidade redistribuição, manutenção e revitalização da rede de hidrantes, com intuito de facilitar o reabastecimento das viaturas de combate a incêndio; c) construção de Postos Avançados nos bairros onde ocorrem maiores incidência de incêndio e que não possuem cobertura operacional.

Em complemento às medidas supracitadas, sugere-se ainda: a) melhoria da pavimentação e sinalização das vias urbanas, principalmente nos bairros periféricos; b) ações de sensibilização da população, principalmente dos condutores de veículo quanto a preferência no trânsito das viaturas do Sistema de Segurança Pública.

Acredita-se que com tais sugestões a cobertura operacional na região metropolitana de Belém, elevaria a qualidade dos serviços e a diminuição do tempo-resposta nas operações de combate a incêndio. Finalmente, é importante ressaltar que este trabalho, embora ainda distante de uma conclusão final, teve a pretensão de servir de incentivo para a manifestação de possíveis interesses de novos diagnósticos, congregando profissionais de diversas áreas do conhecimento, possibilitando, não somente a interdisciplinaridade das ações, mas a consolidação de grupo de pesquisa sobre o tema.

## Referências

COUTO, A. C. de O. Do global ao local: a geografia do narcotráfico na periferia de Belém. **Cadernos de Segurança Pública**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 2-13, 2012.

DE CASTRO, A. L. C. **Manual de planejamento em defesa civil**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 1999.

FERNANDES, V. C. **Acidente com Múltiplas Vítimas**. Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. **IBGE Cidades**, 2016.

ISANCI, R. GIS based fire analysis and production of fire-risk maps: The Trabzon experience. **Scientific Research and Essays**, v. 5, n. 9, p. 970-977, 2010.

LUCENA, R. B.; DE OLIVEIRA, B. M.; GIAZZON, E. M. A.; PASSUELLO, A., PAULETTI, C.; DA SILVA FILHO, L. C. P. Análise do perigo de incêndio: um estudo de caso na Comunidade de Amorim–Manguinhos/Rio de Janeiro. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, n. 17, p. 50-61, 2013.

MOURA, A. Discussões metodológicas para aplicação do modelo de Polígonos de Voronoi em estudos de áreas de influência fenômenos em ocupações urbanas. **Anais** do VII ENABER, São Paulo: FEA/USP, 2009.

OLIVEIRA, M. C. Z. D.; OLIVEIRA, S. I. D. **Entraves e obstáculos acerca da implantação urbanística**: a experiência do Plano de Desenvolvimento Local do Riacho Doce e Pantanal. Trabalho de conclusão de curso. CA/UFPA, 2004.

SANTOS, L. S. Mapeamento dos hidrantes do Centro de Histórico de Belém através de técnicas de geoprocessamento. **Anais** do II Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação das Instituições de Ensino Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Tucuruí, 2011.

SEITO, A. I. et al. **A segurança contra incêndio no Brasil**. São Paulo: Projeto Editora, p. 44-45, 2008.



# Aplicativo móvel para mapeamento dos hidrantes de uma metrópole amazônica

*Jessica Rafaela Martins da Gama*

*Bruno Yudi Shimomaebara Sousa*

*Juliane Nascimento Corrêa*

*Leonardo Sousa dos Santos*

*Carlos Benedito Barreiros Gutierrez*

## RESUMO

**Importância:** O acesso a dados e informações dos hidrantes urbanos por meio de aplicativos se apresentam como uma ferramenta de suma importância para agilizar o abastecimento das viaturas tanques do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. **Objetivo:** desenvolver uma aplicação móvel para auxiliar na localização dos hidrantes urbanos da cidade de Belém. **Metodologia:** Na elaboração do mapa da localização dos hidrantes utilizou-se a ferramenta *Application Programming Interface* (API) *Google Maps*. **Resultados:** Por fim, por meio do software Android Studio construiu-se o aplicativo móvel da distribuição espacial dos hidrantes denominado de *HidraMap* que pode ser instalado gratuitamente pelo download gratuitamente na plataforma *playstore*, da *Google*. Por meio do aplicativo *HidraMap* pode-se localizar os hidrantes urbanos próximo a um endereço de interesse ou posição do usuário, bem como a rota mais rápida para dispositivo de segurança. **Conclusão:** Em razão da interface do aplicativo apresentar facilidade no acesso aos recursos, respeitando os quesitos de usabilidade, apresentando também informações específicas dos hidrantes como nomenclatura, operacionalidade, modelo, localização, ponto de referência e coordenadas geográficas. Deseja-se que o aplicativo ultrapasse os limites acadêmicos e que possa, de fato, ser utilizado pelo CBMPA, pois não requer qualquer cadastro prévio para uso, bastando fazer seu download de forma gratuita.

**Palavras-chave:** Combate a Incêndios; Dispositivos móveis; Georreferenciamento; SIG.

## Introdução

Na atualidade, o uso dos dispositivos móveis no Brasil tem atingido escalas de consumo cada vez maiores, devido sua portabilidade e capacidade de processamento. Conforme as pesquisas, a projeção é de que até o final do ano de 2017 estejam em uso cerca de 208 milhões de *smartphones*, na média de um dispositivo por habitante no Brasil, afirma a Fundação Getúlio Vargas (2017). O aumento no uso destes dispositivos dá-se pelo fato de que tais dispositivos móveis permitem o acesso à internet e à integração com diferentes mídias com praticidade, mobilidade e flexibilidade para o acesso à informação [2]. Estes equipamentos são possuidores de alta portabilidade e utilizam-se de Sistemas Operacionais (SO) populares como *IOS*, *Windows Phone* e *Android* (OLIVEIRA; COSTA, 2014).

Os sistemas operacionais *IOS* e *Windows Phone* possuem sistemas de *software* fechados, impedindo quaisquer alterações diretas, deixando somente o fabricante como responsável (SILVA et al., 2014). O sistema *Android* se diferencia desses por ser um *software* livre, possibilitando que cada fabricante possa fornecer sua própria versão customizada do sistema operacional em seu dispositivo, explicam Amaral et al., (2016). Assim, o *software* livre se encontra em expansão, tornando-se cada vez mais conhecido e utilizado por usuários comuns, permitindo que qualquer um tenha acesso ao seu código fonte declaram Gomes et al. (2017).

Estas tecnologias móveis utilizadas com outros equipamentos tecnológicos, como, por exemplo, os de localização, fomentam aplicativos de grande utilidade para a sociedade, auxiliando na busca de pontos exatos. Uma das ferramentas que oferece suporte para localização é o Sistema de Informação Geográfica (SIG), o qual utiliza técnicas de geoprocessamento, permitindo a gestão de dados georreferenciados. Com a obtenção destes dados é possível, por meio do georreferenciamento, utilizar as coordenadas geográficas, as quais apresentam latitude e longitude, e manuseá-las a partir da tecnologia da informática, banco de dados e cartografia digital, explicam Mendes et al. (2015)

Sabendo da utilização das ferramentas SIG como propulsoras na capacidade de coleta dos dados, é de grande importância destacar suas vantagens ao possibilitar, por meio de consultas simples e complexas, a visualização, com rapidez e precisão, a distribuição dos dados coletados, além de dar uma visão diferenciada nas alternativas enfrentadas frente a uma

determinada problemática. Dentre diversos problemas que agregam grande quantidade de dados para a realização de mapeamento, merecem destaque, por exemplo, o zoneamento e georreferenciamento das ocorrências de incêndio.

O levantamento no número de registros de incêndios seria de grande valia ao corpo de bombeiros, pois permitiria conhecer o número de ocorrências em suas localidades, declara Santos (2014). O SIG é uma ferramenta que pode proporcionar grande auxílio, possibilitando a geração de mapas que subsidiarão os planos e estratégias táticas, que auxiliem no gerenciamento e controle (GUTIERREZ et al., 2017). Dessa maneira, tal ferramenta pode oferecer grande relevância para gestão e obtenção de dados estatísticos dos principais focos de incêndios.

É importante salientar as vantagens obtidas no que se referem à maior mobilidade e disponibilidade, proporcionada ao corpo de bombeiros no combate aos incêndios, visto que os hidrantes se apresentam de suma importância no abastecimento de água dos veículos tanques, utilizados nos combates aos sinistros (ROSA; SILVA, 2017).

De acordo com Fonseca e Sousa (2017), o método utilizado pela ferramenta SIG bem como os procedimentos de avaliação e identificação de localidades estão inovando o mecanismo de tomada de decisão no mundo, possibilitando a disposição de dados que permeiam em várias áreas de pesquisas, tais como fonte renovável, como também na área da saúde, auxiliando na atuação de profissionais (TIBA, 2014). De forma semelhante a essas áreas, o SIG pode auxiliar a corporação de bombeiros com as referências da localização de hidrantes.

Os hidrantes são recursos bastante utilizados para o abastecimento de viaturas e para combater o fogo, já que, quando bem dimensionado, é capaz de extinguir focos de incêndio (SIMON; BACK, 2015). O objetivo deste artigo foi desenvolver um aplicativo móvel como ferramenta de auxílio ao Corpo de Bombeiros no combate a incêndios, capaz de informar a localização dos hidrantes da 1ª légua patrimonial na cidade de Belém e suas condições de operabilidade.

## **Materiais e Métodos**

Foi elaborada uma base de informações de localização, qualitativa e quantitativa dos hidrantes urbanos da 1ª Légua patrimonial da cidade de

Belém, baseada no Relatório dos Hidrantes Urbanos da Rede de Distribuição de Água de Belém (SANTOS; SILVA JUNIOR, 2017), o qual foi entregue ao Comando Operacional do Corpo de Bombeiros (CBMPA) pelo Protocolo 5694 de 1º agosto de 2013.

Para consolidação das informações secundárias constantes no Relatório dos Hidrantes Urbanos realizou-se entrevista com Sr. Leonardo Sousa dos Santos, Cabo Combatente do CBMPA, que, entre 2005 a 2013, realizou levantamento das informações dos hidrantes junto à Companhia de Saneamento e Abastecimento de Água do Estado do Pará (COSANPA), com base numa listagem contendo o endereço de 84 hidrantes.

Para este estudo, considerou-se somente os hidrantes localizados na primeira légua patrimonial, o qual totaliza 73 unidades. Para identificação da situação de cada hidrante, no aplicativo desenvolvido neste estudo, dois marcadores foram utilizados nas cores verde e vermelho, cuja finalidade é indicar visualmente o estado atual do hidrante.

Para a construção do mapa que será exibido no aplicativo móvel utilizou-se a *Application Programming Interface* (API) *Google Maps*. Optou-se por essa ferramenta devido ao fato de ser gratuita e fornecer seu código original, permitindo adaptá-lo de maneira conveniente para variadas finalidades. Esse pacote de aplicações proporciona a construção de aplicações Web por meio de mapas que podem ser vistos em diversas camadas, como ruas, imagens de satélite, híbridos (combinação entre ruas e imagens de satélite), incluindo uma camada de relevo (NETO et al., 2014).

Para o desenvolvimento do aplicativo móvel e a consolidação de todas as informações coletadas, utilizou-se a *Integrated Development Environment* (IDE) *Android Studio v.2.3.2*, sendo esta a IDE oficial do Android, a qual permite o desenvolvimento de aplicativos para smartphones com o sistema Android. Ressalta-se que estes últimos são os aparelhos mais vendidos no Brasil (BRIGATTO, 2017). A escolha deu-se também em virtude desta ferramenta possuir um ambiente de desenvolvimento multiplataforma (GONÇALEZ, 2017). O HidraMap será disponibilizado futuramente o aplicativo móvel na loja virtual da *Google*, a *Google Play Store* de forma gratuita.

## Resultados e Discussões

### *Análise dos hidrantes urbanos de Belém*

Como resultado deste estudo foi desenvolvido um aplicativo, o qual disponibiliza a localização dos hidrantes da primeira légua de Belém, bem como apresenta informações sobre o estado do hidrante, referência de localização, bairro e tipo, com a finalidade de fornecer o máximo de informação sobre suas condições de uso e logística de deslocamento até o hidrante mais próximo. O trabalho em campo possibilitou a coleta das coordenadas geográficas de cada hidrante na primeira légua. Na primeira légua patrimonial de Belém há 73 hidrantes, sendo 59 em estado operantes e 14 não operantes. Os hidrantes podem ser de três tipos: hidrante coluna, hidrante subterrâneo e hidrante passeio. Os hidrantes de coluna são encanamentos externos aos prédios (ONO, 2000).

Segundo a autora, os hidrantes subterrâneos são instalados sob o piso de passeios públicos em uma caixa de ferro fundido e o hidrante de passeio ou urbano é um aparelho ligado ao encanamento de abastecimento d'água que permite a adaptação de bombas e/ou mangueiras. Ressalta-se que todos os tipos citados são destinados ao serviço de abastecimento das viaturas tanques do Corpo de Bombeiro. Dos 73 hidrantes situados na primeira légua patrimonial, 69 são do tipo passeio, três do tipo coluna e um subterrâneo, sendo que este último está localizado no bairro da Cidade Velha, mais precisamente no complexo do Ver-o-Peso, uma feira de grande circulação de pessoas.

No bairro da Campina existe um quantitativo de hidrantes maior que nos outros bairros, totalizando 26, dos quais 24 são do tipo passeio e dois do tipo coluna. Esse fato ocorre devido a origem da cidade Belém, na sua configuração urbana ter começado com a formação de duas bases originais, representadas pelos bairros “Cidade Velha” e “Campina”, sendo que área ocupada por esses dois bairros é protegida por leis públicas, sua malha urbana é composta por 146 quarteirões, edifícios históricos, ruas estreitas e topografia regular (LONGO et al., 2014).

Neste contexto, a grande variação referente à quantidade de hidrantes nos bairros da primeira légua patrimonial de Belém, dá-se devido ao processo de urbanização da cidade, cujo processo de ocupação teve início nos bairros da Campina. Outro fator é a rede de distribuição de água, a qual é mantida pela

Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Esta rede de distribuição tem canalizações antigas, impedindo a expansão dos hidrantes por parte dos bombeiros a outros bairros (SANTOS, 2015), a exemplo de Telégrafo, Fátima, Terra Firme, Cremação e Canudos, os quais possuem apenas um hidrante cada.

### ***Aplicativo móvel para mapeamento dos hidrantes***

O aplicativo móvel com as informações dos hidrantes urbanos foi denominado de *HidraMap* (Figura 1), cuja operação, em apenas três telas, oferece todas as informações que foram extraídas do Relatório dos Hidrantes Urbanos da Rede de Distribuição de Água de Belém. Para ter acesso ao *HidraMap*, qualquer usuário poderá acessar a *playstore*, da *Google* e fazer o seu download gratuitamente.

Depois de instalado o *HidraMap*, o aplicativo exibirá a tela inicial, em que o usuário terá acesso dois botões, conforme pode ser observado na Figura 2a. O primeiro botão, LOCALIZAR HIDRANTE, chamará uma segunda tela que disponibiliza a localização de todos os 73 hidrantes da primeira légua de Belém. O segundo botão, INFORMAÇÕES, chamará uma terceira tela, a qual exibirá uma legenda com os símbolos que permitem identificar visualmente o estado dos hidrantes por meio de cores, bem como informações sobre os créditos da aplicação desenvolvida.

No botão LOCALIZAR HIDRANTE, caso o aparelho móvel estiver como módulo de GPS ativo e conectado à internet, o *HidraMap* exibirá o mapa da cidade de Belém com a localização dos 73 hidrantes da primeira légua. O *software* detecta a posição geográfica do usuário, bola azul no mapa, processando a rotas por meio do “CARREGANDO ROTAS”, informando o caminho mais rápido para o hidrante operante mais próximo, levando em consideração a distância e o fluxo do trânsito.

O *HidraMap* também fornece, por meio de uma caixa de texto, as informações específicas do hidrante, como: nomenclatura do hidrante, especificação da sua operacionalidade, tipagem, bairro, ponto de referência, coordenadas geográficas e especificidades físicas, conforme pode ser visualizado na Figura 2b. É importante ressaltar que é necessário que o usuário possua o *Google Maps* instalado no seu dispositivo e que somente nestas condições será iniciada a localização dos hidrantes.

**Figura 1:** Tela inicial do aplicativo móvel *HidraMap*



**Fonte:** Autores (2016).

Conforme pode ser observado na Figura 2b, por meio de teste realizado, o *HidraMap* localizou o usuário na Tv. Enéas Pinheiro, no bairro Marco. Para esta localização, o *software* sugeriu o hidrante operante mais próximo localizado na Av. Duque de Caxias, entre a Tv. Vileta e a Tv. Timbó, levando em consideração a operacionalidade, rota e, principalmente, o tempo de deslocamento com base no fluxo do trânsito na região.

Assim, o aplicativo *HidraMap* considera todos os fatores apontados anteriormente, disponibilizando a rota para automóveis, levado em consideração o menor tempo de deslocamento e os hidrantes mais acessíveis em relação ao fluxo do trânsito. Ainda na mesma tela o aplicativo oferece o botão VOLTAR, que, quando acionado, retornará para tela inicial do aplicativo, conforme Figura 1.

**Figura 2:** Tela Carregando Rotas, Localização e Operacionalidade dos hidrantes



Fonte: Autores (2016).

### **Outros aplicativos de hidrantes urbanos**

Com o aplicativo móvel desenvolvido foram feitas comparações das principais características e funcionalidades do aplicativo desenvolvido neste estudo com outros três *softwares* disponíveis na *playstore*, o Mapa de Hidrantes, Hidrantes de São Luís-MA e o Mapa CBMSC.

O Mapa de Hidrantes versão 1.5 é um aplicativo desenvolvido pelo tenente Leandro Gomes, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG). O *software* tem como objetivo facilitar o trabalho dos bombeiros na busca de hidrantes no estado de Minas Gerais e Maranhão, além de fornecer a localização do hidrante mais próximo, com informações referentes aos hidrantes, apresentando o trajeto mais rápido até onde este se encontra.

Uma outra informação disponibilizada pelo *software* é a imagem de um hidrante na cor preta, o qual refere-se aos hidrantes cujas localizações não foram confirmadas pelos desenvolvedores; desta forma, correlacionado com este estudo, uma grande diferença está no fato que o trabalho de campo deste trabalho constatou in loco o estado e localização dos hidrantes, não fornecendo informação imprecisa quanto à localização e estado dos hidrantes.

Quanto à localização e deslocamento até o hidrante, ambos os aplicativos se mostraram eficientes neste quesito; a diferença entre os dois



aplicativos está no fato que o aplicativo desenvolvido neste estudo leva em consideração somente os hidrantes operacionais para deslocamento, ao passo que o outro software poderá induzir o deslocamento para um hidrante com localização não confirmada (na cor preta).

A aplicação Hidrantes de São Luís - MA, disposta na versão 1.0.1, é um software desenvolvido pelo acadêmico em Engenharia Civil Vinícius Almada, o qual tem como objetivo a localização geográfica dos hidrantes da cidade de São Luís, Maranhão. A aplicação, além de cumprir o objetivo de exibir os hidrantes da cidade de São Luís, também apresenta a função de traçar a rota do local onde o usuário se encontra até o hidrante selecionado.

Apesar do papel primordial no auxílio ao usuário para a localização dos hidrantes, a aplicação do Sr. Vinícius Almada possui diferenças em relação a este estudo. O presente estudo elenca todos os 73 hidrantes existentes na primeira légua patrimonial da cidade de Belém-PA e em sua base de dados, além das coordenadas geográficas dos hidrantes, possui e exibe em tela várias informações específicas tais como altura, situação de operabilidade e tipo. Por outro lado, a aplicação Hidrantes de São Luís-MA não disponibiliza tais informações.

Ressalta-se que o aplicativo desenvolvido neste estudo, além da disponibilização da posição geográfica de cada hidrante, também informa as condições de operabilidade, identificando sua situação, se operante ou não operante, recursos estes não disponíveis nos estudos correlatos apresentados. Quanto à definição de rotas, o presente estudo sugere o hidrante operante mais próximo do usuário ao selecionar o botão “BUSCAR HIDRANTE”; já a aplicação Hidrantes de São Luís - MA não possui esta funcionalidade, exigindo que o usuário escolha o hidrante, por seleção manual, o que requer conhecimento prévio da área local.

Outro trabalho correlato a este estudo é a aplicação Mapa CBMSC, que se encontra na versão 1.0.1, desenvolvida e disponibilizada pela Divisão de Tecnologia da Informação (DiTI) do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC). Este outro aplicativo tem como objetivo auxiliar na localização geográfica dos hidrantes do estado de Santa Catarina. A aplicação, além de exibir a localização dos hidrantes, fornece informações cadastradas e permite edições dos dados disponibilizados; também possui banco de dados próprio para armazenamento de muitas informações acerca dos hidrantes, tais como coordenadas dos hidrantes e áreas com a impossibilidade de acesso à internet.

Uma das características específicas da aplicação Mapa CBMSC é que este apresenta restrição no acesso, haja vista que o *logon* só é disponibilizado para funcionários da corporação. No aplicativo desenvolvido por este estudo, um diferencial está relacionado ao acesso facilitado, já que este não exige cadastro para efetuar *login*, necessitando apenas do *software* instalado no dispositivo móvel e o cumprimento dos requisitos supracitados para o dispositivo móvel, tal como acesso à Internet e GPS ativo.

Apesar das aplicações apresentarem objetivos semelhantes no acesso aos hidrantes e no auxílio ao corpo de bombeiros, é importante frisar sobre seus diferenciais relacionados à usabilidade do software. Ressalta-se a importância tanto dos estudos correlatos quanto desta proposta para a comunidade do corpo de bombeiros, por meio do acesso remoto aos hidrantes georreferenciados, por meio de aplicativos móveis, contribuindo para auxiliar na agilidade do abastecimento das viaturas por ocasião de incêndios.

### Considerações Finais

O aplicativo móvel desenvolvido cumpriu efetivamente a funcionalidade de localizar o hidrante mais próximo do local onde o usuário está situado, traçando a melhor rota entre o usuário do aplicativo e o hidrante em condições de operação, considerando o fluxo de trânsito no dado momento da busca. A interface do aplicativo apresenta facilidade no acesso aos recursos oferecidos, respeitando os quesitos de usabilidade. O *software* não requer qualquer cadastro prévio para uso, bastando fazer o seu download e utilizá-lo gratuitamente.

O presente estudo gerou um produto que pode ser uma poderosa ferramenta de auxílio à corporação de bombeiros do estado do Pará no combate a incêndios, haja vista que o aplicativo poderá auxiliar os bombeiros por ocasião desses incidentes, localizando hidrantes de forma tempestiva. Almeja-se que o aplicativo desenvolvido por este estudo extrapole os limites do meio acadêmico e que possa, de fato, ser utilizado pela corporação de bombeiros do estado do Pará.

### Referências

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Disponível em <<http://www.caravanainstalacoes.com.br/normas/NBR05667.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2017.

AMARAL, G.; SILVA, R.; ROTONDO, G.; AMARAL, E. Um estudo sobre vulnerabilidade do Android: Ferramentas e Soluções para o usuário. **Anais SULCOMP**, 2016. Disponível em: < <http://periodicos.unesc.net/sulcomp/article/view/3144> >. Acesso em: 15 jan. 2017.

BRIGATTO, G. **Sistema Android amplia vantagem no mercado brasileiro de smartphones**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3939990/sistema-android-amplia-vantagem-no-mercado-brasileiro-de-smartphones>. Acesso: 06. jun. 2017.

FONSECA, L. C. S.; SOUSA, A. M. R. M. Os SIG como ferramenta de suporte nos cuidados de saúde primários: caso de estudo na distribuição de enfermeiros de família por área geográfica. **Revista Territorium**, Nº 24, 2017.

GOMES, M. F. M.; NOVAES, R. V.; BECKER, M. G. Software livre, licenciamento de software e acesso ao conhecimento. **Nomos**, v. 36, n. 2, 2017.

GONÇALEZ, F. B.; QUEIROZ, V. A. R. de; QUEIROZ, R. S. de, LOPES, C. R. S. Aplicativo intergas plus: interpretação da gasometria arterial. **Saúde.com**, v. 12, n. 4, 2017.

GOOGLE. **Android Studio Recursos**. 2017. Disponível em: <https://developer.android.com/studio/features.html?hl=pt-br>. Acesso em: 05 jun. 2017.

GUTIERREZ, C. B. B.; SANTOS, L. S. S.; GUTIERREZ, D. M. G.; FIGUEIREDO, S. C.; MENEZES, Y. L.; RIBEIRO, H. M. C. Mapeamento da criminalidade na cidade de Castanhal utilizando ferramenta de integração e análise de dados espaciais (Crime mapping in Castanhal city using integration tools and spatial data analysis). **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 9, n. 4, p. 1223-1233, 2016.

LONGO, F. M., BLASQUES, L. C., NASCIMENTO, A. C., MARTINS, A. C., VINAGRE, M. V., & França, F. R. **Applying photovoltaic solar energy in historic buildings: a methodological approach**. In: European Photovoltaic Solar Energy Conference and Exhibition, 29, 2014, Amsterdam. Anais... Amsterdam: EU PVSEC, p. 3619-3624. 2014.

MENDES, R. V.; COELHO, L. S.; MACÊDO, P. F. D.; SOUZA, T. B. P. D.; SANTOS, T. F. C.; GAIÃO, L. Distribuição Espacial e Geoprocessamento de Pacientes com Fissura Labiopalatina na Cidade de Imperatriz, Maranhão, Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 19, n. 4, p. 261-268, 2015.

NETO, V. C.; CHIARI, N. S.; CARVALHO, I.; PISA, I. T.; & ALVES, D. Desenvolvimento e integração de mapas dinâmicos georreferenciados para o gerenciamento e vigilância em saúde. **Jornal of health informatics**, v. 6, n. 1, 2014.

OLIVEIRA, R. B. D. D', COSTA, D. P. Benefícios da Computação Pervasiva na Educação e mobUS, Um Sistema Móvel no Auxílio à Aprendizagem. **Revista de Informática Aplicada**, v. 10, n. 2, 2014.

ONO, R. Rede de hidrantes urbanos para proteção contra incêndio em áreas urbanas: A situação atual e seu aprimoramento. In: **Anais** Resumos do Congresso Ibérico e V Congresso Ibero-Americano de Energia Solar, São Paulo, SP, Brasil. p. 535-543, 2000.

ROSA, E. M; DA SILVA, F. M. Análise da distribuição dos hidrantes urbanos no município do natal/RN através do estimador de densidade kernel. **HOLOS**, v. 8, p. 173-181, 2017.

SANTOS, L. S. SIG aplicado à gestão e análise das informações do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Pará. **Anais** do II Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 2014.

SANTOS, L.S., SILVA JUNIOR, O.M. **Mapeamento dos Hidrantes Urbanos de Belém Em Ambiente Web**. Disponível em: <http://geopara.blogspot.com.br/2013/08/mapeamento-dos-hidrantes-urbanos-de.html>. Acesso: 26. jun. 2017.

SILVA, K. J. D., ALVES, A. K. P., SANTOS, L. L., SILVA, L. C. C. Tecnologia no Negócio com a plataforma android - estudo de caso: Restaurante Árabe. **Revista Acadêmica Eletrônica Sumaré**, 8. e 9 ed., 2014.

SIMON, A. G., BACK, N. **Cálculo de vazão para dimensionamento da reserva técnica de incêndio considerando perdas de carga**. UNESC, Universidade do Extremo Sul catarinense, 2015/02.

TIBA, C., REIS, R. J., ALVES, M. A. S. Estudo de localização de centrais termoeletricas solares de grande porte no estado de Minas Gerais. **Revista Espinhaço**, v. 3, n. 2, p. 49-62, 2014.

# O perfil sociodemográfico dos pacientes atendidos pelo serviço aeromédico do Grupamento Aéreo de Segurança Pública do estado do Pará

*Alessandro Zell de Araújo  
Wilson José Barp*

## RESUMO

**Importância:** As políticas públicas na área de saúde no Brasil são objetos de estudo e críticas por parte de estudiosos e da própria população brasileira que se sente desguarnecida quando necessita de atendimento médico qualificado nas redes públicas de saúde. No Pará, além desse ponto em comum aos estados nacionais, há a peculiaridade da extensão e da dificuldade de ligação das vias de acesso que integram os diversos municípios do estado. Segundo o último censo do IBGE, o Pará é o segundo maior estado do país com uma extensão de 1.247.955,238 quilômetros quadrados, compreendendo 144 municípios. É o estado mais populoso da Região Norte, com uma população estimada de 7.581.051 habitantes. Na foz do Rio Amazonas encontra-se o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo – Arquipélago do Marajó, que abriga 12 municípios, e que figura como o local de maior índice de atendimento pelo serviço aeromédico do estado do Pará. **Objetivo:** Este artigo tem o objetivo de apresentar o perfil sociodemográfico dos pacientes atendidos pelo Grupamento Aéreo de Segurança Pública, tendo como recorte espacial o estado do Pará e recorte temporal o período compreendido entre 2011 (data de criação do grupamento) a 2017, demonstrando as ações em conjunto da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria de Estado de Saúde Pública que visa promover o real acesso pela população paraense ao direito social à saúde de forma integral, gratuita e igualitária, mesmo diante de barreiras demográficas existentes no estado do Pará.

**Palavras-chave:** Saúde; Segurança Pública; Serviço Aeromédico.

## Introdução

A primeira concepção de helicóptero pode ser verificada voltando nos dias de Leonardo Da Vinci, em 1486, onde ele havia feito desenhos sobre uma máquina “helixpteron”. Em suas notas, Da Vinci usou a palavra grega helix que significava aspiral e combinou com outra palavra grega pteron que significava asa. São dessas combinações que o nome helicóptero surgiu. Nele, a sustentação era gerada por um mecanismo de superfície helicoidal. A palavra helicóptero de origem grega que significa “asa rotativa” é adaptada para a língua portuguesa a partir da palavra francesa hélicoptère. É uma aeronave mais pesada que o ar e que necessita de um movimento relativo entre a massa de ar e o aerofólio de sustentação para ascender-se e deslocar-se (SILVA, 2011).

Conforme informações da Associação Brasileira de Pilotos de Helicópteros, na década de 1990, mais precisamente nos anos de 1996, 1997 e 1998, o Brasil foi o país que mais cresceu no setor aeronáutico de asa rotativa, chegando a alcançar a segunda maior frota de helicópteros do mundo em tamanho e segurança, superada apenas pela frota do Estados Unidos, deixando países como o Japão e Reino Unido a sua retaguarda. Este grande número de aeronaves vem crescendo a cada ano, abrindo oportunidades fantásticas para especialidades e ocupações a profissionais do setor de segurança pública capacitados.

Hoje, o emprego de aeronave de “asas rotativas” pelos governos estaduais é uma realidade de nosso país, atendendo a todas as pastas do executivo, principalmente na segurança pública e emergência médica, havendo o retorno para o Estado no reconhecimento da população em estar sendo amparada em suas horas mais difíceis, tais como acidentes, assaltos, sequestros, incêndios, calamidades, e muitas outras atividades onde atua diretamente a Secretaria de Segurança Pública (CHEDIACK, 1989).

Dentro das diversas operações atendidas pela atividade aérea, as missões de polícia e emergência médica por meio do resgate aeromédico têm demonstrado um significativo percentual de crescimento, vindo, assim, disponibilizar um maior tempo da aeronave para atendimento direto ao Sistema de Defesa Social, ao controle do meio ambiente, ao combate à evasão fiscal nas fronteiras do Estado, a locomoção rápida de profissionais de saúde em situações de estudos de epidemias, e outras voltadas ao atendimento público. Quando a ordem pública é violada ou surge uma emergência, mais

do que uma força de expressão, é importante que o socorro “chegue voando”. Limitações como trânsito, topografia ou falta de vias de acesso são facilmente superados quando se desloca pelo ar (SILVA, 2011).

O helicóptero é um aparelho de grande mobilidade e flexibilidade, sendo potencialmente útil no desempenho das missões que se caracterizam pelo estilo preventivo como repressivo. Uma das atividades básicas do Sistema de Segurança Pública no que concerne a ostensividade da preservação da ordem pública é o planejamento da ação preventiva, com o objetivo de alcançar estabilidade social a fim de evitar a eclosão de delitos ou atos ameaçadores à vida em sociedade (JOFFILY, 2000).

## Revisão bibliográfica

Em função dessa disposição da bacia hidrográfica amazônica, o estado do Pará se divide em seis regiões distintas. Existem os municípios que ficam na Calha Sul e os municípios que ficam nas Zonas Guajarina, Marajoara e do Salgado, ligados pela baía, pelos rios e pelas estradas à mesorregião de Belém, esta, capital do estado. Administrativa e politicamente, o estado do Pará está dividido em seis mesorregiões e 22 microrregiões que englobam 144 municípios (MONTEIRO, 2001).

Hoje, segundo dados do IBGE, sua área está estimada em 1.247.955,238 quilômetros quadrados, sendo o segundo estado brasileiro em extensão. Maior que muitos países da Europa, comporta uma região geográfica considerada como uma das maiores do planeta. Só a Ilha de Marajó, que fica na foz do rio Amazonas, é por exemplo, maior que o estado do Rio de Janeiro ou que o Espírito Santo, Alagoas ou Sergipe.

O complexo da Ilha do Marajó é o maior cliente do GRAESP, posto que compreende 16 municípios que ficam “isolados” pelo contorno geográfico desenhado pelo Rio Pará e Baía do Marajó, onde o acesso é somente por via marítima e/ou aérea em virtude da condição geográfica. No Estado do Pará, a necessidade de atendimento de suporte avançado de vida envolvendo atendimentos de alta complexidade vem aumentando a cada dia que se passa. O deslocamento terrestre e/ou fluvial para cidades mais distantes de Belém, para realizar o atendimento às emergências, tem se tornado inviável. Para se ter dimensão da situação, por exemplo, deslocar-se para o município de Breves na Ilha do Marajó (setor sudoeste da Ilha), partindo de Belém, por meio

hidroviário, leva-se em média aproximadamente 12 horas de embarcação para alcançar o objetivo (MONTEIRO, 2001).

Para este destino não existe infraestrutura rodoviária e somente a via aérea possibilita um deslocamento mais rápido, cuja redução de tempo no deslocamento é significativa. Com os helicópteros “multimissão”, equipamento mais apropriado para operações de Defesa Social, sob a ótica do custo/benefício, a partir de Belém é possível chegar ao município de Breves por via aérea com helicóptero em apenas 1h15min. Deslocar-se ao município de Soure também localizado no outro extremo da Ilha do Marajó (setor leste da Ilha), partindo de Belém, por via fluvial levaria cerca de 4 horas; em contrapartida, com o uso do helicóptero, gasta-se apenas 20 min. Portanto, com o uso do helicóptero é possível socorrer a comunidade do grande arquipélago do Marajó em tempo hábil e seguro (ROOS, 1989).

### **Histórico do grupamento aéreo de Segurança Pública**

A história da aviação de segurança pública no estado do Pará se iniciou no ano de 2004, com a compra de um helicóptero modelo AS 350 B2 (Esquilo) e dois motoplanadores Super Ximango modelo AMT 200S. O Grupamento Aéreo de Polícia Militar (GRAER) foi criado como unidade operacional especializada, subordinada ao Comando de Missões Especiais da Polícia Militar do Pará – PMPA. Embora tenha sido criado dentro da estrutura organizacional da Polícia Militar, o Grupamento Aéreo contava em seu efetivo com integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar.

No ano de 2007, o Corpo de Bombeiros Militar - CBMPA criou sua própria unidade operacional, a Coordenadoria de Operações Aéreas (COA), e passou a atuar mais diretamente nas missões de salvamento, resgate e de transporte aeromédico em convênio com a Secretaria de Saúde do Estado - SESP. No ano de 2008, o GRAER recebeu do Ministério da Justiça mais um helicóptero do mesmo modelo que já possuía, a fim de potencializar suas ações de segurança pública e Defesa Civil no estado.

No final do ano de 2011, a Lei Nº 7.584, de 29 de dezembro, reestruturou o Sistema de Segurança Pública criando o Grupamento Aéreo de Segurança Pública (GRAESP), subordinado à Secretaria de Estado de Segurança Pública com a fusão do GRAER e do COA. Todas as aeronaves



pertencentes a PMPA e CBMPA foram patrimoniadas no novo órgão aéreo. No mesmo marco legal foram criados quatro Núcleos Regionais Aéreos nas cidades de Marabá, Altamira, Santarém e Redenção. Dessas bases, apenas a de Marabá está ativada de forma ininterrupta. As demais contam com o apoio do GRAESP conforme a necessidade. No ano de 2015, o Governo do Estado, por meio do Decreto Nº 1.250 de 20 de março de 2015, Art. 3º, Anexo Único, transfere as ações executivas da Diretoria de Transportes Aéreos da Casa Militar da Governadoria do estado do Pará - DTA/CMG, para o Grupamento Aéreo de Segurança Pública da Secretaria Estadual de Segurança Pública do estado do Pará - GRAESP/SEGUP. Desta forma, então, centralizou toda a aviação executiva do estado em um único órgão. Todas as aeronaves e servidores da então DTA foram transferidos para o GRAESP, que passou a executar em sua plenitude o conceito de aviação de estado (operacional e executivo).

Atualmente, o GRAESP desenvolve ações operacionais integradas com todos os órgãos do Sistema de Segurança Pública, tendo como principais missões executadas o apoio as ações e operações do CBMPA, da PCPA e PMPA, patrulhamento policial em todas as suas modalidades, transporte de tropa e suprimentos, patrulhamento em casas penais, operações de erradicação de maconha, patrulhamento em balneários, salvamento aquático, combate a queimadas, transporte de carga e pessoas, resgate aeromédico, fiscalização e controle ambiental. Paralelamente, atua no transporte executivo do Excelentíssimo governador do estado e seu secretariado em toda a extensão do estado do Pará.

## **Materiais e métodos**

O relatório operacional do Grupamento Aéreo de Segurança Pública de 2017 aponta um efetivo total de 97 (noventa e sete) servidores, sendo 54 (cinquenta e quatro) da Polícia Militar, 21 (vinte e um) do Corpo de Bombeiros Militar, 07 (sete) da Polícia Civil e 15 (quinze) servidores civis. Sua frota conta hoje com 06 (seis) helicópteros, sendo um modelo EC 145 C2, quatro do modelo AS 350 B2 (Esquilo) e um modelo Schweizer destinado para treinamento. Além desses, o GRAESP opera 03 (três) aviões, sendo dois modelos Caravan (C208) e um King Air C90B.

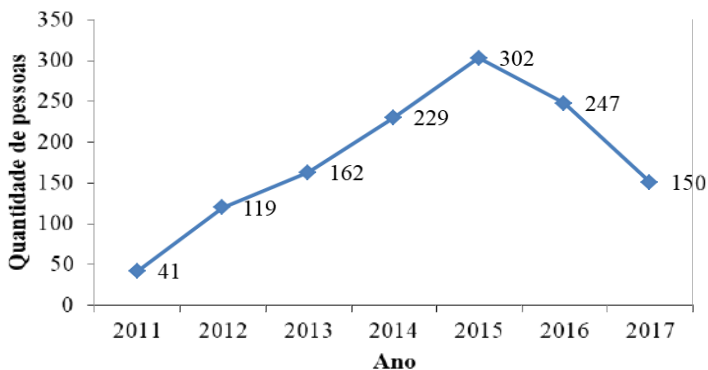
**Figura 1:** Organograma do Grupamento Aéreo de Segurança Pública do estado do Pará



**Fonte:** Lei Nº 7.584 de 28/12/2011, jun. 2018.

Trazendo para análise o serviço aeromédico teremos quantitativo total de atendimentos feitos, tendo como recorte temporal os anos de 2011 a 2017, um número expressivo de 1.250 (um mil duzentos e cinquenta) pacientes atendidos (Figura 2).

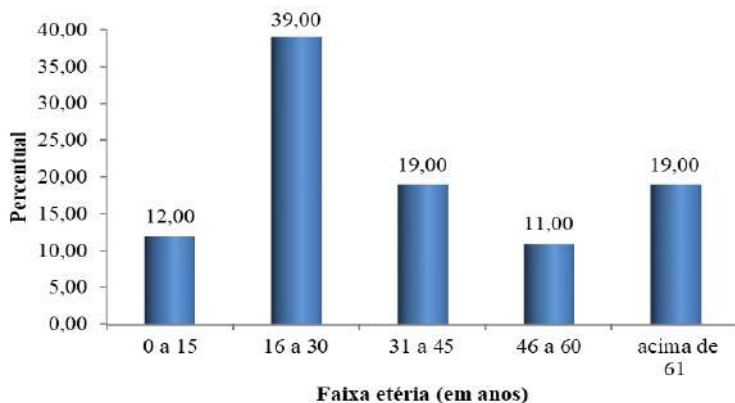
**Figura 2:** Quantitativo de pessoas atendidas pelo serviço aeromédico do GRAESP, entre 2011 e 2017



**Fonte:** Relatório operacional de voo e diário de bordo das aeronaves do GRAESP 2017, ago. 2018

Desses pacientes atendidos, a faixa etária mais assistida compreende a idade de 16 a 30anos, computando 39% do total (Figura 3).

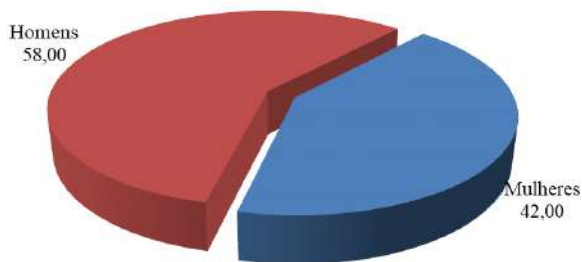
**Figura 3:** Percentual de pacientes atendidos pelo GRAESP, por faixa etária, entre 2011 a 2017



**Fonte:** GRAESP, set. 2018.

Usando como categoria classificatória o sexo do paciente, teremos um percentual maior para pacientes do sexo masculino, quando analisados os atendimentos ocorridos entre 2011 e 2017 (Figura 4).

**Figura 4:** Percentual de pacientes atendidos pelo GRAESP, por sexo, no período de 2011 e 2017



**Fonte:** GRAESP, set. 2018.

Passando para uma análise do quadro clínico desses pacientes atendidos pelo GRAESP, perceberemos uma diversidade de características clínicas que perpassa desde a parturiente, com maior percentual (19%) até pneumonia, lúpus, lesão na traqueia, dor torácica, que corresponderia 1% dos atendimentos aeromédicos.

**Tabela 1:** Percentual de pacientes atendidos pelo GRAESP, por quadro clínico, 10 maiores, entre 2011 e 2017

Quadro clínico	Percentual
Parturiente	19,00
Trauma em geral	11,00
Trauma crânio encefálico	9,00
Ferimento por arma de fogo	8,00
Ferimento por arma branca	7,00
Acidente automobilístico	7,00
Hipertensão	6,00
Infarto agudo do miocárdio	5,00
Acidente vascular cerebral	5,00
Trauma	2,00

**Fonte:** GRAESP, set. 2018.

**Tabela 2:** Percentual de pacientes atendidos pelo GRAESP, por município, 10 maiores, entre 2011 e 2017

Município	Percentual
Breves	27,00
Muaná	8,00
Capanema	7,00
Cachoeira do Arari	7,00
Abetetuba	5,00
Soure	5,00
Santa Cruz do Arari	5,00
São Sebastião da Boa Vista	4,00
Anajás	4,00
Castanhal	4,00

**Fonte:** GRAESP, set. 2018.

O serviço aeromédico se concentra na área da ilha do Marajó, na localidade de Breves, onde sinaliza um percentual de 27% do total de atendimentos feitos no período de 2011 a 2017 (Tabela 2).

## Resultados e discussões

Em 2012, com um pouco mais de 04 (quatro) anos de existência de operação com helicóptero o CBMPA já registrara mais de 100 atendimentos emergenciais nas mais diversas regiões do estado, amplamente divulgado na mídia escrita, televisionada e falada, regional e nacional. Diante desse aspecto e da notória e crescente demanda do serviço aeromédico naquele instante já gavia sido devidamente solidificado no estado, em agosto de 2009, o termo de convênio N<sup>o</sup> 006/2009 entre SESPA e CBMPA publicado no DOE N<sup>o</sup> 31.476 de 05 de agosto de 2009, para melhor atender às necessidades dessa recente forma de resgate e transporte aeromédico oficialmente absorvida e estabelecida no estado, cujo o termo de convênio celebrado tinha como objeto a realização de ações de evacuações aeromédicas – EVAM, transporte inter-hospitalar quando identificado risco de morte e o município não disponibilizar de recursos para atendimento, com ênfase aquelas provenientes das áreas de difícil acesso no território paraense, por meio do emprego de aeronave tipo helicóptero, visando o acesso aos serviços de saúde em tempo exíguo, ocasionando a redução de risco de morte, em conformidade com o plano de trabalho parte integrante do presente termo de convênio.

Para tanto, as ações seriam realizadas do nascer ao pôr do sol, sem prejuízo do funcionamento do serviço de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias. O atendimento executado pelo helicóptero precisa ser sempre classificado como de suporte avançado de vida e, portanto, devendo contar com no mínimo um piloto, um tripulante operacional e um médico. Subordinado organicamente à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará – SEGUP, o GRAESP, tem sua normatização editada na Portaria N<sup>o</sup> 011/2016-GAB/SEGUP, de 22 de novembro de 2016, publicada no DOE N<sup>o</sup> 33.260, de 29/11/2016, a qual cria diretrizes e protocolo operacional para o acionamento e requisição para uso de aeronaves do GRAESP, dessa forma, estabelecendo a forma de regular, disciplinar e avaliar o acionamento e o uso das aeronaves de asas fixas (aviões) e de asas rotativas (helicópteros) pertencentes à frota do GRAESP.

O processo mais comum de acionamento é via Coordenadores de Operações do Centro Integrado de Operações - CIOp, para atendimento de demandas da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil ou Central de Regulação Médica da SESPA para atender às ocorrências de aeromédico. Este último processo ocorre de maneira em que o médico solicitante da casa de saúde onde se encontra o paciente mantém contando com o médico regulador de plantão, via central de regulação médica da SESPA, onde inicia-se a filtragem da ocorrência para que então ela possa atender aos critério mínimos de classificação, a fim de que seja enquadrada como média e/ou alta complexibilidade, para que, então, na sequência, seja iniciado o acionamento da equipe SESPA/GRAESP de plantão do aeromédico, que fica diariamente no hangar do estado, disponível a atender todas demandas de ocorrências reguladas (PARÁ, 2018).

### **Considerações finais**

Na atividade de resgate, o uso do helicóptero proporciona o salvamento de vidas humanas, quer durante catástrofes, quer nos acidentes de trânsito urbano ou quer nos acidentes fluviais, e cujo valor nesses casos é incomensurável. Na França, os órgãos públicos de serviço ao atendimento médico de urgência – SAMU – consideram que o salvamento de UMA VIDA por ano é suficiente para justificar o custo de uma aeronave em operação. O solo paraense é de uma dimensão consideravelmente ampla e com uma diversidade geográfica imensa, a qual somente consegue ser superada, em curto prazo de tempo com o apoio da aviação, em especial de um helicóptero devido ser uma excelente plataforma de observação de grande mobilidade e flexibilidade e por não ter limitações quanto ao seu deslocamento (pouso e decolagem).

Respeitando as condições meteorológicas e operacionais, é altamente eficaz no desempenho de operações que se revistam tanto de caráter preventivo, repressivo ou em missões de cunho social. O uso de “asas rotativas” é uma realidade cada vez mais usual e eficiente nas atividades estatais de Defesa Social, demonstrando ser um “feedback” objetivamente necessário, rápido e seguro à sociedade amazônica em especial a paraense. O alcance do benefício social demonstrou-se ser significativo pela atuação direta do governo estadual, das prefeituras, indústrias locais, hospitais, associações de classe, dentre outros. Além disto, a disponibilidade da aeronave para realizar

múltiplas missões, permitir o alcance de metas e prioridades governamentais de Defesa Social e Saúde.

Com a inauguração do projeto aeromédico, o governo tornou-se mais presente junto à população nos momentos de emergência, justamente os mais caros e reconhecidos pela sociedade, em que a vida humana depende de socorro rápido e eficiente. A viabilidade técnica da implantação de uma unidade operadora de helicóptero no estado, devido à sua versatilidade e desempenho, já comprovados pela larga utilização no Brasil e no mundo, foi consideravelmente assertiva.

O traslado de pacientes com um considerável estado clínico crítico trata-se de uma ação delicada e que a cada dia vem se ampliando no universo hospitalar e da urgência e emergência. Dessa forma, uma severa obediência de análise clínica, diagnóstica e prognóstica do paciente, deve criticamente ser avaliada para que um efetivo e adequado planejamento do traslado aeromédico ocorra de forma a ser considerado todos os fatores favoráveis e desfavoráveis a vítima clinicamente crítica.

## Referências

- CHEDIAC, D. A. P. **O Helicóptero: Teoria de Voo e Conhecimento Técnico Piloto e Mecânico**. São Paulo: EAPAC, 1989.
- JOFFILY, K. **Aerodinâmica do Helicóptero: Teoria do Voo Conhecimentos Técnicos**. Paraná: K. Joffily, 2000.
- MONTEIRO, B. **História do Pará**. v. 15, Belém: Delta/O Liberal, 2001.
- PARÁ. Secretaria de Segurança Pública. Grupamento Aéreo de Segurança Pública. **Relatório Operacional de Voos 2017** – Pará: SEGUP, 2018.
- ROOS, T. **Piloto Privado: Navegação Visual e Estimada**. São Paulo: T. Roos, 1989.
- SILVA, P. R. **Helicóptero Conhecimentos Técnico: Noções Fundamentais**. São Paulo: ASA Campo Belo, 2011.





# Percepção de riscos: o mergulho de resgate nos rios amazônicos

*Alessandra de Fátima Vasconcelos Pinheiro*

*Cesar Mauricio de Abreu Mello*

*Flaviane Pantoja Garcia*

*José Gracildo de Carvalho Júnior*

*Sônia Cristina Lima Chaves*

## RESUMO

**Importância:** O mergulho de resgate é uma das atividades mais perigosas desenvolvidas por bombeiros militares, exigindo preparo técnico, físico e psicológico e uma percepção acurada dos riscos envolvidos. Em face às características dos rios amazônicos, notadamente as fortes correntezas e a total falta de visibilidade, o risco de ferimentos e morte dos mergulhadores é altíssimo. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção de risco associada à profissão dos mergulhadores de resgate do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória que, partindo de uma revisão bibliográfica, utilizou dois grupos focais como técnica de coleta de dados, cuja finalidade foi investigar a percepção que os mergulhadores de resgate têm sobre o risco da atividade de mergulho, identificar os tipos de riscos com os quais lidam em suas missões e verificar de que forma a percepção de risco influencia no seu dia a dia. A análise dos dados foi executada por meio da utilização do método indutivo, com análise das falas dos participantes. **Resultados:** Os resultados mostraram que a percepção de risco construída pelos mergulhadores de resgate pesquisados influencia seus comportamentos, criam a cultura de riscos e, por conseguinte estabelecem mecanismos para minimizar os riscos aos quais são submetidos a cada mergulho. **Conclusão:** Aponta-se a necessidade da realização de políticas institucionais voltadas à gestão de risco ocupacional na atividade de mergulho de resgate e, sobretudo, levem em consideração a percepção de riscos daqueles que o vivenciam todos os dias.

**Palavras-chave:** Bombeiros; Comportamento; Indução.

## Introdução

O estado do Pará possui dimensões continentais e uma grande bacia hidrográfica detentora de rios extensos que se apresentam, muitas vezes, como a única alternativa para transporte de passageiro e de cargas. Como consequência, observa-se uma intensa movimentação de embarcações, de todos os tipos, formatos e tamanhos, entre os diversos municípios paraenses e até entre os estados limítrofes. Dados coletados pela Agência Brasil (2017) revelam que, nos últimos dez anos, ocorreram 1.289 mortes por acidentes com embarcações em todo o Brasil. O estado do Pará, com 186 mortes, ocupa a segunda posição com o maior número de registros.

As demandas de buscas subaquáticas nestes tipos de acidentes são atendidas por mergulhadores de resgate do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), lotados no Grupamento Marítimo e Fluvial (GMAF), situado na capital do estado, e por mergulhadores lotados nos Grupamentos Bombeiros Militar (GBM) do interior que, nas ocorrências mais complexas, são assistidos pelos mergulhadores da capital.

A atividade de mergulho de resgate é regida por normas, regras e técnicas universais, cuja finalidade é garantir a segurança do profissional. No entanto, em face às características peculiares dos rios amazônicos como, por exemplo, uma visibilidade baixa ou nula, a incidência de fortes correntezas, presença de peixes carnívoros, grande amplitude de marés, dentre outras, tornam o mergulho nesta região uma atividade atípica e extremamente arriscada, mesmo seguindo todas os protocolos e regras de segurança previstas. O modo de perceber os riscos presentes no mergulho de resgate realizados nos rios amazônicos pode ou não modificar o comportamento do mergulhador; portanto, a questão que este artigo traz para discussão como problema de pesquisa é: como a percepção de risco do mergulhador influencia no exercício da atividade de mergulho de resgate?

A percepção de risco pode estar relacionada aos valores, crenças e à cultura de interação com o risco da profissão, ou seja, como são treinados para lidar com eles (MELLO, 2015). A análise da percepção de risco dos mergulhadores de resgate que leva em consideração os aspectos culturais e sociais que influenciam seus comportamentos diante dos riscos que o cercam possibilita o desenvolvimento de estratégias, políticas institucionais e de ferramentas - sejam elas de gestão ou operacionais -, que podem minimizar

os efeitos de tais riscos, gerando condições mais favoráveis à atividade de mergulho de resgate nos rios amazônicos. Outras vantagens podem ser obtidas com a redução do número de acidentes, tais como a melhoria de imagem da instituição perante a sociedade, redução de custos hospitalares, aumento do moral da tropa, dentre outros.

Considerando essas proposições, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a percepção de risco associados à profissão dos mergulhadores de resgate do Grupamento Marítimo e Fluvial do CBMPA. Os objetivos intermediários ou específicos foram: a) investigar os conceitos sobre risco que os mergulhadores de resgate têm; b) identificar os tipos de riscos com os quais os mergulhadores lidam em suas missões; e c) verificar de que forma a percepção de risco influencia o comportamento dos mergulhadores durante a atividade. Os resultados deste estudo demonstraram que a análise da percepção de risco é uma dimensão importante para a segurança no trabalho e para a prevenção de acidentes na atividade de mergulho.

## Revisão bibliográfica

As discussões e estudos do risco, na sua maioria, o relaciona a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, num contexto de incerteza, na tentativa de alertar para as consequências futuras negativas ou não de fenômenos e processos envolvidos. É possível observar um elemento comum entre as definições, sejam elas das ciências naturais ou das ciências sociais, que é a diferença entre a realidade e a possibilidade, o que está ali diante do sujeito que percebe e o que realmente poderá acontecer (QUEIROZ et al., 2007; BORRAZ, 2014).

Mello (2015) afirma que o fato do risco admitir vários entendimentos e representações justificou pesquisas que relaciona o conceito de risco a palavras como perigo, ameaça, incerteza, insegurança e, por conseguinte, suas relações simbólicas e culturais com o percebido individualmente e socialmente.

Natividade (2009) salienta que o risco é inerente à atividade profissional do bombeiro militar. Ao salvar vidas de terceiros e defender bens públicos e privados da sociedade, este profissional coloca sua própria vida em constante risco. Nesta profissão, continua o mesmo autor, não há possibilidade do “não há risco” e sim, de condições “mais arriscadas” e “menos arriscadas”. A escolha em qual trabalhará está pautada na percepção do risco que ele tem das atividades desenvolvidas na corporação.

Aerosa (2012) destaca que a percepção de risco da atividade profissional decorre de uma relação dialética entre a pessoa e o ambiente no qual exerce suas funções. Nesse contexto, a percepção de risco depende da análise pessoal dos riscos existentes na atividade profissional e, também, dos valores culturais relacionados aos riscos. Fato este que podemos observar nas diferentes percepções de uma mesma profissão, por exemplo, a percepção de risco do bombeiro mergulhador pode ser diferente da percepção de risco do bombeiro que combate um incêndio.

Segundo afirma Skinner (2000), as pessoas se comportam de acordo com a combinação das informações genéticas da sua espécie, da sua história de aprendizagem e da relação com o grupo social no qual ela está inserida. Valores, crenças, emoções são comportamentos que podem interferir na forma de perceber o risco, e que foram condicionados em situações similares no decorrer da sua história de vida.

As definições apresentadas pelos autores estudados não chegam a uma visão universal do conceito de risco, mas fica claro que para entender sobre riscos é preciso olhar sobre a percepção que as pessoas têm dele, e que o conceito vai depender exatamente de como ele é percebido. Consequentemente, para entender sobre a percepção que as pessoas têm do risco é necessário conhecer o conjunto de variáveis psicossociais, culturais e simbólicas às quais elas estão sujeitas, posto que a percepção de risco é uma construção pessoal e social.

Segundo Pereira (2014), o mergulho é uma atividade desenvolvida em condições em que o indivíduo está sujeito a pressões maiores que a pressão atmosférica e, por isso, considerada de alto risco à saúde. No caso particular da prática do mergulho nos rios amazônicos, exige-se ainda uma extrema precisão de técnicas devido ser realizada em ambientes sem nenhuma visibilidade, variação de correnteza e marésias, presença de animais aquáticos e de objetos que podem causar acidentes.

O Grupamento Marítimo e Fluvial é uma subunidade do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Pará, responsável, entre outras missões, pelo resgate de corpos e bens em embarcações naufragadas. A unidade foi criada pela necessidade de respostas mais rápidas e efetivas do Estado em situações desta natureza, muito comum nos rios paraenses. No CBMPA, a atividade de mergulho é regida pela Norma de Autoridade Marítima para atividades subaquáticas – NORMAM 15 da Marinha do Brasil (BRASIL, 2016), que define mergulho autônomo como aquele em que o suprimento

de mistura respiratória é portado pelo próprio mergulhador e utilizado como sua única fonte respiratória. Mergulhador, portanto, é o profissional membro da equipe de mergulho, qualificado e legalmente habilitado para os exercícios da atividade de mergulho (GOIÁS, 2012). Corroborando com estas definições, Gaspar (2009) apud Pantoja e Livramento (2011) afirma que a atividade de mergulho necessita de técnica especializada, pois exige conhecimento específico e estrutura adequada para sua realização, sendo a segunda mais perigosa, só perdendo para a de astronauta.

A NORMAM (BRASIL, 2016) relaciona as condições perigosas e/ou especiais das atividades de mergulho autônomo. Dentre elas: a) os trabalhos em mar aberto ou em água não abrigadas; b) com correntezas superiores a 1,5 nó; c) em baixa visibilidade (característica dos rios amazônicos); e d) presença de obstáculos submersos, a exemplo redes de pesca, embarcações naufragadas, troncos de árvores entre outros são características encontradas nos mergulhos de resgate na região amazônica.

Pereira (2014) enfatiza que, mesmo tendo conhecimento regular dos acidentes de mergulho relacionados ao meio ambiente natural e das normas disciplinadoras, durante a prática constante da atividade os mergulhadores acrescem sua exposição ao perigo quando negligenciam as orientações acerca dos procedimentos de segurança, aumentando o risco nas operações. Em relação a esta prática constante de atividades arriscadas, Aersa (2012) alerta para o que chama de “pedagogia do risco”, isto é, o contato constante dos indivíduos com a situação de risco pode alterar sua percepção a respeito, diminuindo ou subavaliando sua percepção. O mesmo autor enfatiza que este comportamento pode diferir entre as pessoas que executam a mesma tarefa. Partindo dessa ideia, os mergulhadores de resgate poderiam ter percepções diferentes do mesmo risco, em função do contato constante com o perigo, não deixando de percebê-lo, mas, atribuindo um “juízo de valor” diferenciado que acaba por interferir em suas reações diante de uma situação em particular.

## Metodologia

O presente estudo iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica nacional e internacional sobre os conceitos de risco, percepção de riscos e mergulho de resgate. Em seguida, utilizou-se a técnica de coleta de dados por meio de dois grupos focais que possibilitou a compreensão da realidade social dos

indivíduos e permitiu refletir e analisar os comportamentos, perspectivas e experiências das pessoas do cenário social escolhido (OLIVEIRA; FILHO; RODRIGUES, 2007).

O grupo focal foi escolhido pois possibilita ao pesquisador compreender ações e reações a fatos, eventos, bem como práticas cotidianas de determinado seguimento social, bem como conhecer percepções, crenças, hábitos, valores e simbologias existentes em determinada temática e em alguns casos compreender o modo pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros quando possuem a mesma vivência (GATTI, 2005).

Embora a instituição Corpo de Bombeiros tenha sua abrangência exercida em todo o estado do Pará, a amostra ficou restrita a oficiais e praças mergulhadores lotados no GMAF localizado na capital. A decisão de manter tal restrição se deu principalmente por questões relacionadas às grandes distâncias entre os municípios paraenses, em função de que os mergulhadores ali lotados apresentam as características que se buscam e, também, porque a unidade possui mergulhadores suficientes que possibilitou a realização do grupo focal em seus horários de serviço sem que isso afetasse a dinâmica da operacionalidade.

Em função da autora ser oficial do CBMPA e com superioridade hierárquica sobre todos os pesquisados, houve, durante toda a pesquisa, uma constante vigilância epistemológica com vistas a evitar ou diminuir a “violência simbólica<sup>1</sup>”. Dentre as medidas adotadas, as principais foram: a exaustiva explicação do caráter científico da pesquisa; o uso de trajés civis; o voluntariado e a utilização de outro mediador.

A coleta de dados foi realizada por meio de dois grupos focais tendo como participantes voluntários 10 bombeiros, oficiais e praças do CBMPA possuidores do curso de mergulho autônomo de resgate em atividade operacional e que só foram expostos aos procedimentos após lerem e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Cada encontro durou aproximadamente 2 horas e 30 minutos e foram realizados no ano de 2017. Os diálogos foram registrados e gravados em áudio por dois relatores, devidamente autorizado pelos participantes.

No dia do encontro antes de iniciar o roteiro previsto, o moderador explicou os objetivos da pesquisa, a natureza exclusivamente acadêmica do trabalho e as

---

<sup>1</sup> É uma forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, seja esta econômica, social, cultural, institucional ou simbólica.

questões relacionadas à preservação das identidades dos participantes, que neste trabalho, foram identificados como “participante” seguida de uma numeração. A análise dos resultados foi realizada a partir da codificação dos conteúdos dos diálogos, organizados em categorias de acordo com os itens definidos no roteiro que deram suporte nas argumentações dos participantes.

## Resultados e discussões

Os relatos evidenciaram a vivência em situações consideradas de alto risco durante o mergulho, tais como interrupção de demanda de ar, correnteza forte, desnível abrupto, desconhecimento do local, enroscos em rede de pesca e labirinto, corroborando as ideias dos autores mencionados sobre fatores de risco.

Ao responderem sobre o conceito de risco, os participantes o relacionaram à condição de perigo que causam danos, que estão presentes na atividade de mergulho, mas que pode ser minimizada pelo conhecimento, pela experiência e quando há atualização de técnicas e equipamentos, ou seja, treinamentos. Todos os participantes acreditam que a variável treinamento potencializa a percepção e conseqüentemente minimiza os riscos.

*“São situações circunstanciais que colocam perigo a integridade física e vida, mas o conhecimento técnico dá suporte para minimizar o perigo” (participante 3).*

A discussão sobre conceito de riscos trouxe em seguida a questão da diferença entre risco e perigo, e observou-se que não há consenso nas respostas apresentadas, seguindo a mesma cultura das teorias sobre risco que não deixam claro a diferença entre ambos. Dois participantes consideraram o risco como uma ameaça iminente e o perigo como certeza, corroborando com a afirmação de Mello (2015) de que “incerteza é uma das dimensões do risco”.

*“Perigo é algo concreto, risco é a possibilidade de sofrer danos” (participante 1).*

*“Relacionado ao comportamento do indivíduo... perigo é a exposição ao risco” (participante 4)*

A questão do comportamento de pânico no mergulho, bem como as reações fisiológicas e a experiência em passar por situações perigosas surgiram somente nas discussões do grupo focal 1. Sobre o pânico, os participantes afirmaram que pode ser uma possibilidade e que o treinamento é um importante mecanismo de controle, a fim de evitar tais comportamentos. Os relatos sobre as reações fisiológicas provocadas pelo pânico salientaram que as mudanças significativas na respiração, orientação espacial e fadiga potencializam os riscos. E sobre ter tido a experiência em passar por situações perigosas, os participantes acreditam que isso os fez desenvolver comportamentos mais cautelosos.

*“Confusão mental, aceleração cardíaca e mudança de temperatura” (participante 3).*

*“Quanto mais velho, mais frouxo, porque se cerca de mais cuidado, treinamento e experiência em passar em situações perigosas” (participante 3).*

Os relatos às questões anteriores demandaram discussão sobre o Treinamento do Preparo Emocional. Segundo os participantes, saber lidar com o desconhecido e manter o equilíbrio diante das condições adversas os prepara para situações futuras similares. Sobre isso, Pinheiro (2010) afirma que esse tipo de treinamento possibilita o estabelecimento de novos comportamentos e aprimoramento dos já existentes, necessários aos especializados nas missões de alto grau de risco de morte.

*“Quanto mais se é submetido a situações extremas se condiciona a procurar saídas, soluções... na segunda situação já me livre mais facilmente... Ao ministrar instrução sempre informo que fui salvo pelo excesso de pressão e de estresse que fui submetido no curso”. (participante 3)*

Ao solicitar aos participantes que selecionassem os tipos de riscos da atividade de mergulho de resgate, eles relataram: falta de ar, correnteza forte, intoxicação, acidentes com animais, obstáculos, enrosco em rede de pesca, doenças descompressivas, labirinto e visibilidade baixa ou nula, doenças contaminantes, ferimentos por pontas de ferro e galhos, labirinto em embarcações. Sendo a visibilidade nula, mencionada por ambos os grupos, como uma das mais significativas.



Observa-se que os participantes dos dois grupos categorizam riscos de acordo com os efeitos de um agente externo que pode ocasionar dano durante o mergulho e influenciar consideravelmente em seus comportamentos em situações futuras. Para eles, a maior parte dos riscos da atividade de mergulho de resgate está no ambiente, considerando as características físicas dos rios amazônicos no qual eles realizam suas atividades, ou seja, realizar mergulho de resgate no Pará já é em si uma atividade arriscada. Essa questão demandou no grupo focal 1 discussão sobre o benefício do risco, os relatos mostram que os riscos preparam para situações futuras, possibilitam a padronização no serviço, o uso de equipamentos adequados, tornando-o um risco controlado.

*“Experiências trazidas com os riscos trazem o benefício para sobreviver” (participante 2)*

Ao serem indagados sobre o que é ser um mergulhador de resgate, os participantes do grupo focal 1 descreveram como um profissional da segurança pública treinado para atuar em situações de alto risco, em ambientes insalubres com pouca visibilidade, com intuito de resgatar bens ou pessoas e dar alento às famílias. Já os participantes do grupo focal 2, além de descreverem os mergulhadores como alguém que pode trazer alento às famílias, também mencionaram como um profissional único, capaz de fazer o que ninguém mais faz.

Sobre porque escolheram ser um mergulhador de resgate, no grupo focal 1, os participantes foram unânimes ao afirmar que o escolheram por desejarem fazer parte de uma equipe diferenciada, com visibilidade na instituição e que faz o que ninguém mais faz. Os participantes do grupo focal 2, por sua vez, escolheram ser mergulhadores porque, sendo especializados, poderiam dar uma resposta melhor para a sociedade. Sobre isso, Aerosa (2012) comenta que há uma relação custo-benefício na relação do trabalhador com o risco, que pode ser material ou simbólica; no caso dos relatos apresentados, os benefícios seriam simbólicos, como reconhecimento social e institucional.

*“Porque é destaque, grupo seleta, força especial, tinha habilidade aquática” (participante 1)*

Sobre a questão do porque eles se arriscam, mesmo sem compensação financeira, os participantes dos dois grupos mencionaram valores morais e compromisso firmado com a sociedade de aliviar o sofrimento daqueles que perderam um ente querido. A esse respeito, Arosa (2012) confirma que em algumas situações trabalhadores colocam sua integridade física em risco por conta da cultura ou subculturas profissionais, no caso em questão a cultura da missão institucional do CBMPA conduz os comportamentos dos mergulhadores.

*“Nada paga a satisfação de ver a família aliviada por ter trazido um corpo” (participante 5)*

Sobre o que fazem para lidar com os riscos da atividade de mergulho, os participantes dos dois grupos relataram que buscam estar em constante atividade física, estar em família, manter a espiritualidade, ter preparo técnico e psicológico. Ainda relataram a necessidade da presença do psicólogo para ajudar a lidar com os riscos. É importante observar neste item que as respostas dos participantes em ambos os grupos foram todas relacionadas a ações fora do ambiente de mergulho; nenhum dos participantes mencionou ação para lidar com o risco no momento do mergulho, esta somente apareceu nos relatos das questões do treinamento do preparo emocional. Isto pode estar relacionado com a condição de que estes militares convivem com o risco e consideram mais importante mencionar como lidam com o pós-contato, o que fazem para amenizar os comportamentos de “alerta” exigido na atividade em si.

Ao serem indagados sobre qual atividade operacional realizada pelo CBMPA consideram mais arriscada, os participantes de ambos os grupos focais apontaram o mergulho, fato este compreensível em virtude da percepção de risco estar relacionada à vivência destes profissionais, corroborando os autores que afirmam que a percepção é uma interpretação da realidade institucional. As outras atividades eleitas na sequência foram combate a incêndio, operações com produtos perigosos e salvamento em altura, e também foram selecionadas a partir de sua vivência, pois antes de se tornarem mergulhadores de resgate tiveram contato com estas atividades.

Por fim, sobre a questão de já terem pensado em mudar de atividade por conta dos riscos relacionados, os participantes do grupo focal 1 responderam que não pelos riscos relacionados; no entanto, ressaltaram que, por vezes, sentiram-se desmotivados com excesso de serviço, escala, equipamentos

desatualizados e falta de reconhecimento por parte da instituição. Já no grupo focal 2, alguns participantes disseram que sim, por se sentirem desvalorizados e por desejarem viver outras experiências. Os demais não pensam em sair da atividade. Ter a percepção de riscos da atividade de mergulho de resgate nos rios amazônicos influencia os comportamentos de escolha destes profissionais, inclusive nas de se afastar da atividade que tanto admiram.

### **Considerações finais**

Os conceitos de risco dos participantes corroboram com os conceitos apresentados pelos autores estudados neste trabalho, pois é relacionado ao perigo, a uma ameaça que pode causar danos, prejudicar e machucar, potencializando a condição de incerteza, mas que pode ser minimizada pelo conhecimento, seja da técnica para lidar com o evento ameaçador ou do próprio risco. Não há possibilidade de estar na função de mergulho sem estar exposto ao risco, faz parte da rotina destes profissionais. Por isso, ele também foi considerado importante para o aprendizado de comportamentos seguros na atividade de mergulho.

A identificação do tipo de risco por parte dos mergulhadores está relacionada a comportamentos como a fatores físicos do ambiente de mergulho. Os tipos de risco identificados foram: 1) enrosco em rede de pesca, ou no caso de embarcações naufragadas enrosco nas redes de dormir; 2) perda de ar pelo mau uso do equipamento ou pane deste; 3) perder-se dentro dos cômodos das embarcações naufragadas, conhecida como “perder-se no labirinto”; 4) ferir-se em obstáculos submersos como galhos, arpões; 5) acidentes com animais aquáticos; 6) visibilidade baixa ou nula; 7) doenças descompressivas. Para os mergulhadores, a falta de ar e a visibilidade baixa ou nula são condições que potencializam o surgimento dos demais riscos.

A tipificação de risco apresentada pelos participantes é similar ao que a NORMAM estabelece como condição perigosa na atividade de mergulho e corrobora ao que Pantoja e Livramento (2011) e Pereira (2014) apresentaram em seus estudos. Isso pode estar relacionado ao estabelecimento de repertórios comportamentais, durante os treinamentos, à experiência dos mais antigos na atividade e durante a própria experiência com o risco, já que todos os participantes tiveram durante suas carreiras vivências com esse tipo de ocorrência. Os mergulhadores conhecem os riscos ao qual estão sujeitos,

lidam com eles por vontade própria, e assim o fazem por estabelecimento de motivações pessoais peculiares, como desejo de cumprir uma tarefa que somente um grupo seletivo e especial pode realizar e obter reconhecimento da sociedade para qual jurou proteger com o sacrifício da própria vida.

A palavra risco apareceu em quase todos os relatos dos participantes da pesquisa, assim como a palavra treinamento como mecanismo de controle dos comportamentos diante da situação arriscada. Lidar com o risco perpassa pela necessidade de aprender sobre e de conviver com ele; o aprendizado só é possível por meio do treinamento intenso e constante da técnica e do emocional, a fim de preparar para o que está por vir. Treinamento e experiência foram destacados como item indispensável para manter-se vivo.

Neste estudo não podemos afirmar que a percepção deles é melhor, ou pior, se maior ou menor. Outras pesquisas poderiam investigar esses níveis de percepção, mas podemos constatar que a análise da percepção de risco pode se constituir como uma dimensão importante para a segurança no trabalho e para a prevenção de acidentes. Participantes relataram a necessidade da presença do profissional psicólogo para ajudar a lidar com os riscos. Acreditamos que essa demanda surgiu a partir de uma realidade onde conhecer, tipificar e perceber os riscos que o cercam não é suficiente para garantir a sua segurança. É necessário algo maior que uma escuta psicológica.

Por fim, sugerimos que o CBMPA crie comitês de estudos e por eles estabeleça programas e ações voltadas para a gestão de risco ocupacional na atividade de mergulho de resgate, objetivando diminuir os riscos e salvaguardar a integridade física e psicológica de seus componentes. Importante salientar que as ações levem em consideração além dos fatores técnicos e normativos a percepção do profissional, visto que ele é principal beneficiário das ações. Dessa forma, é provável que os trabalhadores se sintam mais informados e atentos aos riscos ao qual estão sujeitos.

## Referências

AEROSA, J. As percepções de Riscos dos trabalhadores: qual a sua importância para a prevenção do acidente de trabalho? In: NETO, H.V.; AEROSA, J.; AREZES, P. (Eds.) – **Impacto social dos acidentes de trabalho**. Vila do conde: 2012.

AGÊNCIA BRASIL. **Acidentes com embarcações no Brasil aumentam 12,63% em 2017**. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://www.cenariomt.com.br/2017/08/25/acidentes-com-embarcacoes-no-brasil-aumentam-1263-em-2017/>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

BORRAZ, O. O surgimento das questões de risco. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 106-137.

CBMG, Corpo de Bombeiros Militar de Goiás. **Manual de mergulho autônomo**. Goiás: 2012.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Editora, 2005.

MARINHA DO BRASIL. **Normas da autoridade marítima para as atividades subaquáticas**. Brasil: rev. 2, 2016.

MELLO, C. M. A. **Mesmo com o sacrifício da própria vida: A multiplicidade dos riscos na profissão policial militar**. 2015. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

NATIVIDADE, M. R. Vidas em risco: a identidade profissional dos bombeiros militares. **Psicologia & Sociedade**. Brasil, v. 21, n. 3, p. 411-420, 2009.

OLIVEIRA, A. A. R.; LEITE FILHO, C. A.; RODRIGUES, C. M. C. **O processo de construção dos grupos focais na pesquisa qualitativa e suas exigências metodológicas**. In: Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2017.

PANTOJA, G. C. S. D.; LIVRAMENTO, W. A. I. R. **Análise da segurança na atividade de mergulho de resgate no GMAF/CBMPA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Riscos Coletivos) - Instituto de Ensino de Segurança do Pará, Marituba-Pará, 2011.

PEREIRA, R. L. A. Meio Ambiente e a atividade de mergulho de resgate: o grupamento marítimo fluvial do CBMPA. In: FERREIRA, C. E. S.; SILVA, J. C. L.; CRUZ, P. R. S.; PASSOS, S. C. (Orgs.). **Geografia Gestão e Segurança Ambiental**. 1. ed.; Belém: GAPTA/UFPA, 2014.

PINHEIRO, A. F. V. **Treinamento do Preparo Emocional no curso de Mergulho de Resgate e no Curso de Operações Especiais.** Trabalho de Conclusão de Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais- Instituto de Ensino de Segurança do Pará, Marituba-Pará, 2010.

QUEIRÓS, M.; VAZ, T.; PALMA, P. Uma reflexão a propósito do Risco. In: **Congresso da Geografia Portuguesa**, Lisboa, 6 ed., 2007. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/280575365>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

# Proposta de uniformização dos procedimentos do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar no âmbito do CBMMA conforme a Gestão por Processos

*Tatiana Eleutério D'Almeida e Pinho*

*Jefferson Ferreira Serra*

*Jhéssyka Yasminni Lôbo Ferreira Fernandes Felício*

## RESUMO

**Importância:** O intuito do presente estudo reside em demonstrar como a Gestão por Processos pode contribuir na atividade do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), especificamente na produção dos Processos Administrativos Disciplinares, neste caso, o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD). **Objetivo:** Propor uma uniformização dos procedimentos realizados no CBMMA à luz da ordem jurídica pátria e aos moldes da Gestão por Processos. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa descritiva, quali-quantitativa, com fontes de dados bibliográfica e documental, utilizando-se também do estudo de caso, que buscou oportunizar a elaboração da proposta de trâmites do FATD, em observância ao ordenamento jurídico brasileiro. Foram realizadas entrevistas com militares que trabalham no setor responsável pela disciplina das instituições militares estaduais do Maranhão e questionários voltados aos oficiais do CBMMA. **Resultados:** Foram analisados 218 Autos de Processos de FATD arquivados na Diretoria de Pessoal da Polícia Militar do Maranhão (PMMA). A aplicação do questionário resultou em 145 respostas obtidas pelos oficiais do CBMMA e destes 98,6% consideraram necessária ou muito necessária a padronização do FATD. **Conclusão:** Os resultados comprovam a necessidade de padronização nos trâmites do FATD, o que claramente pode ser alcançado com a Gestão por Processos.

**Palavras-chave:** Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão; Formulários de Apuração de Transgressão Disciplinar; Gestão por Processo.

## Introdução

Envolto em vários aspectos penais, processuais e administrativos que o compõem, o chamado Direito Administrativo Militar ganha inquestionável destaque e, doravante, restou escolhido como tema a ser estudado. Avaliando tal ramo do Direito, mostra-se notoriamente interessante a possibilidade existente, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, de o militar ser punido, após responder ao Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD), como exemplo da utilização do Poder Hierárquico Disciplinador e com o intuito de resguardar a hierarquia e Disciplina, bem como o bom andamento da Administração das Instituições Militares.

Vale mencionar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) trouxe uma nova ótica ao panorama jurídico do Brasil e, com isso, um novo posicionamento no campo dos direitos fundamentais, em sentido amplo. Nesse sentido, a dicção de seu Artigo 5º, Incisos LV e LIV consagra os princípios da ampla defesa e contraditório e do devido processo legal, respectivamente.

Contudo, apesar dessas garantias asseguradas pela Constituição da República de 1988, ocorre que seu inciso LXI, ainda Artigo 5º, assegura que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”.

Avaliando inciso LXI, pode-se extrair que existe a possibilidade da prisão por transgressão militar sem ordem fundamentada de autoridade judiciária, somente por decisão de autoridade militar com competência para tal. O texto constitucional parece possibilitar que tal punição possa se dar de forma cautelar, sem defesa prévia, ou seja, sem que seja estabelecido um processo anterior. Nesse viés, a processualística inerente ao FATD encontra-se presente na normatização infraconstitucional, a qual regula a disciplina no âmbito das Forças Armadas, especialmente no âmbito do Exército Brasileiro, Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA) e Polícia Militar do Maranhão (PMMA), o que será verificado no presente trabalho.

Apresente pesquisa tem a pretensão de estudar a forma como se procede os FATD expedidos nas Unidades do CBMMA, localizadas na região metropolitana de São Luís, comparando com as práticas do Exército Brasileiro



e PMMA e, por conseguinte, propor uma uniformização dos procedimentos realizados no CBMMA à luz da ordem jurídica pátria e aos moldes da Gestão por Processos (Business Process Management – BPM).

Por essa razão, discutir os processos organizacionais adotados pelo CBMBA torna-se importante para uma melhor compreensão do tema e da aplicabilidade de uma Gestão orientada por Processos, possibilitando uma reflexão acerca das atividades exercidas por esta organização e da execução de suas ações, como é fundamental para o compromisso de todos para com os objetivos estratégicos propostos.

## Revisão bibliográfica

Considerando que o processo é a materialização de uma relação jurídica entre partes que buscam a resolução de matéria controvertida, a ideia de Processo Administrativo é, primeiramente, um desdobramento dos princípios constitucionais da legalidade e do devido processo legal, visando apurar fato de interesse da Administração Pública. O Processo Administrativo Disciplinar objeto de estudo deste trabalho tem sua origem no Processo Administrativo, os quais são instrumento de esclarecimento de fatos.

Em virtude de o Direito Administrativo brasileiro não ser codificado, a função de unir e sistematizar as leis, desempenhadas por códigos em outros ramos do Direito, fica a cargo dos princípios, os quais realçam o caráter consubstanciador dos elementos fundamentais de um sistema jurídico (MAZZA, 2018). Isto posto, percebe-se que qualquer negligência, a princípio, resulta em afronta não apenas a um determinado mandamento legal, mas à pluralidade de comandos de um ordenamento, sendo o mais severo exemplo de subversão aos valores legais, em sentido amplo.

Reverberando o Poder Disciplinar inerente à atuação da Administração Militar, o Processo Disciplinar frustra a redução do poder decisório a um só ato, como também reivindica que toda e qualquer decisão administrativa seja lógica e proporcional aos eventos reduzidos à termo nos autos, sem perder de vista os mandamentos legais.

No que diz respeito ao CBMMA, utiliza-se o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), instituído pelo Decreto N<sup>o</sup> 4346/2002, por força da norma presente nos Artigos 166 e 167 da Lei Estadual N<sup>o</sup> 6.513/1995 e pela

Portaria Nº 89/2012/DP-3/CBMMA. Ademais, para os casos relacionados, a apuração de falta grave na qual será avaliada a capacidade do transgressor de permanecer na Corporação, serão utilizados os processos disciplinares do Conselho de Disciplina e do Conselho de Justificação.

Por outro lado, se a transgressão em questão for classificada como leve, caberá sua apuração por meio do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar o qual possui regulamentação no próprio RDE. Como também, na realidade do estado do Maranhão, os Processos Administrativos Disciplinares, incluídos os de caráter militar, deverão observar os mandamentos da Lei Estadual Nº 8.959/2009.

O FATD, presente nos Regulamentos Disciplinares das Forças Armadas, é utilizado no CBMMA aos moldes do utilizado no Exército Brasileiro por força de expressa previsão na Lei Estadual Nº 6.513/1995 e é o atual meio de apurar possíveis cometimentos de transgressões disciplinares por parte dos bombeiros militares e policiais militares do estado do Maranhão, tendo sua natureza jurídica de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

É notória que uma gama de estudiosos afirma que o FATD não oportuniza os direitos constitucionais de ampla defesa e contraditório aos envolvidos; contudo, já restou demonstrado a preocupação do legislador acerca do tema, na ocasião que editou o RDE, de tal sorte que os possíveis equívocos na execução desse Processo Administrativo são de autoria dos agentes públicos, responsáveis pelo procedimento e não por negligência normativa.

Entrementes, não pode ser ignorada a necessidade de normas secundárias e de caráter doméstico que estabeleçam uma ponte concretizadora entre o RDE e as peculiaridades cotidianas do CBMMA, de modo que haja uma linguagem uniforme na instituição; logo, é categórico afirmar a necessidade de norma que trate dos trâmites do FATD, de forma que serão extirpadas quaisquer possibilidades de insultos aos direitos dos envolvidos e quaisquer desvios da atuação administrativa por conta de ausência de regulamentação dos procedimentos.

E, nesse aspecto, a Gestão por Processos se apresenta como técnica de padronização e otimização dos processos em questão. Considerada por muitos como um grande conjunto de novas ideias sobre desempenho organizacional desde a Revolução Industrial, a Gestão de Processos de Negócio tornou-

se a abordagem sistêmica para a gestão das organizações, pois propicia internamente a mudança do olhar organizacional, antes direcionado para os grandes silos funcionais, passando para a busca da excelência por meio dos processos organizacionais.

Com isso em mente, a adesão a uma gestão orientada por processos organizacionais pode fortalecer as tomadas de decisões, conferindo flexibilidade e suporte necessários para as mudanças almejadas, provenientes da periódica análise e melhoria de seus processos. O professor Sordi (2017) deslinda que

A operação diária do processo envolvendo facilidades, tecnologias, políticas e regras, estrutura organizacional, papéis e responsabilidades e recursos humanos, proporciona um acúmulo de conhecimentos sobre estes, que se capturados e compartilhados com a organização, proporciona o aprimoramento de todos os demais ativos do processo de negócio (SORDI, 2017, p. 23).

O domínio adquirido sobre cada um dos recursos de seus processos habilita a evolução e o aperfeiçoamento dos próprios processos. Gonçalves (2000, p. 8) prevê que “o futuro vai pertencer às empresas que conseguirem explorar o potencial da centralização das prioridades, as ações e os recursos nos seus processos”.

Após a apresentação das argumentações acerca das contribuições da gestão por processos, outro aspecto importante a ser considerado diz respeito a comunicação organizacional do funcionamento de seus processos de negócio. Para garantir uma comunicação adequada com as partes envolvidas, a execução da modelagem de processos é substancial. Trata-se de um conjunto de atividades envolvidas na criação de representações de processos de negócio.

Por meio da modelagem, a gestão por processos consegue visualizar seus processos em dois momentos principais: o momento atual (AS-IS) e o momento futuro (TO-BE). Santos e Pinho (2017, p. 383), sobre a modelagem do AS-IS, asseveram que “é de suma importância, reunir-se com os atores do processo e ouvi-los, analisando o processo atual, sobre o prisma da eficiência e eficácia. A partir daí propor as melhorias iniciais, testando-as, simulando cada alternativa sugerida”. Já o futuro apresentado pelo modelo TO-BE pode

derivar de um redesenho de um processo já existente ou pode inaugurar um novo processo. No presente trabalho, será proposto um processo novo de aplicação do FATD, neste caso, um processo TO-BE.

## **Material e métodos**

O método de pesquisa descritivo adotado tem como alvo observar, registrar, analisar e correlacionar fenômenos ou fatos, sem interferir no ambiente analisado. Paralelamente, foi aplicado o método comparativo, a fim de obter diferenças ou semelhanças entre os procedimentos realizados no CBMMA e PMMA.

O método indutivo foi norteador das ações desenvolvidas. As constatações, caracterizadas, neste caso, em uma amostra dos Processos Administrativos Disciplinares realizados na Região Metropolitana de São Luís, conduziram à elaboração de generalizações. Alinhado a essa perspectiva quantitativa, esta pesquisa adotou também um enfoque qualitativo. Em razão do estudo de caso deste trabalho, a utilização dessa abordagem possibilitou o uso de ferramentas adequadas e convenientes.

Quanto ao procedimento, este trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental, e de levantamento de campo, com estudos de materiais impressos, livros, artigos, periódicos e leis, além das informações coletadas junto à própria amostra e de fontes já elaboradas de informação e orientação para o desenvolvimento da Gestão por Processo, bem como entrevistas com militares, os quais têm conhecimento sobre o tema.

Foi realizado ainda levantamento de materiais já publicados nos Boletins Internos, Gerais e Reservado do CBMMA e da PMMA, além de enunciados de Súmulas exarados pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Foram pesquisados trabalhos mono Figuras, obras e artigos científicos sobre o tema, além de entrevistas com militares com conhecimento acerca do tema.

A pesquisa foi marcada por demasiada dificuldade em reunir os inúmeros Autos dos Processos comumente utilizados, devido à falta de padronização, uma vez ser comum unidades criarem os seus próprios modelos. Foram encontrados processos sem solução e sem registro no boletins, prejudicando, assim, a mensuração da contagem dos prazos, etc.

Foram também aplicados com os oficiais do CBMMA, questionário digital por meio da ferramenta *Google Forms*, contendo questões abertas e fechadas, buscando obter informações mais abrangentes sobre os pontos abordados na pesquisa. O universo de pesquisa foram 186 oficiais da ativa do CBMMA, sendo que 145 oficiais responderam à pesquisa.

A coleta de dados se deu ainda por entrevistas semiestruturadas. Os entrevistados desenvolvem ou desenvolveram a funções de chefia nas Diretorias de Pessoal do CBMMA e PMMA. As informações levantadas nas entrevistas, bem como na aplicação dos questionários e a pesquisa bibliográfica serviram de fundamentos para a elaboração do Processo de Apuração de Transgressão Disciplinar por intermédio do FATD, algo inédito, no CBMMA, que até então dispunha apenas de modelos de formulários úteis à apuração, sem, contudo, estarem integrados em um único desenho de fluxo de informações, como proposto no processo aqui apresentado.

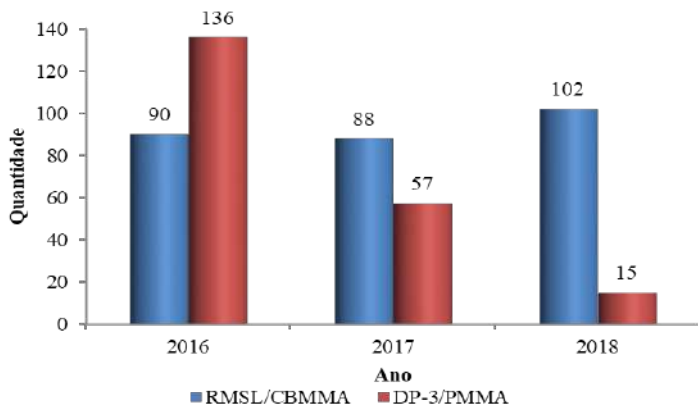
Este trabalho científico observou o que descreve o RDE e a Lei Estadual 8.959/2009 e seus reflexos jurídicos e administrativos para apresentar a modelagem de um novo processo com sugestões de melhorias, apontadas pelos entrevistados e concebidas pela análise dos pontos fracos do processo atual.

## Resultados e discussões

No decorrer do presente trabalho, foram analisados 280 Autos de Processos de FATD elaborados nas unidades do CBMMA, localizados na RMSL, produzidos de 2016 a maio de 2018, bem como foram analisados 218 Autos de Processos de FATD arquivados na Diretoria de Pessoal da PMMA, os quais foram produzidos no período de 2016 a maio de 2018, conforme Figura 1.

Após o levantamento, foi comprovado que cada unidade possui peculiaridades na produção dos Processos Administrativos, porém fica notório que, da forma que atualmente é feito o FATD, na grande maioria das unidades pesquisadas, há uma grande necessidade de alinhamento as normas vigentes. Isto, explica em parte, o fato de que a maioria, 54,7% dos entrevistados, afirma ter dificuldades na apuração do FATD, o que pode levar a ocorrência de erros durante a apuração dos processos.

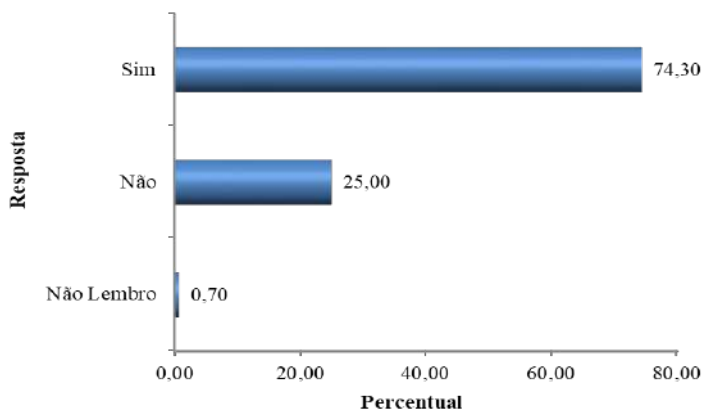
**Figura 1:** Quantidade Autos de Processos de FATD analisados



**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria.

A pesquisa foi realizada também por meio de um questionário digital<sup>1</sup>, encaminhado por e-mail aos 184 oficiais do CBMMA das Unidades da RMSL onde foram realizadas pesquisas, e respondido durante o mês de junho de 2018. A amostra final da pesquisa concentrou-se em 145 respostas obtidas.

**Figura 2:** Percentual da designação dos respondentes para realizar apuração em FATD



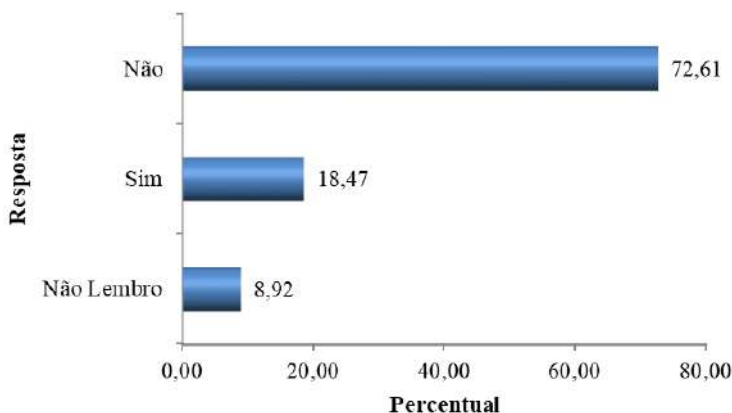
**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria.

<sup>1</sup> Disponibilizado por meio do endereço eletrônico <https://goo.gl/forms/RvWuJRSdi5WNVWap2>.

Conforme o Figura 2, a seguir, observa-se que um grande percentual de entrevistados, cerca de 74%, já estiveram à frente da apuração de FATD, mostrando que o FATD é um procedimento comum no âmbito do CBMMA e, dessa forma, os oficiais devem estar familiarizados e atualizados a respeito desse tema.

Conforme os dados obtidos na Figura 3, 67,6% dos respondentes afirmam não haver padronização e outros 8,3% declaram não se lembrar de uma padronização. Assim, é razoável afirmar que não existe uma uniformidade nos procedimentos de apuração dos FATD dentro de CBMMA, reforçando a necessidade de uma definição para esse tema.

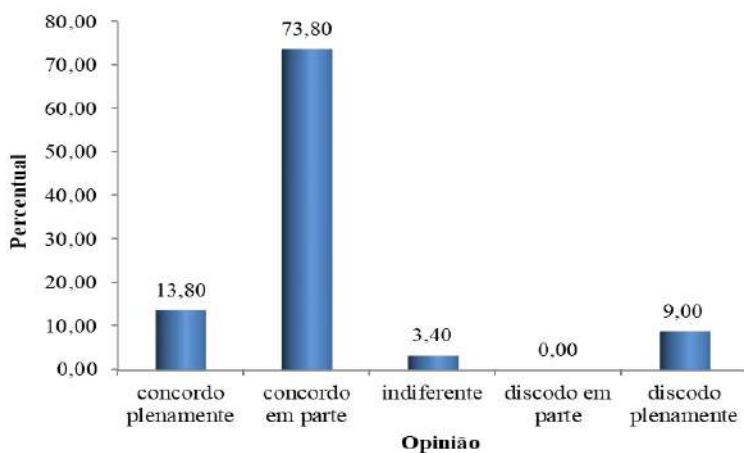
**Figura 3:** Percentual da existência de uniformidade nos procedimentos do FATD dentre as unidades nas quais os respondentes já serviram.



**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria.

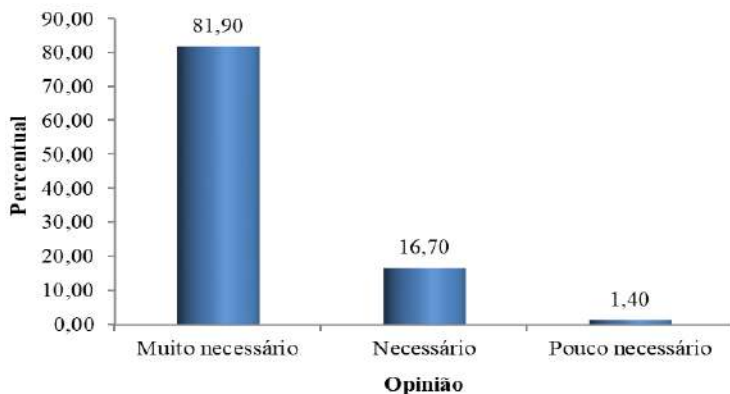
Conforme apresentado na Figura 4, apenas 13,8% concorda plenamente que o FATD da forma como está sendo realizado atende ao que está previsto no RDE. A maioria, ou seja, 72,4% concorda em parte e 9% discorda plenamente. Com estes resultados, observa-se que o FATD da forma como está sendo conduzida dentro do CBMMA não contempla em sua totalidade os preceitos do RDE e, com isso, há a necessidade de se aperfeiçoar a forma de apuração dentro do CBMMA.

**Figura 4:** Percentual da opinião dos entrevistados quanto ao cumprimento do RDE na apuração de FATD



**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria.

**Figura 5:** Percentual da Opinião dos entrevistados quanto à importância da uniformização na apuração de um FATD no CBMMA



**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria.

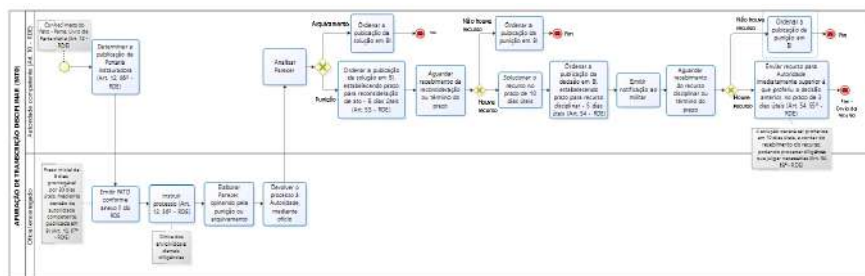
Finalizando, o Figura 5 demonstra que para 81,9% dos respondentes é muito necessário que exista uma uniformização do FATD dentro do CBMMA, e para 16,7% essa padronização é algo necessário. O CBMMA possui suas



particularidades e, mesmo tendo o RDE como norteador, faz-se necessário que se tenha uma legislação própria, que atenda às peculiaridades do trabalho do CBMMA que venha a sanar algumas lacunas não contempladas pelo RDE.

Com todas as informações coletadas tornou-se possível a elaboração da representação do processo de Apuração de Transgressão Disciplinar por intermédio do FATD seguindo as boas práticas de Gerenciamento de Processo de Negócio, evidenciando as atividades necessárias para assegurar ao FATD o devido alinhamento ao RDE e aos preceitos legais, conforme a Figura 1 seguinte.

**Figura 6:** Proposta de processo de Apuração de Transgressão Disciplinar por intermédio do FATD no CBMMA



Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

## Considerações finais

O presente trabalho possibilitou a identificação de fraquezas do FATD realizado no CBMMA, comparando-o com os processos da PMMA e analisando os mandamentos do Regulamento Disciplinar do Exército. Esta reflexão possibilitou a construção de uma proposta de padronização de procedimento, à luz da notação do Business Process Management – BPM (Gerenciamento de Processos de Negócio), criada com o intuito de facilitar a compreensão e, por conseguinte, a execução dos processos relativos à FATD. Esta exemplificação restou provada a aplicabilidade e contribuição da Gestão por Processos para a atividade do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), neste caso, o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD).

Ao longo deste trabalho, o processo atual de execução do FATD foi analisado, sendo destacadas quais eram as atividades e etapas mais críticas

do processo. Desta forma, foi possível revelar quais eram as fases e critérios a serem priorizados para se modelar uma proposta de processo que atenda as demandas atuais. Tal proposta baseia-se no que está previsto no Regulamento Disciplinar, bem como na redefinição das atividades e atores envolvidos, com vistas a dar celeridade e segurança jurídica ao processo em face do panorama encontrado no CBMMA, em que existem inúmeros processos instaurados sem qualquer desfecho.

Porém, apenas a modelagem do processo TO-BE, ou seja, da modelagem de uma proposta a ser implantada não significa necessariamente uma alteração no modelo de gestão de fato, em que pese sua contribuição indiscutível para a comunicação e, conseqüentemente, a compreensão e execução do processo, como comprovado nesta pesquisa. Desta forma, faz-se necessária a adoção de mecanismos de gerenciamento corporativo do desempenho deste processo, com, por exemplo, a criação de indicadores de desempenho, para o monitoramento e controle do mesmo. Estes indicadores, uma vez implementados, também possibilitarão o devido acompanhamento das mudanças propostas e a necessidade de ajustes ou manutenção delas.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto Nº 4.346 de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército Brasileiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 ago. 2002.

GONÇALVES, M. D. A. P. **Gestão Pública sob novo paradigma da eficiência**. 2012. Disponível em: <[www.conteudojuridico.com.br](http://www.conteudojuridico.com.br)>. Acesso em: 1 jun. 2018.

MARANHÃO. **Lei Nº 6.513 de 30 de novembro de 1995**. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais militares da Polícia Militar do Maranhão e da outras providências. **Diário Oficial do Estado**, São Luís, MA, 30 nov. 1995.

MARANHÃO. **Lei Nº 8.959 de 08 de maio de 2009**. Estabelece normas gerais para a elaboração e tramitação dos atos e processos administrativos

no âmbito do Poder Executivo do Estado do Maranhão. Diário Oficial do Estado, São Luís, MA, 08 maio 2009.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Corpo de Bombeiros Militar. **Portaria Nº 089/2012-DPF/3-CBMMA**. Aprova Normas Gerais para a elaboração de sindicância, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão. Boletim Geral, Nº 053, São Luís, MA, 09 de maio de 2012.

MAZZA, A. P. In: MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 8.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SANTOS, M. V.; PINHO, T. E. D. Gestão por processo na administração pública: a aplicabilidade da modelagem de processos organizacionais Corpo de Bombeiros Militar da Bahia. In: **Congresso Nacional de Administração Conad**, 22, 2017, Goiânia. Anais. Goiânia, 2017.

SORDI, J. O. **Gestão por Processos**: uma abordagem da moderna administração. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.



# Segurança contra incêndio em edificações: Inserção do conceito de autoproteção na sociedade paraense

*Ana Paula Tavares Pereira Amador  
Cesar Maurício de Abreu Mello*

## RESUMO

**Importância:** Dos vários tipos de sinistros que ocorrem no mundo, merecem destaque os incêndios em edificações por serem os mais recorrentes e, contraditoriamente, muitas vezes capazes de serem evitados por ações preventivas do próprio morador e/ou funcionário. **Objetivo:** Face à magnitude da cultura de rejeição à educação preventiva da população em geral, este trabalho tem como objetivo analisar se a adoção do conceito de autoproteção e à criação de cenários mentais pelos ocupantes de uma edificação, poderiam criar, naquelas pessoas, hábitos de prevenção, proteção e autossalvamento em caso de incêndios. **Metodologia:** A pesquisa parte de uma revisão de literatura nacional e internacional sobre o assunto comportamento de autoproteção para, em seguida, utilizando como fonte de coleta de dados o questionário, comparar sujeitos de pesquisas que possuem conhecimento sobre o tema com os leigos no assunto a fim de verificar se o conteúdo teórico de alguma forma é capaz de mudar hábitos e atitudes com vistas a tornar o ambiente mais seguro. Utilizou-se como amostra intencional 30 moradores de um edifício localizado na cidade de Belém-PA onde, sabidamente, parte deles já possuía algum conhecimento acerca do tema. **Resultados:** Observou-se que 95,55% dos moradores que receberam algum tipo de informação passaram a se preocupar mais com a sua segurança quanto a incêndios. Aqueles moradores que não obtiveram nenhuma informação acerca do assunto, apenas 51% se preocupam com o tema. **Conclusão:** O texto finaliza com uma indicação clara de que a adoção dos conceitos relacionados à autoproteção e à criação de cenários mentais cria nas pessoas hábitos de segurança preventiva bem como aumenta as chances de possível autossalvamento em caso de sinistro.

**Palavras-chave:** Autossalvamento; Mudança de hábitos; Prevenção.

## Introdução

Inúmeros sinistros tais como incêndios, terremotos, terrorismo, acidentes aéreos, desabamentos, ocorrem diariamente em todo mundo, sendo os incêndios em edificações os mais comuns em todas as sociedades urbanas. O poder do fogo jamais foi contestado ao longo da História. Muitas vezes, no entanto, o fogo fugiu ao controle humano, avançando, espalhando e consumindo tudo e todos à frente em forma de incêndios dantescos.

Todos os países têm aprendido com os grandes incêndios, no Brasil não está sendo diferente. A urbanização nas cidades brasileiras vem provocando um aumento de maneira brutal do risco de incêndios nas edificações. Os incêndios nos edifícios Andraus e Joelma, na cidade de São Paulo, e recentemente o incêndio na boate Kiss em Santa Maria-RS, com um grande número de vítimas humanas, não apenas aquelas que morreram, mas também todas aquelas pessoas que foram afetadas direta e indiretamente, provocaram mudanças significativas nas legislações, nas corporações de bombeiros, nos institutos de pesquisa e, principalmente, no processo de formação de técnicos e pesquisadores preocupados com a área de conhecimento. Nota-se que no campo da educação, o Brasil vem avançando na qualificação de profissionais que trabalham diretamente com a Segurança Contra Incêndios (SCI), porém, ainda não segue a tendência mundial de disseminação da cultura prevencionista na sociedade civil.

No estado do Pará diversas ocorrências de incêndio culminaram com a aprovação de uma legislação estadual<sup>1</sup> que foi considerada como sendo uma grande vitória na área prevencionista. Ocorre que tal legislação está ficando obsoleta, pois não segue a tendência mundial da educação da sociedade, ou seja, tal legislação não contempla medidas de autoproteção.

O senso comum mostra que, na maioria das vezes, o Corpo de Bombeiros não é capaz de salvaguardar vidas e patrimônios só com ações preventivas de fiscalização, de combate à incêndios e salvamentos, haja vista que a falta de efetivo, a complexidade das edificações modernas e o trânsito intenso nas grandes cidades dificulta muito o trabalho desses profissionais. É necessário então contar com a ajuda dos próprios ocupantes e profissionais projetistas e

---

<sup>1</sup> Decreto Nº 357 de 21/08/07 - Regulamento de Segurança contra Incêndio e Pânico em Edificações e Áreas de Risco.

construtores destas edificações, os quais deveriam, respectivamente, adquirir alguns conhecimentos básicos para atuar em caso de sinistros visando salvar sua própria vida e fiscalizar sua própria edificação com objetivo de mantê-la sempre segura; e se preocupar com a vida alheia, de forma a cumprir toda a legislação vigente no que diz respeito à prevenção de sinistros no ato dos projetos e execução de obras. Muitos esforços são canalizados à conscientização da população para a importância da prevenção a sinistros por meio de algumas atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), porém não estão sendo eficazes, no intuito de mudar o pensamento da sociedade paraense de que catástrofes não ocorrem em seus prédios, e por isso não precisam de conhecimento supérfluo o qual nunca vão usar.

Para justificar tal trabalho, pode-se lançar mão de inúmeros exemplos de edificações no estado do Pará que não apresentam o mínimo de segurança contra incêndio e pânico, não pela inexistência de sistemas preventivos ativos ou passivos, mas pelo total descaso, abandono ou ausência de conhecimento na área de prevenção, sobretudo desconhecimento do conceito de autoproteção em sinistros, pela sociedade paraense. Isto posto, esta pesquisa partiu da seguinte questão problema: de que maneira a disseminação do conceito de autoproteção na sociedade paraense poderá interferir na segurança contra incêndios dessas edificações?

Face à magnitude desses esforços e a cultura de rejeição à educação preventiva da população em geral é que este trabalho tem como objetivo geral analisar se a adoção do conceito de autoproteção e a criação de cenários mentais pelos ocupantes de uma edificação, poderiam fomentar naquelas pessoas, hábitos de prevenção, proteção e autossalvamento em casos de incêndio. Como objetivos específicos, teve-se: a) conceituar autossalvamento e autoproteção e b) propor ao CBMPA a adoção de estratégias que visam diminuir a probabilidade de ocorrências de incêndio em edificações.

Finalmente, ressalta-se que os resultados aqui apresentados, fazem parte de uma pesquisa maior apresentada ao Instituto de Ensino de Segurança do Pará/IESP, como requisito para obtenção do Curso Superior de Polícia (CSP).

## Revisão Bibliográfica

Segundo Carlo (2008) é tendência internacional que as legislações e os códigos de segurança contra incêndio sejam substituídos para as edificações

mais complexas, as quais exigem cuidados especiais. Também é uma propensão mundial exigir que todos os materiais, componentes, sistemas construtivos, equipamentos e utensílios usados nas edificações sejam analisados e testados sob tal ponto de vista. Na área de pesquisa e educação, a demanda por engenheiros, pesquisadores e técnicos em SCI é crescente e, no momento, existe uma carência enorme de mão-de-obra especializada no mercado internacional. Quanto ao ensino, pelo menos um dia a segurança contra incêndio é enfocada em todos os níveis da educação e em todos os períodos escolares, além disso, existe um mercado muito forte nesta área fora do Brasil que se caracteriza pela inovação e conscientização em massa da população (CARLO, 2008).

Muito pela ausência de grandes incêndios com número elevado de vítimas, o “problema incêndio”, até início dos anos 70 do século passado, era visto como algo que só dizia respeito aos bombeiros, sendo a regulamentação relativa ao tema esparsa, incluída nos códigos de obras dos municípios e sem qualquer incorporação do aprendizado dos incêndios ocorridos no exterior (GILL et al., 2008). Só após a sequência de tragédias que viriam a ocorrer, tais como os incêndios nos Edifícios Andraus e Joelma, em 1972 e 1974, respectivamente e, mais recentemente o incêndio da boate Kiss, em Santa Maria-RS em 2013, é que houve movimentações imediatas no sentido de mudar a consciência das autoridades para que fosse tomada alguma providência na área da SCICP.

Sobre as origens dos incêndios, Carlo (2008) afirma que as incidências mais frequentes são nas edificações e que todo incêndio começa pequeno e, normalmente, tem origem em vazamentos de gás liquefeito de petróleo (GLP), popularmente conhecido como gás de cozinha; curto circuitos em instalações elétricas por sobrecarga; manuseio de explosivos e outros produtos perigosos em locais não adequados; esquecimentos de panelas no fogão, velas acesas, ferro de passar roupa e outros eletrodomésticos ligados.

Com o passar dos anos e, levando em consideração o aumento da população e a evolução da sociedade paraense, houve então uma grande necessidade de atualização das normas de prevenção e proteção contra incêndio e controle de pânico. No Pará foca-se o trabalho de fiscalização principalmente nas edificações novas, enquanto que as edificações mais antigas, muitas vezes, ficam à mercê da iniciativa dos proprietários e condomínios em procurar pelo serviço no CBMPA. Poucos procuram pela fiscalização, ficando a vida das pessoas que habitam as edificações à mercê da sorte, pois na maioria das



vezes essas edificações apresentam sistemas de combate a incêndio e pânico totalmente obsoletos e deteriorados, dificultando a prevenção, proteção e o combate a incêndio que por ventura possa ocorrer. Tais problemas só indicam a falta de segurança nessas edificações devido à inércia dos proprietários, usuários, moradores e síndicos, seja por descaso, ou por total desconhecimento dos direitos e deveres destes para com suas próprias vidas e seus patrimônios.

Tomizawa (1995, p. 22) diz que:

(...) a maioria das pessoas não consegue ‘enxergar’ a importância da proteção contra incêndios e não se preocupa com os possíveis riscos à sua integridade nos ambientes de moradia, trabalho ou lazer. Alguns entendem que os incêndios jamais irão atingi-los. Outros apresentam os seguintes pontos de vista: a) O prédio é a prova de fogo, então qual é o problema? b) Não tenho essa preocupação, pois o incêndio nunca chegará até aqui; c) O trabalho dos bombeiros é apagar incêndios e não construir prédios.

Conforme tais observações do autor, verifica-se que as pessoas, de um modo geral, não têm muita preocupação com a segurança contra incêndio. Porém, os acontecimentos trágicos com as edificações, fartamente divulgados pela mídia, provam a necessidade dessa preocupação, sobretudo em edifícios altos onde a evacuação do prédio é dificultada pela altura, pelo acesso às saídas e pelo combate à incêndios é extremamente complexo.

No tocante a precaução contra incêndio, Mitidieri (2008) ressalta que são medidas que se destinam a prevenir a ocorrência do início do incêndio. Porém, a proteção contra incêndio configura medidas que visam proteger a vida, a propriedade e os bens materiais, dos danos causados pelo fogo quando o incêndio já está instalado no edifício. Dentro do sistema segurança contra incêndio, as medidas de proteção se manifestam quando as medidas de prevenção falham.

Surge, então, a seguinte pergunta: e o que se procura com as medidas de prevenção e proteção contra incêndios? De acordo com Antônio (2000), o que se busca com a prevenção é criar uma consciência preventivista em cada pessoa da sociedade, para evitar que ocorra uma determinada emergência, com perdas de vidas ou patrimônio. Na mesma direção, é necessário encorajar todos os cidadãos para que estejam preparados para desastres, tornando-os conscientes de quanto estes são prejudiciais ao ser humano, possibilitando

que os referidos cidadãos saibam preveni-los correta e adequadamente e enfrentá-los caso seja impossível evitá-los.

Antes as legislações de SCI enfocavam apenas medidas de proteção de natureza física, ou seja, disposições construtivas (resistência estrutural, controle de acabamento de materiais, compartimentações vertical e horizontal, acessibilidade de viaturas, etc.); instalações técnicas (instalações de gás encanado, eletricidade, sistemas de aquecimento, etc.) e equipamentos de segurança (extintores, hidrantes, chuveiros automáticos, detectores de fumaça, etc.). Na mesma direção, Rodrigues (2011, p. 12) esclarece que:

(...) estas medidas só surtirão efeito se por um lado, os utilizadores tiverem conhecimento das mesmas e as souberem utilizar e, por outro lado, se for garantida a sua manutenção e conseqüente operacionalidade ao longo do tempo.

Esta ideia reforça a necessidade de que as medidas de proteção, só por si, não são suficientes, devendo ser também estabelecidas medidas preventivas com foco nos utilizadores das instalações. Ou seja, verifica-se atualmente que quem usufrui das instalações terá também um papel a desempenhar em situação de emergência, mesmo não estando diretamente envolvido na organização da emergência da instalação. Os comportamentos dos utilizadores não deverão constituir um risco, quer para os demais utilizadores, quer para a própria instalação.

Com o passar do tempo, nos países mais desenvolvidos, este cenário vem mudando. Além das medidas de proteção de natureza física já citadas, as legislações de SCI começam a contemplar o conceito de autoproteção. Nas legislações de SCI mais atuais o foco principal deixa de ser a proteção da edificação e passa a ser a segurança da vida dos ocupantes. O novo Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RJ-SCIE) implementado pelo Decreto -Lei Nº 220/2008<sup>2</sup>, de 12 de Novembro de 2008, de Portugal, é um exemplo disso. No Brasil, as legislações ainda dão ênfase às medidas protetivas de natureza física, poucos avanços são verificados no sentido de promoção de medidas protetivas de natureza humana.

<sup>2</sup> Publicado no Diário da República, 1ª Série — Nº 250 — 29 de dezembro de 2008 (Portugal).

De acordo com Ripley (2008), o estudo do comportamento das pessoas em incêndios torna-se importantíssimo para a escolha dos procedimentos, do que fazer em caso de incêndios, e o caminho a seguir até a saída em segurança. O treinamento de abandono de áreas de risco com maior precisão é essencial e indispensável, bem como as ações de combate e prevenção das brigadas de incêndio e principalmente dos usuários das edificações, por meio do melhor conhecimento do comportamento humano em situações de sinistros, familiaridade com o “layout” e tecnologias de segurança contra incêndios. Ainda segundo a autora é possível ensinar o cérebro a trabalhar com maior rapidez, de modo mais sensato, sob grandes pressões.

Conforme Braga (2006) os aspectos decisivos na formação do comportamento do indivíduo são principalmente os valores, o conhecimento e a cultura. Em caso de incêndios, exemplifica o autor, podem coexistir ações pensadas (ação por reflexão) e ações instintivas, porém, de modo geral, pode-se esperar um comportamento mais racional daqueles que têm mais informação do que dos demais. Conhecimento específico sobre procedimentos de combate e fuga de incêndios, por exemplo, tornam-se requisitos básicos para pessoas que trabalham em ambientes de risco.

Para Bley (2006) a educação é uma estratégia utilizada pelo Estado para capacitar trabalhadores visando à melhoria das condições de saúde destes. Sobre o comportamento humano é possível afirmar que aprender a se comportar de maneira preventiva ou seja, segura, pode ser um dos meios possíveis e efetivos de capacitar o trabalhador para prevenir acidentes e doenças relativas ao trabalho. Ainda conforme a autora, a expressão “mudança de comportamento” é muito comum nos debates acerca de aspectos humanos relativos à prevenção de acidentes. Mas o que realmente significa mudar comportamentos? É possível criar um treinamento ou um evento que mude o comportamento das pessoas? Palestras, treinamentos, cursos, jornais, feiras, peças de teatro, são exemplos de estratégias utilizadas com a finalidade de influenciar na conduta do trabalhador com relação à segurança no trabalho.

Fazendo uma analogia com a psicologia e as conclusões apresentadas pela autora citada, pode-se afirmar que a aceitação e incorporação do conceito de autoproteção pela sociedade nada mais é que uma mudança de comportamento visando à prevenção de incêndios e o autossalvamento no caso de ocorrência destes. Bley (2006) utiliza a educação como estratégia para atingir a mudança de comportamento. Outros autores também concordam

que um conhecimento pré-existente pode ser o diferencial entre a vida e a morte em se tratando de sinistros.

## **Material e métodos**

A pesquisa partiu primeiramente de uma revisão bibliográfica em literaturas nacionais e internacionais sobre o assunto comportamento de autoproteção para, posteriormente, utilizando como fonte de coleta de dados o questionário, comparar sujeitos de pesquisas que possuem conhecimento sobre o tema com leigos no assunto a fim de verificar se o conteúdo teórico de alguma forma é capaz de mudar hábitos e atitudes com vistas a tornar o ambiente mais seguro. Para tanto, utilizou-se como amostra intencional 30 (trinta) moradores, sendo escolhido aleatoriamente um apartamento por andar, do Edifício Residencial Rio Mendonza, localizado na Travessa Angustura Nº 2932, Belém-PA, com 35 andares, sendo 30 andares de apartamentos e os demais de área comum, com 150 apartamentos e aproximadamente 570 moradores, os quais sabidamente, parte deles já possuía algum conhecimento acerca do tema. A delimitação espacial da pesquisa foi determinada em razão de um dos autores deste trabalho ter ministrado um treinamento nesse local há alguns meses antes. Como fonte de coleta de dados foi utilizado um questionário contendo 10 (dez) perguntas fechadas abordando os seguintes temas: responsabilidades do síndico e moradores, utilização de extintores em princípios de incêndio e abandono de área, os quais logicamente, foram tratados no treinamento ministrado. Os dados, após receberem o tratamento adequado, foram inseridos no programa Microsoft Excel, versão 16.7, que gerou o gráfico que se segue.

## **Análise descritiva**

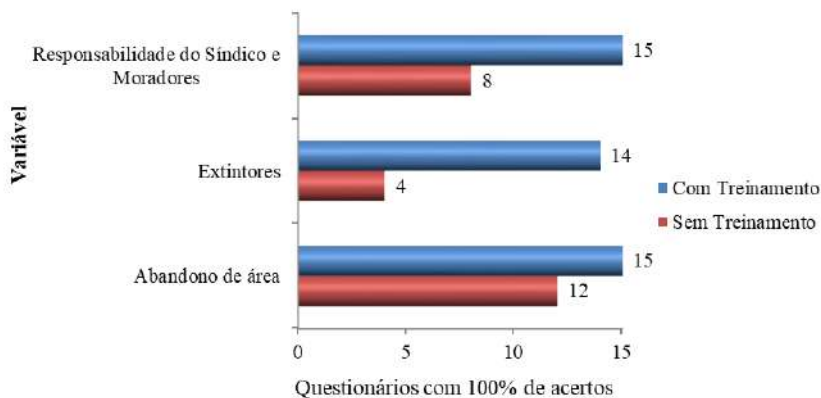
O presente trabalho visou comparar sujeitos de pesquisa que obtiveram conhecimento teórico sobre prevenção e combate a incêndio e controle de pânico com aqueles que não obtiveram nenhum tipo de treinamento. Foi utilizado um questionário contendo 10 (dez) perguntas com as seguintes abordagens: Responsabilidades do síndico e moradores (tema 01), utilização de extintores em princípios de incêndio (tema 02) e abandono de área (tema 03), os quais, logicamente, foram tratados no treinamento ministrado. Os questionários foram aplicados em junho de 2018.

Quanto à análise descritiva, foram utilizados gráficos tipo barra para apresentar os dados obtidos. Tal ferramenta descritiva visa à organização desses dados de modo a facilitar a obtenção das informações pretendidas. Por conseguinte, o gráfico demonstrou uma imagem clara sobre o fenômeno estudado e ao resultado alcançado, tratando-se de recursos visuais utilizados pela Estatística.

## Resultados e discussões

O Gráfico 1 demonstra os resultados obtidos com a pesquisa aplicada com utilização dos questionários.

**Gráfico 1:** Comparativo entre moradores com ou sem treinamento



**Fonte:** Dados obtidos pelos autores, 2018.

Quanto às responsabilidades do síndico e moradores, todos os 15 moradores com treinamento (100% da amostra) pesquisados demonstraram entender a importância de suas atitudes e responsabilidades inerentes ao síndico quanto às questões relativas à segurança contra incêndios e controle de pânico, fato que demonstra que orientação prévia sobre o assunto é capaz de conscientizar a população acerca de direitos e deveres para com suas vidas. Quanto aos moradores que não obtiveram treinamento prévio, apenas oito (53% da amostra) demonstram algum conhecimento acerca do assunto.

Quanto à utilização de extintores em princípio de incêndio, 13 moradores com treinamento prévio declararam saber usar o equipamento (86,66 % da amostra) e todos sabiam onde tal equipamento se encontra

instalado. O fato de saber onde está localizado o equipamento já é de suma importância pois mesmo que o morador não se sinta seguro para utilizá-lo poderá informar ao funcionário do prédio (porteiro, zelador, brigadista, etc.) a localização do extintor. Quanto aos moradores sem treinamento, apenas quatro (26,66% da amostra) informaram saber utilizar o extintor.

Quanto ao abandono de área, todos os 15 moradores com treinamento prévio (100% da amostra) demonstraram saber como proceder adequadamente para sair do prédio com segurança. Todos sabiam que não deveriam pegar elevadores, que deveriam descer pelas escadas sem pânico e que não deveriam se preocupar com bens materiais. Quanto aos moradores sem treinamento, 11 (73,33% da amostra) demonstraram que sairiam do prédio com segurança. Com isso foi possível verificar que apesar de não possuir treinamento prévio, um percentual elevado de 73,33% dos moradores conseguiria sair do prédio com segurança em caso de sinistros entretanto, o restante (26,67% da amostra) provavelmente não escaparia sem ajuda profissional.

**Tabela 1:** Média Aritmética dos percentuais obtidos

Moradores	Tema 1	Tema 2	Tema 3	Média aritmética
Com treinamento	100%	86,66%	100%	95,55%
Sem treinamento	53%	26,66%	73,33%	51%

**Fonte:** Dados obtidos pela autora, 2018.

Utilizando a média aritmética dos percentuais encontrados nas três abordagens para cada grupo de morador observou-se que 95,55% dos moradores que receberam algum tipo de informação se preocupam com a sua segurança quanto a incêndios. Aqueles moradores que não obtiveram nenhuma informação acerca do assunto, apenas 51% se preocupam com o tema. Tais valores indicam que um conhecimento prévio sobre autoproteção cria nas pessoas hábitos de segurança preventiva, tanto em relação ao ambiente em que vivem, quanto à sua segurança pessoal, aumentando suas chances de autossalvamento em caso de sinistros.

### Considerações finais

De que maneira a disseminação do conceito de autoproteção na sociedade paraense poderá interferir na segurança contra incêndios dessas edificações?

Conforme diversos autores explanados neste trabalho, todos são unânimes em concluir que a educação da sociedade para a prevenção e proteção contra incêndios é o remédio que está faltando para diminuição destes sinistros, bem como a redução de vítimas caso estes ocorram, logo a introdução do conceito de autoproteção fomentará na sociedade paraense uma cultura prevencionista e de autossalvamento de forma a mitigar os riscos de incêndio, salvaguardando vidas e patrimônio, aumentando a segurança nessas edificações, colocando o Estado do Pará na vanguarda brasileira em ações na área de SCI.

Os autores compararam sujeitos de pesquisa com e sem conhecimento prévio sobre o tema abordado, observou-se que 95,55% dos moradores que receberam algum tipo de informação se preocupam com a sua segurança quanto a incêndios. Aqueles moradores que não obtiveram nenhuma informação acerca do assunto, apenas 51% se preocupam com o tema. Tais valores indicam que um conhecimento prévio sobre autoproteção cria nas pessoas hábitos de segurança preventiva, tanto em relação ao ambiente em que vivem, quanto à sua segurança pessoal, aumentando suas chances de autossalvamento em caso de sinistros. Em consonância com a bibliografia pesquisada e acervo técnico-profissional dos autores desta pesquisa, pode-se concluir que sem educação voltada para prevenção e proteção contra incêndio, a sociedade paraense continuará desprotegida e suas edificações também. O conceito de autoproteção absorvido pela sociedade pode ser encarado como um processo de sua conscientização e educação, o qual tem sido o carro-chefe das estratégias de prevenção e proteção em diversos aspectos e áreas de estudo com foco no ser humano. Quanto à educação pública, engajar toda a população na prevenção contra incêndio com campanhas e treinamentos em escolas, residências, ambientes de trabalho, veículos de comunicação, locais de entretenimento, etc, é um outro instrumento de que o Estado pode e deve lançar mão.

Cabe, portanto, ao CBMPA fomentar ações de incentivo, educação e conscientização, no sentido de criar na sociedade paraense uma cultura de autoproteção. Ações como mudança de legislação, exigindo além dos planos de emergência e evacuação, sua execução por meio de treinamentos agendados e efetivados bem como a otimização do processo; o incentivo e exigência de treinamentos práticos em escolas e outras unidades educacionais, bem como em locais de reuniões de público, shoppings Centers, entre outros, são alguns exemplos de procedimentos que podem e devem ser adotados.

## Referências

ANTÔNIO, A. S. **A prevenção como prioridade do corpo de bombeiros:** proposta de padronização, controle e maximização dos programas de educação preventiva desenvolvida para a população. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo) - São Paulo, 2000.

BLEY, J. Z. **Comportamento Seguro:** a psicologia da segurança no trabalho e a educação para a prevenção de doenças e acidentes. Curitiba: Sol, 2006.

BRAGA, L. A. F. **Simulação de rota de fuga e sinalização utilizando multi-agentes e realidade virtual.** Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARLO, U. A segurança contra incêndio no mundo. In: SEITO, Alexandre Itiu et al. **A segurança contra incêndio no Brasil.** São Paulo: Projeto Editora, p. 1-8, 2008.

GILL, A. A.; OLIVEIRA, S. A.; NEGRISOLO, W. Aprendendo com os grandes incêndios. In: SEITO, Alexandre Itiu et al. **A segurança contra incêndio no Brasil.** São Paulo: Projeto Editora, p. 19-34, 2008.

MITIDIERI, M. L. O comportamento dos materiais e componentes construtivos diante do fogo- reação ao fogo. In: SEITO, Alexandre Itiu et al. **A segurança contra incêndio no Brasil.** São Paulo: Projeto Editora, p. 55-76, 2008.

RIPLEY, A. **Impensável:** Como e porque as pessoas sobrevivem a desastres. São Paulo: Globo, 2008.

RODRIGUES, A. S. **Comparação das medidas de autoproteção exigíveis, face ao enquadramento legal na área de segurança contra incêndio em edifícios:** implementação em quatro estabelecimentos localizados em edifícios com características distintas. Dissertação (Mestrado em Ergonomia) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

TOMIZAWA, W. **A segurança contra incêndio no projeto e construção dos edifícios:** compartimentação-regulamentação. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo) - São Paulo, 1995.



# Um estudo comparativo sobre a utilização da arma de fogo na folga pelos policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque e Batalhão de Policiamento Tático da PMPA

*Cesar Maurício de Abreu Mello*

*Erika Natalie Pereira Miralha Duarte*

*Helton Pinheiro da Rocha*

## RESUMO

**Importância:** O porte da arma de fogo por policiais durante a folga tem ocasionado debates acalorados. De um lado há aqueles que argumentam que ela aumenta a possibilidade de vitimização, já que se constitui em objeto de cobiça dos marginais. Outros defendem posição contrária. **Objetivo:** O objetivo geral foi analisar a percepção da possibilidade do uso da arma de fogo durante a folga.

**Metodologia:** O presente estudo abordou os aspectos relacionados à percepção do policial militar quanto à necessidade de utilização da arma de fogo fora do serviço policial, considerando as altas taxas de vitimização na folga dos policiais militares do estado do Pará, em especial a partir do ano de 2013, quando a instituição distribuiu para todo o seu efetivo mediante cautela o chamado o “Kit Segurança”, composto de um colete balístico e uma pistola. Dessa maneira, a percepção da necessidade de uso da arma foi analisada comparativamente entre os policiais militares do efetivo do Batalhão de Polícia de Choque e do Batalhão de Polícia Tática. Foram utilizados como instrumento de coletas 247 (duzentos e quarenta e sete) questionários aplicados aos integrantes dessas unidades operacionais. **Resultado:** Como resultado, observou-se que existe uma percepção semelhante entre os efetivos analisados, com uma propensão maior do uso da arma de fogo pelos integrantes do Batalhão de Polícia Tática.

**Conclusão:** A conclusão é de que tal entendimento é importante para subsidiar políticas institucionais diferenciadas dentro da instituição, voltadas para a redução do número de mortes de policiais militares, principalmente quando fora do serviço policial. Este artigo faz parte de um trabalho maior que será apresentado ao Instituto de Ensino de Segurança do Pará, referente ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Policiais e Bombeiros Militares do Pará.

**Palavras-chave:** Folga; Kit segurança; Vitimização.

## Introdução

Em 2016, nas seis cidades mais violentas<sup>1</sup> do mundo morreram cerca de 100 policiais. No mesmo ano, só no estado do Rio de Janeiro, que não se encontra nesse *ranking*, foram registradas 146 (cento e quarenta e seis) mortes de policiais militares na condição de serviço ou na folga (RESENDE; GUIMARÃES, 2017). No mesmo ano, o Brasil registrou a morte de 453 (quatrocentos e cinquenta e três) policiais militares e civis, constatando-se um aumento de 23,5% em relação ao ano de 2015 (FBSP, 2018).

No estado do Pará, no ano de 2017, foram vitimados 45 (quarenta e cinco) policiais militares da ativa ou convocados para o serviço ativo. Desse total, 24 (vinte e quatro) morreram na folga, o que representou mais de 50% dos casos. Somam-se ainda 13 (treze) mortes de policiais militares da reserva (PMPA, 2018).

Tendo como ponto de partida o elevado índice de morte de policiais militares, principalmente fora do serviço, esta pesquisa abordou os aspectos relacionados à percepção que o policial militar tem referente ao uso (ou não) de arma durante a sua folga. Importante se faz registrar que no ano de 2013 a Polícia Militar do Pará distribuiu para todo seu efetivo, mediante cautela, o chamado “Kit Segurança<sup>2</sup>”, composto por um colete balístico e uma pistola para uso contínuo e permanente – no serviço e fora dele.

O tema é relevante sob vários aspectos. Primeiro, a morte de policiais é um episódio com consequências gravíssimas, não só para a instituição Polícia, mas, sobretudo, para o Estado, como ente responsável pela segurança da população. Segundo, os estudos sobre vitimização policial são essenciais para a proposição de políticas públicas voltadas à redução desses acontecimentos. Terceiro, entender de que maneira o profissional de segurança percebe a real necessidade de portar a arma fora de suas atividades laborais possibilita ao comando da instituição rever seus atos e ajustá-los de acordo com mudanças de cenários.

---

<sup>1</sup> 1 - Caracas (Venezuela), 130,35 homicídios/100 mil hab; 2 – Acapulco (México), 113,24 homicídios/100 mil hab; 3 – San Pedro Sula (Honduras), 112,09 homicídios/100 mil hab; 4 – Distrito Central (Honduras), 85,09 homicídios/100 mil hab; 5 – Victória (México), 84,67 homicídio/100 mil hab; 6 – Maturín (Venezuela), 84,21 homicídio/100mil hab.

<sup>2</sup> Termo dado à política institucional da PMPA, quando em 2013 os Policiais Militares passaram a cautelar de forma permanente os seguintes equipamentos: 01 (uma) Pistola. 40, com 02 (dois) carregadores com 10 (dez) munições cada e 01 (um) colete balístico, normatizado pela Portaria nº 006/2013 – GAB/CMDO PMPA.

Para Vale (2015), o policial vitimado em situação de folga é entendido como todo aquele que esteja na ativa e tenha sido morto fora do horário de serviço por qualquer causa considerada não-natural. Para Leal (2015), os policiais militares são vitimados com maior proporção fora do trabalho, na folga, uma vez que no desempenho de sua atividade profissional as normas e procedimentos da corporação os protegem.

O ponto de partida desta pesquisa foi a constatação empírica de que, nos dias atuais, o profissional de segurança pública de folga, armado, sem o devido treinamento para reagir a uma situação de risco, sozinho (sem a companhia de outro policial) estaria mais propenso a se envolver em uma ocorrência, cujo desfecho fosse a sua vitimização. Desta forma, surge o questionamento: em que medida o uso da arma de fogo pelo policial militar durante a folga é um fator que contribui para a vitimização deste profissional?

A hipótese do presente estudo foi de que nos últimos anos houve um aumento do número de policiais militares mortos durante a folga, principalmente com a implementação da política institucional da entrega do “Kit Segurança”, quando todos os policiais militares do estado passaram a ter o porte da arma de fogo.

O presente estudo teve como objetivo geral analisar em que medida o porte da arma de fogo pelo policial de folga contribui para sua vitimização. Diante deste desafio, pretendeu-se, como objetivos específicos: a) conceituar vitimização policial; b) verificar qual a percepção de risco dos policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque - BPCHOQUE e dos Policiais Militares do Batalhão de Polícia Tática - BPOT, sobre o uso da arma de fogo durante a folga; c) comparar as percepções desses policiais militares quanto à utilização da arma de fogo na folga.

A relevância do artigo foi compreender se a percepção que os policiais militares de batalhões tão distintos em suas missões institucionais, embora sob o mesmo comando especializado, também se diferenciam acerca do tema vitimização, tão presente na instituição nos dias atuais, para ao final deste, buscar respostas que ensejem o direcionamento de políticas institucionais para amenizar o número de mortes envolvendo os policiais militares, principalmente na folga, contribuindo com a instituição PMPA.

## Revisão bibliográfica

Muniz e Soares (1998) entendem que é natural que os policiais militares sejam vitimados bem mais na folga do que no serviço – atividade-fim

(policciamento ostensivo, fardado), uma vez que para o serviço procedimentos padrões são adotados e treinamentos especializados são colocados em prática, mesmo sendo o risco ainda presente.

O risco na profissão policial militar é presente desde o primeiro dia em que o profissional adentra a corporação, “já que representa uma condição intrínseca à profissão policial” (MINAYO, 2007, p. 8). Portanto, é algo indissociável do cotidiano do policial militar; no entanto, condutas e treinamentos específicos podem diminuir os riscos inerentes à profissão.

Os serviços de segurança remunerados prestados de forma ilegal pelos policiais de folga podem ser um fator potencializador na vitimização. Bonfanti (2009) enfatiza que o chamado “bico policial” já se tornou rotineiro na vida dos policiais militares e que as organizações policiais devem dar uma atenção especial a este assunto para se chegar numa compreensão desta nova realidade.

Leal (2015) acrescenta ainda que o trabalho informal contribui para uma expressiva baixa de policiais militares na folga e ainda acrescenta que em decorrência de ser um serviço que não está amparado legalmente pela instituição policial militar e que não está amparada de direitos em caso de morte, geralmente, seus familiares sofrerão as consequências.

França e Duarte (2017) destacam em seu estudo que as notícias de mortes de policiais militares na atualidade já se tornaram rotineiras e se impressionam com o sensacionalismo impetrado pela mídia brasileira ao destacar em determinadas situações que o policial militar foi o causador do resultado morte ao tentar empreender uma ação contra o meliante.

O policial militar, quando porta arma de fogo, possivelmente entende que se encontra mais seguro e, assim, torna sua rotina fora do serviço diferente se talvez não tivesse o porte, como ir em locais menos seguros, encara riscos voluntários, como bem observado no estudo de Mello (2013), que é um risco no qual o policial certamente não entraria se estivesse desarmado.

## **Material e métodos**

Como é apropriado a todo trabalho acadêmico, esta pesquisa foi iniciada com uma ampla pesquisa bibliográfica em fontes nacionais e estrangeiras com a finalidade de apresentar, da maneira mais detalhada possível, os conceitos relacionados ao tema proposto. Concomitante, recorreu-se a fontes primárias e secundárias na obtenção de dados relativos às mortes de policiais militares

da PMPA. Oliveira (2002, p. 115) destaca em seu estudo que o método quantitativo é muito utilizado nas pesquisas descritivas, no qual “se procura descobrir e classificar a relação entre variáveis, assim como na investigação da relação de causalidade entre os fenômenos causa e efeito”.

Os sujeitos de pesquisa foram escolhidos aleatoriamente dentre os policiais militares da Polícia Militar do Pará que trabalham nos Batalhão de Polícia de Choque – BPCHOQUE e do Batalhão de Polícia Tática – BPOT, ambos subordinados ao Comando de Missões Especiais da PMPA.

Os Batalhões foram selecionados em razão de que mesmo subordinados ao mesmo comando intermediário<sup>3</sup> (CME), que tem como responsabilidade atuar em situações específicas e de maior complexidade, possuem diferentes dinâmicas de serviço: enquanto o serviço do Batalhão de Polícia de Choque é de natureza aquartelada (passam a maior parte do tempo dentro do Batalhão aguardando acionamento); conseqüentemente, os policiais que compõem este Batalhão não teriam tanta visibilidade em relação aos cidadãos infratores, pois atuam em missões especializadas e somente saem para operar quando são acionados como, por exemplo, em revistas (buscas pessoais e no local), motins e rebeliões em estabelecimentos penais, distúrbios civis, policiamento ostensivo em praça desportiva, dentre outros. Já o serviço do Batalhão de Polícia Tática – BPOT – é eminentemente exposto em relação ao público, seja ele ordeiro ou desordeiro, pois estão no serviço embarcado, realizando o serviço ostensivo, preventivo, mesmo na condição de segundo esforço, portanto, tendo muito mais visibilidade por parte da população em geral e podendo ser reconhecido a qualquer momento por um cidadão infrator, mesmo em período de folga (fora do horário de serviço).

No mesmo sentido, Campos (2001) caracteriza amostra como sendo uma parte ou subconjunto, criteriosamente obtido, da população que se quer estudar e ainda acrescenta que se deve sempre recorrer à amostra, pois despenderá um tempo mais curto e menores recursos materiais. Com isto em evidência, realizou-se uma análise amostral, procedimento estatístico que permitiu que os dados obtidos de certo número de policiais pudesse representar o todo (efetivo lotado no Batalhão de Polícia de Choque e no Batalhão de Polícia Tática). Foi utilizada uma análise com erro amostral de

---

<sup>3</sup> Aos comandos intermediários incumbe o planejamento em nível estratégico para serem executados pelos Batalhões.

5%, com base no efetivo total pronto<sup>4</sup> de cada unidade envolvida na pesquisa, conforme fórmula para o cálculo do tamanho da amostra abaixo, em que o  $n$  (representa o tamanho da amostra),  $N$  (tamanho da população),  $n_0$  (primeira aproximação do tamanho da amostra),  $E$  (erro amostral tolerável).

$$N = \frac{N \times n_0}{N + n_0}, \text{ onde } n_0 = \frac{1}{\varepsilon^2}.$$

O Batalhão de Polícia de Choque – BPCHOQUE, atualmente com efetivo total de 195 (cento e noventa e cinco) policiais militares, tem o efetivo pronto de 156 (cento e cinquenta e seis). Portanto, a análise amostral se deu a partir do efetivo pronto, pela facilidade da aplicação dos questionários para aqueles que realizam suas atividades normalmente. Dessa forma, de acordo com o erro amostral de 5%, foi necessário aplicar os questionários para 112 (cento e doze) policiais militares. O Batalhão de Polícia Tática – BPOT – conta com um total de 275 (duzentos e setenta e cinco) policiais militares e efetivo pronto de 204 (duzentos e quatro) militares. Dessa forma, foi necessário aplicar 135 (cento e trinta e cinco) questionários para os policiais militares.

A pesquisa de campo requereu idas às unidades para cobrir os turnos das equipes. No Batalhão de Polícia Tática – BPOT, a entrega se deu no início do serviço, pela manhã, quando os policiais militares entram para a formatura matinal, quando recebem as ordens dos seus comandantes em relação ao serviço do dia. Os questionários foram recolhidos no final do serviço, uma vez que o serviço no referido batalhão é motorizado e os policiais logo que recebem as ordens embarcam nas viaturas e realizam patrulhamento na capital paraense e região metropolitana e seu regime de serviço é de 12 (doze) horas de trabalho seguidas de 24 (vinte e quatro) horas de folga, retornando novamente para o serviço de 12 (doze) horas de trabalho por 48 (quarenta e oito) horas de folga.

No Batalhão de Polícia de Choque a entrega ocorreu no início do serviço, que se inicia às 07h30 da manhã, quando o Pelotão<sup>5</sup> de serviço entra para a formatura e o oficial de serviço<sup>6</sup> realiza a conferência do efetivo e material do Pelotão que está comandando, sendo recolhido no dia seguinte, por volta do meio-dia,

<sup>4</sup> Efetivo pronto corresponde ao total de policiais militares em condições, aptos para executar o serviço. Do efetivo total, subtrai-se os policiais que se encontram em gozo de licença, férias, ou à disposição de outros órgãos.

<sup>5</sup> Fração de tropa que trabalha por turno de serviço.

<sup>6</sup> Oficial policial militar que comanda a fração de tropa.

quando os policiais são liberados logo após a instrução. Considerando que mesmo aquartelado o efetivo pode ser acionado para realizar revistas e conter rebeliões em casas penais, desobstruir vias interditadas, realizar policiamento de segundo esforço, policiamento em praça desportiva, entre outros, houve a necessidade de recolher os questionários apenas no dia seguinte. Ressalta-se ainda que a escala do Batalhão de Polícia de Choque é de 24 (vinte e quatro) horas de serviço, por 72 (setenta e duas) horas de folga, ocorrendo uma instrução no primeiro dia de folga. Foram distribuídos 10 (dez) questionários a mais para cada efetivo analisado, uma vez que poderia ocorrer a inutilização do questionário, caso não ocorresse o correto preenchimento e, assim, para evitar um número menor de sujeitos pesquisados em relação ao total e mantendo o erro amostral de 5% da população a ser pesquisada.

De posse das respostas, foram construídas tabelas e gráficos para melhor entendimento e análise dos dados obtidos nos questionários, garantindo maior facilidade de entendimento para os que futuramente forem estudar o fenômeno pesquisado. Os resultados foram descritos por meio de porcentagens para cada quesito analisado, evidenciando o caráter científico e destacando a preocupação com a vigilância epistemológica, buscando um estudo primado pela imparcialidade e pela racionalidade dos dados.

## Resultados e discussões

Uma das questões centrais incidiu sobre o uso da arma de fogo fora do serviço. Foi detectado que 66% da tropa de Choque e 84% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática a utiliza no decorrer de sua folga. Observou-se que possivelmente pela dinâmica do serviço do Batalhão de Polícia Tática ser diretamente envolvido com a atividade-fim e que o contato com os perpetradores dos mais diversos delitos sejam contínuos nos serviços do BPOT, por meio do carro-chefe das ações do Batalhão, que são as abordagens policiais, o que os exporia mais frequentemente em contato com esses sujeitos e os colocaria em situação de perigo com mais frequência que os do Batalhão de Polícia de Choque.

Observa-se que 5% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática afirmou não portar arma de fogo durante a sua folga em nenhum momento, mesmo tendo em sua posse o Kit Policial. Apesar de ser uma quantidade ínfima quando comparado aos policiais do BPOT, apresenta diferenças em virtude da totalidade destes afirmar portarem armas na folga. Daí pode-se inferir que nem todos os policiais do primeiro grupo veem a necessidade de estar armados fora do serviço.

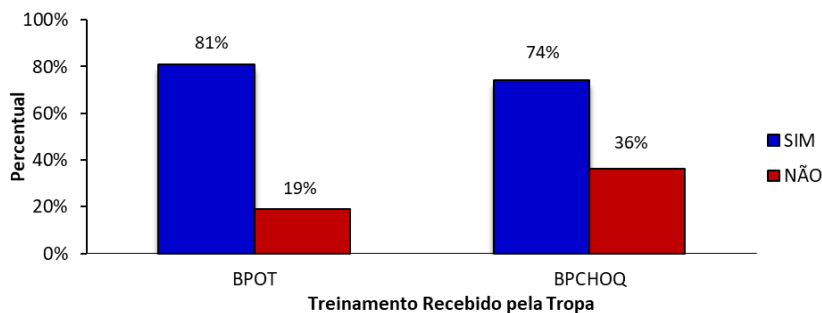
**Tabela 1:** Quantidade de policiais militares que afirmaram portar arma de fogo durante a folga

Efetivo	Sujeitos de pesquisa	Sempre	Às vezes	Nunca
BPOT	135	84%	11%	5%
BPCHOQUE	112	66%	34%	0%

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2018.

Outro item analisado quanto ao emprego da arma de fogo durante a folga foi saber se no momento em que os policiais passaram a ter acesso ao armamento da corporação, mesmo em momento posterior, se alegaram ter recebido o treinamento referente ao seu emprego fora do serviço, já que a utilização em trajes civis sugere que o policial porte a arma obrigatoriamente de modo velado (sem estar à mostra), ensejando também um novo procedimento no saque e realização do disparo, bem como a possibilidade de ter que atirar em locais e situações diversas do serviço.

**Figura 1:** Quantidade de policiais que afirmaram ter recebido treinamento técnico (manuseio, tiro) para utilizar a arma de fogo especificamente fora do serviço



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2018.

Percebe-se dos dados extraídos que 74% do efetivo do Batalhão de Choque e 81% do BPOT recebeu treinamento específico para utilizar a arma de fogo na folga policial. No estudo de Conceição e Ribeiro (2016, p. 15) observa-se que quando questionado aos sujeitos de pesquisa se realizaram treinamento, 95% responderam que sim.

Outro aspecto que mereceu a atenção da pesquisa tratou do preparo psicológico para a utilização da arma de fogo na folga. Desde o ano de 2013,



a PMPA instituiu o seminário de Comportamento de Autoproteção, com o foco de treinar o aspecto psicológico do emprego de arma de fogo, bem como a necessidade (ou não) de portar a arma em momentos e situações específicas. A pesquisa também teve como objetivo esse aspecto, uma vez que as palestras desenvolvidas no seminário são de suma importância para uma conscientização positiva no que concerne à prevenção, principalmente fora do período de serviço, momento este em que o profissional de segurança se encontra só na maioria de suas horas de lazer e descanso.

**Tabela 2:** Quantidade de policiais militares que declararam ter recebido algum tipo de treinamento ou instrução de como se preparar psicologicamente para o uso da arma de fogo (Seminário de Comportamento de Autoproteção ou equivalente)

Efetivo	Sujeitos de pesquisa	Sim	Não
BPOT	135	79%	21%
CHOQUE	112	77%	23%

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2018.

Dessa maneira, observa-se que 79% do efetivo do Batalhão de Polícia de Choque já recebeu esse tipo de conhecimento e que 77% do efetivo do BPOT também participou desse tipo de instrução com o foco na preparação psicológica para um possível enfrentamento armado fora de suas atividades laborais, como se observa na Tabela 2, acima.

Foi perguntado também aos sujeitos de pesquisa sobre se interviriam numa ocorrência, mesmo estando sozinho, o chamado “risco voluntário”, conforme já enfatizado no estudo de Mello (2013), que é um risco no qual o policial certamente não entraria se estivesse desarmado. Foi observado que 53% do efetivo do Batalhão de Choque interviria numa ocorrência com terceiros envolvidos durante a sua folga e 54% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática, também interviria, conforme números na Tabela 3, abaixo.

**Tabela 3:** Durante a sua folga, você interviria em uma ocorrência com terceiros envolvidos, mesmo estando sozinho?

Efetivo	Sujeitos de pesquisa	Sim	Não
BPOT	135	54%	46%
CHOQUE	112	53%	47%

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2018.

Outro ponto que foi analisado no estudo se referiu à utilização do armamento por parte dos sujeitos pesquisados, se, em algum momento depois do ingresso na instituição, os policiais, durante o período de folga tiveram a necessidade de utilizar a arma de fogo em decorrência de alguma ocorrência. Foi observado que 58% do efetivo do Batalhão de Polícia de Choque já teve a necessidade de utilizar o armamento para evitar ou se defender de um ataque de um criminoso durante o período de sua folga e que 53% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática – BPOT – teve também a necessidade de utilizar o seu armamento, estando fora de suas atividades laborais, conforme Tabela 4, abaixo:

**Tabela 4:** Quantidade de policiais militares que já utilizou sua arma de fogo estando de folga

Efetivo	Sujeitos de pesquisa	Sim	Não
BPOT	135	53%	47%
CHOQUE	112	58%	42%

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2018.

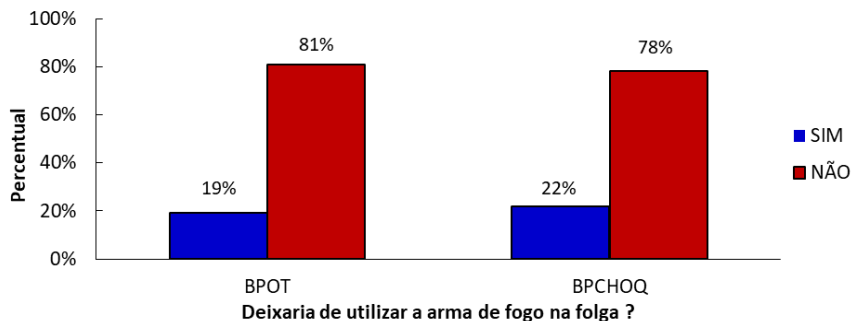
Os dados acima demonstram de certa maneira, que o policial militar, cuja missão precípua está diretamente ligada ao serviço ordinário, o qual possibilita inúmeras abordagens, prisões de infratores, mediações de diversos conflitos, entre outras ocorrências, está de certa forma mais sujeito a se deparar fora de sua jornada de trabalho com potenciais “vítimas” de suas ações policiais ao norte mencionadas, as quais, possivelmente, contribuem para um possível desfecho não desejado na sua folga, como é o caso de uma crise com arma de fogo.

Foi perguntado aos sujeitos de pesquisa se entendiam (percepção) que portar arma de fogo na folga é um risco para a sua vida deixaria de utilizar a arma quando estivessem de folga e, assim, foram obtidos os seguintes resultados: apenas 19% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática deixaria de utilizar o armamento, bem como 22% do efetivo do Batalhão de Polícia de Choque deixaria de portar a arma de fogo na folga, como observado na Figura 2.

De certa forma, os dados acima denotam o caráter perceptivo por parte das duas tropas, como se estivessem muito vulneráveis ao deixar de usar o principal instrumento de trabalho, que é a arma de fogo para o policial militar. Ou, possivelmente, um caráter psicológico de não demonstrar “fraqueza” aos demais policiais militares. Por outro lado, deve ser observado o grau de instrução que a tropa tem em relação ao uso, saque em trajes civis, o qual o

possibilita perceptivamente que detém controle físico, técnico e psicológico para em qualquer circunstância estar portando a arma de fogo.

**Figura 2:** Se você entendesse que portar arma de fogo na folga é um risco para a sua vida, deixaria de utilizar a arma fora do serviço?



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

### Considerações finais

O estudo realizado detectou que a tropa do Batalhão de Polícia Tática – B POT – entende que há necessidade de usar a arma de fogo durante a sua folga, maior que o efetivo do Batalhão de Choque – B PCHOQUE, o que está relacionado à natureza de sua atividade pelo fato desse grande envolvimento em ocorrências e pela maior exposição em relação ao cidadão infrator, ao mesmo tempo em que pode se deparar e ser reconhecido por estes.

O estudo mostrou que os policiais militares, tanto do Batalhão de Polícia de Choque quanto do Batalhão de Polícia Tática se veem como vítimas potenciais pelo fato de serem policiais militares. E entendem nas suas concepções de análise do cenário atual, que, de fato, portar arma de fogo fora do ambiente de trabalho é considerado um risco para sua vida. Porém, ainda em sua grande maioria preferem utilizar a arma de fogo na folga.

Diante do tema chega-se à conclusão de que a tropa dos Batalhões estudados em sua grande maioria tem a percepção da necessidade de utilizar o armamento no seu momento de folga policial e diante dessa circunstância. É imprescindível, também, que a instituição continue a promover instruções práticas no que diz respeito ao uso, saque, como portar o armamento, como se portar com o armamento, etc., pois foi observado diante das estatísticas que na sua maioria os policiais militares estão sendo assassinados justamente na

folga, e que, notadamente, a política da entrega do “Kit Policial” pode também entrar na lista das variáveis no aumento das mortes de policiais militares, pois se observou uma crescente de mortes de policiais militares a partir de 2013, juntamente com o crescimento de armas roubadas, furtadas ou extraviadas.

## Referências

BONFANTI, S. A. **O “bico” realizado por policiais militares da Capital gaúcha: implicações, fatores intervenientes e consequências.** v. 35, n. 2. Porto Alegre, 2009.

CAMPOS, J. Q. **Saúde e Pesquisa Quantitativa.** São Paulo: Jotacê, 2001.

CONCEIÇÃO, Rodrigo D. M.; RIBEIRO, V. S. G.. **Profissão de Risco: Homicídios de Policiais Militares em Belém do Pará.** 2016. Monografia (Especialização Estratégica em Defesa Social) – Instituto de Ensino de Segurança Pública – IESP, Belém, 2016.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário de estatísticas criminais: 2017. São Paulo, 2018.

FRANÇA, F. G.; DUARTE, A. “Soldados não Choram?”: Reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar. 19. ed., São Paulo: **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**, 2017.

LEAL, M. A. S. **Vitimização Policial Militar fora do Serviço.** Monografia (Especialização em políticas públicas de justiça criminal e segurança pública) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

MELLO, Cesar M. A. **Mesmo com o sacrifício da própria vida:** a multiplicidade dos riscos da profissão policial militar. 2013. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MINAYO, M. C. S. et al. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Caderno de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, 2007.

MUNIZ, J.; SOARES, B. M. **Mapeamento da Vitimização de Policiais no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1998.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica.** São Paulo: Pioneira, 2002. Polícia Militar do Pará. Centro de Inteligência da Polícia Militar do Pará, 2018.

VALE, L. D. **Relatório de Vitimização Policial (1998 a novembro de 2015).** Rio de Janeiro; ISP, 2015.

# A segurança viária e a caracterização dos acidentes de trânsito urbano no Brasil

*Irlando Ricardo Monteiro Lopes  
Henrique Antonio Monteiro Lopes  
Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Silvia dos Santos de Almeida  
Pablo Silva Lira*

## RESUMO

**Importância:** É fato que os acidentes de trânsito são considerados uma das principais causas de morte e invalidez no Brasil e no mundo. Pesquisas sobre a segurança no trânsito têm revelado que o fator humano contribui para a ocorrência de grande parte dos acidentes graves, sendo o comportamento dos motoristas um fator a ser considerado primordial na caracterização das causas de tais acidentes. **Objetivo:** Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou identificar e classificar os acidentes de trânsito registrados pela Polícia Rodo-viária Federal e suas principais causas. **Metodologia:** Para atingir esse objetivo foi feita uma revisão de literatura e pesquisas quantitativas. **Resultados:** Na primeira foi possível identificar que a segurança no trânsito é uma necessidade social; na pesquisa quantitativa foram demonstrados os principais elementos causadores dos acidentes, de acordo com dados secundários da Polícia Rodoviária Federal. **Conclusão:** Como resultado, tem-se que o fator humano desponta como um dos principais motivos para os acidentes de trânsito considerados graves, havendo a necessidade de que ações de educação sejam implementadas a fim de modificar o comportamento destrutivo do indivíduo no trânsito.

**Palavras-chave:** Acidentes graves; Comportamento dos motoristas; Segurança viária.

## Introdução

Embora os acidentes com vítimas fatais e não fatais tragam prejuízos incalculáveis, independentemente dos veículos que as pessoas ocupavam no momento da ocorrência, é fato que ciclistas, motociclistas e pedestres, considerados usuários vulneráveis do sistema viário, estão mais expostos

a lesões decorrentes do impacto em comparação com os ocupantes de automóveis (AGUILERA; MOYSÉS; MOYSÉS, 2014).

Tamanha é a importância do tema que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), são gastos mundialmente por ano com acidentes de trânsito a quantia de US\$ 518 bilhões. Desse total US\$ 65 bilhões em países de baixa e média renda, entre eles o Brasil. Valor que supera e muito a ajuda financeira para o desenvolvimento dessas nações. As despesas com a violência no trânsito giram entre 1% e 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) de países como o Brasil.

Aguilera, Moysés e Moysés (2014) destacam que, segundo o Ministério da Saúde, no Brasil ocorreram 40.610 mortes em acidentes de trânsito em 2010, número quase 7,5% maior que o registrado em 2009. De acordo com o Sistema de Informações de Mortalidade da Organização Mundial de Saúde - SIM/OMS, entre 2002 e 2010, o número total de óbitos por acidentes com transporte terrestre cresceu 24%, passando de 32.753 para 40.610 mortes e estima-se que em 2020 esse número cresça 47%. Com base nesses números, esta pesquisa se torna relevante, na medida em que a Organização Mundial da Saúde classificou o Brasil como 5º país do mundo em mortes no trânsito e se torna importante conhecer as causas e os reflexos dos acidentes no país.

## Revisão Bibliográfica

Para Vasconcellos (2014, p. 11) o trânsito “é o conjunto de todos os deslocamentos diários, feitos nas calçadas e vias da cidade, e que aparece na rua em forma da movimentação geral de pedestres e veículos”. Ressalte-se que no parágrafo segundo do Artigo 1º do Código de Trânsito Brasileiro há uma clara determinação de que a segurança deve reger as relações humanas que se constituem a partir do trânsito, de modo que assegura que:

O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito (BRASIL, 1997).

O Código de Trânsito Brasileiro remete à ideia de que a segurança no trânsito é uma responsabilidade de todos, pois nas relações sociais de trânsito

peças e veículos circulam em um espaço de representações sociais. Diante deste contexto, pode-se dizer que pela estrutura de circulação ocorrem fluxos originados na estrutura de produção e estrutura de reprodução e por conta desse novo cenário, todos são de diferentes formas, chamados a assumir sua corresponsabilidade no trânsito.

Historicamente, as ações voltadas para o tráfego não têm considerado, de forma balanceada, as demandas dos diferentes tipos de usuários. As medidas adotadas têm, sistematicamente, privilegiado o trânsito de veículos motorizados: o alto número de atropelamentos é um indicador desta situação. Esta prática obriga os pedestres a se adaptarem ao meio ambiente de tráfego e às situações criadas, onde frequentemente estes usuários se encontram em desvantagem face aos motoristas e passageiros de veículos (FARIA; BRAGA, 2015, p. 43).

Contudo, para Scalassara, Souza e Soares (2014) os acidentes de trânsito não são uma fatalidade, mas ocorrem pela deficiência na conservação de veículos e estradas ou, ainda, são provocados pelos pedestres e condutores e, as falhas humanas se sobrepõem aos demais determinantes dos acidentes. Nesta perspectiva, Marin e Queiroz (2012) observam que o índice de mortalidade entre pedestres com mais de 14 anos de idade diminui, aumentando significativamente entre motoristas e ocupantes de veículos, principalmente após os 17 anos de idade. Segundo Salomoni (2008) a partir de um estudo que teve como objetivo descrever os acidentes de trânsito de uma cidade de porte médio e comparar os riscos de lesão e morte de diferentes tipos de veículos e pedestres foi constatado que:

Nos acidentes registrados em Boletim de Ocorrência, foram vitimadas 2.057 pessoas (1,4 pessoas por acidente). A maioria dessas vítimas ocupava uma motocicleta (30,3%) ou um automóvel (29,9%). Os pedestres foram o terceiro maior grupo, se constituindo em 17,1% das vítimas. Se levarmos em conta que os atropelamentos de pedestres estão sujeitos a um subregistro maior, sua participação proporcional aumentaria um pouco, mas continuariam em terceiro lugar. A situação é bastante diferente em relação

às vítimas fatais, para as quais os pedestres contribuíram com 37,9%. Em segundo lugar vieram os motociclistas, com 26,2%. Em terceiro e quarto lugar ficaram os ciclistas (17,5%) e os automobilistas (SALAMONI, 2008, p. 17).

Considerando o objetivo deste estudo, vale mencionar ainda, que Bacchieri e Barros (2011) ressaltam que todos estão sujeitos a falhas de segurança no trânsito, podendo vir a se tornar vítimas de acidentes. Contudo, destacam os pedestres como grupo de risco, pelo fato de constituírem o terceiro maior grupo de vítimas depois dos motociclistas e ocupantes de automóvel no Brasil.

## **Material e Método**

Trata-se de um estudo fundamentado em pesquisa realizada a partir da análise de dados secundários provenientes do Sistema Gerencial de Informações (SIGER) da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Os dados analisados correspondem ao montante de acidentes de trânsito com vítimas ocorrido no território nacional. Foram utilizadas técnicas estatísticas de análise descritiva. A análise descritiva, para Reis e Reis (2002, p. 28) “é a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados”. Objetiva, portanto, a organização e a descrição dos dados.

## **Resultados e Discussão**

A quantidade de vítimas será apresentada de duas formas: ocupantes e envolvidos. Os ocupantes são as vítimas que estavam dentro de cada um dos veículos agrupados. Os envolvidos são aqueles que participaram de alguma forma na ocorrência. Por exemplo: considere um acidente entre um automóvel e um caminhão em que somente o condutor do automóvel veio a falecer. Na análise por ocupante será atribuído um morto para automóvel e zero para caminhão. Na análise por envolvido será atribuído um morto para automóvel e um para caminhão.

A Tabela 1 mostra que embora os mortos ocupantes de caminhões corresponderam a 16,9% do total de mortos, o total de mortos em acidentes com envolvimento de caminhões foi de 34,3%. Já os feridos corresponderam a 9,3% e 18,1%, respectivamente. Os mortos ocupantes de automóveis corresponderam a 46,5% do total. O total de mortos em acidentes com



envolvimento de automóveis foi de 38%. Já os feridos corresponderam a 45,1% e 46,5% respectivamente (Tabela 1). Os mortos ocupantes de motocicletas/motonetas/ciclomotores corresponderam a 32,4% do total; o total de mortos em acidentes com envolvimento deste grupo foi de 21,8%. Já os feridos corresponderam a 41,4% e 30,7%, respectivamente (Tabela 1). A baixa diferença em pontos percentuais demonstra a fragilidade do ocupante de motocicletas (Tabela 1). Os mortos ocupantes de ônibus corresponderam a 4,1% do total. O total de mortos em acidentes com envolvimento de ônibus foi de 5,9%. Já os feridos corresponderam a 4,2% e 5,9%, respectivamente.

**Tabela 1:** Percentual de acidentes e envolvidos em acidentes ocorridos nas rodovias federais no 1º quadrimestre de 2018, por grupo de veículos

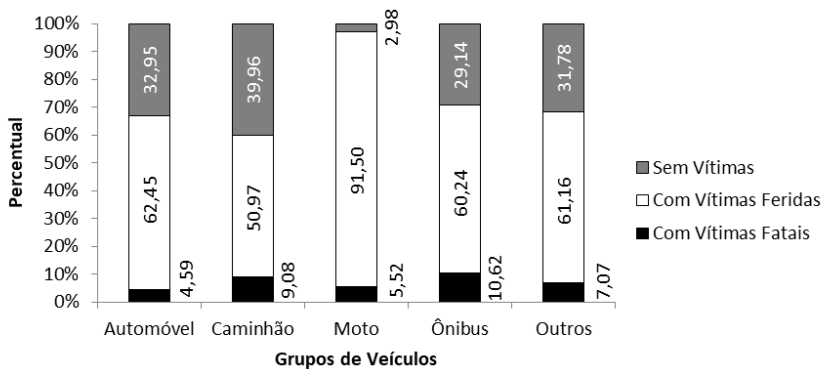
Acidentes/Envolvidos	Grupo de Veículos			
	Automóvel	Caminhão	Moto	Ônibus
Acidentes	46,9	23,2	26,9	3,0
Feridos ocupantes	45,1	9,3	41,4	4,2
Mortos ocupantes	46,5	16,9	32,4	4,1
Ilesos ocupantes	62,0	27,2	3,6	7,2
Feridos envolvidos	46,5	18,1	30,7	4,7
Mortos envolvidos	38	34,3	21,8	5,9
Acidentes graves	37,8	22,1	36,8	3,3
Ilesos envolvidos	52,2	25,1	16,5	6,3

**Fonte:** PRF SIGER (2018).

Grupos de Veículos: (i) Automóvel: automóvel. (ii) Caminhão: Caminhão; Caminhão-trator. (iii) Moto: Ciclomotor; Motocicleta, Motoneta. (iv) Ônibus: Ônibus; Micro-ônibus. (v) Outros: Bicicleta; Caminhonete; Camioneta; Carro de mão; Carroça-charrete; Rebo-que; Semi-Reboque; Trator de rodas; Trator misto; Trem-bonde. Triciclo; Utilitário.

Na Figura 1 pode-se observar a baixíssima proporção (2,98%) de acidentes sem vítimas no Grupo Motos (Figura 1). No Grupo de Veículos Caminhão está a menor taxa de vitimização (50,97%+9,08% = 60,04%), porém apresenta a segunda maior taxa de vitimização fatal 9,08%, só ficando atrás do Grupo de Veículos Ônibus, com taxa de vitimização fatal de 10,62% (Figura 1). O Grupo Automóveis apresenta a menor taxa de vitimização fatal (4,59%) (Figura 1).

**Figura 1:** Quantidade de acidentes ocorridos nas rodovias federais no 1º Quadrimestre de 2018, por grupo de veículo e classificação do acidente



Fonte: Autores (2018)

**Grupos de Veículos:** (i) Automóvel: automóvel. (ii) Caminhão: Caminhão; Caminhão-trator. (iii) Moto: Ciclomotor; Motocicleta, Motoneta. (iv) Ônibus: Ônibus; Micro-ônibus. (v) Outros: Bicicleta; Caminhonete; Camioneta; Carro de mão; Carroça-charrete; Reboque; Semi-Reboque; Trator de rodas; Trator misto; Trem-bonde. Triciclo; Utilitário.

Na Tabela 2 pode-se observar que apenas 27,88% dos acidentes nas rodovias federais no 1º quadrimestre de 2018 não tiveram vítimas e que acidentes envolvendo os grupos de veículos Automóveis e Moto correspondem a 63,05% (Tabela 2).

**Tabela 2:** Quantidade e percentual de acidentes nas rodovias federais no 1º quadrimestre de 2018, por classificação do acidente e grupo de veículos

Classificação do Acidente	Grupo de Veículos					Total
	Automóvel	Caminhão	Moto	Ônibus	Outros	
Com Vítimas Fatais	1,95%	1,80%	1,14%	0,24%	1,05%	<b>6,18%</b>
Com Vítimas Feridas	26,47%	10,10%	18,92%	1,35%	9,10%	<b>65,94%</b>
Sem Vítimas	13,96%	7,92%	0,62%	0,65%	4,73%	<b>27,88%</b>
<b>Total</b>	<b>(42,38%)</b>	<b>(19,82%)</b>	<b>(20,68%)</b>	<b>(2,24%)</b>	<b>(14,89%)</b>	<b>(100,00%)</b>

Fonte: PRF SIGER 2018.

**Grupos de Veículos:** (i) Automóvel: automóvel. (ii) Caminhão: Caminhão; Caminhão-trator. (iii) Moto: Ciclomotor; Motocicleta, Motoneta. (iv) Ônibus: Ônibus; Micro-ônibus. (v) Outros: Bicicleta; Caminhonete; Camioneta; Carro de mão; Carroça-charrete; Reboque; Semi-Reboque; Trator de rodas; Trator misto; Trem-bonde. Triciclo; Utilitário.

Há maior quantidade de mortos em acidentes nas rodovias federais das regiões Sul e Sudeste no grupo de veículos automóveis e, na região Nordeste nos grupos de veículos automóveis e moto (Figura 2).

**Figura 2:** Matriz de pontos quentes da quantidade de mortos em acidentes nas rodovias federais no 1º quadrimestre de 2018, por região do país e grupo de veículos

		Grupo de Veículos					Escala Nº de Mortos
		Automóvel	Caminhão	Moto	Ônibus	Outros	
Região	Sul	207	49	78	7	62	200
	Sudeste	172	78	74	28	64	150
	Norte	34	14	38	3	29	100
	Nordeste	166	75	224	9	86	50
	Centro-Oeste	88	27	51	12	35	0

**Fonte:** Autores (2018)

**Grupos de Veículos:** (i) Automóvel: automóvel. (ii) Caminhão: Caminhão; Caminhão-trator. (iii) Moto: Ciclomotor; Motocicleta, Motoneta. (iv) Ônibus: Ônibus; Micro-ônibus. (v) Outros: Bicicleta; Caminhonete; Camioneta; Carro de mão; Carroça-charrete; Reboque; Semi-Reboque; Trator de rodas; Trator misto; Trem-bonde. Triciclo; Utilitário.

**Figura 3:** Matriz de pontos quentes da quantidade de acidentes graves nas rodovias federais no 1º quadrimestre de 2018, por região do país e grupo de veículos

		Grupo de Veículos					Escala Nº de Acidentes Graves
		Automóvel	Caminhão	Moto	Ônibus	Outros	
Região	Sul	1079	532	757	51	418	1000
	Sudeste	949	587	688	79	347	750
	Norte	148	116	204	13	104	500
	Nordeste	773	450	932	81	414	250
	Centro Oeste	303	231	261	22	153	0

**Fonte:** Autores (2018)

**Grupos de Veículos:** (i) Automóvel: automóvel. (ii) Caminhão: Caminhão; Caminhão-trator. (iii) Moto: Ciclomotor; Motocicleta, Motoneta. (iv) Ônibus: Ônibus; Micro-ônibus. (v) Outros: Bicicleta; Caminhonete; Camioneta; Carro de mão; Carroça-charrete; Reboque; Semi-Reboque; Trator de rodas; Trator misto; Trem-bonde. Triciclo; Utilitário.

Na Figura 3 observa-se um número elevado de acidentes graves envolvendo motos na região Nordeste. Na Figura 4 vê-se que do total de acidentes (13.156) envolveram apenas dois veículos, os acidentes com um automóvel e uma moto foi o mais frequente.

**Figura 4:** Matriz de pontos quentes da quantidade de acidentes nas rodovias federais no 1º quadrimestre de 2018, por grupo de veículos envolvidos no mesmo acidente

		Veículo 01					Escala Nº de Acidentes
		Automóvel	Caminhão	Moto	Ônibus	Outros	
Veículo 2	Automóvel	2280	819	419	13	307	2000
	Caminhão	1755	684	155	100		1500
	Motos	2960	126	1032			1000
	Ônibus	283	715				500
	Outros	1508					0

**Fonte:** Autores (2018)

**Grupos de Veículos:** (i) Automóvel: automóvel. (ii) Caminhão: Caminhão; Caminhão-trator. (iii) Moto: Ciclomotor; Motocicleta, Motoneta. (iv) Ônibus: Ônibus; Micro-ônibus. (v) Outros: Bicicleta; Caminhonete; Camioneta; Carro de mão; Carroça-charrete; Reboque; Semi-Reboque; Trator de rodas; Trator misto; Trem-bonde. Triciclo; Utilitário.

Na Figura 5, nota-se que dos acidentes graves envolveram apenas dois veículos, os acidentes com um automóvel e uma moto foi o mais frequente.

**Figura 5:** Matriz de pontos quentes da quantidade de acidentes graves nas rodovias federais no 1º quadrimestre de 2018, grupo de veículos envolvidos no mesmo acidente

		Veículo 01					Escala Nº de Acidentes Graves
		Automóvel	Caminhão	Moto	Ônibus	Outros	
Veículo 2	Automóvel	236	177	374	26	83	800
	Caminhão	418	383	62	2		600
	Motos	893	29	138			400
	Ônibus	56	193				200
	Outros	275					0

**Fonte:** Autores (2018)

**Grupos de Veículos:** (i) Automóvel: automóvel. (ii) Caminhão: Caminhão; Caminhão-trator. (iii) Moto: Ciclomotor; Motocicleta, Motoneta. (iv) Ônibus: Ônibus; Micro-ônibus. (v) Outros: Bicicleta; Caminhonete; Camioneta; Carro de mão; Carroça-charrete; Reboque; Semi-Reboque; Trator de rodas; Trator misto; Trem-bonde. Triciclo; Utilitário.

Na Figura 6, observa-se que dos acidentes que envolveram apenas dois veículos, os acidentes com um automóvel e uma moto foi o mais frequente em todas regiões.

**Figura 6:** Matriz de pontos quentes da quantidade de acidentes nas rodovias federais no 1º quadrimestre de 2018, por região do país e grupo de veículos envolvidos no mesmo acidente

		Veículo 01					
		Automóvel	Caminhão	Moto	Ônibus	Outros	
Veículo 2	Automóvel	960					Sul
	Caminhão	645	214				
	Motos	1023	185	95			
	Ônibus	68	29	23	1		
	Outros	575	243	311	24	98	
		Automóvel	Caminhão	Motos	Ônibus	Outros	Sudeste
Veículo 2	Automóvel	625					
	Caminhão	535	238				
	Motos	748	165	97			
	Ônibus	111	45	42	7		
	Outros	380	180	230	29	63	
		Automóvel	Caminhão	Motos	Ônibus	Outros	Norte
Veículo 2	Automóvel	73					
	Caminhão	73	72				
	Motos	182	59	53			
	Ônibus	12	12	16	1		
	Outros	69	65	114	6	25	
		Automóvel	Caminhão	Motos	Ônibus	Outros	Nordeste
Veículo 2	Automóvel	442					
	Caminhão	322	133				
	Motos	730	189	132			
	Ônibus	73	28	30	4		
	Outros	345	134	300	34	78	
		Automóvel	Caminhão	Motos	Ônibus	Outros	Centro Oeste
Veículo 2	Automóvel	180					
	Caminhão	180	162				
	Motos	277	86	42			
	Ônibus	19	12	14			
	Outros	139	93	77	7	43	

Escala	
Nº de Acidentes	
1000	
750	
500	
250	
0	

**Fonte:** Autores (2018).

**Grupos de Veículos:** (i) Automóvel: automóvel. (ii) Caminhão: Caminhão; Caminhão-trator. (iii) Moto: Ciclomotor; Motocicleta, Motoneta. (iv) Ônibus: Ônibus; Micro-ônibus. (v) Outros: Bicicleta; Caminhonete; Camioneta; Carro de mão; Carroça-charrete; Reboque; Semi-Reboque; Trator de rodas; Trator misto; Trem-bonde. Triciclo; Utilitário.

Na Figura 7, tem-se que dos acidentes graves que envolveram apenas dois veículos, os acidentes com um automóvel e uma moto foi o mais frequente em todas regiões.

**Figura 7:** Matriz de pontos quentes da quantidade de acidentes graves nas rodovias federais no 1º quadrimestre de 2018, por região do país e grupo de veículos envolvidos no mesmo acidente

		Veículo 01					
		Automóvel	Caminhão	Moto	Ônibus	Outros	
Veículo 2	Automóvel	136					Sul
	Caminhão	151	37				
	Motos	267	101	33			
	Ônibus	15	4	10	1		
	Outros	88	61	98	6	25	
		Automóvel	Caminhão	Motos	Ônibus	Outros	Sudeste
Veículo 2	Automóvel	102					
	Caminhão	126	64				
	Motos	199	80	30			
	Ônibus	24	11	15	1		
	Outros	62	52	81	10	15	
		Automóvel	Caminhão	Motos	Ônibus	Outros	Norte
Veículo 2	Automóvel	7					
	Caminhão	21	10				
	Motos	54	36	10			
	Ônibus	1	2	5			
	Outros	18	13	28	2	6	
		Automóvel	Caminhão	Motos	Ônibus	Outros	Nordeste
Veículo 2	Automóvel	55					
	Caminhão	78	33				
	Motos	278	36	55			
	Ônibus	11	2	25			
	Outros	78	13	133	7	26	
		Automóvel	Caminhão	Motos	Ônibus	Outros	Centro Oeste
Veículo 2	Automóvel	26					
	Caminhão	42	33				
	Motos	65	4	10			
	Ônibus	5	44	7			
	Outros	20	33	34	1	11	

**Escala  
Nº de Acidentes  
Graves**

200
150
100
50
0

**Fonte:** Autores (2018).

**Grupos de Veículos:** (i) Automóvel: automóvel. (ii) Caminhão: Caminhão; Caminhão-trator. (iii) Moto: Ciclomotor; Motocicleta, Motoneta. (iv) Ônibus: Ônibus; Micro-ônibus. (v) Outros: Bicicleta; Caminhonete; Camioneta; Carro de mão; Carroça-charrete; Reboque; Semi-Reboque; Trator de rodas; Trator misto; Trem-bonde. Triciclo; Utilitário.

### Fatores externos

Nesta parte analisar-se-á os fatores externos que podem causar impactos nas curvas de mortalidade nas rodovias federais. Nas Tabelas 1 e 2 e Figuras

1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 observa-se que 44% dos mortos estiveram em acidentes com envolvimento de caminhões. Essa relação foi estável ao longo dos anos, possuindo pouca variação inclusive quando categorizada por região da ocorrência. A partir dessa relação, pode-se inferir que mudanças no fluxo de veículos pesados tem alguma influência nas curvas de mortalidade.

**Tabela 3:** Quantidade proporcional de mortos e acidentes graves, nas rodovias federais no 1º quadrimestre de 2007 a 2018, por ano

Ano	Proporção de mortos	Proporção de acidentes graves
2007	4,270745	3,101930
2008	4,427173	3,126549
2009	4,231031	3,985602
2010	4,231706	3,030171
2011	4,450081	3,987330
2012	4,243334	3,894837
2013	5,324709	3,932715
2014	4,286818	3,981433
2015	4,092630	3,751072
2016	4,113786	3,739657
2017	5,336056	3,848863
2018	4,426901	3,979434

**Fonte:** PRF SIGER (2018).

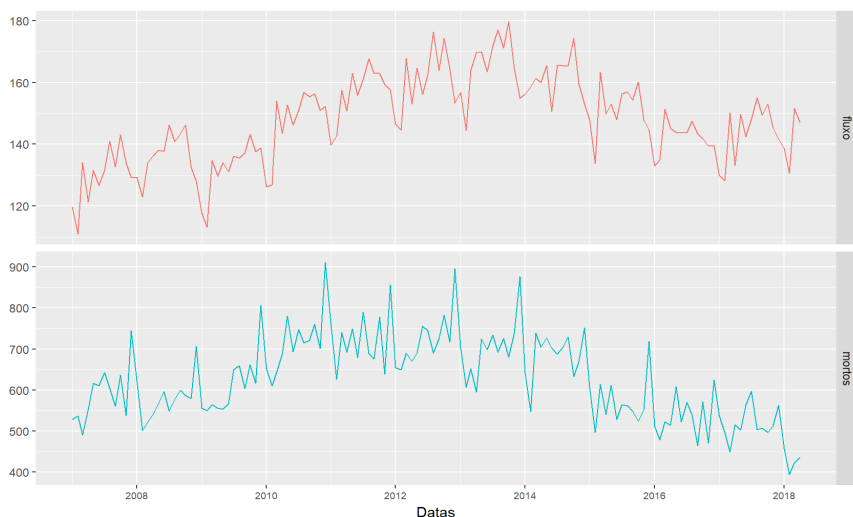
Na Figura 8 observa-se o comportamento da curva mensal de mortalidade e fluxo de veículos pesados nas rodovias concessionadas. Estes dados foram extraídos do site da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias

**Tabela 4:** Quantidade proporcional de mortos e acidentes graves, nas rodovias federais no 1º quadrimestre de 2007 a 2018, por ano e região do país

Ano	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2007	4,498747	3,901465	4,054054	4,549490	4,347826
2008	4,694118	3,946396	4,257642	4,786096	4,496753
2009	4,492754	3,838565	3,846154	4,503282	4,353333
2010	4,984802	3,720249	3,597679	4,749808	4,027933
2011	4,938737	3,909091	3,612565	4,838960	4,662644
2012	4,682081	3,765498	4,106814	4,619883	4,272678
2013	5,121043	3,782626	4,147727	4,621815	4,257880
2014	4,911937	3,719231	4,079208	4,790026	4,217463
2015	4,481982	3,557225	3,877119	4,519711	4,230236
2016	4,787097	3,344710	4,395833	4,683313	4,103448
2017	5,074224	3,786070	3,681818	4,727055	4,476534
2018	4,272300	3,785714	4,152542	5,360577	4,516129

Fonte: PRF SIGER (2018).

**Figura 8:** Curva mensal de mortalidade e fluxo de veículos pesados nas rodovias concessionadas, Brasil, 2018

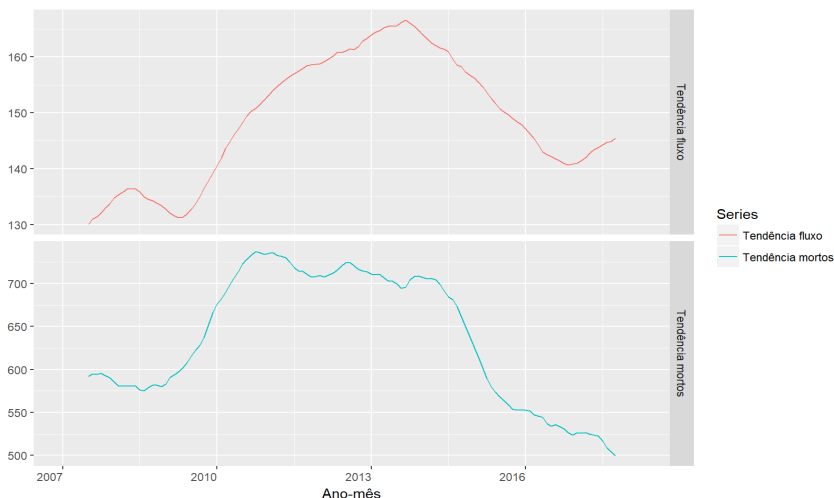


Fonte: ABCR (2018).



As curvas da Figura 8 possuem muitos ruídos. Desta forma, foram decompostas as séries em tendência, sazonalidade e ruído, e plotadas essas tendências na Figura 9. Observa-se um comportamento parecido entre as duas curvas, especialmente após outubro de 2013, em que a curva de mortalidade acompanhou a queda do fluxo de veículos pesados. A correlação entre as duas variáveis foi igual a 0.67, indicando que há uma relação linear entre elas.

**Figura 9:** Curva de tendência mensal de mortalidade e fluxo de veículos pesados nas rodovias concessionadas, Brasil, 2018



**Fonte:** ABCR (2018).

**Tabela 5:** Correlação de tendência fluxo e tendência mortos, Brasil das rodovias concessionadas, Brasil, 2018

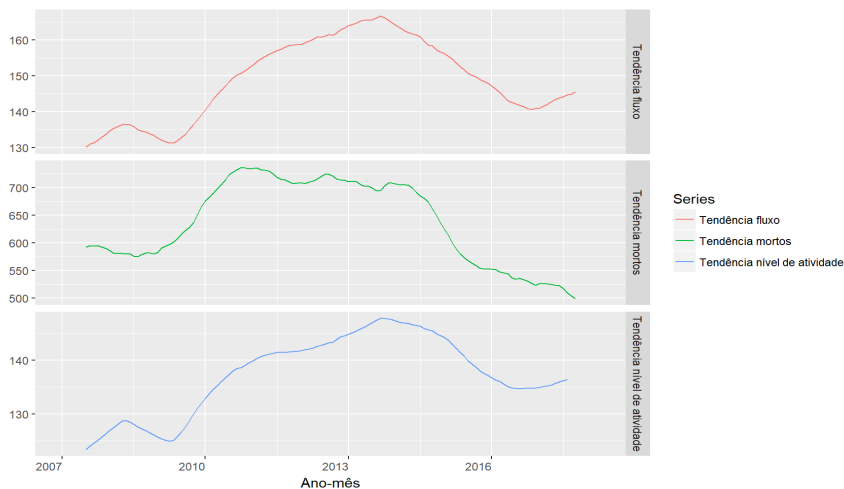
Tendências	Tendência fluxo	Tendência mortos
Tendência fluxo	1,00	0,67
Tendência mortos	0,67	1,00

**Fonte:** ABCR 2018.

Na Figura 10 foi adicionada a série do índice de Atividade Econômica do Banco Central - IBC-Br. Na Figura 10 e na matriz de correlações (Tabela 6) verificou-se que as séries de fluxo de veículos pesados e o IBC-BR são fortemente

correlacionadas. Inferiu-se, portanto, que com a melhora na atividade econômica tem-se uma grande probabilidade de inflexão na curva de mortalidade. Essa conclusão é baseada nos dados passados e prevista mantendo tudo constante. Políticas públicas e otimização na fiscalização podem mudar o cenário.

**Figura 10:** Curva de tendência mensal de mortalidade, fluxo de veículos pesados e atividade econômica nas rodovias concessionadas, Brasil, 2018



**Fonte:** ABCR (2018).

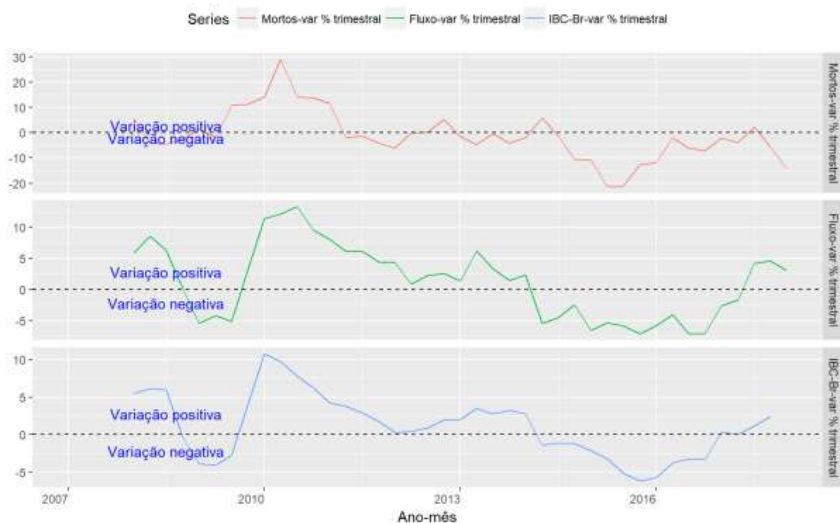
**Tabela 6:** Correlação da tendência fluxo, tendência mortos, tendência nível de atividade, Brasil das rodovias concessionadas, Brasil, 2018

Tendências	Tendência fluxo	Tendência mortos	Tendência nível de atividade de atividade
Tendência fluxo	1,00	0,68	0,98
Tendência mortos	0,68	1,00	0,58
Tendência nível de atividade	0,98	0,58	1,00

**Fonte:** ABCR 2018.

Para a construção da próxima figura agruparam-se os dados mensais em trimestres, em que cada ponto corresponde à média dos valores observados em cada um dos trimestres.

**Figura 11:** Curva variação percentual trimestral da tendência fluxo, tendência mortos, tendência nível de atividade, Brasil, das rodovias concessionadas, Brasil, 2018



Fonte: ABCR (2018).

Considerou-se a variação percentual trimestral distante 12 meses, ou seja, o primeiro trimestre de um ano com o primeiro trimestre do ano anterior. Na curva de mortalidade ainda se tem uma variação negativa, mas a magnitude da diminuição está cada vez menor, acompanhando a curva do IBC-Br.

### Considerações Finais

A partir dos dados da pesquisa é possível concluir que o efetivo sentido de cidadania, que deve ser dado às relações que se configuram a partir da utilização consciente do trânsito, está perdido em meio a uma crise moral de sentidos, especialmente em relação à obediência às leis de trânsito, o que acaba por transformar as rodovias brasileiras em um cenário de perdas iminentes de vida, devendo-se ressaltar o fato de que todo o acidente de trânsito é previsível e evitável. Além disso, constatou-se que os acidentes de trânsito graves foram potencializados por fatores específicos, os quais foram identificados e passam a ser instrumento de prevenção à ocorrência de novos acidentes desta natureza nas rodovias.

## Referências

AGUILERA, S. L. V. U.; MOYSÉS, S. T.; MOYSÉS, S. J. Intervenções de segurança viária e seus efeitos nas lesões causadas pelo trânsito: uma revisão sistemática. **Revista Panam Salud Publica**, v. 36, n. 4, 2014.

ABCR . Associação Brasileira De Concessionárias De Rodovias. - **Índice ABCR**. Disponível em: <<http://www.abcr.org.br/Conteudo/Secao/22/indice+abcr.aspx>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BACCHIERI, G.; BARROS, A. J. D. Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: muitas mudanças e poucos efeitos. **Rev. Saúde Pública**. v. 45, n. 5, p. 949-963, 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei Nº 9.503 de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro, 1997.

FARIA, E. O.; BRAGA, M. G. C. Propostas para minimizar os riscos de acidentes de trânsito envolvendo crianças e adolescentes. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 4, n. 1, p. 95-107, 2015.

MARIN, L.; QUEIROZ, M. S. **A atualidade dos acidentes de trânsito na era da velocidade**: uma visão geral. Petrópolis: Vozes, 2012.

REIS, E. A; REIS, I. A. **Análise descritiva de dados**: síntese numérica. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SALAMONI, G. F. **O crescimento urbano por extensão e suas repercussões em estruturas urbanas**: estudo de caso: Santa Maria – RS. 2008.

SCALASSARA, M. B.; SOUZA, R. K. T.; SOARES, D. F. P. P. Características da mortalidade por acidentes de trânsito em localidade da região Sul do Brasil. **Rev. Saúde Pública**, v. 32, n. 2, p. 125-132, 2014.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade**: análise das políticas públicas, São Paulo, Editora Unidas, 2014.

# Vitimização de andarilhos de estrada em atropelamentos nas rodovias federais da região dos Campos Gerais, no Paraná: análise estatística do ano de 2017 e do primeiro semestre de 2018

*Elton José Scremin  
Miguel Archanjo de Freitas Junior*

## RESUMO

**Importância:** Andarilhos de estrada são pessoas que vivem às margens da rodovia e da sociedade. São invisíveis aos olhos do Estado e sem perspectiva alguma de inclusão em políticas públicas específicas. Inúmeras são as razões que os levam a buscar uma vida itinerante e sem referencial familiar. Sua vulnerabilidade não é somente quanto ao risco social, pois existe o risco de atropelamento nas rodovias em que caminham. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é identificar a vitimização de andarilhos nos atropelamentos ocorridos nas rodovias federais da região dos Campos Gerais, no estado do Paraná, entre janeiro de 2017 e junho de 2018. **Metodologia:** Foram analisados 90 acidentes que ocorreram nos 735,3 quilômetros de rodovias federais sob responsabilidade da Delegacia PRF de Ponta Grossa-PR. **Resultados:** Desta análise, percebe-se que tanto a gravidade como a letalidade das ocorrências é maior no grupo em questão e que a caminhada às margens da rodovia, no período noturno e afastado dos perímetros urbanos das cidades potencializa esse risco. **Conclusão:** Andarilhos com idade superior a 50 anos são as vítimas mais frequentes em atropelamentos. **Palavras-chave:** Acidentes de Trânsito; Andarilhos; Atropelamentos.

## Introdução

O Brasil, uma das maiores economias do mundo, é um grande produtor agrícola e de proteína animal, possui vários polos industriais e comerciais e todos os bens produzidos necessitam ser transportados da origem ao destino. Há muito tempo nosso país escolheu o modal rodoviário como principal meio de transporte de mercadorias e pessoas, entretanto, a infraestrutura das rodovias não recebe a atenção necessária. Segundo dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT, 2017) somente 12,3% das estradas brasileiras são asfaltadas.

Nesse contexto, estradas e rodovias são os principais caminhos consolidados, por onde transitam, além dos veículos automotores, veículos de tração animal, ciclistas e pedestres. Estes são a parte mais frágil do sistema de trânsito e com diversas garantias consagradas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Embora garantidos pela letra da Lei (BRASIL, 1997), os pedestres sempre estão expostos e desprotegidos por onde andam. A indústria automobilística preocupa-se com a segurança dos ocupantes dos veículos produzidos, mas nada é investido para proporcionar segurança ao pedestre. As concessionárias de rodovias, bem como as prefeituras municipais direcionam esforços para proporcionar mais segurança ao pedestre, entretanto, demandam altos investimentos que são justificados somente nas vias onde há grande movimentação de pessoas.

Os andarilhos das rodovias perambulam sob o risco frequente de acidente de trânsito, que aumenta na mesma proporção que a indústria automobilística oferece inovações tecnológicas nos veículos, proporcionando mais potência, estabilidade e capacidade de transporte de carga. Assim, os andarilhos de estrada caminham num ambiente insalubre e expostos aos riscos inerentes do trânsito rodoviário.

O objetivo deste trabalho é realizar análise estatística referente à vitimização de andarilhos nas rodovias federais da região dos Campos Gerais<sup>1</sup>, no estado do Paraná, no ano de 2017 e no primeiro semestre de 2018.

## Revisão Bibliográfica

### *Andanças*

Existem pessoas que por diversos motivos acabam se deslocando a pé entre as cidades na tentativa de conseguir sanar suas necessidades básicas. Muitas vezes, esses deslocamentos de tão longos que são, aliados a seguidas negativas recebidas nos mais diversos espectros do cotidiano, acabam por se tornar o hábito de vida e a razão de ser de algumas pessoas, como que entendessem que perambular por estradas e rodovias pudesse ter sentido no próprio fato de caminhar sem destino certo.

As pessoas que se enquadram nesse perfil são chamadas de “andarilhos de estrada” ou simplesmente “andarilhos”, que, por vezes, cruzam regiões do país,

---

<sup>1</sup> Sub-região econômica do estado do Paraná que congrega vinte municípios e tem como cidade polo o município de Ponta Grossa-PR.

indo e vindo sem destino certo e sem hodômetro que contabilize a quantidade de quilômetros percorridos e desilusões sofridas no caminho e fora dele.

França (2007) afirma que os andarilhos se autodenominam de “Trecheiros”, reconhecendo-se e sendo reconhecidos, fundamentalmente, por habitarem esse espaço de trânsito. Como grupo social, inexistem nos censos realizados pelo IBGE, tornando-os invisíveis aos olhos do Estado e sem perspectiva alguma de adoção de políticas públicas específicas.

O combustível para iniciar essa caminhada ao léu e sem data prevista para término, por vezes são as desilusões da vida, seja por fatores socioeconômicos ou socioafetivos (JUSTO, 2005). Em geral, é um conjunto de motivos que leva a pessoa à condição de andarilho, tais como: perdas inesperadas de entes queridos, desagregação familiar principalmente em relação a pais e cônjuges, desilusão amorosa, desemprego e uso de álcool ou drogas, dentre outros. Entretanto, pessoas portadoras de transtornos mentais também são encontradas caminhando pelos acostamentos das rodovias. O fato de os andarilhos passarem praticamente despercebidos pela sociedade, por onde quer que andem, favorece àqueles que fogem de responsabilização criminal. Portanto, fugitivos do sistema prisional optam por se tornarem trecheiros e, assim, perambularem sem serem identificados pelos órgãos responsáveis pelo seu reencarceramento.

Isolados do convívio social por escolha própria ou pelo abandono dos seus familiares, os andarilhos têm sido abandonados também pelo Estado, pois essa população é completamente desassistida pelas políticas públicas, principalmente na área da saúde e da assistência social. Como não se fixam a um território, encontram enorme dificuldade para acessar um tratamento médico, pois o atendimento da atenção primária do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade do município e via de regra destinado aos munícipes. Assim, o modo de vida nômade adotado pelos trecheiros compromete sua própria saúde quando necessitam de intervenção profissional especializada na área médica, seja ela preventiva ou curativa.

Na última década houve grande empenho do poder público para retirar parte da população da extrema pobreza. Entretanto, os andarilhos não são atingidos pelos programas de transferência direta de renda, pois estes são destinados às famílias, em estado de pobreza ou extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com seus dados atualizados há menos de dois anos. A falta dos documentos necessários para acesso aos programas também é um empecilho enfrentado

pelos andarilhos, pois muitas vezes estes andantes sequer portam carteira de identidade, sendo este somente um dos documentos constantes da lista para cadastro em programas como o Bolsa Família (BRASIL, 2015). A característica marcante do nomadismo é não pertencer a um território, seja por escolha própria ou por fatores extrínsecos, os andarilhos caminham à margem da rodovia e continuam à margem da sociedade.

Büll (2011) e Espósito (2017) expõem sobre a idade dos andarilhos e também sobre o tempo que estão no trecho. Existem relatos sobre trecheiros de várias faixas etárias, mas poucos são idosos, pois o estilo de vida que escolheram para si impõe muitas restrições de ingestão alimentos, sono, higiene e cuidados com a saúde em geral. Outrossim, embora a caminhada seja uma atividade física indicada em todas as idades, o ambiente em que perambulam é insalubre e a desnutrição é latente, pois as refeições, geralmente, provêm de doações de terceiros. Ou seja, ao longo dos anos a caminhada acaba debilitando o andarilho.

No cotidiano do trabalho policial percebemos que é um hábito comum dos trecheiros o consumo de bebidas alcoólicas bem como de substâncias psicoativas. Peres (2001) relata em poucas linhas não somente a questão do alcoolismo, mas algumas características psicológicas e sociais dos andarilhos:

[...] Assim sendo, os andarilhos formam um subgrupo que possui certas peculiaridades: são altamente migratórios, utilizam bebidas alcoólicas diariamente e em grandes doses, adotam como meio de subsistência basicamente a mendicância e/ou eventuais trabalhos temporários e parecem ter-se conformado com a vida na rua, devido principalmente à falta de perspectivas. A maioria dos “trecheiros” caminha desacompanhada, desconfia das pessoas que procuram uma aproximação e busca o “outro” apenas em situações de necessidade extrema. Tais características parecem estar intimamente vinculadas com a deserção social, que se desdobra em estreitamento da socialidade e restrição dos relacionamentos pessoais [...] (PERES, 2001, p. 67).

A vulnerabilidade a que estão expostos não é somente social, o fato dos andarilhos buscarem o isolamento, preferindo os deslocamentos solitários à margem das rodovias, apresentando sequelas físicas, aliado ao consumo de bebidas



alcoólicas, além dos próprios motivos que os levaram a adotar esse modo de vida nômade, contribuem sobremaneira para que sejam vítimas de atropelamentos.

Os fatores ambientais e meteorológicos podem potencializar o risco de acidentes, pois a baixa condição de visibilidade seja pelo anoitecer, ou pela ocorrência de nevoeiro ou neblina, fragiliza ainda mais esses andantes. Chuva também é um fator a ser considerado, pois além de restringir a visibilidade, torna o piso mais escorregadio, aumentando a probabilidade de acidentes.

### *As rodovias*

A região dos Campos Gerais, no estado do Paraná, tem como principal polo a cidade de Ponta Grossa-PR. Trata-se de uma região onde predominam os campos como vegetação, pois a estrutura geológica da região e a natureza das rochas são responsáveis pelos solos rasos e arenosos, que favorecem a vegetação de campos.

A cidade de Ponta Grossa-PR é sede da 3ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal, responsável pelo policiamento e monitoramento do trânsito rodoviário, inclusive o atendimento de acidentes nos 735,3 quilômetros de rodovias federais sob sua responsabilidade. O trecho abrange quatro rodovias: a BR-153, a BR-277, a BR-373 e a BR-376; e compreende dezessete municípios, quinze deles na região dos Campos Gerais, congregando um contingente populacional estimado de 889.706 habitantes (IBGE, 2018).

A circunscrição da Delegacia PRF de Ponta Grossa-PR está localizada num dos principais entroncamentos rodoviários da Região Sul, recebendo o fluxo de veículos oriundos do interior do estado de São Paulo, das regiões de Londrina-PR, Maringá-PR, Foz do Iguaçu-PR, além do estado do Mato Grosso do Sul e dos países do Mercosul. Trânsito este que se destina à capital do estado, ao Porto de Paranaguá-PR, ou ainda aos demais estados da Região Sul. O trânsito de veículos pesados, destinados ao transporte de cargas é notável na região, tendo em vista, principalmente, a proximidade com o Porto de Paranaguá e a vocação agrícola paranaense, além da ampla capacidade instalada para armazenagem e moagem de grãos e prensagem de soja na cidade de Ponta Grossa-PR.

### **Materiais e métodos**

Inicialmente foi realizada a revisão bibliográfica na literatura, buscando livros, artigos e textos que fornecessem informações sobre o

tema. Em seguida foi realizado um levantamento estatístico utilizando o Sistema de Informações Gerenciais da PRF (SIGER), identificando todos os acidentes de trânsito do tipo Atropelamento de Pedestre que ocorreram nos 735,3 km da circunscrição da Delegacia PRF de Ponta Grossa-PR, no período compreendido entre o dia 1º de janeiro de 2017 e o dia 30 de junho de 2018. Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa.

Após o levantamento estatístico foi realizada uma análise pormenorizada de cada acidente, a fim de determinar quantos andarilhos foram vítimas de atropelamento. Para delimitar quais vítimas de atropelamento seriam enquadrados como andarilhos, considerou-se as pessoas que se autodeclararam nessa condição, após o acidente, bem como as pessoas que estavam descritas no Boletim de Acidente de Trânsito da PRF como sendo andarilhos. Entretanto, como não existe campo específico ou obrigatoriedade de relatar a condição social da pessoa atropelada, foi considerado também o relato verbal dos policiais que atenderam aos acidentes e identificaram a vítima como andarilho, mesmo não tendo consignado tal informação no Boletim de Acidente de Trânsito. Foram consideradas ainda as vítimas que permaneceram sem identificação junto aos Institutos Médicos Legais e as pessoas que, mesmo identificadas, residiam há, pelo menos, trinta e quatro quilômetros do local do acidente, distância de caminhada média diária relatada por trecheiros, segundo França (2007).

Quanto à classificação das lesões, foi utilizado o prescrito no Manual de Procedimento Operacional da PRF (MPO-015): Atendimento de Acidentes de Trânsito, versão 04:

[...] 44. LESÕES LEVES: lesão em pessoa que, por consequência do acidente, apresenta ao menos um sinal ou sintoma da lista a seguir:

- a) queixa de dores em geral, relacionadas à dinâmica do acidente;
- b) pequenos cortes, contusões e escoriações (inclusive as provocadas por cinto de segurança);
- c) queimaduras de 1º grau. (até 10% da superfície corporal);
- d) fratura dos dentes;
- e) pequenas hemorragias externas;
- f) pequenas entorses;

g) luxações e/ou fraturas fechadas e/ou abertas dos dedos.

45. LESÕES GRAVES: lesão em pessoa que, por consequência do acidente, não foi classificada como leve ou não tenha como resultado o óbito.

46. MORTO: pessoa em óbito no local (com sinais evidentes de morte ou com a condição de morto constatada por profissional legalmente habilitado) em consequência de acidente de trânsito.

47. A vítima que venha a morrer, após remoção do sítio do acidente, será classificada de acordo com as lesões apresentadas antes do transporte [...] (BRASIL, 2018).

Já para definição do acidente do tipo Atropelamento de Pedestre, consta no MPO-015 de que se trata de impacto entre veículo em movimento e uma ou mais pessoas (BRASIL, 2018).

## Resultados e discussão

Conforme levantamento estatístico foi constatado que ocorreram 90 acidentes do tipo atropelamento de pedestre, os quais vitimaram 104 pessoas na circunscrição da Delegacia PRF de Ponta Grossa-PR. Com auxílio do sistema SIGER foi possível realizar uma análise estatística referente a vários fatores envolvidos nas ocorrências deste tipo de acidente.

**Tabela 1:** Quantidade de Atropelamentos de Pedestres considerando a quantidade total, a condição de “não andarilho”, andarilho e respectiva taxa de mortalidade no local do acidente

	Quantidade de acidentes	Quantidade de Vítimas	Lesões leves	Lesões graves	Óbitos	Taxa de mortalidade
Não andarilhos	71	85	33	27	25	29,41%
Andarilhos	19	19	1	6	12	63,15%
<b>Total</b>	<b>90</b>	<b>104</b>	<b>34</b>	<b>33</b>	<b>37</b>	<b>35,57%</b>

Fonte: PRF/SIGER 25/07/2018.

A Tabela 1 mostra a quantidade total de acidentes e o estado das vítimas, considerando também a condição de vitimização dividida em grupo de andarilhos e de não andarilhos. Cada atropelamento de trecheiro

vitimou somente uma pessoa, denotando a solidão como uma característica marcante durante a caminhada na rodovia.

Da análise da Tabela 1 verifica-se ainda que a quantidade de óbitos diminui drasticamente quando os dados computados excluem os andarilhos. Entretanto, o quantitativo de lesões leves e graves não tem alteração considerável. A Taxa de Mortalidade é o percentual das vítimas que foram a óbito no local do acidente em relação ao total de atropelamentos de cada grupo. Portanto, os acidentes que acometem andarilhos apresentam letalidade bem maior que os atropelamentos em que as vítimas não eram trecheiros.

**Tabela 2:** Faixa etária dos andarilhos vítimas de atropelamento de pedestre

0 – 19 anos	20 – 29 anos	30 – 39 anos	40 – 49 anos	50 – 59 anos	> 59 anos	Não informado
0	3	4	2	9	0	1

Fonte: PRF/SIGER 25/07/2018.

Quanto à faixa etária dos andarilhos, observa-se uma forte tendência de vitimização na faixa etária entre 50 e 59 anos, pois o envelhecimento e as sequelas físicas provocadas pelo modo de vida nômade podem ter concorrido para o acontecimento dos atropelamentos. Verifica-se ainda que idosos não foram vítimas de acidente, fato que pode indicar que a expectativa de vida do andarilho é menor em relação ao restante da população.

**Tabela 3:** Período do dia e local da ocorrência dos acidentes

	Local do acidente		Período do dia	
	Urbano	Rural	Diurno	Noturno
Quantidade de Acidentes	18	1	10	9

Fonte: PRF/SIGER 25/07/2018.

Conforme a Tabela 3, podemos inferir que o período de restrição de visibilidade provocado pela escuridão da noite é onde a caminhada à margem da rodovia se torna mais arriscada. Quanto aos locais das ocorrências, embora os centros urbanos congreguem mais pessoas andando pelas rodovias, é na área rural onde a velocidade permitida para os veículos automotores é mais elevada que ocorre a maioria dos atropelamentos de andarilhos.

**Tabela 4:** Traçado e estrutura da rodovia no local do acidente

	Traçado da Via		Estrutura da Via	
	Reta	Curva	Curva	Pista Dupla
Acidentes	18	1	10	9

**Fonte:** PRF/SIGER 25/07/2018.

É nas retas que ocorre a maior quantidade de acidentes de atropelamento de andarilhos, embora nesses trechos haja maior visibilidade. Em trechos de reta os veículos imprimem maior velocidade, potencializando o risco de acidente caso haja qualquer ato imprudente, tanto do condutor como do pedestre.

**Tabela 5:** Classificação do veículo que atingiu o andarilho

Veículo leve	Veículo pesados
8	11

**Fonte:** PRF/SIGER 25/07/2018.

A Tabela 5 informa que há uma prevalência dos veículos pesados na vitimização dos andarilhos, pois somente 42% destes foram atropelados por veículos leves.

**Tabela 6:** Classificação da vítima quanto ao gênero

Homem	Mulher
18	1

**Fonte:** PRF/SIGER 25/07/2018.

A imensa maioria das vítimas atropeladas eram homens, conforme dados da Tabela 6. Denota-se, assim, uma constatação do cotidiano, de que o modo de vida nômade é mais adotado por indivíduos do sexo masculino.

Portanto, dos dados extraídos do SIGER pode-se perceber que nos 90 acidentes do tipo atropelamento de pedestre ocorridos nas rodovias sob circunscrição da Delegacia PRF de Ponta Grossa-PR houve 104 vítimas e, destas, 18,26% eram andarilhos. Da análise dos 19 acidentes que vitimaram andarilhos, percebe-se que a Taxa de Mortalidade para esses atropelamentos é de 63,15%, extremamente alta quando comparada com os acidentes que não envolveram trecheiros, que é de 29,45%. O período noturno congrega 78,94% dos acidentes

envolvendo andarilhos e 68,42% é o percentual de acidentes que ocorreu fora dos perímetros urbanos nas cidades. Constatou-se que nos atropelamentos envolvendo andarilhos: 94,73% foi em trechos de reta das rodovias; 52,63% em rodovias de pista simples; somente 5,26% ocorreram sob a condição adversa de chuva; e 58,00% dos andarilhos foram atingidos por veículos de grande porte. As vítimas eram predominantemente do sexo masculino (94,73%) e quase a metade delas (47,90%) tinha entre 50 e 59 anos de idade.

A condição de caminhar às margens da rodovia torna os andarilhos um grupo de risco em relação à vitimização nos acidentes de trânsito do tipo atropelamento de pedestre, pois verifica-se que quase um quinto do total dessas ocorrências envolveu andarilhos. Percebe-se ainda que tanto a gravidade como a letalidade das ocorrências é maior no grupo em questão, pois a caminhada às margens da rodovia no período noturno e afastado dos perímetros urbanos das cidades potencializa esse risco. As complicações e as sequelas deixadas pelas andanças e o avanço da idade faz com que os andarilhos com mais de 50 anos se tornem vítimas mais frequentes em atropelamentos.

### **Considerações finais**

A diferença percentual da Taxa de Mortalidade entre o grupo de andarilhos e de não andarilhos é enorme, demonstrando que os trecheiros estão mais suscetíveis a sofrerem acidentes graves. O tempo de exposição que os andarilhos permanecem sob os riscos inerentes ao trânsito rodoviário pode ser determinante para que se tornem um grupo de risco no tocante aos atropelamentos nas rodovias.

A falta de fixação e pertencimento a um território impossibilita um atendimento digno, seja na área da saúde ou da assistência social. A falta de documentação pessoal, aliada a outros fatores dificulta o acesso aos programas sociais.

Verifica-se a necessidade de implementação de medidas no sistema de confecção de acidentes de trânsito da PRF, de forma a inserir um campo onde se possa especificar a vítima que apresente características de andarilho, para facilitar a coleta de dados e os levantamentos realizados no Sistema de Informações Gerenciais da PRF (SIGER/PRF), pois esses dados podem subsidiar estudos para implementação de políticas públicas para pessoas em situação de rua que transitam com frequência nas estradas e rodovias federais.

Com base na análise apresentada, entidades públicas e a sociedade civil organizada podem suscitar a atuação dos órgãos responsáveis pela infraestrutura das rodovias, tanto na esfera pública como nas rodovias concessionadas; solicitando a execução das medidas necessárias nas vias de trânsito, de forma a criar alternativas para que os pedestres não sejam compelidos a utilizar o mesmo espaço de trânsito destinado aos veículos automotores.

Outrossim, todo acidente de trânsito ocorrido em rodovia federal tem uma estimativa de custo para a sociedade. A média desse valor é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), entretanto, no caso do acidente com óbito o valor estimado é de R\$ 646.000,00 (seiscentos e quarenta e seis mil reais), segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA (BRASIL, 2015). Assim, todo esforço institucional e governamental para reduzir tanto a quantidade como a gravidade e a letalidade dos acidentes de trânsito se traduz numa economia de recursos financeiros, considerando os gastos com SUS e Previdência Social, dentre outros.

O presente estudo buscou realizar uma análise estatística referente à vitimização de andarilhos nas rodovias federais numa sub região do estado do Paraná, no ano de 2017 e no primeiro semestre de 2018. Da análise desses dados, verificou-se alguns fatores que favorecem a vitimização de trecheiros.

Deve-se buscar a ampliação do presente estudo, bem como a realização de levantamentos estatísticos em outras regiões do Brasil.

## Referências

ARAÚJO, C. L. O.; SILVA, M. S.; JEREMIAS, S. S.; SANTOS, V. L. Para um perfil do idoso-andarilho. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 14, jun., p. 175-185, 2011.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**. Brasília, 1997.

BRASIL. Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html>>. Acesso em 30 jul. 2018.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Acidentes de trânsito nas rodovias federais brasileiras**: caracterização, tendências e custos para a sociedade. Relatório de pesquisa. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **MPO-015 Atendimento de Acidente de Trânsito**. Instituído pela Portaria Normativa Nº 173, de 11 de janeiro de 2018. Publicado no Boletim de Serviço Eletrônico em 11 de janeiro de 2018. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **Sistema de Informações Gerenciais – SIGER**. Disponível em <<https://www.prf.gov.br/siger2/servlet/mstrWeb>>, acesso em: 25 jul. 2018.

BÜLL, S.; BERNARDO, M. H. Aproximações e distanciamentos: novos e velhos trecheiros. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 14, p. 311-324, São Paulo, 2011.

ESPÓSITO, A. **Vidas no trecho**: as interações dos trecheiros com os ambientes pelos quais transitam. Dissertação de Mestrado. Assis, 2017.

FRANÇA, A. A. **Trechos de vidas errantes no tempo e no espaço do movimento**: estudo com andarilhos de estrada. p. 113. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto, 2007.

JUSTO, J. S.; NASCIMENTO, E. C. Errância e delírio em andarilhos de estrada. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 18, p. 177-187, 2005.

NASCIMENTO, E. C.; JUSTO, J. S.; FRANÇA, S. A. M. Errância e normalização social: um estudo sobre andarilhos de estrada. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 4, p. 641-648, out./dez., 2009.

NASCIMENTO, E. C.; JUSTO, J. S. Assistência Social e práticas institucionais no atendimento a andarilhos de estrada. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 31, p. 573-582, out./dez., 2014.

NASCIMENTO, E. C.; JUSTO, J. S. Vidas errantes e alcoolismo, uma questão social. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 13, p. 529-538, 2000.

PERES, R. S. Andarilhos de estrada: estudo das motivações e da vivência das injunções características da errância: **Psico – USF**, Campinas, v. 6, p. 67-75, 2001.

PESQUISA CNT DE RODOVIAS 2017. Disponível em: <[http://pesquisarodoviascms.cnt.org.br/Relatorio%20Geral/Pesquisa%20CNT%20\(2017\)%20-%20ALTA.pdf](http://pesquisarodoviascms.cnt.org.br/Relatorio%20Geral/Pesquisa%20CNT%20(2017)%20-%20ALTA.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2018.



# Indisciplina escolar e a relação com a morbimortalidade por causas externas

*Alexandro dos Anjos da Penha*

## RESUMO

**Importância:** A morte por causas externas, quer seja pelo índice de homicídios quer seja pela violência no trânsito, estão coletando índices assustadores a cada ano, de acordo com o Sistema Único de Saúde (SUS), Atlas da Violência, Mapeamento de Mortes no Trânsito (MMT) e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), onerando os cofres públicos, por meio de internações e benefícios previdenciários, bem como diminuindo a cadeia produtiva, uma vez que estão aptos a estarem no mercado de trabalho. **Objetivo:** Diante disto, este trabalho tem como objetivo verificar a relação entre o baixo índice de escolaridade, proporcionado pela indisciplina nas escolas, com os índices estatísticos de morbimortalidade por causas externas, emitidos pelos órgãos de saúde, violência e trânsito em nível nacional a partir de 2010. **Metodologia:** Para isto, utilizou-se a análise exploratória com o objetivo de mostrar o perfil escolar dos envolvidos em mortes por causas externas, e como a escola está contribuindo para aumentar esta estatística frente à falta de enfrentamento com a indisciplina, fator que contribui com o fracasso escolar. Para confirmar essa hipótese foi escolhida uma escola de Itabatá, distrito de Mucuri-BA, juntamente com os trabalhos teóricos publicados a respeito desta temática. **Resultados:** Logo se destacou a sistemática associação entre indisciplina escolar, baixo rendimento escolar e dificuldade de aprendizagem, assim como a predominância de alunos do sexo masculino no envolvimento com atos de indisciplina. Por meio da revisão bibliográfica, constatou-se que esse perfil se enquadra perfeitamente nos índices estatísticos de morbimortalidade por causas externas, homicídios e acidentes de trânsito. **Conclusão:** Propomos que se desenvolva um modelo sem abrir mão de eventuais sanções disciplinares, a fim de que se enxergue o aluno indisciplinado como alvo de atenção e atendimento pedagógico especiais, que o incluam em vez de excluir do ambiente e das atividades escolares; em contrapartida, contribui para o aumento das estatísticas de envolvimento ou sendo vítimas de agressões e morbimortalidade por causas externas homicídios e acidentes de trânsito.

**Palavras-chave:** Acidente de trânsito; Homicídio; Indisciplina escolar; Morbimortalidade.

## Introdução

A morte por causas externas, quer seja pelo índice de homicídios quer seja pela violência no trânsito, estão coletando índices assustadores a cada ano, de acordo com o Sistema Único de Saúde (SUS, 2011), Atlas da Violência e Mapeamento de Mortes no Trânsito (MMT, 2010), representando epidemias modernas que assolam não só o Brasil, mas países do mundo inteiro e configura um agravo à saúde pública.

Dentro deste contexto, o Ministério da Saúde (MS, 2011) assume sua parcela de culpa, junto com a sociedade civil, bem como outros setores, com intuito de traçar possíveis soluções para esta problemática, propondo estratégias que promova saúde e prevenção de acidentes, com ações de assistência, reabilitação e recuperação das vítimas de alguma forma atingidas por essa epidemia, com destaque para os aglomerados urbanos, onde se concentram o maior número de homicídios e acidentes de trânsito.

Diante destas evidências o Ministério da Saúde (MS, 2011) instituiu o Comitê Técnico Científico de Assessoramento ao Grupo Técnico para Acidentes e Violência (Portaria Nº 3.566/GM de 22/09/1998) e o Comitê de Prevenção de Acidentes e Violências na Infância e Adolescência (Portaria Nº 3.733/GM de 14/10/1998), sendo em 16 de maio de 2001, publicada a Portaria Nº 737 do Ministério da Saúde, que formalizou a Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violências, coordenada pelo Ministério da Saúde e executada pelos governos estaduais e municipais, facilitando o alcance de seus objetivos e potencializando seus efeitos.

Os dados indicam que grande parte dos envolvidos nestas estatísticas de homicídios e acidentes de trânsito possui baixíssima escolaridade. Diante disto, este trabalho tem como objetivo verificar a relação entre o baixo índice de escolaridade, proporcionado pela indisciplina nas escolas, com os índices estatísticos de morbimortalidade por causas externas, emitidos pelos órgãos de saúde, violência e trânsito em nível nacional, e como a escola está contribuindo para aumentar esta estatística frente à falta de enfrentamento com a indisciplina, fator que contribui com o fracasso escolar. Foi escolhida uma escola de Itabatã, distrito de Mucuri-BA, para confirmar essa hipótese, juntamente com os trabalhos teóricos publicados a respeito desta temática.

## Revisão bibliográfica

A indisciplina é um fator de risco que precisa ser olhado com mais atenção e profundidade, uma vez que nos indica algo latente que precisa ser investigado: a possível relação entre a indisciplina e o baixo rendimento escolar. Se a indisciplina pode ser causada pela rejeição do aluno à escola, o inverso também é verdadeiro. A rejeição da escola ao aluno indisciplinado contribui para o seu desinteresse, aumentando o fosso que o separa das atividades acadêmicas, contribuindo, assim, para um futuro abandono dos estudos.

Com muita frequência, esse termômetro ou indicador são acionados sem que a instituição de ensino perceba que suas crianças e jovens podem ser vítimas de uma violência estrutural e/ou da desintegração familiar (que não serão aprofundadas neste artigo). De acordo com Passos (2011), este aluno está clamando por respostas não só cognitivas, mas afetivas ou psicológicas, sentimentais, entre outras, que muitas vezes só são expressas por meio da indisciplina, da violência física ou verbal, do bullying e do cyberbullying.

As instituições de ensino não estão conseguindo responder a estes questionamentos, ficando a cargo da mídia ser referencial para obter essas informações – a internet, por exemplo, e a televisão, em particular, não responde às questões mais profundas, limitando-se a apontar caminhos por meio de uma informação muitas vezes manipuladoras e mercadológicas. Passos (2011) nos afirma que a escola deveria ser o lugar das respostas; todavia, torna-se o local da dúvida, proporcionando que a televisão se torne um referencial igual ou até superior ao da sala de aula, e que internet, youtubers, celulares, tablets, artistas, apresentadores de televisão, jogadores de futebol, entre outros, acabam se tornando referencial cognitivo e emocional dos alunos, criando um mundo inalcançável, mas desejável pelas crianças e jovens.

A escola precisa rever suas práticas pedagógicas para intervir não apenas com ocorrências, suspensões e advertências, que são forma de caráter excludente de um local que deveria ser de acolhimento e inclusão. Em um mundo educacional onde as minorias com necessidades especiais são incluídas no processo educacional, do qual sempre estiveram às margens, é inadmissível que a escola não desenvolva nenhuma mudança pedagógica para alcançar também os indisciplinados. Essa ausência de práticas pedagógicas, de acordo com Passos (2011), está proporcionando uma evasão muito grande nas escolas; crianças e jovens não conseguem terminar o ensino básico, tornando-se um

exército de fracassados intelectualmente e sem oportunidade, não só de obter seu lugar no mercado de trabalho, como também de serem cidadãos conscientes dos seus direitos e, principalmente, dos seus deveres enquanto seres sociais.

O desinteresse, a dificuldade de aprendizagem, o baixo rendimento escolar, o desrespeito às normas de convivência, o regimento escolar, a repetência, a carência de material e infraestrutura física, os professores faltosos, a equipe pedagógica e o corpo docente despreparados, mal qualificado e mal remunerado, a exclusão, a evasão, o fracasso e a rejeição escolar estão claramente associados a um modelo de intervenção pedagógica falido, que se dá exclusivamente por meio de ocorrências, advertências, suspensões e relatórios totalmente excludentes, sem nenhuma eficácia, frente à nova realidade apresentada. Para o local que deveria ser um fator de proteção se torna um fator de risco social para crianças e adolescentes.

De acordo com os estudos de Rosa e Avellar (2008), em uma pesquisa de caracterização dos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de liberdade assistida no município da Serra - ES, nos anos de 2002 a 2006, entre os 387 entrevistados e acompanhados neste período 77% dos internos não concluíram o ensino básico e, de acordo com esse estudo, um dos motivos seria a forma como a escola de hoje trata seus alunos. Segundo Rosa e Avellar (2008), a escola é excludente e não está preparada para lidar com a realidade do adolescente, assumindo um perfil seletivo e discriminatório, conseqüentemente, gerando um número de fracassados no sistema educacional. Passos (2011) menciona que a indisciplina e o baixo rendimento são faces de uma mesma moeda, representando um grande desafio para a escola contemporânea.

Em contrapartida, esse exército de fracassados, parafraseando Karl Marx, torna-se um “exército industrial de reserva” no tráfico de drogas, da criminalidade, da violência. O indisciplinado de hoje potencialmente será o traficante, o criminoso de amanhã. Essa afirmação, de acordo com Trassi (2006), torna-se mais precisa e perigosa se a escola e a comunidade estiverem próximas das áreas do tráfico de drogas e da violência, ou seja, próximo do quartel de alistamento do crime, devido à rentabilidade financeira quase impossível de ser recusada quando há pouca ou nenhuma opção de mercado de trabalho.

A esse modelo de intervenção denominamos de pedagogia do crime, que exclui do sistema educacional e cria um perfil pedagógico que se encaixa perfeitamente ao tráfico, à criminalidade, à violência. Esse perfil acima delineado não serve para a escola, mas sim ao crime, posto que o indisciplinado de hoje,

potencialmente, será o traficante, o criminoso de amanhã. Rolim (2014) em sua tese, um experimento inédito no Brasil, menciona que a prevenção da criminalidade deve levar em conta a redução da evasão escolar, aspecto que costuma ser negligenciado no Brasil quando o assunto é segurança pública. Considerados os índices de evasão escolar, o cenário no Brasil seria, de fato, favorável à violência extrema. Em 2013, por exemplo, uma pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostrou que um a cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no país abandona a escola antes de completar a última série.

De acordo com Teixeira (2011), não se pode afirmar que todos os alunos se transformem em bandidos, e sim que quem deixa a escola pode fazer parte de uma gangue, bem como estar fora do mercado de trabalho, e que existe uma proporção direta entre o crescimento do abandono escolar ou evasão escolar com as taxas de homicídio. À medida que a evasão aumenta, os homicídios também crescem, afirma o pesquisador. Cerqueira (2016) afirma que no Brasil, a educação é um escudo contra o homicídio, em que indivíduos com até sete anos de estudo têm 15,9% mais chance de sofrer um assassinato do que aqueles com nível superior.

Dentro deste conceito, o Ministério da Saúde (MS) divulgou, por meio do Ministro Alexandre Padilha, em 2011, uma pesquisa inédita realizada pelo programa Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) a relação entre agressividade, acidentes de trânsito com o grau de escolaridade das vítimas. Os dados da pesquisa foram extraídos dos 71 hospitais de urgência e emergência do SUS em todo o país, e que os atendimentos por acidentes de trânsito, as maiores proporções foram identificadas entre pessoas que possuíam 5 a 8 anos de estudo, ou seja, ensino fundamental incompleto, bem como os índices de homicídios. 60% das vítimas possuem de 0 a 4 anos de estudo, expostas em áreas urbanas de grande violência e com grande concentração de riqueza e miséria.

Entre os acidentes de trânsito, de acordo com o Mapeamento das Mortes no Trânsito de 2010, divulgado em 2013, o número de mortes em acidentes com motos cresceu 339%, e 80% dos proprietários de motos pertencem às classes econômicas C, D, E do sexo masculino, jovens, solteiros e com baixa e média escolaridade. De acordo com Oliveira (2014), as motos tiveram um aumento significativo nos últimos anos. Isso ocorreu devido a vários fatores, entre eles, culturais e socioeconômicos, uma vez que possui menor custo para aquisição e manutenção, facilitando o deslocamento no trânsito por ser menor que o automóvel e podendo ser utilizado como meio de conseguir recursos financeiros,

ao exigir baixa escolaridade, afirmando em sua pesquisa o predomínio de quase 60% de indivíduos com ensino fundamental incompleto. Desta forma, verificou conjugar a teoria com a prática em busca de explicações para essa problemática, a possível relação entre a morbimortalidade por causas externas, com a baixa escolaridade, tendo como ponto de partida a indisciplina escolar.

## Material e método

A pesquisa foi realizada em uma escola no extremo sul da Bahia, mais precisamente no distrito de Itabará, localizado no município de Mucuri, que faz divisa com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com população estimada de 41.221 habitantes, de acordo com o IBGE (2018), Figura 1. O município possui vários bairros, dentre eles Gazinelândia, onde se localiza a escola pesquisada, próxima ao bairro Triângulo Leal (Figura 2), local onde ocorre um número considerável de homicídios e um intenso tráfico de drogas, bem como um alto índice de acidentes na BR-101 que margeia o referido bairro.

**Figura 1:** Localização geográfica do distrito de Itabará – Mucuri-Bahia



Fonte: IBGE (2017).

**Figura 2:** Homicídios e tráfico de drogas Distrito de Itabata – Mucuri-Bahia



Fonte: CDL (2017).

Nossa pesquisa foi realizada entre março e setembro de 2017, utilizando como método um levantamento quantitativo de alunos do fundamental I (1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup> ano) do turno matutino. Nosso estudo demonstrou que tínhamos 179 alunos, sendo 44 meninas e 135 meninos (esse quantitativo foi conseguindo somando alunos (as) matriculados por turmas existentes na escola). Em segundo lugar, realizou-se um levantamento quantitativo de ocorrências e relatórios na orientação sobre os alunos que foram retirados de sala por indisciplina. Com base nessa coleta, utilizamos um diagnóstico com uma tabela intitulada de perfil da turma (Figura 3), que foi entregue aos professores, avaliado e debatido nos dois conselhos de classes trimestrais. Os dados foram tabulados e transformados em gráficos e comparados com gráficos nacionais. Foi realizado um levantamento bibliográfico para compreender, não a conceituação sobre a temática indisciplina, mas como esta contribui para a exclusão escolar e como esse modelo pedagógico falido contribui para a inclusão desses alunos nas estatísticas de morbimortalidade por causas externas, no trânsito e no homicídio.

**Figura 3:** Tabela Perfil da Turma

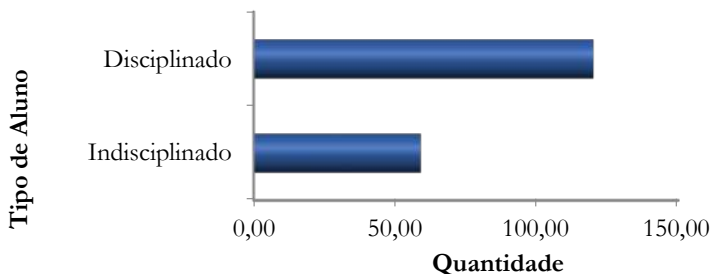
NOME DA ESCOLA - PERFIL DE TURMA 2017 - TURMA: 5º ANO B																	
Nome do Aluno	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM			APRESENTAM SERIOS PROBLEMAS NA UNIDADE			ATIVIDADES NÃO REALIZADAS						OBSERVAÇÕES SOBRE A TURMA				
	ESCRITA	LEITURA E INTERPRETAÇÃO	CÁLCULOS	FREQÜÊNCIA	DESINTERESSE	INDISCIPLINA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOMETRIA	HISTÓRIA	EDUCAÇÃO FÍSICA		ARTES	INGLÊS	FILÓSOFIA	ALUNO DESTAQUE
1																	
2																	
3																	
4																	
5																	
6																	

Fonte: Instituição de ensino pesquisada, 2017.

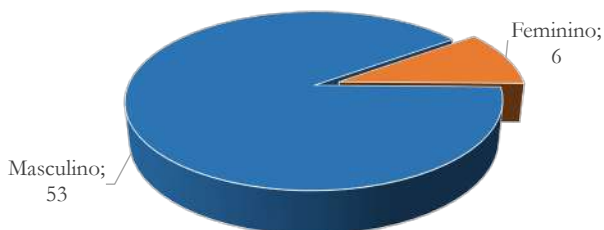
### Análise dos dados

Entre os 179 alunos pesquisados, 59 são considerados indisciplinados e estão no livro de ocorrência e relatórios, 53 são do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Notamos, então, que a indisciplina parece estar fortemente ligada a uma questão de gênero, nesse caso masculino.

**Figura 4:** Quantidade de alunos pesquisados, em relação ao tipo



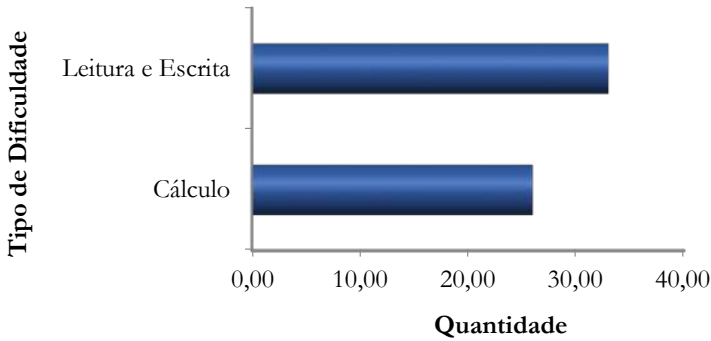
**Figura 5:** Quantidade de alunos pesquisados, em relação ao sexo dos alunos indisciplinados





Entre os 59 alunos indisciplinados todos possuíam algum tipo de dificuldade de aprendizagem, seja na escrita e leitura ou em cálculo. Todos os alunos indisciplinados possuem dificuldade na leitura e interpretação.

**Figura 6:** Quantidade dos alunos pesquisados, em relação ao tipo dificuldade de aprendizagem dos alunos indisciplinados



Podemos observar com base nos gráficos que o aluno indisciplinado possui dificuldade de aprendizagem. Se a escola não buscar nenhum tipo de enfrentamento com a indisciplina, este aluno está sujeito ao fracasso escolar e a futuro abandono da comunidade estudantil. Essa realidade local existente no distrito de Itabatã-Mucuri-BA poderá aumentar a população carcerária do estado da Bahia, uma vez que as literaturas mostram que o abandono escolar, próximo a áreas de vulnerabilidade social, tráfico de drogas e homicídios, tendem a absorver esses jovens. Se compararmos com a população carcerária em nível nacional, podemos perceber que mais da metade 53%, de acordo com os dados do Ministério da Justiça realizada em 2014, possui baixa escolaridade, como mostra a Figura 7.

**Tabela 1:** Grau de Escolaridade da população prisional

Grau de Instrução	Percentual
Analfabeto	6,00
Alfabetizado sem cursos regulares	9,00
Ensino Fundamental Incompleto	53,00
Ensino Fundamental Completo	12,00
Ensino Médio Incompleto	11,00
Ensino Médio Completo	7,00
Ensino Superior Incompleto	1,00
Ensino Superior Completo	1,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça (2014, p. 58).

**Tabela 2:** Faixa etária das vítimas fatais de acidente de moto no Brasil, no ano de 2010

Faixa Etária	Óbitos	Percentual
Menor 1 ano	9	0,1
1 a 4 anos	15	0,1
5 a 9 anos	23	0,2
10 a 14 anos	109	1,0
15 a 19 anos	1353	12,5
20 a 29 anos	4362	40,3
30 a 39 anos	2424	22,4
40 a 49 anos	1402	13,0
50 a 59 anos	673	6,2
60 a 69 anos	305	2,8
70 a 79 anos	103	1,0
80 anos e mais	36	0,3
Idade Ignorada	11	0,1
<b>Total</b>	<b>10825</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça (2014, p.58).

Em relação aos acidentes de trânsito em especial com moto, a estatística permanece a mesma como mostra as Tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, jovens do sexo masculino, com baixa escolaridade, ou seja, se o mesmo não for vítima ou vitimado pela violência, poderá ser um potencial condutor a sofrer acidente de trânsito como demonstram as estatísticas em nível nacional.

**Tabela 3:** Sexo das vítimas fatais de acidente de moto no Brasil, no ano de 2010

Sexo	Óbitos	Percentual
Masculino	9651	89,2
Feminino	1174	10,8
<b>Total</b>	<b>10825</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça (2014, p. 58).

**Tabela 4:** Cor/Raça das vítimas fatais de acidente de moto no Brasil, no ano de 2010

Cor/Raça	Óbitos	Percentual
Parda	5242	48,4
Branca	4658	43,0
Preta	506	4,7
Amarela	22	0,2
Indígena	10	0,1
Ignorado	387	3,6
<b>Total</b>	<b>10825</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça (2014, p. 58).

**Tabela 5:** Estado civil das vítimas fatais de acidente de moto no Brasil, no ano de 2010

Estado Civil	Óbitos	Percentual
Solteiro	7126	65,8
Casado	2447	22,6
Separado	386	3,6
Viúvo	136	1,3
Outro	67	0,6
Ignorado	663	6,1
<b>Total</b>	<b>10825</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça (2014, p. 58).

**Tabela 6:** Escolaridade das vítimas fatais de acidente de moto no Brasil, no ano de 2010

Escolaridade	Óbitos	Percentual
Nenhuma	299	2,8
1 a 3 anos	1287	11,9
4 a 7 anos	2910	26,9
11 a 14 anos	2553	23,6
12 anos e mais	804	7,4
Ignorado	2972	27,4
<b>Total</b>	<b>10825</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça (2014, p.58).

### Considerações Finais

Nosso propósito com esse artigo é salientar a indisciplina como um indicador de risco, sinalizando algo latente a ser investigado dentro do contexto escolar, uma vez que está interligada ao desinteresse, à dificuldade de aprendizagem, à exclusão e à evasão escolar, associado a um modelo de intervenção pedagógico falido que pretende intervir exclusivamente por meio de ocorrências, advertências, suspensões, relatórios, sem nenhuma eficácia, frente à nova realidade apresentada.

A escola, que deveria ser um fator de proteção, torna-se um fator de risco social para crianças e adolescentes e, o mais grave, nos mostram indicadores claros de que serão possivelmente absorvidos, sendo vítimas ou vitimados por morbimortalidade externa relacionada aos homicídios e aos acidentes de trânsito, em especial os motociclísticos.

Propomos que se desenvolva um modelo, sem abrir mão de eventuais sanções disciplinares, que enxergue o aluno indisciplinado como alvo de atenção e atendimento pedagógico especiais, que o incluam em vez de excluir do ambiente e das atividades escolares, para não serem vítimas dessa epidemia que assola o país, as mortes por causas externas.

## Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases lei Nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília-DF, 1996.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Vítimas de acidente de trânsito atendidas nos prontos-socorros do País estava sob efeito de bebida alcoólica, o que tem forte impacto nos atendimentos de urgência e emergência do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. (VIVA). **Grau de escolaridade influencia em agressões físicas e acidentes de trânsito**. Blog da Saúde. Brasília 2011.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. **Mapeamentos das Mortes por Acidentes de Trânsito no Brasil**. Brasília, dez. 2009.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. **Mapeamento das mortes no trânsito**. Brasília: CNM, 2013.

CERQUEIRA, D. **Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 2014. Disponível em: <<http://agenda2020.com.br /2016/06/mais-jovens-nas-escolas-menos-homicídios>>. Acesso em: 2 maio 2018.

DEPEN. Departamento Penitenciário. INFOPEN. **Levantamento Nacional De Informações Penitenciárias**. Ministério da Justiça, junho de 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro, junho de 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. **Consolidação da base de dados de 2011**. Coordenação Geral de Informações e Análise Epidemiológica – CGIAE. Brasília, 2011.

OLIVEIRA, R. M. V. **Perfil das vítimas de acidentes motociclísticos atendidos em um hospital de Campina Grande-PB**. UEPB. 2014.

PASSOS, A. F. **Indisciplina – Falta de Limites, violência e Fracasso Escolar**. São Paulo: Centauro, 2011.

ROLIM, M. **A Formação de Jovens Violentos:** para uma etiologia da disposicionalidade violenta. Rio Grande do Sul, 2014. 246f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ROSA, E. M. L. S.; AVELLAR, L. Z. (orgs.). **A produção da Psicologia Social no ES:** memórias, interfaces e compromissos - Vitória, ES: BRAPSO/ES: UFES, 2008.

SEERIG, L. M.. **Motociclistas:** Perfil, prevalência de uso da moto e acidentes de trânsito- Estudo de base populacional. Pelotas, 2012. 106 f. (Dissertação de Mestrado) UFP. Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. Faculdade de Medicina Mestrado em Epidemiologia. Pelotas, 2012.

SUS. Sistema Único de Saúde. **Motociclistas vítimas do trânsito e o número de mortos e feridos em acidentes de motocicleta no Brasil.** Brasília - DF, ano 4, n. 13, 2012.

TRASSI, M. L. **Adolescência-violência:** desperdício de vidas. São Paulo, Cortez, 2006.

TEIXEIRA, E. C. **Dois ensaios acerca da relação em criminalidade e educação.** Piracicaba, 2011. 102 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas Aplicadas) Programa de pós-graduação em Economia. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, em Piracicaba. 2011.

# Medidas de Prevenção e desafios – estudo prático da redução de violência no trânsito nas rodovias federais do estado da Paraíba

*Sarah Timotheo Figueiredo*

## RESUMO

**Importância:** O índice de violência no trânsito nas rodovias federais do estado da Paraíba, apesar de decrescente nos últimos anos, tem atingido muitos adultos em idade produtiva, causando diversos impactos na sociedade – como gastos excessivos na saúde pública e impacto na previdência social.

**Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar medidas que foram adotadas na prática para reduzir o número de vítimas de acidentes e seus danos nas rodovias federais do estado da Paraíba e os desafios atuais e vindouros oriundos do aumento da malha rodoviária em contraposição a diminuição do número de policiais rodoviários federais na atividade-fim. **Metodologia:**

Para isto, utilizou-se a análise descritiva com o objetivo de mostrar pontos em comuns nos acidentes considerados graves, bem como características das vítimas e tipo de veículo envolvido nas ocorrências de acidente nas rodovias federais do estado da Paraíba. **Resultados:** Dentre os principais resultados obtidos percebeu-se que as parcerias interinstitucionais, as ações preventivas e de fiscalização foram fundamentais para possibilitar a redução do número de acidentes. Por outro ângulo, os municípios afastados das unidades operacionais cuja população apresenta baixo índice de escolaridade e, concomitantemente, não são alvo de fiscalização de forma cotidiana têm apresentado resultados alarmantes. **Conclusão:** Destaca-se que o uso da tecnologia, a conscientização por meio de campanhas educativas, a manutenção de uma boa estrutura viária, aliado com as parcerias interinstitucionais e as pesquisas na área de acidentes, dentre outros desafios a serem implementados, possibilitarão a mudança do panorama atual.

**Palavras-chave:** Acidente; Medidas preventivas; Rodovia federal. Medidas preventivas.

## Introdução

No início da segunda década dos anos 2000, os acidentes de trânsito, segundo a Organização mundial da Saúde (OMS, 2014) mataram aproximadamente 1,3 milhões de pessoas, feriram entre 20 e 50 milhões por ano em todo o mundo e figurava como a nona principal causa de mortes, atingindo, principalmente, adultos em idade produtiva. Em 2011 teve início a Década da Segurança Viária, de iniciativa da Organização das Nações Unidas - ONU que visava, por meio da OMS, fomentar ações governamentais para reduzir em 50% a morbimortalidade derivada de acidentes de trânsito em todo o mundo (OMS, 2014).

Ademais, segundo o Manual de Segurança Viária para gestores e profissionais da área (OPAS, 2013), acidentes de trânsito têm custos psicológicos, socioeconômicos e de saúde. Lesões causadas pelo trânsito consomem recursos financeiros que são necessários para o desenvolvimento de qualquer país. Estima-se que o impacto econômico dos acidentes de trânsito com pedestres custe entre 1 e 2% do produto nacional bruto, sem contar que os sobreviventes de acidentes de trânsito, suas famílias, amigos e outros cuidadores também sofrem efeitos sociais, físicos e psicológicos adversos.

Dentre as suas atribuições enumeradas na Lei Nº 9.503/97, o Código de Trânsito Brasileiro (BRASIL, 1997) em seu Artigo 20, fala expressamente da competência da PRF na elaboração de estudos sobre acidentes de trânsito e a implementação de ações de Educação de Trânsito. Registre-se que no âmbito interno da Polícia Rodoviária Federal, o documento que apresenta a doutrina da PRF para o atendimento a acidentes de trânsito - a Portaria Normativa Nº 173, de 11 de janeiro de 2018, que atualizou o Manual de Procedimentos Operacionais Nº 15 (BRASIL, 2018) incentiva ações preventivas baseadas em estudos estatísticos confiáveis que propaguem na diminuição da vitimização de acidentes.

Nesse intuito, foi desenvolvido no estado da Paraíba um plano de redução de acidentes que considerou as peculiaridades locais, tendo por finalidade realizar estudos ao longo das rodovias federais do estado, buscando soluções que possibilitem a redução do número de acidentes e os seus danos, além de subsidiar o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT para a readequação das estruturas viárias, principalmente no perímetro urbano da capital do estado, posto que há três trechos da BR 230, localizado no município de João Pessoa, que estão entre os 100 (cem) trechos de 10km mais críticos do Brasil, segundo dados extraídos da própria PRF.



Outrossim, demonstraremos que as rodovias federais 101 e 230 indicam os maiores números de acidentes do estado. Por outro ângulo, está havendo uma crescente taxa de acidentes graves e mortes em BRs que outrora apresentavam números reduzidos (vide BR 104, 361, 412 e 427), diminutos (vide BR 110, 116 e 426) ou nulos (vide BR 434).

Portanto, embora em números absolutos possamos dizer que houve avanço quanto à redução de acidentes no último quinquênio (2012-2015), a partir do primeiro semestre do 2017 houve uma mudança negativa de panorama, posto que as taxas de acidentes graves e mortes apresentaram índices crescentes em relação a alguns trechos que antes não eram motivo de preocupação.

## Revisão bibliográfica

A nossa pesquisa é embasada em dados estatísticos extraídos dos sistemas da Polícia Rodoviária Federal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran.

Antes de avançarmos, faz-se mister entender alguns conceitos da doutrina da Polícia Rodoviária Federal para atendimento de acidente de trânsito. Para a PRF, o acidente de trânsito é o fato ocorrido em faixa de domínio de rodovia ou estrada federal, que envolva veículo, que não seja premeditado e de que resultem danos materiais em bens públicos ou particulares, ou lesões em pessoas.

Devemos separar, ainda, os acidentes de trânsito de relevância secundária como aqueles cujos efeitos ou circunstâncias envolvidas sejam de interesse secundário da PRF em mobilizar servidores públicos para sua apuração e registro. Assim, são de relevância secundária os acidentes não classificados como “acidente relevante” e os que provoquem danos ao patrimônio público administrado por concessionárias (trechos rodoviários concedidos), desde que não se enquadrem em nenhum outro item que o classifique como relevante.

Por sua vez, acidente relevante é o acidente de trânsito cujos efeitos ou circunstâncias envolvidas na ocorrência justifiquem o interesse da PRF em mobilizar servidores públicos para sua apuração e registro. Para que a ocorrência se caracterize como “acidente relevante” é necessária, em sua análise, a identificação de pelo menos uma das seguintes situações: a) vítima (lesionada ou morta); b) danos a bens públicos não concedidos à iniciativa privada. (como veículos oficiais, sinalizações, mobiliário, entre outros); c) danos ao

meio ambiente; d) condutor inabilitado, com CNH suspensa ou cassada; e) ocorrência de algum crime correlacionado diretamente ao acidente (exemplos: crimes de trânsito, saque de carga em veículo acidentado, entre outros); f) vazamento ou derramamento de produto perigoso; avaria nas embalagens dos produtos perigosos fracionados; dano no equipamento de transporte de produto perigoso a granel (por exemplo, uma carroceria do tipo tanque); g) envolvimento de algum condutor que esteja sob influência de substância psicoativa de uso indevido (álcool ou qualquer outra), independentemente do teor ou da forma de constatação, bem como que tenha se recusado a se submeter a testes para a comprovação de uso de alguma dessas substâncias; h) interrupções totais ou parciais do leito carroçável com grave prejuízo à fluidez, comprometendo significativamente o direito de locomoção das pessoas; i) ocorrência de incêndio (abrangendo pelo menos um terço das dimensões do veículo) ou submersão em algum dos veículos envolvidos; j) “veículo localizado” e “condutor não localizado” (após esgotadas todas as possibilidades).

Por fim, para a Polícia Rodoviária Federal é considerado acidente grave aquele que tenha como consequência pelo menos 1 (um) envolvido com lesão grave ou morto.

## Material e métodos

A facilidade na aquisição de automóveis concomitante com o déficit nos transportes públicos tem ocasionado aumento na frota nas rodovias federais do interior do estado e incrementado o fluxo, já intenso, nas rodovias que circunscvem as maiores cidades.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a população paraibana em 2012 é estimada em 3.875.373, enquanto em 2018 a população total é de 3.996.496, havendo, assim, um aumento de cerca de 3,1% no crescimento populacional. Por sua vez, segundo o Denatran (2018), a frota de veículos no estado da Paraíba apresentava o total de 802.825 em Janeiro de 2012 e 1.242.755 em janeiro de 2018, ou seja, acréscimo de cerca de 54,8% a mais de veículos circulando.

Além disso, a falta de rotas alternativas, principalmente na região metropolitana, tem colocado os quilômetros 10 ao 40 da BR 230 dentre os 100 (cem) trechos de 10 (dez) quilômetros mais críticos do Brasil. Há previsão da obra de triplicação da BR 230, já em fase de execução, que, certamente,

viabilizará a redução da violência no trânsito; entretanto, é preciso pensar em soluções alternativas, enquanto a construção em referência não é concluída.

Enfatize-se, que a PRF-PB faz parte do Programa Vida no Trânsito, que tem como objetivo promover intervenções efetivas de segurança no trânsito que apresentem evidência na redução das mortes e feridos graves, tendo como principal foco: o aumento do uso do cinto de segurança, redução de velocidade, aprimoramento da legislação e aumento da fiscalização sobre beber e dirigir uso de capacete, transporte urbano sustentável e melhoria da infraestrutura viária (BRASIL, 2017; MORAIS et al, 2013; SILVA et al, 2013).

Seguindo os princípios orientadores para se atuar em defesa da segurança viária e das vítimas de lesão causadas pelo trânsito estabelecidos pela OMS (2013), desenvolvemos um Plano de Redução de Acidentes focado nas singularidades do estado da Paraíba, fixando metas a longo, médio e curto prazo.

Dentre as metas a longo prazo, destacamos:

- I. *Capacitação dos servidores com o fito de ampliar o número de envolvidos no programa de Educação para o trânsito da SRPRF/PB:* a PRF realizou em agosto de 2018 o I CGPET – Curso de Gestor e Palestrante em Educação para o Trânsito;
- II. *Dar continuidade ao projeto FETRAN/PRF,* priorizando as escolas em áreas lindeiras às rodovias, com atenção aos trechos com o maior índice de acidentes. Destaque-se que o FETRAN Pedagógico (Festival Estudantil Temático de Trânsito) é um projeto de Educação para o trânsito firmado por meio de parcerias diretas entre a PRF e as Secretarias Municipais de Educação, que tem por objetivo trazer transversalidade da temática do trânsito para diversas matérias. Na Paraíba, o projeto começou desde 2013 e atende cerca de 91 escolas públicas em 17 municípios, abrangendo em torno de 33 mil alunos;
- III. *Ampliar o projeto de Educação para o Trânsito para atingir as Sociedades Empresariais que margeiam rodovias federais.* Devido ao número de escolas e alunos em que o FETRAN da PRF/PB atua, ainda não foi possível realizar ampliação para as Sociedades Empresárias, embora também haja palestras, ao longo do ano, sob demanda;
- IV. *Trabalhar com a colaboração de parceiros: demais instituições governamentais, comunidade acadêmica, Ministério Público (Estadual e Federal), setor privado e fundações, com o apoio do NUCOM e da mídia na busca de novos aliados:* não conseguimos atingir, ainda, tal objetivo a contento.

- V. *Fixar metas anuais elou semestrais realistas com a elaboração de relatório semestral elou anual para justificar as atividades.*

A médio prazo foram fixados os seguintes objetivos:

- VI. *Criação de uma Comissão Regional no âmbito da PRF que seja composta pelos servidores lotados no NRPA (Núcleo Regional de Prevenção de Acidentes), no NUCOM (Núcleo de Comunicações) e também por policiais vinculados às três delegacias e que tenham, preferencialmente, curso em Perícia de Acidentes ou formação em área afim para elaboração de um **Plano para redução de acidentes e mobilidade urbana**. Buscando-se, com essa finalidade, indicações junto a outras instituições com atribuições comuns à PRF, tais como: DNIT, DETRAN, SEMOB, BPTRAN-PB, MPF e outras instituições governamentais ou não governamentais, que possam contribuir para a execução da missão em um plano interinstitucional. Apesar de não se ter criado, formalmente, tal comissão, houve uma aproximação com as demais instituições, focadas, principalmente, em atividades preventivas de Educação para o Trânsito e reparação de danos causados por acidentes;*
- VII. *Constituir uma segunda comissão, em paralelo, para elaboração de um Manual de Gerenciamento de Risco de Acidentes de Trânsito de Transportes de Produtos Perigosos no estado da Paraíba, composta por PRF's que tenham experiência na fiscalização de produtos perigosos. Solicita-se, para esse fim, apoio de outras instituições com atribuições comuns à PRF, tais como: DNIT, Bombeiros, Sudema, Defesa Civil, Ibama, SEMOB, BPTRAN-PB, MPF e outras instituições governamentais ou não governamentais, que possam contribuir com essa incumbência – ainda não logramos êxito no intuito;*
- VIII. *Estabelecer relacionamento com ABINQUIM para obtenção de material informativo de divulgação, livros e cursos para os PRF's designados para a elaboração do Manual de Gerenciamento de Risco de Acidentes de Trânsito de Transportes de Produtos Perigosos no estado da Paraíba – meta não cumprida;*
- IX. *Formalizar convênios com as Prefeituras e acompanhar serviços de recolhimentos de animais, anexando-se relatórios periódicos desse serviço em cada delegacia. Atualmente, a PRF tem convênio com apenas quatro prefeituras em todo o estado da Paraíba: João Pessoa, Campina Grande, Patos e Souza, sendo que apenas a Prefeitura de Patos aceita receber*

animais seja qual for a sua procedência. Portanto, tal parceria acaba por beneficiar todo o sertão paraibano, enquanto que nos demais locais tal cooperação ocorre nos estritos limites do município. Portanto, há uma extensa área em nosso estado que está descoberto por esse serviço, fato que deve justificar o alto índice de acidentes envolvendo animais na pista.

- X. *Elaborar um mapeamento rodoviário que permita a averiguação in loco da situação das rodovias federais do estado da Paraíba, iniciando-se pelos trechos mais críticos – meta não cumprida;*
- XI. *Elaborar uma minuta de projeto junto ao DNIT para ser apresentada à Coordenação dos cursos de engenharia no âmbito das universidades, que tenha por fito a elaboração de um estudo acadêmico que indique sugestões de viabilidade viária nas rodovias federais da Paraíba - meta não cumprida;*
- XII. *Capacitar o efetivo com curso de atualização em atendimento de acidentes para melhoria na qualidade da confecção dos Boletins de Acidente de Trânsito: mais de 85% do efetivo foi capacitado/atualizado sobre levantamento de local de acidentes no primeiro semestre de 2018.*
- XIII. *Realizar relatórios mensais para averiguar os motivos que ensejaram as retificações dos Boletins de Acidente de Trânsito com o fito de identificar os erros mais comuns e, por consequência, orientar o efetivo: cumprido parcialmente.*

Por fim, a curto prazo, consolidamos as seguintes metas:

- XIV. *Melhorar o relacionamento institucional entre PRF e DNIT com adoção de meios que desburocratizem a comunicação, a fim de que os possíveis defeitos da via sejam solucionados em tempo razoável para que novos acidentes nos trechos danificados não venham a se repetir: foi criado um grupo de WhatsApp composto pelos engenheiros do DNIT e Policiais Rodoviários Federais que permite soluções e reparos na rodovia com agilidade e eficiência, evitando surgimento de novos acidentes;*
- XV. *Elaboração de relatório periódico destinado à Procuradoria Federal do DNIT e ao Setor de Operações do DNIT, que vise o ressarcimento judicial dos danos ao patrimônio da União e os reparos caudados por acidentes: os reparos na rodovia que não são de caráter urgente são enviados via relatório.*
- XVI. *Buscar junto ao setor de operações do DNIT relatório que conste a localização e avaliação das condições de conservação da placa A.35, a fim de subsidiar as respostas do NUAT (Núcleo de apoio Técnico) à AGU nas demandas judiciais em desfavor da União: cumprido;*

- XVII. *Elaboração de relatório semestral e, posteriormente, quadrimestral com a análise detalhada de acidentes atendidos pela PRF, com indicação dos trechos mais críticos e posterior divulgação dos dados do relatório com as instituições parceiras e demais PRFs, posto que todos podem contribuir com sugestões para diminuição da violência no trânsito: cumprido parcialmente;*
- XVIII. *Orientação para que o Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização, os Chefes de Delegacia e respectivos Chefes do Núcleo de Policiamento e Fiscalização observem os trechos críticos indicados no relatório supra na confecção de cartões-programas elou elaboração de ordens de missão: cumprido parcialmente.*

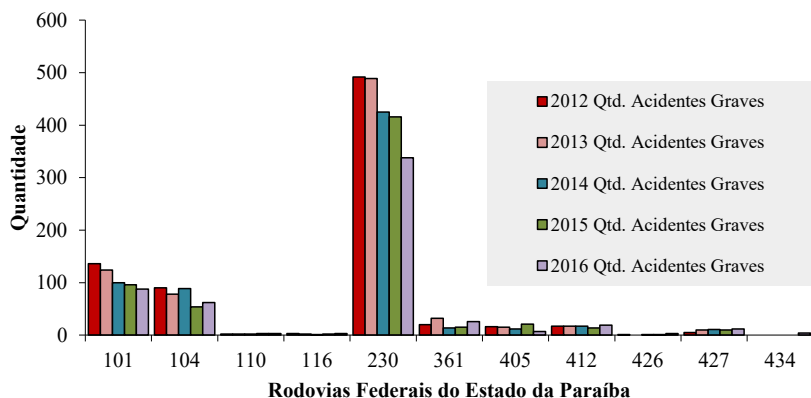
Da análise dos dezoitos objetivos fixados, quatorze foram cumpridos, embora seis não tenham atingido 100% do desejado. Destaque-se que em 2017, devido à conjuntura política e econômica do país, a Polícia Rodoviária Federal passou por uma crise orçamentária que impactou diretamente a atividade-fim, tais como fiscalização de rondas e cumprimento de cartões programa. Assim, a ausência de policiamento preventivo pode ter impactado numa taxa menor de redução de acidentes.

## **Resultados e discussões**

O número de acidentes graves ocorridos nas rodovias federais do estado da Paraíba apresentou decréscimo entres os anos 2012-2016. Como pode ser visto, esta taxa está em queda contínua desde 2012.

Percebe-se que as BRs 101 e 230 apresentam índice de acidente decrescente com o passar dos anos; entretanto, devido a sua extensão, indicam os maiores números de acidentes do estado. Por outro ângulo está havendo uma crescente taxa de acidentes graves em BRs que outrora apresentavam números reduzidos (vide BR 361, 412 e 427), diminutos (vide BR 110, 116 e 426) ou nulos (vide BR 434). Tal fato, provavelmente, origina-se do aumento do poder aquisitivo da população e, conseqüentemente, o crescimento do número de veículos transitando por essas rodovias.

**Figura 1:** Número de acidentes nas Rodovias Federais do Estado da Paraíba por BR no período de 2012 a 2016



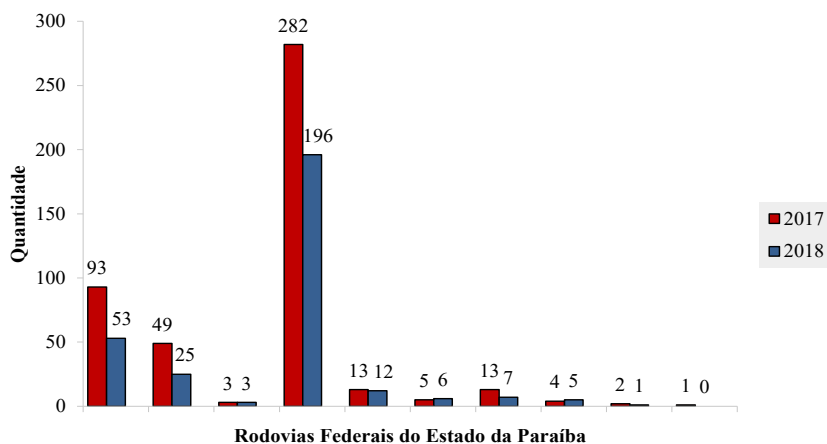
**Fonte:** Sistema BRBRASIL – PRF.

Percebe-se que as BRs 101 e 230 apresentam índice de acidente decrescente com o passar dos anos; entretanto, devido a sua extensão, indicam os maiores números de acidentes do estado. Por outro ângulo está havendo uma crescente taxa de acidentes graves em BRs que outrora apresentavam números reduzidos (vide BR 361, 412 e 427), diminutos (vide BR 110, 116 e 426) ou nulos (vide BR 434). Tal fato, provavelmente, origina-se do aumento do poder aquisitivo da população e, conseqüentemente, o crescimento do número de veículos transitando por essas rodovias.

Portanto, embora em números absolutos possamos dizer que houve avanço quanto à redução de acidentes, a crescente quantidade de acidentes em locais que antes não eram motivo de preocupação acende um alerta, haja vista que, a longo prazo, pode haver uma mudança negativa de panorama.

Na BR 230, por sua vez, as cidades de João Pessoa, Campina Grande e Cabedelo apresentam, respectivamente, os maiores índices de acidentes. No comparativo de acidentes graves dos últimos cinco anos (2012-2016), na BR 101 e 230, municípios de Cabedelo, Campina Grande, Mamanguape e João Pessoa, o maior número de acidentes ocorre, sequencialmente, aos domingos, sextas e sábados, sendo o íterim entre 17h00 e 19h00 os horários mais críticos.

**Figura 2:** Número de acidentes nas Rodovias Federais do Estado da Paraíba por BR no período de 2017 até agosto de 2018



**Fonte:** Sistema BRBRASIL – PRF.

Em todas as pesquisas efetuadas – no período 2012 a agosto de 2018, o tipo de veículo que mais se envolveu em acidentes foram as motocicletas. Tal fato é, quiçá, justificado pelo aumento de 55,8% do número motocicletas/motonetas em circulação. Segundo os dados do Denatran (2018), em janeiro de 2012 haviam 344.028 motocicletas e motonetas, enquanto que em janeiro de 2018 esse número cresceu para 536.054.

Por outro ângulo, embora as Rodovias 101 e 230 continuem apresentando os maiores índices de acidentes, as BRs 361, 405 e 427 merecem atenção, haja vista que mesmo restando quatro meses para o término do ano de 2018, já ultrapassam o número de acidentes do último ano. As pessoas do sexo masculino, na faixa etária 26-29 anos, foram os que mais se envolveram em acidentes. Enquanto que as causas mais recorrentes foram, na sequência: falta de atenção à condução, ingestão de álcool e velocidade incompatível.

### Considerações finais

Dentre os principais resultados obtidos percebeu-se que as parcerias interinstitucionais, as ações de fiscalização e educação para o trânsito foram fundamentais para possibilitar a redução do número de acidentes. Por outro



ângulo, os municípios afastados das unidades operacionais cuja população apresenta baixo índice de escolaridade e, concomitantemente, não são alvo de fiscalização de forma cotidiana têm apresentado resultados alarmantes. Como exemplo, as BRs 104, 361 e 412, que já apontavam crescimento no número de mortes e acidentes graves no interstício 2012-2016 também apresentaram números expressivos em 2017. Por sua vez, as BRs 361, 405 e 427 restando quatro meses para o término do ano de 2018, já ultrapassam o número de acidentes do último ano.

Um dos principais desafios que a Polícia Rodoviária Federal tem enfrentado é a diminuição do número de policiais na atividade-fim, seja por questões de aposentadoria e falta de reposição em número suficiente via concurso, seja por necessidade de alocar parte de seus servidores na atividade meio. Infelizmente, diversas unidades operacionais (UOP) foram fechadas. No estado da Paraíba, objeto do nosso estudo, a UOP de Bayeux localizada no ponto mais crítico de acidentes funciona, apenas, para atividades administrativas. E, por falta de efetivo, duas das quatro UOPs de Campina Grande funcionam de forma intermitente – a mesma realidade é enfrentada no sertão paraibano.

Destaca-se, entretanto, que o uso da tecnologia, a conscientização por meio de campanhas educativas, a manutenção de uma boa estrutura viária, aliado com as parcerias interinstitucionais e as pesquisas na área de acidentes, dentre outros desafios a serem implementados, possibilitarão a mudança do panorama atual.

## Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Vida no Trânsito. Universidade Federal de Goiás**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro – Lei Nº 9.503/1997, de 23 de setembro. Institui o Código de Trânsito Brasileiro, 1997.

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. Portaria Normativa Nº 173, de 11 de janeiro de 2018. **Manual de atendimento de Acidentes de Trânsito (M-015) da Polícia Rodoviária Federal**. Boletim de Serviço Eletrônico, 11 de Janeiro de 2018.

DENATRAN. Departamento Nacional de Trânsito. 2018. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/index.php/estatistica/237-frota-veiculos>> Acesso em: 30 ago. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> Acesso em: 31 ago. 2018.

MORAIS NETO, O. L.; SILVA, M. M.; LIMA, C. M.; MALTA, D. C.; SILVA JR, J. B. Programa Vida no Trânsito: avaliação das ações em cinco capitais brasileiras, 2011-2012. **Epidemiol, Serv. Saúde**. 2013, v. 22, n. 3, p. 373-382, 2013.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Caminhar com Segurança: breve panorama sobre a segurança dos pedestres no mundo**. Biblioteca da OMS: Organização Mundial de Saúde, 2014.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Promovendo a defesa da segurança viária e das vítimas de lesões causadas pelo trânsito: um guia para organizações não governamentais**. Biblioteca da OMS: Organização Mundial da Saúde, 2013.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Segurança de pedestres: Manual de segurança viária para gestores e profissionais da área**. Brasília, DF: OPAS, 2013.

SILVA, M. M. A.; MORAIS NETO, O. L.; LIMA, C. M.; MALTA, D. C.; SILVA JR, J. B. Programa Vida no Trânsito – 2010 a 2012: uma contribuição para a Década de Ações para a Segurança no Trânsito 2011-2020 no Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 531-536. 2013.

# Dinâmica dos homicídios diante da implantação do programa Ronda no Bairro em Manaus

*André Nunes Zogahib  
Guilherme José Sette Júnior  
Maxwell Marques Mesquita*

## RESUMO

**Importância:** Em 2012, com a implantação do Programa Ronda no Bairro em Manaus, tanto a mídia local quanto profissionais de segurança pública afirmava que a taxa de homicídios havia decrescido. **Objetivo:** Neste sentido, pretendeu-se impor métodos científicos para verificar se tal fato ocorreu conforme os relatos acima expostos. **Metodologia:** Assim, o presente estudo traz uma breve explanação da literatura contemporânea que trata sobre a dinâmica da criminalidade, contextualiza a implantação do Programa, faz um levantamento sobre aspectos e dados deste e verifica a dinâmica dos homicídios em Manaus. Para tal, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, acessados dados e informações de relatórios colhidos da extinta Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro, consultados dados de homicídios disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública, confrontados com dados populacionais extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003). **Resultados:** Deste modo, foi observado que antes da entrada do Programa, as taxas mantinham-se crescentes e, após sua implementação, houve desaceleração nas taxas de homicídios. Comparando os biênios, observou-se que o número de homicídios por zona teve uma redução moderada, no geral, uma redução de 1,2%. Durante a implementação do Programa na Zona Norte, houve aumento dos homicídios nas Zonas Leste e Sul. As demais zonas parecem não sofrer alteração com a implementação em outras áreas. **Conclusão:** Em todas as zonas, há redução quando o programa é implantado localmente. Do exposto, conclui-se que houve mudança na dinâmica dos homicídios em Manaus, após a implantação e expansão do programa, sobretudo pela inovação trazida e aumento da capacidade operativa das polícias.

**Palavras-chave:** Acidente; Medidas preventivas; Rodovia federal. Medidas preventivas.

## Introdução

Há relatos na mídia e de profissionais da segurança pública de que a taxa dos homicídios decresceu em Manaus em razão da implementação do programa Ronda no Bairro. Porém, esta percepção não pode ser confirmada sem um estudo científico. Assim, cabe compreender, teoricamente, a dinâmica da criminalidade, especificamente, a dinâmica dos homicídios. Mello e Schneider (2007), Silveira et al. (2010, p. 6) defendem que é possível haver migração dos homicídios após a implementação de políticas de Segurança Pública.

Influenciado por um movimento que iniciou em 2007 com o Programa Nacional de Segurança com Cidadania, o Amazonas estabelece uma série de marcos legais e planos que trouxeram o alicerce para uma revitalização da segurança pública no estado. Assim, em agosto de 2010, foi implantada, no Bairro Santa Etelvina, a Base de Policiamento Integrado, projeto piloto do programa Ronda no Bairro que subsidiou metodologicamente o programa. Enfim, o Governo do Amazonas, em 10 de novembro de 2011, estabeleceu as diretrizes para a implementação do programa denominado Ronda no Bairro (AMAZONAS, 2011).

Este programa objetivou estabelecer uma política de segurança pública focada no cidadão, aperfeiçoando a prevenção e repressão qualificada nas condutas ofensivas à sociedade. Observa-se que o programa Ronda no Bairro trouxe muitas inovações, das quais destaca-se a disseminação e fortalecimento da Filosofia de Polícia Comunitária no âmbito das polícias civil e militar.

Em 16 de fevereiro de 2012, o programa foi implementado na Zona norte de Manaus. Em 19 de Julho, a segunda zona a receber o programa foi a leste. No dia 26 de julho, o programa é lançado na zona centro-sul. Em 31 de agosto, a zona centro-oeste é contemplada com o programa. A zona oeste recebe o programa no dia 28 de setembro. E, por fim, no mês de dezembro de 2012, o programa Ronda no Bairro foi implantado na zona sul de Manaus.

Diante disso, houve mudança na dinâmica dos homicídios em Manaus após a implantação do programa Ronda no Bairro na capital? A fim de responder a questão, objetiva-se avaliar a dinâmica dos homicídios em Manaus, após a implantação do Programa Ronda no Bairro na capital amazonense. Para isso, foi realizada breve explanação da literatura contemporânea que trata sobre a dinâmica da criminalidade, contextualizou-se as circunstâncias que levaram à formulação do Ronda no Bairro, descreveram-se suas diretrizes

norteadoras, apresentaram-se dados desta implantação, além de detalhar as etapas de implementação e, por fim, averiguou-se a influência do Programa sobre a dinâmica dos homicídios em Manaus.

## Metodologia

Para contextualizar as circunstâncias que levaram à formulação do Programa Ronda no Bairro, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental.

Para detalhar as etapas de implementação do Programa Ronda no Bairro, foram acessados dados e informações de relatórios colhidos da extinta Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro que evidenciam os dados e informações relativos ao lançamento do Programa nas zonas administrativas da capital amazonense.

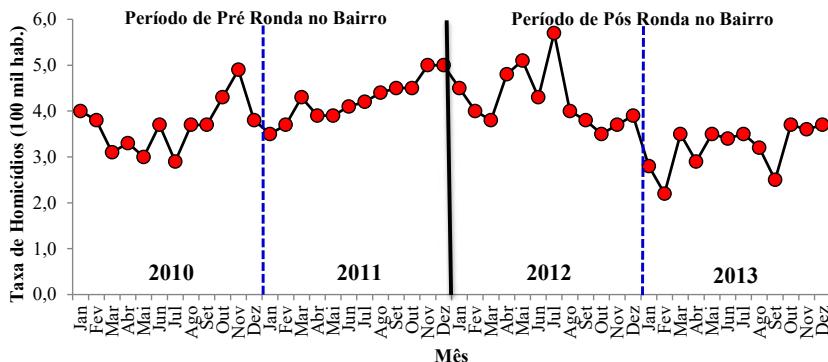
Para verificar a influência do Programa sobre os homicídios na Capital, foram utilizados dados de homicídios da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas no período entre 2010 e 2013, confrontados com dados populacionais extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a cidade de Manaus, a qual foi inicialmente implementado o Programa. No que tange à criação das tabelas e figuras, análise e padronização dos dados coletados, foi utilizado o Software Microsoft Excel 2010, o qual possui as funções necessárias para a consecução do intento desta pesquisa.

## Resultados e discussão

A comparação é o contraste entre o número de casos (vítimas de homicídios) antes e depois da entrada do Ronda no Bairro. A comparação foi feita por meio de números absolutos e taxa por 100 mil habitantes, conforme revela a Figura 1 e a Tabela 1, respectivamente. No biênio 2010-2011 período que antecedeu o Programa Ronda no Bairro, a capital amazonense registrou 1689 homicídios enquanto que, no biênio 2012-2013 período de implantação do Programa, houve 1669 óbitos por homicídios.

Em 2010, Manaus tinha uma taxa de homicídios de 44,7 ocorrências por 100 mil habitantes. Esse indicador sofreu uma elevação no ano seguinte, cresceu cerca de 19%, registrando 53,1 óbitos por 100 mil habitantes. No ano de 2012, a taxa de ocorrências de homicídio para Manaus se manteve e só em 2013 essa taxa recuou para 40,0 ocorrências por 100.000 habitantes, coincidindo com o período de pós implantação do Programa Ronda no Bairro.

**Figura 1:** Taxas de homicídio por 100 mil habitantes em Manaus, no período de 2010 a 2013



**Fonte:** Elaboração dos autores com base, em SEAI/SSP-AM.

Tendo em vista que as maiores reduções do delito em estudo foram durante o biênio 2012-2013, período de instalação do programa e período já implementado, optou-se por analisar as zonas administrativas neste período, buscando identificar se houve alguma influência nas zonas vizinhas durante a implementação da zona que recebeu o programa inicialmente.

**Tabela 1:** Número de homicídios e percentual de Variação nas zonas administrativas de Manaus, antes e depois da implementação do Programa Ronda no Bairro, no período de 2010 a 2013

Zona	Nº de Casos Pré-Ronda no Bairro		Nº de Casos Pós-Ronda no Bairro		% de Variação
	2010	2011	2012	2013	
Norte	203	227	239	216	5,8
Leste	266	314	310	207	-10,9
Centro-Oeste	36	52	65	40	19,3
Centro-Sul	41	42	34	24	-30,1
Oeste	90	139	149	122	18,3
Sul	128	151	150	113	-5,7
<b>Total</b>	<b>764</b>	<b>925</b>	<b>947</b>	<b>722</b>	<b>-1,2</b>

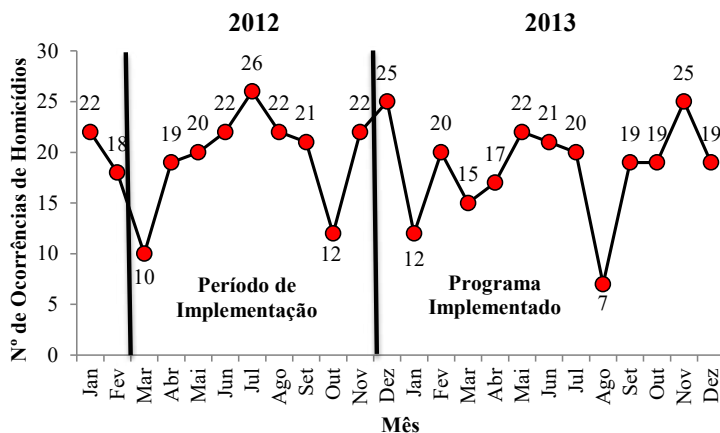
**Fonte:** Elaboração dos autores com base, em SEAI/SSP-AM.

A Tabela 1 apresenta, também, que o número de homicídios por zona teve uma redução moderada quando comparado os biênios, no geral uma redução de 1,2%. A zona que mais apresentou redução foi a Centro-Sul com -30,1% de ocorrências. Houve uma redução dos homicídios em metade das zonas, mas também houve um aumento na outra metade.

Tendo em vista que as maiores reduções do delito em estudo foram durante o biênio 2012-2013, período de implementação do programa e período de programa implementado, optou-se por analisar as zonas administrativas neste período, buscando identificar se houve alguma influência nas zonas vizinhas durante a implementação da zona que recebeu o programa inicialmente.

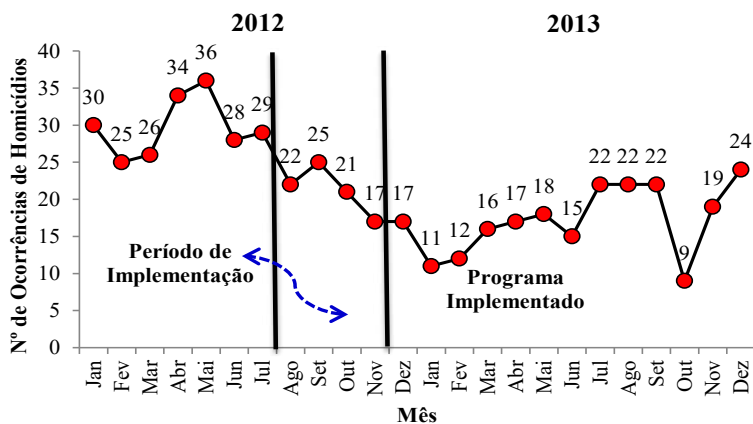
Por haver diferença entre as zonas administrativas em território e população não é correto usar as taxas de homicídios para comparação. Assim, analisou-se a partir de números absolutos as ocorrências de homicídios nas zonas durante e pós implementação do Programa.

**Figura 2:** Número de homicídios na zona administrativa Norte de Manaus, antes e depois da implementação do Programa Ronda no Bairro, no período de 2012 a 2013



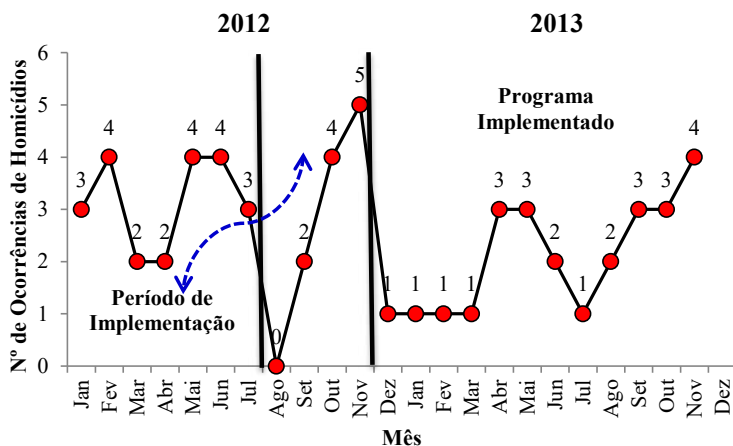
**Fonte:** Elaboração dos autores com base, em SEAI/SSP-AM.

**Figura 3:** Número de homicídios na zona administrativa Leste de Manaus, antes e depois da implementação do Programa Ronda no Bairro, no período de 2012 a 2013



**Fonte:** Elaboração dos autores com base, em SEAI/SSP-AM.

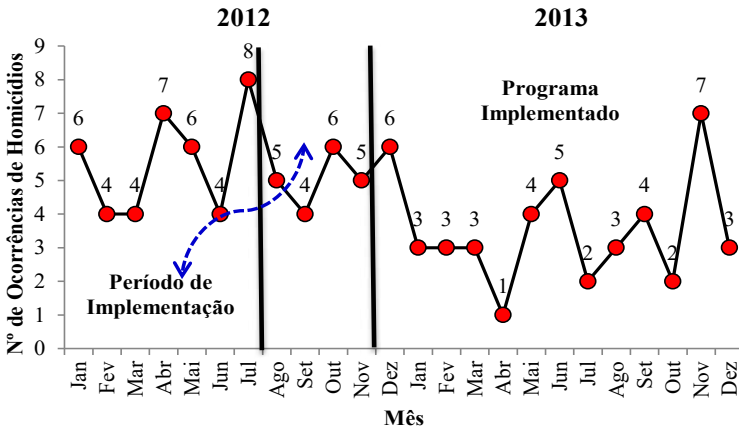
**Figura 4:** Número de homicídios na zona administrativa Centro-Sul de Manaus, antes e depois da implementação do Programa Ronda no Bairro, no período de 2012 a 2013



**Fonte:** Elaboração dos autores com base, em SEAI/SSP-AM.

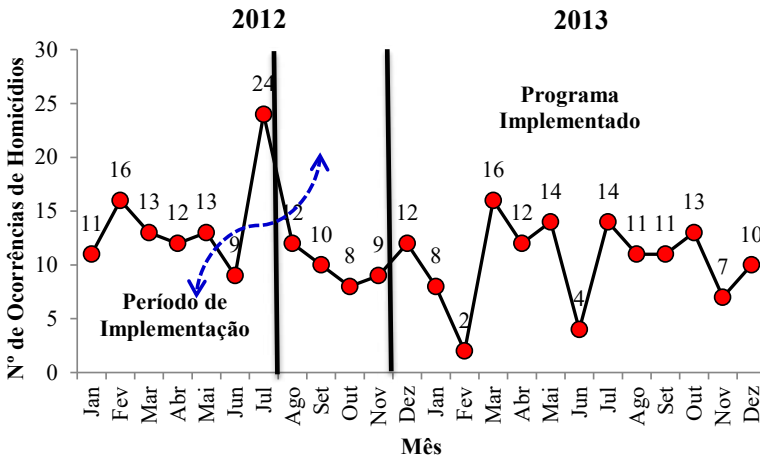


**Figura 5:** Número de homicídios na zona administrativa Centro-Oeste de Manaus, antes e depois da implementação do Programa Ronda no Bairro, no período de 2012 a 2013



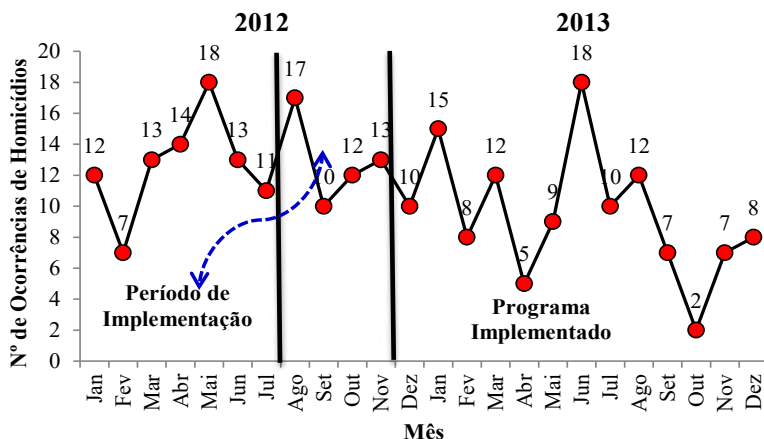
**Fonte:** Elaboração dos autores com base, em SEAI/SSP-AM.

**Figura 6:** Número de homicídios na zona administrativa Oeste de Manaus, antes e depois da implementação do Programa Ronda no Bairro, no período de 2012 a 2013



**Fonte:** Elaboração dos autores com base, em SEAI/SSP-AM.

**Figura 7:** Número de homicídios na zona administrativa Sul de Manaus, antes e depois da implementação do Programa Ronda no Bairro, no período de 2012 a 2013



**Fonte:** Elaboração dos autores com base, em SEAI/SSP-AM.

É difícil de afirmar que há migração da criminalidade, mas a partir das Figuras 2, 3, 4, 5 6 e 7 percebe-se que, durante a implementação do programa na zona norte da cidade, houve uma elevação nos registros de homicídios nas zonas Leste e Sul até a chegada do programa nestas zonas, quando houve redução. As demais zonas parecem não sofrer alteração devido a implementação em outras zonas, tendo redução nos homicídios apenas quando o programa é inserido nestas.

### Considerações finais

Desde 2007, o Amazonas começa a aperfeiçoar seu sistema de segurança pública, tendo como ápice deste aperfeiçoamento, a idealização e implantação do programa Ronda no Bairro no Estado.

O Programa Ronda no Bairro trouxe inúmeras inovações no campo da segurança pública, tais como a introdução da filosofia de Polícia Comunitária, o aperfeiçoamento de metodologias e procedimentos policiais, incremento nos recursos humanos das polícias civil e militar, melhoria de infraestrutura física e tecnológica, além de aumento da frota terrestre.

Analisando percentuais e taxas de homicídios no período de 2010 a 2013, afirma-se que houve mudança na dinâmica dos homicídios em Manaus, após a implantação e expansão do programa, sobretudo devido à inovação trazida e aumento da capacidade de ação das polícias.

## Referências

AMAZONAS. Decreto Estadual N<sup>o</sup> 31.754 de 10 de dezembro de 2011. **Estabelece o marco legal de implantação do Ronda no Bairro**, 2011.

MELLO, João Manoel Pinho de; SCHNEIDER, Alexandre. **Mudança demográfica e a dinâmica dos homicídios no estado de São Paulo**. São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 1, p. 19-30, jan./jun. 2007.

SILVEIRA, Andréa Maria; ASSUNÇÃO, Renato Martins; SILVA, Bráulio Alves Figueiredo da; BEATO, Cláudio Chaves Filho. Impacto do programa fica vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. Revista Saúde Pública, p. 496-502, 2010.



## Índice Remissivo

### A

- abuso, 30, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 167, 169, 171, 173, 209, 211, 219
- Abuso, 105, 114, 128
- abuso de autoridade, 209, 211, 219
- abuso de poder, 105
- abuso sexual, 30, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 167, 169, 171, 173
- Abuso sexual, 105, 114
- acidente, 26, 31, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 326, 372, 415, 416, 418, 420, 421, 422, 427, 430, 434, 435, 436, 437, 439, 450, 451, 452, 453, 455, 457, 458, 462, 463
- Acidente, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 101, 102, 335, 356, 418, 434, 440, 441, 455, 461, 467
- acidente de trânsito, 94, 95, 427, 430, 435, 439, 451, 453, 457
- Acidente de trânsito, 441
- ações criminosas, 176
- acusado, 24, 139, 140, 148, 150, 280, 285
- agente, 77, 119, 141, 145, 148, 150, 195, 212, 262, 269, 270, 369
- agentes de segurança, 191, 193, 210, 211, 213, 219, 261, 266, 270
- agentes de segurança pública, 210, 211, 213, 219, 261, 266
- agentes penitenciários, 77
- agentes públicos, 84, 198, 265, 271, 378
- agressão, 149, 161, 165, 167, 275, 278, 306, 313
- Agressão, 87, 89, 173
- agressão física, 161, 167
- agressor, 107, 108, 149, 160, 171, 172, 268, 276, 280, 288, 298, 301, 309
- ambiente, 23, 24, 27, 28, 36, 37, 50, 59, 70, 119, 123, 174, 177, 224, 226, 228, 240, 291, 294, 297, 306, 325, 326, 332, 340, 350, 364, 365, 369, 370, 371, 380, 389, 396, 398, 399, 411, 415, 430, 432, 441, 452, 458
- Ambiente, 348, 373
- ambiente prisional, 36, 59
- ambiente virtual, 240
- análise, 23, 31, 57, 61, 77, 81, 82, 84, 92, 96, 97, 98, 105, 109, 114, 117, 122, 127, 129, 133, 144, 153, 154, 158, 170, 175, 201, 204, 210, 214, 217, 223, 228, 229, 232, 235, 237, 239, 240, 243, 249, 254, 255, 256, 258, 280, 285, 289, 295, 302, 303, 305, 306, 307, 310, 314, 316, 317, 318, 323, 325, 331, 333, 334, 347, 348, 354, 355, 359, 361, 362, 363, 364, 367, 372, 379, 381, 397, 405, 406, 407, 411, 416, 428, 429, 430, 434, 435, 436, 437, 439, 441, 455, 457, 462, 469
- Análise, 52, 81, 92, 93, 94, 97, 100, 102, 104, 172, 180, 191, 204, 217, 233, 234, 289, 312, 325, 336, 341, 348, 373, 396, 428, 448, 453
- análise de correspondência, 96, 97, 98
- análise descritiva, 23, 31, 84, 92, 175, 217, 235, 237, 240, 285, 289, 397, 416, 455
- Análise descritiva, 52, 92, 191, 204, 217, 289, 396, 428
- análise estatística, 175, 429, 430, 435, 439
- análise exploratória de dados, 109, 175
- arma, 71, 76, 154, 177, 192, 206, 270, 285, 291, 294, 311, 312, 356, 401, 402, 403, 404, 407, 408, 409, 410, 411
- Arma, 186, 291
- arma branca, 291, 311, 312, 356
- arma de fogo, 154, 177, 192, 206, 270, 291, 356, 401, 403, 404, 407, 408, 409, 410, 411
- armamento, 408, 410, 411
- armas, 176, 261, 268, 270, 407, 412
- assassinados, 184, 411
- assassinato, 274, 275, 300, 309, 445
- autoridade, 124, 129, 130, 133, 187, 192, 373, 376
- Autoridade, 364
- autoridade policial, 187, 192
- autoridades públicas, 73

## B

bandido, 78, 192, 270  
boletim, 151, 152, 311  
Boletim, 259, 387, 415, 434, 440, 465  
boletim de ocorrência, 311  
briga, 123  
Briga, 212, 213  
bullying, 114, 160, 161, 443

## C

Cabo verde, 2  
cadeia, 72, 190, 441  
cárcere, 26, 28, 36, 37, 38, 39, 41, 45, 48, 49, 50, 53, 57, 60, 67, 75  
chacina, 70  
Chacina, 70  
cidadania, 48, 71, 162, 177, 236, 251, 302, 427  
Cidadania, 33, 149, 151, 195, 241, 246, 284, 302, 468  
comércio de drogas, 72  
conflitos, 28, 30, 59, 121, 122, 123, 213, 303, 410  
Conflitos, 67  
conflitos sociais, 213  
controle social, 33, 57, 60, 184, 185, 191, 262, 316  
corpo de bombeiros, 339, 346, 400  
crime, 24, 53, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 74, 79, 112, 125, 128, 129, 130, 135, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 159, 162, 163, 175, 177, 180, 181, 261, 268, 275, 279, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 297, 299, 300, 301, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 376, 444, 458  
Crime, 31, 66, 80, 186, 196, 208, 312, 347  
crimes sexuais, 142, 148  
criminalidade, 27, 30, 66, 70, 72, 75, 118, 119, 158, 162, 176, 177, 178, 182, 188, 192, 198, 347, 444, 445, 454, 467, 468, 474

## D

dados estatísticos, 106, 302, 320, 339, 457  
delegacia, 279, 305, 311, 313, 460  
Delegacia, 129, 131, 133, 135, 429, 433, 434, 435, 437, 462  
delegacia da mulher, 279  
delegacia especializada, 279  
delinquência, 64, 77, 118, 122, 123, 124, 125, 126  
delinquência juvenil, 118, 123  
delito, 141, 145, 146, 148, 149, 286, 291, 306, 307, 470, 471  
denúncia, 171, 298, 305, 309, 313  
desigualdade, 27, 28, 29, 33, 48, 79, 119, 179, 183, 276, 277, 286, 287, 288  
Desigualdade, 55  
desigualdade social, 27, 28, 29, 33, 79, 277  
direito, 23, 29, 30, 36, 37, 45, 46, 47, 48, 52, 60, 73, 105, 112, 132, 133, 140, 142, 144, 145, 148, 149, 154, 162, 167, 177, 183, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 227, 266, 274, 275, 280, 282, 303, 307, 309, 349, 414, 458  
Direito, 52, 131, 139, 144, 145, 150, 151, 152, 212, 228, 234, 266, 271, 272, 277, 376, 377, 387  
direito penal, 144, 145  
Direito penal, 4  
direitos humanos, 23, 29, 30, 33, 58, 60, 108, 163, 187, 188, 190, 192, 193, 227, 228, 232, 251, 287, 302, 412  
Direitos humanos, 4

## E

emprego da força, 192  
espaço, 23, 25, 27, 30, 31, 35, 37, 41, 83, 92, 103, 126, 183, 202, 219, 225, 236, 237, 254, 300, 317, 326, 415, 428, 431, 439, 440  
Espaço, 33  
espaço público, 83  
espaço urbano, 83, 183  
espaços públicos, 63, 82  
estatística descritiva, 61, 96, 105, 214  
estatísticas criminais, 412

evidência, 140, 276, 405, 459

## F

Fenômeno social, 287

flagrante delito, 376

força, 46, 47, 70, 71, 72, 78, 167, 192, 196, 209, 210, 219, 291, 351, 369, 377, 378

Força, 200

força física, 167, 291

força policial, 192, 209

força pública, 72, 196

forças policiais, 187, 190, 194, 211

furto, 72, 154

## G

gangues, 128

guerra, 70, 71, 72, 184, 238

Guerra, 29, 30, 140

## H

homicídio, 63, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 274, 275, 283, 286, 288, 294, 297, 299, 301, 305, 306, 307, 309, 311, 313, 314, 402, 445, 447, 469

Homicídio, 178, 179, 180, 186, 285, 304, 305

## I

ilícito, 65, 192

índice, 73, 119, 171, 175, 183, 184, 185, 230, 231, 273, 349, 402, 415, 425, 441, 442, 446, 455, 459, 461, 462, 463, 465

Índice, 178, 179, 180, 186, 428, 477

infração, 120, 122, 123, 124, 307

infrações penais, 204

infrator, 72, 120, 124, 137, 405, 411

inquérito, 289, 305, 306, 310, 311, 312, 313

Inquérito, 285, 299, 306, 310

inquérito policial, 289, 305, 310, 311, 312, 313

insegurança, 70, 79, 136, 192, 293, 363

Insegurança, 196

investigação, 30, 31, 203, 204, 210, 229,

256, 261, 263, 265, 269, 283, 287, 292, 300, 309, 320, 405

Investigação, 246, 266, 301

investigação criminal, 210

Investigação criminal, 246

investigação de crimes, 269, 283

## J

justiça, 38, 42, 79, 106, 130, 134, 164, 193, 195, 208, 266, 280, 282, 297, 298, 412

Justiça, 33, 42, 66, 73, 76, 80, 117, 135, 149, 151, 198, 211, 227, 234, 246, 248, 276, 294, 302, 304, 352, 380, 428, 440, 449, 450, 451, 452, 453

justiça criminal, 297, 412

juventude, 113, 125, 130, 138, 175, 177

Juventude, 126, 135, 151

## L

latrocínio, 154, 275

Latrocínio, 64

lesão, 141, 169, 355, 415, 434, 435, 458, 459

lesão corporal, 141, 169

## M

maconha, 353

medo, 78, 136, 161, 169, 186, 192, 193, 196, 271

militares, 162, 197, 202, 204, 205, 206, 208, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 230, 231, 232, 233, 243, 250, 251, 266, 311, 320, 327, 361, 370, 373, 378, 380, 386, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 408, 409, 410, 411, 412

Militares, 159, 210, 211, 216, 223, 230, 240, 241, 244, 376, 401, 402, 403, 412

Ministério, 33, 40, 42, 66, 75, 107, 108, 129, 134, 135, 172, 186, 198, 227, 234, 237, 246, 248, 276, 294, 302, 309, 318, 335, 352, 414, 428, 440, 442, 445, 449, 450, 451, 452, 453, 459, 465

mobilidade urbana, 104, 460

morte, 82, 125, 169, 170, 176, 177, 268, 275, 276, 279, 285, 287, 288, 297, 298,

299, 306, 311, 312, 326, 357, 361, 368,  
396, 402, 404, 413, 415, 435, 441, 442  
mortes, 70, 81, 82, 85, 91, 93, 94, 95,  
96, 177, 270, 276, 277, 279, 282, 285,  
286, 287, 288, 292, 294, 295, 299,  
300, 310, 314, 326, 362, 401, 402,  
403, 404, 412, 414, 441, 445, 452,  
453, 456, 457, 459, 465  
Mortes, 301, 304, 441, 442, 445, 453  
mulheres, 36, 42, 57, 58, 59, 61, 62, 63,  
64, 65, 66, 96, 108, 169, 274, 275,  
276, 277, 278, 279, 280, 282, 283,  
284, 285, 286, 287, 288, 291, 293,  
294, 295, 297, 298, 299, 300, 301,  
305, 306, 307, 308, 309, 310, 313, 314  
Mulheres, 43, 57, 58, 66, 67, 108, 276,  
282, 283, 294, 295, 301, 304, 309, 314  
mulheres agredidas, 276, 280  
mulheres vítimas, 276, 298, 300

## N

narcotráfico, 335  
número de caso, 165, 169, 279, 329, 469  
número de homicídio, 175, 177, 178, 278,  
442, 467, 471  
Número de homicídio, 470, 471, 472,  
473, 474  
número de policiais, 403, 405, 455, 465

## O

óbito, 38, 311, 435, 436, 439  
Óbito, 181  
óbitos, 82, 93, 177, 178, 278, 414, 436,  
469  
Óbitos, 435, 450, 451, 452  
ofensa, 183  
organização, 24, 30, 61, 73, 83, 84, 95,  
96, 119, 120, 188, 226, 250, 252, 254,  
315, 316, 318, 319, 321, 323, 328,  
377, 379, 394, 397, 416  
Organização, 31, 82, 95, 96, 104, 105,  
189, 233, 250, 299, 309, 314, 414,  
456, 466  
ouvidorias, 315, 317, 318  
Ouvidorias, 318, 320

## P

pena de prisão, 298  
perícia, 292  
Perícia, 198, 242, 460  
pessoas desaparecidas, 261  
planejamento estratégico, 48  
Planejamento estratégico, 234  
poder judiciário, 73  
poder público, 71, 83, 273, 282, 316, 431  
polícia, 23, 24, 32, 72, 185, 187, 188, 190,  
191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200,  
201, 202, 204, 207, 208, 210, 213, 214,  
247, 263, 269, 305, 311, 313, 350  
Polícia, 81, 82, 84, 93, 94, 95, 96, 101,  
102, 129, 131, 133, 134, 135, 155, 156,  
187, 193, 195, 196, 198, 200, 202, 204,  
208, 209, 210, 212, 219, 220, 224, 225,  
239, 242, 246, 248, 249, 250, 259, 266,  
268, 270, 271, 280, 283, 302, 318, 352,  
353, 358, 376, 386, 391, 400, 401, 402,  
403, 405, 406, 407, 409, 410, 411, 412,  
413, 416, 433, 440, 456, 457, 458, 462,  
465, 468, 474  
polícia civil, 23, 24, 32  
polícia judiciária, 204  
polícia militar, 213, 214, 247, 269  
políticas públicas, 37, 47, 54, 71, 74, 83,  
92, 105, 112, 132, 133, 155, 158, 162,  
164, 165, 171, 175, 176, 183, 184, 185,  
188, 208, 234, 236, 282, 301, 303, 349,  
402, 412, 428, 429, 431, 438  
Políticas públicas, 234, 426  
prisão, 26, 27, 28, 30, 33, 36, 37, 43, 49,  
52, 53, 55, 57, 59, 60, 66, 67, 70, 71,  
72, 74, 75, 76, 308, 309, 376  
prisão preventiva, 49, 309  
probabilidade, 98, 123, 169, 363, 391,  
426, 433  
Probabilidade, 102  
processo, 28, 38, 46, 63, 84, 107, 115, 119,  
120, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,  
136, 137, 140, 141, 147, 155, 157, 166,  
189, 199, 201, 203, 219, 223, 226, 228,  
229, 232, 237, 238, 248, 249, 250, 252,



253, 255, 256, 259, 265, 268, 287,  
289, 301, 303, 309, 315, 318, 319,  
320, 322, 323, 326, 327, 334, 341,  
358, 373, 376, 377, 379, 380, 381,  
385, 386, 387, 390, 399, 416, 443  
Processo, 147, 260, 377, 378, 380, 381, 385  
processo penal, 140  
processos instaurados, 386

## Q

queixa, 434

## R

rebeliões, 23, 32, 58, 405, 407  
risco, 27, 37, 67, 71, 111, 128, 155, 162,  
192, 201, 202, 208, 293, 301, 357,  
361, 362, 363, 364, 365, 367, 368,  
369, 370, 371, 372, 373, 390, 394,  
395, 403, 404, 409, 410, 411, 416,  
429, 430, 433, 437, 438, 443, 444, 452  
Risco, 336, 374, 390, 412, 460  
riscos de acidentes, 428  
roubo, 63, 154  
Roubo, 64

## S

segurança, 23, 25, 32, 73, 78, 81, 83, 84,  
87, 89, 92, 95, 96, 100, 101, 102, 104,  
117, 134, 158, 162, 163, 165, 169, 175,  
184, 185, 188, 190, 191, 193, 194, 195,  
197, 198, 199, 200, 202, 204, 207, 224,  
225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233,  
234, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243,  
244, 245, 246, 248, 250, 251, 261, 268,  
269, 271, 273, 279, 280, 282, 287, 298,  
327, 330, 334, 336, 350, 352, 362, 363,  
365, 369, 372, 373, 386, 389, 391, 392,  
393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401,  
402, 403, 404, 409, 412, 413, 414,  
416, 428, 430, 434, 445, 459, 466,  
467, 468, 474  
Segurança, 24, 33, 42, 61, 66, 92, 103,  
104, 138, 154, 195, 197, 198, 199, 204,  
206, 207, 208, 223, 224, 225, 226, 227,  
228, 229, 231, 233, 234, 235, 236, 237,

239, 240, 241, 245, 246, 247, 248, 249,  
250, 251, 256, 261, 266, 269, 285, 294,  
299, 302, 318, 325, 326, 335, 349, 350,  
351, 352, 353, 354, 357, 359, 373, 374,  
387, 389, 390, 391, 394, 401, 402, 403,  
412, 413, 453, 456, 466, 467, 468, 469  
segurança pública, 96, 158, 163, 184, 190,  
197, 199, 200, 202, 204, 207, 224, 225,  
226, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 235,  
236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245,  
246, 248, 250, 261, 273, 279, 280, 282,  
330, 350, 352, 369, 403, 412, 445, 467,  
468, 474

Segurança pública, 197, 235, 249, 261  
sistema, 23, 24, 27, 28, 32, 33, 36, 37, 38,  
42, 51, 52, 53, 57, 58, 60, 63, 67, 70,  
71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 87, 89,  
95, 106, 108, 118, 125, 126, 131, 132,  
145, 148, 170, 176, 197, 227, 238, 250,  
251, 252, 259, 292, 338, 340, 347, 377,  
393, 413, 430, 431, 435, 438, 444, 474  
Sistema, 23, 24, 25, 31, 36, 49, 57, 61,  
67, 75, 80, 82, 84, 107, 117, 130, 133,  
138, 170, 178, 186, 225, 227, 233, 234,  
235, 237, 245, 246, 261, 278, 279, 285,  
317, 325, 326, 327, 335, 338, 347, 348,  
350, 351, 352, 353, 414, 416, 431, 434,  
438, 440, 441, 442, 453, 454, 463, 464

sistema carcerário, 72  
sistema de segurança, 108, 197, 474  
sistema de trânsito, 430  
sistema penitenciário, 23, 32, 33, 42, 53,  
57, 60  
Sistema penitenciário, 23  
sistema punitivo, 53  
sociologia, 79  
Sociologia, 173, 196, 454

## T

taxa, 58, 95, 256, 278, 280, 284, 286, 299,  
417, 435, 457, 462, 463, 467, 468, 469  
Taxa, 278, 304, 435, 436, 437, 438  
taxa de homicídio, 467, 469  
Taxa de homicídio, 278  
taxa de homicídios, 467, 469

Taxa de homicídios, 278  
taxas de criminalidade, 30  
taxas de delinquência, 125  
taxas de homicídio, 178, 445, 467, 475  
Taxas de homicídio, 470  
taxas de violência, 171  
técnica estatística, 84, 96, 285  
tráfico, 57, 63, 64, 65, 66, 72, 154, 160,  
161, 176, 177, 186, 288, 313, 444,  
446, 447, 449  
Tráfico, 57, 64  
tráfico de drogas, 64, 65, 66, 72, 154, 161,  
176, 177, 186, 444, 446, 447, 449  
tráfico de entorpecentes, 57, 63, 64, 65  
Tráfico de entorpecentes, 57, 64  
tráfico de pessoas, 288, 313  
tragédias, 94, 392

## U

urbanização, 157, 341, 390  
Urbanização, 248

## V

vingança, 71, 292  
Vingança, 294  
violência, 23, 28, 30, 31, 32, 35, 38, 41,  
54, 64, 71, 72, 95, 105, 106, 107, 108,  
109, 110, 111, 112, 113, 114, 115,  
117, 119, 122, 124, 125, 126, 132,  
140, 141, 143, 144, 145, 146, 147,  
153, 154, 155, 156, 157, 158, 159,  
160, 161, 162, 163, 164, 165, 166,  
167, 168, 170, 171, 172, 173, 174,  
175, 176, 177, 179, 183, 184, 185,  
193, 201, 224, 267, 273, 274, 275,  
276, 279, 280, 281, 282, 283, 284,  
285, 286, 287, 288, 293, 294, 295,  
297, 298, 299, 300, 301, 302, 303,  
304, 305, 306, 307, 309, 310, 312,  
313, 314, 366, 414, 441, 442, 443,  
444, 445, 451, 453, 454, 455, 459, 462  
Violência, 105, 108, 112, 113, 115, 163,  
167, 168, 173, 174, 177, 185, 186,  
224, 225, 273, 274, 276, 278, 279,  
280, 282, 283, 285, 287, 295, 297,

299, 302, 304, 306, 307, 314, 412,  
441, 442, 453  
violência contra a mulher, 273, 274, 275,  
276, 280, 282, 284, 286, 294, 297, 299,  
300, 303, 307, 309, 312, 314  
Violência contra a mulher, 285  
violência de gênero, 298, 299, 300, 303  
Violência de gênero, 285, 297  
violência doméstica, 64, 117, 275, 276,  
279, 280, 281, 288, 294, 298, 299,  
300, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 309,  
312, 313, 314  
violência física, 72, 124, 167, 279, 297,  
301, 443  
violência no trânsito, 95, 414, 441, 442,  
455, 459, 462  
violência sexual, 105, 108, 109, 165, 166,  
167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 300  
Violência sexual, 113, 167, 173  
violência urbana, 176  
vítima, 26, 103, 107, 139, 140, 143, 144,  
145, 147, 148, 149, 150, 160, 172, 177,  
269, 275, 279, 287, 288, 289, 292, 293,  
297, 300, 301, 305, 306, 307, 309, 311,  
312, 313, 359, 434, 435, 437, 438, 457  
Vítima, 312  
vítima de violência, 289, 297, 309  
vítimas de violência, 106, 109, 113, 165,  
167, 170, 172, 174, 277, 301  
vitimização, 83, 167, 171, 295, 307, 401,  
402, 403, 404, 412, 417, 429, 430, 435,  
436, 437, 438, 439, 456  
Vitimização, 92, 186, 401, 412, 429  
vulnerabilidade, 28, 29, 35, 36, 37, 41, 63,  
83, 113, 128, 139, 140, 141, 142, 144,  
146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 162,  
169, 171, 175, 176, 177, 179, 183, 184,  
185, 231, 347, 429, 432, 449  
Vulnerabilidade, 147, 179

## Z

zona, 46, 178, 467, 468, 470, 471, 472,  
473, 474

# Autores

---

Adriana Maciel Gonçalves  
Alessandra de Fátima Vasconcelos Pinheiro  
Alessandro Zell de Araújo  
Alexandro dos Anjos da Penha  
Alfredo Wagner Berno de Almeida  
Alzilene Andrade Lima  
Amanda Barreto Meirelles do Nascimento  
Amara Luciane Silva de Souza  
Ana Paula Tavares Pereira Amador  
Anabelle Jeniffer Garcia Alves  
André Dias Nunes  
André Luiz Nunes Zogahib  
Anibal Picanço Bentes  
Bruno Yudi Shimomaebara Sousa  
Caio Henrique Bastos Nunes Rodrigues  
Carlos Benedito Barreiros Gutierrez  
Carmen Lúcia Pereira Dias Neru  
César Mauricio Abreu Mello  
Clay Anderson Nunes Chagas  
Claycia Maria Rocha Machado  
Climene Laura de Camargo  
Clóvis Roberto Zimmermann  
Cristiane do Socorro Loureiro Lima  
Daniel Maciel de Abreu  
Denise Santana Silva dos Santos  
Dequex Araújo Silva Junior  
Dorli João Carlos Marques  
Edson Juan Ferreira Nascimento  
Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Elton José Scremin  
Erika Natalie Pereira Miralha Duarte  
Fernandina Lopes Fernandes  
Flaviane Pantoja Garcia  
Guilherme José Sette Júnior  
Helena Lucia Damasceno Ferreira  
Helton Pinheiro da Rocha  
Henrique Antonio Monteiro Lopes  
Igor Clóvis Silva Miranda  
Ildéan Lopes Lima  
Irlando Ricardo Monteiro Lopes  
Isabella Erthal Villarroel  
Ivone Freire Costa  
Izaura Rodrigues Nascimento  
Jair Antônio Silva de Lima  
Jamille de Almeida Freitas Campos  
Jatniel Rodrigues Januário  
Jefferson Ferreira Serra  
Jessica Rafaela Martins da Gama  
Jhessyka Yasminni Lôbo Ferreira Fernandes Felício  
Jhulliem Raquel Kitzinger de Sena Guimarães  
Joana Macedo Abdel Hai Ahmoud

João Paulo de Freitas Souza  
José Ailton Nunes de Lima  
José Gracião de Carvalho Júnior  
Josely Bruce dos Santos  
Juliane Nascimento Corrêa  
Keudna Alves Lima Carneiro  
Krustima Karem Oliveira Chaves  
Lais Oliveira Mota  
Leila Chagas de Souza Costa  
Leliane Aguiar da Silva  
Leonardo Sousa dos Santos  
Luciana Souza Borges Herkenhoff  
Luciane Cavalcante Lopes  
Luciane Gabriele Matsuda  
Luciano Nascimento Silva  
Maracu Vieira dos Santos  
Marchezan Nacarato Rocha  
Maria Teresa Oliveira Cabral  
Maribel Fernandes Ribeiro Santana  
Marimere Morais da Conceição  
Marta Rosa de Lacerda Santos  
Maxwell Marques Mesquita  
Miguel Archanjo de Freitas Junior  
Mônica de Melo Freitas  
Nannibia Oliveira Cabral  
Natália Vieiras Dalla Bernardina  
Nathalie de Azevedo Kjaer  
Nelmo dos Santos Passos  
Neu Tito da Silva Azevedo  
Pablo Silva Lira  
Renato Barbosa Reis  
Ridalva Dias Martins Felzemburgh  
Roberto Magno Reis Netto  
Samara Viana Costa  
Sarah Timotheo Figueiredo  
Selma Tavares de Melo  
Sérgio Santana da Trindade  
Silvia dos Santos de Almeida  
Sônia Cristina Lima Chaves  
Suzu Dayana Pereira Chagas  
Tatiana Eleutério D'Almeida e Pinho  
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa  
Thays Suelen Brito Santos  
Valquiria Rodrigues Gomes  
Vanessa Ferreira Monteiro  
Vera Lucia de Azevedo Lima  
Vinicius Chaves Alves  
Wilson José Barp  
Yuri Ygor Serra Teixeira

---